ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 244
Brasília - DF, quinta-feira, 21 de dezembro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 106
Presidência da República 108
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 118
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 120
Ministério da Cultura 128
Ministério da Defesa 140
Ministério da Educação 143
Ministério da Fazenda 150
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 171
Ministério da Integração Nacional 175
Ministério da Justiça e Segurança Pública 177
Ministério da Saúde 182
Ministério de Minas e Energia 227
Ministério do Desenvolvimento Social 234
Ministério do Esporte 235
Ministério do Meio Ambiente 239
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 242
Ministério do Trabalho 246
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 251
Ministério Público da União 252
Tribunal de Contas da União 253
Poder Judiciário 277
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 279

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.547, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 51.034.535,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor R$ 51.034.535,00 (cinquenta e um milhões, trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909		**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**51.034.535**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00Q9**	**Dívida Contratual Interna decorrente da Equalização de Juros no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural**							**51.034.535**
28 846	0909 00Q9 0001	Dívida Contratual Interna decorrente da Equalização de Juros no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural - Nacional							51.034.535
			F	2	0	90	0	144	11.034.535
			F	6	0	90	0	143	40.000.000
TOTAL - FISCAL									**51.034.535**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**51.034.535**

AVISO

CIRCULOU EM 20/12/2017 A EDIÇÃO EXTRA Nº 243-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	**Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar**							**11.034.535**
		Operações Especiais							
20 608	**2012 0A81**	**Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)**							**11.034.535**
20 608	2012 0A81 0001	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) - Nacional							11.034.535
			F	5	0	90	0	144	11.034.535
TOTAL - FISCAL									**11.034.535**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.034.535**

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0907	**Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna**							**40.000.000**
		Operações Especiais							
28 841	**0907 0365**	**Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**40.000.000**
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional							40.000.000
			F	6	0	90	0	143	40.000.000
TOTAL - FISCAL									**40.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.000.000**

LEI Nº 13.548, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 270.000,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**100.000**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**100.000**
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							100.000
			S	1	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**170.000**
		Operações Especiais							
09 272	**0089 0181**	**Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**170.000**
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							170.000
			S	1	1	90	0	100	170.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**170.000**
TOTAL - GERAL									**170.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO II **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**270.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 0C04**	**Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações**							**270.000**
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional							270.000
			F	1	1	90	0	100	270.000
TOTAL - FISCAL									**270.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**270.000**

LEI Nº 13.549, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e da Defensoria Pública da União, crédito suplementar no valor de R$ 36.262.712,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor da Justiça Federal e da Defensoria Pública da União, crédito suplementar no valor de R$ 36.262.712,00 (trinta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e doze reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de bancada estadual, de execução não obrigatória, e individual, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**15.768.040**
		Atividades							
02 301	**0569 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**15.557.040**
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							15.557.040
			S	3	1	90	0	100	9.522.320
			S	3	1	90	0	188	5.034.720
			S	3	6	90	0	188	1.000.000
02 331	**0569 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**162.000**
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							162.000
			F	3	1	90	0	100	162.000
		Operações Especiais							
02 331	**0569 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**49.000**
02 331	0569 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							49.000
			F	3	1	90	0	100	49.000
TOTAL - FISCAL									**211.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.557.040**
TOTAL - GERAL									**15.768.040**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1ª. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**6.041.974**
		Atividades							
02 301	**0569 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**6.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 301	0569 2004 6012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							6.000.000
			S	3	1	90	0	100	3.297.620
			S	3	1	90	0	127	2.702.380
02 331	**0569 2010**	**Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**41.974**
02 331	0569 2010 6012	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							41.974
			F	3	1	90	0	100	41.974
TOTAL - FISCAL									**41.974**
TOTAL - SEGURIDADE									**6.000.000**
TOTAL - GERAL									**6.041.974**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**46.000**
		Atividades							
02 331	**0569 2011**	**Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**							**12.000**
02 331	0569 2011 6013	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							12.000
			F	3	1	90	0	100	12.000
		Operações Especiais							
02 331	**0569 00M1**	**Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**							**34.000**
02 331	0569 00M1 6013	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							34.000
			F	3	1	90	0	100	34.000
TOTAL - FISCAL									**46.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**46.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4ª. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**2.000.000**
		Atividades							
02 301	**0569 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**2.000.000**
02 301	0569 2004 6015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							2.000.000
			S	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.000.000**
TOTAL - GERAL									**2.000.000**

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União

UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2129	**Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União**							**12.406.698**
		Atividades							
03 122	**2129 20TP**	**Pessoal Ativo da União**							**12.406.698**
03 122	2129 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							12.406.698
			F	1	1	90	0	188	12.406.698
TOTAL - FISCAL									**12.406.698**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.406.698**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**21.433.140**
		Atividades							
02 122	**0569 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**30.000**
02 122	0569 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							30.000
			F	3	2	90	0	100	30.000
02 131	**0569 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**230.000**
02 131	0569 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional							230.000
			F	3	2	90	0	100	230.000
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**7.684.420**
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							7.684.420
			F	3	2	90	0	100	4.238.040
			F	3	2	90	0	127	2.702.380
			F	4	2	90	0	100	744.000
		Projetos							
02 122	**0569 12R9**	**Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais)**							**1.000.000**
02 122	0569 12R9 2261	Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais) - No Município de Salvador - BA							1.000.000
			F	4	6	90	0	188	1.000.000
02 122	**0569 12RE**	**Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Goiânia - GO**							**5.017.360**
02 122	0569 12RE 5512	Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Goiânia - GO - No Município de Goiânia - GO							5.017.360
			F	4	2	90	0	100	5.000.000
			F	4	2	90	0	188	17.360
02 122	**0569 14UM**	**Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF**							**618.000**
02 122	0569 14UM 5664	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF							618.000
			F	4	2	90	0	100	618.000
02 122	**0569 158C**	**Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF**							**718.000**
02 122	0569 158C 5664	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF - Em Brasília - DF							718.000
			F	4	2	90	0	100	718.000
02 122	**0569 15FU**	**Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal - Brasília - DF**							**718.000**
02 122	0569 15FU 5664	Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal - Brasília - DF - Em Brasília - DF							718.000
			F	4	2	90	0	100	718.000
02 122	**0569 1J26**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Castanhal - PA**							**5.017.360**
02 122	0569 1J26 0286	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Castanhal - PA - No Município de Castanhal - PA							5.017.360
			F	4	2	90	0	188	5.017.360
02 122	**0569 7T82**	**Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT**							**400.000**
02 122	0569 7T82 5314	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT - No Município de Cuiabá - MT							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									**21.433.140**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**21.433.140**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1ª. Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**2.334.900**
		Atividades							
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**1.511.000**
02 061	0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							1.511.000
			F	3	2	90	0	100	1.511.000
		Projetos							
02 122	**0569 15HD**	**Reforma da Central Telefônica do Edifício-Sede do TRF da 1ª Região**							**823.900**
02 122	0569 15HD 5664	Reforma da Central Telefônica do Edifício-Sede do TRF da 1ª Região - Em Brasília - DF							823.900
			F	4	2	90	0	100	823.900
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**41.974**
		Operações Especiais							
09 274	**0909 0536**	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**							**41.974**
09 274	0909 0536 6012	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							41.974
			S	3	1	90	0	100	41.974
TOTAL - FISCAL									**2.334.900**
TOTAL - SEGURIDADE									**41.974**
TOTAL - GERAL									**2.376.874**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª. Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**46.000**
		Atividades							
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**46.000**
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							46.000
			F	3	2	90	0	100	46.000
TOTAL - FISCAL									**46.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**46.000**

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União

UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2129	**Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União**							**12.406.698**
		Projetos							
03 422	**2129 15AK**	**Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União**							**12.406.698**
03 422	2129 15AK 5314	Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União - No Município de Cuiabá - MT							12.406.698
			F	4	2	90	0	188	12.406.698
TOTAL - FISCAL									**12.406.698**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.406.698**

LEI Nº 13.550, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Agrário, e das Cidades, crédito especial no valor de R$ 59.034.574,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, crédito especial no valor de R$ 59.034.574,00 (cinquenta e nove milhões, trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco

ANEXO I **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**34.574**
		Atividades							
12 122	**2109 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**34.574**
12 122	2109 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco							34.574
			F	3	2	90	0	100	34.574
TOTAL - FISCAL									**34.574**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**34.574**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2119		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**6.000.000**
		Atividades							
25 131	**2119 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**6.000.000**
25 131	2119 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							6.000.000
			F	3	2	90	0	134	6.000.000
TOTAL - FISCAL									**6.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.000.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909		**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**40.000.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00QF**	**Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios**							**40.000.000**
28 846	0909 00QF 0001	Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios - Nacional							40.000.000
			F	5	3	90	0	100	40.000.000
TOTAL - FISCAL									**40.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.000.000**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2069		**Segurança Alimentar e Nutricional**							**3.000.000**
		Atividades							
08 306	**2069 8458**	**Apoio à Agricultura Urbana**							**3.000.000**
08 306	2069 8458 0001	Apoio à Agricultura Urbana - Nacional							3.000.000
		Família beneficiada (unidade): 3.000	S	3	2	90	0	151	900.000
			S	4	2	30	0	151	2.100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.000.000**
TOTAL - GERAL									**3.000.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

ANEXO I **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2049		**Moradia Digna**							**10.000.000**
		Projetos							
15 451	**2049 10S3**	**Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários**							**10.000.000**
15 451	2049 10S3 0040	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - Na Região Sul							10.000.000
		Intervenção apoiada (unidade): 5	F	4	3	40	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									**10.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco

ANEXO II **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**							**34.574**
		Atividades							
12 128	**2109 6294**	**Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável**							**34.574**
12 128	2109 6294 0026	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável - No Estado de Pernambuco							34.574
			F	3	2	90	0	100	34.574
TOTAL - FISCAL									**34.574**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**34.574**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO II **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**6.000.000**
		Atividades							
25 122	**2119 2000**	**Administração da Unidade**							**6.000.000**
25 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.000.000
			F	3	2	90	0	134	6.000.000
TOTAL - FISCAL									**6.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.000.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO II **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**40.000.000**
		Atividades							
04 121	**2038 217N**	**Apoio à Elaboração de Estudos de Investimentos em Infraestrutura**							**40.000.000**
04 121	2038 217N 0001	Apoio à Elaboração de Estudos de Investimentos em Infraestrutura - Nacional							40.000.000
			F	4	3	90	0	100	40.000.000
TOTAL - FISCAL									**40.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.000.000**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta

ANEXO II **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2019	**Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais**							**3.000.000**
		Atividades							
08 244	**2019 20GG**	**Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza**							**3.000.000**
08 244	2019 20GG 0001	Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza - Nacional							3.000.000
			S	3	2	90	0	151	3.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.000.000**
TOTAL - GERAL									**3.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

ANEXO II **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2049	**Moradia Digna**							**10.000.000**
		Projetos							
16 482	**2049 10SJ**	**Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social**							**10.000.000**
16 482	2049 10SJ 0001	Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social - Nacional							10.000.000
		Intervenção apoiada (unidade): 5	F	4	3	40	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									**10.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000.000**

LEI Nº 13.551, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 76.342.363,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 76.342.363,00 (setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de bancada estadual de execução não obrigatória, e individuais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**19.373.268**
		Atividades							
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**4.271.260**
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							4.271.260
			F	3	2	90	0	100	924.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
			F	4	2	90	0	188	1.817.260
			F	4	6	90	0	188	1.030.000
		Projetos							
02 122	**0569 12RS**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT**							**1.000.000**
02 122	0569 12RS 5317	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT - No Município de Diamantino - MT							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
02 122	**0569 12SR**	**Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT**							**250.000**
02 122	0569 12SR 5296	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres - MT - No Município de Cáceres - MT							250.000
			F	4	2	90	0	100	250.000
02 122	**0569 14YK**	**Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG**							**500.000**
02 122	0569 14YK 2408	Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
02 122	**0569 14YL**	**Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA**							**9.039.328**
02 122	0569 14YL 2261	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							9.039.328
			F	4	2	90	0	188	8.739.328
			F	4	6	90	0	188	300.000
02 122	**0569 158T**	**Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - 2ª Etapa**							**2.000.000**
02 122	0569 158T 3928	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - 2ª Etapa - No Município de São Paulo - SP							2.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
02 122	**0569 15NX**	**Reforma do Fórum Federal de Santos - SP**							**400.000**
02 122	0569 15NX 3908	Reforma do Fórum Federal de Santos - SP - No Município de Santos - SP							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
02 122	**0569 1A66**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT**							**500.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0569 1A66 5401	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop - MT - No Município de Sinop - MT							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
02 122	**0569 1J26**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Castanhal - PA**							**247.000**
02 122	0569 1J26 0286	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Castanhal - PA - No Município de Castanhal - PA							247.000
			F	4	2	90	0	100	247.000
02 122	**0569 7E41**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA**							**1.165.680**
02 122	0569 7E41 2068	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA - No Município de Guanambi - BA							1.165.680
			F	4	2	90	0	100	1.165.680
TOTAL - FISCAL									**19.373.268**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.373.268**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**5.440.000**
		Projetos							
02 122	**0569 14YQ**	**Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região - RJ**							**5.440.000**
02 122	0569 14YQ 3341	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							5.440.000
			F	4	2	90	0	100	5.440.000
TOTAL - FISCAL									**5.440.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.440.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**15.356.436**
		Projetos							
02 122	**0569 11L9**	**Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre - RS**							**15.356.436**
02 122	0569 11L9 5027	Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							15.356.436
			F	4	2	90	0	100	13.500.000
			F	4	2	90	0	181	1.856.436
TOTAL - FISCAL									**15.356.436**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.356.436**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**242.004**
		Atividades							
02 122	**0570 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**242.004**
02 122	0570 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal							242.004
			F	3	2	90	0	100	242.004
TOTAL - FISCAL									**242.004**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**242.004**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**32.191**
		Atividades							
02 122	**0570 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**32.191**
02 122	0570 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo							32.191
			F	3	2	90	0	100	32.191
TOTAL - FISCAL									**32.191**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**32.191**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**300.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15HV**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Queimados - RJ**							**300.000**
02 122	0571 15HV 3334	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Queimados - RJ - No Município de Queimados - RJ							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**19.065.116**
		Projetos							
02 122	**0571 133I**	**Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte - MG**							**19.065.116**
02 122	0571 133I 2408	Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							19.065.116
			F	4	2	90	0	100	12.786.644
			F	4	2	90	0	150	1.649.257
			F	4	2	90	0	181	4.629.215
TOTAL - FISCAL									**19.065.116**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.065.116**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**735.675**
		Projetos							
02 122	**0571 15HZ**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Goiana - PE**							**735.675**
02 122	0571 15HZ 1632	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Goiana - PE - No Município de Goiana - PE							735.675
			F	4	2	90	0	100	240.941
			F	4	2	90	0	181	494.734
TOTAL - FISCAL									**735.675**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**735.675**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - Pará/Amapá

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**5.000.000**
		Projetos							
02 122	**0571 1I69**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belém - PA**							**5.000.000**
02 122	0571 1I69 0269	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belém - PA - No Município de Belém - PA							5.000.000
			F	4	2	90	0	188	5.000.000
TOTAL - FISCAL									**5.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**4.957.997**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**4.957.997**
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							4.957.997
			F	3	2	90	0	181	500.000
			F	4	2	90	0	181	4.457.997
TOTAL - FISCAL									**4.957.997**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.957.997**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Paraíba
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**100.000**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**100.000**
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba							100.000
			F	4	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**739.676**
		Atividades							
02 061	**0571 4224**	**Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**							**138.000**
02 061	0571 4224 0021	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado do Maranhão							138.000
			F	3	1	90	0	100	110.400
			F	3	1	91	0	100	27.600
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**601.676**
02 122	0571 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão							601.676
			F	4	2	90	0	100	601.676
TOTAL - FISCAL									**739.676**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**739.676**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**5.000.000**
		Projetos							
03 122	**0581 15B1**	**Construção do Edifício da Coordenadoria das Promotorias de Justiça - Brasília II**							**5.000.000**
03 122	0581 15B1 0053	Construção do Edifício da Coordenadoria das Promotorias de Justiça - Brasília II - No Distrito Federal							5.000.000
			F	4	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									**5.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**32.729.704**
		Projetos							
02 122	**0569 102S**	**Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE**							**850.000**
02 122	0569 102S 1088	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE - No Município de Juazeiro do Norte - CE							850.000
			F	4	6	90	0	188	850.000
02 122	**0569 11JL**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR**							**8.856.436**
02 122	0569 11JL 4129	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR - No Município de Foz do Iguaçu - PR							8.856.436
			F	4	2	90	0	100	7.000.000
			F	4	2	90	0	181	1.856.436
02 122	**0569 11KR**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC**							**4.500.000**
02 122	0569 11KR 4446	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC - No Município de Blumenau - SC							4.500.000
			F	4	2	90	0	100	4.500.000
02 122	**0569 11U3**	**Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG**							**174.000**
02 122	0569 11U3 3166	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia - MG - No Município de Uberlândia - MG							174.000
			F	4	2	90	0	100	174.000
02 122	**0569 12R6**	**Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA**							**400.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0569 12R6 2261	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
02 122	**0569 12R9**	**Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais)**							**1.065.680**
02 122	0569 12R9 2261	Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais) - No Município de Salvador - BA							1.065.680
			F	4	2	90	0	100	765.680
			F	4	6	90	0	188	300.000
02 122	**0569 14YO**	**Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo - SP**							**2.400.000**
02 122	0569 14YO 3928	Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo - SP - No Município de São Paulo - SP							2.400.000
			F	4	2	90	0	100	2.400.000
02 122	**0569 153C**	**Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - DF**							**150.000**
02 122	0569 153C 5664	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - DF - Em Brasília - DF							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
02 122	**0569 15FR**	**Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG**							**800.000**
02 122	0569 15FR 2408	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							800.000
			F	4	2	90	0	100	800.000
02 122	**0569 1A58**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém - PA**							**347.000**
02 122	0569 1A58 0363	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém - PA - No Município de Santarém - PA							347.000
			F	4	2	90	0	100	347.000
02 122	**0569 7T82**	**Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT**							**2.450.000**
02 122	0569 7T82 5314	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá - MT - No Município de Cuiabá - MT							2.450.000
			F	4	2	90	0	100	2.450.000
02 122	**0569 7V61**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Paulo Afonso - BA**							**10.556.588**
02 122	0569 7V61 2219	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Paulo Afonso - BA - No Município de Paulo Afonso - BA							10.556.588
			F	4	2	90	0	188	10.556.588
02 122	**0569 7W25**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE**							**180.000**
02 122	0569 7W25 1138	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Quixadá - CE - No Município de Quixadá - CE							180.000
			F	4	6	90	0	188	180.000
TOTAL - FISCAL									**32.729.704**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**32.729.704**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**5.440.000**
		Atividades							
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**5.440.000**
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							5.440.000
			F	3	2	90	0	100	5.440.000
TOTAL - FISCAL									**5.440.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.440.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**2.000.000**
		Atividades							
02 061	**0569 4257**	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**							**2.000.000**
02 061	0569 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							2.000.000
			F	3	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									**2.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**242.004**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**242.004**
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							242.004
			F	3	2	90	0	100	242.004
TOTAL - FISCAL									**242.004**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**242.004**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**32.191**
		Atividades							
02 122	**0570 20GP**	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**							**32.191**
02 122	0570 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo							32.191
			F	3	2	90	0	100	32.191
TOTAL - FISCAL									**32.191**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**32.191**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**300.000**
		Projetos							
02 122	**0571 1A55**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ**							**300.000**
02 122	0571 1A55 3290	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**19.065.116**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**18.155.116**
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							18.155.116
			F	3	2	90	0	100	12.786.644
			F	3	2	90	0	150	1.649.257
			F	3	2	90	0	181	3.719.215
		Projetos							
02 122	**0571 159R**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Iturama - MG**							**70.000**
02 122	0571 159R 2731	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Iturama - MG - No Município de Iturama - MG							70.000
			F	4	2	90	0	181	70.000
02 122	**0571 15HY**	**Reforma e Adaptação de Edifício para Abrigar o Centro Cultural da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte - MG**							**70.000**
02 122	0571 15HY 2408	Reforma e Adaptação de Edifício para Abrigar o Centro Cultural da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte - MG - No Município de Belo Horizonte - MG							70.000
			F	4	2	90	0	181	70.000
02 122	**0571 15NB**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguari - MG**							**350.000**
02 122	0571 15NB 2380	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguari - MG - No Município de Araguari - MG							350.000
			F	4	2	90	0	181	350.000
02 122	**0571 15NC**	**Reforma do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Monlevade - MG**							**420.000**
02 122	0571 15NC 2753	Reforma do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de João Monlevade - MG - No Município de João Monlevade - MG							420.000
			F	4	2	90	0	181	420.000
TOTAL - FISCAL									**19.065.116**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**19.065.116**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**735.675**
		Atividades							
02 131	**0571 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**123.941**
02 131	0571 2549 0026	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Pernambuco							123.941
			F	3	2	90	0	100	123.941
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**117.000**
02 122	0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco							117.000
			F	3	2	90	0	100	117.000
		Projetos							
02 122	**0571 159Y**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Igarassu - PE**							**494.734**
02 122	0571 159Y 1638	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista do Município de Igarassu - PE - No Município de Igarassu - PE							494.734
			F	4	2	90	0	181	494.734
TOTAL - FISCAL									**735.675**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**735.675**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - Pará/Amapá

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**5.000.000**
		Projetos							
02 122	**0571 15I1**	**Reforma para Ampliação das Instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**							**5.000.000**
02 122	0571 15I1 0269	Reforma para Ampliação das Instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - No Município de Belém - PA							5.000.000
			F	4	2	90	0	188	5.000.000
TOTAL - FISCAL									**5.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**4.957.997**
		Projetos							
02 122	**0571 135B**	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Gama - DF**							**1.498.000**
02 122	0571 135B 0053	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Gama - DF - No Distrito Federal							1.498.000
			F	4	2	90	0	181	1.498.000
02 122	**0571 135C**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF**							**3.000.000**
02 122	0571 135C 0053	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Taguatinga - DF - No Distrito Federal							3.000.000
			F	4	2	90	0	181	3.000.000
02 122	**0571 15IA**	**Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília**							**330.000**
02 122	0571 15IA 5664	Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília - Em Brasília - DF							330.000
			F	4	2	90	0	181	330.000
02 122	**0571 15IB**	**Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF**							**59.997**
02 122	0571 15IB 0053	Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF - No Distrito Federal							59.997
			F	4	2	90	0	181	59.997
02 122	**0571 7U94**	**Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em Brasília - DF**							**70.000**
02 122	0571 7U94 5664	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em Brasília - DF - Em Brasília - DF							70.000
			F	4	2	90	0	181	70.000
TOTAL - FISCAL									**4.957.997**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.957.997**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Paraíba
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**100.000**
		Atividades							
02 131	**0571 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**100.000**
02 131	0571 2549 0025	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado da Paraíba	F	3	2	90	0	100	100.000
									100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	**Prestação Jurisdicional Trabalhista**							**739.676**
		Atividades							
02 122	**0571 4256**	**Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**							**138.000**
02 122	0571 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	F	3	2	90	0	100	138.000
									138.000
		Projetos							
02 122	**0571 14R8**	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz - MA**							**601.676**
02 122	0571 14R8 0638	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz - MA - No Município de Imperatriz - MA	F	4	2	90	0	100	601.676
									601.676
TOTAL - FISCAL									**739.676**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**739.676**

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	**Defesa da Ordem Jurídica**							**5.000.000**
		Projetos							
03 122	**0581 13C1**	**Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia - DF**							**5.000.000**
03 122	0581 13C1 0053	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia - DF - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	5.000.000
									5.000.000
TOTAL - FISCAL									**5.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

LEI Nº 13.552, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento de Investimento para 2017, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 666.143.078,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas estatais no valor de R$ 179.062.342,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 666.143.078,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e quarenta e três mil e setenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º são oriundos de recursos próprios, recursos para aumento do Patrimônio Líquido - saldo de exercícios anteriores e cancelamento parcial de dotações orçamentárias, conforme demonstrado nos Anexos I e II.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 13.414, de 2017), relativamente às dotações orçamentárias das empresas constantes do Anexo II, no valor de R$ 179.062.342,00 (cento e setenta e nove milhões, sessenta e dois mil e trezentos e quarenta e dois reais).

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23- Comércio e Serviços	**170.000.000**
25- Energia	**483.421.342**
26- Transporte	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**666.143.078**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122- Administração Geral	**170.000.000**
752- Energia Elétrica	**9.657.342**
753- Combustíveis Minerais	**471.264.000**
784- Transporte Hidroviário	**12.721.736**
785- Transportes Especiais	**2.500.000**
TOTAL GERAL	**666.143.078**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
23- Comércio e Serviços	170.000.000
122- Administração Geral	170.000.000
25- Energia	483.421.342
752- Energia Elétrica	9.657.342
753- Combustíveis Minerais	471.264.000
785- Transportes Especiais	2.500.000
26- Transporte	12.721.736
784- Transporte Hidroviário	12.721.736
TOTAL GERAL	666.143.078

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	170.000.000
2033- Energia Elétrica	9.657.342
2053- Petróleo e Gás	473.764.000
2086- Transporte Aquaviário	12.721.736
TOTAL GERAL	666.143.078

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO	
25000- Ministério da Fazenda	170.000.000
32000- Ministério de Minas e Energia	483.421.342
39000- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	12.721.736
TOTAL GERAL	666.143.078

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495- Recursos do Orçamento de Investimento	666.143.078
TOTAL GERAL	666.143.078

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	487.080.736
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	474.359.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	474.359.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	12.721.736
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	12.721.736
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	12.721.736
TOTAL GERAL	487.080.736

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	474.359.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	12.721.736

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	170.000.000
122- Administração Geral	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
25234 - Banco do Brasil S.A. - BB	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25234 - Banco do Brasil S.A. - BB
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**170.000.000**
TOTAL GERAL	**170.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**170.000.000**
TOTAL GERAL	**170.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**170.000.000**
122- Administração Geral	**170.000.000**
TOTAL GERAL	**170.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**170.000.000**
TOTAL GERAL	**170.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**170.000.000**
TOTAL GERAL	**170.000.000**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25234 - Banco do Brasil S.A. - BB
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**170.000.000**
		Projetos						
23 122	**0807 3286**	**Instalação de Bens Imóveis**						**170.000.000**
23 122	0807 3286 0053	Instalação de Bens Imóveis - No Distrito Federal						170.000.000
		Imóvel instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	0	495	170.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**170.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**483.421.342**
TOTAL GERAL	**483.421.342**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**9.657.342**
753 - Combustíveis Minerais	**471.264.000**
785 - Transportes Especiais	**2.500.000**
TOTAL GERAL	**483.421.342**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**483.421.342**
752- Energia Elétrica	**9.657.342**
753- Combustíveis Minerais	**471.264.000**
785- Transportes Especiais	**2.500.000**
TOTAL GERAL	**483.421.342**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**9.657.342**
2053 - Petróleo e Gás	**473.764.000**
TOTAL GERAL	**483.421.342**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	**3.095.000**
32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL	**9.062.342**
32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	**461.853.000**
32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	**9.411.000**
TOTAL GERAL	**483.421.342**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		**483.421.342**
	TOTAL GERAL	**483.421.342**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		**474.359.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		**474.359.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		**474.359.000**
	TOTAL GERAL	**474.359.000**
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**474.359.000**
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia		**3.095.000**
	TOTAL GERAL	**3.095.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica		**595.000**
785 - Transportes Especiais		**2.500.000**
	TOTAL GERAL	**3.095.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia		**3.095.000**
752- Energia Elétrica		**595.000**
785- Transportes Especiais		**2.500.000**
	TOTAL GERAL	**3.095.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica		**595.000**
2053 - Petróleo e Gás		**2.500.000**
	TOTAL GERAL	**3.095.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		**3.095.000**
	TOTAL GERAL	**3.095.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		**3.095.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		**3.095.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		**3.095.000**
	TOTAL GERAL	**3.095.000**
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**3.095.000**
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NATUREZA DESPESA	PRODUTO	MODALIDADE	IDUSO	FONTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**595.000**
		Projetos							
25 752	**2033 14LC**	**Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Sudeste**							**595.000**
25 752	2033 14LC 0030	Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Sudeste - Na Região Sudeste							595.000
		Sistema ampliado (percentual de execução física): 1	I	4-INV	4	90	0	495	595.000
	2053	**Petróleo e Gás**							**2.500.000**
		Projetos							
25 785	**2053 146K**	**Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baia de Todos os Santos (BA), com Capacidade de Aproximadamente 14 MM m3/dia, e Implantação de Gasoduto de Transferência Associado**							**2.500.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 785	2053 146K 0029	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baia de Todos os Santos (BA), com Capacidade de Aproximadamente 14 MM m3/dia, e Implantação de Gasoduto de Transferência Associado - No Estado da Bahia								2.500.000
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	4	90	0	495		2.500.000
TOTAL - INVESTIMENTOS										**3.095.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**9.062.342**
752- Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**9.062.342**
		Projetos							
25 752	**2033 11XE**	**Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz para Todos (AL)**							**9.062.342**
25 752	2033 11XE 0027	Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz para Todos (AL) - No Estado de Alagoas							9.062.342
		Unidade consumidora atendida (unidade): 800	I	4-INV	5	90	0	495	9.062.342
TOTAL - INVESTIMENTOS									**9.062.342**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**461.853.000**
TOTAL GERAL	**461.853.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**461.853.000**
TOTAL GERAL	**461.853.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**461.853.000**
753- Combustíveis Minerais	**461.853.000**
TOTAL GERAL	**461.853.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**461.853.000**
TOTAL GERAL	**461.853.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**461.853.000**
TOTAL GERAL	**461.853.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**461.853.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**461.853.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**461.853.000**
TOTAL GERAL	**461.853.000**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**461.853.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**461.853.000**
		Projetos							
25 753	**2053 1I72**	**Construção de Unidades Estacionárias de Produção II**							**461.853.000**
25 753	2053 1I72 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção II - No Exterior							461.853.000
		Projeto executado (percentual de execução física): 3	I	4-INV	4	90	0	495	461.853.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**461.853.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**9.411.000**
TOTAL GERAL	**9.411.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**9.411.000**
TOTAL GERAL	**9.411.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**9.411.000**
753- Combustíveis Minerais	**9.411.000**
TOTAL GERAL	**9.411.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**9.411.000**
TOTAL GERAL	**9.411.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**9.411.000**
TOTAL GERAL	**9.411.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**9.411.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**9.411.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**9.411.000**
TOTAL GERAL	**9.411.000**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**9.411.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**9.411.000**
		Atividades							
25 753	**2053 8055**	**Adequação da Infraestrutura de Gás e Energia, no Exterior**							**9.411.000**
25 753	2053 8055 0002	Adequação da Infraestrutura de Gás e Energia, no Exterior - No Exterior							9.411.000
			I	4-INV	4	90	0	495	9.411.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**9.411.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**12.721.736**
784- Transporte Hidroviário	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2086 - Transporte Aquaviário	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

39217 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**12.721.736**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**12.721.736**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**12.721.736**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**12.721.736**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39217 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**12.721.736**
784- Transporte Hidroviário	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2086 - Transporte Aquaviário	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**12.721.736**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**12.721.736**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**12.721.736**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	**12.721.736**
TOTAL GERAL	**12.721.736**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**12.721.736**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39217 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN
ANEXO I **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**12.721.736**
		Projetos							
26 784	**2086 12LN**	**Construção do Berço 4, no Porto de Natal (RN)**							**10.846.234**
26 784	2086 12LN 0024	Construção do Berço 4, no Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte							10.846.234
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	10.846.234
26 784	**2086 12LP**	**Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)**							**875.502**
26 784	2086 12LP 0024	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte							875.502
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	875.502
26 784	**2086 14N0**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Maceió (AL)**							**1.000.000**
26 784	2086 14N0 0027	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Maceió (AL) - No Estado de Alagoas							1.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 100	I	4-INV	2	90	0	495	1.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**12.721.736**

ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23- Comércio e Serviços	**170.000.000**
25- Energia	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**179.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

694- Serviços Financeiros	**170.000.000**
752- Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**179.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23- Comércio e Serviços	**170.000.000**
694- Serviços Financeiros	**170.000.000**
25- Energia	**9.062.342**
752- Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**179.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**170.000.000**
2033- Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**179.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

25000- Ministério da Fazenda	**170.000.000**
32000- Ministério de Minas e Energia	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**179.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495- Recursos do Orçamento de Investimento	**179.062.342**
TOTAL GERAL	**179.062.342**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**170.000.000**
TOTAL GERAL	**170.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

694 - Serviços Financeiros	**170.000.000**
TOTAL GERAL	**170.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	170.000.000
694- Serviços Financeiros	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

25234 - Banco do Brasil S.A. - BB	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25234 - Banco do Brasil S.A. - BB
ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

694 - Serviços Financeiros	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	170.000.000
694- Serviços Financeiros	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	170.000.000
TOTAL GERAL	170.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25234 - Banco do Brasil S.A. - BB
ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDP	GRUPO	MODU	IT	FONTE	VALOR
	0781	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais**							**170.000.000**
		Atividades							
23 694	**0781 4106**	**Manutenção da Infraestrutura de Atendimento**							**170.000.000**
23 694	0781 4106 0001	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Nacional							170.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	170.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**170.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO II — **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	9.062.342
TOTAL GERAL	9.062.342

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	9.062.342
TOTAL GERAL	9.062.342

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	9.062.342
752- Energia Elétrica	9.062.342
TOTAL GERAL	9.062.342

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	9.062.342
TOTAL GERAL	9.062.342

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL	9.062.342
TOTAL GERAL	9.062.342

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**9.062.342**
752- Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**9.062.342**
TOTAL GERAL	**9.062.342**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO II **Crédito Especial**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	UTE	FONTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**						**9.062.342**
		Atividades						
25 752	**2033 6749**	**Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AL)**						**5.173.930**
25 752	2033 6749 0027	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AL) - No Estado de Alagoas						5.173.930
			I	4-INV	4	90	0 495	5.173.930
		Projetos						
25 752	**2033 3375**	**Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AL)**						**3.888.412**
25 752	2033 3375 0027	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AL) - No Estado de Alagoas						3.888.412
			I	4-INV	4	90	0 495	3.888.412
TOTAL - INVESTIMENTOS								**9.062.342**

LEI Nº 13.553, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento de Investimento para 2017 crédito suplementar no valor total de R$ 8.480.320.523,00 em favor de diversas empresas estatais e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 15.278.975.941,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017) crédito suplementar no valor total de R$ 8.480.320.523,00 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil e quinhentos e vinte e três reais), em favor em favor de diversas empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de recursos para aumento do patrimônio líquido - tesouro, recursos para aumento do patrimônio líquido - saldo de exercícios anteriores, recursos para aumento do patrimônio líquido - controladora, operações de crédito de longo prazo, outros recursos de longo prazo e cancelamento parcial de dotações em outras ações orçamentárias, conforme demonstrado nos Anexos I e II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 - LOA/2017), relativamente às dotações orçamentárias das empresas constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global R$ 15.278.975.941,00 (quinze bilhões, duzentos e setenta e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil e novecentos e quarenta e um reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05- Defesa Nacional	**190.800**
23- Comércio e Serviços	**12.814.776**
25- Energia	**8.432.622.641**
26- Transporte	**34.692.306**
TOTAL GERAL	**8.480.320.523**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122- Administração Geral	**12.190.717**
126- Tecnologia da Informação	**54.173.496**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

692- Comercialização		119.282.000
752- Energia Elétrica		37.706.004
753- Combustíveis Minerais		7.907.998.000
784- Transporte Hidroviário		34.192.306
785- Transportes Especiais		314.778.000
	TOTAL GERAL	8.480.320.523

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05- Defesa Nacional		190.800
122- Administração Geral		51.800
126- Tecnologia da Informação		139.000
23- Comércio e Serviços		12.814.776
122- Administração Geral		3.191.853
126- Tecnologia da Informação		9.622.923
25- Energia		8.432.622.641
122- Administração Geral		8.447.064
126- Tecnologia da Informação		44.411.573
692- Comercialização		119.282.000
752- Energia Elétrica		37.706.004
753- Combustíveis Minerais		7.907.998.000
785- Transportes Especiais		314.778.000
26- Transporte		34.692.306
122- Administração Geral		500.000
784- Transporte Hidroviário		34.192.306
	TOTAL GERAL	8.480.320.523

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		97.005.213
2022- Combustíveis		139.268.000
2033- Energia Elétrica		37.706.004
2053- Petróleo e Gás		8.172.149.000
2086- Transporte Aquaviário		34.192.306
	TOTAL GERAL	8.480.320.523

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

25000- Ministério da Fazenda		12.814.776
32000- Ministério de Minas e Energia		8.432.622.641
39000- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil		34.692.306
52000- Ministério da Defesa		190.800
	TOTAL GERAL	8.480.320.523

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495- Recursos do Orçamento de Investimento		8.480.320.523
	TOTAL GERAL	8.480.320.523

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		4.051.555.911
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		3.881.965.783
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		3.881.965.783
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido		8.695.548
6.2.1.0.00.00 - Tesouro		8.695.548
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores		8.695.548
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo		160.894.580
6.9.2.0.00.00 - Controladora		160.894.580
		4.051.555.911
	TOTAL GERAL	
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	3.881.965.783
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	169.590.128

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços		12.814.776
	TOTAL GERAL	12.814.776

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral		3.191.853
126 - Tecnologia da Informação		9.622.923
	TOTAL GERAL	12.814.776

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	12.814.776
122- Administração Geral	3.191.853
126- Tecnologia da Informação	9.622.923
TOTAL GERAL	12.814.776

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	12.814.776
TOTAL GERAL	12.814.776

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA	959.070
25230 - COBRA Tecnologia S.A.	11.755.706
25246 - BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	100.000
TOTAL GERAL	12.814.776

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	12.814.776
TOTAL GERAL	12.814.776

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	37.943.525
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	37.943.525
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	37.943.525
TOTAL GERAL	37.943.525
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	37.943.525
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	959.070
TOTAL GERAL	959.070

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	959.070
TOTAL GERAL	959.070

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	959.070
122- Administração Geral	959.070
TOTAL GERAL	959.070

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	959.070
TOTAL GERAL	959.070

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	959.070
TOTAL GERAL	959.070

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							959.070
		Atividades							
23 122	0807 4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos							959.070

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

23 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional									959.070
			I	4-INV	4	90	0	495			959.070
TOTAL - INVESTIMENTOS											**959.070**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25230 - COBRA Tecnologia S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**11.755.706**
TOTAL GERAL	**11.755.706**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**2.132.783**
126 - Tecnologia da Informação	**9.622.923**
TOTAL GERAL	**11.755.706**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**11.755.706**
122- Administração Geral	**2.132.783**
126- Tecnologia da Informação	**9.622.923**
TOTAL GERAL	**11.755.706**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**11.755.706**
TOTAL GERAL	**11.755.706**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**11.755.706**
TOTAL GERAL	**11.755.706**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**37.843.525**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**37.843.525**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**37.843.525**
	37.843.525
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**37.843.525**
	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25230 - COBRA Tecnologia S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**11.755.706**
		Atividades							
23 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**2.132.783**
23 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							2.132.783
			I	4-INV	4	90	0	495	2.132.783
23 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**9.622.923**
23 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							9.622.923
			I	4-INV	4	90	0	495	9.622.923
TOTAL - INVESTIMENTOS									**11.755.706**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25246 - BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**100.000**
TOTAL GERAL	**100.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**100.000**
TOTAL GERAL	**100.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**100.000**
122- Administração Geral	**100.000**
TOTAL GERAL	**100.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**100.000**
TOTAL GERAL	**100.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**100.000**
TOTAL GERAL	**100.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**100.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**100.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**100.000**
TOTAL GERAL	**100.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**100.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25246 - BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDG	PROG	MOD	IUTE	FONTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**100.000**
		Atividades							
23 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**100.000**
23 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							100.000
			I	4-INV	4	90	0	495	100.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**100.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**8.432.622.641**
TOTAL GERAL	**8.432.622.641**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**8.447.064**
126 - Tecnologia da Informação	**44.411.573**
692 - Comercialização	**119.282.000**
752 - Energia Elétrica	**37.706.004**
753 - Combustíveis Minerais	**7.907.998.000**
785 - Transportes Especiais	**314.778.000**
TOTAL GERAL	**8.432.622.641**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**8.432.622.641**
122- Administração Geral	**8.447.064**
126- Tecnologia da Informação	**44.411.573**
692- Comercialização	**119.282.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

752- Energia Elétrica		37.706.004
753- Combustíveis Minerais		7.907.998.000
785- Transportes Especiais		314.778.000
	TOTAL GERAL	8.432.622.641

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		83.499.637
2022 - Combustíveis		139.268.000
2033 - Energia Elétrica		37.706.004
2053 - Petróleo e Gás		8.172.149.000
	TOTAL GERAL	8.432.622.641

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32225 - ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.		2.315.000
32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS		4.211.389.000
32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR		144.696.000
32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE		215.064
32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL		4.638.490
32270 - Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON		8.000.000
32272 - Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA		2.603.018
32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO		27.644.000
32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV		3.725.137.000
32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV		243.577.000
32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG		2.733.000
32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS		1.867.000
32333 - Stratura Asfaltos S.A.		135.000
32334 - Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO		112.000
32362 - Uirapuru Transmissora de Energia S.A.		125.000
32363 - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE		3.502.500
32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT		22.096.569
32367 - Araucária Nitrogenados S.A.		30.442.000
32395 - Eólica Chuí IX S.A.		1.395.000
	TOTAL GERAL	8.432.622.641

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		8.432.622.641
	TOTAL GERAL	8.432.622.641

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		3.982.420.080
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		3.821.525.500
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		3.821.525.500
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo		160.894.580
6.9.2.0.00.00 - Controladora		160.894.580
	TOTAL GERAL	3.982.420.080
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	3.821.525.500
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	160.894.580

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32204 - Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		160.000.000
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo		160.000.000
6.9.2.0.00.00 - Controladora		160.000.000
		160.000.000
	TOTAL GERAL	
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	160.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32225 - ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**2.315.000**
TOTAL GERAL	**2.315.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**2.315.000**
TOTAL GERAL	**2.315.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**2.315.000**
752- Energia Elétrica	**2.315.000**
TOTAL GERAL	**2.315.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**2.315.000**
TOTAL GERAL	**2.315.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.315.000**
TOTAL GERAL	**2.315.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32225 - ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**						**2.315.000**
		Atividades						
25 752	**2033 4471**	**Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul**						**2.315.000**
25 752	2033 4471 0001	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul - Nacional						2.315.000
			I	4-INV	4	90	0 495	2.315.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**2.315.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**4.211.389.000**
TOTAL GERAL	**4.211.389.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**3.914.700.000**
785 - Transportes Especiais	**296.689.000**
TOTAL GERAL	**4.211.389.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**4.211.389.000**
753- Combustíveis Minerais	**3.914.700.000**
785- Transportes Especiais	**296.689.000**
TOTAL GERAL	**4.211.389.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**199.000**
2022 - Combustíveis	**4.630.000**
2053 - Petróleo e Gás	**4.206.560.000**
TOTAL GERAL	**4.211.389.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**4.211.389.000**
TOTAL GERAL	**4.211.389.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRO	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**199.000**
		Atividades							
25 753	**0807 6595**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados**							**199.000**
25 753	0807 6595 0020	Manutenção da Infraestrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - Na Região Nordeste							199.000
			I	4-INV	4	90	0	495	199.000
	2022	**Combustíveis**							**4.630.000**
		Projetos							
25 785	**2022 11SW**	**Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / REPLAN / Ilha Dágua-RJ)**							**39.000**
25 785	2022 11SW 0030	Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / REPLAN / Ilha Dágua-RJ) - Na Região Sudeste							39.000
			I	4-INV	5	90	0	495	39.000
25 785	**2022 11UN**	**Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP)**							**1.486.000**
25 785	2022 11UN 0035	Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP) - No Estado de São Paulo							1.486.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.486.000
25 785	**2022 152G**	**Implantação de Infraestrutura Logística Dutoviária para Atendimento ao COMPERJ**							**191.000**
25 785	2022 152G 0033	Implantação de Infraestrutura Logística Dutoviária para Atendimento ao COMPERJ - No Estado do Rio de Janeiro							191.000
			I	4-INV	4	90	0	495	191.000
25 785	**2022 152H**	**Implantação de Dutos de Escoamento de GLP e C5+, com Aproximadamente 70 Km de Extensão, da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba para a Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP**							**2.000**
25 785	2022 152H 0035	Implantação de Dutos de Escoamento de GLP e C5+, com Aproximadamente 70 Km de Extensão, da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba para a Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP - No Estado de São Paulo							2.000
			I	4-INV	5	90	0	495	2.000
25 753	**2022 15FD**	**Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)**							**1.578.000**
25 753	2022 15FD 0041	Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR) - No Estado do Paraná							1.578.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.578.000
25 753	**2022 15FE**	**Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)**							**1.334.000**
25 753	2022 15FE 0035	Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP) - No Estado de São Paulo							1.334.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.334.000
	2053	**Petróleo e Gás**							**4.206.560.000**
		Atividades							
25 753	**2053 20OP**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural, na Bacia de Santos**							**12.139.000**
25 753	2053 20OP 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural, na Bacia de Santos - Na Região Sudeste							12.139.000
			I	4-INV	5	90	0	495	12.139.000
25 753	**2053 20OS**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Pré-Sal**							**1.646.076.000**
25 753	2053 20OS 0001	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Pré-Sal - Nacional							1.646.076.000
			I	4-INV	5	90	0	495	1.646.076.000
25 753	**2053 20OU**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo**							**1.745.310.000**
25 753	2053 20OU 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste							1.745.310.000
			I	4-INV	5	90	0	495	1.745.310.000
25 753	**2053 20OW**	**Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável**							**50.555.000**
25 753	2053 20OW 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Gás, Energia e Desenvolvimento Sustentável - Nacional							50.555.000
			I	4-INV	4	90	0	495	50.555.000
25 785	**2053 213V**	**Manutenção da Infraestrutura das Unidades de Tratamento de Gás**							**211.000**
25 785	2053 213V 0001	Manutenção da Infraestrutura das Unidades de Tratamento de Gás - Nacional							211.000
			I	4-INV	4	90	0	495	211.000
25 753	**2053 2761**	**Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste**							**154.543.000**
25 753	2053 2761 0020	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste - Na Região Nordeste							154.543.000
			I	4-INV	5	90	0	495	154.543.000
25 753	**2053 2D01**	**Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste**							**25.695.000**
25 753	2053 2D01 0020	Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste - Na Região Nordeste							25.695.000
			I	4-INV	5	90	0	495	25.695.000
25 753	**2053 4109**	**Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural**							**226.299.000**
25 753	2053 4109 0001	Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural - Nacional							226.299.000
			I	4-INV	4	90	0	495	226.299.000
25 753	**2053 4237**	**Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**							**50.537.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 753	2053 4237 0001	Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional							50.537.000
			I	4-INV	4	90	0	495	50.537.000
		Projetos							
25 753	**2053 14KK**	**Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia na Bacia de Santos**							**334.000**
25 753	2053 14KK 0033	Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia na Bacia de Santos - No Estado do Rio de Janeiro							334.000
			I	4-INV	5	90	0	495	334.000
25 753	**2053 151A**	**Implantação de Unidades de Processamento de Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos com Capacidade de Processamento de 21 MM m3/dia**							**101.000**
25 753	2053 151A 0033	Implantação de Unidades de Processamento de Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos com Capacidade de Processamento de 21 MM m3/dia - No Estado do Rio de Janeiro							101.000
			I	4-INV	5	90	0	495	101.000
25 785	**2053 152I**	**Implantação de Gasoduto Complementar para Escoamento de Gás do Pólo Pré-Sal, do Campo de Lula NE para o Terminal de Cabiúnas - TECAB**							**285.117.000**
25 785	2053 152I 0033	Implantação de Gasoduto Complementar para Escoamento de Gás do Pólo Pré-Sal, do Campo de Lula NE para o Terminal de Cabiúnas - TECAB - No Estado do Rio de Janeiro							285.117.000
			I	4-INV	5	90	0	495	285.117.000
25 785	**2053 15BG**	**Implantação e Adequação de Unidades de Tratamento, de Processamento e de Escoamento de Gás**							**9.643.000**
25 785	2053 15BG 0001	Implantação e Adequação de Unidades de Tratamento, de Processamento e de Escoamento de Gás - Nacional							9.643.000
			I	4-INV	4	90	0	495	9.643.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**4.211.389.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**144.696.000**
TOTAL GERAL	**144.696.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**2.539.000**
126 - Tecnologia da Informação	**22.875.000**
692 - Comercialização	**119.282.000**
TOTAL GERAL	**144.696.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**144.696.000**
122- Administração Geral	**2.539.000**
126- Tecnologia da Informação	**22.875.000**
692- Comercialização	**119.282.000**
TOTAL GERAL	**144.696.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**25.414.000**
2022 - Combustíveis	**119.282.000**
TOTAL GERAL	**144.696.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**144.696.000**
TOTAL GERAL	**144.696.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**60.924.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**60.924.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**60.924.000**
TOTAL GERAL	**60.924.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**60.924.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0807		**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**25.414.000**
		Atividades							

25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**2.539.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							2.539.000
			I	4-INV	4	90	0	495	2.539.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**22.875.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							22.875.000
			I	4-INV	4	90	0	495	22.875.000
	2022	**Combustíveis**							**119.282.000**
		Atividades							
25 692	**2022 2787**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**119.282.000**
25 692	2022 2787 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							119.282.000
			I	4-INV	4	90	0	495	119.282.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**144.696.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**215.064**
TOTAL GERAL	**215.064**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**215.064**
TOTAL GERAL	**215.064**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**215.064**
122- Administração Geral	**215.064**
TOTAL GERAL	**215.064**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**215.064**
TOTAL GERAL	**215.064**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**215.064**
TOTAL GERAL	**215.064**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**215.064**
		Atividades							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**215.064**
25 122	0807 4102 0012	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Acre							215.064
			I	4-INV	4	90	0	495	215.064
TOTAL - INVESTIMENTOS									**215.064**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**4.638.490**
TOTAL GERAL	**4.638.490**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**4.146.723**
752 - Energia Elétrica	**491.767**
TOTAL GERAL	**4.638.490**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**4.638.490**
126- Tecnologia da Informação	**4.146.723**
752- Energia Elétrica	**491.767**
TOTAL GERAL	**4.638.490**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**4.146.723**
2033 - Energia Elétrica	**491.767**
TOTAL GERAL	**4.638.490**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**4.638.490**
TOTAL GERAL	**4.638.490**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**894.580**
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	**894.580**
6.9.2.0.00.00 - Controladora	**894.580**
TOTAL GERAL	**894.580**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**894.580**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDG	PROG	MOD	IUTE	F	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**4.146.723**
		Atividades							
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**4.146.723**
25 126	0807 4103 0027	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Alagoas							4.146.723
			I	4-INV	4	90	0	495	4.146.723
	2033	**Energia Elétrica**							**491.767**
		Atividades							
25 752	**2033 20P3**	**Adequação do Sistemas de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AL)**							**491.767**
25 752	2033 20P3 0027	Adequação do Sistemas de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AL) - No Estado de Alagoas							491.767
			I	4-INV	4	90	0	495	491.767
TOTAL - INVESTIMENTOS									**4.638.490**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32270 - Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**8.000.000**
TOTAL GERAL	**8.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**8.000.000**
TOTAL GERAL	**8.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**8.000.000**
752- Energia Elétrica	**8.000.000**
TOTAL GERAL	**8.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**8.000.000**
TOTAL GERAL	**8.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**8.000.000**
TOTAL GERAL	**8.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32270 - Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**						**8.000.000**
		Projetos						
25 752	**2033 14KZ**	**Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (RO)**						**8.000.000**
25 752	2033 14KZ 0011	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (RO) - No Estado de Rondônia						8.000.000
		Sistema ampliado (percentual de execução física): 2	I	4-INV	4	90	0 495	8.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**8.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32272 - Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**2.603.018**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**450.000**
752 - Energia Elétrica	**2.153.018**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**2.603.018**
122- Administração Geral	**450.000**
752- Energia Elétrica	**2.153.018**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**450.000**
2033 - Energia Elétrica	**2.153.018**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.603.018**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32272 - Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**450.000**
		Atividades						
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**						**450.000**
25 122	0807 4102 0014	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Roraima						450.000
			I	4-INV	4	90	0 495	450.000
	2033	**Energia Elétrica**						**2.153.018**
		Atividades						
25 752	**2033 20PA**	**Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (RR)**						**2.153.018**
25 752	2033 20PA 0014	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (RR) - No Estado de Roraima						2.153.018
			I	4-INV	4	90	0 495	2.153.018
TOTAL - INVESTIMENTOS								**2.603.018**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**27.644.000**
TOTAL GERAL	**27.644.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**4.029.000**
126 - Tecnologia da Informação	**8.259.000**
785 - Transportes Especiais	**15.356.000**
TOTAL GERAL	**27.644.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**27.644.000**
122- Administração Geral	**4.029.000**
126- Tecnologia da Informação	**8.259.000**
785- Transportes Especiais	**15.356.000**
TOTAL GERAL	**27.644.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**12.288.000**
2022 - Combustíveis	**15.356.000**
TOTAL GERAL	**27.644.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**27.644.000**
TOTAL GERAL	**27.644.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**12.288.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**4.029.000**
25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							4.029.000
			I	4-INV	4	90	0	495	4.029.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**8.259.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							8.259.000
			I	4-INV	4	90	0	495	8.259.000
	2022	**Combustíveis**							**15.356.000**
		Atividades							
25 785	**2022 4107**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados**							**15.356.000**
25 785	2022 4107 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados - Nacional							15.356.000
			I	4-INV	4	90	0	495	15.356.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**27.644.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**3.725.137.000**
TOTAL GERAL	**3.725.137.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**3.725.137.000**
TOTAL GERAL	**3.725.137.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**3.725.137.000**
753- Combustíveis Minerais	**3.725.137.000**
TOTAL GERAL	**3.725.137.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**3.725.137.000**
TOTAL GERAL	**3.725.137.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.725.137.000**
TOTAL GERAL	**3.725.137.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**3.725.137.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**3.725.137.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**3.725.137.000**
TOTAL GERAL	**3.725.137.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**3.725.137.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**3.725.137.000**
		Atividades							
25 753	**2053 2851**	**Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural**							**1.381.123.000**
25 753	2053 2851 0002	Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural - No Exterior							1.381.123.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.381.123.000
		Projetos							
25 753	**2053 146Q**	**Construção de Unidades Estacionárias de Produção V (Período 2012-2021)**							**2.344.014.000**
25 753	2053 146Q 0001	Construção de Unidades Estacionárias de Produção V (Período 2012-2021) - Nacional							2.344.014.000
			I	4-INV	5	90	0	495	2.344.014.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**3.725.137.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**243.577.000**
TOTAL GERAL	**243.577.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**5.858.000**
753 - Combustíveis Minerais	**237.719.000**
TOTAL GERAL	**243.577.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**243.577.000**
126- Tecnologia da Informação	**5.858.000**
753- Combustíveis Minerais	**237.719.000**
TOTAL GERAL	**243.577.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**5.858.000**
2053 - Petróleo e Gás	**237.719.000**
TOTAL GERAL	**243.577.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**243.577.000**
TOTAL GERAL	**243.577.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**5.858.000**
		Atividades							
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**5.858.000**
25 126	0807 4103 0002	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Exterior							5.858.000
			I	4-INV	4	90	0	495	5.858.000
	2053	**Petróleo e Gás**							**237.719.000**
		Atividades							
25 753	**2053 215V**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural no Exterior**							**237.719.000**
25 753	2053 215V 0002	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural no Exterior - No Exterior							237.719.000
			I	4-INV	4	90	0	495	237.719.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**243.577.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**2.733.000**
TOTAL GERAL	**2.733.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

785 - Transportes Especiais	**2.733.000**
TOTAL GERAL	**2.733.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**2.733.000**
785- Transportes Especiais	**2.733.000**
TOTAL GERAL	**2.733.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**2.733.000**
TOTAL GERAL	**2.733.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.733.000**
TOTAL GERAL	**2.733.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**2.733.000**
		Projetos							
25 785	**2053 146S**	**Implantação de Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural**							**2.733.000**
25 785	2053 146S 0001	Implantação de Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional							2.733.000
			I	4-INV	4	90	0	495	2.733.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**2.733.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**1.867.000**
TOTAL GERAL	**1.867.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**967.000**
126 - Tecnologia da Informação	**900.000**
TOTAL GERAL	**1.867.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**1.867.000**
122- Administração Geral	**967.000**
126- Tecnologia da Informação	**900.000**
TOTAL GERAL	**1.867.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**1.867.000**
TOTAL GERAL	**1.867.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**1.867.000**
TOTAL GERAL	**1.867.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**1.867.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**967.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							967.000
			I	4-INV	4	90	0	495	967.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**900.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							900.000
			I	4-INV	4	90	0	495	900.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**1.867.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**135.000**
TOTAL GERAL	**135.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**135.000**
TOTAL GERAL	**135.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**135.000**
122- Administração Geral	**135.000**
TOTAL GERAL	**135.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**135.000**
TOTAL GERAL	**135.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**135.000**
TOTAL GERAL	**135.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**135.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**135.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							135.000
			I	4-INV	4	90	0	495	135.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**135.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32334 - Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**112.000**
TOTAL GERAL	**112.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**112.000**
TOTAL GERAL	**112.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**112.000**
122- Administração Geral	**112.000**
TOTAL GERAL	**112.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**112.000**
TOTAL GERAL	**112.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**112.000**
TOTAL GERAL	**112.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32334 - Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**112.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**112.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							112.000
			I	4-INV	4	90	0	495	112.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**112.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32362 - Uirapuru Transmissora de Energia S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**125.000**
TOTAL GERAL	**125.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**125.000**
TOTAL GERAL	**125.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**125.000**
752- Energia Elétrica	**125.000**
TOTAL GERAL	**125.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**125.000**
TOTAL GERAL	**125.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**125.000**
TOTAL GERAL	**125.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**125.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**125.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**125.000**
TOTAL GERAL	**125.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**125.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32362 - Uirapuru Transmissora de Energia S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESFD	GNDD	RPEO	MUTE	IF	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**						**125.000**
		Atividades						
25 752	**2033 217D**	**Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul - Uirapuru**						**125.000**
25 752	2033 217D 0041	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul - Uirapuru - No Estado do Paraná						125.000
			I	4-INV	4	90	0 495	125.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**125.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32363 - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**3.502.500**
TOTAL GERAL	**3.502.500**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**3.502.500**
TOTAL GERAL	**3.502.500**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**3.502.500**
752- Energia Elétrica	**3.502.500**
TOTAL GERAL	**3.502.500**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**3.502.500**
TOTAL GERAL	**3.502.500**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.502.500**
TOTAL GERAL	**3.502.500**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**3.502.500**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**3.502.500**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**3.502.500**
	3.502.500
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**3.502.500**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32363 - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**3.502.500**
		Atividades							
25 752	**2033 216M**	**Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul (TSBE)**							**3.502.500**
25 752	2033 216M 0040	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul (TSBE) - Na Região Sul							3.502.500
			I	4-INV	4	90	0	495	3.502.500
TOTAL - INVESTIMENTOS									**3.502.500**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**22.096.569**
TOTAL GERAL	**22.096.569**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**2.372.850**
752 - Energia Elétrica	**19.723.719**
TOTAL GERAL	**22.096.569**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**22.096.569**
126- Tecnologia da Informação	**2.372.850**
752- Energia Elétrica	**19.723.719**
TOTAL GERAL	**22.096.569**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**2.372.850**
2033 - Energia Elétrica	**19.723.719**
TOTAL GERAL	**22.096.569**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**22.096.569**
TOTAL GERAL	**22.096.569**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**2.372.850**
		Atividades							
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**2.372.850**
25 126	0807 4103 0013	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Amazonas							2.372.850
			I	4-INV	4	90	0	495	2.372.850
	2033	**Energia Elétrica**							**19.723.719**
		Projetos							

25 752	**2033 151B**	**Implantação da Usina Termelétrica MAUÁ 3, em ciclo combinado, com Capacidade de Geração de até 650 MW, em Manaus (AM)**								**19.723.719**
25 752	2033 151B 0013	Implantação da Usina Termelétrica MAUÁ 3, em ciclo combinado, com Capacidade de Geração de até 650 MW, em Manaus (AM) - No Estado do Amazonas								19.723.719
		Usina implantada (percentual de execução física): 14	I	4-INV	4	90	0	495		19.723.719
TOTAL - INVESTIMENTOS										**22.096.569**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32367 - Araucária Nitrogenados S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**30.442.000**
TOTAL GERAL	**30.442.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**30.442.000**
TOTAL GERAL	**30.442.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**30.442.000**
753- Combustíveis Minerais	**30.442.000**
TOTAL GERAL	**30.442.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**30.442.000**
TOTAL GERAL	**30.442.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**30.442.000**
TOTAL GERAL	**30.442.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**30.442.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**30.442.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**30.442.000**
TOTAL GERAL	**30.442.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**30.442.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32367 - Araucária Nitrogenados S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**30.442.000**
		Atividades							
25 753	**0807 6595**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados**							**30.442.000**
25 753	0807 6595 0041	Manutenção da Infraestrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - No Estado do Paraná							30.442.000
			I	4-INV	4	90	0	495	30.442.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**30.442.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32395 - Eólica Chuí IX S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**1.395.000**
TOTAL GERAL	**1.395.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**1.395.000**
TOTAL GERAL	**1.395.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**1.395.000**
752- Energia Elétrica	**1.395.000**
TOTAL GERAL	**1.395.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**1.395.000**
TOTAL GERAL	**1.395.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**1.395.000**
TOTAL GERAL	**1.395.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**1.395.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**1.395.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**1.395.000**
	1.395.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**1.395.000**
	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32395 - Eólica Chuí IX S.A.
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**1.395.000**
		Projetos							
25 752	**2033 15MR**	**Implantação da Usina Eólica Chuí IX com 17,9 MW de Potência Instalada e Sistema de Transmissão e de Telecomunicação Associados (Leilão ANEEL nº 009/2013)**							**1.395.000**
25 752	2033 15MR 4809	Implantação da Usina Eólica Chuí IX com 17,9 MW de Potência Instalada e Sistema de Transmissão e de Telecomunicação Associados (Leilão ANEEL nº 009/2013) - No Município de Chuí - RS							1.395.000
			I	4-INV	5	90	0	495	1.395.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**1.395.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**34.692.306**
TOTAL GERAL	**34.692.306**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**500.000**
784 - Transporte Hidroviário	**34.192.306**
TOTAL GERAL	**34.692.306**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**34.692.306**
122- Administração Geral	**500.000**
784- Transporte Hidroviário	**34.192.306**
TOTAL GERAL	**34.692.306**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	500.000
2086 - Transporte Aquaviário	34.192.306
TOTAL GERAL	34.692.306

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	2.500.000
39213 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	358.608
39215 - Companhia Docas do Pará - CDP	9.336.940
39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	22.496.758
TOTAL GERAL	34.692.306

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	34.692.306
TOTAL GERAL	34.692.306

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	31.192.306
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	22.496.758
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	22.496.758
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	8.695.548
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	8.695.548
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	8.695.548
TOTAL GERAL	31.192.306
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	22.496.758
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	8.695.548

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	2.500.000
TOTAL GERAL	2.500.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	500.000
784 - Transporte Hidroviário	2.000.000
TOTAL GERAL	2.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	2.500.000
122- Administração Geral	500.000
784- Transporte Hidroviário	2.000.000
TOTAL GERAL	2.500.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	500.000
2086 - Transporte Aquaviário	2.000.000
TOTAL GERAL	2.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.500.000
TOTAL GERAL	2.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							500.000
		Atividades							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**500.000**
26 122	0807 4102 0029	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia							500.000
			I	4-INV	2	90	0	495	500.000
	2086	**Transporte Aquaviário**							**2.000.000**
		Projetos							
26 784	**2086 143O**	**Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Salvador (BA)**							**2.000.000**
26 784	2086 143O 0029	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia							2.000.000
			I	4-INV	2	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**2.500.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39213 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**358.608**
TOTAL GERAL	**358.608**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**358.608**
TOTAL GERAL	**358.608**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**358.608**
784- Transporte Hidroviário	**358.608**
TOTAL GERAL	**358.608**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2086 - Transporte Aquaviário	**358.608**
TOTAL GERAL	**358.608**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**358.608**
TOTAL GERAL	**358.608**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**358.608**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**358.608**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**358.608**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	**358.608**
	358.608
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
	358.608
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39213 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**358.608**
		Projetos							
26 784	**2086 1C67**	**Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)**							**358.608**
26 784	2086 1C67 0035	Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP) - No Estado de São Paulo							358.608
		Trecho pavimentado (percentual de execução física): 1	I	4-INV	3	90	0	495	358.608
TOTAL - INVESTIMENTOS									**358.608**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39215 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**9.336.940**
TOTAL GERAL	**9.336.940**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**9.336.940**
TOTAL GERAL	**9.336.940**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**9.336.940**
784- Transporte Hidroviário	**9.336.940**
TOTAL GERAL	**9.336.940**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2086 - Transporte Aquaviário	**9.336.940**
TOTAL GERAL	**9.336.940**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**9.336.940**
TOTAL GERAL	**9.336.940**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**8.336.940**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**8.336.940**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**8.336.940**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	**8.336.940**
TOTAL GERAL	**8.336.940**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**8.336.940**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39215 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**9.336.940**
		Projetos							
26 784	**2086 11WH**	**Estudos e Projetos para Construção do Terminal de Múltiplo Uso, no Porto de Vila do Conde (PA)**							**8.336.940**
26 784	2086 11WH 0015	Estudos e Projetos para Construção do Terminal de Múltiplo Uso, no Porto de Vila do Conde (PA) - No Estado do Pará							8.336.940
		Estudo realizado (percentual de execução física): 55	I	4-INV	2	90	0	495	8.336.940
26 784	**2086 144R**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Belém (PA)**							**700.000**
26 784	2086 144R 0015	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Belém (PA) - No Estado do Pará							700.000
		Obra executada (percentual de execução física): 14	I	4-INV	2	90	0	495	700.000
26 784	**2086 144V**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vila do Conde (PA)**							**300.000**
26 784	2086 144V 0015	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vila do Conde (PA) - No Estado do Pará							300.000
		Obra executada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	2	90	0	495	300.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**9.336.940**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**22.496.758**
TOTAL GERAL	**22.496.758**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**22.496.758**
TOTAL GERAL	**22.496.758**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**22.496.758**
784- Transporte Hidroviário	**22.496.758**
TOTAL GERAL	**22.496.758**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2086 - Transporte Aquaviário	**22.496.758**
TOTAL GERAL	**22.496.758**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**22.496.758**
TOTAL GERAL	**22.496.758**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**22.496.758**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**22.496.758**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**22.496.758**
TOTAL GERAL	**22.496.758**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**22.496.758**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	UNI	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**22.496.758**
		Projetos							
26 784	**2086 144X**	**Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**							**22.496.758**
26 784	2086 144X 0033	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							22.496.758
		Obra executada (percentual de execução física): 8	I	4-INV	2	90	0	495	22.496.758
TOTAL - INVESTIMENTOS									**22.496.758**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**190.800**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**51.800**
126 - Tecnologia da Informação	**139.000**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**190.800**
122- Administração Geral	**51.800**
126- Tecnologia da Informação	**139.000**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**190.800**
TOTAL GERAL	**190.800**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	**190.800**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**190.800**
TOTAL GERAL	**190.800**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**190.800**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**51.800**
126 - Tecnologia da Informação	**139.000**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**190.800**
122- Administração Geral	**51.800**
126- Tecnologia da Informação	**139.000**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**190.800**
TOTAL GERAL	**190.800**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**190.800**
TOTAL GERAL	**190.800**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDP	GND	RPO	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**								**190.800**
		Atividades								
05 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**								**51.800**
05 122	0807 4102 0033	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Rio de Janeiro								51.800
			I	4-INV	2	90	0		495	51.800
05 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**								**139.000**
05 126	0807 4103 0033	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Rio de Janeiro								139.000
			I	4-INV	2	90	0		495	139.000
TOTAL - INVESTIMENTOS										**190.800**

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05- Defesa Nacional	**2.373.351**
09- Previdência Social	**90.000.000**
23- Comércio e Serviços	**477.575.353**
24- Comunicações	**20.000.000**
25- Energia	**14.585.410.046**
26- Transporte	**103.617.191**
TOTAL GERAL	**15.278.975.941**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122- Administração Geral	**501.322.350**
126- Tecnologia da Informação	**667.438.136**
662- Produção Industrial	**11.031.000**
692- Comercialização	**82.468.000**
694- Serviços Financeiros	**72.017.903**
722- Telecomunicações	**20.000.000**
751- Conservação de Energia	**2.029.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

752- Energia Elétrica	3.434.745.361
753- Combustíveis Minerais	9.122.940.000
754- Biocombustíveis	4.300.000
781- Transporte Aéreo	46.706.582
784- Transporte Hidroviário	329.250.609
785- Transportes Especiais	984.727.000
TOTAL GERAL	15.278.975.941

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05- Defesa Nacional	2.373.351
122- Administração Geral	2.373.351
09- Previdência Social	90.000.000
122- Administração Geral	35.750.000
126- Tecnologia da Informação	54.250.000
23- Comércio e Serviços	477.575.353
122- Administração Geral	291.260.326
126- Tecnologia da Informação	114.297.124
694- Serviços Financeiros	72.017.903
24- Comunicações	20.000.000
722- Telecomunicações	20.000.000
25- Energia	14.585.410.046
122- Administração Geral	168.238.673
126- Tecnologia da Informação	497.891.012
662- Produção Industrial	11.031.000
692- Comercialização	82.468.000
751- Conservação de Energia	2.029.000
752- Energia Elétrica	3.434.745.361
753- Combustíveis Minerais	9.122.940.000
754- Biocombustíveis	4.300.000
784- Transporte Hidroviário	277.040.000
785- Transportes Especiais	984.727.000
26- Transporte	103.617.191
122- Administração Geral	3.700.000
126- Tecnologia da Informação	1.000.000
781- Transporte Aéreo	46.706.582
784- Transporte Hidroviário	52.210.609
TOTAL GERAL	15.278.975.941

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	72.017.903
0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	1.179.791.486
2017- Aviação Civil	46.706.582
2022- Combustíveis	3.190.982.000
2025- Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	20.000.000
2033- Energia Elétrica	3.402.379.903
2053- Petróleo e Gás	7.280.493.000
2086- Transporte Aquaviário	52.210.609
2119- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	34.394.458
TOTAL GERAL	15.278.975.941

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

24000- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	20.000.000
25000- Ministério da Fazenda	473.583.495
32000- Ministério de Minas e Energia	14.585.410.046
39000- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	103.617.191
47000- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	93.991.858
52000- Ministério da Defesa	2.373.351
TOTAL GERAL	15.278.975.941

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495- Recursos do Orçamento de Investimento	15.278.975.941
TOTAL GERAL	15.278.975.941

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	10.850.211.329
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	7.750.669.886
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	7.750.669.886
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	916.198.142
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	111.917.191
6.2.1.1.00.00 - Direto	79.706.582
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	32.210.609
6.2.2.0.00.00 - Controladora	804.280.951
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	2.135.579.414
6.3.1.0.00.00 - Internas	2.135.579.414
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	47.763.887
6.9.2.0.00.00 - Controladora	47.763.887
	10.850.211.329
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	7.750.669.886
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	3.099.541.443

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

24 - Comunicações	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

722 - Telecomunicações	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

24 - Comunicações	20.000.000
722- Telecomunicações	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

24215 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.000.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	20.000.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	20.000.000
6.2.1.1.00.00 - Direto	20.000.000
	20.000.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24215 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

24 - Comunicações	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

722 - Telecomunicações	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

24 - Comunicações	20.000.000
722- Telecomunicações	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	20.000.000
TOTAL GERAL	20.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**20.000.000**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**20.000.000**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**20.000.000**
6.2.1.1.00.00 - Direto	**20.000.000**
	20.000.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
	20.000.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24215 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2025	**Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**							**20.000.000**
		Projetos							
24 722	**2025 146Y**	**Lançamento de Cabo Oceânico para Interconexão Brasil - Europa**							**20.000.000**
24 722	2025 146Y 0001	Lançamento de Cabo Oceânico para Interconexão Brasil - Europa - Nacional							20.000.000
			I	4-INV	3	90	0	495	20.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**20.000.000**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social	**90.000.000**
23 - Comércio e Serviços	**383.583.495**
TOTAL GERAL	**473.583.495**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**274.687.801**
126 - Tecnologia da Informação	**126.877.791**
694 - Serviços Financeiros	**72.017.903**
TOTAL GERAL	**473.583.495**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

09 - Previdência Social	**90.000.000**
122- Administração Geral	**35.750.000**
126- Tecnologia da Informação	**54.250.000**
23 - Comércio e Serviços	**383.583.495**
122- Administração Geral	**238.937.801**
126- Tecnologia da Informação	**72.627.791**
694- Serviços Financeiros	**72.017.903**
TOTAL GERAL	**473.583.495**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**72.017.903**
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**401.565.592**
TOTAL GERAL	**473.583.495**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA	**22.952.216**
25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	**112.242.586**
25230 - COBRA Tecnologia S.A.	**3.027.480**
25234 - Banco do Brasil S.A. - BB	**245.361.213**
25294 - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	**90.000.000**
TOTAL GERAL	**473.583.495**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**473.583.495**
TOTAL GERAL	**473.583.495**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		**498.712.244**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		**469.596.945**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		**469.596.945**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo		**29.115.299**
6.3.1.0.00.00 - Internas		**29.115.299**
	TOTAL GERAL	**498.712.244**
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**469.596.945**
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**29.115.299**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços		**22.952.216**
	TOTAL GERAL	**22.952.216**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral		**230.669**
126 - Tecnologia da Informação		**5.113.042**
694 - Serviços Financeiros		**17.608.505**
	TOTAL GERAL	**22.952.216**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços		**22.952.216**
122- Administração Geral		**230.669**
126- Tecnologia da Informação		**5.113.042**
694- Serviços Financeiros		**17.608.505**
	TOTAL GERAL	**22.952.216**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais		**17.608.505**
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais		**5.343.711**
	TOTAL GERAL	**22.952.216**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		**22.952.216**
	TOTAL GERAL	**22.952.216**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		**21.993.146**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		**21.993.146**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		**21.993.146**
	TOTAL GERAL	**21.993.146**
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**21.993.146**
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0781	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais**							**17.608.505**
		Atividades							
23 694	**0781 4106**	**Manutenção da Infraestrutura de Atendimento**							**14.791.311**
23 694	0781 4106 0001	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Nacional							14.791.311
			I	4-INV	4	90	0	495	14.791.311
		Projetos							
23 694	**0781 3252**	**Instalação de Pontos de Atendimento Bancário**							**2.817.194**
23 694	0781 3252 0011	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Rondônia							2.423.842
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 2	I	4-INV	4	90	0	495	2.423.842
23 694	0781 3252 0015	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Pará							393.352
			I	4-INV	4	90	0	495	393.352
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**5.343.711**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
23 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**230.669**
23 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							230.669
			I	4-INV	4	90	0	495	230.669
23 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**5.113.042**
23 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							5.113.042
			I	4-INV	4	90	0	495	5.113.042
TOTAL - INVESTIMENTOS									**22.952.216**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**112.242.586**
TOTAL GERAL	**112.242.586**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**39.917.000**
126 - Tecnologia da Informação	**46.340.888**
694 - Serviços Financeiros	**25.984.698**
TOTAL GERAL	**112.242.586**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**112.242.586**
122- Administração Geral	**39.917.000**
126- Tecnologia da Informação	**46.340.888**
694- Serviços Financeiros	**25.984.698**
TOTAL GERAL	**112.242.586**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**25.984.698**
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**86.257.888**
TOTAL GERAL	**112.242.586**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**112.242.586**
TOTAL GERAL	**112.242.586**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**112.242.586**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**112.242.586**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**112.242.586**
TOTAL GERAL	**112.242.586**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**112.242.586**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25210 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0781	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais**							**25.984.698**
		Atividades							
23 694	**0781 4106**	**Manutenção da Infraestrutura de Atendimento**							**24.884.698**
23 694	0781 4106 0001	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Nacional							24.884.698
			I	4-INV	4	90	0	495	24.884.698
		Projetos							
23 694	**0781 3252**	**Instalação de Pontos de Atendimento Bancário**							**1.100.000**
23 694	0781 3252 0021	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0022	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Piauí							100.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0023	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Ceará							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0024	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Norte							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0025	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Paraíba							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0026	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0027	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Alagoas							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0028	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Sergipe							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0029	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Bahia							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0031	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Minas Gerais							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
23 694	0781 3252 0032	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Espírito Santo							100.000
		Ponto de atendimento instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	100.000
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**86.257.888**
		Atividades							
23 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**33.000.000**
23 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							33.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	33.000.000
23 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**6.917.000**
23 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							6.917.000
			I	4-INV	4	90	0	495	6.917.000
23 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**46.340.888**
23 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							46.340.888
			I	4-INV	4	90	0	495	46.340.888
TOTAL - INVESTIMENTOS									**112.242.586**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25230 - COBRA Tecnologia S.A.
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.027.480**
TOTAL GERAL	**3.027.480**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**3.027.480**
TOTAL GERAL	**3.027.480**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**3.027.480**
122- Administração Geral	**3.027.480**
TOTAL GERAL	**3.027.480**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**3.027.480**
TOTAL GERAL	**3.027.480**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.027.480**
TOTAL GERAL	**3.027.480**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**29.115.299**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**29.115.299**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**29.115.299**
	29.115.299
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
	29.115.299
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25230 - COBRA Tecnologia S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**3.027.480**
		Atividades							
23 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**3.027.480**
23 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							3.027.480
			I	4-INV	4	90	0	495	3.027.480
TOTAL - INVESTIMENTOS									**3.027.480**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25234 - Banco do Brasil S.A. - BB
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**245.361.213**
TOTAL GERAL	**245.361.213**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**195.762.652**
126 - Tecnologia da Informação	**21.173.861**
694 - Serviços Financeiros	**28.424.700**
TOTAL GERAL	**245.361.213**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**245.361.213**
122- Administração Geral	**195.762.652**
126- Tecnologia da Informação	**21.173.861**
694- Serviços Financeiros	**28.424.700**
TOTAL GERAL	**245.361.213**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	**28.424.700**
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**216.936.513**
TOTAL GERAL	**245.361.213**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**245.361.213**
TOTAL GERAL	**245.361.213**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**245.361.213**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**245.361.213**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**245.361.213**
	245.361.213
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**245.361.213**
	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25234 - Banco do Brasil S.A. - BB
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	0781	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais**							**28.424.700**
		Atividades							
23 694	**0781 4106**	**Manutenção da Infraestrutura de Atendimento**							**11.358.506**
23 694	0781 4106 0001	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Nacional							4.953.520
			I	4-INV	4	90	0	495	4.953.520

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

23 694	0781 4106 6500	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - No Exterior (Investimentos no Exterior)							6.404.986
			I	4-INV	4	90	0	495	6.404.986
		Projetos							
23 694	**0781 3252**	**Instalação de Pontos de Atendimento Bancário**							**17.066.194**
23 694	0781 3252 0011	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Rondônia							176.720
			I	4-INV	4	90	0	495	176.720
23 694	0781 3252 0012	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Acre							1.926
			I	4-INV	4	90	0	495	1.926
23 694	0781 3252 0013	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amazonas							495
			I	4-INV	4	90	0	495	495
23 694	0781 3252 0014	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Roraima							219.643
			I	4-INV	4	90	0	495	219.643
23 694	0781 3252 0015	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Pará							1.564.521
			I	4-INV	4	90	0	495	1.564.521
23 694	0781 3252 0016	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amapá							137.670
			I	4-INV	4	90	0	495	137.670
23 694	0781 3252 0017	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Tocantins							1.870
			I	4-INV	4	90	0	495	1.870
23 694	0781 3252 0021	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão							1.721.617
			I	4-INV	4	90	0	495	1.721.617
23 694	0781 3252 0023	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Ceará							18.080
			I	4-INV	4	90	0	495	18.080
23 694	0781 3252 0024	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Norte							1.404.980
			I	4-INV	4	90	0	495	1.404.980
23 694	0781 3252 0025	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Paraíba							1.306
			I	4-INV	4	90	0	495	1.306
23 694	0781 3252 0026	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco							1.097.568
			I	4-INV	4	90	0	495	1.097.568
23 694	0781 3252 0027	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Alagoas							1.511
			I	4-INV	4	90	0	495	1.511
23 694	0781 3252 0028	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Sergipe							2.051
			I	4-INV	4	90	0	495	2.051
23 694	0781 3252 0029	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Bahia							2.018.648
			I	4-INV	4	90	0	495	2.018.648
23 694	0781 3252 0031	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Minas Gerais							70
			I	4-INV	4	90	0	495	70
23 694	0781 3252 0032	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Espírito Santo							1.762.164
			I	4-INV	4	90	0	495	1.762.164
23 694	0781 3252 0033	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio de Janeiro							750.723
			I	4-INV	4	90	0	495	750.723
23 694	0781 3252 0035	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de São Paulo							2.074.547
			I	4-INV	4	90	0	495	2.074.547
23 694	0781 3252 0041	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Paraná							9.435
			I	4-INV	4	90	0	495	9.435
23 694	0781 3252 0042	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Santa Catarina							1.235
			I	4-INV	4	90	0	495	1.235
23 694	0781 3252 0043	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Sul							989.776
			I	4-INV	4	90	0	495	989.776
23 694	0781 3252 0051	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Mato Grosso							1.322.454
			I	4-INV	4	90	0	495	1.322.454
23 694	0781 3252 0052	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Goiás							771.731
			I	4-INV	4	90	0	495	771.731
23 694	0781 3252 0054	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.015.453
			I	4-INV	4	90	0	495	1.015.453
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**216.936.513**
		Atividades							
23 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**88.859.170**
23 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							88.859.170
			I	4-INV	4	90	0	495	88.859.170
23 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**26.903.482**
23 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							25.053.467
			I	4-INV	4	90	0	495	25.053.467
23 122	0807 4102 6504	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Exterior (Investimentos no Exterior)							1.850.015
			I	4-INV	4	90	0	495	1.850.015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

23 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**21.173.861**
23 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							10.036.209
			I	4-INV	4	90	0	495	10.036.209
23 126	0807 4103 6502	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Exterior (Investimentos no Exterior)							11.137.652
			I	4-INV	4	90	0	495	11.137.652
		Projetos							
23 122	**0807 3286**	**Instalação de Bens Imóveis**							**80.000.000**
23 122	0807 3286 0033	Instalação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro							80.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	80.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**245.361.213**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25294 - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social	**90.000.000**
TOTAL GERAL	**90.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**35.750.000**
126 - Tecnologia da Informação	**54.250.000**
TOTAL GERAL	**90.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

09 - Previdência Social	**90.000.000**
122- Administração Geral	**35.750.000**
126- Tecnologia da Informação	**54.250.000**
TOTAL GERAL	**90.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**90.000.000**
TOTAL GERAL	**90.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**90.000.000**
TOTAL GERAL	**90.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**90.000.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**90.000.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**90.000.000**
TOTAL GERAL	**90.000.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**90.000.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25294 - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**90.000.000**
		Atividades							
09 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**34.000.000**
09 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							34.000.000
			I	4-INV	2	90	0	495	34.000.000
09 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**1.750.000**
09 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							1.750.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			I	4-INV	2	90	0	495	1.750.000
09 126	**0807 4117**	**Manutenção e Adequação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social**							**54.250.000**
09 126	0807 4117 0001	Manutenção e Adequação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social - Nacional							54.250.000
			I	4-INV	2	90	0	495	54.250.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**90.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**14.585.410.046**
TOTAL GERAL	**14.585.410.046**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**168.238.673**
126 - Tecnologia da Informação	**497.891.012**
662 - Produção Industrial	**11.031.000**
692 - Comercialização	**82.468.000**
751 - Conservação de Energia	**2.029.000**
752 - Energia Elétrica	**3.434.745.361**
753 - Combustíveis Minerais	**9.122.940.000**
754 - Biocombustíveis	**4.300.000**
784 - Transporte Hidroviário	**277.040.000**
785 - Transportes Especiais	**984.727.000**
TOTAL GERAL	**14.585.410.046**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**14.585.410.046**
122- Administração Geral	**168.238.673**
126- Tecnologia da Informação	**497.891.012**
662- Produção Industrial	**11.031.000**
692- Comercialização	**82.468.000**
751- Conservação de Energia	**2.029.000**
752- Energia Elétrica	**3.434.745.361**
753- Combustíveis Minerais	**9.122.940.000**
754- Biocombustíveis	**4.300.000**
784- Transporte Hidroviário	**277.040.000**
785- Transportes Especiais	**984.727.000**
TOTAL GERAL	**14.585.410.046**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**677.160.685**
2022 - Combustíveis	**3.190.982.000**
2033 - Energia Elétrica	**3.402.379.903**
2053 - Petróleo e Gás	**7.280.493.000**
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	**34.394.458**
TOTAL GERAL	**14.585.410.046**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32204 - Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	**1.189.480.645**
32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	**4.000.000**
32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	**428.998.091**
32225 - ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	**72.586.148**
32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	**356.127.280**
32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	**9.706.060.000**
32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR	**83.772.000**
32264 - Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	**202.000**
32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	**7.957.423**
32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL	**20.959.239**
32269 - Companhia Energética do Piauí - CEPISA	**115.946.932**
32270 - Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	**38.685.275**
32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	**1.157.000**
32272 - Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	**2.603.018**
32273 - Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	**707.615.236**
32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	**249.270.000**
32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	**736.035.000**
32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	**358.302.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	**228.982.000**
32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	**6.755.000**
32333 - Stratura Asfaltos S.A.	**307.000**
32334 - Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	**4.412.000**
32343 - Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	**4.912.000**
32344 - Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	**6.764.000**
32351 - Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	**15.720.000**
32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	**47.033.076**
32370 - Transpetro International B.V. - TI B.V.	**28.732.000**
32386 - Energia dos Ventos V S.A.	**11.322.414**
32387 - Energia dos Ventos VI S.A.	**17.306.485**
32388 - Energia dos Ventos VII S.A.	**17.607.651**
32389 - Energia dos Ventos VIII S.A.	**10.916.797**
32390 - Energia dos Ventos IX S.A.	**11.092.604**
32391 - Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	**92.685.649**
32392 - Eólica Hermenegildo I S.A.	**406.078**
32393 - Eólica Hermenegildo II S.A.	**225.733**
32394 - Eólica Hermenegildo III S.A.	**472.272**
TOTAL GERAL	**14.585.410.046**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**14.585.410.046**
TOTAL GERAL	**14.585.410.046**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**10.135.207.485**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**7.176.698.532**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**7.176.698.532**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**804.280.951**
6.2.2.0.00.00 - Controladora	**804.280.951**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**2.106.464.115**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**2.106.464.115**
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	**47.763.887**
6.9.2.0.00.00 - Controladora	**47.763.887**
	10.135.207.485
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**7.176.698.532**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**2.958.508.953**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32204 - Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**1.189.480.645**
TOTAL GERAL	**1.189.480.645**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**1.189.480.645**
TOTAL GERAL	**1.189.480.645**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**1.189.480.645**
752- Energia Elétrica	**1.189.480.645**
TOTAL GERAL	**1.189.480.645**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**1.189.480.645**
TOTAL GERAL	**1.189.480.645**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**1.189.480.645**
TOTAL GERAL	**1.189.480.645**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**1.349.480.645**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**354.245.333**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**354.245.333**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**995.235.312**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**995.235.312**
	1.349.480.645
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**354.245.333**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**995.235.312**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32204 - Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**1.189.480.645**
		Atividades							
25 752	**2033 4477**	**Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ)**							**111.405.677**
25 752	2033 4477 0033	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							111.405.677
			I	4-INV	4	90	0	495	111.405.677
25 752	**2033 6508**	**Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica**							**6.007.371**
25 752	2033 6508 0001	Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica - Nacional							6.007.371
			I	4-INV	4	90	0	495	6.007.371
		Projetos							
25 752	**2033 5E88**	**Implantação da Usina Termonuclear de Angra III, com 1.405 MW (RJ)**							**1.072.067.597**
25 752	2033 5E88 0033	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III, com 1.405 MW (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							1.072.067.597
		Usina implantada (percentual de execução física): 8	I	4-INV	5	90	0	495	1.072.067.597
TOTAL - INVESTIMENTOS									**1.189.480.645**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**4.000.000**
TOTAL GERAL	**4.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**4.000.000**
TOTAL GERAL	**4.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**4.000.000**
752- Energia Elétrica	**4.000.000**
TOTAL GERAL	**4.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**4.000.000**
TOTAL GERAL	**4.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**4.000.000**
TOTAL GERAL	**4.000.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		**4.000.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		**4.000.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		**4.000.000**
	TOTAL GERAL	**4.000.000**
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**4.000.000**
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**4.000.000**
		Projetos							
25 752	**2033 126T**	**Interligação Elétrica Brasil - Uruguai - (Atividades Eletrobrás)**							**4.000.000**
25 752	2033 126T 0001	Interligação Elétrica Brasil - Uruguai - (Atividades Eletrobrás) - Nacional							4.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	4.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**4.000.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**428.998.091**
TOTAL GERAL	**428.998.091**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**1.150.000**
126 - Tecnologia da Informação	**5.737.788**
752 - Energia Elétrica	**422.110.303**
TOTAL GERAL	**428.998.091**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**428.998.091**
122- Administração Geral	**1.150.000**
126- Tecnologia da Informação	**5.737.788**
752- Energia Elétrica	**422.110.303**
TOTAL GERAL	**428.998.091**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**6.887.788**
2033 - Energia Elétrica	**402.110.304**
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	**19.999.999**
TOTAL GERAL	**428.998.091**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**428.998.091**
TOTAL GERAL	**428.998.091**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**428.998.091**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**428.998.091**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**428.998.091**
	428.998.091
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
	428.998.091
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**6.887.788**
		Atividades							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**250.000**
25 122	0807 4102 0010	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Na Região Norte							250.000
			I	4-INV	4	90	0	495	250.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**5.737.788**
25 126	0807 4103 0010	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Na Região Norte							5.737.788
			I	4-INV	4	90	0	495	5.737.788
		Projetos							
25 122	**0807 111G**	**Instalação de Edifício-Sede**							**900.000**
25 122	0807 111G 0053	Instalação de Edifício-Sede - No Distrito Federal							900.000
		Edifício-sede instalado (percentual de execução física): 9	I	4-INV	4	90	0	495	900.000
	2033	**Energia Elétrica**							**402.110.304**
		Atividades							
25 752	**2033 2C47**	**Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte**							**145.813.168**
25 752	2033 2C47 0010	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte - Na Região Norte							145.813.168
			I	4-INV	4	90	0	495	145.813.168
25 752	**2033 4462**	**Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte**							**15.119.947**
25 752	2033 4462 0010	Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte - Na Região Norte							15.119.947
			I	4-INV	4	90	0	495	15.119.947
25 752	**2033 4467**	**Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte**							**15.955.680**
25 752	2033 4467 0010	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte - Na Região Norte							15.955.680
			I	4-INV	4	90	0	495	15.955.680
		Projetos							
25 752	**2033 15L8**	**Implantação do Sistema de Transmissão Jauru - Porto Velho (987 KM - 230 KV) - (MT/RO)**							**21.586.871**
25 752	2033 15L8 0001	Implantação do Sistema de Transmissão Jauru - Porto Velho (987 KM - 230 KV) - (MT/RO) - Nacional							21.586.871
		Sistema implantado (percentual de execução física): 12	I	4-INV	5	90	0	495	21.586.871
25 752	**2033 1H18**	**Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW**							**6.151.377**
25 752	2033 1H18 0015	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW - No Estado do Pará							6.151.377
		Usina ampliada (percentual de execução física): 8	I	4-INV	5	90	0	495	6.151.377
25 752	**2033 1H19**	**Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª Casa de Força - de 78 MW para 182 MW**							**2.700.000**
25 752	2033 1H19 0016	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª Casa de Força - de 78 MW para 182 MW - No Estado do Amapá							2.700.000
			I	4-INV	5	90	0	495	2.700.000
25 752	**2033 7V16**	**Implantação de Linha de Transmissão Rio Branco - Cruzeiro do Sul e de Subestações Associadas (AC)**							**194.783.261**
25 752	2033 7V16 0012	Implantação de Linha de Transmissão Rio Branco - Cruzeiro do Sul e de Subestações Associadas (AC) - No Estado do Acre							194.783.261
		Linha implantada (percentual de execução física): 47	I	4-INV	4	90	0	495	194.783.261
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**19.999.999**
		Atividades							
25 752	**2119 8549**	**Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica**							**19.999.999**
25 752	2119 8549 0001	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - Nacional							19.999.999
			I	4-INV	4	90	0	495	19.999.999
TOTAL - INVESTIMENTOS									**428.998.091**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32225 - ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**72.586.148**
TOTAL GERAL	**72.586.148**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**2.700.000**
126 - Tecnologia da Informação	**24.000**
752 - Energia Elétrica	**69.862.148**
TOTAL GERAL	**72.586.148**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**72.586.148**
122- Administração Geral	**2.700.000**
126- Tecnologia da Informação	**24.000**
752- Energia Elétrica	**69.862.148**
TOTAL GERAL	**72.586.148**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**2.724.000**
2033 - Energia Elétrica	**69.862.148**
TOTAL GERAL	**72.586.148**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**72.586.148**
TOTAL GERAL	**72.586.148**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**70.271.148**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**10.947.365**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**10.947.365**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**59.323.783**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**59.323.783**
TOTAL GERAL	**70.271.148**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**10.947.365**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**59.323.783**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32225 - ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IDU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**2.724.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**2.700.000**
25 122	0807 4102 0040	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Na Região Sul							2.700.000
			I	4-INV	4	90	0	495	2.700.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**24.000**
25 126	0807 4103 0040	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Na Região Sul							24.000
			I	4-INV	4	90	0	495	24.000
	2033	**Energia Elétrica**							**69.862.148**
		Atividades							
25 752	**2033 20OG**	**Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul**							**11.607.151**
25 752	2033 20OG 0001	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul - Nacional							11.607.151
			I	4-INV	4	90	0	495	11.607.151
25 752	**2033 2D94**	**Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul**							**1.309.626**
25 752	2033 2D94 0001	Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul - Nacional							1.309.626
			I	4-INV	4	90	0	495	1.309.626

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Projetos						
25 752	**2033 10D7**	**Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37,0 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 54 km de Extensão (SC)**						**973.600**
25 752	2033 10D7 0042	Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37,0 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 54 km de Extensão (SC) - No Estado de Santa Catarina						973.600
			I	4-INV	4	90	0	495	973.600
25 752	**2033 15BC**	**Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (22 MWp)**						**80.000**
25 752	2033 15BC 0054	Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (22 MWp) - No Estado de Mato Grosso do Sul						80.000
			I	4-INV	4	90	0	495	80.000
25 752	**2033 15BD**	**Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul**						**70.000**
25 752	2033 15BD 0001	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul - Nacional						70.000
			I	4-INV	4	90	0	495	70.000
25 752	**2033 15CY**	**Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A)**						**1.000.000**
25 752	2033 15CY 0043	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A) - No Estado do Rio Grande do Sul						1.000.000
		Sistema de transmissão implantado (percentual de execução física): 1	I	4-INV	4	90	0	495	1.000.000
25 752	**2033 1O50**	**Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul**						**54.821.771**
25 752	2033 1O50 0001	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul - Nacional						54.821.771
		Sistema ampliado (percentual de execução física): 3	I	4-INV	4	90	0	495	54.821.771
TOTAL - INVESTIMENTOS									**72.586.148**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**356.127.280**
TOTAL GERAL	**356.127.280**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**28.844.277**
126 - Tecnologia da Informação	**9.284.562**
752 - Energia Elétrica	**317.998.441**
TOTAL GERAL	**356.127.280**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**356.127.280**
122- Administração Geral	**28.844.277**
126- Tecnologia da Informação	**9.284.562**
752- Energia Elétrica	**317.998.441**
TOTAL GERAL	**356.127.280**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**38.128.839**
2033 - Energia Elétrica	**314.267.023**
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	**3.731.418**
TOTAL GERAL	**356.127.280**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**356.127.280**
TOTAL GERAL	**356.127.280**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**356.127.280**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**356.127.280**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**356.127.280**
TOTAL GERAL	**356.127.280**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**356.127.280**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**38.128.839**
		Atividades						
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**						**10.831.690**
25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional						10.831.690
			I	4-INV	4 90	0	495	10.831.690
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**						**18.012.587**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional						18.012.587
			I	4-INV	4 90	0	495	18.012.587
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**						**9.284.562**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional						9.284.562
			I	4-INV	4 90	0	495	9.284.562
	2033	**Energia Elétrica**						**314.267.023**
		Atividades						
25 752	**2033 20OJ**	**Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica**						**139.476.730**
25 752	2033 20OJ 0001	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - Nacional						139.476.730
			I	4-INV	4 90	0	495	139.476.730
25 752	**2033 20OM**	**Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica**						**31.852.033**
25 752	2033 20OM 0001	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica - Nacional						31.852.033
			I	4-INV	4 90	0	495	31.852.033
25 752	**2033 215U**	**Melhorias e Ampliações em Instalações de Geração de Energia Elétrica**						**1.000.000**
25 752	2033 215U 0001	Melhorias e Ampliações em Instalações de Geração de Energia Elétrica - Nacional						1.000.000
		Usina revitalizada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	4 90	0	495	1.000.000
25 752	**2033 4478**	**Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica**						**104.115.262**
25 752	2033 4478 0001	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - Nacional						104.115.262
			I	4-INV	4 90	0	495	104.115.262
		Projetos						
25 752	**2033 12DB**	**Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)**						**4.385.234**
25 752	2033 12DB 0030	Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV) - Na Região Sudeste						4.385.234
			I	4-INV	5 90	0	495	4.385.234
25 752	**2033 14L2**	**Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste**						**100.000**
25 752	2033 14L2 0001	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste - Nacional						100.000
		Sistema ampliado (percentual de execução física): 1	I	4-INV	4 90	0	495	100.000
25 752	**2033 14L3**	**Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste**						**7.900.000**
25 752	2033 14L3 0001	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste - Nacional						7.900.000
			I	4-INV	5 90	0	495	7.900.000
25 752	**2033 14L5**	**Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica**						**100.000**
25 752	2033 14L5 0001	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica - Nacional						100.000
		Parque implantado (percentual de execução): 1	I	4-INV	4 90	0	495	100.000
25 752	**2033 14L6**	**Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa**						**100.000**
25 752	2033 14L6 0001	Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa - Nacional						100.000
		Usina implantada (percentual de execução): 1	I	4-INV	4 90	0	495	100.000
25 752	**2033 14LE**	**Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação**						**100.000**
25 752	2033 14LE 0001	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação - Nacional						100.000
		Capacidade ampliada (percentual de execução): 1	I	4-INV	4 90	0	495	100.000
25 752	**2033 15O6**	**Implantação do Complexo Eólico Serra do Mel**						**7.000.000**
25 752	2033 15O6 0024	Implantação do Complexo Eólico Serra do Mel - No Estado do Rio Grande do Norte						7.000.000
		Parque implantado (percentual de execução física): 2	I	4-INV	5 90	0	495	7.000.000
25 752	**2033 1G98**	**Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)**						**13.410.570**
25 752	2033 1G98 0030	Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ) - Na Região Sudeste						13.410.570
			I	4-INV	4 90	0	495	13.410.570

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 752	**2033 3414**	**Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)**							**4.727.194**
25 752	2033 3414 0033	Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							4.727.194
			I	4-INV	4	90	0	495	4.727.194
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**3.731.418**
		Atividades							
25 752	**2119 8549**	**Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica**							**3.731.418**
25 752	2119 8549 0001	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - Nacional							3.731.418
			I	4-INV	4	90	0	495	3.731.418
TOTAL - INVESTIMENTOS									**356.127.280**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia		**9.706.060.000**
	TOTAL GERAL	**9.706.060.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**96.326.000**
126 - Tecnologia da Informação	**455.445.000**
751 - Conservação de Energia	**2.029.000**
752 - Energia Elétrica	**383.433.000**
753 - Combustíveis Minerais	**8.027.706.000**
785 - Transportes Especiais	**741.121.000**
TOTAL GERAL	**9.706.060.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**9.706.060.000**
122- Administração Geral	**96.326.000**
126- Tecnologia da Informação	**455.445.000**
751- Conservação de Energia	**2.029.000**
752- Energia Elétrica	**383.433.000**
753- Combustíveis Minerais	**8.027.706.000**
785- Transportes Especiais	**741.121.000**
TOTAL GERAL	**9.706.060.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**551.771.000**
2022 - Combustíveis	**2.728.802.000**
2033 - Energia Elétrica	**385.462.000**
2053 - Petróleo e Gás	**6.040.025.000**
TOTAL GERAL	**9.706.060.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**9.706.060.000**
TOTAL GERAL	**9.706.060.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**5.494.671.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**5.494.671.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**5.494.671.000**
TOTAL GERAL	**5.494.671.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**5.494.671.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDP	GRUPO	MODALIDADE	IU	FONTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**551.771.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**52.058.000**
25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							52.058.000
			I	4-INV	4	90	0	495	52.058.000
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**44.268.000**

25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional						44.268.000
			I	4-INV	4	90	0 495	44.268.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**						**455.445.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional						455.445.000
			I	4-INV	4	90	0 495	455.445.000
	2022	**Combustíveis**						**2.728.802.000**
		Atividades						
25 753	**2022 2767**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino**						**73.545.000**
25 753	2022 2767 0001	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino - Nacional						73.545.000
			I	4-INV	4	90	0 495	73.545.000
25 785	**2022 4107**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados**						**103.274.000**
25 785	2022 4107 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados - Nacional						103.274.000
			I	4-INV	4	90	0 495	103.274.000
25 753	**2022 4108**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque de Refino**						**71.974.000**
25 753	2022 4108 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque de Refino - Nacional						71.974.000
			I	4-INV	4	90	0 495	71.974.000
25 785	**2022 4451**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário**						**768.000**
25 785	2022 4451 0001	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário - Nacional						768.000
			I	4-INV	4	90	0 495	768.000
		Projetos						
25 753	**2022 125M**	**Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN)**						**40.776.000**
25 753	2022 125M 0024	Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte						40.776.000
			I	4-INV	5	90	0 495	40.776.000
25 753	**2022 12O9**	**Implantação de Refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com Capacidade Nominal de 150 mil bpd (RJ)**						**934.426.000**
25 753	2022 12O9 0033	Implantação de Refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com Capacidade Nominal de 150 mil bpd (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro						934.426.000
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	5	90	0 495	934.426.000
25 753	**2022 146C**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP, em Canoas (RS)**						**16.817.000**
25 753	2022 146C 0043	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP, em Canoas (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul						16.817.000
			I	4-INV	5	90	0 495	16.817.000
25 753	**2022 15FB**	**Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC)**						**71.577.000**
25 753	2022 15FB 0033	Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) - No Estado do Rio de Janeiro						71.577.000
			I	4-INV	4	90	0 495	71.577.000
25 753	**2022 15FC**	**Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos (REGAP)**						**90.314.000**
25 753	2022 15FC 0031	Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos (REGAP) - No Estado de Minas Gerais						90.314.000
			I	4-INV	4	90	0 495	90.314.000
25 753	**2022 15LZ**	**Adequações no Terminal Aquaviário em Barra do Riacho (TABR) para Expansão da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, até 18,0 MM m³/dia**						**31.175.000**
25 753	2022 15LZ 0032	Adequações no Terminal Aquaviário em Barra do Riacho (TABR) para Expansão da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, até 18,0 MM m³/dia - No Estado do Espírito Santo						31.175.000
			I	4-INV	4	90	0 495	31.175.000
25 753	**2022 15M0**	**Adequações nos Terminais Aquaviários da Ilha Redonda (TAIR) e da Ilha Comprida (TAIC) para Expansão da Capacidade de Escoamento de GLP, até 1,6 MM m³/dia**						**29.917.000**
25 753	2022 15M0 0033	Adequações nos Terminais Aquaviários da Ilha Redonda (TAIR) e da Ilha Comprida (TAIC) para Expansão da Capacidade de Escoamento de GLP, até 1,6 MM m³/dia - No Estado do Rio de Janeiro						29.917.000
			I	4-INV	4	90	0 495	29.917.000
25 753	**2022 15M1**	**Implantação e Adequação de Infraestrutura de Tratamento e Escoamento da Produção de Óleo e Gás Associado do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos pela Rota 3 - (PTER3)**						**1.640.000**
25 753	2022 15M1 0033	Implantação e Adequação de Infraestrutura de Tratamento e Escoamento da Produção de Óleo e Gás Associado do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos pela Rota 3 - (PTER3) - No Estado do Rio de Janeiro						1.640.000
			I	4-INV	4	90	0 495	1.640.000
25 753	**2022 15M2**	**Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - REPLAN, em Paulínia (SP)**						**41.508.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 753	2022 15M2 0035	Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - REPLAN, em Paulínia (SP) - No Estado de São Paulo						41.508.000
			I	4-INV	4	90	0	495	41.508.000
25 753	**2022 15M3**	**Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, em São Francisco do Conde (BA)**						**7.052.000**
25 753	2022 15M3 0029	Ampliação, Adaptação e Construção de Unidades no Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, em São Francisco do Conde (BA) - No Estado da Bahia						7.052.000
			I	4-INV	4	90	0	495	7.052.000
25 753	**2022 15M4**	**Adequações no Terminal de Cabiúnas-RJ (TECAB) para Expansão da Capacidade de Processamento de Gás Natural, até 22,8 m³/dia**						**255.000**
25 753	2022 15M4 0033	Adequações no Terminal de Cabiúnas-RJ (TECAB) para Expansão da Capacidade de Processamento de Gás Natural, até 22,8 m³/dia - No Estado do Rio de Janeiro						255.000
			I	4-INV	4	90	0	495	255.000
25 785	**2022 1C59**	**Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP)**						**52.316.000**
25 785	2022 1C59 0035	Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP) - No Estado de São Paulo						52.316.000
			I	4-INV	5	90	0	495	52.316.000
25 785	**2022 1I92**	**Construção de Pier para Navios de até 150 mil tpb, em São Sebastião (SP), e de Duto Associado, com Aproximadamente 130 Km, até Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) (SP)**						**5.339.000**
25 785	2022 1I92 0035	Construção de Pier para Navios de até 150 mil tpb, em São Sebastião (SP), e de Duto Associado, com Aproximadamente 130 Km, até Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) (SP) - No Estado de São Paulo						5.339.000
			I	4-INV	5	90	0	495	5.339.000
25 753	**2022 1P65**	**Implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Recife (PE)**						**1.092.997.000**
25 753	2022 1P65 0026	Implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Recife (PE) - No Estado de Pernambuco						1.092.997.000
			I	4-INV	5	90	0	495	1.092.997.000
25 753	**2022 3125**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, em Cubatão (SP)**						**63.102.000**
25 753	2022 3125 0035	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, em Cubatão (SP) - No Estado de São Paulo						63.102.000
			I	4-INV	5	90	0	495	63.102.000
25 753	**2022 3157**	**Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - RECAP, em Mauá (SP)**						**30.000**
25 753	2022 3157 0035	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - RECAP, em Mauá (SP) - No Estado de São Paulo						30.000
			I	4-INV	5	90	0	495	30.000
	2033	**Energia Elétrica**						**385.462.000**
		Atividades						
25 751	**2033 4394**	**Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras**						**2.029.000**
25 751	2033 4394 0001	Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras - Nacional						2.029.000
			I	4-INV	4	90	0	495	2.029.000
25 752	**2033 6556**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas**						**382.358.000**
25 752	2033 6556 0020	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Nordeste						12.948.000
			I	4-INV	4	90	0	495	12.948.000
25 752	2033 6556 0030	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Sudeste						359.209.000
			I	4-INV	4	90	0	495	359.209.000
25 752	2033 6556 0050	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Usinas Termelétricas - Na Região Centro-Oeste						10.201.000
			I	4-INV	4	90	0	495	10.201.000
		Projetos						
25 752	**2033 10WI**	**Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju, com Acréscimo de 90 MW, através de Ciclo Combinado, em Canoas (RS)**						**75.000**
25 752	2033 10WI 0043	Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju, com Acréscimo de 90 MW, através de Ciclo Combinado, em Canoas (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul						75.000
			I	4-INV	5	90	0	495	75.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 752	**2033 14LF**	**Implantação de Unidade de Geração de Energia Elétrica Utilizando Energia Solar**						**1.000.000**
25 752	2033 14LF 0001	Implantação de Unidade de Geração de Energia Elétrica Utilizando Energia Solar - Nacional						1.000.000
		Unidade implantada (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	1.000.000
	2053	**Petróleo e Gás**							**6.040.025.000**
		Atividades							
25 753	**2053 20LE**	**Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**						**317.941.000**
25 753	2053 20LE 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional						317.941.000
			I	4-INV	4	90	0	495	317.941.000
25 753	**2053 20OQ**	**Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo**						**4.654.134.000**
25 753	2053 20OQ 0030	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste						4.654.134.000
			I	4-INV	5	90	0	495	4.654.134.000
25 753	**2053 20OR**	**Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Cessão Onerosa**						**268.829.000**
25 753	2053 20OR 0001	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural - Cessão Onerosa - Nacional						268.829.000
			I	4-INV	5	90	0	495	268.829.000
25 753	**2053 20OT**	**Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos e da Região Sul**						**28.226.000**
25 753	2053 20OT 0001	Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos e da Região Sul - Nacional						28.226.000
			I	4-INV	5	90	0	495	28.226.000
25 753	**2053 20OV**	**Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Abastecimento**						**102.316.000**
25 753	2053 20OV 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Abastecimento - Nacional						102.316.000
			I	4-INV	4	90	0	495	102.316.000
25 785	**2053 213U**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional das Unidades de Tratamento de Gás**						**1.904.000**
25 785	2053 213U 0001	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional das Unidades de Tratamento de Gás - Nacional						1.904.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.904.000
25 753	**2053 2751**	**Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte**						**5.815.000**
25 753	2053 2751 0010	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte - Na Região Norte						5.815.000
			I	4-INV	5	90	0	495	5.815.000
25 753	**2053 2D83**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ)**						**83.340.000**
25 753	2053 2D83 0033	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro						83.340.000
			I	4-INV	4	90	0	495	83.340.000
		Projetos							
25 785	**2053 152J**	**Implantação de Gasoduto de Escoamento de Gás Natural do Pré-Sal para Processamento no COMPERJ**						**577.520.000**
25 785	2053 152J 0033	Implantação de Gasoduto de Escoamento de Gás Natural do Pré-Sal para Processamento no COMPERJ - No Estado do Rio de Janeiro						577.520.000
		Gasoduto implantado (percentual de execução física): 7	I	4-INV	5	90	0	495	577.520.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**9.706.060.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**83.772.000**
TOTAL GERAL	**83.772.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**1.439.000**
692 - Comercialização	**82.333.000**
TOTAL GERAL	**83.772.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**83.772.000**
122- Administração Geral	**1.439.000**
692- Comercialização	**82.333.000**
TOTAL GERAL	**83.772.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**1.439.000**
2022 - Combustíveis	**82.333.000**
TOTAL GERAL	**83.772.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**83.772.000**
TOTAL GERAL	**83.772.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32239 - Petrobras Distribuidora S.A. - BR
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**1.439.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**1.439.000**
25 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							1.439.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.439.000
	2022	**Combustíveis**							**82.333.000**
		Atividades							
25 692	**2022 2797**	**Manutenção da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**12.554.000**
25 692	2022 2797 0001	Manutenção da Infraestrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							12.554.000
			I	4-INV	4	90	0	495	12.554.000
25 692	**2022 2799**	**Manutenção da Infraestrutura de Atendimento a Grandes Clientes**							**15.076.000**
25 692	2022 2799 0001	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento a Grandes Clientes - Nacional							15.076.000
			I	4-INV	4	90	0	495	15.076.000
25 692	**2022 2809**	**Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**54.703.000**
25 692	2022 2809 0001	Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							54.703.000
			I	4-INV	4	90	0	495	54.703.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**83.772.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32264 - Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**202.000**
TOTAL GERAL	**202.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**2.000**
126 - Tecnologia da Informação	**200.000**
TOTAL GERAL	**202.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**202.000**
122- Administração Geral	**2.000**
126- Tecnologia da Informação	**200.000**
TOTAL GERAL	**202.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**202.000**
TOTAL GERAL	**202.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**202.000**
TOTAL GERAL	**202.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**202.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**202.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**202.000**
	202.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**202.000**
	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32264 - Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**202.000**
		Atividades							
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**2.000**
25 122	0807 4102 0033	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Rio de Janeiro							2.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			I	4-INV	4	90	0	495	2.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**200.000**
25 126	0807 4103 0033	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			I	4-INV	4	90	0	495	200.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**202.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**7.957.423**
TOTAL GERAL	**7.957.423**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**80.064**
126 - Tecnologia da Informação	**135.000**
752 - Energia Elétrica	**7.742.359**
TOTAL GERAL	**7.957.423**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**7.957.423**
122- Administração Geral	**80.064**
126- Tecnologia da Informação	**135.000**
752- Energia Elétrica	**7.742.359**
TOTAL GERAL	**7.957.423**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**215.064**
2033 - Energia Elétrica	**7.742.359**
TOTAL GERAL	**7.957.423**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**7.957.423**
TOTAL GERAL	**7.957.423**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**7.742.359**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**7.742.359**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**7.742.359**
	7.742.359
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**7.742.359**
	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	IND	PROD	MU	IF	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**215.064**
		Atividades						
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**						**80.064**
25 122	0807 4101 0012	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Acre						80.064
			I	4-INV	4	90	0 495	80.064
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**						**135.000**
25 126	0807 4103 0012	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Acre						135.000
			I	4-INV	4	90	0 495	135.000
	2033	**Energia Elétrica**						**7.742.359**
		Projetos						
25 752	**2033 14L1**	**Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AC)**						**7.742.359**
25 752	2033 14L1 0012	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AC) - No Estado do Acre						7.742.359
			I	4-INV	4	90	0 495	7.742.359
TOTAL - INVESTIMENTOS								**7.957.423**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**20.959.239**
TOTAL GERAL	**20.959.239**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**5.463.055**
752 - Energia Elétrica	**15.496.184**
TOTAL GERAL	**20.959.239**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**20.959.239**
122- Administração Geral	**5.463.055**
752- Energia Elétrica	**15.496.184**
TOTAL GERAL	**20.959.239**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**5.463.055**
2033 - Energia Elétrica	**15.496.184**
TOTAL GERAL	**20.959.239**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**20.959.239**
TOTAL GERAL	**20.959.239**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**17.215.329**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**17.215.329**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**17.215.329**
TOTAL GERAL	**17.215.329**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**17.215.329**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NATUREZA DESPESA	PO	UNIDADE	FONTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**5.463.055**
		Atividades						
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**						**2.148.307**
25 122	0807 4101 0027	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado de Alagoas						2.148.307
			I	4-INV	4	90	495	2.148.307
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**						**3.314.748**
25 122	0807 4102 0027	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Alagoas						3.314.748
			I	4-INV	4	90	495	3.314.748
	2033	**Energia Elétrica**						**15.496.184**
		Atividades						
25 752	**2033 6749**	**Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AL)**						**8.985.880**
25 752	2033 6749 0027	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AL) - No Estado de Alagoas						8.985.880
			I	4-INV	4	90	495	8.985.880
		Projetos						
25 752	**2033 3375**	**Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AL)**						**6.510.304**
25 752	2033 3375 0027	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AL) - No Estado de Alagoas						6.510.304
			I	4-INV	4	90	495	6.510.304
TOTAL - INVESTIMENTOS								**20.959.239**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32269 - Companhia Energética do Piauí - CEPISA
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**115.946.932**
TOTAL GERAL	**115.946.932**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**4.987.000**
126 - Tecnologia da Informação	**9.354.772**
752 - Energia Elétrica	**101.605.160**
TOTAL GERAL	**115.946.932**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**115.946.932**
122- Administração Geral	**4.987.000**
126- Tecnologia da Informação	**9.354.772**
752- Energia Elétrica	**101.605.160**
TOTAL GERAL	**115.946.932**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**14.341.772**
2033 - Energia Elétrica	**101.605.160**
TOTAL GERAL	**115.946.932**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**115.946.932**
TOTAL GERAL	**115.946.932**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**115.946.932**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**98.507.522**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**98.507.522**
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	**17.439.410**
6.9.2.0.00.00 - Controladora	**17.439.410**
TOTAL GERAL	**115.946.932**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**98.507.522**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**17.439.410**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32269 - Companhia Energética do Piauí - CEPISA
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDPOD	RUO	MIF	IT E	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**14.341.772**
		Atividades						
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**						**2.250.000**
25 122	0807 4101 0022	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Piauí						2.250.000
			I	4-INV	4 90	0	495	2.250.000
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**						**2.737.000**
25 122	0807 4102 0022	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Piauí						2.737.000
			I	4-INV	4 90	0	495	2.737.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**						**9.354.772**
25 126	0807 4103 0022	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Piauí						9.354.772
			I	4-INV	4 90	0	495	9.354.772
	2033	**Energia Elétrica**						**101.605.160**
		Atividades						
25 752	**2033 20P5**	**Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (PI)**						**5.311.325**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 752	2033 20P5 0022	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (PI) - No Estado do Piauí							5.311.325
			I	4-INV	4	90	0	495	5.311.325
25 752	**2033 2D89**	**Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (PI)**							**3.638.460**
25 752	2033 2D89 0022	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (PI) - No Estado do Piauí							3.638.460
			I	4-INV	4	90	0	495	3.638.460
		Projetos							
25 752	**2033 11YL**	**Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (PI)**							**56.849.145**
25 752	2033 11YL 0022	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (PI) - No Estado do Piauí							56.849.145
		Unidade consumidora atendida (unidade): 3.313	I	4-INV	5	90	0	495	56.849.145
25 752	**2033 14KY**	**Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (PI)**							**35.806.230**
25 752	2033 14KY 0022	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (PI) - No Estado do Piauí							35.806.230
		Sistema ampliado (percentual de execução física): 5	I	4-INV	4	90	0	495	35.806.230
TOTAL - INVESTIMENTOS									**115.946.932**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32270 - Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**38.685.275**
TOTAL GERAL	**38.685.275**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**1.300.000**
126 - Tecnologia da Informação	**4.385.275**
752 - Energia Elétrica	**33.000.000**
TOTAL GERAL	**38.685.275**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**38.685.275**
122- Administração Geral	**1.300.000**
126- Tecnologia da Informação	**4.385.275**
752- Energia Elétrica	**33.000.000**
TOTAL GERAL	**38.685.275**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**5.685.275**
2033 - Energia Elétrica	**33.000.000**
TOTAL GERAL	**38.685.275**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**38.685.275**
TOTAL GERAL	**38.685.275**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**30.685.275**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**30.685.275**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**30.685.275**
	30.685.275
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**30.685.275**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32270 - Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**5.685.275**
		Atividades							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**1.300.000**
25 122	0807 4101 0011	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado de Rondônia							1.300.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.300.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**4.385.275**

25 126	0807 4103 0011	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Rondônia							4.385.275
			I	4-INV	4	90	0	495	4.385.275
	2033	**Energia Elétrica**							**33.000.000**
		Projetos							
25 752	**2033 11XI**	**Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (RO)**							**33.000.000**
25 752	2033 11XI 0011	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (RO) - No Estado de Rondônia							33.000.000
		Unidade consumidora atendida (unidade): 575	I	4-INV	5	90	0	495	33.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**38.685.275**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**1.157.000**
TOTAL GERAL	**1.157.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

785 - Transportes Especiais	**1.157.000**
TOTAL GERAL	**1.157.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**1.157.000**
785- Transportes Especiais	**1.157.000**
TOTAL GERAL	**1.157.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**1.157.000**
TOTAL GERAL	**1.157.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**1.157.000**
TOTAL GERAL	**1.157.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**1.157.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**1.157.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**1.157.000**
	1.157.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**1.157.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32271 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**1.157.000**
		Atividades							
25 785	**2053 4861**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural**							**1.157.000**
25 785	2053 4861 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional							1.157.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.157.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**1.157.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32272 - Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**2.603.018**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**450.101**
126 - Tecnologia da Informação	**1.652.918**
752 - Energia Elétrica	**499.999**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**2.603.018**
122- Administração Geral	**450.101**
126- Tecnologia da Informação	**1.652.918**
752- Energia Elétrica	**499.999**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**2.103.019**
2033 - Energia Elétrica	**499.999**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.603.018**
TOTAL GERAL	**2.603.018**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32272 - Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**2.103.019**
		Atividades							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**450.101**
25 122	0807 4101 0014	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado de Roraima							450.101
			I	4-INV	4	90	0	495	450.101
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**1.652.918**
25 126	0807 4103 0014	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Roraima							1.652.918
			I	4-INV	4	90	0	495	1.652.918
	2033	**Energia Elétrica**							**499.999**
		Projetos							
25 752	**2033 10WO**	**Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz Para Todos (RR)**							**499.999**
25 752	2033 10WO 0014	Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz Para Todos (RR) - No Estado de Roraima							499.999
			I	4-INV	5	90	0	495	499.999
TOTAL - INVESTIMENTOS									**2.603.018**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32273 - Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**707.615.236**
TOTAL GERAL	**707.615.236**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**16.710.840**
126 - Tecnologia da Informação	**8.489.697**
752 - Energia Elétrica	**682.414.699**
TOTAL GERAL	**707.615.236**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**707.615.236**
122- Administração Geral	**16.710.840**
126- Tecnologia da Informação	**8.489.697**
752- Energia Elétrica	**682.414.699**
TOTAL GERAL	**707.615.236**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**25.200.537**
2033 - Energia Elétrica	**671.851.658**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	**10.563.041**
TOTAL GERAL	**707.615.236**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**707.615.236**
TOTAL GERAL	**707.615.236**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**707.615.236**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**702.227.266**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**702.227.266**
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	**5.387.970**
6.9.2.0.00.00 - Controladora	**5.387.970**
TOTAL GERAL	**707.615.236**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**702.227.266**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**5.387.970**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32273 - Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**25.200.537**
		Atividades							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**5.380.009**
25 122	0807 4101 0013	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Amazonas							5.380.009
			I	4-INV	4	90	0	495	5.380.009
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**11.330.831**
25 122	0807 4102 0013	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Amazonas							11.330.831
			I	4-INV	4	90	0	495	11.330.831
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**8.489.697**
25 126	0807 4103 0013	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Amazonas							8.489.697
			I	4-INV	4	90	0	495	8.489.697
	2033	**Energia Elétrica**							**671.851.658**
		Atividades							
25 752	**2033 20PD**	**Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AM)**							**52.457.844**
25 752	2033 20PD 0013	Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica - Redução de Perdas Comerciais (AM) - No Estado do Amazonas							52.457.844
			I	4-INV	4	90	0	495	52.457.844
25 752	**2033 20PI**	**Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AM)**							**59.704.075**
25 752	2033 20PI 0013	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (AM) - No Estado do Amazonas							59.704.075
			I	4-INV	4	90	0	495	59.704.075
		Projetos							
25 752	**2033 11XU**	**Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (AM)**							**361.029.844**
25 752	2033 11XU 0013	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (AM) - No Estado do Amazonas							361.029.844
		Unidade consumidora atendida (unidade): 4.224	I	4-INV	5	90	0	495	361.029.844
25 752	**2033 14L7**	**Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AM)**							**196.322.778**
25 752	2033 14L7 0013	Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2016-2019 (AM) - No Estado do Amazonas							196.322.778
		Sistema ampliado (percentual de execução física): 18	I	4-INV	4	90	0	495	196.322.778
25 752	**2033 3267**	**Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Interior (AM)**							**2.337.117**
25 752	2033 3267 0013	Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Interior (AM) - No Estado do Amazonas							2.337.117
		Obra executada (percentual de execução física): 15	I	4-INV	4	90	0	495	2.337.117
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**10.563.041**
		Atividades							
25 752	**2119 20PM**	**Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Distribuição de Energia Elétrica (AM)**							**10.563.041**
25 752	2119 20PM 0013	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Distribuição de Energia Elétrica (AM) - No Estado do Amazonas							10.563.041
			I	4-INV	4	90	0	495	10.563.041
TOTAL - INVESTIMENTOS									**707.615.236**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**249.270.000**
TOTAL GERAL	**249.270.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**962.000**
784 - Transporte Hidroviário	**248.308.000**
TOTAL GERAL	**249.270.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**249.270.000**
122- Administração Geral	**962.000**
784- Transporte Hidroviário	**248.308.000**
TOTAL GERAL	**249.270.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**962.000**
2022 - Combustíveis	**248.308.000**
TOTAL GERAL	**249.270.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**249.270.000**
TOTAL GERAL	**249.270.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**221.626.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**47.532.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**47.532.000**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**174.094.000**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**174.094.000**
TOTAL GERAL	**221.626.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**47.532.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**174.094.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDP	GRUPO	MODU	IFTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**962.000**
		Atividades						
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**						**962.000**
25 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional						962.000
			I	4-INV	4	90	0 495	962.000
	2022	**Combustíveis**						**248.308.000**
		Atividades						
25 784	**2022 2B38**	**Manutenção e Adequação de Embarcações**						**11.379.000**
25 784	2022 2B38 0001	Manutenção e Adequação de Embarcações - Nacional						11.379.000
			I	4-INV	4	90	0 495	11.379.000
		Projetos						
25 784	**2022 1063**	**Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais**						**226.106.000**
25 784	2022 1063 0001	Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais - Nacional						226.106.000
			I	4-INV	5	90	0 495	226.106.000
25 784	**2022 125Q**	**Construção de Barcaças e Empurradores para Movimentação de Etanol na Hidrovia Tietê - Paraná**						**10.823.000**
25 784	2022 125Q 0001	Construção de Barcaças e Empurradores para Movimentação de Etanol na Hidrovia Tietê - Paraná - Nacional						10.823.000
		Comboio construído (unidade): 1	I	4-INV	5	90	0 495	10.823.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**249.270.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**736.035.000**
TOTAL GERAL	**736.035.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

753 - Combustíveis Minerais	**736.035.000**
TOTAL GERAL	**736.035.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**736.035.000**
753- Combustíveis Minerais	**736.035.000**
TOTAL GERAL	**736.035.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**736.035.000**
TOTAL GERAL	**736.035.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**736.035.000**
TOTAL GERAL	**736.035.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**736.035.000**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**736.035.000**
6.2.2.0.00.00 - Controladora	**736.035.000**
TOTAL GERAL	**736.035.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**736.035.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32282 - Petrobras Netherlands B.V. - PNBV
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRP	MOD	IDU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**736.035.000**
		Atividades							
25 753	**2053 4109**	**Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural**							**726.455.000**
25 753	2053 4109 0002	Manutenção da Infraestrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural - No Exterior							726.455.000
			I	4-INV	4	90	0	495	726.455.000
		Projetos							
25 753	**2053 117Q**	**Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (Período 2008-2017)**							**9.580.000**
25 753	2053 117Q 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (Período 2008-2017) - No Exterior							9.580.000
			I	4-INV	5	90	0	495	9.580.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**736.035.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**358.302.000**
TOTAL GERAL	**358.302.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**5.858.000**
753 - Combustíveis Minerais	**352.444.000**
TOTAL GERAL	**358.302.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**358.302.000**
122- Administração Geral	**5.858.000**
753- Combustíveis Minerais	**352.444.000**
TOTAL GERAL	**358.302.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**5.858.000**
2022 - Combustíveis	**91.617.000**
2053 - Petróleo e Gás	**260.827.000**
TOTAL GERAL	**358.302.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**358.302.000**
TOTAL GERAL	**358.302.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**114.725.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**114.725.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**114.725.000**
TOTAL GERAL	**114.725.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**114.725.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32287 - Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**5.858.000**
		Atividades						
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**						**5.858.000**
25 122	0807 4102 0002	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Exterior						5.858.000
			I	4-INV	4 90	0	495	5.858.000
	2022	**Combustíveis**						**91.617.000**
		Atividades						
25 753	**2022 4864**	**Adequação da Infraestrutura Industrial no Exterior**						**91.617.000**
25 753	2022 4864 0002	Adequação da Infraestrutura Industrial no Exterior - No Exterior						91.617.000
			I	4-INV	4 90	0	495	91.617.000
	2053	**Petróleo e Gás**						**260.827.000**
		Atividades						
25 753	**2053 215W**	**Exploração Marítima de Petróleo e Gás Natural no Exterior**						**224.078.000**
25 753	2053 215W 0002	Exploração Marítima de Petróleo e Gás Natural no Exterior - No Exterior						224.078.000
			I	4-INV	4 90	0	495	224.078.000
25 753	**2053 215X**	**Exploração Terrestre de Petróleo e Gás Natural no Exterior**						**36.749.000**
25 753	2053 215X 0002	Exploração Terrestre de Petróleo e Gás Natural no Exterior - No Exterior						36.749.000
			I	4-INV	4 90	0	495	36.749.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**358.302.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**228.982.000**
TOTAL GERAL	**228.982.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**2.253.000**
785 - Transportes Especiais	**226.729.000**
TOTAL GERAL	**228.982.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**228.982.000**
126- Tecnologia da Informação	**2.253.000**
785- Transportes Especiais	**226.729.000**
TOTAL GERAL	**228.982.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**2.253.000**
2053 - Petróleo e Gás	**226.729.000**
TOTAL GERAL	**228.982.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**228.982.000**
TOTAL GERAL	**228.982.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**226.249.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**226.249.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**226.249.000**
	226.249.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**226.249.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**						**2.253.000**
		Atividades						
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**						**2.253.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional						2.253.000
			I	4-INV	4	90	0 495	2.253.000
	2053	**Petróleo e Gás**						**226.729.000**
		Atividades						
25 785	**2053 4861**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural**						**221.364.000**
25 785	2053 4861 0001	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional						221.364.000
			I	4-INV	4	90	0 495	221.364.000
25 785	**2053 4867**	**Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural**						**5.365.000**
25 785	2053 4867 0001	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional						5.365.000
			I	4-INV	4	90	0 495	5.365.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**228.982.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
25 - Energia	**6.755.000**
TOTAL GERAL	**6.755.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
753 - Combustíveis Minerais	**6.755.000**
TOTAL GERAL	**6.755.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
25 - Energia	**6.755.000**
753- Combustíveis Minerais	**6.755.000**
TOTAL GERAL	**6.755.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2022 - Combustíveis	**6.755.000**
TOTAL GERAL	**6.755.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**6.755.000**
TOTAL GERAL	**6.755.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**4.888.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**4.888.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**4.888.000**
	4.888.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**4.888.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32316 - Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MU	IF	VALOR
	2022	**Combustíveis**						**6.755.000**
		Atividades						
25 753	**2022 2B43**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP**						**6.755.000**
25 753	2022 2B43 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - Nacional						6.755.000
			I	4-INV	4	90	0 495	6.755.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**6.755.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**307.000**
TOTAL GERAL	**307.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**172.000**
692 - Comercialização	**135.000**
TOTAL GERAL	**307.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**307.000**
126- Tecnologia da Informação	**172.000**
692- Comercialização	**135.000**
TOTAL GERAL	**307.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**172.000**
2022 - Combustíveis	**135.000**
TOTAL GERAL	**307.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**307.000**
TOTAL GERAL	**307.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**172.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**172.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**172.000**
	172.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**172.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32333 - Stratura Asfaltos S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**172.000**
		Atividades							
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**172.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							172.000
			I	4-INV	4	90	0	495	172.000
	2022	**Combustíveis**							**135.000**
		Atividades							
25 692	**2022 2787**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**135.000**
25 692	2022 2787 0001	Manutenção da Infraestrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							135.000
			I	4-INV	4	90	0	495	135.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**307.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32334 - Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**4.412.000**
TOTAL GERAL	**4.412.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**112.000**
754 - Biocombustíveis	**4.300.000**
TOTAL GERAL	**4.412.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**4.412.000**
126- Tecnologia da Informação	**112.000**
754- Biocombustíveis	**4.300.000**
TOTAL GERAL	**4.412.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**112.000**
2022 - Combustíveis	**4.300.000**
TOTAL GERAL	**4.412.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**4.412.000**
TOTAL GERAL	**4.412.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**4.300.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**4.300.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**4.300.000**
	4.300.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**4.300.000**
	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32334 - Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**112.000**
		Atividades							
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**112.000**
25 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							112.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			I	4-INV	4	90	0	495	112.000
	2022	**Combustíveis**							**4.300.000**
		Atividades							
25 754	**2022 217C**	**Manutenção e Adequação da Infraestrutura da Usina de Biodiesel de Quixadá (CE)**							**4.300.000**
25 754	2022 217C 0023	Manutenção e Adequação da Infraestrutura da Usina de Biodiesel de Quixadá (CE) - No Estado do Ceará							4.300.000
			I	4-INV	4	90	0	495	4.300.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**4.412.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32343 - Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**4.912.000**
TOTAL GERAL	**4.912.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**45.000**
662 - Produção Industrial	**4.867.000**
TOTAL GERAL	**4.912.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**4.912.000**
126- Tecnologia da Informação	**45.000**
662- Produção Industrial	**4.867.000**
TOTAL GERAL	**4.912.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**4.912.000**
TOTAL GERAL	**4.912.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**4.912.000**
TOTAL GERAL	**4.912.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**4.912.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**4.912.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**4.912.000**
TOTAL GERAL	**4.912.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**4.912.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32343 - Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**4.912.000**
		Atividades							
25 662	**0807 212X**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque Industrial**							**4.867.000**
25 662	0807 212X 0026	Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque Industrial - No Estado de Pernambuco							4.867.000
			I	4-INV	4	90	0	495	4.867.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**45.000**
25 126	0807 4103 0026	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Pernambuco							45.000
			I	4-INV	4	90	0	495	45.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**4.912.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32344 - Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**6.764.000**
TOTAL GERAL	**6.764.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**600.000**
662 - Produção Industrial	**6.164.000**
TOTAL GERAL	**6.764.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**6.764.000**
126- Tecnologia da Informação	**600.000**
662- Produção Industrial	**6.164.000**
TOTAL GERAL	**6.764.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**6.764.000**
TOTAL GERAL	**6.764.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**6.764.000**
TOTAL GERAL	**6.764.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**6.764.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**6.764.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**6.764.000**
TOTAL GERAL	**6.764.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**6.764.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32344 - Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDG	PROG	ODM	UNI	TEF	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**6.764.000**
		Atividades							
25 662	**0807 212X**	**Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque Industrial**							**6.164.000**
25 662	0807 212X 0026	Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque Industrial - No Estado de Pernambuco							6.164.000
			I	4-INV	4	90	0	495	6.164.000
25 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**600.000**
25 126	0807 4103 0026	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Pernambuco							600.000
			I	4-INV	4	90	0	495	600.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**6.764.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32351 - Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**15.720.000**
TOTAL GERAL	**15.720.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

785 - Transportes Especiais	**15.720.000**
TOTAL GERAL	**15.720.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**15.720.000**
785- Transportes Especiais	**15.720.000**
TOTAL GERAL	**15.720.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2053 - Petróleo e Gás	**15.720.000**
TOTAL GERAL	**15.720.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**15.720.000**
TOTAL GERAL	**15.720.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**15.720.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**15.720.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**15.720.000**
	15.720.000
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**15.720.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32351 - Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NATUREZA DE DESPESA	PO	UNIDADE	FONTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**						**15.720.000**
		Atividades						
25 785	**2053 4861**	**Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural**						**15.720.000**
25 785	2053 4861 0035	Manutenção da Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - No Estado de São Paulo						15.720.000
			I	4-INV	4	90	0 495	15.720.000
TOTAL - INVESTIMENTOS								**15.720.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**47.033.076**
TOTAL GERAL	**47.033.076**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**1.966.336**
752 - Energia Elétrica	**45.066.740**
TOTAL GERAL	**47.033.076**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**47.033.076**
122- Administração Geral	**1.966.336**
752- Energia Elétrica	**45.066.740**
TOTAL GERAL	**47.033.076**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**1.966.336**
2033 - Energia Elétrica	**44.966.740**
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	**100.000**
TOTAL GERAL	**47.033.076**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**47.033.076**
TOTAL GERAL	**47.033.076**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**24.936.507**
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	**24.936.507**
6.9.2.0.00.00 - Controladora	**24.936.507**
TOTAL GERAL	**24.936.507**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**24.936.507**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**1.966.336**
		Atividades							
25 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**1.000.000**
25 122	0807 4101 0013	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Amazonas							1.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.000.000
25 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**966.336**
25 122	0807 4102 0013	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Amazonas							966.336
			I	4-INV	4	90	0	495	966.336
	2033	**Energia Elétrica**							**44.966.740**
		Atividades							
25 752	**2033 212U**	**Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (AM)**							**10.359.811**
25 752	2033 212U 0013	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (AM) - No Estado do Amazonas							10.359.811
			I	4-INV	4	90	0	495	10.359.811
25 752	**2033 212V**	**Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (AM)**							**1.282.655**
25 752	2033 212V 0013	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (AM) - No Estado do Amazonas							1.282.655
			I	4-INV	4	90	0	495	1.282.655
25 752	**2033 214G**	**Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica em Manaus (AM)**							**33.324.274**
25 752	2033 214G 0013	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica em Manaus (AM) - No Estado do Amazonas							33.324.274
			I	4-INV	4	90	0	495	33.324.274
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**100.000**
		Atividades							
25 752	**2119 212W**	**Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (AM)**							**100.000**
25 752	2119 212W 0013	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (AM) - No Estado do Amazonas							100.000
			I	4-INV	4	90	0	495	100.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**47.033.076**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32370 - Transpetro International B.V. - TI B.V.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**28.732.000**
TOTAL GERAL	**28.732.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**28.732.000**
TOTAL GERAL	**28.732.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**28.732.000**
784- Transporte Hidroviário	**28.732.000**
TOTAL GERAL	**28.732.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2022 - Combustíveis	**28.732.000**
TOTAL GERAL	**28.732.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**28.732.000**
TOTAL GERAL	**28.732.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**28.732.000**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**28.732.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**28.732.000**
TOTAL GERAL	**28.732.000**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**28.732.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32370 - Transpetro International B.V. - TI B.V.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESFERA	GND	RP	MOD	IU	FONTE	VALOR
	2022	**Combustíveis**							**28.732.000**
		Atividades							
25 784	**2022 2D37**	**Manutenção e Adequação de Navios**							**28.732.000**
25 784	2022 2D37 0002	Manutenção e Adequação de Navios - No Exterior							28.732.000
			I	4-INV	4	90	0	495	28.732.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**28.732.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32386 - Energia dos Ventos V S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**11.322.414**
TOTAL GERAL	**11.322.414**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**11.322.414**
TOTAL GERAL	**11.322.414**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**11.322.414**
752- Energia Elétrica	**11.322.414**
TOTAL GERAL	**11.322.414**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**11.322.414**
TOTAL GERAL	**11.322.414**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**11.322.414**
TOTAL GERAL	**11.322.414**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**11.322.414**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**11.322.414**
6.2.2.0.00.00 - Controladora	**11.322.414**
TOTAL GERAL	**11.322.414**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**11.322.414**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32386 - Energia dos Ventos V S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**11.322.414**
		Projetos							
25 752	**2033 15MI**	**Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos V com capacidade de 22 MW**							**11.322.414**
25 752	2033 15MI 1049	Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos V com capacidade de 22 MW - No Município de Fortim - CE							11.322.414
		Usina implantada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	5	90	0	495	11.322.414
TOTAL - INVESTIMENTOS									**11.322.414**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32387 - Energia dos Ventos VI S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**17.306.485**
TOTAL GERAL	**17.306.485**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**17.306.485**
TOTAL GERAL	**17.306.485**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**17.306.485**
752- Energia Elétrica	**17.306.485**
TOTAL GERAL	**17.306.485**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**17.306.485**
TOTAL GERAL	**17.306.485**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**17.306.485**
TOTAL GERAL	**17.306.485**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**17.306.485**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**17.306.485**
6.2.2.0.00.00 - Controladora	**17.306.485**
TOTAL GERAL	**17.306.485**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**17.306.485**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32387 - Energia dos Ventos VI S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**17.306.485**
		Projetos							
25 752	**2033 15MJ**	**Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos VI com capacidade de 30 MW**							**17.306.485**
25 752	2033 15MJ 1049	Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos VI com capacidade de 30 MW - No Município de Fortim - CE							17.306.485
		Usina implantada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	5	90	0	495	17.306.485
TOTAL - INVESTIMENTOS									**17.306.485**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32388 - Energia dos Ventos VII S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**17.607.651**
TOTAL GERAL	**17.607.651**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**17.607.651**
TOTAL GERAL	**17.607.651**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**17.607.651**
752- Energia Elétrica	**17.607.651**
TOTAL GERAL	**17.607.651**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**17.607.651**
TOTAL GERAL	**17.607.651**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**17.607.651**
TOTAL GERAL	**17.607.651**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**17.607.651**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**17.607.651**
6.2.2.0.00.00 - Controladora	**17.607.651**
TOTAL GERAL	**17.607.651**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**17.607.651**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32388 - Energia dos Ventos VII S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**17.607.651**
		Projetos							
25 752	**2033 15MK**	**Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos VII com capacidade de 30MW**							**17.607.651**
25 752	2033 15MK 1049	Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos VII com capacidade de 30MW - No Município de Fortim - CE							17.607.651
		Usina implantada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	5	90	0	495	17.607.651
TOTAL - INVESTIMENTOS									**17.607.651**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32389 - Energia dos Ventos VIII S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**10.916.797**
TOTAL GERAL	**10.916.797**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**10.916.797**
TOTAL GERAL	**10.916.797**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**10.916.797**
752- Energia Elétrica	**10.916.797**
TOTAL GERAL	**10.916.797**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**10.916.797**
TOTAL GERAL	**10.916.797**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**10.916.797**
TOTAL GERAL	**10.916.797**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**10.916.797**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**10.916.797**
6.2.2.0.00.00 - Controladora	**10.916.797**
TOTAL GERAL	**10.916.797**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**10.916.797**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32389 - Energia dos Ventos VIII S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**10.916.797**
		Projetos							
25 752	**2033 15ML**	**Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos VIII com capacidade de 22MW**							**10.916.797**
25 752	2033 15ML 1049	Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos VIII com capacidade de 22MW - No Município de Fortim - CE							10.916.797
		Usina implantada (percentual de execução física): 4	I	4-INV	5	90	0	495	10.916.797
TOTAL - INVESTIMENTOS									**10.916.797**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32390 - Energia dos Ventos IX S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**11.092.604**
TOTAL GERAL	**11.092.604**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**11.092.604**
TOTAL GERAL	**11.092.604**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**11.092.604**
752- Energia Elétrica	**11.092.604**
TOTAL GERAL	**11.092.604**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**11.092.604**
TOTAL GERAL	**11.092.604**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**11.092.604**
TOTAL GERAL	**11.092.604**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**11.092.604**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**11.092.604**
6.2.2.0.00.00 - Controladora	**11.092.604**
	11.092.604
TOTAL GERAL	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
	11.092.604
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32390 - Energia dos Ventos IX S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDP	GND	RPO	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**								**11.092.604**
		Projetos								
25 752	**2033 15MM**	**Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos IX com capacidade de 22 MW**								**11.092.604**
25 752	2033 15MM 1049	Implantação do Parque Eólico Energia dos Ventos IX com capacidade de 22 MW - No Município de Fortim - CE								11.092.604
		Usina implantada (percentual de execução física): 4	I	4	4-INV	5	90	0	495	11.092.604
TOTAL - INVESTIMENTOS										**11.092.604**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32391 - Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**92.685.649**
TOTAL GERAL	**92.685.649**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**92.685.649**
TOTAL GERAL	**92.685.649**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**92.685.649**
752- Energia Elétrica	**92.685.649**
TOTAL GERAL	**92.685.649**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**92.685.649**
TOTAL GERAL	**92.685.649**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**92.685.649**
TOTAL GERAL	**92.685.649**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**92.685.649**
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	**92.685.649**
6.3.1.0.00.00 - Internas	**92.685.649**
TOTAL GERAL	**92.685.649**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**92.685.649**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32391 - Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROGRAMA	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**92.685.649**
		Projetos							
25 752	**2033 15MN**	**Implantação de 3 sistemas de transmissão nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Lote I do Leilão 007/2013 ANEEL**							**92.685.649**
25 752	2033 15MN 0040	Implantação de 3 sistemas de transmissão nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Lote I do Leilão 007/2013 ANEEL - Na Região Sul							92.685.649
		Linha de transmissão implantada/ampliada (percentual de execução física): 15	I	4-INV	5	90	0	495	92.685.649
TOTAL - INVESTIMENTOS									**92.685.649**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32392 - Eólica Hermenegildo I S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**406.078**
TOTAL GERAL	**406.078**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**406.078**
TOTAL GERAL	**406.078**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**406.078**
752- Energia Elétrica	**406.078**
TOTAL GERAL	**406.078**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**406.078**
TOTAL GERAL	**406.078**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**406.078**
TOTAL GERAL	**406.078**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**406.078**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**406.078**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**406.078**
TOTAL GERAL	**406.078**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**406.078**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32392 - Eólica Hermenegildo I S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROGRAMA	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**406.078**
		Projetos							
25 752	**2033 15MO**	**Implantação da Usina Eólica Hermenegildo I com 57,28 MW de Potência Instalada, composta das Usinas Eólicas Verace 24 (19,69MW), Verace 25 (7,16MW), Verace 26 (14,32MW) e Verace 27 (16,11MW)**							**406.078**
25 752	2033 15MO 5073	Implantação da Usina Eólica Hermenegildo I com 57,28 MW de Potência Instalada, composta das Usinas Eólicas Verace 24 (19,69MW), Verace 25 (7,16MW), Verace 26 (14,32MW) e Verace 27 (16,11MW) - No Município de Santa Vitória do Palmar - RS							406.078
		Usina eólica implantada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	5	90	0	495	406.078
TOTAL - INVESTIMENTOS									**406.078**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32393 - Eólica Hermenegildo II S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**225.733**
TOTAL GERAL	**225.733**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**225.733**
TOTAL GERAL	**225.733**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**225.733**
752- Energia Elétrica	**225.733**
TOTAL GERAL	**225.733**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**225.733**
TOTAL GERAL	**225.733**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**225.733**
TOTAL GERAL	**225.733**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**225.733**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**225.733**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**225.733**
TOTAL GERAL	**225.733**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**225.733**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32393 - Eólica Hermenegildo II S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDP	GRUPO	MODU	IUTE	FONTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**225.733**
		Projetos							
25 752	**2033 15MP**	**Implantação da Usina Eólica Hermenegildo II com 57,28 MW de Potência Instalada, composta das Usinas Eólicas Verace 28 (12,53MW), Verace 29 (17,9MW), Verace 30 (17,9MW) e Verace 31 (8,95MW)**							**225.733**
25 752	2033 15MP 5073	Implantação da Usina Eólica Hermenegildo II com 57,28 MW de Potência Instalada, composta das Usinas Eólicas Verace 28 (12,53MW), Verace 29 (17,9MW), Verace 30 (17,9MW) e Verace 31 (8,95MW) - No Município de Santa Vitória do Palmar - RS							225.733
		Usina eólica implantada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	5	90	0	495	225.733
TOTAL - INVESTIMENTOS									**225.733**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32394 - Eólica Hermenegildo III S.A.
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	**472.272**
TOTAL GERAL	**472.272**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	**472.272**
TOTAL GERAL	**472.272**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	**472.272**
752- Energia Elétrica	**472.272**
TOTAL GERAL	**472.272**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	**472.272**
TOTAL GERAL	**472.272**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**472.272**
TOTAL GERAL	**472.272**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**472.272**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**472.272**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**472.272**
TOTAL GERAL	**472.272**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**472.272**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32394 - Eólica Hermenegildo III S.A.

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDGP	ODGP	UTGP	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**						**472.272**
		Projetos						
25 752	**2033 15MQ**	**Implantação da Usina Eólica Hermenegildo III com 48,33 MW de Potência Instalada, composta das Usinas Eólicas Verace 34 (14,32MW), Verace 35 (12,53MW) e Verace 36 (21,48MW)**						**472.272**
25 752	2033 15MQ 5073	Implantação da Usina Eólica Hermenegildo III com 48,33 MW de Potência Instalada, composta das Usinas Eólicas Verace 34 (14,32MW), Verace 35 (12,53MW) e Verace 36 (21,48MW) - No Município de Santa Vitória do Palmar - RS						472.272
		Usina eólica implantada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	5	90	0 495	472.272
TOTAL - INVESTIMENTOS								**472.272**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**103.617.191**
TOTAL GERAL	**103.617.191**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**3.700.000**
126 - Tecnologia da Informação	**1.000.000**
781 - Transporte Aéreo	**46.706.582**
784 - Transporte Hidroviário	**52.210.609**
TOTAL GERAL	**103.617.191**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**103.617.191**
122- Administração Geral	**3.700.000**
126- Tecnologia da Informação	**1.000.000**
781- Transporte Aéreo	**46.706.582**
784- Transporte Hidroviário	**52.210.609**
TOTAL GERAL	**103.617.191**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**4.700.000**
2017 - Aviação Civil	**46.706.582**
2086 - Transporte Aquaviário	**52.210.609**
TOTAL GERAL	**103.617.191**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC	**4.064.695**
39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	**37.759.447**
39215 - Companhia Docas do Pará - CDP	**3.500.000**
39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	**11.586.467**
39256 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	**46.706.582**
TOTAL GERAL	**103.617.191**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		**103.617.191**
	TOTAL GERAL	**103.617.191**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		**100.117.191**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios		**8.200.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria		**8.200.000**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido		**91.917.191**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro		**91.917.191**
6.2.1.1.00.00 - Direto		**59.706.582**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores		**32.210.609**
	TOTAL GERAL	**100.117.191**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**8.200.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**91.917.191**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte		**4.064.695**
	TOTAL GERAL	**4.064.695**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário		**4.064.695**
	TOTAL GERAL	**4.064.695**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte		**4.064.695**
784- Transporte Hidroviário		**4.064.695**
	TOTAL GERAL	**4.064.695**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2086 - Transporte Aquaviário		**4.064.695**
	TOTAL GERAL	**4.064.695**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento		**4.064.695**
	TOTAL GERAL	**4.064.695**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		**4.064.695**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido		**4.064.695**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro		**4.064.695**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores		**4.064.695**
	TOTAL GERAL	**4.064.695**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**4.064.695**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRO	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**4.064.695**
		Atividades							
26 784	**2086 20HL**	**Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária**							**1.166.529**
26 784	2086 20HL 0001	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional							1.166.529
		Estudo realizado (unidade): 2	I	4-INV	2	90	0	495	1.166.529
		Projetos							
26 784	**2086 142Z**	**Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Fortaleza (CE)**							**1.033.295**
26 784	2086 142Z 0023	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará							1.033.295
		Obra executada (percentual de execução física): 64	I	4-INV	2	90	0	495	1.033.295

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26 784	**2086 143A**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Fortaleza (CE)**						**546.063**
26 784	2086 143A 0023	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará						546.063
		Obra executada (percentual de execução física): 41	I	4-INV	2	90	0	495	546.063
26 784	**2086 147D**	**Adequação de Instalações de Circulação do Porto de Fortaleza (CE)**						**100.000**
26 784	2086 147D 0023	Adequação de Instalações de Circulação do Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará						100.000
		Obra executada (percentual de execução física): 100	I	4-INV	2	90	0	495	100.000
26 784	**2086 147E**	**Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE)**						**17.153**
26 784	2086 147E 0023	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará						17.153
		Obra executada (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	17.153
26 784	**2086 14KJ**	**Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios**						**6.362**
26 784	2086 14KJ 0023	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios - No Estado do Ceará						6.362
		Sistema implantado (percentual de execução física): 1	I	4-INV	3	90	0	495	6.362
26 784	**2086 14KM**	**Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística**						**1.122.751**
26 784	2086 14KM 0023	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística - No Estado do Ceará						1.122.751
		Implantação realizada (percentual de execução física): 11	I	4-INV	3	90	0	495	1.122.751
26 784	**2086 15CN**	**Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza (CE)**						**66.045**
26 784	2086 15CN 0023	Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará						66.045
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	66.045
26 784	**2086 7U33**	**Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza (CE)**						**6.497**
26 784	2086 7U33 0023	Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará						6.497
		Projeto implantado (percentual de execução física): 65	I	4-INV	3	90	0	495	6.497
TOTAL - INVESTIMENTOS								**4.064.695**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**37.759.447**
TOTAL GERAL	**37.759.447**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**3.700.000**
784 - Transporte Hidroviário	**34.059.447**
TOTAL GERAL	**37.759.447**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**37.759.447**
122- Administração Geral	**3.700.000**
784- Transporte Hidroviário	**34.059.447**
TOTAL GERAL	**37.759.447**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**3.700.000**
2086 - Transporte Aquaviário	**34.059.447**
TOTAL GERAL	**37.759.447**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**37.759.447**
TOTAL GERAL	**37.759.447**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**35.259.447**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**8.200.000**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**8.200.000**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**27.059.447**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**27.059.447**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.2.1.1.00.00 - Direto	**13.000.000**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	**14.059.447**
TOTAL GERAL	**35.259.447**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**8.200.000**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**27.059.447**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROD	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**3.700.000**
		Atividades							
26 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**3.700.000**
26 122	0807 4101 0029	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado da Bahia							3.700.000
			I	4-INV	2	90	0	495	3.700.000
	2086	**Transporte Aquaviário**							**34.059.447**
		Atividades							
26 784	**2086 20HL**	**Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária**							**4.228.010**
26 784	2086 20HL 0001	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional							4.228.010
		Estudo realizado (unidade): 61	I	4-INV	2	90	0	495	4.228.010
26 784	**2086 20HM**	**Estudos para o Planejamento do Setor Portuário**							**2.000.000**
26 784	2086 20HM 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - Nacional							2.000.000
		Estudo realizado (unidade): 95	I	4-INV	2	90	0	495	2.000.000
		Projetos							
26 784	**2086 143J**	**Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu (BA)**							**900.346**
26 784	2086 143J 0029	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia							900.346
		Obra executada (percentual de execução física): 26	I	4-INV	2	90	0	495	900.346
26 784	**2086 143L**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)**							**4.000.000**
26 784	2086 143L 0029	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia							4.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 26	I	4-INV	2	90	0	495	4.000.000
26 784	**2086 143N**	**Dragagem e Derrocagem no Porto de Aratu (BA)**							**7.000.000**
26 784	2086 143N 0029	Dragagem e Derrocagem no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia							7.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 88	I	4-INV	2	90	0	495	7.000.000
26 784	**2086 143Q**	**Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA)**							**1.099.654**
26 784	2086 143Q 0029	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia							1.099.654
		Adequação executada (percentual de execução física): 25	I	4-INV	2	90	0	495	1.099.654
26 784	**2086 14KJ**	**Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios**							**13.000.000**
26 784	2086 14KJ 0029	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios - No Estado da Bahia							13.000.000
		Sistema implantado (percentual de execução física): 40	I	4-INV	3	90	0	495	13.000.000
26 784	**2086 14KL**	**Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária**							**199.348**
26 784	2086 14KL 0029	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado da Bahia							199.348
		Implantação realizada (percentual de execução física): 19	I	4-INV	3	90	0	495	199.348
26 784	**2086 14KM**	**Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística**							**1.000.000**
26 784	2086 14KM 0029	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística - No Estado da Bahia							1.000.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	3	90	0	495	1.000.000
26 784	**2086 14RC**	**Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos**							**632.089**
26 784	2086 14RC 0029	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos - No Estado da Bahia							632.089
		Implantação realizada (percentual de execução física): 8	I	4-INV	3	90	0	495	632.089
TOTAL - INVESTIMENTOS									**37.759.447**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39215 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**3.500.000**
TOTAL GERAL	**3.500.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	**1.000.000**
784 - Transporte Hidroviário	**2.500.000**
TOTAL GERAL	**3.500.000**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26 - Transporte	3.500.000
126- Tecnologia da Informação	1.000.000
784- Transporte Hidroviário	2.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	1.000.000
2086 - Transporte Aquaviário	2.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	3.500.000
TOTAL GERAL	3.500.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.500.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.500.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	2.500.000
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	2.500.000
TOTAL GERAL	2.500.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	2.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39215 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**1.000.000**
		Atividades							
26 126	0807 4103	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**1.000.000**
26 126	0807 4103 0015	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Pará							1.000.000
			I	4-INV	2	90	0	495	1.000.000
	2086	**Transporte Aquaviário**							**2.500.000**
		Projetos							
26 784	2086 144K	**Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Vila do Conde (PA)**							**2.500.000**
26 784	2086 144K 0015	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Vila do Conde (PA) - No Estado do Pará							2.500.000
		Obra executada (percentual de execução física): 16	I	4-INV	2	90	0	495	2.500.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**3.500.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26 - Transporte	11.586.467
TOTAL GERAL	11.586.467

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
784 - Transporte Hidroviário	11.586.467
TOTAL GERAL	11.586.467

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26 - Transporte	11.586.467
784- Transporte Hidroviário	11.586.467
TOTAL GERAL	11.586.467

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
2086 - Transporte Aquaviário	11.586.467
TOTAL GERAL	11.586.467

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	11.586.467
TOTAL GERAL	11.586.467

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**11.586.467**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**11.586.467**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**11.586.467**
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	**11.586.467**
TOTAL GERAL	**11.586.467**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**11.586.467**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	**Transporte Aquaviário**							**11.586.467**
		Atividades							
26 784	**2086 20HM**	**Estudos para o Planejamento do Setor Portuário**							**23.600**
26 784	2086 20HM 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - Nacional							23.600
			I	4-INV	2	90	0	495	23.600
		Projetos							
26 784	**2086 12LG**	**Reforço Estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**							**66.045**
26 784	2086 12LG 0033	Reforço Estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							66.045
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	66.045
26 784	**2086 144Y**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**							**500.000**
26 784	2086 144Y 0033	Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							500.000
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	2	90	0	495	500.000
26 784	**2086 144Z**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ)**							**4.123.381**
26 784	2086 144Z 0033	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							4.123.381
		Obra executada (percentual de execução física): 43	I	4-INV	2	90	0	495	4.123.381
26 784	**2086 145B**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**							**3.072.107**
26 784	2086 145B 0033	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							3.072.107
		Obra executada (percentual de execução física): 28	I	4-INV	2	90	0	495	3.072.107
26 784	**2086 145D**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ)**							**300.000**
26 784	2086 145D 0033	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							300.000
		Obra executada (percentual de execução física): 11	I	4-INV	2	90	0	495	300.000
26 784	**2086 14KL**	**Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária**							**1.787.293**
26 784	2086 14KL 0033	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado do Rio de Janeiro							1.787.293
		Implantação realizada (percentual de execução física): 89	I	4-INV	2	90	0	495	1.787.293
26 784	**2086 7376**	**Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ)**							**790.388**
26 784	2086 7376 0033	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							790.388
		Dragagem realizada (mil metros cúbicos): 1	I	4-INV	2	90	0	495	790.388
26 784	**2086 7390**	**Implantação de Sistema de Sinalização Náutica, no Porto de Itaguaí (RJ)**							**923.653**
26 784	2086 7390 0033	Implantação de Sistema de Sinalização Náutica, no Porto de Itaguaí (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							923.653
		Sistema implantado (percentual de execução física): 52	I	4-INV	2	90	0	495	923.653
TOTAL - INVESTIMENTOS									**11.586.467**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39256 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**46.706.582**
TOTAL GERAL	**46.706.582**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	**46.706.582**
TOTAL GERAL	**46.706.582**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**46.706.582**
781- Transporte Aéreo	**46.706.582**
TOTAL GERAL	**46.706.582**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2017 - Aviação Civil	**46.706.582**
TOTAL GERAL	**46.706.582**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**46.706.582**
TOTAL GERAL	**46.706.582**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**46.706.582**
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	**46.706.582**
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	**46.706.582**
6.2.1.1.00.00 - Direto	**46.706.582**
TOTAL GERAL	**46.706.582**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**0**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**46.706.582**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39256 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	**Aviação Civil**							**46.706.582**
		Atividades							
26 781	**2017 4099**	**Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária**							**7.500.000**
26 781	2017 4099 0001	Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional							7.500.000
			I	4-INV	2	90	0	495	7.500.000
		Projetos							
26 781	**2017 1F53**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)**							**31.206.582**
26 781	2017 1F53 0016	Adequação do Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP) - No Estado do Amapá							31.206.582
			I	4-INV	3	90	0	495	31.206.582
26 781	**2017 7X60**	**Construção de Novo Terminal de Passageiros no Aeroporto de Aracaju (SE)**							**8.000.000**
26 781	2017 7X60 0028	Construção de Novo Terminal de Passageiros no Aeroporto de Aracaju (SE) - No Estado de Sergipe							8.000.000
			I	4-INV	3	90	0	495	8.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**46.706.582**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	**52.322.525**
126 - Tecnologia da Informação	**41.669.333**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	**93.991.858**
122- Administração Geral	**52.322.525**
126- Tecnologia da Informação	**41.669.333**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
47206 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**93.991.858**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**93.991.858**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**93.991.858**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47206 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
122 - Administração Geral	**52.322.525**
126 - Tecnologia da Informação	**41.669.333**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
23 - Comércio e Serviços	**93.991.858**
122- Administração Geral	**52.322.525**
126- Tecnologia da Informação	**41.669.333**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**93.991.858**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**93.991.858**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**93.991.858**
TOTAL GERAL	**93.991.858**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**93.991.858**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47206 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PROG	MOD	IDUSO	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**93.991.858**
		Atividades							
23 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**25.670.110**
23 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							25.670.110
			I	4-INV	4	90	0	495	25.670.110
23 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**							**8.550.611**
23 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional							8.550.611
			I	4-INV	4	90	0	495	8.550.611
23 126	**0807 4103**	**Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**							**41.669.333**
23 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							41.669.333
			I	4-INV	4	90	0	495	41.669.333
		Projetos							
23 122	**0807 3286**	**Instalação de Bens Imóveis**							**18.101.804**
23 122	0807 3286 0033	Instalação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro							18.101.804
		Imóvel instalado (unidade): 1	I	4-INV	4	90	0	495	18.101.804
TOTAL - INVESTIMENTOS									**93.991.858**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**2.373.351**
122- Administração Geral	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**2.182.551**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**2.182.551**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**2.182.551**
TOTAL GERAL	**2.182.551**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**2.182.551**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	**2.373.351**
122- Administração Geral	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.373.351**
TOTAL GERAL	**2.373.351**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	**2.182.551**
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	**2.182.551**
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	**2.182.551**
TOTAL GERAL	**2.182.551**
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**2.182.551**
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**0**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NATUREZA DE DESPESA	PO	MODALIDADE	IU	FONTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**2.373.351**
		Atividades							
05 122	**0807 4101**	**Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**							**2.652**
05 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							2.652
			I	4-INV	2	90	0	495	2.652
		Projetos							
05 122	**0807 153O**	**Implantação de Área para Atendimento à Catalogação de Materiais de Empresas Brasileiras para Atendimento à Demanda das Forças Armadas**							**370.699**
05 122	0807 153O 0033	Implantação de Área para Atendimento à Catalogação de Materiais de Empresas Brasileiras para Atendimento à Demanda das Forças Armadas - No Estado do Rio de Janeiro							370.699
		Implantação realizada (percentual de execução física): 98	I	4-INV	2	90	0	495	370.699
05 122	**0807 15BJ**	**Implantação de Automação e Melhoria no Processo de Deformação**							**800.000**
05 122	0807 15BJ 0033	Implantação de Automação e Melhoria no Processo de Deformação - No Estado do Rio de Janeiro							800.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 100	I	4-INV	2	90	0	495	800.000
05 122	**0807 15BL**	**Implantação de uma Linha de Tratamento Superficial de Aplicação de Cromo-Duro**							**450.000**
05 122	0807 15BL 0033	Implantação de uma Linha de Tratamento Superficial de Aplicação de Cromo-Duro - No Estado do Rio de Janeiro							450.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 100	I	4-INV	2	90	0	495	450.000
05 122	**0807 15LW**	**Implantação de Melhoria no Processo de Desmilitarização**							**250.000**
05 122	0807 15LW 0033	Implantação de Melhoria no Processo de Desmilitarização - No Estado do Rio de Janeiro							250.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 100	I	4-INV	2	90	0	495	250.000
05 122	**0807 15LX**	**Implantação de Automação e Melhoria no Processo de Lavagem dos Estojos**							**500.000**
05 122	0807 15LX 0033	Implantação de Automação e Melhoria no Processo de Lavagem dos Estojos - No Estado do Rio de Janeiro							500.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 100	I	4-INV	2	90	0	495	500.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**2.373.351**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LEI Nº 13.554, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O item I.5.1 do Anexo V à Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO

(Anexo V à Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017)

"AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATAM O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 103 DA LDO-2017, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2017

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO, ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO			PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (5)						
		QTDE	DESPESA		PRIMÁRIA			FINANCEIRA			TOTAL
			EM 2017	ANUALIZADA (3)	NOS ÓRGÃOS	RESERVA DE CONTING.	SUBTOTAL	NOS ÓRGÃOS	RESERVA DE CONTING.	SUBTOTAL	
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES (4):											
.....											
5. Poder Executivo	**3.864**	**18.690**	**871.542.766**	**1.389.265.586**	**270.480.281**	**393.007.365**	**663.487.646**	**3.369.663**	**58.463.651**	**61.833.314**	**725.320.960**
5.1. Criação e provimentos de cargos e funções, exclusive substituição de terceirizados - Civis	**2.264**	**4.963**	**451.471.016**	**672.940.425**	**-**	**393.007.365**	**393.007.365**	**-**	**58.463.651**	**58.463.651**	**451.471.016**
5.1.1. Cargos e funções vagos	-	4.960	451.219.016	672.149.425	-	392.755.365	392.755.365	-	58.463.651	58.463.651	451.219.016
.....											
5.1.7. Criação de cargos em comissão para o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal - LC nº 159, de 2017	3	3	252.000	791.000	-	252.000	252.000	-	-	-	252.000

....." (NR)

LEI Nº 13.555, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 103. .....

.....

§ 12. .....

.....

VII - a servidores de cargos de provimento efetivo da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

VIII - a servidores de cargos de provimento efetivo do Tribunal de Contas da União; e

IX - aos cargos em comissão de que trata o § 4º do art. 6º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.245, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui a Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 11, e no art. 24, **caput**, incisos XXV, XXXI e XXXII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto institui a Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde - PNITS, regulamenta o uso do poder de compra do Estado em contratações e aquisições que envolvam produtos e serviços estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS no âmbito do Complexo Industrial da Saúde - CIS e dispõe sobre o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde - Gecis e o Fórum Permanente de Articulação com a Sociedade Civil - FPAS.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, o CIS corresponde ao sistema produtivo nacional da saúde, composto:

I - pelo Gecis;

II - pelas empresas da indústria química, farmacêutica, de biotecnologia, mecânica, eletrônica e de materiais para a saúde;

III - pelos prestadores de serviços na área da saúde, independentemente da natureza jurídica; e

IV - pelos órgãos públicos e pelas entidades públicas ou privadas que atuem em pesquisa, inovação, desenvolvimento, produção e prestação de serviços na área da saúde, incluídos as Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT e os Laboratórios Públicos Oficiais - LPO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO II
DA PNITS

Seção I
Dos objetivos da PNITS

Art. 3º A PNITS possui os seguintes objetivos:

I - promover o aprimoramento do marco regulatório referente às estratégias e ações de inovação tecnológica na área da saúde;

II - promover a sustentabilidade tecnológica e econômica do SUS, com a definição de condições estruturais para aumentar a capacidade produtiva e de inovação do País, com vistas à contribuição para a ampliação do acesso à saúde;

III - estimular a atividade de inovação na administração pública e nas entidades privadas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País;

IV - estimular e fomentar a parceria entre a administração pública e as entidades privadas, com vistas à promoção da transferência, da internalização, da incorporação, do desenvolvimento e da qualificação de tecnologias em saúde no território nacional;

V - incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional na área da saúde;

VI - promover a pesquisa, o desenvolvimento e a fabricação de produtos e serviços estratégicos para o SUS em território nacional, com estímulo à competitividade empresarial;

VII - reduzir a dependência externa e a vulnerabilidade produtiva e tecnológica do País em relação aos produtos e serviços estratégicos para o SUS, com vistas à ampliação do acesso à saúde; e

VIII - estabelecer os critérios para o uso do poder de compra estatal com o intuito de racionalizar os gastos em saúde e induzir o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, com vistas à sustentabilidade do SUS e à consolidação do CIS no País.

Seção II
Dos instrumentos estratégicos da PNITS

Subseção I
Disposições gerais

Art. 4º São instrumentos estratégicos da PNITS:

I - as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP;

II - as Encomendas Tecnológicas na Área da Saúde - ETECS; e

III - as Medidas de Compensação na Área da Saúde - MECS.

Art. 5º A utilização dos instrumentos estratégicos da PNITS buscará a seleção da proposta mais vantajosa, especialmente quanto à promoção da capacitação tecnológica da administração pública e das entidades privadas, nos termos definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, após ouvido o Gecis.

Art. 6º Os contratos decorrentes dos instrumentos estratégicos da PNITS conterão cláusula anticorrupção, em conformidade com a legislação, especialmente com a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subseção II
Das PDP

Art. 7º A PDP tem como objeto, concomitantemente:

I - o desenvolvimento tecnológico, a transferência e a absorção de tecnologia relacionada aos produtos estratégicos para o SUS;

II - a capacitação produtiva e tecnológica no País relacionada aos produtos estratégicos para o SUS; e

III - a aquisição dos produtos estratégicos para o SUS, nos termos do disposto no inciso XXXII do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. Ato específico do Ministro de Estado da Saúde definirá os produtos estratégicos para o SUS que poderão ser objeto de PDP, após ouvido o Gecis.

Art. 8º A formalização da PDP ocorre mediante a assinatura de contrato entre as três partes envolvidas, quais sejam:

I - o Ministério da Saúde;

II - o parceiro público - o órgão ou a entidade públicos ou a empresa estatal, isoladamente ou em consórcio com outro parceiro público; e

III - o parceiro privado - a entidade privada, isoladamente ou em consórcio com outro parceiro privado.

Art. 9º A seleção do parceiro privado a ser contratado pela administração pública, no âmbito da PDP, será feita por meio de procedimentos objetivos, transparentes e simplificados, definidos em ato do Ministro de Estado da Saúde, após ouvido o Gecis.

Art. 10. O contrato a que se refere o art. 8º conterá, no mínimo:

I - as obrigações do Ministério da Saúde, do parceiro público e do parceiro privado;

II - as condições para a aquisição do produto estratégico objeto da PDP;

III - cláusula que estabeleça que, ao final da PDP, o parceiro público possua, no mínimo, uma planta industrial de pequena escala no País em condições suficientes para a produção do produto estratégico que foi objeto da PDP;

IV - o plano de trabalho com o cronograma a ser seguido na execução do contrato;

V - os direitos de propriedade intelectual decorrentes da PDP, observada a legislação aplicável; e

VI - cláusula que estabeleça a obrigação dos parceiros público e privado na PDP investirem percentual mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação no País, conforme critérios definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, após ouvido o Gecis.

Parágrafo único. O extrato do contrato de que trata o **caput** será publicado no Diário Oficial da União.

Art. 11. A aquisição dos produtos estratégicos pela administração pública, no âmbito da PDP, estará condicionada ao cumprimento do plano de trabalho contratado, exceto nos casos devidamente justificados.

Art. 12. A análise e a avaliação das propostas de PDP serão realizadas por colegiados intersetoriais, com composição e competências definidas em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, após ouvido o Gecis.

Subseção III
Da ETECS

Art. 13. A ETECS, à qual se aplica o disposto no art. 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e no inciso XXXI do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, e de sua regulamentação, tem como objetivo a contratação de ICT, de entidades de direito privado sem fins lucrativos ou de empresas, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, para a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou para a obtenção de produto, serviço ou processo inovador na área de saúde.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, após ouvido o Gecis, disporá sobre a aplicação da ETECS.

§ 2º Atos específicos dos Ministros de Estado da Saúde, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão definirão, após ouvido o Gecis, os produtos, os serviços ou os processos estratégicos para o SUS que poderão ser objeto de ETECS, no âmbito de cada Ministério, respectivamente.

Art. 14. A formalização da ETECS ocorre mediante a assinatura de contrato entre as partes envolvidas e o seu extrato será publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. O contrato de que trata o **caput** preverá os direitos de propriedade intelectual decorrentes da ETECS, observada a legislação aplicável.

Subseção IV
Das MECS

Art. 15. As MECS, no âmbito da PNITS, às quais se aplica o disposto no § 11 do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e de sua regulamentação, priorizarão o desenvolvimento e a capacitação tecnológicos no País relacionados aos produtos e serviços estratégicos para o SUS.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, após ouvido o Gecis, disporá sobre a aplicação das MECS.

§ 2º A aplicação das MECS dependerá de prévio processo que garanta a competitividade, a transparência e a isonomia do certame.

CAPÍTULO III
DO GECIS

Art. 16. O Gecis, instituído no âmbito do Ministério da Saúde, tem os seguintes objetivos:

I - promover a articulação dos órgãos e das entidades públicos, da indústria química, farmacêutica, de biotecnologia, mecânica, eletrônica e de materiais para a saúde e das entidades que atuem em pesquisa, inovação, desenvolvimento, produção e prestação de serviços na área da saúde, no âmbito da PNITS;

II - fomentar ambiente propício ao desenvolvimento industrial e tecnológico no CIS para a ampliação do acesso a produtos e serviços estratégicos para o SUS; e

III - promover ambiente de segurança jurídica e institucional que favoreça o investimento produtivo e em pesquisa, inovação e desenvolvimento no País na área da saúde.

Art. 17. Compete ao Gecis:

I - propor medidas e ações concretas destinadas à promoção do desenvolvimento da inovação tecnológica na área da saúde, com vistas ao fortalecimento e à elevação da produção nacional de produtos e serviços estratégicos para o SUS;

II - assegurar, monitorar e avaliar a execução das ações a serem desenvolvidas no âmbito da PNITS, especialmente quanto à utilização de seus instrumentos estratégicos;

III - avaliar o impacto econômico da utilização dos instrumentos estratégicos da PNITS e sugerir a elaboração de estudos e pareceres;

IV - pronunciar-se sobre a proposta de atos normativos necessários à execução do disposto neste Decreto;

V - pronunciar-se sobre outros assuntos relativos à PNITS, quando demandado pelo Ministério da Saúde;

VI - aprovar seu regimento interno;

VII - constituir grupos de trabalho sobre temas específicos que demandem conhecimento técnico especializado para dar suporte às suas atividades;

VIII - convidar profissionais de notório saber no tema ou especialistas de órgãos ou entidades públicos e privados para participar de suas atividades;

IX - definir a composição do FPAS; e

X - articular com o FPAS a realização de eventos públicos relacionados a temas afetos à PNITS.

Art. 18. O Gecis será composto por um representante titular e um suplente de cada órgão ou entidade a seguir indicados:

I - Ministério da Saúde, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério das Relações Exteriores;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

VII - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VIII - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

X - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz;

XI - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

XII - Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI;

XIII - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI;

XIV - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro; e

XV - Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

§ 1º Os membros do Gecis previstos no **caput** serão indicados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade que representam.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º O Coordenador do Gecis convidará para participar do colegiado, na qualidade de membros, três representantes titulares e três suplentes do FPAS.

§ 3º A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde exercerá a função de secretaria-executiva do Gecis e fornecerá o apoio técnico e administrativo necessário às atividades do Gecis.

§ 4º O Gecis se reunirá, ordinariamente, semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador.

§ 5º As decisões do Gecis serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros, e serão consubstanciadas em ata.

§ 6º Nas decisões de que trata o § 5º, caberá ao Coordenador do Gecis o voto de qualidade.

§ 7º A participação no Gecis será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 19. O Gecis será assessorado pelo FPAS, instituído no âmbito do Ministério da Saúde.

§ 1º A composição do FPAS será definida pelo Gecis, conforme o disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.

§ 2º Compete ao FPAS, no âmbito de sua atividade de assessoramento ao Gecis:

I - monitorar e avaliar a execução das ações desenvolvidas no âmbito da PNITS, especialmente quanto à utilização de seus instrumentos estratégicos; e

II - propor medidas para a promoção do desenvolvimento da inovação tecnológica na área da saúde, com vistas ao fortalecimento e à elevação da produção nacional de produtos e serviços estratégicos para o SUS ao Gecis;

III - indicar três representantes titulares e três suplentes para serem membros do Gecis; e

IV - aprovar seu regimento interno, que, no mínimo:

a) definirá a coordenação do FPAS;

b) preverá a periodicidade de suas reuniões; e

c) estabelecerá a forma de indicação dos representantes referidos no inciso III.

§ 3º A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde exercerá a função de secretaria-executiva do FPAS e fornecerá o apoio técnico e administrativo necessário às atividades do FPAS.

§ 4º As decisões do FPAS serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros, e serão consubstanciadas em ata.

§ 5º Nas decisões de que trata o § 4º, caberá ao Coordenador do FPAS o voto de qualidade.

§ 6º A participação no FPAS será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 20. O disposto neste Decreto não se aplica aos instrumentos relacionados à PDP, a ETECS e a MECS vigentes na data de publicação deste Decreto, exceto se for possível adequá-los de forma a torná-los compatíveis com o disposto neste Decreto, sem acarretar prejuízo ao erário, e houver manifestação expressa de interesse das partes envolvidas.

Art. 21. Ficam revogados:

I - o Decreto de 12 de maio de 2008 que cria, no âmbito do Ministério da Saúde, o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde - Gecis e dá outras providências; e

II - o Decreto nº 7.807, de 17 de setembro de 2012.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Ricardo José Magalhães Barros
Marcos Jorge Lima
Dyogo Henrique de Oliveira
Gilberto Kassab

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador, VICTOR MANUEL SILVESTRE RICO FRONTAURA, Diretor Representante do Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Brasília, 20 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 544, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.547, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 545, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.548, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 546, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.549, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 547, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.550, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 548, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.551, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 549, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.552, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 550, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.553, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 551, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.554, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 552, de 20 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.555, de 20 de dezembro de 2017.

Nº 553, de 20 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.829.

Nº 554, de 20 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.826.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/P/Nº 526, de 18 de junho de 1987, publicada no Boletim de Serviço Nº 25, de 22 de junho de 1987, que criou o PA LAGOA VERDE, Código SIPRA CE0024000, **onde se lê:** "com área de 854,7844ha (oitocentos e cinqüenta e quatro hectares, setenta e oito ares e quarenta e quatro centiares)"; **leia-se:** "com área de 873,9866ha (oitocentos e setenta e três hectares, noventa e oito ares e sessenta e seis centiares)."

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CRIA O DOC-ICP-17.01 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS MÍNIMOS PARA OS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇA DA ICP-BRASIL.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 9º do anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, pelo art. 3º da Resolução nº 132, do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 10 de novembro de 2017,

Considerando a necessidade de suplementar os procedimentos operacionais para os Prestadores de Serviço de Confiança (PSC) na ICP-Brasil, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 1.0 do documento DOC-ICP-17.01 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS MÍNIMOS PARA OS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇA DA ICP-BRASIL, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao disposto no item 6.2.2, do Anexo I, deste documento, o qual entrará em vigor seis meses após a publicação do Manual de Conduta Técnica referente ao tema, observado o disposto no art. 22 da Resolução nº 132, de 10 de novembro de 2017.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

ANEXO I

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS MÍNIMOS PARA OS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇA DA ICP-BRASIL

DOC-ICP-17.01
Versão 1.0
15 de dezembro de 2017

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Resolução que aprovou a alteração	Item alterado	Descrição da alteração
Instrução Normativa nº 10, de 15.12.2017 (Versão 1.0)		Criação do DOC-ICP-17.01.

LISTA DE ACRÔNIMOS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AC RAIZ	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
ACT	Autoridade de Carimbo de Tempo
AES	*Advanced Encryption Standard*
APF	Administração Pública Federal
CAdES	*CMS Advanced Electronic Signature*
CTR	*Counter Mode*
DPPSC	Declaração de Prática do Prestador de Serviço de Confiança
EAT	Entidade de Auditoria do Tempo - ICP-Brasil
ETSI	*European Telecommunications Standards Institute*
HMAC	*Hash-based Message Authentication Code*
HOTP	*HMAC-Based One-Time Password*

HSM	*Hardware Security Module*
HTTPS	*Hyper Text Transfer Protocol Secure*
ICP-BRASIL	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IETF	*Internet Engineering Task Force*
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
KMIP	*Key Management Interoperability Protocol*
LPA	Lista de Políticas de Assinatura Aprovadas
OATH	*Open Authentication*
PAdES	*PDF Advanced Electronic Signature*
PCO	Planejamento de Capacidade Operacional
PIN	*Personal Identification Number*
PSBio	Prestador de Serviço Biométrico
PSC	Prestador de Serviço de Confiança
PKCS	*Public Key Cryptography Standards*
PUK	*PIN Unlock*
RFC	*Request for Comments*
SSL	*Secure Sockets Layer*
TLS	*Transport Layer Security*
TOTP	*Time-based One-Time Password algorithm*
TRC	Teorema do Resto Chinês
TTLV	*Tag, type, length, value*
XAdES	*XML Advanced Electronic Signatures*
XML	*eXtensible Markup Language*
XMPP	*Extensible Messaging and Presence Protocol*

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este documento tem por finalidade regulamentar os requisitos mínimos de segurança e os procedimentos operacionais a serem adotados pelos Prestadores de Serviço de Confiança (PSC) de Assinatura Digital e/ou Armazenamento de Chaves Criptográficas da ICP-Brasil.

1.2. Suplementa, para essas entidades, os regulamentos contidos nos documentos DOC-ICP-03 [1], DOC-ICP-04 [2], DOC-ICP-08 [3] e DOC-ICP-09 [4], tomando como base também a Política de Segurança da ICP-Brasil - DOC-ICP-02 [5].

1.3 Os requisitos contidos neste documento deverão ser apresentados quando do credenciamento do PSC para armazenamento de chaves privadas dos usuários finais ou serviços de assinaturas digitais, verificação de assinaturas digitais, se for o caso, ou ambos e mantidos atualizados durante seu funcionamento enquanto a entidade estiver credenciada na ICP-Brasil.

1.4. O PSC deverá ter uma Política de Segurança da Informação composta por diretrizes, normas e procedimentos que descrevem os controles de segurança que devem ser seguidos em suas dependências e atividades, em consonância com o DOC-ICP-02 [5].

1.5. Deverá existir um exemplar da Política de Segurança da Informação, no formato impresso, disponível para consulta no Nível 1 (vide regulamento no item 3) de segurança do PSC.

1.6. A Política de Segurança da Informação deverá ser seguida por todo pessoal envolvido nas atividades realizadas pelo PSC, do seu próprio quadro ou contratado.

1.7. Este documento define normas operacionais e de segurança que deverão ser aplicadas nas áreas internas ao PSC, assim como no trânsito de informações, armazenamento de chaves privadas, serviços de assinatura digital e verificação de assinatura digital e materiais com entidades externas.

1.8. A seguir são informados os requisitos que devem ser observados quanto a segurança de pessoal, segurança física, segurança lógica, segurança de rede, requisitos mínimos para armazenamento de chaves privadas, serviços de assinatura digital e verificação de assinatura digital, classificação da informação, salvaguarda de ativos da informação, gerenciamento de riscos, plano de continuidade de negócios, análise de registros de eventos e plano de capacidade operacional.

2. SEGURANÇA PESSOAL

2.1. O PSC deverá ter uma Política de Gestão de Pessoas que disponha sobre os processos de contratação, demissão, descrição de cargos, avaliação de desempenho e capacitação.

2.2. A comprovação da capacidade técnica do pessoal envolvido nos serviços prestados pelo PSC deverá estar à disposição para eventuais auditorias e fiscalizações.

2.3. Todo pessoal envolvido nas atividades realizadas pelo PSC, do próprio quadro ou contratado, deverá assinar um termo, com garantias jurídicas, que garanta o sigilo das informações internas e de terceiros, mesmo após a demissão ou o término do contrato.

2.4. O termo de sigilo da informação deverá conter cláusula explícita de responsabilização nos casos de quebra de regras ou regulamentos da ICP-Brasil.

2.5. Aplicar-se-á o termo de sigilo de informações a quaisquer outras entidades que porventura tenham acesso às informações internas e de terceiros originárias dos projetos coordenados pelo PSC.

2.6. O PSC deverá ter procedimentos formais de apuração e responsabilização em caso de descumprimento das regras estabelecidas pelas suas políticas ou pelas normas da ICP-Brasil.

2.7. O quadro de pessoal do PSC e contratados deverão possuir um dossiê contendo os seguintes documentos:

i. Contrato de trabalho ou cópia das páginas da carteira de trabalho onde conste o registro da contratação, termo de posse de servidor ou comprovante de situação funcional;

ii. Comprovante da verificação de antecedentes criminais;

iii. Comprovante da verificação de situação de crédito;

iv. Comprovante da verificação de histórico de empregos anteriores;

v. Comprovação de residência;

vi. Comprovação de capacidade técnica;

vii. Resultado da entrevista inicial, com a assinatura do entrevistador;

viii. Declaração em que afirma conhecer as suas atribuições e em que assume o dever de cumprir as regras aplicáveis da ICP-Brasil;

ix. Termo de sigilo.

2.8. Não serão admitidos estagiários no exercício fim das atividades do PSC.

2.9. Quando da demissão, o referido dossiê deverá possuir os seguintes documentos:

i. Evidências de exclusão dos acessos físico e lógico nos ambientes do PSC;

ii. Declaração assinada pelo empregado ou servidor de que não possui pendências, conforme previsto no item 7.3.10 do DOC-ICP-02 [5].

3. SEGURANÇA FÍSICA

3.1. Disposições Gerais de Segurança Física

3.1.1. Níveis de acesso

3.1.1.1. São definidos pelo menos 4 (quatro) níveis de acesso físico aos diversos ambientes do PSC.

3.1.1.1.1. O primeiro nível - ou nível 1 - deverá situar-se após a primeira barreira de acesso às instalações do PSC. O ambiente de nível 1 do PSC na ICP-Brasil desempenha a função de interface com cliente ou fornecedores que necessita comparecer ao PSC.

3.1.1.1.2. O segundo nível - ou nível 2 - será interno ao primeiro e deverá requerer a identificação individual das pessoas que nele entram. Esse será o nível mínimo de segurança requerido para a execução de qualquer processo operacional ou administrativo do PSC. A passagem do primeiro para o segundo nível deverá exigir identificação por meio eletrônico e o uso de crachá.

a) O ambiente de nível 2 deverá ser separado do nível 1 por paredes divisórias de escritório, alvenaria ou pré-moldadas de gesso acartonado. Não deverá haver janelas ou outro tipo qualquer de abertura para o exterior, exceto a porta de acesso;

b) O acesso a este nível deverá ser permitido apenas a pessoas que trabalhem diretamente com as atividades de serviços de armazenamento dos certificados para usuários finais e serviços de assinatura digital e verificação da assinatura digital ou ao pessoal responsável pela manutenção de sistemas e equipamentos do PSC, como administradores de rede e técnicos de suporte de informática. Demais funcionários do PSC ou do possível ambiente que esta compartilhe não deverão acessar este nível;

c) Preferentemente, *nobreaks*, geradores e outros componentes da infraestrutura física deverão estar abrigados neste nível, para evitar acessos ao ambiente de nível 3 por parte de prestadores de serviços de manutenção;

d) Excetuados os casos previstos em lei, o porte de armas não será admitido nas instalações do PSC, a partir do nível 2. A partir desse nível, equipamentos de gravação, fotografia, vídeo, som ou similares, bem como computadores portáteis, terão sua entrada controlada e somente poderão ser utilizados mediante autorização formal e sob supervisão.

3.1.1.1.3. O terceiro nível - ou nível 3 - deverá situar-se dentro do segundo e será o primeiro nível a abrigar material e atividades sensíveis da operação do PSC. Qualquer atividade relativa ao armazenamento de certificados digitais dos usuários e serviços de assinatura digital e verificação da assinatura digital deverá ser realizada nesse nível. Somente pessoas autorizadas poderão permanecer nesse nível.

a) No terceiro nível deverão ser controladas tanto as entradas quanto as saídas de cada pessoa autorizada. Dois tipos de mecanismos de controle deverão ser requeridos para a entrada nesse nível: algum tipo de identificação individual, como cartão eletrônico, e identificação biométrica ou digitação de senha;

b) As paredes que delimitam o ambiente de nível 3 deverão ser de alvenaria ou material de resistência equivalente ou superior. Não deverá haver janelas ou outro tipo qualquer de abertura para o exterior, exceto a porta de acesso;

c) Caso o ambiente de Nível 3 possua forro ou piso falsos, deverão ser adotados recursos para impedir o acesso ao ambiente por meio desses, tais como grades de ferro estendendo-se das paredes até as lajes de concreto superior e inferior;

d) Deve haver uma porta única de acesso ao ambiente de nível 3, que abra somente depois que o funcionário tenha se autenticado eletronicamente no sistema de controle de acesso. A porta deverá ser dotada de dobradiças que permitam a abertura para o lado externo, de forma a facilitar a saída e dificultar a entrada no ambiente, bem como de mecanismo para fechamento automático, para evitar que permaneça aberta mais tempo do que o necessário;

3.1.1.1.4. O terceiro nível avançado - ou nível 3.1 -, especificamente para os PSC de assinatura digital, no interior ao ambiente de nível 3, deverá compreender pelo menos um gabinete reforçado trancado, que abrigará todo o *hardware e software* utilizado pelo PSC de assinatura digital:

a) Para garantir a segurança do material armazenado, os gabinetes deverão obedecer às seguintes especificações mínimas:

i. Ser feitos em aço ou material de resistência equivalente;

ii. Possuir tranca com chave.

3.1.1.1.5. O quarto nível - ou nível 4 - especificamente para os PSC de armazenamento de chaves privadas, interior ao terceiro, é onde deverão ocorrer atividades especialmente sensíveis da operação do PSC de armazenamento de chaves privadas. Todos os sistemas e equipamentos necessários a essas atividades deverão estar localizados a partir desse nível. O nível 4 deverá possuir os mesmos controles de acesso do nível 3 e, adicionalmente, deverá exigir, em cada acesso ao seu ambiente, a identificação de, no mínimo, 2 (duas) pessoas autorizadas. Nesse nível, a permanência dessas pessoas deverá ser exigida enquanto o ambiente estiver ocupado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.1.1.1.6 No quarto nível, todas as paredes, piso e teto deverão ser revestidos de aço e concreto ou de outro material de resistência equivalente. As paredes, piso e o teto deverão ser inteiriços, constituindo uma célula estanque contra ameaças de acesso indevido, água, vapor, gases e fogo. Os dutos de refrigeração e de energia, bem como os dutos de comunicação, não deverão permitir a invasão física das áreas de quarto nível. Adicionalmente, esses ambientes de nível 4 - que constituem as chamadas salas-cofre - deverão possuir proteção contra interferência eletromagnética externa.

3.1.1.1.7. As salas-cofre deverão ser construídas segundo as normas brasileiras aplicáveis. Eventuais omissões dessas normas deverão ser sanadas por normas internacionais pertinentes.

3.1.1.2. Poderão existir, no PSC, vários ambientes de terceiro nível avançado, no caso de PSC de assinatura digital, ou vários ambientes de quarto nível, no caso de PSC de armazenamento de chaves privadas, para abrigar e segregar, quando for o caso:

a) Equipamentos de produção *on-line*; e

b) Equipamentos de rede e infraestrutura (*firewall*, roteadores, *switches* e servidores).

3.1.1.3. Todos os servidores e elementos de infraestrutura e proteção do segmento de rede, tais como roteadores, *hubs*, *switches* e *firewalls* devem:

a) Operar em ambiente com segurança equivalente, no mínimo, no terceiro nível avançado para o caso de PSC de assinatura digital, ou no quarto nível, no caso de PSC de armazenamento de chaves privadas citados neste documento;

b) Possuir acesso lógico restrito por meio de sistema de autenticação e autorização de acesso.

3.1.1.4. Os PSC devem ainda atender aos seguintes requisitos:

a) O ambiente físico do PSC deverá conter dispositivos que autentiquem e registrem o acesso de pessoas informando data e hora desses acessos;

b) O PSC deverá conter imagens que garantam a identificação de pessoas quando do acesso físico em qualquer parte de seu ambiente;

c) É mandatório o sincronismo de data e hora entre os mecanismos de segurança física garantindo a trilha de auditoria entre dispositivos de controle de acesso físico e de imagem;

d) Todos que transitam no ambiente físico do PSC deverão portar crachás de identificação, inclusive os visitantes;

e) Só é permitido o trânsito de material de terceiros pelos ambientes físicos do PSC mediante registro, garantindo a trilha de auditoria com informações de onde o material passou, a data e hora que ocorreu o trânsito e quem foi o responsável por sua manipulação;

f) O PSC deverá conter dispositivos de prevenção e controle de incêndios, temperatura, umidade, iluminação e oscilação na corrente elétrica em todo seu ambiente físico;

g) Todo material crítico inservível, descartável ou não mais utilizável deverá ter tratamento especial de destruição, garantindo o sigilo das informações lá contidas. O equipamento enviado para manutenção deverá ter seus dados apagados, de forma irreversível, antes de ser retirado do ambiente físico do PSC;

h) Os computadores pessoais, servidores e dispositivos de rede, e seus respectivos softwares, deverão estar inventariados com informações que permitam a identificação inequívoca;

i) Em caso de inoperância dos sistemas automáticos, o controle de acesso físico deverá ser realizado provisoriamente por meio de um livro de registro onde constará quem acessou, a data, hora e o motivo do acesso;

j) Deverão ser providenciados mecanismos para garantir a continuidade do fornecimento de energia nas áreas críticas, mantendo os ativos críticos de informação em funcionamento até que todos os processos e dados sejam assegurados caso o fornecimento de emergência se esgote;

l) No caso de armazenamento de chaves privadas para usuários finais, deve ter no mínimo dois ambientes físicos, sendo obrigatoriamente um para operação e outro para contingência;

m) No caso do PSC ser uma AC da ICP-Brasil, pode ser utilizado o nível 4 para abrigo do *hardware* criptográfico que armazenará as chaves privadas dos usuários finais, assim como os serviços de autenticação, desde que em gabinete cadeado, cuja chave do cadeado deve estar em posse de funcionário distinto dos perfis lógicos do PSC, segregados dos que operam o ambiente de uma AC;

n) Todos os equipamentos e ambiente computacional que serão utilizados no PSC deverão ter sua data e horário sincronizados com a EAT.

4. SEGURANÇA LÓGICA

a) O acesso lógico ao ambiente computacional do PSC se dará no mínimo mediante usuário individual e senha, que deverá ser trocada periodicamente;

b) Todos os equipamentos do parque computacional deverão ter controle de forma a permitir somente o acesso lógico a pessoas autorizadas;

c) Os equipamentos deverão ter mecanismos de bloqueio de sessão inativa;

d) O PSC deverá ter explícita a política de cadastro, suspensão e remoção de usuários em seu ambiente computacional. Os usuários deverão estar cadastrados em perfis de acesso que permitam privilégio mínimo para realização de suas atividades;

e) Os usuários especiais (a exemplo do *root* e do administrador) de sistemas operacionais, do *hardware* criptográfico, do banco de dados e de aplicações em geral devem ter suas senhas segregadas de forma que o acesso lógico a esses ambientes se dê por, pelo menos, duas pessoas autorizadas;

f) Todo equipamento do PSC deverá ter *log* ativo e seu horário sincronizado com uma fonte confiável de tempo da ICP-Brasil;

g) As informações como *log*, trilhas de auditoria (do armazenamento de chaves privadas e serviço de assinatura), registros de acesso (físico e lógico) e imagens deverão ter cópia de segurança cujo armazenamento será de 6 anos;

h) Os *softwares* dos sistemas operacionais, os antivírus e aplicativos de segurança devem ser mantidos atualizados;

i) É vedado qualquer tipo de acesso remoto dos operadores do PSC ao ambiente de nível 3.

5. SEGURANÇA DE REDE

a) O tráfego das informações no ambiente de rede deverá ser protegido contra danos ou perdas, bem como acesso, uso ou exposição indevidos;

b) Não poderão ser admitidos acessos externos à rede interna do PSC. As tentativas de acessos externos deverão ser inibidas e monitoradas por meio de aplicativos que criem barreiras e filtros de acesso, assim como mecanismos de detecção de intrusão;

c) Deverão ser aplicados testes de segurança na rede interna e externa com aplicativos especializados com periodicidade de, no mínimo, uma vez a cada mês. Os testes na rede deverão ser documentados e as vulnerabilidades detectadas corrigidas.

6. REQUISITOS PARA ARMAZENAMENTO DE CHAVES PRIVADAS

6.1 Armazenamento das chaves e certificados digitais.

a) As chaves privadas dos usuários finais, para os tipos de certificados que obrigatoriamente devem ser gerados e armazenados em hardware criptográficos, devem estar armazenadas dentro dos espaços (*slots*), ou equivalente, da fronteira criptográfica e segurança física de um HSM com certificação Inmetro válida no âmbito da ICP-Brasil, endereçados por conta de usuário;

b) Esse acesso ou comando de exportação às chaves privadas dos usuários deve ser de uso, conhecimento e controle exclusivo do titular, sem a possibilidade de ingresso por outros titulares no mesmo HSM, qualquer funcionário do PSC ou dependentes de outras chaves criptográficas;

c) O PSC deve prover mecanismos de duplo fator de autenticação ao titular para acesso à chave privada, devendo ser um fator dentro da fronteira criptográfica do HSM e outro dentro do ambiente seguro e primeira interface de comunicação com HSM ou ambos dentro da fronteira criptográfica do HSM. Cada fator deve ser de uma classe diferente (conhecimento, posse ou biometria). Os mecanismos de autenticação devem empregar método ou protocolo de validação que proteja a transmissão e os dados de autenticação por meio de criptografia. Essa funcionalidade será apensada aos requisitos técnicos na manutenção da certificação Inmetro dos HSM e devem ser:

i. Senhas (PIN/PUK): segundo regras da ICP-Brasil;

ii. OTP: segundo regras da RFC 6238 (TOTP), RFC 6287, RFC 4226 (HOTP);

iii. Biometria: segundo regras da ICP-Brasil;

iv. Certificado de atributo: segundo regras da ICP-Brasil;

v. Push Notification: segundo regras do XMPP extension protocol ou semelhante;

vi. Outras autenticações semânticas em acordo com esse documento e previamente aprovadas pela AC Raíz.

d) Deverá ser feita, em outro ambiente físico de contingência, a cópia das chaves dos usuários finais, observados os mesmos requisitos de armazenamento do ambiente principal. A entrada do ambiente de contingência deve ser em até 48 horas.

e) Esses espaços para armazenamento das chaves privadas dos usuários finais poderão ser liberados desde que não haja renovação por parte do mesmo ou a revogação da chave, entretanto deve-se manter o registro de armazenamento das chaves conforme Declaração de Prática do Prestador de Serviço de Confiança - DPPSC.

6.2 Protocolos

6.2.1 Os HSMs certificados na ICP-Brasil devem suportar a interface PKCS#11, atendendo às exigências de especificação da ICP-Brasil, além dos relatados nesse documento, os seguintes requisitos:

a) Gerar chaves simétricas especificando os componentes de chaves simétricas em texto claro;

• Gerar par de chaves especificando os componentes de chaves assimétricas em texto claro. Por exemplo os componentes Módulo, Expoente público, tamanho em bits, etc;

• Gerar objeto de chaves especificando os componentes de chaves assimétricas (no mínimo chave pública) em texto claro. Por exemplo os componentes: Módulo, Expoente público, Expoente Privada em forma reduzida ou em forma de TRC (Teorema de Resto Chinês);

• Cifrar e decifrar chaves especificando os componentes de chaves simétricas ou assimétrica em texto claro;

• Exportar e importar chaves (PKCS#12) especificando os componentes de chaves assimétricas privadas criptografados;

• Assinar conteúdo especificando os componentes de chaves assimétricas públicas em texto claro;

• Verificar assinatura especificando os componentes de chaves assimétricas públicas em texto claro.

b) O módulo criptográfico deve suportar as seguintes chamadas de PKCS#11 (Cryptoki):

- C_Initalize
- C_Finalize
- C_OpenSession
- C_CloseSession
- C_Init_Token
- C_Init_PIN
- C_Login
- C_Logout
- C_CreateObject
- C_DestroyObject
- C_GetAttributeValue
- C_SetAttributeValue
- C_EncryptInit

- C_Encrypt
- C_DecryptInit
- C_Decrypt
- C_DigestInit
- C_Digest
- C_DigestKey
- C_SignInit
- C_Sign
- C_VerifyInit
- C_Verify
- C_GenerateKey
- C_GenerateKeyPair
- C_DeriveKey
- C_GenerateRandom
- C_WrapKey
- C_UnwrapKey

c) Sendo obrigatória a implementação das seguintes funções:

- *C_GenerateKey* especificando templates de chaves simétricas;
- *C_GenerateKeyPair* especificando templates de chaves assimétricas;
- *C_Sign* para realizar assinatura de um conteúdo;
- *C_Verify* para verificar a assinatura de um conteúdo;
- *C_Encrypt* para cifrar um dado com uma chave já construída;
- *C_Decrypt* para decifrar um dado com uma chave já construída;
- *C_CreateObject* especificando templates de chaves assimétricas (no mínimo chave pública);
- *C_DestroyObject* especificando o handle do objeto.

6.2.2 Os HSMs certificados na ICP-Brasil devem suportar o protocolo *Key Management Interoperability Protocol* - KMIP, versão 1.3 ou superior, devendo seguir, além dos relatados nesse documento, os seguintes requisitos:

6.2.2.1 Os PSC devem definir um conjunto de operações que se aplicam aos objetos gerenciados, relacionados ao conjunto normativo do PSC e ao ciclo de vida das chaves, que por sua vez consistem em atributos, como mostrado, em exemplo, na tabela a seguir.

Operações do Protocolo	Objetos Gerenciados	Atributos dos Objetos
Create	Certificate	Unique Identifier
Create Key Pair	Symmetric Key	Name
Register	Public Key	Object Type
Re-key	Private Key	Cryptographic Algorithm
Derive Key	Split Key	Cryptographic Length
Certify	Secret Data	Cryptographic Parameters
Re-certify	Key Block (para chaves) ou Value (para certificados)	Certificate Type
Locate		Certificate Issuer
Check		Certificate Subject
Get		Digest
Get Attributes		Operation Policy Name
Get Attribute List		Cryptographic Usage Mask
Add Attribute		Lease Time
Modify Attribute		Usage Limits
Delete Attribute		State
Obtain Lease		Initial Date
Get Usage Allocation		Activation Date
Activate		Process Start Date
Revoke		Protect Stop Date
Destroy		Deactivation Date
Archive		Destroy Date
Recover		Compromise Occurrence Date
Validate		Compromise Date
Query		Revocation Reason
Cancel		Archive Date
Poll		Object Group
		Link
		Application Specific ID
		Contact Information
		Last Change Date
		Custom Attribute

6.2.2.2 Os objetos base são:

a) Os componentes dos objetos gerenciados.

i. Atributo: identificado pelo seu nome;

ii. *Key Block*, contém o valor da chave;

b) Os elementos do protocolo de mensagens;

c) Os parâmetros das operações.

6.2.2.3 Os objetos criptográficos gerenciáveis são:

a) Certificado, com o tipo e valor;

b) Chave simétrica, com o *Key Block*;

c) Chave Pública, com o *Key Block*;

d) Chave Privada, com o *Key Block*;

e) Chave Dividida, com o par e o *Key Block*;

f) Dados Reservados, com o tipo e o *Key Block*.

6.2.2.4 Os atributos contêm os metadados de um objeto gerenciável, nos quais:

a) Número identificador único, estado, entre outros;

b) Os atributos devem ser pesquisados com a operação "locate".

6.2.2.5 Os atributos podem ser configurados, modificados e apagados quando a especificação KMIP permitir esses pelo cliente.

6.2.2.6 Os valores das estruturas de codificações (TTLV, definição dos valores, *Text String, Structure, Byte String, Integer, Big Integer, Long Integer, Boolean, Date-Time* e *Enumerations*), dos campos dos objetos, dos atributos, dos formatos e conteúdos das mensagens, da manipulação de erros e dos parâmetros (solicitação e resposta) das operações cliente/servidor devem seguir integralmente o estabelecido neste documento e no *Key Management Interoperability Protocol Specification Version 1.3*, *OASIS Standard*, *27 December 2016*, ou versionamento superior.

NOTA 1: O ITI poderá requisitar aos PSC em credenciamento ou credenciados testes dos modelos descritos, ou outras versões, nos sítios https://www.snia.org/forums/ssif/kmip, http://docs.oasis-open.org/kmip/profiles/v1.3/csd01/kmip-profiles-v1.3-csd01.html ou equivalente.

6.2.2.7 A criação do usuário deve seguir o estabelecido a seguir (xml):

```
<RequestMessage>
    <RequestHeader>
        <ProtocolVersion>
            <ProtocolVersionMajor type="Integer" value="1"/>
            <ProtocolVersionMinor type="Integer" value="3"/>
        </ProtocolVersion>
        <Authentication>
            <Credential>
                <CredentialType type="Enumeration" value="UsernameAndPassword"/>
                <CredentialValue>
                    <Username type="TextString" value="vco_test"/>
                    <Password type="TextString" value="Teste112233$"/>
                </CredentialValue>
            </Credential>
        </Authentication>
        <BatchCount type="Integer" value="1"/>
    </RequestHeader>
    <BatchItem>
        <Operation type="Enumeration" value="CreateUser"/>
        <RequestPayload>
            <UserName type="TextString" value="labsec-pw"/>
            <UserType type="Enumeration" value="User"/>
        </RequestPayload>
    </BatchItem>
</RequestMessage>
```

6.2.2.8 Para a operação do duplo fator de autenticação do titular da chave privada, poderá ser criada uma nova extensão ao tipo de credencial, conforme relatado a seguir:

6.2.2.9 Para o novo tipo de credencial deve ser configurado o seguinte:

a) Credential Type: TOKEN

Object	Encoding	Required	Description
Credential Value	Structure		
Token	Text String	Yes	Valor atual do "TOKEN"

b) Fluxo de uso

i. Durante o credenciamento, o PSC deve requisitar a criação de um novo usuário (via KMIP), indicando que o mesmo necessita de um segundo fator de autenticação para utilizar seus objetos e cadastrando seu nome de usuário e senha. O PSC indica ao usuário como instalar seu aplicativo de Token.

ii. O "TOKEN" do usuário deve ser inicializado para sincronizar seus dados. Esse processo pode ser feito pelo próprio usuário através do aplicativo de "TOKEN" via KMIP no momento da primeira conexão utilizando seu usuário e senha. O HSM gera então a chave que será utilizada no "TOKEN".

iii. Na posse de seu "TOKEN" sincronizado e de seu usuário e senha, o usuário pode então criar sua chave no HSM utilizando a aplicação do PSC diretamente via comando KMIP.

iv. o usuário já pode utilizar sua chave criada anteriormente utilizando o aplicativo do PSC, de posse de sua Senha + Token.

6.2.2.10 Este mecanismo de "TOKEN" deve ser configurado na área de execução segura do HSM.

NOTA 1: Pode ser encontrada mais referências sobre o protocolo KMIP no sítio https://www.oasis-open.org/committees/tc_home.php?wg_abbrev=kmip.

6.2.2.11 As soluções do PSC deverão garantir a portabilidade da chave privada do usuário conforme o descritivo:

a) Glossário:

CP_rU_i:Chave privada do usuário "i", armazenada no HSM 1, a ser exportada e importada para o HSM 2;

CP_rH_e2:Chave privada do HSM 2, a ser utilizada para importação de chaves privadas de usuários gravadas no HSM 1;

CP_uH_e2:Chave Pública do HSM 2, utilizada para exportação de chaves privadas de usuários armazenadas no HSM 1, a serem importadas pelo HSM 2. CP_uH_e2 deve ser armazenada no repositório do ITI, seguindo procedimentos já estabelecidos (CP_uH_e2 pode ser transformada em um certificado digital);

CS_i:Chave simétrica a ser gerada pelo HSM 1, para exportação da chave privada do usuário "i", CP_rU_i. CS_i é utilizada para cifração da chave privada do usuário "i";

$Algo_s$:Algoritmo criptográfico simétrico, de sigilo, pode ser o AES ou Serpent, com modo de operação CTR e tamanho de chave 256 bits.

b) Usuário deve solicitar, assinando digitalmente, uma requisição, que estará disponível no sítio dos PSCs, de portabilidade de sua chave privada, de exportação no PSC atual e de importação no PSC de destino.

c) Os PSCs receberão essa requisição e autorizarão essa portabilidade com os três perfis (administrador, auditor e operador). Assim que receber a autorização do usuário, PSC 1 e PSC 2 devem iniciar os procedimentos de exportação e importação.

d) Os PSCs devem estabelecer uma conexão ponta a ponta em um canal seguro de comunicação (HTTPS com dupla autenticação por certificado digital ICP-Brasil).

e) Modo Operacional:

i. Procedimentos preliminares:

[a] Cada PSC gera um par de chaves ($[CP_uH_e , CP_rH_e]$ - pública e privada) em cada um de seus HSMs. Este par tem como propósito prover portabilidade entre HSMs de quaisquer PSCs. Este par de chaves deve ser utilizado em possível exportação de chaves privadas de usuário, Cp_rU_i e também na assinatura das requisições para envelopamento utilizando a sua chave pública. Por analogia, para a chave CP_uH_e, "C" significa "Chave", P_u chave Pública, e H_e significa chave gerada pelo HSM para exportação de chave do usuário "i", CP_rU_i. De forma similar, CP_rH_e e CP_rU_i têm significados equivalentes;

[b] CP_uH_e é armazenada em repositório do ITI, e CP_rH_e é mantida no HSM de origem;

ii. Para Exportação de chaves privadas dos usuários contidas no HSM 1 para o HSM 2:

[c] No PSC importa-se para o HSM 1 a chave pública do HSM 2, CP_uH_e2, do repositório do ITI;

[d] No HSM 1 gera-se uma chave de sessão simétrica, CS_i, distinta, para cada chave privada de usuário a ser exportada;

[e] No HSM 1 cifra-se a chave simétrica, CS_i, com a chave pública do HSM 2, CP_uH_e2, de destino, para exportação da chave do usuário "i", CP_rU_i;

[f] No HSM 1 cifra-se a chave privada do usuário "i", CP_rU_i, antes do procedimento de exportação de chaves, com a chave simétrica gerada, CS_i, com o algoritmo de sigilo padrão AES ou Serpent, com o modo de operação CTR e tamanho de chave de 256 bits;

[g] No HSM 1 apaga-se cada chave de sessão simétrica gerada, CS_i, após o procedimento de cifração do item "f" ter sido executado;

[h] Após a cifração da chave privada do usuário "i", CP_rU_i, ter sido realizada com sucesso, exporta-se essa chave, e a chave Cs_i cifrada, para o HSM 2;

iii. Para importação de chaves privadas dos usuários contidas no HSM 1 para o HSM 2:

[i] O administrador do HSM 2, de destino, cria novo usuário e o habilita;

[j] O usuário importa do HSM 1 sua chave privada e a chave simétrica cifrada, itens "e" e "f";

[k] No HSM 2, de destino, recebe-se a chave privada CP_rU_i e a chave simétrica CS_i cifradas, do usuário "i";

[l] No HSM 2 decifra-se a chave simétrica, CS_i, com a chave privada do HSM 2, CP_rH_e2;

[m] Em seguida, no HSM 2 decifra-se a chave privada do usuário "i", CP_rU_i, que estava no HSM 1, com a chave simétrica CS_i, com o algoritmo criptográfico padrão AES ou Serpent, com o modo de operação CTR e tamanho de chave de 256 bits;

[n] No HSM 2 grava-se a chave privada do usuário "i", CP_rU_i, já decifrada, e importada do HSM 1;

[o] No HSM 2 destrói-se a chave simétrica CS_i;

[p] O PSC 2 encaminha para o PSC 1 mensagem indicando que a importação ocorreu satisfatoriamente. Então, o HSM 1 apaga a chave privada do usuário "i", CP_rU_i.

6.3 Rede

6.3.1 Poderá ser arquitetado um *pool* de HSM para operação, replicação e gerenciamento das chaves dos usuários finais, devendo seguir, além dos relatados nesse documento, os seguintes requisitos.

a) Especificação e estabelecimento de uma comunicação segura (sessão SSL/TLS) ou equivalente entre os HSM;

b) Os HSM poderão estar em ambientes distintos desde que os mecanismos de acesso e segurança se mantenham os descritos neste documento.

6.3.2 Os PSC no âmbito da ICP-Brasil devem atender aos critérios mínimos de 99,99% de "nível de tempo de atividade" (*uptime*) a ser verificado por mês.

7. SERVIÇO DE ASSINATURA DIGITAL, VERIFICAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL.

7.1. Introdução

7.1.1. Os requisitos a seguir foram baseadas nos padrões para criação e validação de assinaturas definidas nas especificações do ETSI.

7.2. Criação de Assinaturas

7.2.1. O objetivo da criação de assinaturas é para gerar uma assinatura cobrindo um documento eletrônico (texto, som, imagem, entre outros) do assinante, o certificado de assinatura ou uma referência a esse certificado, bem como os atributos da assinatura que suportam essa assinatura.

7.2.2. Um modelo funcional básico de um ambiente para a criação de assinaturas se constitui por:

• signatário que quer criar uma assinatura em um documento eletrônico;

• um aplicativo condutor que representa um ambiente de usuário (por exemplo, um aplicativo de negócios) que o assinante usa para acessar a funcionalidade de assinatura; e

• um sistema de criação de assinatura, que implementa a funcionalidade de assinatura.

7.2.3. Antes de iniciar o procedimento de assinatura o sistema deve verificar a validade do certificado. Ao receber o retorno da assinatura o sistema deve bater a resposta com a chave pública.

NOTA: O envolvimento humano de um signatário nem sempre é necessário. A assinatura pode ser um processo automatizado e implementado na aplicação no ambiente do usuário.

7.3. Dispositivos para criação de assinaturas

7.3.1. São sistemas ou equipamentos configurados para implementar códigos e/ou outros mecanismos que possibilitem ativação da chave privada do signatário para a criação das assinaturas digitais.

7.3.2. Os dispositivos para criação de assinatura devem conter os certificados de assinatura ou possuírem uma referência inequívoca a eles. Devem, ainda, verificar os dados de autenticação do assinante.

7.3.3. Os equipamentos para criação de assinaturas devem possuir certificação Inmetro válida no âmbito da ICP-Brasil, conforme definido no conjunto de documentos DOC-ICP-10 [6], no documento DOC-ICP-01.01 [7], neste documento e seus complementares.

7.4. Interface da aplicação com o dispositivo de criação de assinaturas

7.4.1. A interface entre a aplicação de assinatura e o dispositivo ou equipamento de criação devem garantir que somente com a autenticação do titular do certificado, que deve ter controle exclusivo da chave privada, seja possível requerer a criação dos dados de uma assinatura digital.

7.4.2. O uso do dispositivo de criação deve exigir que o usuário insira dados específicos de autenticação do assinante. Toda informação trocada entre a aplicação e o dispositivo deve trafegar de forma criptografada.

7.4.3. Mais de um mecanismo de autenticação deve ser usado para fornecer uma garantia de autenticação suficiente.

7.4.4. Um mecanismo de autenticação do signatário deve ser de uma forma que evite ataques de representação.

NOTA 1: A natureza dos mecanismos de autenticação e os dados de autenticação do assinante são determinados pelo dispositivo de criação de assinaturas. Existem padrões para diferentes interfaces, tipos dispositivos ou equipamentos e mecanismos de autenticação.

NOTA 2: Em alguns casos, o uso de dados de autenticação do signatário será obrigatório e outros requisitos sobre a natureza dos mecanismos de autenticação e as interfaces podem ser impostas.

7.5. Suítes de Assinatura

7.5.1. Todos os algoritmos e tamanho de chaves envolvidos no cálculo de qualquer elemento da assinatura digital encontram-se definidos no documento DOC-ICP-01.01 [7].

7.6. Formatos de Assinaturas

7.6.1. A ICP-Brasil padroniza as assinaturas digitais baseadas em políticas explícitas de assinatura. As políticas de assinatura preveem os formatos CAdES, XAdES e PAdES.

7.6.2. Todos os formatos e perfis de assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil estão definidos no conjunto de documentos DOC-ICP-15 [8] e seus complementares.

7.6.3. Os PSC devem implementar assinaturas digitais baseadas nas políticas de assinatura padronizadas e aprovadas na ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.7. Assinatura com Carimbo do Tempo

7.7.1. Uma assinatura digital com carimbo do tempo evidencia que a assinatura digital já existia na data contida no carimbo do tempo. Os carimbos do tempo são emitidos pelas Autoridades de Carimbo do Tempo (ACT) credenciadas na ICP-Brasil e fornece data/hora como uma propriedade não assinada adicionada à uma assinatura digital.

7.7.2. A ICP-Brasil define no documento DOC-ICP-11 [9] o modelo de carimbo do tempo adotado em sua infraestrutura.

7.7.3.As políticas de assinatura regulamentadas no âmbito da ICP-Brasil definem o uso de carimbo do tempo.

7.8. Validação de Assinaturas

7.8.1. O processo de validação de uma assinatura digital deve ser realizada contra uma política explícita de assinatura digital, que consiste de um conjunto de restrições de validação, denominada Política de Assinatura, e deve gerar um relatório com indicação da situação de validação (Válida, Inválida ou Indeterminada), fornecendo os detalhes da validação técnica de cada uma das restrições aplicáveis, que podem ser relevantes para a aplicação demandante na interpretação dos resultados.

7.8.2. Na ICP-Brasil, conforme disposto no documento DOC-ICP-15 [8], uma assinatura digital é criada pelo signatário de acordo com uma política de assinatura. A validade de uma assinatura digital é avaliada pelo verificador utilizando a mesma política de assinatura usada na criação dessa assinatura digital. O item 7.6.2, acima, define os formatos e perfis regulamentados no âmbito da ICP-Brasil.

7.8.3. Os requisitos para geração e verificação de assinaturas digitais no âmbito da ICP-Brasil estão descritos no documento DOC-ICP-15.01 [10].

7.8.4. A AC Raiz gerencia as Políticas de Assinatura na ICP-Brasil, conforme definido no Anexo 3 do DOC-ICP-15.03 [11]. No processo de validação de uma assinatura digital, deve-se verificar a validade das Políticas de Assinatura por meio da Lista de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA), publicada no repositório da AC Raiz.

7.9. Acordo de Nível de Serviço

7.9.1. O acordo de nível de serviço para todos os serviços credenciados do PSC deverá ser de no mínimo 99,99%.

8. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

8.1 Toda informação gerada e custodiada pelo PSC deverá ser classificada segundo o seu teor crítico e grau de confidencialidade, de acordo com sua própria Política de Classificação de Informação.

8.2 A classificação da informação no PSC deverá ser realizada independente da mídia onde se encontra armazenada ou o meio pelo qual é trafegada.

8.3 A informação poderá ser classificada em:

8.3.1 Público: Qualquer ativo de informação, de propriedade do PSC ou não, que poderá vir ao público sem maiores consequências danosas ao funcionamento normal do PSC. Poderá ser acessado por qualquer pessoa, seja interna ou externa ao PSC. Integridade da informação não é vital.

8.3.2 Pessoal: Qualquer ativo de informação relacionado à informação pessoal. Por exemplo: mensagem pessoal de correio eletrônico, arquivo pessoal, dados pessoais, entre outros.

8.3.3 Interna: Qualquer ativo de informação, de propriedade do PSC ou não, que não seja considerada pública. Ativo de informação relacionado às atividades do PSBio que é direcionada estritamente para uso interno. A divulgação não autorizada do ativo de informação poderia causar impacto à imagem do PSC. Por exemplo: código fonte de programa, cronograma de atividades, atas de reuniões, entre outros.

8.3.4 Confidencial: Qualquer ativo de informação que seja crítico para as atividades do PSC em relação ao sigilo e integridade. Qualquer material e informação recebida para ensaio, assim como qualquer resultado do ensaio (como relatório) deverá ser considerado confidencial.

NOTA: Caso o PSC seja entidade da Administração Pública Federal - APF, aplicar-se-á as disposições do Decreto nº 7.845/2012 e demais normas aplicáveis à APF, no que couber.

9. SALVAGUARDA DE ATIVOS DA INFORMAÇÃO

9.1 O PSC deverá, em sua Política de Segurança da Informação, definir como será realizada a salvaguarda de ativos de informação no formato eletrônico, também denominado backup.

9.2 A salvaguarda de ativos da informação deverá ter descrita as formas de execução dos seguintes processos:

i. Procedimentos de *backup*;

ii. Indicações de uso dos métodos de *backup*;

iii. Tabela de temporalidade;

iv. Local e restrições de armazenamento e salvaguarda em função da fase de uso;

v. Tipos de mídia;

vi. Controles ambientais do armazenamento;

vii. Controles de segurança;

viii. Teste de restauração de *backup*.

9.3 O PSC deverá ter política de recebimento, manipulação, depósito e descarte de materiais de terceiros.

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O PSC deverá ter um processo de gerenciamento de riscos, atualizado, para prevenção contra riscos, inclusive àqueles advindos de novas tecnologias, visando a elaboração de planos de ação apropriados para proteção aos componentes ameaçados atualizado, no mínimo, anualmente.

11. PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

Um Plano de Continuidade do Negócio - PCN deverá ser implementado e testado no PSC, pelo menos uma vez por ano, para garantir a continuidade dos serviços críticos ao negócio em caso de inoperância total ou parcial de seu ambiente.

12. ANÁLISES DE REGISTRO DE EVENTOS

Todos os registros de eventos (*logs*, trilhas de auditorias e imagens) deverão ser analisados, no mínimo, mensalmente e um relatório deverá ser gerado com assinatura do responsável pelo PSC. Todos os registros da transação biométrica por parte do PSC deverão ser guardados por um período de 6 anos.

13. PLANO DE CAPACIDADE OPERACIONAL

Os PSC deverão elaborar e manter atualizado anualmente um Planejamento de Capacidade Operacional - PCO para determinar a capacidade de produção atual e futura com níveis de desempenho satisfatórios para responder a novas demandas, fornecendo níveis satisfatórios de serviços aos usuários, visando dimensionar os sistemas para suportar o crescimento orgânico, picos de utilização e sazonalidades.

O PCO deverá, no mínimo:

Determinar os níveis de serviços requeridos pelos usuários;

• Analisar a capacidade de processamento de dados instalada; e

• Dimensionar a capacidade necessária de infraestrutura, hardware, comunicação de dados e link de internet para atender os níveis de serviços atuais e futuros.

14. DOCUMENTOS DA ICP-BRASIL REFERENCIADOS

4.1. Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio http://www.iti.gov.br publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

Ref	Nome do documento	Código
[1]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-03
[2]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04
[3]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS NAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-08
[4]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-09
[5]	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-02
[6]	REGULAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO ÂMBITO DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-10
[8]	VISÃO GERAL SOBRE ASSINATURAS DIGITAIS NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-15
[9]	VISÃO GERAL DO SISTEMA DE CARIMBOS DO TEMPO NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-11

14.2. Os documentos abaixo são aprovados por Instrução Normativa da AC Raiz, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio http://www.iti.gov.br publica a versão mais atualizada desses documentos e as Instruções Normativas que os aprovaram.

Ref	Nome do documento	Código
[7]	PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-01.01
[10]	REQUISITOS PARA GERAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE ASSINATURAS DIGITAIS NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-15.01
[11]	REQUISITOS DAS POLÍTICAS DE ASSINATURA DIGITAL NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-15.03

15. REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

RFC 6238, IETF - TOTP: Time-Based One-Time Password Algorithm

RFC 6287, IETF - OCRA: OATH Challenge-Response Algorithm

RFC 4226 - HOTP: An HMAC-Based One-Time Password Algorithm

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

ALTERA ITENS DO DOC-ICP-05.03, VERSÃO 1.5, PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA NA ICP-BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 9º do anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, pelo art. 1º da Resolução nº 33, do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004,

Considerando a necessidade de atualizar os processos tecnológicos da identificação biométrica na ICP-Brasil, resolve:

Art. 1º o item 2.2, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar acrescido da alínea "e" com a seguinte redação:

"2.2 .....
.....

e. pousada sobre o leitor." (NR)

Art. 2º A alínea "b" do item 3.2, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.2 .....
.....

b. o tráfego de informações deve ocorrer por meio de transações biométricas especificadas neste documento e deve utilizar canal seguro de comunicação (HTTPS com dupla autenticação por certificado digital ICP-Brasil).

....." (NR)

Art. 3º O item 3.2.2, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.2.2 Em geral, pela sua característica assíncrona, o HUB retorna os erros de forma assíncrona com um arquivo ANSI/NIST de resposta conforme descrito neste documento. Em algumas situações específicas o erro é gerado em tempo de execução da requisição. Nestes casos, o serviço deve retornar um código de erro HTTP 500, seguidos de uma mensagem de erro no padrão descrito abaixo. A codificação deve ser "string".

```
{
  "error_code":""
  "error_message":"",
  "additional_data":""
} " (NR)
```

Art. 4º O item 3.3.6.8, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar acrescido da seguinte nota:

"3.3.6.8 .....
.....
.....

NOTA 2: As respostas das transações com sucesso devem vir em formato JSON conforme descrito abaixo:

```
{
  "responseCode": "200"
  "response": "Success"
} " (NR)
```

Art. 5º O item 3.4, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.4. Fluxo padrão de cadastramento e consulta biométrica e consistência das bases biométricas

O fluxo padrão de uma consulta ou cadastramento de biometria exige que o PSBio consulte os diretórios em busca da existência do IDN em um dos PSBios, se o IDN for localizado, deve ser executada uma verificação biométrica 1:1 entre os PSBio.

Caso o registro não seja encontrado em nenhum dos PSBios, um novo cadastramento pode ser feito no PSBio. A execução desta operação exige que o PSBio execute uma busca 1:N em todos os outros PSBios antes de considerar o processo de cadastramento completo.

Fluxo de Cadastro

a. A AC envia um pacote ENR do IDN-a coletado ao PSBIO 1;

b. PSBIO 1 envia idn query para toda rede;

b1. Se o IDN-a não estiver livre, notifica a AC que não é possível fazer enroll (Envia ERR 101), encerra fluxo (AC deve produzir um pacote de UPR - fluxo de atualização abaixo); ou

b2. Se o IDN-a não estiver livre, o PSBio pode checar internamente, em um processo de verificação (1:1), a biometria; em caso de match avisar o resultado positivo para AC (podendo ou não montar um pacote UPR); em caso de no-match base local, avisar o resultado negativo a AC para as providências de fraude; em caso de no-match no cache, a AC deve montar um pacote UPR (seguir passo b2 do fluxo de atualização);

c. IDN-a está livre, faz pesquisa em lista negativa;

c1. Se houve uma ocorrência (biometrias encontradas na blacklist), notifica AC que as biometrias estão na lista negativa, não se pode fazer cadastro com essas biometrias, encerra fluxo;

d. Não houve ocorrência em lista negativa, faz o processo de deduplicação local;

d1. Se houve ocorrência na base local (biometrias encontradas na base local com outro IDN-b), notifica a AC de possível fraude, reserva o IDN, mas fica esperando decisão da AC para continuar fluxo, encerra fluxo;

d2. Se houve ocorrência no cache, notifica AC de possível exceção para esperar o processo, mas continua para passo e) do fluxo de cadastro;

e. Envia pacote de identificação (IDE) com todas as biometrias para o PSBio 2 (para confirmar a não existência da biometria na rede ou para confirmar ocorrência no cache) - que deverá realizar 1:N somente na base local; PSBio 1 fica aguardando a resposta do PSBio 2;

f. Após receber a resposta (VRE) do último PSBio na rede;

f1. Se houve alguma resposta da biometria encontrada em outro registro em outro PSBio, notifica a AC sobre duplicidade e aguarda a resolução por parte das ACs (AC entrará em contato com ITI);

g. Não houve ocorrência de duplicidade das biometrias em outro PSBio, conclui o cadastro da pessoa enviando ERE para a AC e change_status 1 para os PSBios da rede.

Caso alternativo 1 originado de d1

Houve ocorrência na base local, a AC pode resolver como:

• Mesmas biometrias, o PSBio então move para a lista negativa as biometrias de ambos os cadastros, libera os dois IDNs, IDN-a e IDN-b, e envia change status 0 para toda a rede.

• Biometrias diferentes, para casos de falso positivo, retoma o fluxo para o IDN-a a partir de e).

• Recoleta, quando houver erros de operação, desconsiderar a transação que gerou a exceção (candidato para o cadastro).

• Cadastro incorreto, considera que houve erro de operação no cadastro mais antigo, IDN-b, remove as biometrias do IDN-b do servidor sem mover para lista negativa, mas envia change status 0 para rede apenas para informar que o IDN deve ser removido do cache dos demais PSBios. O processo de atualização da Lista Negativa Biométrica será comunicada pelo ITI e terá como base o Sistema Anti-Fraude das ACs (Lista Negativa).

Fluxo de Atualização

a. A AC envia um pacote UPR do IDN-a coletado ao PSBIO 1;

b. PSBIO 1 envia idn query para toda rede;

b1. Se o IDN não existir, notifica a AC que não é possível fazer update (é enviado ERR 201), encerra fluxo;

b2. Se o IDN existir no PSBio 2 (cache do PSBio 1), envia o pacote UPR inteiro ao PSBio 2 apenas trocando a origem e destino do pacote recebido da AC (DAI e ORI), fica aguardando resposta do PSBio 2;

c. IDN pertence à base local do PSBio 1, faz pesquisa em lista negativa;

c1. Se houve uma ocorrência (biometrias encontradas na blacklist), notifica a AC que as biometrias estão na lista negativa. Não se pode fazer atualização com essas biometrias, encerra fluxo;

d. Não houve ocorrência em lista negativa, separa as biometrias em dois conjuntos:

- Conjunto A = existentes A, ou seja, índices de dedos que já constam no cadastro; e

- Conjunto B = novas biometrias, biometrias cujos índices dos dedos ainda não foram cadastrados;

e. Com o conjunto A, faz verificação (1:1) local com as biometrias cadastradas anteriormente;

e1. Caso o conjunto A seja vazio ou a verificação não retorne match biométrico, notifica a AC de possível fraude, bloqueia IDN, mas não permite novas operações sobre ele enquanto a exceção não for resolvida, encerra fluxo;

f. Se o conjunto B não for vazio (existem novas biometrias), faz deduplicação do conjunto B localmente:

f1. Se o conjunto B for vazio - ou seja, não existem novas biometrias - envia ERE para a entidade que pediu a atualização do idn (PSBio ou AC) e acaba fluxo (cache de outros PSBios são atualizados no período noturno);

f2. Se houve ocorrência (duplicidade de biometrias) na base local, notifica a AC de possível fraude, bloqueia o IDN, mas não permite novas operações sobre ele enquanto a exceção biométrica não for resolvida, encerra o fluxo;

f3. Se houve ocorrência (duplicidade de biometrias) no cache, notifica AC de possível exceção, mas continua para passo g) do fluxo;

g. Envia notificação para a AC e envia identificação (IDE) para outros PSBios para checar a não existência da biometria na rede ou confirmar a ocorrência no cache, fica aguardando a resposta dos demais PSBios;

h. Após receber a resposta (VRE) do último PSBio:

h1. Se houve alguma resposta positiva (duplicidade de biometrias), notifica a AC da situação e fica esperando a resolução da exceção biométrica por parte das ACs;

i. Se não houve ocorrência de duplicidade das biometrias em outro PSBio, conclui a atualização enviando ERE para a entidade que pediu a atualização do IDN (PSBio ou AC) e change_status 1 para toda a rede.

Caso alternativo originado a partir b2

O PSBio para o qual foi repassado o UPR respondeu (sucesso ou falha na atualização), lança a notificação da resposta recebida para a AC que originou a transação de atualização.

Caso alternativo originado de e1

Houve problemas na verificação 1:1, a AC pode resolver como as opções:

• Biometrias diferentes mantendo o cadastro original: move para a lista negativa as biometrias da transação que está tentando entrar (biometrias da segunda transação) e desbloqueia o IDN mantendo as biometrias anteriores do cadastro original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

• Biometrias diferentes mantendo novo perfil: move para a lista negativa as biometrias da transação que já estava na base e desbloqueia o IDN, promovendo as biometrias da segunda transação como as autênticas. É também enviado change status 0 para a rede a fim de limpar o cache das biometrias antigas (as novas serão atualizadas no período noturno).

• Mesmas biometrias, para casos de falso negativo, retoma o fluxo a partir de f).

• Cadastro incorreto: considera que houve erro de operação no cadastro mais antigo (cadastro original), remove as biometrias do cadastro antigo do servidor sem mover para lista negativa, mas envia change status 0 para os demais PSBios para que o IDN seja removido do cache dos outros PSBios. Após isso, começa um fluxo de cadastro para a segunda transação a partir do passo d).

• Recoleta: houve erro de operação, desconsiderar a transação que gerou a exceção e desbloqueia o IDN." (NR)

Art. 6º O item 5, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"5. PUBLICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PSBIO

Serão publicados pela ICP-Brasil uma listagem de todos os PBios homologados, esta listagem deve conter a seguintes informações de cada PSBio:
- ID do PSBio
- Localização/URL do serviço de diretório
- Localização/URL do serviço de troca de arquivos ANSI/NIST (HUB biométrico)
- x509/certificado para fins de autenticação do PSBio

A publicação será feita em arquivo em formato JSON, seguindo o formato abaixo.

```
[
{
"PSBioId:" "NamePSBio",
"nist_endpoint": "URL PARA ENVIO DE ARQUIVOS ANSI/NIST",
"directory_endpoint": "URL PARA SERVIÇO DE DIRETÓRIO",
"x509": "BASE64 X.509"
},
{...}
] " (NR)
```

Art. 7º O item 8.1, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.1. O ciclo de vida de uma transação biométrica digital compreende os processos descritos na tabela a seguir e no fluxo descrito no item 3.4. As referências dos pacotes biométricos estão relacionadas no adendo ADE-ICP-05.03.A.

....." (NR)

Art. 8º O item 8.3, do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, passa a vigorar acrescido da seguinte nota:

"8.3 .....

.....

NOTA: O pacote IDE não possui marcação de dedo não coletado por amputação ou restrição temporária." (NR)

Art. 9º O item 8.3.1.1.1, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.3.1.1.1 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Min	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 10. O item 8.3.1.2.1, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.3.1.2.1 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Min	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 11. O item 8.3.2.1.1, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

" 8.3.2.1.1 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Min	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 12. O item 8.3.2.2.1, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

" 8.3.2.2.1 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Min	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 13. O item 8.3.2.3.1, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.3.2.3.1 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Min	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 14. O item 8.3.3.1.1, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

" 8.3.3.1.1 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 15. O item 8.3.3.1.5, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

" 8.3.3.1.5 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Min	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 16. O item 8.3.4.1, do DOC-ICP-05.03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.3.4.1 .....

Identificador	Índice do campo	Nome do campo	Tipo de caracteres	Tamanho por ocorrência Min	Tamanho por ocorrência Max	Ocorrências Min	Ocorrências Max	Observações
TCN	1.009	Número de controle da transação	ANS	1	40	1	1	Identificador único global (UUID / RFC 4122)

....." (NR)

Art. 17. Aprovar a versão 1.6 do documento DOC -ICP-05.03 – PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA NA ICP-BRASIL.

§ 1 º As demais cláusulas do referido documento, na sua versão imediatamente anterior, integram a presente versão e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra -se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO

Entidade: AR SESCON SC
Processo nº: 99990.001236/2017-71
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SESCON SC, vinculada à AC CERTISIGN JUS.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 96, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica direito **antidumping** provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de corpos moedores em ferro fundido e/ou aço ligado ao cromo, para aplicação em moinhos, com percentual de cromo de 17,6 a 22 e diâmetro de 57 a 64 mm, percentual de cromo de 22 a 28 e diâmetro de 11 a 28 mm, e percentual de cromo de 28 a 32 e diâmetro de 22 a 35 mm, originárias da Índia.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 152ª reunião, realizada em 5 de dezembro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5°, § 4°, inciso II do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no art. 6° da Lei n° 9.019, de 30 de março de 1995, no art. 2°, inciso XV do Decreto n° 4.732, de 10 de junho de 2003, e no art. 2°, inciso I do Decreto n° 8.058, de 26 de julho de 2013,

Considerando o que consta dos autos dos Processos 52272.000454/2017-31 e 52100.102455/2017-91, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1° Aplicar direito **antidumping** provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de corpos moedores em ferro fundido e/ou aço ligado ao cromo, para aplicação em moinhos, com percentual de cromo de 17,6 a 22 e diâmetro de 57 a 64 mm, percentual de cromo de 22 a 28 e diâmetro de 11 a 28 mm, e percentual de cromo de 28 a 32 e diâmetro de 22 a 35 mm, originárias da Índia, comumente classificadas no subitem 7325.91.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Provisório (em US$/t)
Índia	AIA Engineering Limited Welcast Steels Ltd.	359,16
	Demais	481,81

Art. 2º Tornar público o cálculo do direito **antidumping** provisório aplicado, conforme consta do Anexo.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO

CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING PROVISÓRIO

1. Nos termos do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013, direito antidumping significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de dumping apurada. De acordo com os §§ 1º e 2º do referido artigo, o direito antidumping a ser aplicado será inferior à margem de dumping sempre que um montante inferior a essa margem for suficiente para eliminar o dano à indústria doméstica causado por importações objeto de dumping, não podendo exceder a margem de dumping apurada na investigação.

2. Conforme consta da Circular SECEX nº 59, de 6 de novembro de 2017, os cálculos desenvolvidos indicaram preliminarmente a existência de dumping nas exportações da Índia para o Brasil, de US$ 399,07/t, para a empresa AIA Engineering Ltd.

3. Cabe então verificar se a margem de dumping apurada foi inferior à subcotação observada nas exportações da empresa mencionada para o Brasil, em P5. A subcotação é calculada com base na comparação entre o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno brasileiro e o preço CIF das operações de exportação das empresas do grupo, internado no mercado brasileiro.

4. Com relação ao preço da indústria doméstica, considerou-se o preço **ex fabrica** (líquido de tributos e livre de despesas de frete e seguro interno). Esse valor foi convertido em dólares estadunidenses considerando a taxa de câmbio média do período, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil.

5. Buscou-se ajustar os preços da indústria doméstica de modo a refletir um preço em um cenário de ausência de dano decorrente das importações a preços de dumping. Considerando que, durante o período de investigação, houve depressão e supressão do preço da indústria doméstica, realizou-se ajuste de forma que a margem operacional a média simples das margens operacionais obtidas pela indústria doméstica nos períodos anteriores a P5 (P1 a P4), o qual alcançou *[confidencial]*%. Ressalte-se que em P5 a indústria doméstica apresentou cenário de prejuízo operacional.

6. Essa margem foi adicionada ao CPV e às despesas operacionais incorridas em P5, ambos unitários, por meio da seguinte fórmula:

Preço médio ajustado da indústria doméstica em P5 = [(CPV de P5 + despesas operacionais de P5) / (margem de lucro média P1-P4)] / quantidade vendida em P5

7. Obteve-se, dessa forma, preço médio ajustado de R$ *[confidencial]*/t. Dividindo-se o mencionado preço pelo preço médio de venda de P5 (R$ *[confidencial]*/t), obteve-se fator de ajuste equivalente a *[confidencial]*. Esse fator foi aplicado ao preço médio praticado em P5, já convertido para dólares estadunidenses, ponderado pelo volume vendido por tipo de produto, de forma a refletir o preço na ausência do dano causado à indústria doméstica. Reitera-se que a conversão para dólares foi feita considerando a taxa de câmbio, disponibilizada pelo BACEN, do dia de cada venda efetuada.

8. Para o cálculo dos preços internados de corpos moedores exportados pela AIA, por intermédio da **tranding company** relacionada, Vega, foram considerados os preços CIF médios de exportação, para cada tipo de produto, contidos na resposta ao questionário do produtor/exportador. Cumpre ressaltar, inicialmente, que, para fins de neutralização dos efeitos da **trading** relacionada sobre as operações de exportação do produto investigado, procedeu-se à reconstrução do preço de exportação. Nesse sentido, do preço CIF praticado pela Vega ao primeiro comprador independente, foram deduzidos valores relativos às despesas gerais e administrativas, despesas de venda e margem de lucro da empresa. Após as referidas deduções, chegou-se então ao preço FOB do fabricante (AIA).

9. Posteriormente, ao preço FOB do fabricante, foram acrescidos valores de frete e seguro internacional, os quais, para fins de determinação preliminar, foram extraídos dos dados oficiais de importação da RFB.

10. Além de frete e seguro internacionais, foi adicionado o valor das despesas de internação, cujo percentual (2,5%) foi o mesmo utilizado no cálculo da subcotação do produto objeto da investigação no Brasil. Ressalte-se que todas as operações de importação foram realizadas sob o regime especial de **drawback**, de forma que não houve incidência do Imposto de Importação (II), tampouco do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Com os preços CIF internados ponderados da AIA obteve-se a subcotação média ponderada de US$ 558,07/t.

Concluiu-se, dessa forma, que a subcotação do preço da AIA Engineering foi superior à margem de dumping.

11. Uma vez verificada a existência de indícios suficientes de dumping, nas exportações de corpos moedores da Índia para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi proposta a aplicação de medida antidumping provisória, por um período de até seis meses, na forma de alíquota específica, fixada em dólares estadunidenses por tonelada.

12. A proposta de aplicação da medida antidumping provisória, nos termos do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, visa a impedir a ocorrência de dano no curso da investigação, considerando que as importações a preços com dumping do produto objeto da investigação, subcotado em relação aos preços da indústria doméstica, continuaram ocorrendo.

13. Nos termos do § 1º do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013 e tendo em conta que a subcotação da AIA foi superior à margem de dumping calculada, sugere-se a aplicação do valor da margem de dumping calculada para a empresa.

14. Em relação aos demais exportadores chineses não identificados pelo Departamento, o direito antidumping proposto baseou-se na margem de dumping calculada no início da investigação.

15. Ressalte-se que, de forma a permitir a aplicação do direito antidumping provisório pelo prazo de 6 meses, de acordo com o disposto no § 8º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, o direito proposto com base na margem de dumping apurada nesta determinação preliminar e na margem calculada por ocasião do início da investigação foi calculado aplicando-se um redutor de 10%.

RESOLUÇÃO Nº 97, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5°, § 4°, II do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no art. 2°, XIV do mesmo diploma legal,

Considerando as aprovações para pleitos de redução tarifária pelo Gecex em suas 149ª e 151ª reuniões, realizadas em 15 de agosto e 11 de outubro de 2017, respectivamente;

Considerando o disposto nas Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM nºs 61, 64, 65, 66 e 67 de 30 de novembro de 2017, e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do Mercosul - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve**, ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 2% (dois por cento), a partir de 30 de dezembro de 2017, por um período de 12 (doze) meses, conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
3907.61.00	-- De um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais	
	Ex 001 - Pós condensado, com viscosidade intrínseca superior ou igual a 0,98 dl/g e inferior ou igual a 1,10 dl/g	10.000 toneladas
3215.19.00	-- Outras	
	Ex 001 - Para estamparia digital têxtil, exceto as reativas	600 toneladas

Art. 2º Alterar para 2% (dois por cento), a partir de 04 de janeiro de 2018, por um período de 03 (três) meses, conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
7502.10.10	Catodos	1.350 toneladas

Art. 3º Alterar para 2% (dois por cento), a partir de 23 de janeiro de 2018, por um período de 12 (doze) meses, conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
2921.11.21	Dimetilamina	12.000 toneladas
3215.11.00	-- Pretas	
	Ex 001 - Para estamparia digital têxtil, exceto as reativas.	350 toneladas

Art. 4º As alíquotas correspondentes aos códigos 2921.11.21, 3215.11.00, 3215.19.00, 3907.61.00 e 7502.10.10 da NCM, constantes do Anexo I da Resolução nº 125, de 2016, ficam assinaladas com o sinal gráfico "**", enquanto vigorarem as referidas reduções tarifárias.

Art. 5º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Recomenda a utilização da inspeção acreditada como boa prática a ser adotada para empreendimentos públicos de infraestrutura qualificados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos.

O SECRETÁRIO ESPECIAL SUBSTITUTO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, **caput**, incisos IV e VI, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e os arts. 2º e 19º da Resolução nº 1, de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, e

Considerando os princípios que regem os empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, de que trata a Lei nº 13.334, de 2016;

Considerando as diretrizes do PPI com o objetivo de garantir credibilidade, transparência segurança jurídica e as melhores práticas de governança, visando a criar um ambiente propício à concretização dos investimentos privados;

Considerando que a implantação de um projeto tem como objetivo fundamental a realização de intervenções de qualidade e tecnicamente válidas, respeitando a melhor relação entre os benefícios, os prazos e os custos de construção, manutenção e gestão, com vistas a garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública;

Considerando que, nos contratos de parceria, os estudos realizados pelo Parceiro Público são meramente conceituais e referenciais, ficando a solução de engenharia da infraestrutura a cargo do Parceiro Privado;

Considerando que o PPI objetiva garantir projetos tecnicamente viáveis e economicamente factíveis, elaborados para melhorar a qualidade do serviço prestado à população;

Considerando que é necessário prover a Administração Pública de instrumentos que auxiliem nos processos decisórios durante a implantação do empreendimento;

Considerando que foi firmado um Acordo de Cooperação entre a SPPI e o INMETRO no intuito de criar um Programa de Acreditação de organismos de inspeção para atuação em empreendimentos de infraestrutura;

Considerando que o Programa mencionado baseia-se na norma ABNT NBR ISSO/IEC 17020, a qual estabelece requisitos para a competência de organismos que executam inspeção e, para imparcialidade e consistências de suas atividades, bem como a existência de organismos de acreditação do tipo A e C, resolve**:**

Art. 1º Esta Orientação Normativa recomenda a utilização da inspeção acreditada como boa prática a ser adotada no contexto dos empreendimentos públicos de infraestrutura qualificados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI de que trata a Lei nº 13.334, de 2016.

§ 1º Para fins desta Orientação Normativa, inspeção acreditada é a avaliação da conformidade das etapas de um empreendimento de infraestrutura por organismo de inspeção acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro de acordo com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17020, visando a determinação de sua conformidade com requisitos previamente estabelecidos em regulamento técnico específico do Inmetro ou outro ato normativo elaborado pela autoridade competente do setor que permita a execução das atividades de inspeção.

§ 2º O escopo de aplicação da inspeção acreditada poderá abranger todos os aspectos técnicos que venham a ser considerados necessários para o êxito da implantação e operação dos empreendimentos de infraestrutura, incluídos os serviços de engenharia para construção e operação, aspectos socioambientais, avaliações econômico-financeiras e de riscos, entre outros, desde que haja regulamento técnico específico do Inmetro ou outro ato normativo elaborado pela autoridade competente do setor que permita a execução das atividades de inspeção.

Art. 2º São objetivos da inspeção acreditada a que se refere o Art. 1º:

I - melhorar a qualidade técnica dos projetos de engenharia e dos estudos elaborados para a implantação das infraestruturas;

II - mitigar o risco de descumprimento dos prazos e de elevação dos custos de implantação das infraestruturas;

III - mitigar os riscos associados à conclusão dos projetos, com a consequente melhoria da sua financiabilidade;

IV - aumentar a agilidade dos processos de análise pelos reguladores, órgãos de controle e agentes financiadores;

V - disponibilizar aos órgãos e às entidades da administração pública federal e a outros atores envolvidos no contexto dos empreendimentos públicos de infraestrutura de que trata esta Orientação Normativa um sistema de credibilidade, rastreabilidade e confiabilidade dos serviços prestados pelos Organismos de Avaliação de Conformidade; e

VI - tornar mais eficientes os processos de avaliação e aprovação de projetos pelo Parceiro Público e os procedimentos necessários à obtenção de licenças ambientais.

Art. 3º A utilização da inspeção acreditada é facultativa, podendo ser adotada a critério do Parceiro Público, na extensão considerada pertinente, desde que haja regulamento técnico específico do Inmetro ou outro ato normativo elaborado pela autoridade competente do setor que permita a execução das atividades de inspeção.

§ 1º A utilização da inspeção acreditada também pode ser adotada a critério de financiadores, seguradoras e outros potenciais demandantes, nos termos dispostos no **caput**.

§ 2º Nos casos em que houver a decisão de uso da inspeção acreditada pelo Parceiro Público nas etapas de projetos e obras, a contratação do Organismo de Inspeção deverá, preferencialmente, ser atribuída como responsabilidade contratual do Parceiro Privado.

§ 3º Nos empreendimentos de que trata esta Orientação Normativa, em havendo organismos acreditados do tipo A e do tipo C, é recomendável a utilização de Organismos de Inspeção do Tipo A, sempre que houver a opção pelo uso da inspeção acreditada.

§ 4º Deverá ser dada ampla publicidade aos certificados de conformidade dos empreendimentos de infraestrutura de que trata esta Orientação Normativa.

Art. 4º Caberá ao Inmetro desenvolver regulamento técnico para a inspeção acreditada de empreendimentos de que trata o Art. 1º, bem como implementar o Programa de Acreditação de organismos de avaliação da conformidade.

Parágrafo único. A fim de garantir o alcance dos resultados esperados pelos empreendimentos de que trata esta Orientação Normativa, o regulamento técnico a que se refere o **caput** deverá contemplar, sem prejuízo de outros pontos considerados pertinentes:

I - critérios que certifiquem a adequação e a compatibilidade da solução de projeto à função e aos requisitos da infraestrutura;

II - atendimento aos parâmetros de desempenho contratuais;

III - atendimento às normas técnicas;

IV - confiabilidade do orçamento e do cronograma; e

V - critérios para a garantia da capacidade técnica e da imparcialidade dos organismos de inspeção.

Art. 5º Até que seja concluído o Programa de Acreditação de organismos de avaliação da conformidade, para atuação como organismos de inspeção acreditada, deverá ser implementado pelo Inmetro procedimento para designação temporária, de acordo com a Portaria Inmetro nº 204, de 12 de julho de 2017, obedecendo-se as regras e procedimentos técnicos e legais necessários.

Art. 6º Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

DECISÃO Nº 6, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETARIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 10.742/2003, no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução CMED n.º 3/2003, decide:

Acolher o Relatório n. 112/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.207806/2016-98, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa COMERCIAL SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ nº 94.516.671/0001-53), ao pagamento de multa no valor de R$ 3.053,65 (três mil, cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Municipal de Saúde de Bento Gonçalves/RS e à Secretaria Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo/SP.

Acolher o Relatório n. 113/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.920554/2016-53, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa CRISFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 32.734.295/0001-16), ao pagamento de multa no valor de R$ 618,77 (seiscentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Sergipe.

Acolher o Relatório n. 114/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.873477/2016-39, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa NUTOTH PHARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ nº 00.134.789/0001-73), ao pagamento de multa no valor de R$ 36.651,55 (trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial ao Ministério da Saúde.

Acolher o Relatório n. 115/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.077822/2016-90, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa VIDAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, hoje com a razão social (CNPJ nº 06.219.757/0001-57), ao pagamento de multa no valor de R$ 618,77 (seiscentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Minas Gerais.

Acolher o Relatório n. 116/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.855784/2016-11, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA (CNPJ nº 75.014.167/0001-00), ao pagamento de multa no valor de R$ 618,77 (seiscentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Minas Gerais.

Acolher o Relatório n. 117/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.040350/2016-73, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa BIOMIG MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA (CNPJ nº 22.355.622/0001-75), ao pagamento de multa no valor de R$ 618,77 (seiscentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Minas Gerais.

Acolher o Relatório n. 118/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.207772/2016-06, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa PROVINCE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº 01.199.596/0001-63), ao pagamento de multa no valor de R$ 40.740,36 (quarenta mil, setecentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual do Rio Grande do Norte.

Acolher o Relatório n. 119/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.403643/2016-25, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa OPHTALMED DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ nº 05.795.285/0001-18), ao pagamento de multa no valor de R$ 1.789,38 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de São Paulo.

Acolher o Relatório n. 120/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.2507849/2016-42, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA (CNPJ nº 67.729.178/0001-49), ao pagamento de multa no valor de R$ 36.026,78 (trinta e seis mil, vinte e seis reais e setenta e oito centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Municipal de Saúde de Bento Gonçalves/RS e ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Acolher o Relatório n. 121/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.403754/2016-81, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa USIMED DE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS USUÁRIOS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E COOPERADOS DA UNIMED FLORIANÓPOLIS (CNPJ nº 02.215.338/0001-96), ao pagamento de multa no valor de R$ 1.856,31 (um mil oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Santa Catarina.

Acolher o Relatório n. 122/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.207735/2016-16, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa USIMED DE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS USUÁRIOS DE PLANOS DE ASSIS-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TÊNCIA MÉDICA E COOPERADOS DA UNIMED FLORIANÓPOLIS (CNPJ nº 02.215.338/0001-96), ao pagamento de multa no valor de R$ 11.894,90 (onze mil oitocentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Santa Catarina.

Acolher o Relatório n. 123/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.325809/2016-33, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para absolver a empresa GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA (CNPJ nº 33.247.743/0001-10), por não se ter comprovado oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Minas Gerais.

Acolher o Relatório n. 124/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.325799/2016-95, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa J. ALMEIDA COMERCIAL LTDA (CNPJ nº 03.474.341/0001-97), ao pagamento de multa no valor de R$ 618,77 (seiscentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Estadual de Minas Gerais.

Acolher o Relatório n. 125/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.325815/2016-49, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a empresa DIMACI PR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (CNPJ nº 00.656.468/0001-39), ao pagamento de multa no valor de R$ 194.160,95 (cento e noventa e quatro mil, cento e sessenta reais e noventa e cinco centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Municipal de Curitiba.

Acolher o Relatório n. 126/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.325821/2016-54, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar as empresas NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ nº 14.595.725/0001-84), ao pagamento de multa no valor de R$ 3.307,43 (três mil trezentos e sete reais e quarenta e três centavos) e HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ nº 19.570.720/0001-10), no valor de R$ 6.713,54 (seis mil setecentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Municipal de Curitiba.

Acolher o Relatório n. 127/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.325827/2016-19, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar as empresas MEDILAR IMP. DIST. PROD. HOSP. S/A (CNPJ nº 07.752.236/0001-23), ao pagamento de multa no valor de R$ 874,35 (oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) e HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ nº 19.570.720/0001-10), no valor de R$ 67.867,35 (sessenta e sete mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Municipal de Curitiba.

Acolher o Relatório n. 128/2017/SCMED, de 17 de novembro de 2017, nos autos do Processo Administrativo nº. 25351.325824/2016-31, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar as empresas PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (CNPJ nº 07.752.236/0001), ao pagamento de multa no valor de R$ 1.345,15 (um mil trezentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos) e HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ nº 19.570.720/0001-10), no valor de R$ 1.345,15 (um mil trezentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), por oferta e/ou comercialização de produtos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em especial à Secretaria Municipal de Curitiba.

LEANDRO SAFATLE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, conforme o disposto no art. 3º incisos I e IV, art. 6º inciso II e art. 19 inciso II da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro 1991, no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, art. 25, alínea "k", no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta no Processo nº 21000.017188/2017-51, com o objetivo de regulamentar a realização de torneios leiteiros, avaliando o mérito genético para a produção do leite respeitando as boas práticas agropecuárias, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos as boas práticas para a realização de torneios leiteiros de animais bovinos.

Parágrafo único. Ficam aprovados os documentos constantes dos Anexos desta Instrução Normativa, com a finalidade de regularizar as instalações de permanência dos animais, padronizar os registros de exames clínicos e o protocolo de boas práticas de manejo.

Art. 2º O organizador do evento precisa estar vinculado a associações de produtores rurais, a associações de criadores de raças, sindicatos rurais ou outros órgãos vinculados com a produção agropecuária.

Art. 3º Todo torneio leiteiro deve ser autorizado pelo órgão oficial de defesa agropecuária e deverá estar sob responsabilidade de um responsável técnico médico veterinário, devidamente registrado no Conselho de Classe. A este responsável técnico compete:

I - verificar a adequação das instalações onde permanecerão os animais, seguindo o disposto no Anexo I;

II - recepcionar e realizar exames clínicos nos animais do torneio, conforme disposto no Anexo II;

Parágrafo único. O ingresso dos animais para o torneio deverá ocorrer no mínimo 48 (quarenta e oito) horas antes da primeira ordenha do torneio;

III - comunicar, no caso de óbito de animais, ao serviço de defesa agropecuária local, a associação de criadores da raça e/ou o órgão responsável pela organização para devidas providencias legais e/ou sanções previstas em regulamentos internos;

IV - garantir que as ordenhas sigam o protocolo de boas práticas de manejo, conforme Anexo III; e

V - verificar a capacitação ou habilidade dos tratadores e manejadores dos animais.

Art. 4º Aos criadores é obrigatório a apresentação de plano de manejo nutricional a ser aplicado durante o torneio, firmado por responsável técnico da propriedade com formação em ciências agrárias, devidamente inscrito no Conselho de Classe, que deverá ser entregue no momento do ingresso do animal ao responsável técnico do torneio leiteiro.

Art. 5º O intervalo mínimo entre as ordenhas deve ser de 8 (oito) horas, cabendo aos organizadores a definição do número de ordenhas total do torneio.

Art. 6º O critério de classificação levará em consideração a produção total e a composição do leite, conforme a fórmula de Tyrrell e Reid (1965) para leite corrigido para sólidos totais (LCST), conforme disposto a seguir: LCST = (12,3 x gramas de gordura) + (6,56 x gramas de sólidos não gordurosos) - (0,0752 x kilogramas de leite). Para efeito de classificação dos animais será considerado a somatória de todos os resultados de LCST de cada animal.

Parágrafo único. Para obter o LCST deverão ser coletadas e analisadas amostras individuais, devidamente identificadas, ao final de cada ordenha. Os resultados também deverão ser divulgados ao final de cada ordenha.

Art. 7º O organizador do evento fica obrigado a definir previamente o local de realização das análises e oficializá-lo junto à divulgação do evento.

§ 1º Para os casos em que as análises forem realizadas fora do local do evento, o organizador deve apresentar ao órgão oficial de defesa agropecuária o plano de coleta, armazenamento e envio de amostra para obter autorização para realização do torneio.

§ 2º Para as análises realizadas no local do evento, deve ser providenciada estrutura necessária para tal.

Art. 8º Os organizadores devem apresentar ao órgão oficial de defesa agropecuária o plano de destinação do leite do torneio segundo a legislação ambiental e sanitária vigente, a fim de obter autorização para realização do torneio.

Art. 9º É proibida a aplicação de qualquer substância, seja ela injetável, via oral ou nasal, desde a entrada dos animais no recinto do torneio até seu encerramento, salvo ocitocina, que poderá ser utilizada conforme recomendação de médico veterinário.

Parágrafo único. Casos emergenciais relacionados à saúde dos animais devem ser comunicados ao Responsável Técnico para providências necessárias.

Art. 10. Para os torneios chancelados por associações de raça, as mesmas deverão prever nas regras do respectivo torneio as penalidades aplicáveis aos seus associados que descumprirem as regras da presente legislação.

Parágrafo único. Ficam sujeitos às sanções administrativas e penais quem praticar ato de maus tratos a qualquer animal participante ou presente no evento.

Art. 11. Independente das regras previstas nos torneios, organizadores, proprietários e profissionais responsáveis pelos animais ficam sujeitos a sanções administrativas e penais no caso de constatação de maus tratos a qualquer animal participante ou presente no evento.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO I

DA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PARA OS ANIMAIS

- Todas as instalações destinadas ao gado leiteiro deverão ser construídas, mantidas e operadas de tal maneira que se minimizem os riscos para o bem-estar animal;

- Nos caminhos onde houver trânsitos de animais, remova pedras, paus ou objetos que possam ferir os cascos;

- Nos locais com piso este deve ser construído e mantido de forma a diminuir os deslizamentos e as quedas dos animais, preservar o estado dos pés e reduzir o risco de lesões nos cascos;

- Os animais devem ter o acesso livre a bebedouros contendo água de boa qualidade, durante todo seu período de permanência no evento. Os comedouros deverão ser suficientemente amplos para que o gado acesse sem obstáculos o alimento e a água. Os sistemas de alimentação deverão ser projetados para minimizar o comportamento de competição entre os animais;

- As proximidade a cochos e bebedouros devem manter-se limpas, para tanto faça a raspagem e retirada da lama, resíduos e objetos frequentemente, sempre que notar o acúmulo de um deles;

- Os comedouros e bebedouros devem ser construídos e mantidos de forma a facilitar a limpeza;

- Disponibilize camas limpas, secas e em número suficiente para todos os animais;

- A quantidade de material das camas deve ser suficiente para que o piso não seja exposto com o movimento dos animais;

- Todos os animais de um grupo devem ter espaço para se deitar e descansar ao mesmo tempo;

- As baias de alojamento das vacas devem ser grandes o suficiente para acomodar todo o corpo do animal. As vacas devem dispor de espaço para deitar e levantar normalmente, sem dificuldades, sem bater contra a instalação. Para que o dimensionamento seja adequado, o projeto deve considerar o tamanho médio dos animais a serem alojados e o seu peso vivo. Como estas características variam de acordo com a raça e categoria animal recomenda-se consultar um especialista em edificações para gado leiteiro para o desenvolvimento do projeto;

- As vacas devem estar em conforto térmico, caso se perceba sinais de estresse por calor ou pelo frio devem ser adotadas providencias para tornar o ambiente mais ameno. Considerar o uso de ventiladores ou de ventilação associada com nebulização e aspersão para amenizar o calor e cortinas para minimizar correntes de ar frio; e

- É necessário monitorar a higiene das vacas, em caso de animais muito sujos providencias devem ser adotadas, buscando identificar a origem do problema e eliminá-lo.

ANEXO II

EXAME CLÍNICO PARA TORNEIO LEITEIRO FICHA INDIVIDUAL	
EXPOSIÇÃO:	
DATA: ___/___/___	HORÁRIO:
IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL:	
PROPRIETÁRIO:	
MUNICÍPIO:	
RAÇA:	
IDADE:	CATEGORIA:
TEMPERATURA RETAL:	
FREQUÊNCIA CARDÍACA:	
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA:	
MOVIMENTOS RUMINAIS:	
MUCOSAS:	
ESCORE CORPORAL:	
ESCORE DE FESES:	
DESIDRATAÇÃO: ( ) NÃO ( ) SIM GRAU:	
OBSERVAÇÕES:_____ _____ _____	
ASSINATURA DO MÉDICO VETERINÁRIO: _____	

ANEXO III

DAS BOAS PRÁTICAS DE MANEJO NA ORDENHA

- Cheque se o local de ordenha está preparado para receber as vacas;
- Conduza as vacas para o local de ordenha com calma, sem bater nos animais, nem correr e nem gritar;
- Acomode as vacas no local de ordenha, não grite, não bata, nem empurre as vacas para que elas se posicionem. Se julgar necessário, amarre as pernas das vacas mais agitadas. Não utilize a corda para bater ou ameaçar o animal;
- Faça a vaca perceber sua presença nesse momento, chame-a pelo nome, sinalize a sua presença antes de tocar em seu teto;
- Faça o teste da caneca de fundo preto para o diagnóstico de mastite clínica, cheque teto por teto. Se o teste der negativo continue a ordenha. No caso do resultado do teste ser positivo, informe imediatamente ao Responsável Técnico do evento;
- No caso de ordenha com bezerro ao pé, aproxime o bezerro da vaca para estimular a descida do leite, afastando-o do úbere logo em seguida. Não puxe o bezerro pela cauda ou orelhas;
- Em ordenhas sem bezerro ao pé, realize o pré-dipping e aguarde 30 (trinta) segundos para secar os tetos;
- Seque os tetos um a um, utilize papel toalha descartável;
- Acople as teteiras ou, em caso de ordenha manual, ordenhe a vaca;
- Se alguma vaca defecar ou urinar durante a ordenha, utilize um rodo ou pá e empurre (ou puxe) os dejetos para a calha de drenagem ou local longe do balde. Após a ordenha realize imediatamente a limpeza do local;
- Realize a desinfecção dos tetos (pós-dipping);
- Realize a limpeza das instalações e dos equipamentos imediatamente após a ordenha;
- Os baldes e os utensílios deverão ser lavados com água corrente e detergente; e
- Após cada ordenha deixe as instalações e todos os equipamentos, materiais e utensílios preparados para o início da próxima.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 143, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8 852, de 21 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, regulamentadas pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.053502/2017- 60, resolve:

Art. 1º. Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa, anexa, que estabelece o Regulamento Técnico sobre a identidade e requisitos mínimos de qualidade que deve atender o peixe curado.

Art. 2º. O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º. As sugestões de que trata o art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Normas Técnicas CNT/CGPE, da Coordenação- Geral de Programas Especiais -CGPE/DIPOA, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal DIPOA/SDA, da Secretaria de Defesa Agropecuária SDA/MAPA, por meio do LINK http://homolog.agricultura.gov.br/agroform/index.php/893364?lang=pt-BR.

§ 1º. Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como a relevância e o impacto positivo da contribuição para a confiabilidade do Serviço de Inspeção Federal.

§2º. Caso haja alguma dificuldade, as sugestões deverão ser encaminhadas na forma de tabela (ou planilha eletrônica) para o endereço eletrônico: cnt.dipoa@agricultura.gov.br, prevendo as seguintes colunas:

I - Item: identificação do item (Exemplo: art. 1º, § 1º, inciso I, da proposta de Instrução Normativa);
II - Texto da minuta: citação da parte do texto original a que se refere;
III - Sugestão: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;
IV - Justificativa: embasamento técnico (ou legal) devidamente fundamentado de modo a subsidiar a discussão; e
V - Contribuinte: responsável pela sugestão, identificado com o nome completo (se pessoa física) ou razão social (se pessoa jurídica), endereço eletrônico e telefone para contato.
VI - As sugestões ou comentários encaminhados eletronicamente deverão permitir a função de copiar e colar o texto contido, para fins de agilização da compilação destas sugestões ou comentários e da análise final.

Art. 4º. A inobservância de qualquer inciso do art. 3º, desta Portaria implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5º. Findo o prazo estabelecido no art. 1º, desta Portaria, a Coordenação de Normas Técnicas deverá avaliar, em articulação com a área técnica envolvida com o tema objeto desta Portaria, as sugestões recebidas e proceder às adequações pertinentes.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº....., DE..... DE.....DE 20...

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8 852, de 21 de setembro de 2016, tendo em vista ao disposto no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e o que consta do Processo nº 21000.053502/2017- 60, resolve:

Art.1º. Fica aprovado o Regulamento Técnico que fixa a identidade e as características de qualidade que deve apresentar o peixe curado, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo Único.

Art. 2º. Para os fins deste Regulamento, peixe curado é todo o produto obtido do peixe fresco, congelado, resfriado ou descongelado de espécies de peixes oriundas da pesca ou da aquicultura, elaborado com peixe limpo, eviscerado, com ou sem cabeça e tratado pelo sal com ou sem aditivos.

§ 1º. No caso do peixe salgado e salgado seco, o tratamento pelo sal pode ser realizado por meio de salga úmida, seca ou mista.

§ 2º. No caso do peixe defumado, o tratamento pelo sal é realizado por meio de salmoura;

§ 3º. É permitido o processo de injeção direta de salmoura na carne de peixe como uma etapa do processo de salga.

Art. 3º. Para os fins deste Regulamento são adotados os seguintes conceitos:

I - Peixe defumado - é aquele submetido à salmoura seguido do processo de defumação;
II - Peixe salgado - é aquele tratado pelo cloreto de sódio, com umidade máxima de 58% (cinquenta e oito por cento);
III - Peixe salgado seco - é aquele tratado pelo cloreto de sódio, com umidade máxima de 47% (quarenta e sete por cento).

Art. 4º. O peixe curado em conformidade com seus componentes anatômicos classifica-se de acordo com as seguintes formas de apresentação:

II - Cabeça: região formada pelo crânio e os ossos operculares;
III - Desfiado: pedaço de peixe sem pele e sem espinhas resultantes da separação longitudinal das fibras musculares;
III - Espalmado: peixe eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, mantendo os dois flancos unidos, preservando ou não o espinhaço;
IV - Espalmado sem cabeça: peixe curado eviscerado sem cabeça, cortado longitudinalmente à coluna vertebral, mantendo os dois flancos unidos, preservando ou não o espinhaço;
V - Eviscerado: peixe do qual foram removidas as vísceras;
VI - Eviscerado sem cabeça: peixe do qual foram removidas as vísceras e a cabeça;
VII - Filé: produto obtido a partir de corte único longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça até o pedúnculo caudal, no sentido paralelo à coluna vertebral;
VII - Filé espalmado: produto constituído de filés unidos pelo dorso;
IX - Lombo: porção dorsal do filé, removido o pedúnculo caudal;
X - Lombo em pedaços: produto obtido a partir de cortes do lombo;
XI - Pedaço: produto obtido a partir de cortes variados do peixe curado; e
XII - Posta: produto obtido de cortes transversais à coluna vertebral do peixe curado eviscerado sem cabeça e removida a nadadeira caudal.

Art. 5º. O peixe curado apresenta como ingredientes obrigatórios o peixe e o sal, sendo permitida a utilização como ingredientes opcionais os aditivos intencionais conforme legislação especifica.

Art. 6º. O peixe curado deve atender as seguintes características sensoriais:

I - Ausência de bolor;
II - Ausência de materiais estranhos;
III - Ausência de odores estranhos, tais como: combustíveis, óleos ou desinfetantes;
IV - Ausência de manchas avermelhadas características da proliferação de bactérias halofílicas;
V - Ausência de manchas amarelo-alaranjadas características de fungos halofílicas;
VI - Ausência de textura quebradiça da carne caracterizada por mais de dois terços da área de superfície com rachaduras ou então mutilada, rasgada e quebrada de maneira que fique dividida em duas ou mais partes unidas pela pele;
VII - Ausência de coloração anormal, que não seja própria do processo tecnológico de fabricação;
VIII - Ausência de contusões;
IX - Ausência de limosidade superficial e amolecimento da carne; e
X - Ausência de parasitas detectáveis por inspeção visual.

Art. 7º. O peixe curado deve cumprir com os seguintes parâmetros físicos e químicos:

I - Teor de sal, em cloreto de sódio (NaCl), mínimo de 12% (doze por cento) para peixe salgado e salgado seco;
II - Atividade de água inferior a 0,94 (noventa e quatro centésimos) em peixe defumado resfriado; e
III - O limite máximo de histamina deve ser 100 mg/kg (cem miligramas por quilograma) de tecido muscular, tomando como base uma amostra composta por 9 (nove) unidades amostrais, para as espécies das famílias Carangidae, Gempylidae, Istiophoridae, Scombridae, Scombresocidae, Engraulidae, Clupeidae, Coryphaenidae e Pomatomidae e nenhuma unidade amostral pode apresentar resultado superior a 200 mg/kg (duzentos miligramas por quilograma).

Art. 8º. O peixe curado deve atender aos critérios microbiológicos estabelecidos no Anexo Único desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. Para o peixe defumado, o processo térmico por defumação à quente ou à frio combinado com a concentração de sal na fase aquosa do produto deve garantir a inocuidade do produto final.

Art. 9º. O peixe curado deve ser comercializado em embalagens específicas do produto que garantam a proteção contra contaminação e as condições adequadas de armazenagem e transporte.

Art. 10. O peixe curado deve ser mantido nas seguintes temperaturas:

I - máxima de 7°C (sete graus Celsius) para peixe salgado-seco;
II - Máxima de 4°C (quatro graus Celsius) para peixe salgado e peixe defumado resfriado; e
III - máxima de -12°C (doze graus Celsius negativos) para peixe defumado congelado.

Art. 12. O peixe curado não deve conter impurezas ou substâncias estranhas de qualquer natureza.

Parágrafo Único. O sal utilizado para a produção do peixe curado deverá ser de qualidade alimentícia, possuir uma composição apropriada, com ausência de material estranho, sem sinais de contaminação por sujidade.

Art. 12. A denominação do produto é PEIXE DEFUMADO, PEIXE SALGADO ou PEIXE SALGADO SECO, acrescidos, independentemente da ordem, da forma de apresentação e nome comum da espécie em caracteres uniformes em corpo e cor.

Art. 13. Os estabelecimentos têm o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Instrução Normativa, para promoverem as adequações necessárias no registro dos produtos.

Parágrafo único. Os produtos fabricados até o final do prazo de adequação a que se refere o caput deste artigo podem ser comercializados até o fim de seu prazo de validade.

Art. 14. Os estabelecimentos têm o prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias, contados a partir da data da publicação desta Instrução Normativa, para promoverem as adequações necessárias para o atendimento aos requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO

Tabela 1: Critérios microbiológicos para peixe curado

Requisito	Critério de aceitação			
	n	C	m	M
Salmonella spp.	5	0	Ausência em 25g	-
Staphylococcus coagulase positiva	5	1	10>d -H/10<3	10>d -H/10<4
Escherichia coli	5	1	4	40
*Clostridium perfringens**	5	2	10>d -H/10<3	10>d -H/10<4

Nota: * Parâmetro apenas para produtos defumados a quente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.675, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039263/2017-86, de 4 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 602, de 30 de julho de 2010, publicada em 3 de agosto de 2010 e MCTI/MDIC n° 1.076, de 9 de outubro de 2014, publicada em 10 de outubro de 2014, à WXBR Sistemas de Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 10.210.213/0001-00.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 602, de 30 de julho de 2010, publicada em 3 de agosto de 2010 e MCTI/MDIC n° 1.076, de 9 de outubro de 2014, publicada em 10 de outubro de 2014.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.676, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039179/2017-62, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF n° 666, de 31 de dezembro de 2004, publicada em 3 de janeiro de 2005, à empresa Omnimed Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 04.469.133/0001-62.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Fica revogada a Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF n° 666, de 31 de dezembro de 2004, publicada em 3 de janeiro de 2005.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.677, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039001/2017-11, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedida pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC n° 1.359, de 15 de dezembro de 2014, publicada em 16 de dezembro de 2014, à empresa Claritek Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 10.528.561/0001-11.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Fica revogada a Portaria Interministerial MCTI/MDIC n° 1.359, de 15 de dezembro de 2014, publicada em 16 de dezembro de 2014.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.678, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039003/2017-19, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1° Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCTI/MDIC n° 571, de 17 de julho de 2015, publicada em 20 de julho de 2015 e MCTI/MDIC n° 820, de 18 de setembro de 2015, publicada em 21 de setembro de 2015, à empresa Commbox Tecnologia Eireli - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 07.662.932/0001-49.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCTI/MDIC n° 571, de 17 de julho de 2015, publicada em 20 de julho de 2015 e MCTI/MDIC n° 820, de 18 de setembro de 2015, publicada em 21 de setembro de 2015.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.679, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039088/2017-27, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 545, de 3 de julho de 2009, publicada em 6 de julho de 2009 e MCTI/MDIC n° 1.319, de 27 de novembro de 2014, publicada em 28 de novembro de 2014, à empresa Indra Esteio Sistemas S.A - IESSA inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 09.523.576/0001-08.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 545, de 3 de julho de 2009, publicada em 6 de julho de 2009 e MCTI/MDIC n° 1.319, de 27 de novembro de 2014, publicada em 28 de novembro de 2014.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.681, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039005/2017-08, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCTI/MDIC n° 1.287, de 16 de dezembro de 2013, publicada em 17 de dezembro de 2013 e MCTI/MDIC n° 1.301, de 19 de dezembro de 2013, publicada em 20 de dezembro de 2013, à empresa D-TECH Indústria e Comércio de Produtos de Informática, Áudio, Vídeo e Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 09.624.700/0001-21.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCTI/MDIC n° 1.287, de 16 de dezembro de 2013, publicada em 17 de dezembro de 2013 e MCTI/MDIC n° 1.301, de 19 de dezembro de 2013, publicada em 20 de dezembro de 2013.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.682, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039018/2017-79 de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 180, de 11 de março de 2010, publicada em 12 de março de 2010; MCTI/MDIC n° 113, de 29 de janeiro de 2014, publicada em 30 de janeiro de 2014; MCTI/MDIC nºs 513 e 514, ambas de 16 de maio de 2014, publicadas em 19 de maio de 2014; MCTI/MDIC nºs692 e 693, ambas de 07 de julho de 2014, publicadas em 08 de julho de 2014, à empresa Dynalf Indústria de Componentes Eletrônicos Ltda., para a sua matriz e filial 02, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob os nºs 04.631.183/0001-02 e 04.631.183/0002-85, respectivamente.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 180, de 11 de março de 2010, publicada em 12 de março de 2010; MCTI/MDIC n° 113, de 29 de janeiro de 2014, publicada em 30 de janeiro de 2014; MCTI/MDIC nºs 513 e 514, ambas de 16 de maio de 2014, publicadas em 19 de maio de 2014; MCTI/MDIC nºs692 e 693, ambas de 07 de julho de 2014, publicadas em 08 de julho de 2014.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.683, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039079/2017-36, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF n° 656, de 26 de agosto de 2010, publicada em 30 de agosto de 2010, à empresa então denominada ICOP Tecnologia da Informação Ltda., cuja atual denominação é Reune Tecnologia da Informação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 07.768.467/0001-25.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Fica revogada a Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF n° 656, de 26 de agosto de 2010, publicada em 30 de agosto de 2010.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.684, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039120/2017-74 de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 663, de 15 de outubro de 2007, publicada em 17 de outubro de 2007; MCT/MDIC/MF n° 780, de 16 de setembro de 2009, publicada em 17 de setembro de 2009 e MCTI/MDIC/MF n° 643, de 17 de agosto de 2011, publicada em 18 de agosto de 2011, à empresa Leadership Indústria e Comércio de Computadores Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob os nº 07.046.435/0001-16.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 663, de 15 de outubro de 2007, publicada em 17 de outubro de 2007; MCT/MDIC/MF n° 780, de 16 de setembro de 2009, publicada em 17 de setembro de 2009 e MCTI/MDIC/MF n° 643, de 17 de agosto de 2011, publicada em 18 de agosto de 2011.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.687, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039164/2017-02, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedida pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC n° 752, de 1° de setembro de 2015, publicada em 2 de setembro de 2015, à empresa Lotus Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 02.799.882/0002-03.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Fica revogada a Portaria Interministerial MCTI/MDIC n° 752, de 1° de setembro de 2015, publicada em 2 de setembro de 2015.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.688, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039169/2017-27, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCTI/MDIC nºs 1.105 e 1.107, ambas de 16 de outubro de 2014, publicadas em 17 de outubro de 2014, à empresa Micropress Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 56.606.544/0001-56.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCTI/MDIC nºs 1.105 e 1.107, ambas de 16 de outubro de 2014, publicadas em 17 de outubro de 2014.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.689, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039072/2017-14, de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art.1° Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 187, de 21 de março de 2002, publicada em 26 de março de 2002 e MCT/MDIC/MF n° 735, de 7 de outubro de 2003, publicada em 16 de outubro de 2003, à empresa Fourth Technology Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 01.192.808/0001-80.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 187, de 21 de março de 2002, publicada em 26 de março de 2002 e MCT/MDIC/MF n° 735, de 7 de outubro de 2003, publicada em 16 de outubro de 2003.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.690, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039132/2017-07 de 3 de julho de 2017, resolvem:

Art. 1o Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 953, de 22 de dezembro de 2008, publicada em 23 de dezembro de 2008; MCT/MDIC/MF n° 1.081, de 29 de dezembro de 2010, publicada em 30 de dezembro de 2010; MCTI/MDIC/MF n° 571, de 9 de agosto de 2012, publicada em 10 de agosto de 2012; MCTI/MDIC/MF n° 64, de 28 de janeiro de 2013, publicada em 29 de janeiro de 2013 e MCTI/MDIC/MF n° 101, de 30 de janeiro de 2013, publicada em 1 de fevereiro de 2013, à empresa Leadership Sul Indústria e Comércio de Computadores Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob os nº 09.404.505/0001-96.

Art. 2o Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 953, de 22 de dezembro de 2008, publicada em 23 de dezembro de 2008; MCT/MDIC/MF n° 1.081, de 29 de dezembro de 2010, publicada em 30 de dezembro de 2010; MCTI/MDIC/MF n° 571, de 9 de agosto de 2012, publicada em 10 de agosto de 2012; MCTI/MDIC/MF n° 64, de 28 de janeiro de 2013, publicada em 29 de janeiro de 2013 e MCTI/MDIC/MF n° 101, de 30 de janeiro de 2013, publicada em 1 de fevereiro de 2013.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.691, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o §2o do art. 22 do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC no 01250.039237/2017-58, de 4 de julho de 2017, resolvem:

Art.1° Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 33 do Decreto no 5.906/2006, as habilitações à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedidas pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 54, de 3 de fevereiro de 2009, publicada em 5 de fevereiro de 2009 e MCTI/MDIC n° 1.403, de 19 de dezembro de 2014, publicada em 24 de dezembro de 2014, à Solution Comércio e Manutenção Eletrônica Ltda. EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 05.805.147/0001-72.

Art. 2° Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4° Ficam revogadas as Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 54, de 3 de fevereiro de 2009, publicada em 5 de fevereiro de 2009 e MCTI/MDIC n° 1.403, de 19 de dezembro de 2014, publicada em 24 de dezembro de 2014.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6.692, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTIC nº 01250.061382/2017-15, de 4 de outubro de 2017, resolvem:

Art. 1º Cancelar, por descumprimento de exigências estabelecidas no inciso IV do Art. 22 do Decreto no 5.906/2006, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto no 5.906/2006, concedida pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC n° 448, de 23 de junho de 2015, publicada em 24 de junho de 2015, à empresa A M Beluci Eletrônicos - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o no 13.684.092/0001-18.

Art. 2º Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1o do Decreto no 5.906/2006, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9o da Lei no 8.248, 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto 5.906/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Interministerial MCTI/MDIC n° 448, de 23 de junho de 2015, publicada em 24 de junho de 2015.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PORTARIA Nº 990//SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.017774/2013-69, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, o canal 48D (quarenta e oito digital), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD, no município de Acorizal/MT, para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.149/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SANTA ROSA DO PURUS, Estado do ACRE, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.036098/2017-19 e da Nota Técnica nº 18127/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.272/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITU, estado de São Paulo, por meio do canal 41 (quarenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.031902/2016-86 e da Nota Técnica nº 23351/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.405/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV MÍDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CARDOSO, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 48 (quarenta e oito), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TV OMÊGA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 29 (vinte e nove), no município de SÃO PAULO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.047126/2017-15 e da Nota Técnica nº 24256/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.477/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV STÚDIOS DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SANTA BÁRBARA D"OESTE, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 30 (trinta), visando a retransmissão dos sinais gerados pela EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 45 (quarenta e cinco), no município de SANTOS, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.054336/2017-60 e da Nota Técnica nº 25352/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.979/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.071743/2017-31, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV ÔMEGA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de PORTO FELIZ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 49 (quarenta e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.075, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 117 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a inclusão do pesquisador estrangeiro abaixo nominado no projeto de pesquisa intitulado "Arqueologia primata: um contexto evolucionista para a emergência da tecnologia", desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a University of Oxford, do Reino Unido, e cuja autorização de 2 (dois) anos contada da publicação foi concedida no bojo da Portaria nº 209, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2016, Seção 1, p. 17.

§ 1º O prazo de vigência da presente autorização coincidirá com o da Portaria acima citada e poderá ser prorrogado nos mesmos termos, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo do seguinte pesquisador:

Nome	País de Nacionalidade	Instituição	Visto - País de Retirada
Tomos Proffitt	Reino Unido	Universidade de Oxford	Reino Unido

§ 3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.080, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto no itens 34 e 35 da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a coleta e a remessa de material científico pelo prazo de dois anos para o projeto de pesquisa científica intitulado "Hibridização e introgressão em aves amazônicas", registrado no CNPq sob nº 01300.002710/2017-17, tendo como contraparte brasileira Alexandre Luis Padovan Aleixo, do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, e como contraparte estrangeira Jason Tyler Weir, vinculado à University of Toronto, no Canadá.

Art. 2º A equipe de pesquisadores estrangeiros vinculada ao projeto fica assim definida:

Pesquisador	Nacionalidade	Instituição
Jason Tyler Weir	Canadense	Universidade de Toronto
Paola Pulido-SantaCruz	Colombiana	Universidade de Toronto
Alfredo Barrera Guzman	Mexicana	Universidade de Toronto

Art. 3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à observância do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.086, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto no itens 34 e 35 da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação por dois anos do prazo do projeto de pesquisa científica intitulado "Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns: Dinâmicas socioambientais e culturais face às transformações de uso da terra", registrado no CNPq sob nº 1300.001487/2015-11, autorizado pela Portaria nº 833, de 29 de setembro de 2015, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo como contraparte brasileira João Ricardo Vasconcellos Gama, da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, e como contraparte estrangeira Ernst Halbmayer, vinculado à Universidade de Marburg, na Alemanha.

Parágrafo único. O prazo definido neste ano passará a contar a partir do primeiro dia subsequente ao do encerramento do prazo original conferido ao projeto.

Art. 2º A equipe de pesquisadores estrangeiros vinculada ao projeto a que se refere o art. 1º desta Portaria permanece a mesma definida na Portaria nº 833, de 2015, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à observância do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.108, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 117 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica o Dr. ALEXANDRE LUIS PADOVAN ALEIXO, do Museu Paraense Emílio Goeldi, representante da contraparte brasileira, autorizado a realizar o projeto de pesquisa científica intitulado "Testando o inesperado papel da dinâmica de pequenos rios na especiação de aves amazônicas", Processo CNPq nº 01300.007853/2017-15, em cooperação com o American Museum of Natural History, de Nova Iorque, EUA, representado pelo Dr. BRIAN TILSTON SMITH, contraparte estrangeira, natural dos EUA, pelo período de catorze meses a contar da publicação desta norma.

1º O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

2º A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo de outros pesquisadores, ficando a equipe estrangeira composta pelos seguintes pesquisadores:

Nome	País de Nacionalidade	Instituição	Visto - País de Retirada
Brian Tilston Smith	EUA	American Museum of Natural History	EUA
William Mahon Mauck III	EUA	American Museum of Natural History	EUA
Spencer Collins Galen	EUA	American Museum of Natural History	EUA
Kaiya Lynn Provost	EUA	American Museum of Natural History	EUA
Lukas Jonathan Musher	EUA	American Museum of Natural History	EUA

3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.365, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e a Portaria/MCT n° 55, de 14 de março de 1990.

Art. 1º. Fica prorrogada, por mais dois anos, contados a partir de 6 de setembro de 2017, a autorização concedida pela Portaria MCT nº 855, de 5 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 2013, e prorrogada com a publicação da Portaria MCTI nº 321, de 13 de abril de 2016, ao representante da contraparte brasileira, Dr. GERALDO DUARTE, representando o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, o Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, a UFMG, o Hospital Geral de Nova Iguaçu, a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, como também o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) da UFRJ, com vistas a dar continuidade ao projeto de pesquisa científica intitulado "IMPAACT P 1026 - Propriedades farmacocinéticas de medicamentos antirretrovirais e relacionados durante a gestação e o pós-parto - Versão 10.0", Processo CNPq nº 01300.000591/2013-26, que vem executando em cooperação com a Dr. MARK MIROCHNICK, natural dos EUA, contraparte estrangeira, representante da Boston University - Boston Medical Care (EUA).

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.386, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e, tendo em vista o disposto no item 32 e 34 da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a alteração da área de coleta de dados científicos em campo, situada no KM 41 da Área de Relevante Interesse Ecológico do Projeto Dinâmica de Fragmentos Florestais (ARIE PDBFF), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), no âmbito do projeto de pesquisa científica intitulado "Experimento de Fertilização da Amazônia (Amazon Fertilisation Experiment - AFEX)", Processo CNPq nº 01300.000517/2016-52, que vem sendo implementado sob a coordenação do representante da contraparte brasileira, Dr. CARLOS ALBERTO QUESADA (INPA), em parceria com a University of Exeter (Reino Unido), representada pelo brasileiro, Dr. IAIN PAUL HARTLEY, contraparte estrangeira.

§ 1º A autorização prevista no caput deste artigo compreende a inclusão do pesquisador natural da Inglaterra ANDREW GONZALEZ, e da pesquisadora natural da França CHLOÉ DEBYSER, ambos vinculados à Mcgill University, Canadá, nas atividades de campo.

§ 2º A inclusão prevista no § 1º deste artigo considerará o prazo de vigência da Portaria n° 488, de 28 de junho de 2016, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, publicada no Diário Oficial da União de 30 de fevereiro de 2016, válida até 30 de fevereiro de 2018.

Art. 2º A partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, a equipe de pesquisadores estrangeiros vinculada ao projeto a que se refere o art. 1º terá a seguinte composição:

Pesquisador	Instituição
Iain Paul Hartley	University of Exeter - Reino Unido
Patrick William Meir	University of Edinburgh - Reino Unido
Benjamin Luke Turner	Smithsonian Tropical Research Institute (STRI) - Estados Unidos da América
Lina Maria Mercado Montoya	Instituição University of Exeter - Reino Unido
Kelly Marie Andersen	Instituição University of Exeter - Reino Unido
Joana Zaragoza Castells	Instituição University of Exeter - Reino Unido
Lucy Miranda Rowland	University of Edinburgh - Reino Unido
Oliver John Binks	University of Edinburgh - Reino Unido
Andrew Gonzalez	Mcgill University - Canadá
Chloé Debyser	Mcgill University - Canadá

Art. 3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.423, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 117 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica MARIA ADELIA BORSTELMANN DE OLIVEIRA, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, representante da contraparte brasileira, autorizada a realizar o projeto de pesquisa científica intitulado "Desenvolvimento de Métodos de Campo para Análise de Compostos Olfatórios em Primatas", Processo CNPq nº 01250.047913/2017-67, em cooperação com a Grand Valley State University, de Allendale, EUA, representado por CYNTHIA LOUISE THOMPSON, contraparte estrangeira, natural dos EUA, pelo período de um ano.

§ 1º O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo de outros pesquisadores, ficando a equipe estrangeira composta pelos seguintes pesquisadores:

Nome	País de Nacionalidade	Instituição
Cynthia Louise Thompson	EUA	Grand Valley State University
Christopher James Vinyard	EUA	Northeast Ohio Medical University
Kimberly Nicole Bottenberg	EUA	Grand Valley State University

§ 3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.432, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T, estabelecido pela Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que transfere as competências do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerá cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, que estabelece que o encerramento da transmissão analógica ocorrerá até 31 de dezembro de 2018 nas localidades nas quais seja necessária a viabilização da implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na faixa de radiofrequências de 698 MHz a 806 MHz;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 7º e 8º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece as ações de comunicação obrigatória que devem ser veiculadas na programação das entidades outorgadas para execução dos serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens, com utilização de tecnologia analógica;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º da Portaria MC nº 1.329, de 31 de março de 2016, que homologou o desligamento das transmissões das programações, realizadas até 01 de março de 2016, de todas as emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, no município de Rio Verde/GO;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Portaria MCTIC nº 5.771, de 27 de setembro de 2017, que determinou o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 28 de fevereiro de 2018, até o horário-limite de 23 horas e 59 minutos, nos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Portaria MCTIC nº 7.008, de 29 de novembro de 2017, que determinou o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 31 de janeiro de 2018, até o horário-limite de 23 horas e 59 minutos, nos agrupamentos de municípios de Franca/SP e Ribeirão Preto/SP;

CONSIDERANDO o disposto no ofício nº 430/2017/SEI/GPR-ANATEL, enviado pelo Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - GIRED, que encaminha a proposta de antecipação das datas de desligamento previstas para os agrupamentos de Boa Vista/RR, Macapá/AP, Palmas/TO, Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, de 28 de novembro de 2018 para 14 de agosto de 2018, acordadas na 36ª Reunião Ordinária do GIRED;

CONSIDERANDO o disposto no ofício nº 464/2017/SEI/GPR-ANATEL, enviado pelo Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV GIRED, que informa que o GIRED aprovou, no âmbito da 36ª Reunião Ordinária e 10ª Reunião Extraordinária, respectivamente ocorridas nos dias 07/11/2017 e 21/11/2017, na sede da Anatel em Brasília, a possibilidade de adiantamento da data de desligamento da programação analógica dos agrupamentos de municípios de Boa Vista/RR, Macapá/AP, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cuiabá/MT e Campo Grande/MS, inicialmente prevista para o dia 28 novembro de 2018, para o dia 14 de agosto de 2018; e

CONSIDERANDO o disposto no ofício nº 495/2017/SEI/GPR-ANATEL, enviado pelo Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV GIRED, que informa que o GIRED aprovou, no âmbito da 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28/11/2017, o documento que trata da revisão das cidades impactadas pelo desligamento analógico nos agrupamentos de Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC, previsto para o dia 31 de janeiro de 2018, onde se propõe a inclusão de 20 (vinte) cidades, listadas no anexo do referido ofício, nestes agrupamentos, resolve:

Art. 1º Alterar os Anexos IV, V e VI da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, nos termos dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Excepcionalmente, as entidades outorgadas para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, dos agrupamentos de municípios de Boa Vista/RR, Macapá/AP, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cuiabá/MT e Campo Grande/MS, deverão iniciar a comunicação obrigatória de que tratam os artigos 7º e 8º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 2017, no prazo de até 1 (um) dia, contado da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, deverão ser observados os Anexos II e III da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelecem as regras referentes à campanha de comunicação obrigatória.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO I

Data	Agrupamento de Municípios
01/03/2016	Rio Verde/GO
26/10/2016	Brasília/DF Águas Lindas de Goiás/GO* Cidade Ocidental/GO* Cristalina/GO* Formosa/GO* Luziânia/GO* Novo Gama/GO* Planaltina/DF* Santo Antônio do Descoberto/GO* Valparaíso/GO*
29/03/2017	São Paulo/SP
31/05/2017	Goiânia/GO
26/07/2017	Recife/PE
27/09/2017	Fortaleza/CE Salvador/BA
25/10/2017	Rio de Janeiro/RJ Vitória/ES
08/11/2017	Belo Horizonte/MG
29/11/2017	Campinas/SP Santos/SP Vale do Paraíba/SP
31/01/2018	Curitiba/PR Florianópolis/SC Franca/SP Porto Alegre/RS Ribeirão Preto/SP
28/02/2018	Juazeiro do Norte/CE Sobral/CE
28/03/2018	Bauru/SP Presidente Prudente/SP São José do Rio Preto/SP São Luís/MA
30/05/2018	Aracaju/SE Belém/PA João Pessoa/PB Maceió/AL
	Manaus/AM Natal/RN Teresina/PI
14/08/2018	Boa Vista/RR Campo Grande/MS Cuiabá/MT Macapá/AP Palmas/TO Porto Velho/RO Rio Branco/AC
28/11/2017	Paraná (Oeste do Estado) Rio de Janeiro (interior) Rio Grande do Sul (Sul do Estado) São Paulo (interior)
05/12/2018	Blumenau/SC Campina Grande/PB Caruaru/PE Dourados/MS Feira de Santana/BA Governador Valadares/MG Imperatriz/MA Jaraguá do Sul/SC Joinville/SC Juiz de Fora/MG Marabá/PA Mossoró/RN Parnaíba/PI Petrolina/PE Rondonópolis/MT Santa Maria/RS Uberaba/MG Uberlândia/MG Vitória da Conquista/BA

*municípios afetados pelo desligamento de Brasília/DF.

ANEXO II

LISTA DE LOCALIDADES AFETADAS PELO CRONOGRAMA DO DESLIGAMENTO DA TRANSMISSÃO ANALÓGICA EM 2017

Data do desligamento: 29/03/2017

Agrupamento: São Paulo/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Ibiúna, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Data do desligamento: 31/05/2017

Agrupamento: Goiânia/GO.

Municípios do estado de Goiás: Abadia de Goiás, Abadiânia, Alexânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Campo Limpo de Goiás, Caturaí, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Itauçu, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Pirenópolis, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Data do desligamento: 26/07/2017

Agrupamento: Recife/PE.

Municípios do estado de Pernambuco: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

Data do desligamento: 27/09/2017

Agrupamento: Fortaleza/CE.

Municípios do estado do Ceará: Aquiraz, Beberibe, Cascavel, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante.

Agrupamento: Salvador/BA.

Municípios do estado da Bahia: Aratuípe, Cairu, Camaçari, Candeias, Dias D"Ávila, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara, Simões Filho, Terra Nova e Vera Cruz.

Data do desligamento: 25/10/2017

Agrupamento: Rio de Janeiro/RJ.

Municípios do estado do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Agrupamento: Vitória/ES.

Municípios do estado do Espírito Santo: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Data do desligamento: 08/11/2017

Agrupamento: Belo Horizonte/MG.

Municípios do estado de Minas Gerais: Araçaí, Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Cachoeira da Prata, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Fortuna de Minas, Funilândia, Ibirité, Igarapé, Inhaúma, Itaúna, Jequitibá, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São José da Varginha, Sarzedo, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Data do desligamento: 29/11/2017

Agrupamento: Campinas/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Aguaí, Águas da Prata, Águas de São Pedro, Alumínio, Americana, Amparo, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Araras, Artur Nogueira, Boituva, Cabreúva, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capela do Alto, Capivari, Cer-

quilho, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Iperó, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Itatiba, Itobi, Itu, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Jumirim, Jundiaí, Leme, Limeira, Louveira, Mairinque, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Piedade, Piracicaba, Pirassununga, Porto Feliz, Porto Ferreira, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Salto, Salto de Pirapora, Santa Bárbara D"Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antônio de Posse, São João da Boa Vista, São Pedro, São Roque, Serra Negra, Socorro, Sorocaba, Sumaré, Tambaú, Tapiraí, Tatuí, Tietê, Torrinha, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista, Vinhedo e Votorantim.

Agrupamento: Santos/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Agrupamento: Vale do Paraíba/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Aparecida, Atibaia, Bragança Paulista, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Roseira, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé.

ANEXO III

LISTA DE LOCALIDADES AFETADAS PELO CRONOGRAMA DO DESLIGAMENTO DA TRANSMISSÃO ANALÓGICA EM 2018

Data do desligamento: 31/01/2018

Agrupamento: Curitiba/PR.

Municípios do estado do Paraná: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Carambeí, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Guaratuba, Imbituva, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Palmeira, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Teixeira Soares, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná.

Agrupamento: Florianópolis/SC.

Municípios do estado de Santa Catarina: Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, São José e São Pedro de Alcântara.

Agrupamento: Franca/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Aramina, Barretos, Batatais, Buritizal, Colina, Colômbia, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jaborandi, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

Agrupamento: Porto Alegre/RS.

Municípios do estado do Rio Grande do Sul: Alto Feliz, Alvorada, Araricá, Arroio do Meio, Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Barão, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Bom Retiro do Sul, Brochier, Butiá, Cachoeirinha, Campestre da Serra, Campo Bom, Canela, Canoas, Capela de Santana, Capitão, Capivari do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Charqueadas, Cidreira, Colinas, Cotiporã, Cruzeiro do Sul, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Estrela, Farroupilha, Fazenda Vilanova, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, General Câmara, Glorinha, Gramado, Gravataí, Guaíba, Harmonia, Igrejinha, Imbé, Imigrante, Ipê, Ivoti, Lajeado, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maratá, Mato Leitão, Minas do Leão, Monte Belo do Sul, Montenegro, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Osório, Palmares do Sul, Pareci Novo, Parobé, Paverama, Picada Café, Portão, Porto Alegre, Pouso Novo, Presidente Lucena, Rolante, Salvador do Sul, Santa Clara do Sul, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Leopoldo, São Marcos, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Valentim do Sul, São Vendelino, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sentinela do Sul, Tabaí, Tapes, Taquara, Taquari, Teutônia, Tramandaí, Três Coroas, Triunfo, Tupandi, Vale Real, Veranópolis, Viamão, Westfália, Xangri-Lá.

Agrupamento: Ribeirão Preto/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral.

Data do desligamento: 28/02/2018

Agrupamento: Juazeiro do Norte/CE.

Municípios do estado do Ceará: Barbalha, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

Agrupamento: Sobral/CE.

Municípios do estado do Ceará: Forquilha, Massapê, Santana do Acaraú e Sobral.

Data do desligamento: 28/03/2018

Agrupamento: Bauru/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Agudos, Arealva, Avaí, Bauru, Borebi, Cabrália Paulista, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves.

Agrupamento: Presidente Prudente/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Dracena, Emilianópolis, Flora Rica, Indiana, Irapuru, Junqueirópolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Santo Anastácio, Santo Expedito, Tarabai.

Agrupamento: São José do Rio Preto/SP.

Municípios do estado de São Paulo: Adolfo, Altair, Bady Bassitt, Bálsamo, Cedral, Guapiaçu, Ipiguá, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Palestina, Potirendaba, Sales, São José do Rio Preto, Ubarana.

Agrupamento: São Luís/MA.

Municípios do estado do Maranhão: Alcântara, Bacabeira, Bacurituba, Icatu, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, São Bento, São José de Ribamar, São Luís.

Data do desligamento: 30/05/2018

Agrupamento: Aracaju/SE.

Municípios do estado de Sergipe: Aracaju, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Divina Pastora, Itabaiana, Itaporanga D"Ajuda, Laranjeiras, Malhador, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Pirambu, Riachuelo, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, Siriri.

Agrupamento: Belém/PA.

Municípios do estado do Pará: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Bujaru, Cachoeira do Arari, Colares, Marituba, Ponta de Pedras, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá.

Agrupamento: João Pessoa/PB.

Municípios do estado da Paraíba: Alhandra, Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Marcação, Mari, Riachão do Poço, Santa Rita, Sapé, Sobrado.

Agrupamento: Maceió/AL.

Municípios do estado de Alagoas: Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos, Satuba.

Agrupamento: Manaus/AM.

Municípios do estado do Amazonas: Careiro da Várzea, Iranduba, Manaus.

Agrupamento: Natal/RN.

Municípios do estado do Rio Grande do Norte: Arês, Brejinho, Ceará-Mirim, Extremoz, Ielmo Marinho, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Poço Branco, Riachuelo, Rio do Fogo, Santa Maria, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, São Pedro, Senador Georgino Avelino, Serra de São Bento, Taipu, Tibau do Sul, Vera Cruz, Vila Flor.

Agrupamento: Teresina/PI.

Municípios do estado do Maranhão: Timon.

Municípios do estado do Piauí: Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Nazária, Teresina.

Data do desligamento: 14/08/2018

Agrupamento: Boa Vista/RR.

Municípios do estado de Roraima: Boa Vista, Cantá.

Agrupamento: Campo Grande/MS.

Municípios do estado do Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Terenos.

Agrupamento: Cuiabá/MT.

Municípios do estado do Mato Grosso: Acorizal, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande.

Agrupamento: Macapá/AP.

Municípios do estado do Amapá: Macapá, Mazagão, Santana.

Agrupamento: Palmas/TO.

Municípios do estado de Tocantins: Barrolândia, Palmas, Porto Nacional.

Agrupamento: Porto Velho/RO.

Municípios do estado de Rondônia: Candeias do Jamari, Porto Velho.

Agrupamento: Rio Branco/AC.

Municípios do estado do Acre: Bujari, Rio Branco, Senador Guiomard.

Data do desligamento: 28/11/2018

Agrupamento: Paraná (Oeste do Estado).

Municípios do estado do Paraná: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Amaporã, Ângulo, Apucarana, Arapongas, Araruna, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Braganei, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Califórnia, Cambé, Cambira, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Corbélia, Cornélio Procópio, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante D"Oeste, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste, Fenix, Floraí, Floresta, Florestópolis, Flórida, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Guairaçá, Guaporema, Ibema, Ibiporã, Iguaraçu, Indianópolis, Iporã, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Itambé, Ivaté, Ivatuba, Jandaia do Sul, Japurá, Jataizinho, Jesuítas, Jussara, Leópolis, Londrina, Luiziana, Mandaguaçu, Mandaguari, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Mariluz, Maringá, Maripá, Marumbi, Matelândia, Mauá da Serra, Medianeira, Mercedes, Mirador, Missal, Moreira Sales, Munhoz de Melo, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Esperança, Nova Olímpia, Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Novo Itacolomi, Ourizona, Ouro Verde do Oeste, Paiçandu, Paranavaí, Pato Bragado, Peabiru, Perobal, Pérola, Pitangueiras, Planaltina do Paraná, Prado Ferreira, Presidente Castelo Branco, Quatro Pontes, Ramilândia, Rancho Alegre, Rolândia, Rondon, Sabáudia, Santa Cecília do Pavão, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São Jerônimo da Serra, São Jorge do Ivaí, São José das Palmeiras, São Manoel do Paraná, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sarandi, Serranópolis do Iguaçu, Sertaneja, Sertanópolis, Tamboara, Tapejara, Terra Rica, Toledo, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Umuarama, Uniflor, Uraí, Vera Cruz do Oeste, Xambrê.

Agrupamento: Rio de Janeiro (interior).

Municípios do estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Aperibé, Araruama, Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Iguaba Grande, Italva, Itaperuna, Itatiaia, Laje do Muriaé, Macaé, Macuco, Mangaratiba, Mendes, Miguel Pereira, Miracema, Nova Friburgo, Paracambi, Paraíba do Sul, Parati, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Saquarema, Silva Jardim, Teresópolis, Três Rios, Valença, Varre-Sai, Vassouras, Volta Redonda.

Agrupamento: Rio Grande do Sul (Sul do Estado).

Municípios do estado do Rio Grande do Sul: Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Turuçu.

Agrupamento: São Paulo (interior).

Municípios do estado de São Paulo: Adamantina, Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Alambari, Alto Alegre, Álvares Florence, Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Américo Brasiliense, Américo de Campos, Analândia, Andradina, Angatuba, Anhembi, Apareçida D"Oeste, Apiaí, Araçatuba, Arandu, Arapeí, Araraquara, Arco-Íris, Areias, Areiópolis, Ariranha, Aspásia, Assis, Auriflama, Avanhandava, Avaré, Balbinos, Bananal, Barão de Antonina, Barbosa, Bariri, Barra Bonita, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Bastos, Bebedouro, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bilac, Birigui, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Bofete, Bom Jesus dos Perdões, Bom Sucesso de Itararé, Borá, Boracéia, Borborema, Botucatu, Braúna, Brejo Alegre, Brotas, Buri, Buritama, Caconde, Cafelândia, Caiuá, Cajati, Cajobi, Cajuru, Campina do Monte Alegre, Campos Novos Paulista, Cananéia, Cândido Mota, Cândido Rodrigues, Canitar, Capão Bonito, Caraguatatuba, Cardoso, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Castilho, Catanduva, Catiguá, Cerqueira César, Cesário Lange, Chavantes, Clementina, Conchas, Coroados, Coronel Macedo, Corumbataí, Cosmorama, Cruzália, Cunha, Descalvado, Dirce Reis, Divinolândia, Dobrada, Dois Córregos, Dolcinópolis, Dourado, Duartina, Dumont, Echaporã, Eldorado, Elisiário, Embaúba, Espírito Santo do Turvo, Estrela do Norte, Estrela D"Oeste, Euclides da Cunha Paulista, Fartura, Fernando Prestes, Fernandópolis, Fernão, Floreal, Flórida Paulista, Florínia, Gabriel Monteiro, Gália, Garça, Gastão Vidigal, Gavião Peixoto, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaimbê, Guapiara, Guaraçaí, Guaraci, Guarani D"Oeste, Guarantã, Guararapes, Guareí, Guariba, Guatapará, Guzolândia, Herculândia, Iacanga, Iacri, Iaras, Ibaté, Ibirá, Ibirarema, Ibitinga, Icém, Iepê, Igaraçu do Tietê, Iguape, Ilha Comprida, Ilha Solteira, Ilhabela, Indiaporã, Inúbia Paulista, Ipaussu, Iporanga, Irapuã, Itaberá, Itaí, Itajobi, Itaju, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itápolis, Itaporanga, Itapuí, Itapura, Itararé, Itariri, Itatinga, Itirapina, Jacupiranga, Jales, Jambeiro, Jaú, Joanópolis, João Ramalho, Júlio Mesquita, Juquiá, Juquitiba, Lagoinha, Laranjal Paulista, Lavínia, Lavrinhas, Lençóis Paulista, Lindóia, Lins, Lourdes, Lucélia, Lucianópolis, Luiziânia, Lupércio, Lutécia, Macatuba, Macaubal, Macedônia, Magda, Manduri, Marabá Paulista, Maracaí, Marapoama, Mariápolis, Marília, Marinópolis, Matão, Meridiano, Mesópolis, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Miracatu, Mirandópolis, Mococa, Monções, Monte Alegre do Sul, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Monteiro Lobato, Morungaba, Motuca, Murutinga do Sul, Nantes, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Campina, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Europa, Nova Guataporanga, Nova Independência, Nova Luzitânia, Novais, Novo Horizonte, Ocauçu, Óleo, Olímpia, Oriente, Orindiúva, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Ouro Verde, Ouroeste, Pacaembu, Palmares Paulista, Palmeira D"Oeste, Palmital, Panorama, Paraguaçu Paulista, Paraibuna, Paraíso, Paranapanema, Paranapuã, Parapuã, Pardinho, Pariquera-Açu, Parisi, Paulicéia, Paulistânia, Paulo de Faria, Pederneiras, Pedra Bela, Pedranópolis, Pedrinhas Paulista, Pedro de Toledo, Penápolis, Pereira Barreto, Pereiras, Piacatu, Pilar do Sul, Pindorama, Pinhalzinho, Piracaia, Piraju, Pirangi, Planalto, Platina, Poloni, Pompéia, Pongaí, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Porangaba, Pracinha, Pradópolis, Pratânia, Presidente Epitácio, Promissão, Quadra, Quatá, Queiroz, Queluz, Quintana, Rancharia, Redenção da Serra, Reginópolis, Registro, Ribeira, Ribeirão Bonito, Ribeirão Branco, Ribeirão do Sul, Ribeirão Grande, Rincão, Rinópolis, Riolândia, Riversul, Rosana, Rubiácea, Rubinéia, Sabino, Sagres, Salmourão, Salto Grande, Sandovalina, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Branca, Santa Clara D"Oeste, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Ernestina, Santa Fé do Sul, Santa Lúcia, Santa Mercedes, Santa Rita D"Oeste, Santa Rosa de Viterbo, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santo Antônio do Aracanguá, Santo Antônio do Jardim, Santo Antônio do Pinhal, Santópolis do Aguapeí, São Bento do Sapucaí, São Carlos, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, São João do Pau D"Alho, São José do Barreiro, São José do Rio Pardo, São Luís do Paraitinga, São Manuel, São Miguel Arcanjo, São Pedro do Turvo, São Sebastião, São Sebastião da Grama, Sarapuí, Sarutaiá, Sebastianópolis do Sul, Sete Barras, Severínia, Silveiras, Sud Mennucci, Suzanápolis, Tabapuã, Tabatinga, Taciba, Taguaí, Taiaçu, Taiúva, Tanabi, Tapiratiba, Taquaritinga, Taquarituba, Taquarivaí, Tarumã, Tejupá, Teodoro Sampaio, Terra Roxa, Timburi, Torre de Pedra, Trabiju, Três Fronteiras, Tuiuti, Tupã, Tupi Paulista, Turiúba, Turmalina, Ubatuba, Ubirajara, Uchoa, União Paulista, Urânia, Uru, Urupês, Valentim Gentil, Valparaíso, Vargem, Vera Cruz, Viradouro, Vista Alegre do Alto, Vitória Brasil, Votuporanga, Zacarias.

Data do desligamento: 05/12/2018

Agrupamento: Blumenau/SC.

Municípios do estado de Santa Catarina: Blumenau, Gaspar, Indaial, Luiz Alves, Pomerode.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Agrupamento: Campina Grande/PB.

Municípios do estado da Paraíba: Campina Grande, Caturité, Lagoa Seca, Massaranduba, Montadas, Puxinanã, São Sebastião de Lagoa de Roça.

Agrupamento: Caruaru/PE.

Municípios do estado de Pernambuco: Bezerros, Caruaru, São Caitano.

Agrupamento: Dourados/MS.

Municípios do estado de Mato Grosso do Sul: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Itaporã, Vicentina.

Agrupamento: Feira de Santana/BA.

Municípios do estado da Bahia: Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Ipecaetá, Irará, Ouriçangas, Pedrão, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Teodoro Sampaio.

Agrupamento: Governador Valadares/MG.

Municípios do estado de Minas Gerais: Alpercata, Governador Valadares, Periquito.

Agrupamento: Imperatriz/MA.

Municípios do estado do Maranhão: Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque.

Agrupamento: Jaraguá do Sul/SC.

Municípios do estado de Santa Catarina: Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Schroeder.

Agrupamento: Joinville/SC.

Municípios do estado de Santa Catarina: Araquari, Balneário Barra do Sul, Joinville, São Francisco do Sul.

Agrupamento: Juiz de Fora/MG.

Municípios do estado de Minas Gerais: Juiz de Fora, Matias Barbosa.

Agrupamento: Marabá/PA.

Municípios do estado do Pará: Marabá.

Agrupamento: Mossoró/RN.

Municípios do estado do Rio Grande do Norte: Mossoró.

Agrupamento: Petrolina/PE.

Municípios do estado da Bahia: Juazeiro, Sobradinho.

Município do estado de Pernambuco: Petrolina.

Agrupamento: Parnaíba/PI.

Municípios do estado do Maranhão: Araioses.

Municípios do estado do Piauí: Ilha Grande, Parnaíba.

Agrupamento: Rondonópolis/MT.

Municípios do estado de Mato Grosso: Rondonópolis.

Agrupamento: Santa Maria/RS.

Municípios do estado do Rio Grande do Sul: Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Itaara, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins.

Agrupamento: Uberaba/MG.

Municípios do estado de Minas Gerais: Água Comprida, Uberaba.

Agrupamento: Uberlândia/MG.

Municípios do estado de Minas Gerais: Araguari, Indianópolis, Uberlândia.

Agrupamento: Vitória da Conquista/BA.

Municípios do estado da Bahia: Barra do Choça, Vitória da Conquista.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 647 - Processo nº 53500.002237/2016-26
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 327/2017/SEI/AD (SEI nº 2171372), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 648 - Processo nº 53500.027285/2008-17
Recorrente/Interessado: COMTRAC ELETRÔNICA LTDA. CNPJ/MF nº 59.824.763/0001-08

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 313/2017/SEI/AD (SEI nº 2146637), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 649 - Processo nº 53581.001140/2008-33
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 290/2017/SEI/AD (SEI nº 2101995), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) receber e indeferir a petição SEI nº 1190218.

Nº 650 - Processo nº 53524.000575/2014-93
Recorrente/Interessado: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CNPJ/MF nº 17.516.113/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 330/2017/SEI/AD (SEI nº 2174140), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 651 - Processo nº 53524.001020/2009-00
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0003-30

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 324/2017/SEI/AD (SEI nº 2170094), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) receber o requerimento protocolizado em 8 de fevereiro de 2017 como exercício do direito de petição e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão deste processo.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 652 - Processo nº 53500.026518/2009-45
Recorrente/Interessado: DIRECTNET PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF nº 04.091.513/0001-06

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 321/2017/SEI/AD (SEI nº 2165380), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Voluntário para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 653 - Processo nº 53504.024339/2007-71
Recorrente/Interessado: BCP S.A. CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 315/2017/SEI/AD (SEI nº 2153893), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento; e, b) descaracterizar a infração de óbice à fiscalização, afastando-se a sanção de multa aplicada com o consequente arquivamento dos autos do processo.

Nº 654 - Processo nº 53516.004410/2011-47
Recorrente/Interessado: UNIFY - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. CNPJ/MF nº 67.071.001/0001-06

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 335/2017/SEI/AD (SEI nº 2178815), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) não conhecer da petição SEI nº 2192688.

Nº 655 - Processo nº 53532.002729/2013-00
Recorrente/Interessado: DETELPE - DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO. CNPJ/MF nº 11.219.607/0001-83

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade dos presentes, nos termos do Voto nº 20/2017/SEI/AD (SEI nº 2179382), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, a multa aplicada.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 14.782, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53516.002274/2017-46. Outorga autorização para uso de radiofrequências à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR, CNPJ nº 76.484.013/0001-45, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

ATO Nº 14.859, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53516.005491/2017-98. Expede autorização à IMPACTO SECURITY SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI - ME, CNPJ nº 08.273.796/0001-68, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 13.324, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.078179/2017-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pacajá/PA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.885, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.076288/2017-75. Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida a Associação dos Taxistas de Guarulhos, CNPJ/MF nº 74.503.301/0001-74, por meio do Ato n° 1840, de 15/03/2011, para a Cooperativa de Transporte dos Radiotaxistas de Guarulhos, CNPJ/MF nº 17.946.176/0001-33, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução do serviço.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.913, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.077324/2017-18. Expede autorização à ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA, CNPJ nº 00.112.557/0001-14, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, em todo Território Nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.950, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.002143/2017-38. Declara extinta, por renúncia, a partir de 13/11/2017, a autorização outorgada à SOLUÇÃO INFORMÁTICA E INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.708.607/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.070 Processo nº 53500.081945/2017-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A, CNPJ 45.039.237/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pedreira/SP.

Nº 14.073 Processo nº 53500.081951/2017-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE CATANDUVA, CNPJ 45.122.603/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Catanduva/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.094 Processo nº 53500.082124/2017-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GOYA LTDA, CNPJ 01.279.835/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Caldas Novas/GO.

Nº 14.095 Processo nº 53500.082127/2017-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 27.906.734/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cachoeiras de Macacu/RJ.

Nº 14.100 Processo nº 53500.082178/2017-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José dos Campos/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.413, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.083298/2017-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE COMUNICACOES DA PARAIBA LTDA, CNPJ 01.764.849/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Soledade/PB.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.425, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.083390/2017-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO MINEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 23.245.525/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Passa Quatro/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.451 Processo nº 53500.083504/2017-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE DE UBIRATA LTDA, CNPJ 78.565.587/0001-73, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ubiratã/PR.

Nº 14.453 Processo nº 53500.083513/2017-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOROCABA LTDA, CNPJ 53.653.945/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sorocaba/SP.

Nº 14.462 Processo nº 53500.083571/2017-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SPS RADIO E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ 89.811.939/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Torres/RS.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.498, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.083768/2017-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO PIONEIRA LTDA, CNPJ 09.590.480/0001-62, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Regeneração/PI.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.506 Processo nº 53500.083857/2017-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUI, CNPJ 47.579.487/0001-72, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pirajuí/SP.

Nº 14.542 Processo nº 53500.077841/2017-97. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à PREDLINK REDE DE TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 05.980.171/0001-48, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 14.565 Processo nº 53500.082101/2017-72. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ADASTEL - ADAMANTINA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LIMITADA, CNPJ/MF nº 09.121.805/0001-68, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.589, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.084246/2017-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ 15.700.436/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Paragominas/PA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.689 Processo nº 53500.081066/2017-74. Expede autorização à V. P. DOS SANTOS MELO - EPP, CNPJ/MF nº 17.115.199/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.690 Processo nº 53500.083296/2017-78. Expede autorização à H.K.S.C ALMEIDA SERVICOS TELECOM - ME, CNPJ/MF nº 27.545.939/0001-98, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.709 Processo nº 53500.081533/2017-66. Expede autorização à RESOLUTTE SERVICOS EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 09.379.762/0001-15, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 14.711 Processo nº 53500.077612/2017-72. Expede autorização à E T DE LIMA SERVICOS DE TELECOMUNICACAO, CNPJ/MF nº 26.442.881/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.714 Processo nº 53500.081199/2017-41. Expede autorização à INSTANT SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 07.113.781/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
01250.001803/2017	Márcio Freitas Áudio, Vídeo E Editora Ltda	FM	Bandeira do Sul, Conceição do Pará e Ipaba	MG	Advertência	Art. 38, "c" da Lei 12.872/2013.	Portaria DECEF n° 7100, de 18/12/2017	Portaria MC n° 112/2013

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.055224/2013	Rádio Paraíso Fm Ltda	FM	Natal	RN	Multa	2.741,59	Art. 62 da Lei nº 4.117/1962 e parágrafo único do art. 4º da Portaria MC nº 112/2013.	Portaria DECEF n° 7216, de 18/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.060743/2012	Associação Comunitária Novo Rio	RADCOM	Rio das Ostras	RJ	Multa e Advertência	913,86	Art. 40, V, VI, VII, XII e XXIX, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7281, de 18/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.066760/2013	Associação Comunitária Amigos De Palmelo - ACAP	RADCOM	Palmelo	GO	Multa	3.426,98	Art. 40, V, VI e XXIX, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7369, de 18/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.033130/2013	Rádio Antena 5 Fm Ltda	FM	Carnaubal	CE	Multa	4.478,13	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002.	Portaria DECEF n° 7292, de 18/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53000.004278/2014	Fundação Ulysses Guimarães	FM	Apoti	RN	Multa	7.724,42	Art. 62 e art. 38, "b" da Lei nº 12.872/2013.	Portaria DECEF n° 7328, de 18/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.804/SEI, DE 7 DE ABRIL DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.018276/2017-11, resolve:

Art. 1º Consignar à SOCIEDADE AZUL DE TELEVISÃO E RÁDIO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Balsa Nova/PR, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 6.786/SEI, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.011228/2017-01, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE FAMÍLIA DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de JUNDIAÍ/SP, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

PORTARIA Nº 7.256//SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.075204/2017-71, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV INDEPENDÊNCIA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Curitiba, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Lapa, estado do Paraná, por meio do canal 34 (trinta e quatro), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 7.284/SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.075357/2017-19, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário na localidade de PALMEIRA/PR, o canal 38 (trinta e oito), correspondente à faixa de frequência de 614 a 620 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 2.032/SEI, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.032938/2017-66, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO UNIÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de RIO BRANCO, estado do ACRE, utilizando o canal digital nº 38 (trinta e oito), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 28128/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 2.083/SEI, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.070191/2017-44, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da entidade TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de NOVA ERA-MG, utilizando o canal digital 49 (quarenta e nove), em substituição ao canal analógico 54+ (cinquenta e quatro decalado para mais), nos termos da Nota Técnica nº 28974/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 2.038/SEI, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.042177/2017-51, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO EMISSORA PORTOFELICENSE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Porto Feliz - SP, utilizando o canal n.º 228 (duzentos e vinte e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 28220/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.067/SEI, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.077021/2017-91, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Paraisópolis-MG, utilizando o canal n.º 251 (duzentos e cinquenta e um), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 28742/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.100/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 53000.040437/2013-75, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 29187/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela ECO FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ibiapina, estado do Ceará, mediante utilização do canal n.º 233 (duzentos e trinta e três), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.101/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 53000.010570/2014-88, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 29198/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RADIO RMS LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Coronel Macedo, estado de São Paulo, mediante utilização do canal n.º 215 (duzentos e quinze), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica o cronograma para inscrições de empresas interessadas em formar parcerias previstas na NORMA GERAL DO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - GESAC, anexa à Portaria nº 7.154, de 2017 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE TELECOMUNICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 3º da Portaria nº 7.154, de 6 dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o anexo cronograma para inscrições de empresas interessadas em formar parcerias previstas na NORMA GERAL DO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - GESAC, anexa à Portaria nº 7.154, de 2017.

Art. 2º A lista de localidades, prevista no art. 12, do Anexo à Portaria nº 7.154, de 2017, será publicada no sítio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SETEL/internet_para_todos/internet_para_todos.html) até 05 de janeiro de 2018.

Art. 3º No momento da inscrição, as empresas interessadas deverão:

I - demonstrar capacidade de atender às localidades pretendidas, a serem extraídas da lista mencionada no art. 2º;

II - apresentar proposta de atendimento às localidades beneficiárias, indicando velocidades, cronograma de atendimento, estimativa de preços, tecnologia e serviço a ser ofertado;

III - comprovar que atendem aos requisitos previstos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

Art. 4º As empresas credenciadas serão convocadas por esta pasta ministerial para assinatura de termo de credenciamento ao Programa GESAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Cronograma para inscrições de empresas interessadas em formar parcerias previstas na NORMA GERAL DO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - GESAC, anexa à Portaria nº 7.154, de 06 de dezembro de 2017.

Apresentação de inscrições	Início	Fim
	08/01/2018	-

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 146, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

17-0638 JULIO CESAR
Processo: 01416.026521/2017-24
Proponente: AYO FILME LTDA. -ME
Cidade/UF: Itapetininga/SP
CNPJ: 06.205.159/0001-29
Valor total aprovado: R$ 1.053.374,10
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13902-5
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.705,39
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13901-7
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13903-3
17-0666 BRASIL - CORRUPÇÃO NUNCA MAIS
Processo: 01416.026858/2017-31
Proponente: CARLOS AMORIM DE ALMEIDA JUNIOR - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.251.063/0001-22
Valor total aprovado: R$ 4.297.181,04
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.082.000,00
Banco: 001- agência: 3026-0 conta corrente: 18347-4
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.150.321,98
Banco: 001- agência: 3026-0 conta corrente: 18349-0
17-0757 SÉRGIO PORTO - UM RIO DE CAUSOS E CRÔNICAS
Processo: 01416.028403/2017-51
Proponente: LINK PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 32.174.955/0001-51
Valor total aprovado: R$ 1.448.539,20
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45622-5
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 154.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45623-3
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 308.040,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45625-X
17-0759 MEU NOME É GAL
Processo: 01416.028498/2017-11
Proponente: PARIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.580.503/0001-62
Valor total aprovado: R$ 10.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2797-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2796-0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17-0760 VOLUME VIVO, O FILME
Processo: 01416.027403/2017-33
Proponente: KARMATIQUE IMAGENS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 07.311.501/0001-38
Valor total aprovado: R$ 1.200.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.140.000,00
Banco: 001- agência: 1550-4 conta corrente: 19815-3
17-0764 PEQUENOS GRANDES TALENTOS
Processo: 01416.028540/2017-95
Proponente: TVI TELEVISÃO E CINEMA LTDA - EPP
Cidade/UF: SÃO PAULO /SP
CNPJ: 81.321.978/0001-57
Valor total aprovado: R$ 1.517.030,42
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.441.178,89
Banco: 001- agência: 1526-1 conta corrente: 26501-2
17-0765 MEGAPRODUÇÕES
Processo: 01416.028181/2017-76
Proponente: GTEC DIGITAL LTDA
Cidade/UF: COTIA/SP
CNPJ: 03.699.216/0001-85
Valor total aprovado: R$ 653.381,81
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 420.381,81
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 41508-1
Valor aprovado no ART. 39 - MP 2.228-1/01: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 41507-3
17-0768 SEM RECEITA
Processo: 01416.026912/2017-49
Proponente: B12 FILMES PRODUÇOES AUDIOVISUAIS LTDA - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.237.757/0001-08
Valor total aprovado: R$ 503.983,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 0813-3 conta corrente: 41467-0
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 95.000,00
Banco: 001- agência: 0813-3 conta corrente: 41468-9
17-0770 ATLÂNTICA
Processo: 01416.028828/2017-60
Proponente: ÍRIS CINEMATOGRÁFICA LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 73.315.293/0001-70
Valor total aprovado: R$ 2.697.131,53
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.854.601,29
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45624-1
Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.
17-0769 REFETTORIO GASTROMOTIVA
Processo: 01416.028574/2017-80
Proponente: MARIA FARINHA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.396.390/0001-40
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 570.000,00
Banco: 001- agência: 6806-3 conta corrente: 9407-2
Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 155152 - Gonzagão, A Lenda - Circulação Nacional - 2ª Etapa, publicado na portaria nº 669/15 de 20/11/2015, no D.O.U. de 23/11/2015.
Onde se lê: SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA LTDA - EPP
Leia-se: SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA EIRELI EPP
PRONAC: 158568 - O Auto do Reino do Sol, publicado na portaria nº 296/16 de 20/05/2016, no D.O.U. de 23/05/2016.
Onde se lê: SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA LTDA - EPP
Leia-se: SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA EIRELI EPP
Art. 2.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 159704 - A França no Brasil, publicado na portaria nº 743/15 de 23/12/2015, no D.O.U. de 24/12/2015, para França e Brasil: união de culturas.
Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 776, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:
Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.
Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.
Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo II.
Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passa a ser aprovado com ressalvas, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo III.
Art. 5º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme anexo IV.
Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
03-3533	Coleção 5S	Fundação Educar Dpaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente	59.013.433/0001-24	Edição e distribuição gratuita de 8 títulos infanto-juvenis em Escolas, instituições e bibliotecas que poderão utilizar os livros para desenvolver projetos culturais.	265.780,00	194.587,10
05-0063	Flautista da Pro Arte 2005: Moacir Santos e Pixinguinha	Os Seminários de Música Pro Arte	42.286.633/0001-58	Realização de aulas e ensaios para crianças de 8 a 16 anos que trabalham flauta doce, flauta transversa, clarinete e sax, com arranjos adequados à sua faixa etária.	697.620,00	327.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
02-1982	Estatuto de Gafieira	Lúdico Produções Artísticas Ltda	00.756.404/0001-00	Montagem de espetáculo teatral "Estatuto da Gafieira", que visa resgatar personagens anônimos dos bailes das gafieiras cariocas, que durante cem anos mantiveram acesa a chama da dança de salão e os costumes do povo carioca, através de um espetácular grande baile evocando a virada do Séc. XIX, para Séc. XX.	417.760,00	338.360,00
03-1236	Carlos Motta - A Arte do Mobiliário Brasileiro	DBA Dórea Books and Artes Gráficas Ltda	38.815.841/0001-20	Edição de um livro comentando sobre os 25 anos de Carreira de Carlos Motta um dos mais importantes e talentosos designers de mobiliário brasileiro.	196.459,90	115.000,00
03-1970	Pedro e Vanda	A Vida é Sonho Produções Artísticas Ltda	65.697.880/0001-42	Montagem da peça teatral "Pedro e Vanda", autoria de Jay Di Pietro, com tradução e adaptação de Eduardo Lippincott, que encena uma relação de altos e baixos vivenciada por um casal de universitários, com o detalhe de que o espectador acompanha a evolução do romance do casal através de flashes fora da ordem cronológica, de forma que o mesmo venha a montar os acontecimentos ficcionais da peça de acordo com a vivência de sua realização pessoal.	288.080,00	288.080,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03-6281	Espaço Cultural Constituição- Plano Anual de Atividades	J.C.B. Consultoria e Assessoria Ltda	36.104.362/0001-70	Realização de forma integrada no Espaço Cultural Constituição, situado na Rua da Constituição, N 34, no Centro do Rio de Janeiro, uma série de 180 eventos (Festival de Teatro, apresentações musicais, Recitais, Exposições de Arte.	339.980,00	339.780,00
05-2031	Instrumental Brasil	João Batista Bartolomei da Silveira	060.340.518-51	Realização de quinze apresentações de grupos de música instrumental brasileira pelo interior de São Paulo, sendo cinco apresentações do grupo Trio Quintessencia, cinco de Ricardo Matsuda (violão) e Mané Silveira (sax e flauta), cinco de Toninho Carrasqueira (Flauta) e Paulo Belinatti (violão).	52.250,00	52.250,00
05-2715	Bodas de prata dourada - Orquestra Tabajara	Onofre Gomes Valeriano	065.967.977-91	Produção e gravação de um CD comemorativo, com uma coletânea reunindo 15 dos maiores sucessos da Orquestra Tabajara em todos os tempos, com arranjos especialmente criados para as mesmas, pelo maestro Severino Araújo, entre 1937 e 1990.	237.264,06	119.000,00
05-3955	Implantação do Museu Regional do Norte de Minas Gerais	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas	01.440.615/0001-00	Instalação do Museu Regional do Norte de Minas, região que carece de uma atenção especial nas áreas de preservação, conservação e difusão do patrimônio cultural de natureza material e imaterial; restaurar um dos poucos casarões remanescentes do inicio da cidade, situado à rua Coronel Celestino; reunir os acervos dos diversos setores da Unimontes; promover ações de preservação; desenvolver programa de educação patrimonial; difundir este patrimônio; entre outros.	1.077.569,66	1.077.569,66
05-5039	Festas Interioranas (IV)	Luiz Alberto Barreto Sodré	110.158.615-04	Realização de festividades folclórica juninas nos municípios de Mundo Novo 14/05/2006, Mugugê 17/05/2006, Ilha de Boipeba (Cairú): 04/06/2006. Serão shows em praças públicas, gratuitos, com acesso ao grande público e com musicalidade original denominado forró pé-de-serra.	260.000,00	260.000,00
05-5769	Instalação e Difusão do Acervo do Museu da Música de Mariana	Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana	20.468.609/0001-05	Contribuição para a preservação do patrimônio musical brasileiro e para o acesso às fontes e bens culturais a ele relacionados. Instalação definitiva do acervo do Museu da Música, na cidade de Mariana estado de Minas Gerais.	349.542,55	349.542,55
05-5861	Marcos Ariel retrospectiva 25 anos 1980/2005	Marcos Barcellos	442.740.257-72	Produção de mil unidades do CD Marcos Ariel retrospectiva 25 anos 1980/2005, comemorativo aos 25 anos de carreira do artista, com dois shows de lançamento no Rio de Janeiro (Mistura Fina) e São Paulo (Bourbon Street).	21.800,00	21.484,64
05-6489	Concertos da cidade de Piracicaba 2006	Orquestra Sinfônica de Piracicaba	96.511.266/0001-78	Realização de 05 concerto na cidade de Piracicaba, no Teatro Municipal de Piracicaba, no período de agosto a dezembro de 2006, ás 21hrs, dando continuidade aos espetáculos destinados à divulgação da música erudita, ao resgate da obra de autores nacionais e à valorização da cultura popular.	336.000,00	68.000,00
06-8759	Dá Uma Entradinha Só Para Você Sacar Como Esse Homem Me Ama	Joaquim Vicente da Silva Fares	799.903.987-04	Montagem da peça de teatro Dá Uma Entradinha Só Para Você Sacar Como Esse Homem Me Ama de Luiz Carlos Goés e direção de Joaquim Vicentes.	193.000,00	126.000,00
07-0608	Amazônia	Arte Ensaio Editora Ltda	05.083.179/0001-01	Reimpressão do livro de arte AMAZÔNIA, publicado em 2005, que trata dos problemas vividos por uma das mais belas regiões do planeta, suas gentes e seus conflitos.	144.320,00	144.320,00
07-9543	Oktoberfest 2008 - Bandinhas e Orquestras Típicas	Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha	94.725.306/0001-59	Realização do projeto intitulado "Oktoberfest 2008 - Bandinhas e Orquestras Típicas", em Igrejinha/RS, focando as tradições, costumes e hábitos dos descendentes germânicos.	320.240,00	305.000,00
07-9826	Exposição Cultura Globalizada no Século XXI	Instituto de Estudos Empresariais	90.090.432/0001-23	Realização da Exposição Cultural Globalizada no Século XXI como tema de fundo o fenômeno chamado de globalização, na Pontifícia Universidade Católica - PUCRS durante o mês de abril de 2008; Editar um catálogo com reproduções das imagens que vão compor a mostra e textos selecionados pela curadoria.	568.558,10	388.000,00
08-5280	Clubinho Kyly Cultura	Instituto Movimento Pró-Projetos de Santa Catarina	02.630.520/0001-03	Realização da produção de um livro álbum retratando a origem da cultura, composto de um caderno de palavras cruzadas, para distribuição nas escolas públicas.	177.950,81	80.000,00
09-0200	FUN MUSIC - Festival Universitário de Música - Átomos, o início	Giuliano Samarco Santos - ME	10.396.119/0001-89	Realização de Festival de Música Universitária que ocorrerá em 12 cidades do interior do Estado de São Paulo.	1.800.479,00	1.000.000,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
10-6296	Minha Escola Lê	Editora Ecoarte Ltda - Me	03.205.403/0001-65	Edição de livros para desenvolvimento de projeto de leitura e escrita em escolas públicas.	90.180,00	90.050,00

ANEXO IV

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
04-0011	Concertos Extraordinários	Associação Sociedade de Cultura Artística	60.756.178/0001-99	Apresentação de 07 concertos tidos como extraordinários por não integrarem a temporada regular da Sociedade de Cultura Artística no ano de 2004.	1.044.238,34	938.000,00	321.170,00
04-2108	São Paulo 1860-1960, A Paisagem Humana	Albatroz Editora e Produtora Ltda	05.122.363/0001-13	Desenvolvimento de um livro-documento que destacará as 200 fotos mais significativas de um período que se inicia em 1860 e dura um século.	460.575,60	447.000,00	862,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06-4932	Farsa - Estréia Nacional e Turnês RS	Caravana Produções Culturais Ltda - Me	06.696.051/0001-86	Montagem do espetáculo teatral Farsa, baseado em cinco textos, de cinco diferentes autores, simultaneamente.	913.999,55	878.200,00	35.347,03
08-10378	PE Festival 2009	ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda.	08.649.116/0001-68	Realização de festival multicultural, na cidade de Recife/PE, composto de espetáculos de teatro, dança, cinema, exposições fotográficas e música, produzidos por artistas da região Nordeste.	1.785.360,00	1.764.050,00	1.764.050,00
09-6677	FILO - Festival Internacional de Londrina 2010	Associação dos Amigos da Educação e Cultura Norte do Paraná	04.051.956/0001-73	Realização da 42ª Edição do Festival Internacional de Londrina, o mais antigo festival de teatro da América Latina, no período de 10 a 27 de junho de 2010, reunindo cerca de 50 companhias que serão selecionadas pela curadoria do evento, para um público de aproximadamente 100 mil espectadores.	1.015.615,00	800.000,00	163.094,50

PORTARIA N° 777, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS COM RESSALVA no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo II.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme anexo III.

Art. 5º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNJP	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
06-9657	Música nos Hospitais	ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA	60.993.482/0001-50	Realização de concertos gratuitos pela Orquestra do Limiar, regida pelo maestro Samir Rahme, formada por 12 jovens instrumentistas, em hospitais públicos e privados de São Paulo.	R$ 120.307,00	R$ 106.274,30
06-8505	Casamento de Dona Baratinha (O)	Sergio Miguel de Lima Braga	438.813.780-49	Realizar temporada do espetáculo "O casamento de Dona Baratinha", da atriz e produtora Sônia de Paula, com supervisão geral de Bibi Ferreira, músicas de Thereza Tinoco e arranjos de Ed Lincoln, no Teatro Clara Nunes na cidade do Rio de Janeiro.	R$ 55.247,70	R$ 40.036,00
06-10838	Vânia Bastos - Tocar na banda (DVD e CD)	Vânia Maria Bastos	032.046.558-65	Registrar em CD e DVD o show realizado pela cantora Vânia Bastos.	R$ 23.245,00	R$ 23.245,00
06-8426	Quartet	Self Produções Artísticas S/C Ltda.	65.083.719/0001-89	Realização do espetáculo "Quartet" de Heiner Muller, com estreia prevista para a cidade do Rio de Janeiro, no teatro do Centro Cultural Telemar, o espetáculo seguirá para a cidade de São Paulo.	R$ 492.270,00	R$ 492.270,00
06-9408	Encontro de Literatura 2007	CÂMARA MINEIRA DO LIVRO	17.391.590/0001-23	Realização de mais uma edição do Encontro de Literatura, na cidade de Belo Horizonte, na Serraria Souza Pinto. Haverá encontro marcado, mesas-redondas e palestras, salão de ideias, salãozinho, exposição entre outras atividades.	R$ 494.028,77	R$ 287.000,00
06-5757	Lingerie - Um ícone do estilo no Brasil	L/RV Recursos Visuais Ltda.	65.032.450/0001-01	O projeto tem por objetivo editar um livro apartir de pesquisa histórica, oral e iconográfica, o tema será relacionado com a evolução do comportamento, dos costumes, da cultura e da moda no país ao longo do último século, além de fatores também decisivos para essa história como as formas de comercialização, as novas tecnologias e as transformações do mercado.	R$ 241.858,42	R$ 48.500,00
06-1639	Francisco Mignone: Documentação e Registro Sonoro da Obra de Seu Heterônimo Chico Bororó	Os Seminários de Música Pro Arte	42.286.633/0001-58	Gravação do CD realizada pelo Trio D"Ambrosio, da obra completa de Francisco Mignone: documentação e registro sonoro, heterônimo Chico Bororó. Promover, ao término dos trabalhos o lançamento destes registros em Concerto do Trio D"Ambrosio na Sala Cecília Meireles, em 2006.	R$ 157.168,98	R$ 157.168,98
06-9844	Biblioteca Lya Maria Muller Botelho	Fundação Ormeo Junqueira Botelho	21.187.992/0001-88	Implantação de uma biblioteca infanto-juvenil na cidade de Leopoldina/MG, dotada de equipamentos de informática, briquedoteca, sala multimeios, acervo histórico, auditório e de uma área reservada para um centro de referência do professor, a ser desenvolvido em parceria com a Secretaria Regional de Ensino, com atendimento para os educadores da Zona da Mata de Minas Gerais.	R$ 216.449,09	R$ 216.449,09
03-1334	Concertos Carmo de Música Erudita - 2ª Edição	Milene Christina Bertinato	120.338.838-17	Promover a 2ª edição do projeto que consiste na realização de concertos todas as quartas-feiras, totalizando 26 apresentações de órgão de Tubo na Basílica do Carmo em Campinas/SP.	R$ 99.940,00	R$ 90.945,40
06-10399	BR - 22 Dois Por Dois - NE/SE	Grupo de Teatro Dois Por Dois Produções	06.311.018/0001-90	Realizar a circulação do espetáculo teatral cearense Dois Por Dois, por 08 municípios da região sudeste, proporcionando um intercâmbio entre as duas regiões.	R$ 497.309,00	R$ 100.000,00
06-2114	Bossa B (A)	Lu Araújo Produções Artísticas Ltda.	07.688.405/0001-03	Série de espetáculos, no Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília, dedicados ao universo da chamada "música brega", reunindo, entre outros, expoentes do gênero como Mário Greyk, Odair José e Sidney Magal.	R$ 532.735,64	R$ 267.800,00
06-3908	Festival Tápias 2007	CDPD-RJ Centro de documentação e pesquisa em dança do rio de janeiro LTDA.	05.320.592/0001-42	Em sua 18ª edição é um evento em um único espetáculo unindo circulação, qualidade e diversidade, Que abre espaço para artistas independentes e profissionais, agregando bailarinos, coreógrafos, atores, diretores, videomakers e criadores de diversas tendências artísticas. Tem como objetivo incentivar a produção nacional de vídeos de dança.	R$ 279.118,97	R$ 225.000,00
06-11776	Laboratório de Luthieria de Campinas	Fabio Vanini	280.229.598-55	Formação de jovens na arte da luthieria - arte de construir instrumentos musicais - como meio de inserção no ambiente artístico-cultural da região de Campinas/SP, contribuindo para a difusão da luthieria.	R$ 89.544,20	R$ 62.000,00
067393	CD Jerry & Croa	Marcelo Ribeiro	595.530.491-68	Tem como objetivo de gravar, registrar o segundo trabalho do grupo com o CD, resgatar, divulgar e preservar tradições musicais regionais. Levar a música produzida no Mato Grosso do Sul para outros centros.	R$ 72.250,00	R$ 63.300,00
064684	História dos Seguros no Brasil (A)	COP Editora Ltda.	34.266.858/0001-14	Edição de livro com a história e evolução do setor de seguros do Brasil e suas recentes mudanças.	R$ 249.689,00	R$ 249.689,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
06-5042	Pinacoteca na Praça	Arquiprom Ltda.	43.306.224/0001-39	Tem como objetivo a exposição que levará ao interior de São Paulo mostra sobre a arte brasileira baseada no acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, com a curadoria de Marcelo Araújo, conservador e diretor geral da Pinacoteca.	R$ 469.600,00	R$ 250.000,00
04-5254	Arte em Cena	Patricia Machado Coelho Lima	391.042.736-72	O projeto visa a realização de um festival composto de 2 espetáculos que envolvem Ballet Clássico, Jazz, Dança Moderna e Contemporânea, Dança de Rua e Teatro, que promove uma completa integração artística nas artes cênicas da cidade de viçosa, devido à convênio com Prefeitura Municipal de Viçosa, tem-se a participação de alunos do Centro Experimental de Artes e dos alunos do curso de dança da Universidade Federal de Viçosa.	R$ 99.817,00	R$ 99.817,00
069028	Emcantar 2007	Associação Emcantar de Arte, Educação, Cultura e Meio Ambiente	05.791.083/0001-06	Realização das atividades do ENCANTAR 2007, entre elas oficinas, música e artes cênicas.	R$ 639.355,80	R$ 238.500,00
046734	I Encontro de Artes Cênicas do Cerrado	Rubem Silveira dos Reis	476.795.659-53	O Encontro de artes cênicas do cerrado (I) tem por objetivo a realização de uma semana de atividades voltadas para o tema proposto com apresentações teatrais, mesas-redondas, debates, palestras, estudos de casos, fomentando, valorizando e difundindo o teatro, promovendo o desenvolvimento do mercado cultural e a geração de empregos e renda, e também promovendo as artes cênicas e suas diversas formas de aplicações.	R$ 430.842,50	R$ 301.132,87
067874	Ex Votos Memória e Devoção	Associação dos Amigos do MON	05.695.855/0001-06	Realizar a exposição "Ex-votos: Memória e Devoção", nas salas 8 e 9 do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba (PR). A mostra será composta por uma coleção de ex-votos cênicos, pela primeira vez reunida e exibida fora de Pernambuco, ao longo de pinturas sacras de artistas locais dos séculos17 e 18. Também serão produzidos painéis fotográficos com ampliação e a produção de dois painéis gigantes do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco. A proposta inclui confecção de catálogo.	R$ 418.650,00	R$418.650,00
068874	Música, Combustível para Todos os Gostos	Na Caixa Promoções Ltda	07.324.093/0001-59	Realização de uma pesquisa em várias regiões brasileiras para identificar sons e ritmos com suas origens e transformá-las em 12 shows com bandas. O projeto visa também a apresentação de uma pequena exposição de instrumentos musicais antigos paralelamente a cada espetáculo.	R$ 1.019.370,00	R$ 714.100,00
068737	Informatização, Difusão e Democratização do Acervo Museológico e Documental do MAC de Niterói	Fundação de Arte de Niterói - FAN	28.550.176/0001-36	Projeto de modernização do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, para equipar tecnologicamente as ações do Museu, com o objetivo de qualificar as pesquisas e produtos oferecidos ao público.	R$ 67.261,00	R$ 67.261,00
046859	A Fotografia Brasileira no Século IXI	Fundação Miguel de Cervantes de Apoio á Pesquisa e á Leitura da Biblioteca Nacional	05.214.413/0001-92	Exposição "A Fotografia Brasileira no Século XIX", sob a curadoria e organização da Biblioteca Nacional, prevista para integrar o calendário de eventos que marcará o Ano do Brasil na França, propõe a exibição de parte da coleção de fotografia brasileira da Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salle, totalizando cerca de 100 fotos originais que serão expostas em espaço nobre do Museu D"orsay, em Paris, em maio de 2005. O projeto contempla a edição de catálogo com textos de especialistas.	R$ 292.878,80	R$ 250.000,00
087633	Tesouros do Louvre - Retratos Esculpidos de Houdon	EMC - Empresa de Marketing Cultural Ltda.	40.306.946/0001-03	Montar a exposição "Tesouros do Louvre - Retratos Esculpidos de Houdon", com 20 obras do artista francês, pertencentes ao acervo do Museu do Louvre de Paris e editar catálogo sobre o evento, as obras e a vida do artista. O evento ocorrerá no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro e será gratuito.	R$ 709.953,20	R$709.953,20
0611412	Manutenção do Grupo Sarça de Horeb	Sarça de Horeb Produções Artísticas Ltda	68.826.429/0001-76	Levantamento de recursos junto à iniciativa privada para a manutenção anual do grupo teatral Grupo Sarça de Horeb.	R$ 101.381,50	R$ 25.000,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
020531	Espaço Cultural e Sede Cia. Seráquê? - Manutenção Projeto: Espaço Cultural e Sede Cia. Seráquê? - Manutenção	Seraque? Cultural	04.681.115/0001-40	O projeto pretende estabelecer uma infra-estrutura adequada no estudio "Seráque"? onde se possa concentrar os ensaios de repertório, bem como o de novas criações; os projetos pedagógicos e sociais; adequar o espaço para formação de cenotécnicos, bailarinos, músicos e atores, onde se possam mostrar à comunidade interessados os processos de criação dos profissionais, dos alunos e os resultados artísticos na cidade de Belo Horizonte/MG; entre março de 2002 e fevereiro de 2003. Equipar e adaptar a sede da Cia Seráquê?	R$ 315.696,00	R$ 307.574,92	R$ 20.874,66

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0610725	A Noviça Rebelde	Axion Produtores Associados Ltda	01.070.677/0001-69	Realizar montagem e apresentações do espetáculo A Noviça Rebelde, texto de Howard Lindsay e Russel Crouse e direção de Charles Möeler, em temporada de quatro meses no Teatro Carlos Gomes no Rio de Janeiro.	R$ 2.003.829,72	R$2.003.829,72	R$ 144.620,56
070981	Palácio das Artes - Temporada de Ópera 2007	Instituto Cultural Sérgio Magnani	06.922.630/0001-08	Produzir duas óperas Falstaff, de Giuuseppe Verdi e Pelléas et Melisande , de Debussy, com a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. Ambas terão quatro récitas e apresentações no Grande Teatro do Palácio das Artes, na cidade de Belo Horizonte.	R$ 2.238.644,00	R$1.559.986,00	RS 200.103,92
087361	O Bem do Mar	Lúdico Produções Artísticas Ltda	00.756.404/0001-00	Apresentação de um musical de ficção, que reconstrói no palco o universo dos povos que vivem da pesca no litoral do Norte e Nordeste do Brasil, em teatro no Rio de Janeiro com ingressos a R$ e R$ 25,00 cada.	R$ 928.200,00	R$ 928.200,00	R$ 10.506,50
061201	Caravana da Cultura Hip Hop	Antonio dos Reis Moreira Neves	920.481.966-91	Este projeto tem como objetivo, levar às cidades Ribeirinhas do alto-médio São Francisco uma mostra do Hip-Hop , que tão bem vem sendo desenvolvida pelo grupo Rua Breakers no município de Pirapora-MG. Tendo uma tiragem de 5.000 folderes.	R$ 67.050,00	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00

PORTARIA Nº 778, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
147491 - Orquestra Sinfônica Aprendiz
Instituto Memória Musical Brasileira
CNPJ/CPF: 07.996.136/0001-42
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Reduzido: R$ 8.960,00
Valor total atual: R$ 510.380,00

PORTARIA Nº 779, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
179403 - 16ª Mostra Brasileira de Teatro Transcendental
ASSOCIAÇÃO ESTAÇAO DA LUZ
CNPJ/CPF: 06.139.069/0001-87
Processo: 01400034742201745
Cidade: Eusébio - CE;
Valor Aprovado: R$ 404.014,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da 16ª Mostra Brasileira de Teatro Transcendental, proporcionando a produção e exibição teatral gratuita, de qualidade, voltada à temática transcendental, visando à construção de um mundo melhor através da espiritualidade, sem distinção de raça, idade, credo ou classe social.

179072 - A CERIMÔNIA DO ADEUS
FRAGA & FERRARA PRODUCOES LIMITADA - ME
CNPJ/CPF: 08.237.082/0001-02
Processo: 01400034315201767
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.808.248,60
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Pretende-se apresentar espetáculo de Artes Cênicas "A Cerimônia do Adeus", de Mauri Rasi, a qual conta a história de Juliano (o Protagonista Juliano é Mauro Rasi). Os dois são poetas substantivos e sabem que a vida sem poesia , aquela poesia que queima e transforma, não teria nenhum sentido. A peça funciona como um rito de passagem da adolescência para fase adulta.

179361 - ACERTO DE CONTAS Pesquisa teatral, nova montagem e circulação.
ASSOCIACAO CULTURAL CASA DO BECO
CNPJ/CPF: 04.589.342/0001-40
Processo: 01400034691201751
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 686.637,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta tem por finalidade o custeio da pesquisa teórica, dramatúrgica, a elaboração de um texto inédito. A montagem do espetáculo proposta neste projeto é inspirada livremente em uma história verídica, acontecida com um lavrador da cidade de Rubim, em 1930: ele foi preso inocentemente, torturado e obrigado a assumir um crime que não cometeu. Julgado e condenado, ele volta, 18 anos depois, para ouvir da boca do seu algoz a ciência de sua inocência. A proposta tem por finalidade o custeio da pesquisa teórica e de campo, criação dramatúrgica, a montagem e a circulação da peça teatral com 20 apresentações em 04 municípios de Minas Gerais: Rubim (Vale do Jequitinhonha), Três Corações (Sul e Sudoeste), Ribeirão das Neves (Metropolitana) e Belo Horizonte (em teatros e em comunidades de favela). A peça terá dois atores em cena e, nela, fará-se uso de projeções de vídeos que comporão a estrutura da dramaturgia sem, contudo constituírem o foco principal deste projeto.

179064 - Artes Cênicas e Música Instrumental em Caçador 2018
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CACADOR
CNPJ/CPF: 83.059.733/0001-29
Processo: 01400034306201776
Cidade: Caçador - SC;
Valor Aprovado: R$ 302.913,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover na cidade de Caçador, gratuitamente, apresentações de artes cênicas, aulas espetáculo de teatro popular e concertos de música instrumental e erudita

179368 - Artes Cênicas e Música Instrumental em Itapema 2018
SANSON GESTAO CULTURAL E ESPORTIVA LTDA ME
CNPJ/CPF: 26.590.754/0001-32
Processo: 01400034698201773
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 491.395,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover na cidade de Itapema, gratuitamente, apresentações de artes cênicas, aulas espetáculo de teatro popular, concertos de música instrumental e erudita e espetáculos de artes cênicas com cenários de projeção mapeada.

179366 - Ausências
FABIOLA SCHIEBELBEIN CAPRI - ME
CNPJ/CPF: 12.658.305/0001-74
Processo: 01400034696201784
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R$ 121.440,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende levar apresentações do espetáculo de dança "Ausências" aos municípios paranaenses de Ponta Grossa, Castro, Lapa, São Mateus do Sul e Telêmaco Borba, retratando e discutindo através da arte o compromisso da sociedade com a inclusão social

179384 - Bloco Cortejo Afro em Milagres do Povo
Com Arte Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 18.500.076/0001-41
Processo: 01400034718201714
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.557.182,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover o desfile do Bloco Cortejo Afro, com o tema "Milagres do Povo", no carnaval de 2018, nos circuitos Barra/Ondina e Circuito Barra Ondina / Dodô e Circuito Campo Grande (Avenida / Osmar) em Salvador.

179092 - CASA DE CULTURA E CIDADANIA
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável - INDES
CNPJ/CPF: 07.581.967/0001-53
Processo: 01400034338201771
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.545.671,69
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de Atividades Culturais da Casa de Cultura e Cidadania, a saber: São José do Rio Pardo, Caconde e Araçatuba, no estado de São Paulo, visando a realização de oficinas e cursos que fomentam a formação artística destas comunidades, além da programação de espetáculos. Espetáculos de alunos: mostra integrada anual, teatro, circo, dança e capoeira. Espetáculos profissionais: artes cênicas (teatro, circo e dança).

179090 - CASA DE MARIA
ASSOCIAÇÃO ÁRIA SOCIAL ESPAÇO DE DANÇA E ARTE
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
Processo: 01400034336201782
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado: R$ 723.938,13
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização de oficinas de Dança Cinestésica, destina a mães de alunos já frequentes no programa cultural do Proponente. Como atividades secundárias, serão ministradas aulas de artesanato.

179407 - Cheiro de Ameixas
TRANSA ARTE E CONTEÚDO
CNPJ/CPF: 16.985.187/0001-60
Processo: 01400034746201723
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 562.967,13
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produzir e realizar temporada de 1 (um mês), do Espetáculo Cheiro de Ameixas, de Ademir Cunha, com direção de Isaac Bernat, no Teatro Leblon, Sala Tônia Carrero, no Rio de Janeiro. Na trama, a autor narra a trajetória de uma família mineira em crise financeira, que é atravessada, sem saber, pelos desígnios da ditadura militar no Brasil nos anos 1960. As etapas deste projeto incluem Pré-Produção, Produção e Pós- Produção, no período total de seis meses. O valor total do projeto é de R$ 562.967,14.

178816 - Circovolante - Encontro Internacional de Palhaços
XINXIN & JUANETO LTDA
CNPJ/CPF: 06.202.354/0001-03
Processo: 01400033946201769
Cidade: Mariana - MG;
Valor Aprovado: R$ 278.083,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: No ano de 2017 o Circovolante completa 17 anos, e uma importante ação é a consolidação, no interior de Minas Gerais, do "Circovolante ? Encontro Internacional de Palhaços?, que reúne artistas e estudiosos do mundo, integrando-os com a comunidade de Mariana e Ouro Preto. Durante o Encontro são realizados os espetáculos, intervenções, bate-papos e palestras sobre a história do Circo, destinada a educadores e estudantes; rodadas de negócio, mostras; curtas sobre o Circo; shows musicais. Essas atividades são realizadas em espaços públicos.

179056 - Corpo Cidadão - Espetáculo
Miriam Pederneiras Barbosa
CNPJ/CPF: 270.225.796-87
Processo: 01400034296201779
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 402.307,20
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Corpo Cidadão se propõe a construir um espetáculo de dança contemporânea e danças urbanas tendo como protagonistas os jovens dos grupos experimentais mantidos pela instituição. O espetáculo versará sobre um tema escolhido pelos participantes e será apresentado em uma casa de espetáculos de Belo Horizonte.

179338 - DANÇA É ARTE
NUCLEO SOCIAL E CULTURAL REFULYER
CNPJ/CPF: 11.369.050/0001-67
Processo: 01400034660201709
Cidade: Guapimirim - RJ;
Valor Aprovado: R$ 742.980,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a realização de oficinas de dança (Jazz, Balé e Hip-Hop) a ser realizado no período de 10 meses.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179252 - Entre Nós: Festival de Arte & Cultura
JG Rodrigues de Alckmin Neto Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 15.530.766/0001-55
Processo: 01400034555201761
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 577.111,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto trata da realização da 2ª versão do "Entre Nós - Festival de Artes & Cultura". O festival terá a duração de um domingo e terá como principal intuito proporcionar, gratuitamente, ampla programação artística e cultural para uma região de grande adensamento populacional e pouco acesso ao cenário cultural da cidade, tomando como princípio a promoção de talentos e coletivos artísticos locais, representados pelo Mocupija, que é um coletivo cultural gerenciado por coletivos artísticos. A organização do circuito contará com a participação qualificada de jovens da comunidade.

178829 - Insânia Loquaz
Ricardo Koscialkowski Tetzner
CNPJ/CPF: 062.845.049-42
Processo: 01400033961201715
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 393.576,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de evento cultural-educativo (Espetáculo de DançaTeatro) com foco na dança de salão e que tem como tema a Loucura. O título "Insânia Loquaz" faz referência ao primeiro texto escrito sobre doença mental no Brasil, em 1831. O Movimento Antimanicomial que em 2017 completa 30 anos empreende uma batalha para conscientizar acerca dos cuidados que loucas-pessoas-loucas necessitam e da importância delas não serem excluídas da sociedade e maltratadas como eram na Idade Média. Todos tem seu lugar no mundo. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a audiodescrição auxiliam na caracterização do contexto e na composição coreográfica do espetáculo, que será formado de várias minihistórias coreografadas e executadas por artistas brasileiros com a Direção Artística e Geral da Dois Pontos Cia de DançaTeatro. "Insânia Loquaz" dança os loucos-artistas, os loucos-desconhecidos e aqueles que ousaram habitar os subterrâneos dos hospícios.

179079 - LADY CROONER DIVAS DE OURO (I) - ANGELA MARIA
SELENE & CIBELE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.954.775/0001-10
Processo: 01400034322201769
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.174.389,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este espetáculo integra o projeto "DIVAS DE OURO", que consiste em homenagear em cada edição as cantoras da Rádio Nacional. Em cada temporada uma cantora será homenageada tendo o seu repertório destacado no roteiro do espetáculo, exclusivamente. Em Lady Crooner a homenageada é Ângela Maria.

179560 - Manutenção dos Cursos Livres do Centro Cultural Lilly Bremer (CCLB ano 2018)
CENTRO CULTURAL LILLY BREMER LTDA ME
CNPJ/CPF: 17.535.593/0001-93
Processo: 01400035182201746
Cidade: Rio do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 552.756,07
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Centro Cultural Lilly Bremer (CCLB) foi fundado em 2013, na cidade de Rio do Sul (SC), com o intuito de promover projetos de difusão, fruição e formação (cursos livres) nas áreas artísticas e culturais. Atualmente a instituição oferece 13 cursos artísticos, com diversas turmas e níveis (nas áreas de música, artes cênicas e artes visuais). A finalidade deste projeto é a manutenção dos cursos artísticos da instituição com bolsas de estudo de 100% ou 75% e faz parte de uma série de ações de reestruturação do Centro Cultural.

179276 - MEMÓRIA DE ELEFANTE
HANDIA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.841.045/0001-29
Processo: 01400034584201723
Cidade: Canoas - RS;
Valor Aprovado: R$ 758.303,40
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto "MEMÓRIA DE ELEFANTE" irá realizar 30 apresentações de TEATRO e CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS para o público infantil, em escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Por meio das artes cênicas, as histórias serão contadas às crianças, estimulando o seu aprendizado através da leitura. De forma lúdica, serão repassados textos diversificados, que abrangem valores, família, inclusão social, bullying, meio ambiente, responsabilidade social, sustentabilidade, fábulas de esopo, humor e temas atuais. Em cada apresentação de Teatro e Contação de Histórias, será doado às crianças, pelo prazo de 12 meses, acesso ao acervo infantil de uma Biblioteca On-line com mais de 540 livros narrados e animados.

179264 - Memórias do fogo
Saulus Castro Bomfim
CNPJ/CPF: 032.213.105-79
Processo: 01400034568201731
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 105.600,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção, Pesquisa, Montagem e Temporada do espetáculo teatral solo "Memórias do fogo", conciliando com atividades formativas e registro audiovisual de entrevistas com artistas e pesquisadores do Colectivo Latinoamericano Âmbar acerca da historiografia latino-americana e sobre Memória e Oralidades ligadas às suas atividades artísticas.

179546 - O DIBUK ? UM AMOR DO ALÉM
Invensons Serviços Culturais Ltda. ME
CNPJ/CPF: 11.674.714/0001-00
Processo: 01400035044201767
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.570.056,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O DIBUK ? UM AMOR DO ALÉM é um projeto de montagem e temporada de espetáculo homônimo que encenará no Brasil, pela primeira vez a peça judaica mais famosa do século XX.

179432 - O Pequeno Vigilante Rodoviário
GEISON CEZARE CARDOSO - ME
CNPJ/CPF: 16.444.108/0001-03
Processo: 01400034787201710
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 610.080,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O espetáculo teatral "O Pequeno Vigilante Rodoviário" visa reavivar o grande personagem e herói nacional brasileiro da série de TV dos anos 60. A proposta é de resgate cultural sobre o personagem citado, com ênfase nas questões do trânsito e no bom convívio social, destinada ao público infantil. As apresentações serão realizadas em teatros, auditórios, espaços públicos e escolas, trabalhando questões de acessibilidade para CADEIRANTES em transportes públicos, particulares e nas ruas, pois um dos personagens do espetáculo é cadeirante. A apresentação também é traduzida em LIBRAS em tempo real, e programas com características das cenas em BRAILE serão distribuídos a DEFICIENTES VISUAIS, oferecendo uma contrapartida social inclusiva. O espetáculo propõe 12 apresentações em circulação por 6 cidades diferentes e 12 atividades gratuitas formativas gratuitas direcionadas à professores/educadores/alunos das escolas municipais das cidades escolhidas. Impactanto um publico de 8000 pessoas.

179547 - Resgate Cultural para um publico de pessoas idosas
WALTER RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
CNPJ/CPF: 989.283.338-49
Processo: 01400035048201745
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 358.251,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentar espetáculos artísticos através da criação, adaptação e execução de textos teatrais e literários, para um público prioritariamente composto de idosos e profissionais das instituições de longa permanência com as quais trabalharemos. Resultando também na elaboração de um livro contendo detalhes de préprodução, da experiência vivenciada pelos artistas e publico alvo, registros fotográficos e expetativas vindouras . Apesar de ser direcionado a um público de idosos que não tem acesso ao teatro, nossas apresentações alcançarão pessoas de todas as classes sociais, etinias e faixa etária.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
179066 - A Capella- Vozes do interior-Coral Aguaí
ADILSON GONCALVES DA SILVA 15138430874
CNPJ/CPF: 22.748.158/0001-87
Processo: 01400034309201718
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 476.010,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto , prevê a preparação de repertório, ensaios de repertório, inscrição e participação do Grupo Coral Aguai dirigido pelo Maestro Adilson Gonçalvez em um Festival Internacional de Corais do Calendário Europeu 2018, de acordo com viabilidade de prazos de inscrição e captação de recursos: Festival de Corais de Praga , Festival Internacional em Barcelona, Festival internacional da Itália e ou Festival Similar Europeu da mesma relevância artística. realizando a divulgação do primeiro cd do Grupo "A Capella vozes para mundo" evidenciando o trabalho construído no Brasil durante o Festival e reafirmando nossa expressão artística no berço da cultura ocidental. Também o projeto prevê a gravação do Making off e documentando o Projeto e um vídeo clip gravado durante o festival .Voltando ao Brasil lançar o DVD /Documentário/Macking off e realizar6apresentações na cidade de Aguaí e região à toda população em geral.

179282 - Amaro Freitas - Afrocatu
78 ROTAÇÕES PRODUÇÕES E EVENTOS CULTURAIS LTDA.-ME
CNPJ/CPF: 13.380.601/0001-19
Processo: 01400034591201725
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 106.502,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Com a tiragem de 1.000 CDs e 4 shows de lançamento (Rio de Janeiro / São Paulo / Recife / Brasília) , o pianista Amaro Freitas lança o seu segundo album, dando continuidade ao bem sucedido disco de lançamento " Sangue Negro". Estima-se à venda total dos discos, além da presença de cerca de 300 pessoas / show, e alcançe nas redes sociais, sites, e downloads para uma cerca de 10.000 pessoas. Além do CD físico, o àlbum sera lançado nas plataformas digitais (Deezer, Spotfy, Bandcamp, Napster e Itunes), e o site do artista sera reformulado.

179107 - Conexão BRA
FERNANDO ANTAO ALVES 28545412860
CNPJ/CPF: 14.375.065/0001-26
Processo: 01400034354201764
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 484.733,60
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Conexão BRA é uma iniciativa que conecta gestores culturais de diferentes regiões do Brasil interessados em pensar alternativas para promover a maior circulação de produções musicais pelo território nacional. O projeto facilitará encontros presenciais e via web com gestores culturais e organizará apresentações de música instrumental em 4 localidades do Brasil, por meio de curadorias regionais. Os grupos participantes se apresentarão em localidades distintas de suas cidades de origem e realizarão ações visando favorecer o intercâmbio artístico e a formação de público para a música instrumental.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
179413 - ELIS - A EXPOSIÇÃO
Agilidade Entret e Especiliz em Capt de Incentivos Fiscais Ltda ME
CNPJ/CPF: 18.116.792/0001-20
Processo: 01400034752201781
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.541.811,68
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Elis - a Exposição é uma exposição interativa de fotos, objetos, telões, instalações e recursos diversos, definidos pela curadoria, que traz coletânea e relata a história uma das principais artistas brasileiras, acantora Elis Regina. O objetivo é reunir pela primeira vez em um único espaço a trajetória cultural e artística de Elis e garantir que gerações que não tiveram acesso à sua obra enquanto a cantora estava viva, conheçam sua impressionante contribuição à música popular. A exposição se realizará no período de agosto a outubro 2018, em espaço a ser definido, ficando aberta por três meses à visitação do público. A mostra contará com site próprio atualizado durante a realização da exposição, catálogo expositivo e proporcionará a distribuição de ingressos como preconizada pela Lei Rouanet. O evento conta com a anuência dos herdeiros legais dos direitos de imagem e de exploração da artista, conforme cartas em anexo.

179399 - EXPOSIÇÃO ENCANTOS DA CHINA
Aloha Consultoria e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 09.545.326/0001-79
Processo: 01400034738201787
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.091.250,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Exposição Encantos da China é inédita no Brasil e visa apresentar um país com uma rica diversidade cultural com seus mitos, costumes, arte e tradições. A exposição tem como proposta apresentar o que a cultura chinesa tem de mais típico e atrativo, sempre de forma didática e interativa. A Exposição Encantos da China foi criada especialmente para encantar o público de escolas, shoppings e centros culturais, apresentando a cultura chinesa além dos estereótipos e seus principais encantos milenares sejam eles, materiais ou imateriais. Os visitantes serão convidados a participar de uma fascinante viagem por 10 mil anos de história que tem início na China milenar até os dias de hoje. Através de artefatos, famosas esculturas, vídeos, fotos e espaços interativos, o público poderá ter acesso à cultura, arte, tradições, mitologia e compreender a razão pela qual a China encanta tanto a todos e serve de exemplo para o mundo Ocidental.

179285 - EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA ILUMINADA DOS PATRIMONIOS HISTORICOS DE MT
Maria de Almeida Thomé-ME
CNPJ/CPF: 03.920.879/0001-88
Processo: 01400034595201711
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 649.400,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar exposições fotográficas iluminadas com o tema patrimonial com fotos de 50 patrimonios, contemplando 15 cidades do interior de MT (principalmente as que tem algum patrimonio local tombado pelo Iphan) visando o reconhecimento e conhecimento pela população destas obras históricas que geralmente não são conhecidas, e que tem base turística cultural patrimonial local.

178942 - EXPOSIÇÃO LUZ E FORÇA
Centro da Memória da Eletricidade no Brasil
CNPJ/CPF: 29.550.928/0001-21
Processo: 01400034132201741
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.061.505,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo realizar a Exposição interativa "Luz e Força", baseada no livro "Luz e Força Movimentando a História", sobre os mistérios da eletricidade e seus impactos em nossa cultura.

179222 - Futebol City - Brasília 2018
LB PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.923.946/0001-46
Processo: 01400034514201775
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 698.962,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O projeto Futebol City - Brasília 2018 busca trazer a Brasília/DF grande interação entre os amantes do futebol com imersão na cultura popular brasileira envolta a arte futebolística por meio de uma estrutura única, inédita e com distribuição de ingressos gratuitos e, quando vendidos, a preço populares. Serão 21 dias com inúmeros possibilidades com enorme parque temático para o público com várias atrações de musicais instrumentais, exposições, espetáculos infantis, brinquedoteca, palestras, cursos, semanas literárias, teatro, talk show, campeonatos e visitas guiadas para população.

179404 - MODERNISMO REVISITADO
NU Projetos de Arte
CNPJ/CPF: 10.874.575/0001-97
Processo: 01400034743201790
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 193.937,10
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: "Modernismo revisitado" é o título da exposição do artista Leonardo Finotti, a ser realizada em Goiânia e Brasília. Na mostra, o artista revisita a arquitetura moderna Latinoamericana e sua relação com a cidade, apresentando o seu olhar sobre cidades como Goiânia, Brasília, Rio de Janeiro, Montevideo, Valparaíso, São Paulo, Cidade do México, dentre outras. Será realizada uma palestra com estudantese/ou professores da rede pública de ensino como ação de formação de plateia.

179301 - Momento Histórico
HOLOWKA FILMES LTDA ME
CNPJ/CPF: 03.248.703/0001-21
Processo: 01400034613201757
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.293.721,51
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Momento Histórico é um conjunto de exposições simultâneas em dez cidades brasileiras de 120 retratos feitos com técnicas múltiplas de pintura, óleo, acrílico, aquarela, entre outras, com artistas diferentes, necessariamente de regiões diversas do país, com formação cultural diferente, sobre personalidades brasileiras de diversas áreas. O projeto prevê ainda a publicação de um livro com parte dos retratos (30) e breve trajetória dos personagens eleitos. Prevê ainda a criação de um sítio de internet, onde serão disponibilizadas as imagens de todas as telas, conteúdo de texto do livro, atualização do projeto em cada cidade. As mostras acontecerão simultaneamente nas dez cidades, Cada uma vai abrigar um grupo de 12 telas. Um sítio de internet será criado para mostrar todas as imagens, além de exibir imagens ao vivo de todos os espaços. O objetivo é criar comunicação entre as cidades.

177826 - Projeto Eu Sou - Oficinas de Artes Visuais e Exposição
Instituto de Arte-Educação
CNPJ/CPF: 21.308.926/0001-19
Processo: 01400031960201728
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.046.912,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O "Projeto Eu Sou Oficinas de Artes Visuais e Exposição" vai promover oficinas de artes visuais para crianças, adolescentes e adultos. Além das oficinas, o Projeto vai promover a exposição "Assim me vejo" que levará o público a pensar e até mesmo experimentar a auto expressão com intervenções artísticas sobre a própria imagem.

179496 - RESIDENCIA LABSONICA
ZUCCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 02.303.114/0001-36
Processo: 01400034895201792
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.920.487,63
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Residência Labsônica é um projeto de residência artística em artes plásticas digitais. Serão escolhidos artistas ou coletivos artísticos para desenvolver pesquisas em multilinguagens no campo das artes, cujo resultado será mostrado em exposição em um centro cultural no Rio de Janeiro, com entrada franca ao público. Cada artista selecionado terá dois meses para a pesquisa e produção, contará com estrutura física, cachê e fará duas apresentações abertas ao público com entrada franca: uma apresentação do seu processo de pesquisa e uma palestra com tema pertinente ao seu trabalho.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

179042 - CACHAÇA: romance, história e fotobiografia
BUREAU DE CULTURA E TURISMO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.848.554/0001-60
Processo: 01400034275201753
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 745.510,96
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto cultural "CACHAÇA: romance, história e fotobiografia" contará a história da cachaça no Brasil, através do suporte de uma exposição e livro, homônimos, que apresentarão objetos, fontes históricas, iconográficas, romance e músicas. A exposição fotográfica que tem por base pesquisas desenvolvidas e organizadas pelo fotógrafo Helder Ferrer e a historiadora Bartira Ferraz Barbosa, com especial participação do escritor Raimundo Carrero, será realizada no Museu do Estado de Pernambuco, acessível a todos os públicos. Durante a exposição será realizado lançamento de livro bilíngue (português e inglês), acompanhado de áudio-livro com audiodescrição das imagens, que será distribuído gratuitamente para escolas e bibliotecas públicas de Pernambuco.

179406 - Dona Dalva, o Samba do Recôncavo Baiano
Oficina do Parque
CNPJ/CPF: 05.583.205/0001-60
Processo: 01400034745201789
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.366.672,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Dona Dalva, o Samba do Recôncavo Baiano trata-se da mais nova pesquisa promovida por doutores da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) sobre o nascedouro do gênero mais famoso e conhecido do Brasil, o Samba, como tendo se originado na Bahia. A partir destes estudos, apresentam sua maior representante, Dona Dalva, fundadora do Grupo de Samba de Roda Suerdieck. Seu grupo teve papel importante para que o Samba de Roda do Recôncavo da Bahia fosse tombado peloIPHANcomo Patrimônio Imaterial Nacionale posteriormente reconhecido pela Unesco comoPatrimônio Imaterial da Humanidade. Os resultados desta pesquisa darão origem a um Debate a ocorrer pela UFRB, além de um livro e um documentário que registrará as etapas deste trabalho e a relevância de Dona Dalva a este processo. Teremos ainda dois dias de shows para promover o projeto, com a apresentação de grupo cultura local com a participação especial da Velha Guarda da Portela.

179461 - Revelando o Patrimônio - Ano 2018
COMPREENDER CONSULTORIA EM RESPONSABILIDADE SOCIAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.741.237/0001-72
Processo: 01400034842201771
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.704.592,02
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto pretende realizar reflexões sobre o patrimônio cultural imaterial das comunidades de Patrocínio, Betim, Montes Claros, Itaúna e Divinópolis, todas em Minas Gerais, além de Aguaí no Estado de São Paulo. A proposta é realizar seis mostras expositivas sobre o patrimônio material, e principalmente sobre as celebrações, modos de expressão, lugares, costumes, saberes e fazeres tradicionais, que compõem o patrimônio imaterial dessas comunidades.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

179341 - A PALAVRA LIBERTA
Marinaldo da Silva
CNPJ/CPF: 821.858.839-68
Processo: 01400034663201734
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 30.522,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: PUBLICAR o livro A Palavra Liberta, que foi escrito por CINCO apenados da Penitenciária Industrial de Joinville, depois de 01 ANO de oficinais quinzenais que ocorreram no interior da instituição, que na ocasião, tinham como objetivo promover a ressocialização do apenado por meio da literatura e da leitura. A PALAVRA LIBERTA tem como organizador o professor Marinaldo da Silva, responsável pelo desenvolvimento das oficinas, que teve o apoio do Juiz Corregedor de Joinville, senhor João Marcos Buch, que incentiva, dentro dessa instituição carcerária, a leitura como libertação. PUBLICAR A Palavra Liberta, é mostrar à sociedade de políticas de incentivo à leitura são transformadoras, e que, na questão do aprisionado, do apenado, tende a ser uma possibilidade real de transformação e de visão de mundo.

179353 - Caminhando com os Orixás
João Batista do Espirito Santo
CNPJ/CPF: 094.122.983-15
Processo: 01400034678201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 195.993,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Livro que revela a análise e reflexões de mitos sobre os orixás, registros sobre a importância da cultura afro-brasileiro e dos deuses africanos na sociedade africana e afro-brasileira, a cultura do candomblé, que no Brasil nasceu nas senzalas com os povos africanos, com seus costumes e crenças, provenientes de milhões de negros de diversas cidades africanas, arrancados de seus lares e de suas famílias para trabalharem nas plantações de cana e café das cidades brasileiras e nos exércitos e fazendas de fronteiras do Rio Grande do Sul. Público Principal: Jovens de 15 á 29 anos, estudantes do ensino fundamental, médio e universitários, interessados pela cultura afro-brasileira. Público secundário: Pesquisadores, acadêmicos e professores, incluindo os deficientes visuais, que terão acesso a áudio-books. Público Estimado: 50.000 pessoas.

179402 - Ecoteca - A Biblioteca Ecológica (Terceira Edição)
DINORAH FREITAS DE ABREU BRASILEIRO
CNPJ/CPF: 153.209.951-72
Processo: 01400034741201709
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 420.000,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A presente proposta trata da reedição do projeto "Ecoteca A Biblioteca Ecológica", implementada com muito sucesso em diversas cidades do Brasil, desde a sua primeira edição em 2012, beneficiando milhares de crianças e jovens. Esses espaços são adaptações de mini palcos artísticos, cuja área total é de5m² e serão doados, em caráter permanente, a instituições culturais/educacionais, centros comunitários e/ou afins.O projeto trata da instalação de 05 espaços infanto-juvenis construídos com material reciclado, juntamente com um acervo de 500 livros. Essas bibiotecas serão instaladas em comunidades com menos de 100 mil habitantes e/ou regiões periféricas. 01/05/18 a 31/01/2019.

179348 - Ilhas Cariocas
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Processo: 01400034671201781
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 497.105,08
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Propomos registrar em um livro fartamente ilustrado o importante patrimônio histórico-cultural e natural que as Ilhas do Rio de Janeiro abrigam. O título "Ilhas Cariocas" se refere a todos as formações insulares localizadas dentro e fora da Baía de Guanabara e na faixa litorânea até a Serra de Guaratiba. Essas ilhas,anteriormentepovoadas por populações autóctones, a partir da chegada dos portugueses se configuraram comocenário de disputas territoriais, marcos topográficos, exploração de recursos naturais, expansão urbanaeinstalação deamplo patrimônio edificado. Especialistas em história, cartografia, meio ambiente, oceanografia, entre outras modalidades, se debruçarão sobre a conformação e a história dessas ilhas. A obra terá o formato23 x 28 cm, com 240 páginas e cerca de 200 imagens.

179337 - Livro Sacadas Cariocas -
Lucia Madeira Moraes
CNPJ/CPF: 402.380.247-68
Processo: 01400034659201776
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 158.750,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Livro, com ilustrações e fotografias que irá percorrer a história do uso do ferro nas sacadas da cidade do Rio de Janeiro,característica da arquitetura carioca, traçando um roteiro que interessará a todos os que amam, visitam ou estudam a cidade.O livro reunirá informações históricas, retratando usos e costumes da cidade, explicando técnicas do uso do ferro, descrevendo estilos e influências de artistas e países e, finalmente, oferecendo um roteiro ao observador.

179147 - Rotas Lairianas
Lair Leoni Bernardoni
CNPJ/CPF: 310.210.859-87
Processo: 01400034397201740
Cidade: Balneário Camboriú - SC;
Valor Aprovado: R$ 114.695,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Publicar mil exemplares do livro "Rotas Lairianas", com imagens e textos da fotógrafa internacional e escritora, Lair Leoni Bernardoni. A obra será acompanhada de um CD com leitura dos textos e áudiodescrição das imagens realizadas pela própria autora. Realizar cinco eventos para lançamento e promoção da obra em cinco cidades de Santa Catarina e Paraná: Joinville, São Francisco do Sul, Balneário Camboriu, Florianópolis e Curitiba.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

179410 - "HISTORIANDO: Implantação de Centro de Documentação no Museu Histórico Simonense Alaur da Matta"
Maria do Carmo Silva Esteves
CNPJ/CPF: 062.658.018-80
Processo: 01400034749201767
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 219.729,92
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Ação estruturante para preservação e difusão das coleções documentais acolhido no Museu Alaur da Matta, São Simão, São Paulo, por meio de implantação de Centro de Documentação. Estas coleções são essenciais para pesquisas histórica de formação da região de Ribeirão Preto e o projeto fará o tratamento para conservação e digitalização com disponibilizando para consulta online, de parte da coleção deProcessos Judiciais da Comarca de São Simão,datados de meados do século XIX ao ano de 1932, como forma de capacitar e dar recursos para a equipe técnica do Museu, continuar realizando o trabalho em todas suas coleções documentais, após o encerramento do projeto. O grande compromisso do projeto não é ser ação pontual na instituição museológica, mas sim ser um impulso para novas ações e para o fortalecimento institucional, sendo apoiado para isto pela Fundação, mantenedora do Museu e pela Prefeitura Municipal de São Simão, proprietária da edificação histórica que acolhe o Museu Alaur da Matta.

179408 - Modernização de equipamento do espetáculo Som e Luz do Museu Imperial - Petrópolis/RJ
Oz Produções Artísticas, Musicais e Cinematográficas Ltda.
CNPJ/CPF: 10.561.752/0001-85
Processo: 01400034747201778
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.443.300,12
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O objetivo do atual projeto é a readequação e modernização do equipamento de som, luz e projeção do Museu Imperial de Petrópolis usado para o bom funcionamento do espetáculo "Som e Luz", que ocorre semanalmente no museu desde 2002 e já recebeu mais de 350mil espectadores (excluindo os visitantes só do museu). O mesmo equipamento vem sendo usado desde sua estreia em 2002, há 15 anos.

179401 - Museu da Gente Sergipana 2018
INSTITUTO BANESE
CNPJ/CPF: 10.645.538/0001-07
Processo: 01400034740201756
Cidade: Aracaju - SE;
Valor Aprovado: R$ 1.105.100,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Essa proposta prevê a manutenção do Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda, no sentido de arcar com custos operacionais necessários para garantir o funcionamento de atividades cotidianas, assim como das ações educativas e programações especiais, fortalecendo esse importante equipamento cultural que recebe milhares de sergipanos e turistas todos os meses. Fundado em 2011, na cidade de Aracaju, o Museu da Gente Sergipana Gov. Marcelo Déda apresenta uma proposta museal dinâmica, concebida a partir de profunda e transversal pesquisa, que apontou elementos e expressões da identidade cultural sergipana. Elementos que, posteriormente trabalhados e ressignificados, são expostos através de equipamentos de alta tecnologia, proporcionando experiências sensoriais e interativas, que levam o conhecimento de forma leve e lúdica para todos os seus visitantes. O Museu é o projeto master do Instituto Banese e o acesso é totalmente gratuito.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

178587 - 18ª EDIÇÃO DO FESTIVAL ROCK NA PRAÇA

Fundação Cultural de Brusque
CNPJ/CPF: 04.894.677/0001-71
Processo: 01400033623201775
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 150.720,02
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Rock na Praça faz parte do calendário anual de eventos do Município de Brusque SC e vai para sua décima oitava edição em 2018. Este é um evento que visa principalmente o fomento da música autoral e é voltado para bandas de Rock locais e regionais, além de proporcionar capacitações com diversas oficinas de instrumentos musicais e de canto. As bandas que se apresentam durante o evento são escolhidas através de Edital próprio lançado pela Fundação Cultural de Brusque e são remuneradas para tais apresentações e também receberão material de áudio e vídeo profissional, além disso, na próxima edição do evento será contratado um corpo de jurados capacitados que julgarão as apresentações e darão o veredito final escolhendo a banda vencedora do festival, banda esta que receberá o prêmio principal do evento, sendo este prêmio remunerado. O evento têm duração de dois dias com um total de oito bandas locais e regionais se apresentando em cada dia da edição. Além das bandas locais e regionais, haverá apresentação de duas bandas de renome nacional contratadas para encerrar as duas noites do evento, que além de abrihantarem as duas noites do evento, darão aos músicos locais e regionais a aportunidade de trocar informações com estas. Além disso, as bandas locais e regionais terão a aportunidade de abrir os shows destas bandas nacionais durante o evento.

178349 - 2° Festival Cultural do Chamamé de Mato Grosso do Sul

INSTITUTO CULTURAL CHAMAME MS CHAMAME GUARANIA E POLCA PARAGUAIA
CNPJ/CPF: 22.431.776/0001-07
Processo: 01400033290201784
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado: R$ 932.369,90
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O evento será realizado em agosto, na capital brasileiro do chamamé e fará parte das comemorações do aniversário de Campo Grande. Durante três dias serã apresentados diversos shows artísticos dso ritmos da fronteira. O evento contará também com outras atarções como a feira de gastronomia regional, artesanto, seminário, oficina de danças, concurso para bailarinos, bailes, tributos e homenagens.

179273 - 20ª FENARROZ - PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

MATRIX PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 20.663.856/0001-54
Processo: 01400034581201790
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 880.176,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente Projeto denominado "20º FENARROZ - Programação Artística e Cultural" visa levar um conjunto de atividades para a maior Feira de Negócios dentro de uma Multifeira Agropecuária do sul do País.

179395 - 2ª Festa do Produtor Rural de Camacho/MG

Elisabeth Tavares Souza
CNPJ/CPF: 870.173.856-91
Processo: 01400034734201707
Cidade: Itapecerica - MG;
Valor Aprovado: R$ 243.620,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A proposta visa resgatar as tradições do município possibilitando o acesso da população a espetáculos musicais de repercussão nacional, manifestações culturais, gastronomia, rodeios. A festa acontecerá nos dias 20, 21, 22, 23 de abril de 2018. Estima-se um público de 2 mil pessoas por dia. A festa será ralizada no Parque deExposições da cidade de Camacho/MG.

178933 - 9º JAPAN MATSURI - Festival da Cultura Japonesa

ASSOCIACAO CULT E ESPORT NIPO BRAS DE OSASCO ACENBO
CNPJ/CPF: 46.803.573/0001-54
Processo: 01400034119201792
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado: R$ 491.274,10
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto 9º Japan Matsuri trata-se de um festival com apresentações de shows musicais, shows de dança, de taikô entre outras. Paralelamente às apresentações artísticas será montada uma área expositiva de produções e acervos relacionados à cultura japonesa; e de oficinas culturais de curta duração. O evento será dedicado às comemorações dos 110 anos da imigração japonesa no Brasil.

179438 - Academia Lorenense de Letras e Artes - ALLARTE / Edição 2018

CNPJ/CPF: 22.332.158/0001-00
Processo: 01400034799201744
Cidade: Lorena - SP;
Valor Aprovado: R$ 70.432,39
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A Academia Lorenense de Letras e Artes - ALLARTE criada há três anos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal Nº 3724 de 19/05/2016. Consolidando-se como um espaço democrático e privilegiado onde artistas de todas as áreas e estilos encontram a oportunidade de mostrar seu trabalho. Tornou-se o ponto de encontro de um público heterogêneo que vê a ALLARTE como a possibilidade de um divertimento cultural diferenciado de qualidade e gratuito, razões pelas quais, justifica-se a apresentação da sua Proposta Cultural. Esta proposta visa a realização das atividades culturais da ALLARTE nos espaços culturais e teatros da cidade de Lorena, S.P. no período de 10 meses. Todas as atividades previstas, acontecerão de fevereiro a novembro de 2018 com entrada franca. Podemos estimar, que receberemos 1840 pessoas, dentre elas: Alunos de instituições de Ensino médio e superior , acadêmicos, artistas de diversos segmentos das artes e o público de todos os níveis sociocultural.

177458 - Caravana da Viola

LUCIANO GIBIN FONSECA
CNPJ/CPF: 401.109.808-67
Processo: 01400030602201706
Cidade: Bom Jesus dos Perdões - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.970,20
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar dez (10) dias de apresentações gratuitas de música sertaneja de raiz nas cidades: Bom Jesus dos Perdões, Atibaia, Piracaia, Nazaré e Joanópolis, todas em São Paulo. Este projeto nasceu entre amigos e artistas amantes da cultura caipira e moradores das cidades acima citadas, cidades com características caipiras, onde as pessoas são hospitaleiras, amigas, e solidárias. A expectativa é de receber mil pessoas em cada um dos dez dias.

178096 - CARNATCHAN - Carnaval de Rua SP / 2018

ROSELY MELO FERRANTE
CNPJ/CPF: 073.484.168-02
Processo: 01400032975201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.290,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Nos ultimos anos o Carnaval de rua da cidade de São Paulo vem crescendo gradualmente tanto em numero de blocos nos desfiles como em numero de participantes nos blocos, assim como de acompanhantes nos desfiles. Em 2016 mais de um milhão de foliões foram as ruas da cidade movimentando mais de 400 milhões de reais, comprovando ser o Carnaval de Rua um excelente investimento para os patrocinadores. Sendo assim pensamos nessa proposta que tem por objetivo principal incrementar e diversificar o Carnaval de Rua de São Paulo em 2018 trazendo para esse evento a Banda É o Tchan, mundialmente conhecida pela alegria que proporciona em seus eventos aos seus inumeros fãs desde as ruas de Salvador para o mundo. De Salvador para São Paulo é a nossa proposta. Dando ao folião desta a oportunidade de conhecer, participar, vivenciar a folia daquela. Tambem faz parte da nossa proposta fidelizar e ativar as marcas dos patrocinadores e com isso fomentar e viabilizar esse evento e essa proposta.

179114 - CD Autoral Acústico do cantor Talles Guimarães

TALYSON HENRIQUE DE CAMPOS GUIMARAES
CNPJ/CPF: 126.961.126-73
Processo: 01400034363201755
Cidade: Montes Claros - MG;
Valor Aprovado: R$ 126.247,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa a viabilização da gravação de um CD totalmento composto por músicas autorais do cantor Talles Guimarães, bem como a prensagem de 3.000 (três mil) cópias e a divulgação em mídias sociais e plataformas virtuais para download.

179183 - Ciranda de Lia

Centro Cultural Estrela de Lia
CNPJ/CPF: 08.284.461/0001-45
Processo: 01400034456201780
Cidade: Ilha de Itamaracá - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.911.259,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de trinta shows da cirandeira Lia de Itamaracá, trinta shows de grupos e artistas da cultura popular e 40/horas de workshops para público direcionado.

179304 - Festival Cultural de Inverno de Socorro-SP

LUIS CARLOS FORTUNATO JUNIOR ME
CNPJ/CPF: 08.708.049/0001-05
Processo: 01400034616201791
Cidade: Socorro - SP;
Valor Aprovado: R$ 815.958,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar o tradicional evento "FESTIVAL CULTURAL DE INVERNO", que ocorredesde o ano de 2005, e tem por finalidade, fomentar e difundir a cultura local, através de atrações musicais, teatrais, exposições, mostras de manifestações da cultura popular como a Congada e a Catira e também oficinas ligadas as diversas formas de arte, além de estimular o turismo da cidade gerando emprego e renda para a comunidade, atraindo milhares de visitantes. No ano de 2018 a intenção é que o evento ocorra entre os dias 13 e 29 de julho de 2018, acontecendo costumeiramente na Praça da Matriz e nas dependências da Secretaria Municipal de Socorro, sendo elas:Teatro do Centro Cultural e Turístico de Socorro, Museu Municipal, Biblioteca Municipal e Espaço do Artesanato.

178392 - FESTIVAL DE MÚSICA "TALENTO, ARTE E HARMONIA"

JOAO KLEBER DE MATTOS SANTOS
CNPJ/CPF: 099.415.786-05
Processo: 01400033347201745
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 594.826,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa a realização de Festival de Música em dois dias, contando com 4 bandasindependentes e 1 banda veterana em cada dia, totalizando 10 bandas. Os shows serão realizados em espaço fechado e seu intuito é proporcionar o contato da população com novas bandas, e, ao mesmo tempo, promover intercâmbio entre músicos novos e experientes. Parte dos ingressos será distribuída gratuitamente para população de acesso restringido à cultura e parte será trocada por alimentos não perecíveis a serem doados para grupos carentes ou instituições sociais.

179212 - Folks gravação de 2º CD e show de lançamento

DAGBA PRODUÇÕES EIRELE ME
CNPJ/CPF: 13.788.911/0001-77
Processo: 01400034497201776
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 446.964,88
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A presente proposta trata de três entregas (produtos) da banda Folks: a gravação de um CD (o 2º trabalho da banda), a realização do show de lançamento (apresentação musical) deste trabalho e a formação de plateias articulada com esta apresentação musical, a ser realizada em um espaço cultural na cidade do Rio de Janeiro.

178460 - Giro Cultural BR Folia

Felipe Augusto Chamone do Amaral
CNPJ/CPF: 014.880.476-42
Processo: 01400033449201761
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 699.832,75
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A música popular brasileira sempre fez parte de nossas vidas, o samba, a marchinhas de carnaval, e até mesmo o pop. Estamos buscando reforçar essas festas de rua que eram comuns no cotidiano das gerações passadas, mesclando o carnaval com a música eletrônica, que é muito presente nas vidas dos jovens de hoje. Representantes desta vertente no país buscam com este projeto a realização de uma turnê, composta de (05) cinco eventos totalmente gratuitos e em locais públicos.

179028 - GRAVAÇÃO CD E CLIPES DA DUPLA FÁBIO & JULIANO

KEITH COLIN
CNPJ/CPF: 028.648.589-32
Processo: 01400034257201771
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 409.200,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Gravação de CD com 10 (dez) faixas de música sertaneja de raiz. Prensagem de 20.000 cópias de CDs a título promocional destinado à divulgação em shows da dupla, para as emissoras de rádio de todo o país e através dos canais da dupla. Gravação de 2 (dois) clipes: o primeiro, com uma música de trabalho do CD sendo filmado no próprio estúdio com a dupla cantando, e o 2º clipe, também com outra música de trabalho do CD, ao ar livre, mostrando o que nossso país tem para mostrar na região que a dupla nasceu. Este projeto está sendo montado para todos tipo de público: tanto os apreciadores de uma bom sertanejo de raiz, quanto queremos atingir um outro nicho que não escuta mais CDs, mas acessa as mídias sociais como canais de video, a exemplo do you tube, facebook, etc.

178022 - Gravação de CD e Turnê do cantor Robson Coelho

OFFICER PRODUES
CNPJ/CPF: 14.275.247/0001-25
Processo: 01400032763201726
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.271.160,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto é a gravação de um CD do cantor Robson Coelho, que pretende viabilizar a realização de apresentações, contendo histórias sobre os sons da musica sertaneja. Será realizados shows com entrada gratuita.

178965 - GRAVAÇÃO E LANÇAMENTO DO 4º CD INTITULADO - UM MILÉSIMO DE SEGUNDO

WILLY ANTUNES
CNPJ/CPF: 712.958.526-91
Processo: 01400034171201749
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 258.981,75
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O projeto consiste na gravação do 4º álbum musical, com a tiragem de 3.000 cópias do CD do Cantor e compositor WILLY ANTTUNES, bem como a realização de um show de lançamento do CD na cidade de Belo Horizonte, em agosto de 2018, no estado de Minas Gerais onde o artista se lançou como cantor e compositor. A proposta é de que sejam gravadas para o CD 14 faixas, sendo 04 (quatro) músicas autorais inéditas e 10 (Dez) releituras de músicas autorais gravadas em seu 1º, 2º e 3º CD.

179265 - III FESTIVAL DE MÚSICA SERTANEJA DO TRIÂNGULO MINEIRO

Instituto Maçonico de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
CNPJ/CPF: 19.761.619/0001-47
Processo: 01400034569201785
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.090.139,40
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização do terceirofestival de música sertaneja do Triângulo Mineiro. Serão quatro dias de Festival, com quatro atrações em cadadia, sendo duas nacionais, uma regional e uma local.

179388 - Me Chamo Valéria, negra e trans. Sexo Frágil?

JOAO APARECIDO DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 458.862.539-04
Processo: 01400034724201763
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 188.980,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Um show musical precedido da exibição de um documentário curta metragem, sobre a vida e a carreira da cantora trans Valéria, com debate sobre a identidade de gênero no final da apresentação. As músicas que compõem o repertório são inéditas, farão parte do primeiro disco a ser gravado pela cantora e gravitam, de alguma forma, sobre a diversidade de gênero.

178870 - MPB Minas On-Line

LUCIANO SANTOS DO SACRAMENTO
CNPJ/CPF: 015.056.006-00
Processo: 01400034006201797
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.865,33
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O MPB Minas On-Line propõe a disseminação e a divulgação da Música Popular Brasileira produzida em Minas Gerais, por meio da implementação de um portal eletrônico bilingue (português e inglês), além da produção e disseminação de artigos mensais sobre a música e seu contexto, com a oferta de um suporte metodológico aos municípios mineiros para que implementem a Lei Federal no. 11.769/2008, que torna obrigatório o ensino de música na educação básica, sempre relacionando à diversidade da música mineira com seus aspectos contextuais.

179355 - Musicale

Ricardo Prado da Silva
CNPJ/CPF: 052.658.955-82
Processo: 01400034681201716
Cidade: São Caetano do Sul - SP;
Valor Aprovado: R$ 692.540,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Musicale é um projeto musical, que transmite alegria para as pessoas, através de vários ritmos músicais, sendo interpretadas por 4 Cantores, e uma palestrante.

178085 - NEGROS EM DESTERRO

ASSOCIACAO CULTURAL MARAMBOLE
CNPJ/CPF: 27.740.214/0001-50
Processo: 01400032958201776
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 290.625,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra com evento de premiação com o troféu Cruz e Souza, um evento totalmente gratuito e livre para todas as idades e aberto ao público em geral, sem qualquer discriminação; Na abertura teremos como atração principal a apresentação teatral com o Núcleo de Atores Negros, no dia seguinte apresentação musical nacional com o cantor Jorge Aragão no palco principal ao Largo da Catedral; o evento agrega ainda durante cinco (05) dias no Palácio Cruz e Souza apresentações musicais com artistas locais, na abertura da exposição fotográfica será realizada a Premiação com o Troféu Cruz e Souza para 50 personalidades de destaque na cidade, roda de choro , exibição de cinema, palestra, confeção de bonecas abayomi e homenagem com o Troféu Cruz e Souza a 50 personalidades da cidade de Florianópolis que contribuem para o combate ao racismo e a promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial na cidade.O evento tem um público estimado em 15 mil pessoas.

179516 - NO PASSO DA DANÇA DAS PANCADAS DO MAR

Centro Cultural Estrela de Lia
CNPJ/CPF: 08.284.461/0001-45
Processo: 01400034929201749
Cidade: Ilha de Itamaracá - PE;
Valor Aprovado: R$ 485.349,80
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Gravação, mixagem, legendagem, audiodescrição, masterização e prensagem de 1.000 cópias do Blu Rey denominado "No Passo da Dança das Pancadas do Mar", com a duração aproximada de 50 minutos, que incide sobre o repertório dos mestres Lia de Itamaracá e Zeca do Rolete e convidados, com filmagens ao vivo no Centro Cultural Estrela de Lia, na Ilha de Itamaracá, revelando a paisagem sonora e visual do litoral pernambucano - as cirandas e cocos da beira mar e seus mestres, a Ilha, a praia, o mar e seus personagens: pescadores, animais e a orixá Yemanjá.

179426 - O CULTO À CIÊNCIA - ESPETÁCULO LÍTERO-MUSICAL

Wellington Silva
CNPJ/CPF: 062.501.018-37
Processo: 01400034776201730
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 475.524,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O compositor e intérprete WTon, acompanhado de sua banda SPINOFF propõem a circulação de lançamento do seu disco "O Culto à Ciência" em 7 (sete) shows no estado de São Paulo, sendo 4 (quatro) em cidades do interior e 3 (três) dentro de presídios. Também serão oferecidos em 4 (quatro) cidades 1 (um) wokshop de apreciação musical sobre os movimentos musicais da segunda metade do século XX.

178055 - Projeto Vitor e Dodô 2018

SPRINT AUTO PECAS NOVAS E RECONDICIONADAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 18.240.519/0001-02
Processo: 01400032845201771
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.204.411,80
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a gravação de dez Shows ao vivo, em são Paulo e interior com a dupla Vitor e Dodô e a prensagem de 1.000 cópias em CD. Serão 14 faixas, todas autorais.

177972 - RIVIERA JAZZ&MPB MEETING FESTIVAL

Textos & Ideias Consultoria e Comunicacao SC Ltda
CNPJ/CPF: 57.348.138/0001-01
Processo: 01400032633201793
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 973.845,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Com uma população de 58.000 habitantes, acrescida de milhares de visitantes em períodos de férias, feriados e finais de semana, Bertioga é um tradicional ponto cultural do Estado de São Paulo. É nesse cenário que pretendemos apresentar o RIVIERA JAZZ&MPB MEETING FESTIVAL, projeto que contempla a realização de shows musicais que vão mesclar atrações nacionais e internacionais do Jazz com a MPB. Todos os shows serão abertos e gratuitos à população em geral.

178013 - Sertanejo Bruto com Lucas & Eduardo

ANA GLENDA NUNES CORDEIRO
CNPJ/CPF: 069.141.189-14
Processo: 01400032752201746
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 236.864,80
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Lucas e Eduardo é uma dupla sertaneja que vem se desenvolvendo na cidade de Mandaguaçu. O intuito do projeto é alavancar o desenvolvimento da dupla criando uma nova identidade e os colocando na midia atraves da Gravação de um Cd da dupla e tambem divulgação da mesma perante o meio musical. Contamos com a realização de um evento de lançamento deste CD na cidade de Mandaguaçu. Através do projeto, buscaremos recriar a dupla em uma nova roupagem, lançando a no mercado de Maringá e região, com shows em bares, casas noturnas e eventos em gerais. Cria-se uma nova identidade, lançando um novo EP e assim tornando-os cada vez mais conhecidos entre o meio.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)

178393 - Grafite na Praça

Instituto Vida Real
CNPJ/CPF: 08.077.747/0001-50
Processo: 01400033348201790
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 372.434,67
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A proposta é ampliar e dar continuidade ao projeto de Grafite como expressão de arte urbana, que já vem sendo executado pelo Instituto Vida Real,atuante há 13 anos na Maré junto às Escolas do Amanhã, por meio de ações culturais, sociais e políticas no estímulo à uma vida mais ativa dos jovens moradores do Complexo da Maré.Será realizada uma investigação teórica e prática sobre a história do grafite e sua concepção como arte urbana. Esta iniciativa busca impactar a vida dos moradores, pois possibilita a revitalização da praça, próxima à Linha Amarela, potencializando e empoderando atividades já existentes no local de skate e hip hop.O projeto terá oficinas de formação teórica e técnica com 100 (cem) adolescentes moradores do Complexo da Maré, culminando com um evento para aproximadamente 1.000 (mil) pessoas. Nesse evento, haverá apresentações de skate, do hip hop (break, rap e dj) e o concurso de grafite, premiando os três primeiros lugares, com jurados à escolher.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)

178887 - CANDEIA: II Mostra Internacional de Narração Artística

INSTITUTO CULTURAL ABRAPALAVRA
CNPJ/CPF: 18.861.009/0001-52
Processo: 01400034023201724
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 294.684,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Candeia Mostra Internacional de Narração Artística é um evento anual que colocou Minas Gerais no circuito internacional de festivais de contação de histórias ao promover um espaço de reflexão, criação e ação cultural, focalizando a arte da narrativa oral. O evento traz artistas do Brasil e de outros países para apresentarem seus espetáculos de narração de histórias, além de ministrarem oficinas e participarem de rodas de conversas e ações nos bairros mais afastados do centro de Belo Horizonte. Como produtos finais são disponibilizdos os contos narrados, a transcrição das mesas e os vídeos de cada atividade.

179298 - Katanai - Aventureiros do Poente

LEONARDO AZEVEDO NEVES
CNPJ/CPF: 075.531.367-43
Processo: 01400034609201799
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 173.438,17
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto busca realizar uma história em quadrinhos digital que será compartilhada gratuita e quinzenalmente ao longo deseis meses sempre via internet. Posteriormente, todas essas "edições digitais" serão reunidas em uma única edição material, que terá 500 exemplares disponíveis, do qual 30% serão doados e o restante colocados à venda (também online), cujo valor arrecadado será totalmente destinado a uma instituição de caridade.

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 001 de 01/01/2017, publicada no D.O.U. em 03/01/2017, Seção 1, referente ao Projeto Preservação, Restauro e Conservação Integrada do Seminário de Olinda PE - Pronac: 13 4866

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2017 a 29/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 177, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

179172 - 22º Florianópolis Audiovisual Mercosul - FAM2018

Associação Cultural Panvision
CNPJ/CPF: 02.502.152/0001-18
Processo: 01400034428201762
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 599.782,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Florianópolis Audiovisual Mercosul, é um evento anual, gratuito, com duração de 6 dias em dois eixos básicos: a) Festival Audiovisual com mostras competitivas (Curtas, Catarinense, Infantojuvenil, VideoClip e DocFAM) e mostra convidada (Longas) e b) Fórum Audiovisual com palestras e painéis de debates. Data: 19 a 24 de junho. Quantidade de títulos a serem exibidos: 30 ; Numero total de sessões: 20, numero total de palestras/painéis: 15; público estimado palestras/painéis 500; público estimado na sessões dos filmes: 15 mil.

179573 - 41° Festival Guarnicê de Cinema

FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESENVOL DA UFMA
CNPJ/CPF: 07.060.718/0001-12
Processo: 01400035282201772
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 398.610,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Quarto festival mais antigo do Brasil, o FESTIVAL GUARNICÊ DE CINEMA chega ininterruptamente, em 2018, a sua 41ª edição com o tema "Ver, fazer e viver Cinema". O Festival é uma promoção da UFMA, por meio do DAC/PROEXCE em conjunto com a FSADU e acontecerá em São Luís, Ma, no período de 01 a 09 de junho de 2018. A programação será composta com 04 mostras competitivas de filmes curta e longa metragens, nacional e maranhense. Exibiremos no total cerca de 40 trabalhos e a realização de sessões de mostras especiais: Guarnicêzinho; Mostra Jovem; Cinema não tem idade; Acessibilidade; Cenário Maranhão; Cenário Brasil. Além de proporcionar espaços de formação de plateia por meio de 05 oficinas, palestras, workshop e bate-papos. Prevemos para 2018 a realização de uma média de 15 mostras, entre competitivas e especiais, com cerca de 200 produções audiovisuais de todo o Brasil, totalizando mais de 120 horas de exibição em quatro espaços culturais, alcançando um publico estimado em 10000 pessoas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179530 - A Manta
Igor Marco Mesquita de Pitta Simões
CNPJ/CPF: 011.020.939-71
Processo: 01400034983201794
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 112.669,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de filme curta-metragem em animação de 10´, através da técnica de computação gráfica 2D, para ser finalizado em HD, cópias em DVD. Este curta-metragem de animação fala-nos das histórias de afetos, de ternura, de tudo o que estrutura o nosso mundo e dos objetos que foram passados de pais para filhos e das historias que esses objetos nos contam.

179553 - Buster Keaton - O mundo é um circo
Lúdica Produções Audiovisuais
CNPJ/CPF: 10.755.887/0001-81
Processo: 01400035150201741
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 571.353,75
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A mostra de cinema Buster Keaton - o mundo é um circo apresentará ao público do Centro Cultural Banco do Brasil a mais completa retrospectiva já ocorrida no país sobre este que é um dos mais importantes atores-diretores do cinema mudo. Ao longo de quatro semanas em cada unidade (Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal) o evento promoverá sessões de filmes em 35 mm, 16 mm e em digital de grande parte da obra de Buster Keaton. A mostra conta, ainda, com a confecção da primeira publicação sobre Keaton em língua portuguesa. A mostra trará um total de 58 obras de Buster Keaton, sendo 17 longas-metragens e 41 curtas-metragens. Serão realizadas 50 sessões em cada unidade do CCBB e o público total estimado é de aproximadamente 4.500 pessoas.

179564 - Casa do Cinema
Marcella Nigro
CNPJ/CPF: 233.101.738-79
Processo: 01400035251201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 594.856,40
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta visa promover um cineclube ao ar livre, formado por 12 sessões, uma vez por mês, inteiramente gratuito no jardim do Museu da Casa Brasileira. Toda sessão será composta por filmes contemporâneos e falados em língua portuguesa, sendo uma curta-metragem e uma longa-metragem. A cada três sessões serão convidados entre outros, professores e cineastas que irão dividir pensamentos e debater o tema proposto pelo filme exibido naquela sessão. O projeto pretende atender um público de cerca de 10 mil pessoas.

179567 - Cine & Bate-Papo - Brasília
RAFAEL AUGUSTO DA COSTA ALENCAR
CNPJ/CPF: 013.649.501-03
Processo: 01400035274201726
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 698.976,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o projeto Cine & Bate-Papo provendo experiências incríveis em 12 sessões de cinema gratuitas a serem realizadas em salas de cinema ou equivalente na cidade de Brasília/DF. O Cine & Bate Papo é uma iniciativa que propiciará aos idosos e seus familiares uma prazerosa e instigante ida ao cinema, enriquecendo sua vida cultural, promovendo o acesso a cultura, além de ganhos indiretos como se emocionar, participar de debates, trocar experiências com pessoas da mesma faixa etária e levar reflexões para a sua vida cotidiana.

179563 - Cine Estrela
Estilo Azul Comunicações Ltda
CNPJ/CPF: 00.249.959/0001-65
Processo: 01400035197201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 751.259,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Cine Estrela, levará sessões gratuitas de cinema ao ar livre em diferentes locais, num total serão 5 (cinco) edições em locais de livre acesso público, 4 (quatro) no município do Rio de Janeiro (os bairros serão definidos na pré produção) e 1 (uma) na cidade de Paraty. Em cada etapa, 2 (dois) dias de evento, sempre nos finais de semana, com 2 (duas) sessões em cada edição, totalizando 10 (dez) longas metragens e pelo menos uma sessão por edição, exclusiva com Audiodescrição para deficientes visuais. Durante as exibições, distribuição de pipoca e suco, também gratuitos. Na programação, filmes com baixa faixa etária ou livre, para que toda família possa assistir.

179325 - Cineamazonia - Festival de Cinema Ambiental - 16ª Edição e Itinerância 2018
Espaço Vídeo e Cinema
CNPJ/CPF: 01.900.387/0001-03
Processo: 01400034639201703
Cidade: Porto Velho - RO;
Valor Aprovado: R$ 1.499.059,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do CINEAMAZONIA - FESTIVAL DE CINEMA AMBIENTAL 16a EDIÇÃO E ITINERÂNCIA 2018, nos Estados da Região Norte (Rondônia, Acre e Amazonas), e em Portugal, bem como, junto à Região do Vale do Guaporé (Rondônia/Bolívia), Peru (região de fronteira amazônica). Em todas as localidades serão realizadas sessões de cinema de forma totalmente GRATUITA. O CINEAMAZONIA realizará atividades em locais desprovidos de acesso a bens culturais tendo como público alvo, populações tradicionais, afrodescendentes e aquelas consideradas minoritárias, democratizando-se assim o acesso ao cinema, produzidos, prioritariamente, no Brasil. Serão gerados dois produtos: o Festival e o DVD da Mesa "É de poesia que o mundo precisa". Sessões realizadas em 40 localidades da itinerância, equivalente a projeção de mais de 7.200min. de projeção, com a média de 20 títulos. Na 16a edição a media é de projeção de 1.500min., com mais de 39 curtas e médias e 6 a 8 longas. Público estimado em 15.930pessoas.

178812 - CineFavela Brasil
Caíque Pimentel Guimarães
CNPJ/CPF: 055.282.935-88
Processo: 01400033940201791
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 19.997,96
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O CineFavela Brasil é uma mostra de cinema que consiste na exibição, difusão e discussão de filmes de todos os gêneros e formatos produzidos especificamente por realizadores independentes moradores de comunidades periféricas de todo Brasil. O nosso objetivo é trazer tais produções contemporâneas para serem discutidas e ganharem visibilidade, contribuindo para uma descentralização cultural, dando maior acessibilidade aos bens e serviços culturais aos moradores e produtores das periferias.

179565 - CINEFOOT- Festival de Cinema de Futebol 10 Anos
Instituto Brasileiro de Estudos de Festivais Audiovisuais - IBEFEST
CNPJ/CPF: 10.576.820/0001-80
Processo: 01400035272201737
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 384.250,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto tem por objetivo a realização da 10ª edição do CINEFOOT- Festival de Cinema de Futebol, uma iniciativa cultural singular e inovadora. O festival objetiva reunir as principais obras audiovisuais nacionais e internacionais sobre a temática futebol. Trata-se do único festival de cinema de filmes de futebol do Brasil e da América Latina. O festival possui uma programação prevista para duas sessões diárias durante seis dias, estimando exibir 40 títulos entre curtas e longas, e expectativa de alcançar o número de três mil espectadores com entrada franca.

179579 - Colateral
FERNANDO MORAES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 373.066.118-36
Processo: 01400035323201721
Cidade: Valinhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 698.953,45
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Colateral" irá produzir um filme média-metragem que contará a respeito da vida de um hacker recém formado e as surpreendentes aventuras que a vida lhe reservou.

178511 - Como fazer Cinema - Curta metragem "O catador de cachorro morto".
Allan Gilmour Rodrigues - ME
CNPJ/CPF: 08.094.402/0001-04
Processo: 01400033515201701
Cidade: Jaú - SP;
Valor Aprovado: R$ 126.898,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar curta metragem com duração de 15 minutos, oficinas de Cinema para capacitação, formação e continuidade. Serão disponibilizadas 25 vagas para as oficinas que acontecerão no estúdio da Produtora Allan Gilmour Rodrigues ME, com equipamentos de alta tecnologia e espaços apropriados para construção de sets e reuniões. As oficinas para a formação de equipe, despertar profissionais, fomentar a produção cinematográfica e linguagem audiovisual, formação de público da cidade e região. Oficinas como: pesquisa, roteiro, direção, produção, fotografia, arte, locação, preparação de atores, cenários, trilhas sonoras, efeitos especiais, edição e montagem, distribuição entre outros. Com o roteiro do curta metragem de 15 minutos em para o filme "O CATADOR DE CACHORRO MORTO" de Ricardo Fernandes Rodrigues. O filme será finalizado no formato Full HD para ser apresentado no Calendário Cultural da cidade e exibido no Cine Municipal e outros meios de veiculação (NET), festivais e distribuição.

178510 - Como Fazer Cinema II - "Meninos Bumerangues"
Allan Gilmour Rodrigues - ME
CNPJ/CPF: 08.094.402/0001-04
Processo: 01400033514201758
Cidade: Jaú - SP;
Valor Aprovado: R$ 124.642,20
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar curta metragem com duração de 15 minutos e oficinas de Cinema para capacitação e formação de equipe para continuidade. Serão disponibilizadas 25 vagas para as oficinas que acontecerão no Estúdio da Produtora Allan Gilmour Rodrigues ME (nome fantasia Ruah Vídeo Artes), equipamentos de alta tecnologia e espaços apropriados para construção de sets e reuniões. Oficinas para formação de equipe, despertar profissionais, fomentar a produção cinematográfica e linguagem audiovisual, formação de público da cidade e região. Oficinas como: pesquisa, roteiro, direção, produção, fotografia, arte, locação, preparação de atores, cenários, trilhas sonoras, efeitos especiais, edição e montagem, distribuição entre outros. Com o roteiro do curta metragem de 15 minutos em para o filme "MENINOS BUMERANGUES" de Ricardo Fernandes Rodrigues. O filme será finalizado no formato Full HD e 2K (DCP) e apresentado no Calendário Cultural da cidade e exibido no Cine Municipal, (NET), festivais e distribuição.

178789 - Curta-Metragem URUBU-REI
FILIPE CASTEJON FELIX
CNPJ/CPF: 352.890.288-46
Processo: 01400033903201783
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 10.152,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Urubu-Rei" é um projeto de curta-metragem de ficção com duração de quinze (15) minutos a ser finalizado em formato full HD, sobre os reflexos da corrupção estrutural dentro de uma comunidade interiorana brasileira, demonstrados principalmente através do arco dramático da personagem principal Dara, mulher negra e periférica. A história é ambientada em um bairro periférico em Santa Rita do Pinhal, cidade fictícia do interior paulista, e tem como incidente inicial a morte de Diógenes, o maior bicheiro da região. O paradeiro das apostas do jogo é desconhecido, o que acaba iniciando uma espécie de disputa velada por esse dinheiro.

179230 - Documentário - Nós incluímos
WILKER FERREIRA CACAO PUBLICIDADE - ME
CNPJ/CPF: 18.988.103/0001-77
Processo: 01400034524201719
Cidade: São José do Rio Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 633.258,11
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O documentário "Nós incluímos" relata a sutileza das relações de trabalho travadas pelas pessoas com deficiência, a estranheza ou acolhimento no ambiente competitivo empresarial, o olhar diferenciado do portador de deficiência, seus limites e desafios pessoais, sua relação com fatores hierárquicos e competitividade, próprias do ambiente empresarial. Documentário 52" em formato MP4 (H264) - Classificação Livre.

179174 - Documentário Ilustres Flamenguistas
BASE 1 FILMES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.675.219/0001-56
Processo: 01400034431201786
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 610.906,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e lançamento do documentário "Ilustres Flamenguistas", do diretor André Fran. O documentário busca criar um registro artístico e criativo da história do Flamengo ligada à cultura brasileira, contado a partir de ex-jogadores, funcionários renomados, torcedores famosos ou ilustres anônimos que testemunharam ou foram parte da história do maior clube do Brasil. O filme terá 69 minutos de duração e finalização em HD.

179541 - Documentário Kombo Autoral Paranaguá
LUIZ ANTONIO FERREIRA
CNPJ/CPF: 496.208.609-00
Processo: 01400035034201721
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 199.080,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção de um documentário de média metragem, com duração de 26 minutos e finalizado em Full HD, filmado em Paranaguá, berço da música paranaense. Mostraremos a história de 3 compositores locais a serem escolhidos entre as expressões musicais da região, com ênfase para o fandango, ritmo natural da cidade. Eles se apresentarão em 3 escolas do município, levando às crianças o conhecimento de suas raízes e contribuindo para a formação de novas plateias. Com roteiro do diretor Beto Carminatti, buscaremos neste documentário desenvolver uma narrativa em cinco módulos, mas que interagirão entre si por sua unidade temática.A historia será uma viagem entre escolas da cidade de Paranaguá, através da ancestralidade musical do fandango presente na vida dos nossos personagens. Esses artistas transportarão instrumentos e equipamentos de som e luz na carroceria de um pequeno caminhão e apresentarão suas criações em pátios das escolas, compartilhando com a comunidade a vivencia de suas trajetórias.

178918 - Elas Pilotam
Agência PEMC - Projetos Especializados Marketing Consultoria
CNPJ/CPF: 20.135.155/0001-42
Processo: 01400034082201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 428.485,83
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção de obra documental com cerca de 55 minutos e finalização em HD Pro Ress 422 HQ 1920 x 1080 24p que irá explorar o mundo do automobilismo brasileiro a partir da visão de3 corredoras que competem em categorias distintas: Stock Car, Kart e Rally dos Sertões, mostrando suas realidades, partindo da vida pessoal e adversidades específicas que enfrentaram para correr até o panorama geral sobre o lugar das mulheres nessa modalidade esportiva que é, desde o princípio, predominantemente masculina. O média irá acompanhar as personagens durante um período de preparação para uma grande prova do campeonato e mostrar os percalços dessa jornada e as diferenças entre cada categoria, não só técnica, mas também do acesso ao esporte e da participação das mulheres em cada. O conteúdo final será destinado a brasileiros de todas as idades, amantes de esportes e histórias reais que tem interesse ou curiosidade sobre o estilo de vida e as dificuldades das mulheres corredoras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179569 - F.O.M.E - Mais do que algo para comer
EA Filmes e Produções LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.974.428/0001-99
Processo: 01400035278201712
Cidade: Cotia - SP;
Valor Aprovado: R$ 800.006,60
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O documentário F.O.M.E - Mais do que algo para comer vem apresentar de uma forma profunda um problema que em pleno século XI ainda assola a população Brasileira, e acontece do nosso lado mais perto do podemos imaginar. A fome é uma realidade para milhares de pessoas (cerca de 7 milhões). Além disso, existem, ainda hoje, mais de 40 milhões de pessoas que não comem mais do que uma refeição ao dia. O documentário trará uma reflexão sobre o assunto apresentado o cenário social e cultural da população vitima da forme em nosso país.O documentário terá 60 minutos e a finalização será em H264 e MOV.

179576 - Festival do Rio 2018
CINEMA DO RIO CULTURA E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.709.793/0001-39
Processo: 01400035314201730
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 7.392.031,77
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a 20º edição do Festival do Rio na cidade do Rio de Janeiro, no período de 04/10/2018 a 14/10/2018. O Festival do Rio é um projeto que contempla mostra de filmes de longa, curta documentários e ficção, espaços para debates e negócios na área audiovisual, com destaque para cinematografia brasileira e aberta à apresentação de obras de outras nacionalidades, com uma programação prevista de 250 filmes, 20 salas de exibição abraçando toda a cidade do Rio de Janeiro e reunindo em média um publico estimado de 200mil espectadores.

179577 - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra Catarinense
Joacir Luz Filho
CNPJ/CPF: 063.614.618-90
Processo: 01400035319201762
Cidade: Itanhaém - SP;
Valor Aprovado: R$ 209.872,94
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A 1ª edição do Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra Catarinense, se realizará em setembro e outubro de 2018 nas cidades de Lages, São Joaquim e Urubici exibindo gratuitamente filmes de temática socioambiental, trazendo conteúdo audiovisual atualizado e de qualidade de diversas partes do mundo, abordando a questão ambiental em suas diversas nuances, além de promover amplo debate com foco no desenvolvimento sustentável. O Festival contará inicialmente com cerca 50 títulos entre curtas, médias e longas, que irão compor uma grade de mais de 80 sessões. A projeção de público para o primeira edição 2018 é de 2 mil pessoas em 10 dias de evento nas cidades de Lages, São Joaquim e Urubici.

179574 - Gravação do Clipe da Banda UP N GO
FELIPE CESAR ITUASSU SOUTO
CNPJ/CPF: 101.748.336-10
Processo: 01400035307201738
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 75.213,75
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a produção de um Clipe da Banda Up N Go. Este clipe será produzido durante um show na cidade de Belo Horizonte, terá duração de 3 minutos e será de uma das músicas autorais do proponente.

179568 - Na Tela do Cinema 4ª Edição
Cinear Produções e Exibições Cinematográficas LTDA
CNPJ/CPF: 07.137.708/0001-38
Processo: 01400035277201760
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 787.050,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Na Tela do Cinema 4ª Edição consiste na realização de sessões gratuitas de cinema em praça e/ou rua pública, em 20 municípios com o menor índice IDH, localizados no Vale do Jequitinhonha e Mucuri no Estado Minas Gerias, onde serão exibidos 01 longa e 03 curtas-metragens. O projeto ainda prevê a realização de oficina de fotografia, apresentação de artistas locais e produção de um vídeo-documentário de cada comunidade, abordando aspectos sociais e culturais, crenças, buscando promover a valorização das tradições e saberes locais, as histórias dos municípios,relatos cotidianos com duração aproximada de 10 minutos, promovendo o reconhecimento dos entrevistados na grande tela. Serão distribuídos em dvds para os entrevistados, Prefeituras, bibliotecas e escolas.

179532 - Niterói Cine Drive-in
RAPSODIA EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.825.085/0001-14
Processo: 01400034988201717
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 294.754,60
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de um Cinema Drive-in - na qual se assiste ao filme dentro do carro e o som é transmitido através de uma frequência de rádio FM - a ser realizado na Praça Popular de Niterói, em seis dias, dois finais de semana de 2018. O projeto proporciona ao público assistir aos filmes de uma forma diferente das salas de cinema convencionais, estimulando o estar junto ao ar livre e a interação com o local, no caso, um belíssimo e importante conjunto arquitetônico de Oscar Niemeyer, com vista para a Baía de Guanabara. Serão exibidos, no mínimo, 12 filmes: 06 longas e 06 curtas.

179441 - O Cinema de Ken Loach
Blah! Comunicação e Produção LTDA - ME
CNPJ/CPF: 22.748.994/0001-61
Processo: 01400034808201705
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 297.876,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Retrospectiva inédita de filmes do cineasta britânico Ken Loach a ser realizada em São Paulo e Brasília. A mostra exibirá grande parte dos filmes realizados para o cinema e um dos seus primeiros filmes para tv, midia na qual o cineasta iniciou sua carreira - desde a série de TV "The Wednesday Play/episódio Cathy Come Home" (1966), seu primeiro grande sucesso, até seu último longa-metragem "Eu, Daniel Blake" (2016), premiado com a Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes, além de um documentário sobre sua vida e obra, em um total de aproximadamente 29títulos. Serão realizados um debate em cada cidade com a participação da curadora Fernanda Bastos, de jornalistas e/ou pesquisadores da obra de Ken Loach, com tradução simultâneia para a linguagem de libras; além de duas sessões especiais gratuitas com a exibição do documentário sobre Ken Loach seguida de uma conversa com um professor convidado para alunos e professores da rede pública de ensino.

179581 - Oficina Móvel de Cinema - Vale do Jequitinhonha
MARCO ANTONIO PEREIRA DE FREITAS JUNIOR
CNPJ/CPF: 089.289.276-50
Processo: 01400035328201753
Cidade: Cordisburgo - MG;
Valor Aprovado: R$ 304.824,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização de 12 oficinas de cinema em 12 cidades do Vale do Jequitinhonha-MG, no ano de 2018. A Oficina Móvel de Cinema é um mini-curso que acontece em escolas, comunidades, centros culturais, igrejas e ongs. O objetivo é proporcionar aos participantes a experiência de fazer um filme e, a partir dessa dinâmica, realizar um breve mentoreio vocacional aos participantes. No período de cinco dias, os alunos são inicializados no universo do cinema através de aulas teóricas e práticas. Produzem um filme de curta-metragem original, com equipamentos (câmeras, microfones e computador) disponibilizados pela oficina. O filme produzido pelos participantes é exibido na formatura, no último dia da oficina e entra no dvd com todos os filmes produzidos nas 12 cidades.

177817 - Revista do Cinema Brasileiro
Indiana Produções Cinematográficas
CNPJ/CPF: 07.060.648/0001-00
Processo: 01400031897201720
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.936.463,50
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Nova temporada do programa Revista do Cinema Brasileiro (Tv Brasil),que já levou ao ar 962 programas ao longo de seus 22 anos de história. Uma trajetória que reconstrói e preserva a memória, além de promover o cinema brasileiro. Para essa nova temporada serão realizados 40 episódios inéditos com duração de 25 minutos divididos em 2 blocos, levando ao espectador os bastidores das produções em matérias nos sets de filmagem, entrevistas com atores, diretores e outros profissionais do audiovisual, reflexão sobre temas em destaque, cobertura de eventos, produções regionais, informações de mercado, dicas, personagens, histórias e um mergulho profundo no cinema e no audiovisual brasileiro.

179170 - Sessão Sonora 2018
Violeta Filmes LTDA
CNPJ/CPF: 22.872.637/0001-00
Processo: 01400034424201784
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 599.073,60
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Cineteatro São Luiz, localizado na cidade de Fortaleza-CE, é um dos pouquíssimos espaços no Brasil que tem a configuração de um cineteatro. Esse projeto procura destacar essa singularidade, realizando uma mostra de cinema brasileiro que versam sobre o universo da música e seus personagens. Prevê a realização de filmes com temática musical, seguidos imediatamente da apresentação de shows que se relacionam com os conteúdos abordados nos filmes. Ao longo de um ano, serão exibidos 06 filmes de longa metragem, 1 por mês, nas tardes e noites de domingo, no Cineteatro São Luiz, a preços populares. Os filmes serão apresentados pelos diretores / produtores. Também acontecerão bate-papos com os diretores nas escolas de cinema de Fortaleza, atividade gratuita e aberta ao público. Expectativa de 1000 pessoas / sessão; total 6 mil pessoas.

179540 - VAA Abrolhos
Agência PEMC - Projetos Especializados Marketing Consultoria
CNPJ/CPF: 20.135.155/0001-42
Processo: 01400035031201798
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 387.023,77
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção de obra documental com cerca de 55 minutos e finalização em HD Pro Ress 422 HQ 1920 x 1080 24p que irá explorar as belezas cênicas do Arquipélago de Abrolhos, ao sul do litoral baiano, acompanhando, ao longo de 06 dias, 12 integrantes de clube de canoa havaiana do Rio de Janeiro. O média irá tratar sobre o Parque Nacional Marinho formado por 05 ilhas protegidas para a preservação do ecossistema, apresentando sua importância para a natureza e para pesquisas científicas; irá acompanhar praticantes de canoa havaiana remando pela primeira vez em Abrolhos, modalidade esportiva ainda pouco praticada e divulgada no Brasil; e também irá apresentar um pouco sobre a história e as características dessa modalidade esportiva.O conteúdo final será destinado a brasileiros de todas as idades, amantes de paisagens naturais, esportes e histórias reais que tem interesse ou curiosidade sobre a região de Abrolhos, sua preservação e a canoa havaiana.

177860 - XIV Fantaspoa - Festival Internacional de Cinema Fantástico de Porto Alegre
Mozi Produções Artísticas e Culturais LTDA.
CNPJ/CPF: 13.704.990/0001-90
Processo: 01400032176201737
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 260.001,00
Prazo de Captação: 21/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da décima quarta edição de Festival internacional de cinema dedicado ao gênero fantástico. Trata-se do festival mais longevo da capital gaúcha, consolidado como maior festival desse gênero na América Latina,e único representante sul-americano da Federação Méliès, que congrega os mais relevantes festivais de cinema fantástico do mundo.Duração de 17 dias (entre os dias 18 de maio e 3 de junho de 2018), com exibição de filmes, sessões comentadas, exposição artísticas, workshops, festas e sessões itinerantes em escolas. Serão realizadas 120 sessões de exibição (8 por dia), e serão programados aproximadamente 120 títulos (80 longas e 40 curtas). Público estimado de 6.000 pessoas.

PORTARIA Nº 178, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
163433 - PopCine - Circuito Popular de Cinema - ano II
MUSEU DE HISTORIA E CIENCIAS NATURAIS
CNPJ/CPF: 00.152.352/0001-62
Cidade: Além Paraíba - MG;
Valor Complementado: R$ 1.048,99
Valor total atual: R$ 59.678,99

PORTARIA Nº 179, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
160095 - Documentário Amigo PME
Monica Barreto Gelbecke
CNPJ/CPF: 039.813.259-31
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.887/GC3, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a subordinação da Escola Tenente Rêgo Barros e do Colégio Brigadeiro Newton Braga.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67500.004368/2017-33, resolve:

Art. 1º Subordinar a Escola Tenente Rêgo Barros - ETRB e o Colégio Brigadeiro Newton Braga - CBNB à Diretoria de Ensino - DIRENS.

§ 1º A ETRB e o CBNB são responsáveis pelo acervo de pessoal e material existente em suas respectivas áreas.

§ 2º A DIRENS será responsável pela efetivação da consolidação do controle patrimonial analítico dos bens sob responsabilidade da ETRB e do CBNB.

§ 3º A ordenação primária de despesas estará a cargo da DIRENS, responsável por toda a movimentação financeira, orçamentária e patrimonial em proveito da ETRB e do CBNB.

§ 4º O apoio quanto à execução financeira, orçamentária e patrimonial em favor da ETRB e do CBNB será realizado, respectivamente, pelo GAP-BE e GAP-GL, sob a coordenação do Ordenador de Despesas da DIRENS. Nesse caso, os respectivos Grupamentos de Apoio deverão realizar o controle patrimonial sintético, no SIAFI da DIRENS, relativo à ETRB e ao CBNB.

Art. 2º A ETRB e o CBNB observarão as diretrizes e orientações fixadas pela DIRENS, relacionadas com as atividades de ensino, assim como do número de vagas disponibilizadas em cada ano letivo.

Parágrafo único. A DIRENS estabelecerá diretrizes para a seleção e a avaliação do corpo docente da ETRB e do CBNB.

Art. 3º Fica instituída contribuição mensal, referente a cada aluno, que será paga pelos responsáveis, destinada a custear despesas de ensino da ETRB e do CBNB.

§ 1º A contribuição a que se refere o caput deste artigo terá o seu valor estabelecido por ato do Diretor da DIRENS para a ETRB e o CBNB, correspondendo a doze parcelas mensais e sucessivas, referentes ao ano civil, e o seu valor será divulgado até sessenta dias antes do início do período da matrícula.

§ 2º A contribuição mensal destina-se a custear parte das despesas gerais de ensino, de material didático, de despesas relativas ao ato da matrícula, bem como outras que eventualmente venham a existir.

Art. 4º Outras escolas que estejam situadas em área sob jurisdição de OM do COMAER e que tenham seu corpo docente formado por servidores estaduais ou municipais devem ter seu funcionamento regulado por convênio firmado entre o COMAER e o competente órgão estadual ou municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Portaria nº 365/GC3, de 1º de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 105, de 4 de junho de 2010.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DE PREPARO
II COMANDO AÉREO REGIONAL
BASE AÉREA DE NATAL

PORTARIA GAP-NT Nº 193/GAP-NT_ARC, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova sanção administrativa à empresa KENNETH NASCIMENTO E CIA LTDA, CNPJ 13.045.118/0001-88.

O Ordenador de Despesas do Grupamento de Apoio de Natal tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 67302.007024/2017-12, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa após o PAAI em que foi propiciada a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, pelo descumprimento parcial da obrigação assumida ao entregar com atraso o serviço de instalação das portas de emergência, resultando em infrações administrativas prevista no permissivo legal inserto no inciso II do art. 87, da Lei 8.666/93, bem como em razão do que dispõe a Cláusula Décima Primeira, Das Sanções Administrativas, nos itens 11.1, 11.2, 2 11.2.1 e por descumprimento da Cláusula Nona, Das Obrigações da Contratada, item 9.31, do Contrato de Despesas n° 020/BANT/2016, como DECISÃO FINAL, a sanção administrativa de multa moratória, no importe de R$ 2.564,06 (dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais, seis centavos), e Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC) do Comando da Aeronáutica, para dar cumprimento a Portaria n° 1527/GC6, no subitem 8.1.17, do item 8.1, dos Processos Para Instrução, da Cláusula 8ª, Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), de 12 de setembro de 2014, do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ten Cel Int CARLOS JOSÉ RODRIGUES

PORTARIA GAP-NT Nº 218/GAP-NT_ARC, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova sanção administrativa à empresa NEW SOLUTIONS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ 01.832.691/0001-52.

O ORDENADOR DE DESPESAS DO GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 67302.009815/2017-87, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa após o PAAI em que foi propiciada a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, sem justificativas que possam excluir sua culpabilidade, a seguinte sanção administrativa de multa de moratória, por atraso injustificado do cumprimento da obrigação referente a Nota de Empenho nº 2016NE801455, oriunda do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 038/BANT/2015, no valor de R$ 279,42 (duzentos e setenta e nove reais, quarenta e dois centavos), e Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC) do Comando da Aeronáutica, conforme a Cláusula 4ª, da Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto, no item 4.1, subitem 4.1.1, Cláusula 6ª, das Obrigações da Contratada, item 6.1, subitem 6.1.1 e, descumprir a Cláusula 10ª, das Sanções Administrativas, no item 10.1, subitens 10.1.1, 10.1.2, item 10.2, subitem 10.2.2, do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 038/BANT/2015, PAG 67222.024302/2015-24, como também, o Art. 86 e 87, da lei nº 8.666/93, e Portaria nº 1527/GC6, item 8.1.17, de 12 de setembro de 2014, do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ten Cel Int CARLOS JOSÉ RODRIGUES

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
8º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 105, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O CAPITÃO DOS PORTOS DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem na alínea b subitem 6 do item 0236, das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM 12/2011 (1ª Revisão), aprovada pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, do Diretor de Portos e Costas, resolve:

Art. 1º - Altera o item 0420 alínea b da NPCP-SP:

b) PLANO DE MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO NA ZONA DE PRATICAGEM DOS PORTOS DE SANTOS E DA BAIXADA SANTISTA E DE SÃO SEBASTIÃO E TEBAR (ZP-16).

A manutenção da habilitação dos práticos está condicionada ao cumprimento de um número mínimo de manobras, estabelecido na NORMAM-12. O número mínimo de manobras estabelecido por prático na ZP-16, por quadrimestre, é a seguinte":

1-Santos e Baixada Santista 21

2-São Sebastião e TEBAR 04

ALBERTO JOSÉ PINHEIRO DE CARVALHO

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 405/DPC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela o credenciamento da empresa Rio Shipmanager Gerenciamento Operacional Marítimo S/C Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha, combinado com o previsto nas alíneas d e f ao Art. 3.5 das Normas da Autoridade Marítima para Credenciamento de Instituições para ministrar Cursos para Profissionais Não Tripulantes e Tripulantes Não Aquaviários (NORMAM-24/DPC - Rev. 2), resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento da empresa Rio Shipmanager Gerenciamento Operacional Marítimo S/C Ltda., CNPJ 35.809.896/0001-39, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, em virtude da entidade permanecer por mais de três meses com restrição temporária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 368/DPC, de 8 de dezembro de 2015.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 406/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

o credenciamento da empresa Alternativa Brigadas de Emergências EIRELI - EPP para ministrar o Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Alternativa Brigadas de Emergências EIRELI - EPP, CNPJ 01.657.148/0001-66, para ministrar o Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de novembro de 2017 até 30 de junho de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 164/DPC, de 03 de julho de 2014.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 407/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Renova o credenciamento da empresa Alternativa Brigadas de Emergências EIRELI - EPP para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Renovar o credenciamento da empresa Alternativa Brigadas de Emergências EIRELI - EPP, CNPJ 01.657.148/0001-66, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade a partir de 1º de novembro de 2017 até 30 de junho de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 165/DPC, de 03 de julho de 2014.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 408/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. para ministrar o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. CNPJ 15.032.624/0001-68, para ministrar o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 30 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 409/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. para ministrar o Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. CNPJ 15.032.624/0001-68, para ministrar o Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 30 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 410/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. CNPJ 15.032.624/0001-68, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 30 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 411/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda. CNPJ 15.032.624/0001-68, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 30 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 412/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda., CNPJ 07.070.955/0004-07, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 413/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda., CNPJ 07.070.955/0004-07, para ministrar o Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 414/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Renova o credenciamento da empresa Alternativa Brigadas de Emergências EIRELI - EPP para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Alternativa Brigadas de Emergências EIRELI - EPP, CNPJ 01.657.148/0001-66, para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade a partir de 1º de novembro de 2017 até 30 de junho de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 166/DPC, de 31 de outubro de 2014.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 415/DPC, 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Renova o credenciamento da Fundação Homem do Mar - FHM para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NORMAM-30/DPC), resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da FHM, CNPJ 07.743.411/0001-16, para ministrar Curso Especial de Operador de Arpa (EARP), no município do Rio de Janeiro/RJ, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM).

Parágrafo Único -A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º A realização do curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Art. 3º Deverão ser observadas pela FHM as demais recomendações e prescrições da NORMAM-30/DPC, em particular, a celebração de Acordo Administrativo com o OE vinculado, ressaltando que, em nenhuma hipótese, o curso oferecido pode ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que for realizado: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Parágrafo Único -Ao término de cada curso autorizado, a FHM deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a FHM a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne ao curso do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único -O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a FHM à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da FHM.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação do Acordo Administrativo no DOU, podendo ser renovado por igual período, devendo o Acordo com o OE ser firmado no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 418/DPC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Praticante de Prático à Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 10-87, datada de 8 de dezembro de 2017, da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem do Rio Grande (RS) - ZP-19, o Praticante de Prático ANDRÉ COLA VIEIRA DA SILVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 4.398, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUICIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 32 do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 10 da Portaria Normativa nº 2.532/MD, de 31 de agosto de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 60541.000041/2017-67, resolve:

Art. 1º Fixar, conforme disposto no Anexo desta Portaria, as metas de desempenho institucional desta Secretaria de Organização Institucional (SEORI), para o período de avaliação compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Caberá à Assessoria do Gabinete desta SEORI o monitoramento semestral e anual do cumprimento das metas especificadas no Anexo desta Portaria, bem como a consolidação desses resultados.

§ 1º O grau de realização das metas institucionais, elencadas no Anexo desta Portaria, será medido pelos Departamentos da SEORI, que deverão encaminhar os resultados ao Gabinete desta Secretaria, nas respectivas datas:

I - até 15 de agosto de 2018, para fins de acompanhamento semestral; e II - até 15 de janeiro de 2019, para fins de acompanhamento da meta anual.

§ 2º As ações fixadas poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que os respectivos Departamentos não tenham dado causa a tais fatores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

METAS INSTITUCIONAIS DA SEORI PARA 2018

Objetivo Estratégico (OSG 8): Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

Meta: Tramitar 80% dos atos de pessoal no DEADI em período igual ou inferior a 6 dias úteis					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de atos de pessoal com tramitação igual ou inferior a 6 dias úteis - PAP6	Percentual	Apuração do percentual de atos cuja tramitação no âmbito do DEADI seja igual ou inferior a 6 dias úteis, em relação ao total de atos editados no período de apuração. Para fins de apuração do indicador são atos de pessoal: nomeação, exoneração, designação, dispensa, concessão e cessação de gratificações. Não engloba reforma, aposentadoria e pensão.	DEADI	Quadrimestral	PAP = Qtde de atos de pessoal com tramitação no DEADI igual ou inferior a 6 dias úteis x 100 / Total de atos editados no período de apuração
Meta: 90% da avaliação de satisfação do serviço de alimentação classificados como "ótimo" e "bom"					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação - ISA	Percentual	Aplicação de pesquisa de opinião para medição do nível de satisfação dos usuários, com vistas a avaliar a efetividade e qualidade do serviço de alimentação prestado nos dois refeitórios do edifício sede do Ministério da Defesa.	DEADI	Semestral	ISA = Qtde de questionários com respostas "ótimo" e "bom" x 100 / Total de questionários respondidos
Meta: 90% da avaliação de satisfação dos serviços de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço classificados como "4" e "5" estrelas					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Satisfação das Solicitações de Transporte - ISTR	Percentual	Aplicação de pesquisa de satisfação dos usuários do serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço na Administração Central do Ministério da Defesa, por meio de táxi (TáxiGov).	DEADI	Trimestral	ISTR = Total de avaliações com 4 e 5 estrelas x 100 / Total de avaliações no período
Meta: Atender 85% das demandas por informações apresentadas por meio do Sistema Eletrônico de Informação e-SIC em prazo menor ou igual a 20 dias					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Nível de Serviço do SIC/MD INS-SIC/MD	Percentual	Apuração do percentual de atendimentos às demandas por informações apresentadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações (e-SIC) realizados em prazo menor ou igual a 20 dias, m relação ao total de atendimentos realizados.	DEORG	Mensal	INS = Total de atendimentos realizados em prazo menor ou igual a 20 dias x 100 / Total de atendimentos realizados

Objetivo Estratégico (OSG 10): Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria Geral.

Meta: Atualizar 100% dos dados abertos do MD					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de atualização de dados abertos - IADA	Percentual	Apuração do percentual de dados abertos atualizados ao decorrer do tempo, de acordo com a política de Governança Digital do MD.	DEPTI	Semestral	IADA = Qtde de dados abertos atualizados x 100 / Total de dados abertos disponibilizados

Objetivo Estratégico (OSG 11): Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da Administração Central do MD às necessidades institucionais.

Meta: Capacitar 350 servidores e militares					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Participação em ações de capacitação - QPAC	Unidade	Apuração do número de servidores e militares em exercício na Administração Central do Ministério da Defesa capacitados em consonância com o Plano Anual de Capacitação.	DEADI	Anual	QPAC = Qtde de servidores e militares capacitados

Objetivo Estratégico (OSG 12): Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da administração central do Ministério da Defesa.

Meta: Disponibilizar o SEI 97% das horas no mês					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de disponibilidade do sistema eletrônico de informações - IDSEI	Horas	Medição da disponibilidade do SEI durante o mês considerado.	DEPTI	Mensal	IDSEI = (Qtde total de horas no mês - Qtde de horas de indisponibilidade) do SEI no mês x 100 / Total de horas no mês
Meta: Disponibilizar a internet 97% das horas no mês					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Disponibilidade do Serviço de Internet - (IDSI)	Horas	Medição da disponibilidade da internet durante o mês considerado.	DEPTI	Mensal	IDSI = (Qtde total de horas no mês - Qtde de horas de indisponibilidade) da internet x 100 / Total de horas no mês
Meta: Disponibilizar o e-mail 97% das horas no mês					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Disponibilidade do Serviço de e-mail -IDSE	Horas	Medição da disponibilidade do e-mail durante o mês considerado.	DEPTI	Mensal	IDSE = (Qtde total de horas no mês - Quantidade de horas de indisponibilidade) do e-mail x 100 / Total de horas no mês

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Meta: Atender 75% das demandas prioritárias de tecnologia da informação e comunicações previstas no PDTIC					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Atendimento às Demandas Prioritárias de Tecnologia da Informação e Comunicações previstas no PDTIC - IADTIC	Percentual	Medição da quantidade de demandas atendidas conforme priorizadas em PDTI e julgadas viáveis.	DEPTI	Semestral	IADTIC = Qtde de demandas prioritárias atendidas no EPTIC x 100 / Total de demandas previstas para o ano no PDTIC
Meta: 97% da avaliação de satisfação dos serviços de TIC classificados como "ótimo" e "bom"					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Satisfação do Cliente nos Serviços de TIC - ISAC	Percentual	Apuração do nível de satisfação dos usuários que solicitaram serviços de TIC por intermédio da Central de Serviços.	DEPTI	Mensal	ISAC = Qtde de avaliações com notas "ótimo" e "bom" x 100 Total das avaliações realizadas
Meta: Identificar e tratar 97% dos malwares					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Malwares Identificados e Tratados na Rede Administrativa da Defesa - IMINT	Percentual	Apuração do percentual de ameaças detectadas pelo antivírus das estações de trabalho da rede da Defesa. Os dados são obtidos pelo monitoramento frequente do antivírus atualmente em produção, durante o mês considerado.	DEPTI	Mensal	IMINT = Qtde de malwares identificados e tratados x 100 / Total de malwares identificados no período considerado

Objetivo Estratégico (OSG 13): Prover a administração central do MD de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho.

Meta: Atender 93% das solicitações de material de consumo e permanente					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Atendimento de Materiais de Consumo e Permanentes - IAMCP	Percentual	Apuração do percentual de atendimento das demandas de materiais de consumo e permanentes no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa, com vistas à melhoria dos mecanismos de controle de estoque e do planejamento de aquisição, evitando-se o desabastecimento.	DEADI	Trimestral	IAMP = Total de solicitações atendidas x 100 / Total de solicitações no período
Meta: Atender 93% das ordens de serviços continuados de manutenção predial					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Índice de Prestação de Serviços Continuados de Manutenção Predial da ACMD IPSCM	Percentual	Apuração do percentual de atendimento das ordens de serviços de manutenção predial abertas no âmbito da Administração central do Ministério da Defesa.	DEADI	Trimestral	IPSCM = Qtde de ordens de serviços atendidas x 100 / Total de ordens de serviços abertas no período

Objetivo Estratégico (OSG 14): Fortalecer a gestão orçamentária.

Meta: Regulamentar, no âmbito do MD, as alterações orçamentárias					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária - APEGO	Unidade	Verificação do aperfeiçoamento da gestão orçamentária, por meio da elaboração da Instrução Normativa MD que estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias das suas Unidades.	DEORF	Anual	APEGO = Publicação de Instrução Normativa do Ministério da Defesa sobre alterações orçamentárias
Meta: Atualizar, mensalmente, as informações orçamentárias no Portal do MD na internet					
Nome do Indicador	Unidade de Medida	Descrição	Responsável	Frequência de Acompanhamento	Formula de Cálculo
Acompanhamento da Gestão Orçamentária - ACGO	Unidade	Apuração da quantidade de atualizações das informações sobre o planejamento e a execução orçamentária das Unidades do Ministério da Defesa, disponibilizadas no Portal do MD na internet.	DEORF	Mensal	ACGO = Qtde de atualização das informações orçamentárias no Portal do MD na internet

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e o MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e o art. 1º, § 3º, do Decreto de 5 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e no art. 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, resolvem:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, com o tema "Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas", destinada prioritariamente ao público infantojuvenil de escolas públicas brasileiras, e que será regida por regulamento anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Conferência Nacional de que trata esta Portaria será presidida pelo Ministro de Estado da Educação e coordenada pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

Parágrafo único. São etapas obrigatórias da Conferência Nacional as Conferências nas Escolas, as Conferências Estaduais e no Distrito Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO
Ministro de Estado da Educação

JOSÉ SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

ANEXO

PREÂMBULO

CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTOJUVENIL PELO MEIO AMBIENTE

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - CNIJMA é um processo pedagógico, dinâmico, de diálogos e encontros, voltado para a valorização da cidadania ambiental nas escolas e comunidades a partir da educação ambiental crítica, participativa, democrática e transformadora.

A V CNIJMA terá como tema Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas, constituindo-se em um processo pedagógico que traz a temática Água na dimensão socioambiental, política, econômica entre outras para os diálogos realizados nas escolas e comunidades, por meio de uma construção coletiva de conhecimentos na busca de soluções para os problemas socioambientais, respeitando e valorizando a opinião e o protagonismo juvenil.

A V CNIJMA será realizada em quatro etapas: Conferência na Escola, Conferência Municipal/Regional, Conferência Estadual e Conferência Nacional. As Conferências municipais e ou regionais serão opcionais, dependendo da definição de cada unidade federativa.

Capítulo I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º Mobilizar a comunidade escolar para realizar processos educativos, por meio da participação social, sobre a dimensão socioambiental da água, com vistas a fortalecer a educação ambiental na educação básica e propiciar atitude responsável e comprometida com as questões locais e globais, e de processos voltados para a melhoria da relação ensino-aprendizagem, de modo a:

I - contribuir para a promoção de um processo permanente de educação ambiental na escola, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; (Resolução CNE/CP nº 02/2012);

II - mobilizar as escolas para a realização de estudos, pesquisas e projetos escolares relacionados à questão socioambiental da água;

III - promover a participação da comunidade escolar no diálogo das questões relacionadas à temática Água nas políticas públicas de meio ambiente e educação;

IV - estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola;

V - avançar na concepção das escolas como espaços educadores sustentáveis;

VI - estimular a realização de estudos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, para ampliar os conhecimentos e as responsabilidades, especialmente os objetivos 04, 06 e 14;

VII - incentivar as escolas e comunidade a constituírem e dinamizarem as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola - COM-VIDA;

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A V CNIJMA é promovida pelo Ministério da Educação - MEC por meio da Secretaria de Educação Básica - SEB, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC, como uma ação conjunta do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, nos termos do art. 2º, Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

Parágrafo único. A coordenação-executiva da V CNIJMA é de responsabilidade da SEB realizada por meio da Coordenação-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica - CGEAT, que é responsável pela gestão pedagógica e administrativa.

Seção I

DO COMITÊ CONSULTIVO NACIONAL

Art. 3º O Comitê Consultivo Nacional - CCN é composto por instituições de abrangência nacional, com atuação nos estados, nas áreas de educação e meio ambiente.

Art. 4º O Comitê Consultivo Nacional - CCN da V CNIJMA tem como atribuição fortalecer a intersetorialidade dessa ação, apoiando as atividades previstas para a realização, nos termos a seguir:

I - mobilizar os parceiros integrantes de suas entidades, órgãos e redes de articulação, no âmbito de sua atuação nos estados, envolvendo representantes para contribuir nos processos da V CNIJMA;

II - colaborar com o trabalho das comissões organizadoras nos estados e no Distrito Federal;

III - cooperar na realização das conferências escolares, municipais e estaduais;

IV - mobilizar as escolas da rede municipal e estadual de ensino durante o processo da V CNIJMA nos estados e municípios; e

V - discutir e deliberar sobre os casos omissos e controversos relativos à V CNIJMA que não estejam previstos neste Regulamento.

Art. 5º O Comitê Consultivo Nacional - CCN será presidido pelo Coordenador-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica do MEC.

Parágrafo único . Em sua ausência ou impedimento, o Comitê Consultivo Nacional será presidido pela Diretora do Departamento de Educação Ambiental do MMA.

Seção II

DA COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

Art. 6º As Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital - COE são compostas por instituições governamentais e não governamentais que atuam na área de educação, meio ambiente, e diversidade, e serão coordenadas pelas secretarias estaduais de educação.

Art. 7º A COE tem como atribuição:

I - elaborar o Regulamento Estadual e Distrital com os prazos para realização das etapas preparatórias no seu estado, de acordo com o calendário nacional;

II - planejar, organizar e desenvolver o processo da V CNIJMA nos estados e no Distrito Federal, além de acompanhar e avaliar a realização de todas as etapas da Conferência;

III - mobilizar as escolas da rede municipal, estadual e distrital de ensino, incentivando a participarem da V CNIJMA;

IV - organizar e divulgar as informações sobre datas e locais das oficinas de conferência, conferência estadual e distrital;

V - realizar as oficinas de conferência;

VI - articular com instituições e pessoas interessadas em apoiar a Conferência;

VII - criar estratégias de comunicação, divulgação e sensibilização para realização das etapas da V CNIJMA nos estados e no Distrito Federal;

VIII - fazer o registro das etapas municipal/regional e estadual no site da Conferência (conferenciamento.mec.gov.br), até o dia 11 de maio de 2018, informando os resultados.

IX - reunir e preparar a delegação de estudantes eleitos durante a etapa estadual e distrital para representar o seu Estado durante a etapa final da Conferência;

X - realizar a fase pós-conferência para a avaliação de todo o processo da V CNIJMA e elaborar o relatório final.

Capítulo III

DO PÚBLICO

Art. 8º A V CNIJMA é voltada para as escolas públicas e privadas, urbanas e rurais, da rede estadual e municipal, assim como escolas de comunidades indígenas, quilombolas e de assentamento rural que dispõem de pelo menos uma turma do ensino fundamental, anos finais, cadastradas no Censo Escolar de 2016 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

Parágrafo único. A adesão ao processo da Conferência é voluntária.

Art. 9º Os estudantes são os protagonistas desse processo e os professores, pais, funcionários, direção e demais integrantes da comunidade escolar devem se envolver e criar condições para a realização da Conferência.

Art. 10. Durante a etapa de Conferência nas escolas todos/a os/a estudantes podem participar sem restrição de faixa etária e série, no entanto, os/a delegados/a e seus suplentes eleitos/a deverão estar cursando os anos finais do ensino fundamental até o período da Conferência Estadual e ter entre 11 e 14 anos no período da etapa final da V CNIJMA.

Parágrafo único. As comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais que possuem apenas escolas do ensino fundamental, anos iniciais, também podem realizar conferências, desde que os estudantes eleitos para as etapas posteriores observem o critério de faixa etária supramencionado.

Capítulo IV

DA REALIZAÇÃO

Seção I

DO CALENDÁRIO

Art. 11. As etapas da V CNIJMA serão realizadas conforme o calendário abaixo:

I - Fase preparatória:

a) Oficinas de conferências - até março de 2018.

II - Etapas da Conferência:

a) Conferência na escola - até 31 de março de 2018;

b) Conferência municipal/regional - definido por cada Estado;

c) Conferência estadual/distrital - até 09 de maio de 2018;

d) Conferência nacional - 15 a 19 de junho de 2018.

III - Fase Pós-conferência

a) Encontro de avaliação do processo e propostas de continuidade das ações de educação ambiental.

§ 1º A não realização de alguma etapa da conferência prevista no inciso II, em uma ou mais unidades da federação, não constitui impedimento para a realização da Conferência Nacional no prazo previsto.

§ 2º O respeito aos prazos previstos para a realização das Conferências Estaduais e Distrital é condição à participação dos respectivos delegados eleitos na Conferência Nacional.

§ 3º A Coordenação-Executiva Nacional da Conferência poderá acatar recursos relativos à flexibilização dos prazos quando ela julgar necessário e pertinente.

Seção II

DA OFICINA DE CONFERÊNCIA

Art. 12. As oficinas de conferência consistem em um momento preparatório, de planejamento das conferências nas escolas e de formação dos responsáveis pela condução das atividades. Trata-se de simulações que visam a mobilizar professores, formar instrutores ou facilitadores, aprofundar os conteúdos temáticos e definir conjuntamente os detalhes da Conferência na Escola, propiciando um planejamento cuidadoso do processo de conferência.

Art. 13. Para as oficinas de conferência, as Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital - COE devem convidar as comunidades escolares das escolas de ensino fundamental, inclusive de comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais.

Parágrafo único. A COE deve realizar quantas oficinas julgar necessárias, para que a temática e a metodologia da V CNIJMA possam ser apropriadas pelos participantes e vivenciadas na escola.

Seção III

DA CONFERÊNCIA NA ESCOLA

Art. 14. A realização da Conferência na escola é uma etapa obrigatória para considerar a participação da escola no processo conferencial.

Art. 15. Para realizar a Conferência, as escolas são orientadas por uma sugestão de roteiro que consiste em:

I - constituir uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - COM-Vida para acompanhar a educação ambiental e realizar a Conferência;

II - realizar estudo do tema da Conferência para construir conhecimento, buscando subsídio em variadas fontes;

III - produzir diagnóstico socioambiental da escola, visando reunir dados e informações para conhecer e compreender a realidade local sobre o tema;

IV - mobilizar a comunidade escolar para difundir amplamente a realização da V CNIJMA;

V - elaborar, de forma participativa, projeto de ação da escola relacionado ao tema da V CNIJMA, a partir do diagnóstico e questões priorizadas, destacando as ações prioritárias para resolver problemas de curto, médio e longo prazo;

VI - divulgar amplamente o projeto para a comunidade escolar e realizar a conferência na escola para socializar e qualificar o projeto elaborado;

VII - eleger os estudantes delegados e respectivo suplente para representar a escola nas etapas subsequentes, observando os critérios definidos no art. 17; e

VIII - fazer o registro dessa etapa no site da Conferência (conferenciainfanto.mec.gov.br), até o dia 03 de abril de 2018, anexando imagens da realização do processo.

§ 1º Ficará a critério de cada escola a duração e a programação da etapa local.

§ 2º Os cadastramentos incompletos ou fora do prazo não serão considerados.

Art. 16. A eleição do/a delegado/a da escola deverá ser conduzida de forma democrática e ser feita exclusivamente por seus pares, segundo o princípio "jovem escolhe jovem", ou seja, pelos estudantes, em acordo com o regulamento nacional e estadual, sendo que o/a escolhido/a irá representar a escola nas etapas subsequentes.

§ 1º A eleição deve respeitar os seguintes critérios:

I - estar matriculado em uma turma do ensino fundamental, anos finais, na escola que representará;

II - ter entre 11 e 14 anos na data da Conferência Nacional; e

III - ter participado ativamente do projeto de ação que representará a escola durante as Próximas etapas da Conferência.

§ 2º O suplente substituirá o delegado caso haja algum impedimento à sua participação em qualquer das etapas.

§ 3º Escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas e em assentamentos rurais podem eleger delegados e suplentes que, durante a Conferência Estadual, tenham entre 11 e 14 anos, sem restrição do ano escolar/série em que estejam matriculados.

Seção IV

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL/REGIONAL (etapa opcional)

Art. 17. Após a realização das conferências nas escolas, as Comissões Organizadoras Estaduais - COE têm a opção de promover conferências municipais/regionais para:

I - consolidar e aprofundar o tema tratado nas conferências nas escolas;

II - propiciar um espaço de interlocução regional ou municipal;

III - ampliar a participação de um maior número de escolas nas etapas da conferência; e

IV - eleger uma delegação municipal/regional para a etapa estadual da Conferência.

Parágrafo único. A COE que optar por essa etapa deve oferecer apoio técnico para sua efetivação.

Art. 18. Nesta etapa, a metodologia e regulamento deverão ser definidos por cada COE.

Art. 19. Os resultados dessa etapa (projetos escolhidos e dados da delegação) devem ser registrados no site da Conferência (conferenciainfanto.mec.gov.br) antes da Conferência Estadual.

Seção V

DA CONFERÊNCIA ESTADUAL (etapa obrigatória)

Art. 20. A Conferência Estadual tem por objetivo aprofundar os estudos e diálogos sobre o tema da Conferência a partir da perspectiva estadual, propiciando um espaço de intercâmbio nesta esfera.

§ 1º A Conferência Estadual selecionará um único projeto de ação escolhido do conjunto de propostas das escolas considerando que:

I - o projeto de ação que representará o Estado deve levar em conta os seguintes critérios: inovação, criatividade, viabilidade, consistência, clareza, coerência com o tema da V CNIJMA, responsabilidades, prazos, formas de acompanhamento das ações e avaliação; e

II - a metodologia para a priorização do projeto e eleição dos delegados e suplentes, respeitando-se os critérios acima, é de responsabilidade da COE e deve constar no regulamento estadual.

§ 2º A eleição da delegação estadual deve acontecer de forma democrática, participativa, respeitando os critérios a seguir:

I - todos os estudantes, incluindo os indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais, devem participar da eleição da delegação;

II - atender o princípio "jovem escolhe jovem" (os delegados devem ser eleitos por seus pares);

III - garantir o equilíbrio de gênero;

IV - contemplar as redes de ensino que participaram das etapas anteriores;

V - contemplar estudantes das diferentes regiões do Estado;

VI - considerar representantes do campo e da cidade;

VII - considerar a diversidade étnico-racial; e

VIII - considerar a participação de estudantes com deficiência.

§ 3º A quantidade total de delegados varia de acordo com a quantidade de escolas por estado e está especificada no Anexo I. O delegado da escola cujo projeto for eleito para representar o estado na etapa nacional deve necessariamente compor a delegação estadual.

§ 4º A delegação estadual terá mais três vagas que deverão ser preenchidas por estudantes indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais, sendo uma vaga para cada segmento e que tenha sido eleito delegado da etapa da escola.

§ 5º Na ausência de participação de qualquer um desses segmentos, a vaga não será transferida para nenhum outro.

Art. 21. A Conferência Estadual terá a metodologia e regulamento definidos pela COE, que deve respeitar o Regulamento Nacional.

Art. 22. Cada delegação deverá ser acompanhada por adultos da COE envolvidos no processo local (professores, técnicos das secretarias e/ou regionais de ensino, entre outros).

Art. 23. Delegados representantes de comunidades indígenas e estudantes com deficiência deverão ser acompanhados individualmente por um professor responsável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Durante a viagem, o acompanhante deverá estar de posse do documento original de autorização de viagem dos pais ou responsáveis, registrados em cartório.

Art. 24. Caso sejam eleitos/a delegados/a com deficiência, a etapa estadual deverá contar com instalações adequadas aos critérios de acessibilidade conforme a Portaria MEC nº 976/2006, o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei 10.048/2000, bem como a Lei Brasileira de Inclusão - LBI nº 13.146/2015 e a NBR 9050 da ABNT.

Art. 25. Para participar da Conferência Nacional com o número máximo de delegados/a definido por este Regulamento, a etapa de conferências nas escolas deverá ser realizada em um número mínimo de 20% das escolas existentes em cada unidade da federação e no Distrito Federal, conforme Anexo II deste Regulamento. Nos estados cuja participação for inferior a esse percentual, a delegação terá o número de participantes reduzido a 80%.

Art. 26. Os resultados da Conferência Estadual (projetos escolhidos e dados da delegação) devem ser registrados pela COE no site da Conferência (www.conferenciainfanto.mec.gov.br) até o dia 11 de maio de 2018.

Parágrafo único. É requisito obrigatório para participação na etapa nacional a realização da etapa estadual da Conferência e o registro na página eletrônica da Conferência (www.conferenciainfanto.mec.gov.br).

Capítulo V

DA CONFERÊNCIA NACIONAL

Art. 27. Cada delegação estadual e distrital deverá ser preparada para a viagem e participação na etapa final da V CNIJMA, construindo, juntamente com a COE, as regras de convivência e os acordos necessários para o bom andamento das atividades.

§ 1º Essa preparação inclui a realização de um encontro preparatório, prévio à etapa nacional, reunindo toda a delegação e o planejamento de uma atividade cultural de 3 minutos a ser apresentada pela delegação durante a programação da Conferência Nacional.

Art. 28. A etapa final da V CNIJMA será realizada no período de 15 a 19 de junho de 2018.

Art. 29. Serão participantes da etapa nacional estudantes, nos termos do quantitativo definido no Anexo I para as delegações estaduais, seguindo os critérios definidos no art. 20 deste Regulamento.

Art. 30. A Conferência Nacional trabalhará a temática "Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas", a partir dos projetos de ação selecionados na etapa estadual e distrital.

Art. 31. Durante a viagem, os acompanhantes das COEs deverão estar de posse dos documentos originais de autorização de viagem dos pais ou responsáveis de todos os delegados, registrados em cartório.

Capítulo VI

DOS DIREITOS AUTORAIS E USO DE IMAGENS

Art. 32. Os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente (ou terceiros por eles autorizados) se reservam o direito de reproduzir, em parte ou na totalidade, as fotografias e os trabalhos produzidos em qualquer etapa da Conferência, incluindo os materiais enviados à COE e/ou postados no site da Conferência, divulgando-os por meio de mídia impressa, televisionada, internet ou qualquer outra mídia, sem que seja necessária autorização posterior e qualquer remuneração aos participantes e autores dos trabalhos, obrigando-se, todavia, a mencionar o crédito dos autores.

Parágrafo único. Essas imagens e trabalhos serão usadas exclusivamente com fins pedagógicos, sem qualquer utilização econômica ou exploração comercial do referido material.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Ao inscrever o seu projeto de ação no site da Conferência (conferenciainfanto.mec.gov.br), a escola participante e a Comissão Organizadora Estadual aceitam as disposições do presente Regulamento.

Art. 34. A Comissão Executiva Nacional disponibilizará a prestação de contas detalhada dos custos com a realização da Conferência em seu Relatório Final.

Art. 35. Os casos omissos e conflitantes neste Regulamento serão resolvidos pelo Comitê Consultivo Nacional.

ANEXO I

Número de participantes das delegações estaduais na Conferência Nacional
O número de participantes por delegação segue os seguintes critérios:

Número de escolas de ensino fundamental com classes de 5ª a 8ª séries/6º ao 9º ano	Estudantes por delegação estadual	Acompanhantes da COE	Professor por UF	Delegados (indígena, quilombola e assentamento rural)	Acompanhantes dos estudantes indígenas
Até 500 escolas Amapá, Roraima, Distrito Federal.	10	2	1	3	
De 501 a 1000 escolas Acre, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso do Sul.	12	2	1	3	
De 1001 a 2000 escolas Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás.	14	3	1	3	
Mais de 2001 escolas Pará, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas.	16	3	1	3	
TOTAIS	378	72	27	81	27
TOTAL GERAL	585				

ANEXO II

Número de Escolas (estabelecimentos) por dependência administrativa - anos finais do Ensino Fundamental

Unidade da Federação	T Total	Dependência Administrativa			
		F Federal	E Estadual	M Municipal	P Privada
Acre	80		26	39	4
Alagoas	82		55	52	75
Amapá	63		99	5	9
Amazonas	504		97	991	15
Bahia	433		81	899	52
Ceará	589		83	623	82
Distrito Federal	90		11		78
Espírito Santo	006		88	48	70
Goiás	943		52	07	83
Maranhão	480		79	909	90
Mato Grosso	474		39	32	03
Mato Grosso do Sul	56		23	74	58
Minas Gerais	443		807	670	61
Pará	768		31	964	70
Paraná	507		913	2	51
Paraíba	348		17	25	06
Pernambuco	427		23	100	02
Piauí	725		97	181	47
Rio de Janeiro	137	3	16	566	842
Rio Grande do Norte	142		55	18	69
Rio Grande do Sul	722		128	159	32
Rondônia	76		92	27	7
Roraima	50		99	7	3
Santa Catarina	039		18	38	82
São Paulo	772		914	702	156
Sergipe	01		27	68	05
Tocantins	91		69	56	6

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar 2016 (Sinopse Estatística da Educação Básica - tabela 3.15)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.569, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Acopiara e do Campus Maranguape do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o disposto no art. 3º, § 1º, da Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Ministério da Educação - MEC, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Acopiara, com tipologia IF Campus 70/45.

Art. 2º Fica autorizado o IFCE a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Maranguape, com tipologia IF Campus 70/45.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 552/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 821, de 16 de dezembro de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que indeferiu o pedido de autorização do curso de Ciências Biológicas, licenciatura, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade de Tecnologia de Teresina, localizada na rua Firmino Pires, nº 527, centro, no município de Teresina, no estado do Piauí, mantida pelo Centro de Educação Tecnológica de Teresina - CET - Francisco Alves de Araújo Ltda. EPP, com sede no mesmo e estado, conforme consta do Processo nº 00732.003053/2017-74. (Registro e-MEC nº 200815389)

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.570, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme consta do Processo nº 23001.000201/2014-14, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CP nº 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 15 de dezembro de 2017, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, instituem e orientam a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, explicitando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a ser observada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Art. 2º Após a publicação do Acórdão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4439, o Ministério da Educação poderá solicitar ao Conselho Nacional de Educação reavaliação do disposto para o ensino religioso na BNCC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

PORTARIA Nº 1.426, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo n° 23063.001394/2017-48, resolve:

Art. 1º - Homologar e tornar público o resultado final do Concurso Público para provimento de cargos de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro Permanente desta Instituição de Ensino, para exercício nos campi Angra dos Reis, Maracanã, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença, de que trata o Edital n° 007 de 16 de maio de 2017, publicado no DOU de 15 de setembro de 2017, Seção 3, páginas 38 a 42, de acordo com a seguinte classificação:

CAMPUS ANGRA DOS REIS

Área de Conhecimento Engenharia Mecânica (perfil 1)

Nome	Nf	classificação
Bruna Rafaella Loiola	7,11	1º
Leonardo Carvalho Oliveira de Souza	6,79	2º
Cesar Cunha Pacheco	6,24	3º

Área de Conhecimento Engenharia Mecânica (perfil 2)

Nome	Nf	classificação
Thiago de Carvalho Silva	7,92	1º
Marcel Freitas de Souza	7,80	2º
Laurence Colares Magalhães	7,46	3º
Ronilson de Carvalho Martins	6,24	4º

CAMPUS MARACANÃ

Área de Conhecimento Administração (perfil 1)

Nome	Nf	classificação
Paulo Henrique Pinho de Oliveira	7,09	1º
Nauro Thomaz Junior	6,98	2º
Ana Cristina de Albuquerque Lima Rodrigues	6,83	3º
Sheila do Carmo Desiderati	6,34	4º

Área de Conhecimento Administração (perfil 2)

Nome	Nf	classificação
Leon Diniz Alves	7,51	1º
Ítalo José Bastos Guimarães	7,21	2º
Bruno Lessa Meireles	6,39	3º
Cristiane Faria Xavier	6,08	4º

Área de Conhecimento Artes/Dança

Nome	Nf	classificação
Flávia Pinheiro Meireles	9,80	1º
Tatiana de Oliveira Almeida	8,86	2º
Paola de Vasconcelos Silveira	8,50	3º
Vivian Cafaro Cunha	8,39	4º
Carolina Natal Duarte	7,26	5º

Área de Conhecimento Artes/Teatro

Nome	Nf	classificação
Daniel Silva Leuback Lopes	9,50	1º
Rennata Lillya Feitosa de Souza	8,85	2º
Ana Flavia Chrispiniano	8,41	3º
Flávia Rodrigues Toledo	8,17	4º
Carlos Henrique Guimarães	7,86	5º

Área de Conhecimento Biologia

Nome	Nf	classificação
Wilber de Sousa Alves	8,29	1º
Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba	8,20	2º
Carine Valiente Costa Viannay	7,91	3º
Mylena Guedes Passeri	7,85	4º
Luciana Silva da Costa	7,80	5º

Área de Conhecimento Engenharia de Produção (perfil 1)

Nome	Nf	classificação
Igor Leão dos Santos	7,13	1º

Área de Conhecimento Engenharia de Produção (perfil 2)

Nome	Nf	classificação
Pedro Senna Vieira	7,76	1º
Victor Henrique Farias Mamede	6,78	2º
Sergio Felipe Abreu de Britto Bastos	6,47	3º

Área de Conhecimento Engenharia de Telecomunicações

Nome	Nf	Classificação
Mauricio Henrique Costa Dias	8,98	1º
Gabriel Fontes Carvalho Queiroz	6,52	2º

Área de Conhecimento Física

Nome	Nf	Classificação
Rodrigo Rodrigues Machado	8,17	1º
Nathan Willig Lima	7,39	2º
Julio Cesar Neves Campognolo	6,70	3º
Elton José da Silva Junior	6.66	4º
Thiago Grasiano Mendes de Sá	6,60	5º

Área de Conhecimento História

Nome	Nf	classificação
Aldilene Marinho Cesar Almeida Diniz	8,21	1º
João Carlos de Souza Anhaia Gino	7,48	2º
Ingrid Ferreira de Souza	7,17	3º
Alexandre Rodrigues de Frias Barbosa	6,68	4º

Área de Conhecimento Língua Portuguesa

Nome	Nf	classificação
Lidiane dos Santos Oliveira	8,54	1º
Alessandra Cristina Moreira de Magalhães	8,45	2º
Thais Seabra Leite	8,00	3º
Daiane Crivelaro de Azevedo	7,75	4º
Mariana Andrade da Cruz	7,36	5º

Área de Conhecimento Química/Ambiental

Nome	Nf	classificação
Gabriel de Pinna Mendes	7,22	1º
Felipe Sombra dos Santos	7,20	2º
Diego Luiz Fonseca	7,15	3º
André Leone Riguetti	6,24	4º
Jéssica Rodrigues Pires da Silva	6,19	5º

Área de Conhecimento Segurança do Trabalho (perfil 1)

Nome	Nf	classificação
Alexandre Elias Ribeiro Denizot	8,26	1º
Fabiana Nunes Merthy Silva	7,06	2º

Área de Conhecimento Segurança do Trabalho (perfil 2)

Nome	Nf	classificação
Igor Macedo de Lima	7,12	1º
Marco Aurélio Pinto Marzano Junior	6,81	2º
Kamila Lemos Costa Barros	6,70	3º

Área de Conhecimento Sociologia

Nome	Nf	classificação
Valena Ribeiro Garcia Ramos	9,07	1º
Luna Ribeiro Campos	8,41	2º
Daniel Soares Mano Gonçalves	8,32	3º
Bruna Lucila de Gois dos Anjos	7,50	4º
Marcela Rabello de Castro Centelhas	6,78	5º

CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Área de Conhecimento Química

Nome	Nf	classificação
Gabriel do Nascimento Freitas	8,34	1º
Juliana Mendes da Silva	7,38	2º
Bruno Giorno	6,94	3º
Pamella Santos de Souza	6,19	4º
Cristiano de Amorim Fonseca	6,01	5º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAMPUS NOVA FRIBURGO
Área de Conhecimento Administração

Nome	Nf	classificação
Marcio Couto Diniz	7,99	1º
Fabiane da Costa e Silva	7,57	2º
Debora Magalhães Kirchmair	6,23	3º
George Vasconcelos Goes	6,18	4º
Eduardo Macedo da Silva	6,00	5º

Área de Conhecimento Engenharia de Controle e Automação

Nome	Nf	classificação
Diego Ramon Gonçalves Gonzalez	8,05	1º
Rafael Fernando Quirino Magossi	7,63	2º
Yago Pessanha Corrêa	6,93	3º
Dalmo Cardoso da Silva Junior	6,18	4º

Área de Conhecimento Engenharia Elétrica

Nome	Nf	classificação
Paulo Victor de Souza Borges	8,32	1º
José Rafael Batista Lebre Ferreira	8,22	2º

Área de Conhecimento Engenharia Eletrônica

Nome	Nf	classificação
Luis Fabian Oliveira Medeiros	9,23	1º
Douglas Barreto de Oliveira Fonseca	8,40	2º
Thales da Silveira Gomide	6,81	3º

Área de Conhecimento Informática

Nome	Nf	classificação
Rodrigo Costa dos Santos	8,42	1º
Dalmo Stutz	7,91	2º
Rebeca Campos Motta	7,09	3º
Viviane Antonia Correa Thome	6,37	4º

Área de Conhecimento Turismo

Nome	Nf	classificação
Gabriele Cardoso Martins	6,82	1º
Fabrícia Hauck Herdy	6,59	2º

CAMPUS NOVA IGUAÇU
Área de Conhecimento Engenharia Mecânica

Nome	Nf	classificação
Fábio de Oliveira Campos	6,35	1º

Área de Conhecimento Informática

Nome	Nf	classificação
Ulisses Roque Tomaz	6,09	1º

CAMPUS PETRÓPOLIS
Área de Conhecimento Telecomunicações

Nome	Nf	classificação
Marco Aurélio Jucá da Silva Junior	6,25	1º

CAMPUS VALENÇA
Área de Conhecimento Física

Nome	Nf	classificação
Alberto Silva Cid	7,72	1º
Leonel Muniz Meireles	6,92	2º
Jorge Luiz Nicolau Junior	6,82	3º
Samir Santos Costa	6,79	4º
Rafael da Costa Ferreira	6,60	5º

Área de Conhecimento Química

Nome	Nf	classificação
Jéssica da Silva Alves de Pinho	8,43	1º
Juliana Alves dos Santos	8,29	2º
João Henrique Lopes	8,11	3º
Aline Farias Moreira da Silva	7,95	4º
Ligia Marcondes Rodrigues dos Santos	7,49	5º

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 246, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a tramitação de recursos das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior CTC-ES, nos termos do Decreto 8.977 de 30 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26 do Estatuto aprovado pelo Decreto 8.977, de 30 de janeiro de 2017, publicado no DOU de 31 de janeiro de 2017, com vistas ao aperfeiçoamento da tramitação dos recursos em epígrafe e considerando as diretivas oriundas do Conselho Superior da CAPES. Resolve:

Art. 1º Os recursos das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior, CTC-ES, deverão ser protocolados por meio de ofício dirigido ao Presidente da CASPES, no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da publicação da decisão recorrida no site da CAPES, na internet.

§1º Somente poderão ser admitidos recursos que documentalmente demonstrarem o esgotamento da matéria no âmbito do CTC-ES e estiverem instruídos com :

I - comprovação da legitimidade do recorrente;

II - cópia do Aplicativo de Proposta de Curso Novo - APCN e do pedido de reconsideração ao CTC-ES, ambos com as respectivas fichas de avaliação;

III - cópia da publicação da decisão recorrida conforme documento disponibilizado no site da CAPES, com data, para comprovação da tempestividade do recurso;

§2º Verificado que não houve apreciação de pedido de reconsideração, pelo CTC-ES, o Presidente da CAPES tramitará o recurso à Diretoria de Avaliação para se pronunciar.

§3º Nos casos nos quais não há previsão de pedido de reconsideração, os recursos deverão ser submetidos ao CTC-ES antes de serem enviados à Presidência da CAPES, para exercício do juízo de retratação, não sendo dado seguimento ao recurso caso o Conselho altere a sua decisão;

Art. 2º Formados os autos, o Presidente da CAPES designará um relator, dentre os membros da Diretoria Executiva, para que apresente parecer sobre admissibilidade do recurso.

Art. 3º Serão analisados na fase de admissibilidade do recurso:

a) a tempestividade, mediante comprovação da data da publicação da decisão recorrida, no site da CAPES;

b) a legitimidade do recorrente, devendo o recurso ter sido interposto pelo Coordenador do Programa de pós-graduação ou por pessoa diretamente atingida pela decisão recorrida, o que deverá ser demonstrado documentalmente;

c) a existência de fundamentação, devendo o recurso indicar claramente as normas ou documentos oficiais da CAPES que o recorrente entenda terem sido violados;

d) a correspondência entre o recurso e o pedido originalmente apreciado pelo CTC-ES, sendo vedada a alteração do pedido e/ou apresentação de fatos novos em grau de recurso.

Art. 4º Caso o parecer seja pela inadmissibilidade, o Presidente negará seguimento ao recurso, podendo, para tanto, ouvir os membros da Diretoria Executiva da CAPES.

Parágrafo único. Negado seguimento ao recurso, ficará mantida a decisão do CTC-ES.

Art. 5º Os recursos admitidos serão analisados, em seu mérito, por uma Comissão Assessora, por meio de parecer escrito, no prazo de 30 dias.

§ 1º. Ouvido o Conselho Superior da CAPES, o Presidente da CAPES designará uma Comissão Assessora para emitir parecer sobre os recursos de cada Grande Área.

§ 2º. Cada Comissão Assessora será formada por docentes que não tenham participado de qualquer fase anterior do processo de avaliação, que figurem no Cadastro de Consultores da CAPES e que tenham participado previamente de atividades ligadas á avaliação de programas de pós-graduação stricto sensu.

§3º. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante solicitação escrita fundamentada dirigida ao Presidente da CAPES.

§ 4º. Havendo necessidade de esclarecimentos adicionais, a Comissão Assessora poderá solicitá-los ao recorrente, por intermédio da CAPES, devendo o recorrente apresenta-los por escrito.

§ 5º. O parecer da Comissão Assessora deverá ser estruturado da seguinte forma:

a) relatório, contendo a síntese do recurso;

b) fundamentação, com o enfrentamento de todas as questões formuladas pelo recorrente, onde a comissão deverá enunciar suas proposições, e

c) conclusão, parte final e dispositiva do parecer como decorrência lógica do raciocínio construído na fundamentação.

Art. 6º. O parecer da Comissão Assessora deverá ser assinado por ao menos um dos pareceristas ad referendum dos demais.

Art. 7º. Após a emissão do parecer da Comissão Assessora, o processo administrativo será submetido à Procuradoria Federal da CAPES, para manifestação sobre a regularidade processual.

Art. 8º. Recebido o recurso com pareceres da Comissão Assessora e da Procuradoria Federal, o Presidente da CAPES o encaminhará o processo ao Conselho Superior da CAPES para manifestação final de mérito;

Art. 9º. A CAPES poderá certificar, a pedido do interessado, nos autos dos processos digitais, a originalidade dos documentos enviados pelos pareceristas e/ou pelos interessados.

Art. 10. Os casos omissão serão decididos pela Presidência da CAPES, ouvido o Conselho Superior.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Portaria nº 86, de 19 de abril de 2017, publicada no DOU de 20 de abril de 2017, Seção 1, pág. 27.

ABILIO A. BAETA NEVES

PORTARIA Nº 247, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga a Portaria nº 237, de 07 de dezembro DE 2017 que Regulamentou os Projetos de Mestrado Interinstitucional (Minter), de Doutorado Interinstitucional (Dinter) e de Turma Fora de Sede e tornar sem efeito o Edital nº 44/2017publicado em 11 de dezembro de 2017

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições conferidas pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, e o Parecer CNE-CES nº 462/2017, de 14 de setembro de 2017 homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 27 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO a necessidade de reformulação dos instrumentos legais e dos procedimentos de análise do Mestrado Interinstitucional, (Minter), Doutorado Interinstitucional (Dinter) e Turma Fora de Sede;

CONSIDERANDO o disposto dos autos do processo nº 23038.018967/2017-72. Resolve:

Art.1º Revogar a Portaria nº 237, de 07 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 37.

Art. 2º Tornar sem efeito a publicação do Edital 44/2017, referente a Projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER e DINTER) e Turma Fora da Sede, publicado no DOU de 11/12/2017, Seção 3, pág. 31.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA Nº 88, 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo N° 23111.019325/2017-61, o Edital n° 09/2017, publicado no Diário Oficial da União n° 210, Seção 3, p. 46 e 47, de 01 de novembro de 2017, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, com lotação no Curso de Nutrição do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos/PI, da forma como segue:

1. Nutrição - Professor Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta) horas semanais - Habilitando os candidatos ANA CIBELE PEREIRA SOUSA (1º lugar), PAULO VÍCTOR DE LIMA SOUSA (2º lugar), MAYARA MONTE FEITOSA (3º lugar), ENNYA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS DUARTE (4º lugar), OLIMPIO JOSÉ DOS SANTOS (5º lugar), VICTOR ALVES DE OLIVEIRA (6º lugar), ANA ELISA RAMOS (7º lugar), ANA KAROLINNE DA SILVA BRITO (8º lugar), VANESSA BRITO LIRA DE CARVALHO (9º lugar), e classificando para contratação os 02 (dois) primeiros colocados.

FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 832, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 28 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 59, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o Memorando nº 212/2017-DNSP/SGP, resolve:

PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 06 de janeiro de 2018, o prazo de validade do Concurso Público para Professor Efetivo da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº 02 de 05 de janeiro de 2017, publicado no DOU nº 05 de 06 de janeiro de 2017.

TELIO NOBRE LEITE
Vice-Reitor
No Exercício do Cargo de Reitor

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº 126, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Presidencial de 11/04/2017, publicado no DOU de 12/04/2017, considerando as informações contidas no Processo IFMT nº 23188.032648.2017-56, e decisão em Reunião Ordinária deste Conselho, realizada no dia 13/12/2017, resolve:

Art. 1º - O Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, aprovado pela Resolução CONSUP/IFMT nº 001/2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º ()

I. O reitor, como presidente;

II. Os representantes do Colégio de Dirigentes do IFMT, correspondente a 1/3 (um terço) mais um do número de Campi, desconsiderando qualquer parte decimal, em efetivo exercício de função e eleitos por seus pares;

III. Os representantes docentes em quantidade igual a 1/3 (um terço) mais um do número de Campi, desconsiderando qualquer parte decimal, em efetivo exercício de função e eleitos por seus pares;

IV. Os representantes técnico-administrativos em quantidade igual a 1/3 (um terço) mais um do número de Campi, desconsiderando qualquer parte decimal, em efetivo exercício de função e eleitos por seus pares;

V. Os representantes discentes em quantidade igual a 1/3 (um terço) mais um do número de Campi, desconsiderando qualquer parte decimal, com matrícula regular ativa e eleitos por seus pares;

VI. 02 (dois) representantes dos egressos, sendo um de curso técnico e um de curso superior, sem vínculo funcional ou estudantil com a instituição, indicados por entidades representativas;

VII. 03 (três) representantes da sociedade civil, sem vínculo funcional ou estudantil com a Instituição, sendo 1 indicado por entidade patronal, 1 indicado por entidade dos trabalhadores e 1 representante do setor público e/ou de empresas estatais;

VIII. 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

IX. 01 (um) representante das entidades sindicais representativas dos servidores com vínculo funcional com a instituição, devendo ser indicado por documento assinado conjuntamente pelos presidentes e/ou Coordenadores gerais das referidas representações e direcionado ao presidente do conselho.

§ 1º. O ato de designação emitido pelo Reitor contemplará os eleitos, indicados e suplentes.

§ 2º. Os membros de que tratam os incisos II, III, IV e V terão o mesmo quantitativo de suplentes, obedecendo à ordem de classificação pelo resultado de votos obtidos no processo eleitoral.

§ 3º. Os membros de que tratam os incisos VI, VII, VIII e IX terão o mesmo quantitativo de suplentes, sendo estes indicados pelas suas respectivas entidades representativas.

§ 4º. O resultado das eleições de que tratam os incisos II, III, IV e V será homologado pelo presidente do conselho, e posteriormente os representantes serão designados por ato do reitor.

§ 5º. Os membros do Conselho Superior do IFMT terão os mandatos de dois anos, a contar da data da posse, permitida uma recondução, via processo de consulta, para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o membro nato de que trata o inciso I do art. 9º.

§ 6º. Acerca dos membros de que tratam os incisos III, IV e V poderá ser eleito no máximo 1 (um) representante de cada segmento por campus ou campus avançado.

§ 7º. Ocorrendo vacância ou afastamento definitivo de um membro titular do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente, para complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 8º. Na impossibilidade prevista no § 7º serão escolhidos novos membros titular e suplente, nos termos regimentais, para a complementação do mandato original.

§ 9º. O Conselho Superior do IFMT se reunirá ordinariamente, a cada 2 (dois) meses; e extraordinariamente e solenemente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros titulares."

"Art. 10 ()

I. (...)

II. Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para a escolha do reitor do IFMT e dos diretores-gerais dos campi e campi avançados em consonância com o estabelecido nos art. 12 e 13 da Lei 11.892/2008;

(...)

VII. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros, devendo, para tanto, solicitar parecer técnico ou esclarecimentos do setor contábil ou da Auditoria Interna do IFMT;

(...)

IX Homologar as decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa, Inovação e Cultura - CONSEPE referentes à criação, alteração curricular ou extinção de cursos, e ao registro de diplomas, em conformidade com a legislação vigente;

X. Aprovar a estrutura administrativa, o Regimento Geral do Instituto, bem como seu próprio Regimento Interno, por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros em exercício, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e por legislação específica;

XI. Aprovar ou vetar propostas de alteração do Regimento Geral do IFMT e Regimento Interno dos campi submetidos à sua apreciação, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos seus membros;

XII. Constituir grupos de trabalho específicos para realizar estudos, emitir pareceres e propor soluções para questões relacionadas ao ensino, às pesquisas, à extensão, ao desenvolvimento e planejamento institucional, à gestão de pessoas e às relações internacionais, dentre outras demandas identificadas e proposta pelos conselheiros ou membro da comunidade interna ou da externa e aprovado por maioria simples dos conselheiros;

XIII. Aprovar a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho dos docentes, sem dedicação exclusiva, em consonância com a legislação específica e as normas estabelecidas por este conselho;

XIV. Zelar pela observância dos princípios, das finalidades e dos objetivos do IFMT;

XV. Zelar pelas condições e limitações de funcionamento do IFMT;

XVI. Homologar a nomeação de servidores para as funções de Ouvidor, Auditor-chefe e Corregedor do IFMT;

XVII. Deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

Parágrafo único: Caberá ao conselho deliberar, quando necessário, sobre ações de governança na área de gestão de pessoas, vedada a deliberação sobre planos de cargo e carreira, benefícios, remunerações e auxílios."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAN SILVA DE PAULA

CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS

PORTARIA N° 207, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT n.º 866, de 19/04/2017, publicada no D.O.U. de 20/04/2017 e pela Portaria IFMT n. 2.359, de 27/09/2017; considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 23192.020900.2017-15, Art. 1º - Aplicar sanção à empresa ALIMENTOS BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 06.956.839/0001-84, na modalidade de Advertência, Multa, Cancelamento do registro de preço e suspensão de participar em licitação e impedida de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um) ano, com base no Art. 87, incisos I, II e III da lei 8.666/93.Art. 2º - A aplicação da sanção dá-se em razão de não ter realizado a entrega dos gêneros alimentícios no prazo estipulado no item 4.2.1 do termo de referência constante do edital 001/2017 e, dos fatos apurados no Processo Administrativo de Gestão Protocolo n.º 23192.020900.2017-15.Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO LUIS BEZERRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 3.083, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Reitor do Instituto Federal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nomeado pelo Decreto Presidencial de 12-08-14, publicado no Diário Oficial da União em 13-08-14, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nos artigos 11 a 14 da Lei nº 9.784/1999, tendo em vista a necessidade de dispensar maior celeridade com a flexibilização dos procedimentos administrativos, bem como o que consta no Memo. 78/2017-PRAF/IFPB, resolve:

I - Delegar competência ao Pró-Reitor de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba para:

a) Designar e dispensar servidores para fiscalizar contratos;

b) Designar e dispensar servidores para apuração de responsabilidade pelo descumprimento de cláusulas contratuais, bem como apurar conduta indevida de fornecedores conforme Lei nº 8.666/1993;

c) Designar pregoeiros e respectivas equipes de apoio, consoante dispõe a Lei nº 10.520/2002;

d) Designação formal de equipe de Planejamento para contratações de serviços, consoante dispõe a Instrução Normativa nº 05 SEGES/MPDG, de 26-05-2017.

II - revogar a portaria nº 752/2015-Reitoria, de 26-03-2015;

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 983, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece os incisos II e VI, do art. 16, do Anexo I, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, considerando a Portaria nº 36, de 16 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de janeiro de 2017, Seção 1, página 20, que instituiu o Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais no contexto das comemorações alusivas aos 80 anos do Inep, bem como o Edital nº 59, de 9 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União, de 10 de outubro de 2017, Seção 3, página 49, que regulamentou o referido Prêmio, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado do Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais, Edição 2017:

Categoria	Colocação	Nome	Veículo	Matéria	Premiação
Avaliações da Educação Básica	1º lugar	Jéssica Welma de Assis Gonçalves	Tribuna do Ceará	Vale da Rapadura	R$ 20.000,00; troféu e certificado
	2º lugar	Ed Wanderley	Diário de Pernambuco	O caminho das pedras: índices de desenvolvimento educacional guiam evolução do ensino básico em Pernambuco	R$ 15.000,00; troféu e certificado
	3º lugar	José Pedro Soares Martins	Agência Social de Notícias	Rumo a 2022: como gestão, engajamento e inovação estão melhorando o Ideb em três estados	R$ 10.000,00; troféu e certificado
Avaliações da Educação Superior	1º lugar	Ana Paula Lisboa	Correio Braziliense	O desempenho do ensino jurídico no DF	R$ 20.000,00; troféu e certificado
Estatísticas Educacionais	1º lugar	Luiza Tenente	G1	35% dos professores de educação infantil não têm diploma: entenda a importância da formação em pedagogia	R$ 20.000,00; troféu e certificado
	2º lugar	Flávia Milhorance	Projeto Colabora	Ensino (abaixo do) médio	R$ 15.000,00; troféu e certificado
	3º lugar	Guilherme Azevedo	Uol	Educação infantil é lugar de homem? Eles mostram que sim	R$ 10.000,00; troféu e certificado

Art. 2º Conforme item 5.1.2 do Edital nº 59, de 9 de outubro de 2017, o prêmio em dinheiro é um patrocínio da Organização dos Estados Iberoamericanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), por meio de Assistência Técnica firmada com o Inep.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 84, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Empenho de recursos referente as escolas participantes da adesão de 2017 e 2016 do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com recursos de programa federal, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 3 de dezembro de 2017.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os estados e o Distrito Federal que estão aptos a receber recursos referentes ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI instituído pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, pela Portaria MEC nº 727 de 13 de junho de 2017, com recursos de programa federal, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 3 de dezembro de 2017.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar o empenho de recursos financeiros aos estados e ao Distrito Federal para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa, referentes à adesão de 2017 e 2016 ao EMTI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO I

VALORES DE REPASSE

UF	CNPJ	Número de Matrículas	Valor do Repasse	Valor de capital do Repasse	Valor de custeio do Repasse
AC	04.033.254/000.1-67	5.993	R$ 1.339.576,44	R$ 0,00	R$ 1.339.576,44
AL	12.200.218/000.1-79	7.480	R$ 3.009.889,32	R$ 2.750.082,00	R$ 259.807,32
AM	04.312.419/000.1-30	12.990	R$ 6.002.243,44	R$ 4.325.128,98	R$ 1.677.114,46
AP	00.394.577/000.1-25	2.516	R$ 1.783.063,24	R$ 1.463.680,01	R$ 319.383,23
BA	13.937.065/000.1-00	10.057	R$ 5.878.554,45	R$ 5.040.850,32	R$ 837.704,13
CE	07.954.514/000.1-25	25.415	R$ 10.620.598,26	R$ 6.438.828,37	R$ 4.181.769,89
DF	00.394.676/000.1-07	4.154	R$ 732.184,28	R$ 0,00	R$ 732.184,28
ES	27.080.563/000.1-93	15.105	R$ 1.944.677,23	R$ 0,00	R$ 1.944.677,23
GO	01.409.705/000.1-20	14.440	R$ 6.308.190,69	R$ 4.545.590,10	R$ 1.762.600,59
MA	03.352.086/000.1-00	11.262	R$ 4.585.017,01	R$ 4.391.130,95	R$ 193.886,06
MG	18.715.599/000.1-05	24.640	R$ 11.089.070,88	R$ 7.011.118,17	R$ 4.077.952,71
MS	02.585.924/000.1-22	9.750	R$ 1.079.077,48	R$ 760.522,68	R$ 318.554,80
MT	03.507.415/000.8-10	7.680	R$ 2.888.263,21	R$ 1.907.693,25	R$ 980.569,96
PA	05.054.937/000.1-63	7.660	R$ 4.011.233,27	R$ 3.187.295,05	R$ 823.938,22
PB	08.778.250/000.1-69	18.766	R$ 6.567.168,64	R$ 4.152.123,82	R$ 2.415.044,82
PE	10.572.071/000.1-12	20.875	R$ 8.179.519,44	R$ 4.294.218,97	R$ 3.885.300,47
PI	06.554.729/000.1-96	13.140	R$ 5.354.833,83	R$ 3.858.615,07	R$ 1.496.218,76
PR	76.416.965/000.1-21	4.500	R$ 2.540.896,20	R$ 2.250.067,10	R$ 290.829,10
RJ	42.498.659/000.1-60	13.200	R$ 2.987.093,22	R$ 665.299,84	R$ 2.321.793,38
RN	08.241.804/000.1-94	16.400	R$ 4.234.631,92	R$ 3.110.092,75	R$ 1.124.539,17
RO	04.564.530/000.1-13	4.605	R$ 2.302.733,04	R$ 1.500.044,73	R$ 802.688,31
RR	84.012.012/000.1-26	5.122	R$ 2.651.676,31	R$ 2.486.873,16	R$ 164.803,15
RS	92.941.681/000.1-00	1.327	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SC	82.951.328/000.1-58	4.618	R$ 2.210.277,05	R$ 1.710.051,00	R$ 500.226,05
SE	13.128.798/001.4-18	7.911	R$ 3.203.816,46	R$ 2.469.164,54	R$ 734.651,92
SP	46.384.111/000.1-40	15.294	R$ 1.635.834,35	R$ 0,00	R$ 1.635.834,35
TO	25.053.083/000.1-08	4.350	R$ 2.993.927,34	R$ 2.900.086,48	R$ 93.840,86
Total Geral		289.250	R$ 106.134.047,00	R$ 71.218.557,34	R$ 34.915.489,66

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.356, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 45/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 71010.001521/2003-64, resolve:

Art. 1º. MANTER o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, da Obra Social e Assistencial Nossa Senhora Auxiliadora, com sede em São José dos Campos/SP, CNPJ nº 57.539.322/0001-20, deferido nos autos do processo nº 71010.001521/2003-64, pela Resolução nº 159, de 20 de setembro de 2007, publicada no DOU de 02 de outubro de 2007, relativo ao período de 02/10/2007 a 01/10/2010, em estrita observância ao disposto no artigo 54 da lei 9.784/1999

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa, instaurado pela Portaria nº 769, de 16 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2014,

Art. 3º. Cientifique-se Obra Social e Assistencial Nossa Senhora Auxiliadora.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.357, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 29/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 71010.000355/2005-41, resolve:

Art. 1º. MANTER o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José, com sede em São Paulo, CNPJ 62.103.619/0001-89, relativo ao período de 01/01/2001 a 31/12/2003, nos termos da Resolução nº 110, de 9 de junho de 2005, publicada no DOU de 15 de junho de 2005, relativo ao processo nº 44006.004300/2000-66 em estrita observância ao art. 54 da Lei nº 9.784.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa, instaurado pela Portaria nº 1310, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU de 21 de junho de 2011.

Art. 3º. Cientifique-se Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.358, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 71/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.001961/2014-41, resolve:

Art. 1º. Julgar improcedente a Representação nº 23123.003624/2013-11 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qual deu origem a Supervisão nº 23000.001961/2014-41, instaurada pela Portaria nº 37, de 29 de janeiro de 2014, DOU de 30 de janeiro de 2014, em estrita observância ao art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999; Nota DECOR/CGU/AGU Nº 180/2009-JGAS e aos termos do Parecer nº 00909/2017/CONJUR-MEC/CGU/AG, e MANTER a certificação conferida ao Centro Educacional da Lagoa, com sede no Jardim Botânico/RJ, CNPJ nº 30.500.334/0001-95, pela Resolução nº 3, de 23 de janeiro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2003, item 2973, para o período de 21/03/2007 a 20/03/2010 relativo ao processo nº 71010.004191/2006-10 e arquivar o processo de Supervisão Administrativa nº 23000.001961/2014-41, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 2º Cientifique-se o Centro Educacional da Lagoa

Art. 3º. Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.359, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 51/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 71010.000856/2006-16, resolve:

Art. 1º. MANTER o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, da Sociedade de Educação e Cultura Porto Alegrense, com sede em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92.773.621/0001-26, deferido nos autos do Processo nº 71010.000856/2006-16, pela Resolução nº 214, de 04 de dezembro de 2007, publicada no DOU de 18 de dezembro de 2007, relativo ao período de 08/11/2006 a 07/11/2009, em razão do cumprimento do art. 4º do Decreto nº 2.536/1998 e as Normas Brasileira de Contabilidade nº 10.19.2.5.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa, instaurado pela Portaria nº 765, de 16 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Cientifique-se Sociedade de Educação e Cultura Porto Alegrense.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.360, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 70/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 23000.010829/2014-20, resolve:

Art. 1º. MANTER os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, da Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, com sede em Campinas/SP, CNPJ nº 46.043.881/0001-29, deferido nos autos do processo nº 71010.002707/2003-31, pela Resolução nº 118 de 13/07/2006, publicada no DOU de 18/07/2006, relativo ao período de 01/01/2004 a 31/12/2006 e Processo nº 71010.003490/2006-29, deferido pela Resolução nº 3, de 23 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 26 de janeiro de 2009, relativo ao período de 01/01/2007 a 31/12/2009, em observância ao artigo 54 da lei 9.784/1999, bem como ao disposto na Nota DECOR/CGCU/AGU Nº 180/2009.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa nº 23000.010829/2014-20, instaurado pela Portaria nº 357, de 05 de junho de 2014, publicada no DOU de 06 de junho de 2014.

Art. 3º. Cientifique-se o Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.361, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 13/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 71010.000409/2005-78, resolve:

Art. 1º. MANTER o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da Sociedade Universitária Gama Filho, com sede no Rio de Janeiro, CNPJ nº 33.809.609/0001-65, relativo ao período de 01/01/2001 a 31/12/2003, nos termos da Resolução nº 49, de 17 de março de 2005, publicada no DOU de 30 de março de 2005, nos autos do processo nº 44006.005056/2000-12, em estrita observância ao art. 54 da Lei 9.784/1999.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa, instaurado pela Portaria nº 1313, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU de 21 de junho de 2011.

Art. 3º. Cientifique-se a Sociedade Universitária Gama Filho.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.362, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 12/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 71010.000371/2005-33, resolve:

Art. 1º. MANTER o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, com sede em Pouso Alegre/MG, inscrita no CNPJ nº 23.951.916/0001-22, relativo ao período de 18/09/2000 a 17/09/2003, nos termos da Resolução nº 49, de 17 de março de 2005, publicada no DOU de 30 de março de 2005, nos autos do processo nº 44006.000890/2000-30, em observância ao artigo 54 da lei 9.784/1999.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa instaurado pela Portaria nº 1320, de 20 de junho de 2011, publicada no DOU de 21 de junho de 2011.

Art. 3º. Cientifique-se a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.363, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes Nota Técnica nº 82/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.013290/2014-61, resolve:

Art. 1º. Julgar procedente a Representação nº 71010.000226/2005-52 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qual deu origem a Supervisão nº 23000.013290/2014-61, instaurada pela Portaria nº 653, de 4 de novembro de 2014, publicada no DOU de 05/11/2014, e CANCELAR a certificação conferida ao Colégio Diocesano de Patos, CNPJ nº 09.279.324/0001-85 pelo período de 17/07/2003 a 16/07/2006, concedida pela Resolução nº 103, de 16/07/2003, publicada no DOU de 17 de julho de 2003, referente ao processo nº 44006.002619/2002-44, bem como arquivar a Representação nº 71010.000223/2005-19,

Art. 2º Cientifique-se o Ginásio Diocesano de Patos

Art. 3º. Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 2.402, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta no Protocolado 23068.769358/2017-28, resolve:

Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 15/02/2018, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 102/2015-R, publicado no DOU de 09/10/2015, homologado conforme Edital nº 17/2016-R, publicado no DOU de 15/02/2016, na parte referente à Área/Subárea: Dendrologia/Taxonomia de Fanerógamos.

REINALDO CENTODUCATTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

PORTARIA Nº 668, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 28 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 31 de março de 2014, Seção 2, pág. 1, e consoante as disposições legais e estatutárias vigentes, resolve:

Ratificar a aplicação de multa no valor de R$ 430,30 (quatrocentos e trinta reais e trinta centavos) à empresa Comercial Eliane Eireli - ME, CNPJ: 23.273.760/0001-78, e aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 2 (dois) meses, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c itens 21.1.2 e 21.1.3 do Edital Pregão Eletrônico nº 44/2017, sendo a penalidade resultado da apuração de irregularidades ocorridas durante o Pregão Eletrônico nº 44/2017, mediante Processo Administrativo nº 23204.011526/2017-81.

RAIMUNDA NONATA MONTEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o § 3º do Artigo 53 do Estatuto da UFRJ em decorrência da criação do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada, como Órgão Suplementar do Centro de Ciências da Saúde.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sua sessão especial de 14 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Criar o Núcleo de Bioética e Ética Aplicada, como Órgão Suplementar do Centro de Ciências da Saúde.

Art. 2º O § 3º do Artigo 53 do Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53 (...)

§ 3º Integram, ainda, o Centro de Ciências da Saúde como Órgãos Suplementares:

I - o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde;

II - o Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais Walter Mors;

III - o Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé;

IV - o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho;

V - a Maternidade Escola;

VI - o Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis;

VII - o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho;

VIII - o Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis;

IX - o Núcleo de Biologia Estrutural e Bioimagem; e

X - O Núcleo de Bioética e Ética Aplicada."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO LEHER
Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 915, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.076521/2017-47 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado da Coordenadoria Especial de Biociências e Saúde Única - BSU do Campus de Curitibanos, instituído pelo Edital nº 141/DDP/PRODEGESP/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 225, Seção 3, de 24/11/2017.

Área/Subárea de conhecimento: Medicina Veterinária/ Clínica Cirúrgica Animal/ Clínica Cirúrgica de Grandes Animais.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Nº de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Grasiela de Bastiani	9,2

PATRIC DA SILVA RIBEIRO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 568, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Convalida a instituição do Grupo de Trabalho de que trata a Portaria nº 637, de 27 de junho de 2017, do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, e concede prazo para elaboração de relatório final.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica convalidada a instituição do Grupo de Trabalho de que trata a Portaria nº 637, de 27 de junho de 2017, do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, que instituiu Grupo de Trabalho para tratar do tema referido no Processo 12100.000082/2017-08.

Art. 2º Fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Portaria para a conclusão dos trabalhos e a elaboração do relatório final pelo Grupo de Trabalho de que trata a Portaria nº 637, de 2017, do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

PORTARIA Nº 569, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e nos arts. 19 e 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º. O art. 2º da Portaria nº 379, de 9 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para a celebração do termo aditivo que formaliza o disposto no art. 12-A da Lei Complementar nº 156, de 2016, a documentação necessária para as comprovações de que trata o art. 1º consiste em:

....."

(NR)

Art. 2º A Portaria nº 379, de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. 2º-A. Para a celebração do termo aditivo que formaliza o disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, a documentação necessária para as comprovações de que trata o artigo 1º consiste em:

I - autorização legislativa para a realização da operação; e

II - declaração do Chefe do Poder Executivo atestando o cumprimento do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal pelo ente federativo, na forma do artigo 6º;

Parágrafo primeiro. A documentação mencionada no caput deverá ser enviada pelo ente ao Banco do Brasil S.A., agente financeiro da União, que a encaminhará à Coordenação-Geral de Haveres Financeiros - COAFI da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo segundo. Os termos aditivos de que tratam os arts. 1º e 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016, deverão ter cláusula que exija comprovação do protocolo junto ao juízo competente de pedido de desistência de eventuais ações judiciais que tenham por objeto a dívida ou contrato renegociado, em até 60 dias após a sua celebração, sob pena de rescisão, com observância do art. 8º do Decreto nº 9.056, de 2017".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000568/2010-53 e 17944.001344/2012-21
Interessados: Estado do Mato Grosso do Sul e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Aditivo aos Contratos de Garantia nº 569/PGFN/CAF, de 1º de setembro de 2010, e nº 861/PGFN/CAF, de 28 de maio de 2013, celebrados entre a União e o Estado do Mato Grosso do Sul, com a interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e também o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União nos Contratos de Financiamento nº 12.2.1129.1 e nº 12.2.1188.l, e autorizo, para tal finalidade, a assinatura do Aditivo aos Contratos de Garantia nº 569/PGFN/CAF, firmado em 1º de setembro de 2010, e nº 861/PGFN/CAF, firmado em 28 de maio de 2013.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.001467/2009-66
Interessados: Estado do Piauí e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Aditivo ao Contrato de Garantia nº 519/PGFN/CAF, de 23 de dezembro de 2009, celebrado entre a União e o Estado do Piauí, com a interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e também o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União no Contrato de Financiamento nº 09.2.1379.1; e autorizo, após a celebração do aditivo ao referido Contrato de Financiamento, a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Garantia nº 519/PGFN/CAF, firmado em 23 de dezembro de 2009.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.001351/2012-22
Interessados: Estado do Espírito Santo e Caixa Econômica Federal - CAIXA.
Assunto: Aditivo ao Contrato de Garantia nº 778/PGFN/CAF, de 26 de dezembro de 2012, celebrado entre a União e o Estado do Espírito Santo, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e também o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União no Contrato de Financiamento nº 0394.996-52/2012, e autorizo, para tal finalidade, a assinatura do Aditivo ao Contrato de Garantia nº 778/PGFN/CAF, firmado em 26 de dezembro de 2012.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000125/2010-62
Interessados: Estado do Ceará e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Aditivo ao Contrato de Garantia nº 550/PGFN/CAF, de 21 de julho de 2010, celebrados entre a União e o Estado do Ceará, com a interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e o disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, ratifico a concessão da garantia da União no Contrato de Financiamento nº 10.2.0304.1; e autorizo, para tal finalidade, a celebração do aditivo ao Contrato de Garantia nº 550/PGFN/CAF, firmado em 21 de julho de 2010.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000039/98-57
Interessado: Estado de Minas Gerais.
Assunto: Nono Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 004/98 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais em 18 de fevereiro de 1998. Aditivo a ser firmado com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, no Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e na Portaria STN nº 690, de 11 de agosto de 2017, tendo por objeto a alteração de disposições contratuais relativas ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal - PAF.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.102971/2017-92.
Interessado: Estado do Ceará.
Assunto: Quinto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº 003/97 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado do Ceará, em 16 de outubro de 1997, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Aditivo a ser firmado com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, tendo por objeto a alteração de disposições contratuais relativas ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal - PAF.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e do art. 10 da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000807/2010-75 e 17944.001399/2012-31
Interessados: Estado da Paraíba e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Aditivo aos Contratos de Garantia nº 666/PGFN/CAF, de 17 de agosto de 2011, e nº 834/PGFN/CAF, de 4 de abril de 2013, celebrados entre a União e o Estado da Paraíba, com a interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e também o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União nos Contratos de Financiamento nº 10.2.0624.1 e nº 12.2.1209.l; e autorizo, após a celebração dos aditivos aos referidos Contratos de Financiamento, a assinatura do Primeiro Termo Aditivo aos Contratos de Garantia nº 666/PGFN/CAF, firmado em 17 de agosto de 2011, e nº 834/PGFN/CAF, firmado em 4 de abril de 2013.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULAR Nº 3.867, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Circular nº 3.632, de 21 de fevereiro de 2013, que define e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos à vista e a Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, que define as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de dezembro de 2017, com base no art. 10, incisos III e IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, tendo em vista o disposto na Circular nº 3.529, de 29 de março de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Circular nº 3.632, de 21 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista é apurada aplicando-se, sobre a base de cálculo de que trata o art. 3º, a alíquota de 40% (quarenta por cento).

....."
(NR)

Art. 2º O art. 4º da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A exigibilidade de recolhimento compulsório é apurada mediante a aplicação da alíquota de 34% (trinta e quatro por cento) sobre a base de cálculo de que trata o art. 3º.

....."
(NR)

Art. 3º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - quanto ao art. 1º, a partir do período de cálculo de 11 a 22 de dezembro de 2017, cujo cumprimento se dará de 2 a 12 de janeiro de 2018, para as instituições integrantes do Grupo "A", e a partir do período de cálculo de 4 a 15 de dezembro de 2017, cujo cumprimento se dará de 26 de dezembro de 2017 a 5 de janeiro de 2018, para as instituições integrantes do Grupo "B"; e

II - quanto ao art. 2º, a partir do período de cálculo de 18 a 22 de dezembro de 2017, cujo cumprimento se dará de 2 a 5 de janeiro de 2018.

REINALDO LE GRAZIE
Diretor de Política Monetária

CIRCULAR Nº 3.868, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga novo Regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de dezembro de 2017, com fundamento nos arts. 9º e 10, inciso XII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 2º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, resolve:

Art. 1º O Regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom) passa a vigorar com a redação do documento anexo.

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as Circulares ns. 2.900, de 24 de junho de 1999, 3.119, de 18 de abril de 2002, 3.536, de 19 de maio de 2011, 3.593, de 16 de maio de 2012, e 3.802, de 12 de julho de 2016.

REINALDO LE GRAZIE
Diretor de Política Monetária

CARLOS VIANA DE CARVALHO
Diretor de Política Econômica

AENXO

REGULAMENTO ANEXO À CIRCULAR Nº 3.868, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta o funcionamento do Comitê de Política Monetária (Copom).

CAPÍTULO I
COMPETÊNCIA

Art. 1º O Comitê de Política Monetária (Copom), constituído no âmbito do Banco Central do Brasil, tem como competências definir a meta da Taxa Selic e divulgar o Relatório de Inflação a que se refere o Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999.

§ 1º Define-se como Taxa Selic a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos públicos federais.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, são considerados os financiamentos diários relativos às operações com títulos públicos federais custodiados no Selic, registradas e liquidadas no próprio Selic ou em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação de que trata a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001.

§ 3º O período de vigência da meta para a Taxa Selic terá início no dia útil seguinte a cada reunião do Copom.

CAPÍTULO II
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 2º São membros do Copom o Presidente e os Diretores do Banco Central do Brasil.

Art. 3º O Copom reúne-se ordinariamente oito vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, presentes, no mínimo, o Presidente, ou seu substituto, e metade do número de Diretores.

§ 1º As reuniões ordinárias são realizadas em duas sessões, discriminadas a seguir:

I - a primeira sessão é reservada às apresentações técnicas de conjuntura econômica; e

II - a segunda sessão é destinada à decisão da meta da Taxa Selic.

§ 2º Além dos membros do Copom, participam da primeira sessão das reuniões ordinárias os Chefes das seguintes Unidades, responsáveis pelas apresentações técnicas:

I - Departamento de Assuntos Internacionais (Derin);

II - Departamento Econômico (Depec);

III - Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep);

IV - Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban);

V - Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab); e

VI - Departamento das Reservas Internacionais (Depin).

§ 3º Nas ausências dos Chefes das Unidades, os substitutos nas reuniões do Copom serão indicados pelos Diretores das respectivas áreas e terão as mesmas responsabilidades.

§ 4º A primeira sessão das reuniões ordinárias poderá contar ainda com a presença de outros servidores do Banco Central do Brasil e de seu Assessor de Imprensa, quando autorizados pelo Presidente.

§ 5º Na segunda sessão das reuniões ordinárias, além dos membros do Copom, participa, sem direito a voto, o Chefe do Depep, incumbindo-lhe na ocasião realizar apresentação técnica.

§ 6º A participação nas reuniões extraordinárias é restrita aos membros do Copom, podendo delas participar outros servidores do Banco Central do Brasil, quando autorizados pelo Presidente.

CAPÍTULO III
ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 4º Cabe aos membros do Copom o exercício das seguintes atribuições:

I - Presidente e Diretores:

a) avaliar informações, apresentações e documentos expostos como subsídios para deliberação do colegiado;

b) definir, por meio de voto, a meta para a Taxa Selic, observado o disposto no § 2º deste artigo;

II - Presidente:

a) autorizar a participação de outros servidores do Banco Central do Brasil na primeira sessão das reuniões ordinárias ou nas reuniões extraordinárias;

b) presidir as reuniões e, ao final, encaminhar a votação;

III - Diretor de Política Monetária:

a) coordenar a organização das reuniões;

b) divulgar, por meio de Comunicado, as decisões tomadas pelo Comitê.

IV - Diretor de Política Econômica: coordenar a elaboração do Relatório de Inflação e das Atas do Copom.

§ 1º Os Chefes de Unidade referidos no § 2º do art. 3º deverão levar ao conhecimento do Copom os fatos mais relevantes relacionados ao diagnóstico e prognóstico dos seguintes assuntos:

I - Chefe do Derin: conjuntura econômica internacional;

II - Chefe do Depec: conjuntura econômica doméstica e expectativas de analistas para variáveis macroeconômicas;

III - Chefe do Depep: avaliação prospectiva da inflação;

IV - Chefe do Deban: condições de liquidez e de funcionamento do sistema bancário;

V - Chefe do Demab: mercado monetário e operações de mercado aberto; e

VI - Chefe do Depin: mercados financeiros internacionais e de câmbio.

§ 2º O Copom deliberará por maioria simples de votos, a serem proferidos oralmente, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

§ 3º Compete ao Copom avaliar o cenário macroeconômico e os principais riscos a ele associados, com base nos quais são tomadas decisões de política monetária.

§ 4º As Atas das reuniões conterão as informações indicadas no § 3º deste artigo, além do registro nominal dos votos proferidos pelos membros do Copom.

§ 5º As Atas das reuniões do Copom serão divulgadas no prazo de até seis dias úteis após a data de sua realização.

Art. 5º Os Comunicados das decisões do Copom serão divulgados na data da segunda sessão da reunião ordinária, a partir das dezoito horas, imediatamente após o seu término.

§ 1º O Comunicado de que trata este artigo identificará o voto de cada membro do Copom.

§ 2º No caso de reunião extraordinária, o horário de divulgação do Comunicado será determinado pelo Diretor de Política Monetária.

Art. 6º O calendário anual das reuniões ordinárias será divulgado mediante Comunicado do Diretor de Política Monetária até o fim do mês de junho do ano anterior, admitindo-se ajustes até o último dia do ano de sua divulgação.

CIRCULAR Nº 3.869, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece a metodologia de apuração do indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR), dispõe sobre a divulgação de informações relativas ao NSFR e altera a Circular nº 3.749, de 5 de março de 2015.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de dezembro de 2017, com base nos arts. 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e no art. 5º da Resolução nº 4.616, de 30 de novembro de 2017, e no art. 8º da Resolução nº 4.401, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, resolve:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO ESCOPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Circular estabelece a metodologia de apuração do indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR), dispõe sobre a divulgação de informações relativas ao NSFR, de acordo com o disposto pela Resolução nº 4.616, de 30 de novembro de 2017, e promove alterações na Circular nº 3.749, de 5 de março de 2015.

Parágrafo único. O NSFR corresponde à razão entre o montante de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) e o montante de Recursos Estáveis Requeridos (RSF), calculados conforme disposto nos capítulos II, III, IV e V desta Circular.

CAPÍTULO II
DOS RECURSOS ESTÁVEIS DISPONÍVEIS (ASF)
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 2º O montante ASF deve ser igual ao somatório dos produtos dos saldos dos elementos registrados no passivo e no patrimônio líquido do balanço patrimonial da instituição pelos respectivos Fatores de Ponderação de Recursos Disponíveis (FAS).

§ 1º Para apuração do montante ASF, os saldos mencionados no caput devem ser determinados segundo os critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), desconsiderando deduções regulatórias e ajustes prudenciais, exceto os previstos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, ressalvado o disposto no art. 4º, parágrafo único desta Circular.

§ 2º Os saldos mencionados no caput devem ser líquidos das respectivas provisões.

§ 3º Para os saldos dos instrumentos financeiros derivativos registrados no passivo, deve ser observado o disposto nos arts. 23 a 26.

Art. 3º O FAS aplicável aos elementos de que trata o art. 2º deve ser definido com base no prazo efetivo de vencimento residual do respectivo elemento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Para fins da definição do prazo efetivo, a data de vencimento deve ser a menor entre as previstas em contrato, observada a necessidade de ajustes em decorrência da existência de:

I - opcionalidades automáticas, explícitas ou embutidas, cujo exercício não dependa da discricionariedade da instituição;

II - fatores reputacionais que possam levar a instituição a autorizar o exercício de opcionalidades que permitam o resgate antecipado; ou

III - expectativa, por parte dos agentes de mercado, de resgate anterior à data de vencimento dos elementos mencionados no caput.

§ 2º O vencimento residual de que trata o caput compreende o período entre a data de apuração do NSFR e a data de efetivo vencimento conforme o § 1º deste artigo.

§ 3º Na existência de pagamentos periódicos previstos em contrato, o valor contábil dos elementos de que trata o caput deve ser proporcionalmente alocado nas respectivas datas de vencimento, observado o disposto no § 1º, e os fluxos de caixa gerados devem ser agrupados nos seguintes prazos de vencimentos residuais:

a) menor do que 6 (seis) meses;

b) maior ou igual a 6 (seis) meses e menor do que 1 (um) ano; ou

c) maior ou igual a 1 (um) ano.

§ 4º No caso de elementos registrados no passivo sem prazo de vencimento contratual definido, incluindo aqueles com cláusulas de prazo de vencimento em aberto, exceto nos casos de que tratam o art. 5º e o art. 6º, inciso II, o prazo efetivo de vencimento residual deve ser considerado como menor do que 6 (seis) meses.

§ 5º Alternativamente ao disposto no § 4º, desde que utilizados critérios consistentes, passíveis de verificação e claramente documentados, admite-se:

I - no caso de obrigações fiscais diferidas, a utilização da data mais próxima de liquidação no estabelecimento do prazo efetivo de vencimento residual;

II - no caso de elementos registrados no passivo sujeitos a cláusulas contratuais com perpetuidade do principal não elegíveis a compor o Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, a utilização de prazo de vencimento residual maior ou igual a 1 (um) ano, salvo se presente o disposto no §1º; e

III - no caso de depósitos judiciais, a utilização de prazo de vencimento residual maior ou igual a 1 (um) ano para, no máximo, 97% (noventa e sete por cento) do saldo.

§6º O percentual do saldo dos depósitos judiciais mencionado no §5º, inciso III, poderá ser alterado pelo Banco Central do Brasil caso os critérios utilizados e a documentação mantida pela instituição não assegurem que a estabilidade desses depósitos é compatível com o percentual de 97% (noventa e sete por cento).

Seção II

Do FAS

Art. 4º Deve ser aplicado FAS de 100% (cem por cento):

I - ao montante do PR bruto das deduções regulatórias previstas no art. 5º da Resolução nº 4.192, de 2013; e

II - aos saldos dos elementos registrados no passivo com prazo efetivo de vencimento residual maior ou igual a 1 (um) ano.

Parágrafo único. Devem ser desconsiderados no cômputo do montante de que trata o caput, inciso I, os instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013.

Art. 5º Aos saldos dos elementos relativos a captações de varejo sem prazo de vencimento contratual definido, incluindo aquelas com cláusulas contratuais de prazo de vencimento em aberto, ou com prazo efetivo de vencimento residual menor do que 1 (um) ano devem ser aplicados os seguintes FAS:

I - 95% (noventa e cinco por cento), aos saldos das captações consideradas estáveis, nos termos dos arts. 11 e 12 da Circular nº 3.749, de 5 de março de 2015; e

II - 90% (noventa por cento), aos saldos das captações consideradas menos estáveis, nos termos do art. 12, § 2º, da Circular nº 3.749, de 2015.

Art. 6º Deve ser aplicado FAS de 50% (cinquenta por cento) aos saldos dos seguintes elementos registrados no passivo:

I - captações de atacado com prazo efetivo de vencimento residual menor do que 1 (um) ano, com ou sem colateral, nos termos dos arts. 14 e 20 da Circular nº 3.749, de 2015, provenientes de:

a) empresas não-financeiras;

b) governos centrais;

c) organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMDs), de que trata o art. 19, inciso V, da Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013; e

d) Entidades do Setor Público (PSEs), de que trata o art. 6º, § 8º, da Circular nº 3.749, de 2015.

II - depósitos operacionais, conforme definido no art. 15 da Circular nº 3.749, de 2015;

III - depósitos de cooperativas filiadas, conforme definido no art. 17 da Circular nº 3.749, de 2015;

IV - captações com prazo efetivo de vencimento residual maior ou igual a 6 (seis) meses e menor do que 1 (um) ano, com ou sem colateral, provenientes de:

a) bancos centrais; e

b) instituições financeiras, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, administradoras de consórcio, sociedades seguradoras e resseguradoras, câmaras de compensação e liquidação que atuam como contraparte central, entidades fiduciárias e entidades beneficiárias mencionadas no art. 26, § 5º, da Circular nº 3.749, de 2015;

V - demais elementos registrados no passivo como prazo efetivo de vencimento residual maior ou igual a 6 (seis) meses e menor do que 1 (um) ano.

Art. 7º Deve ser aplicado FAS de 0% (zero por cento) aos saldos dos seguintes elementos registrados no passivo ou no patrimônio líquido:

I - captações com prazo efetivo de vencimento residual menor do que 6 (seis) meses, com ou sem colateral, provenientes das entidades mencionadas no art. 6º, inciso IV, alíneas "a" e "b";

II - operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes;

III - obrigações a liquidar decorrentes da negociação de instrumento financeiro, moeda estrangeira ou mercadorias (commodities); e

IV - elementos para os quais não haja FAS específico estabelecido.

§1º Para fins da aplicação do FAS de 0% (zero por cento), as operações de que trata o caput, inciso II, devem atender as seguintes condições:

I - vinculação entre os recursos captados e a respectiva operação ativa;

II - compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa e dos recursos captados;

III - prazo da operação de captação igual ou maior que o da operação ativa;

IV - contraparte da operação de captação distinta da contraparte da respectiva operação ativa; e

V - inexistência de qualquer tipo de responsabilidade, contratual ou extracontratual, do adimplemento de terceiros.

§2º Incluem-se nas operações de que trata o caput, inciso II, o montante a ser repassado a lojistas ou a instituições de pagamento emissoras de instrumentos de pagamento pós-pagos, mencionado no art. 23, inciso I, alínea "f" da Circular nº 3.749, de 2015.

§3º Não estão incluídas no caput, inciso III, as obrigações relacionadas a instrumentos financeiros derivativos, operações com moeda estrangeira decorrentes de financiamento ao comércio exterior e operações de empréstimos e repasses.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS ESTÁVEIS REQUERIDOS (RSF)

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 8º O montante RSF deve ser igual ao somatório dos produtos dos saldos dos elementos registrados no ativo e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial da instituição pelos respectivos Fatores de Ponderação de Recursos Requeridos (FRS).

§ 1º Para apuração do montante RSF, os saldos dos elementos registrados no ativo devem ser determinados segundo os critérios estabelecidos no Cosif, observado que:

I - devem ser considerados os requisitos mínimos relativos ao processo de apreçamento de instrumentos financeiros, de que trata a Resolução nº 4.277, de 2013, quando não reconhecidos nos registros contábeis;

II - não devem ser considerados os limites de que trata o art. 7º da Circular nº 3.749, de 2015, para definição como Ativos de Alta Liquidez (HQLA); e

III - não devem ser considerados os demais ajustes prudenciais ou deduções regulatórias previstos na regulamentação em vigor.

§ 2º Os saldos mencionados no caput devem ser líquidos das respectivas provisões.

§ 3º Para os saldos dos instrumentos financeiros derivativos registrados no ativo, deve ser observado o disposto nos arts. 23 a 26.

Art. 9º Para apuração do montante RSF, devem ser consideradas as seguintes exposições não contabilizadas no balanço patrimonial:

I - prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros;

II - obrigações contingentes não contratuais;

III - linhas de crédito e linhas de liquidez, devendo ser consideradas tanto as linhas irrevogáveis incondicionalmente, revogáveis condicionalmente e revogáveis incondicionalmente; e

IV - desembolsos futuros.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, são consideradas:

I - linhas de liquidez os acordos contratuais para fornecimento de recursos ao cliente com o objetivo de honrar suas obrigações a vencer nos próximos doze meses até a conclusão de novas emissões ou captações a serem efetivadas pelo cliente;

II - linhas de crédito os acordos contratuais para fornecimento de recursos ao cliente em data futura, com possibilidade de saque a qualquer momento do prazo vigente do contrato, que não sejam consideradas de liquidez;

III - desembolsos futuros os relativos a operações contratadas, inclusive de crédito, e cujos recursos ainda não foram liberados aos clientes, independentemente de serem ou não condicionadas ao cumprimento, pelo devedor, de condições pré-estabelecidas; e

IV - obrigações contingentes não contratuais os potenciais desembolsos financeiros da instituição para atender a expectativas não contratuais de indivíduos ou entidades, com o objetivo principal de mitigar seu risco reputacional.

Art. 10. O FRS aplicável aos elementos de que trata o art. 8º deve ser definido com base no prazo efetivo de vencimento residual do respectivo elemento.

§ 1º Para fins da definição do prazo efetivo, a data de vencimento deve ser a maior entre as previstas em contrato, observada a necessidade de ajustes em decorrência da existência de:

I - opcionalidades automáticas, explícitas ou embutidas, cujo exercício não dependa da discricionariedade da instituição;

II - fatores reputacionais que possam levar a instituição a autorizar o exercício de opcionalidades que permitam a extensão do prazo efetivo de vencimento residual; ou

III - expectativa, por parte dos agentes de mercado, de renegociação contratual que resulte em extensão do prazo efetivo de vencimento residual dos elementos mencionados no caput.

§ 2º O vencimento residual de que trata o caput compreende o período entre a data de apuração do NSFR e a data de efetivo vencimento conforme o § 1º deste artigo.

§ 3º Na existência de recebimentos periódicos previstos em contrato, o valor contábil do elemento mencionado no caput deve ser proporcionalmente alocado nas respectivas datas de vencimento, observado o disposto no § 1º, e os fluxos de caixa gerados devem ser agrupados nos seguintes prazos de vencimentos residuais:

a) menor do que 6 (seis) meses;

b) maior ou igual a 6 (seis) meses e menor do que 1 (um) ano; ou

c) maior ou igual a 1 (um) ano.

§ 4º No caso de elementos registrados no ativo sem prazo de vencimento contratual definido, incluindo aqueles com cláusulas de prazo de vencimento em aberto, o prazo efetivo de vencimento residual deve ser considerado como maior ou igual a 1 (um) ano.

§5º Alternativamente ao disposto no § 4º, desde que utilizados critérios consistentes, passíveis de verificação e claramente documentados, no caso das operações compromissadas e de empréstimo de ativos sem prazo de vencimento contratual definido, incluindo aquelas com cláusulas de prazo de vencimento em aberto, o prazo efetivo de vencimento residual pode ser definido de acordo com previsão de liquidação em período inferior a 1 (um) ano.

Seção II

Do FRS aplicável a elementos registrados no ativo

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 11. Deve ser aplicado FRS de 0% (zero por cento) aos saldos dos seguintes ativos:

I - valores mantidos em espécie, em qualquer moeda;

II - reservas livres em bancos centrais;

III - reservas compulsórias recolhidas no Banco Central do Brasil;

IV - operações com bancos centrais com prazo efetivo de vencimento residual menor do que 6 (seis) meses;

V - operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes;

VI - direitos a liquidar decorrentes da negociação de instrumento financeiro, moeda estrangeira ou mercadorias (commodities); e

VII - depósitos decorrentes de exigências legais para os quais haja provisão específica constituída no passivo da instituição.

§1º Para fins da aplicação do FRS de 0% (zero por cento), as operações de que trata o caput, inciso V, devem atender as seguintes condições:

I - vinculação entre os recursos captados e a respectiva operação ativa;

II - compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa e dos recursos captados;

III - prazo da operação de captação igual ou maior que o da operação ativa;

IV - contraparte da operação de captação distinta da contraparte da respectiva operação ativa; e

V - inexistência de qualquer tipo de responsabilidade, contratual ou extracontratual, do adimplemento de terceiros.

§2º Incluem-se nas operações de que trata o caput, inciso V, os saldos a receber referentes ao pagamento de instrumentos de pagamento pós-pagos, exceto aqueles referentes a operações de crédito e similares realizadas entre a instituição e seus clientes.

§3º Não estão incluídas no caput, inciso VI, os direitos a liquidar relacionados a instrumentos financeiros derivativos, operações com moeda estrangeira decorrentes de financiamento ao comércio exterior e operações de empréstimos e repasses.

§4º Para fins do disposto no caput, inciso VII, não deve ser considerada a parcela do depósito que exceder o saldo da respectiva provisão constituída no passivo.

Art. 12. Deve ser aplicado FRS de 5% (cinco por cento) aos saldos dos ativos elegíveis a compor o estoque de HQLA de Nível 1, de que trata o art. 6º da Circular nº 3.749, de 2015, exceto aqueles mencionados nos arts. 11 e 13 desta Circular.

Art. 13. Deve ser aplicado FRS de 10% (dez por cento) às operações colateralizadas com as instituições mencionadas no art. 6º, inciso IV, alínea "b", atendidas concomitantemente as seguintes condições:

I - o prazo efetivo de vencimento residual da operação seja menor do que 6 (seis) meses;

II - o colateral seja considerado HQLA de Nível 1, conforme definido nos arts. 4º e 6º da Circular nº 3.749, de 2015; e

III - o colateral esteja em poder da instituição e sem impedimento para ser vendido em definitivo ou vendido com compromisso de recompra ou oferecido em garantia até o prazo efetivo de vencimento residual da operação.

§ 1º São consideradas operações colateralizadas aquelas em que o colateral garante o risco de crédito da operação em caso de falência, insolvência, liquidação ou decretação de regimes especiais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Quando atendidas as condições de que trata o caput, as operações mencionadas neste artigo incluem as operações de venda com compromisso de recompra.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput somente à parcela das operações efetivamente coberta pelo colateral, devendo, para a parcela não coberta, ser observado o disposto no art. 14, inciso II.

§ 4º Caso não seja possível distinguir a parcela mencionada no § 3º deste artigo, a operação deve observar o disposto no art. 14, inciso II.

Art. 14. Deve ser aplicado FRS de 15% (quinze por cento) aos saldos dos seguintes ativos:

I - ativos considerados HQLA de nível 2A, conforme definido nos arts. 4º e 8º da Circular nº 3.749, de 2015; e

II - demais operações com as instituições mencionadas no art. 6º, inciso IV, alínea "b", com prazo efetivo de vencimento residual menor do que 6 (seis) meses.

Art. 15. Deve ser aplicado FRS de 50% (cinquenta por cento) aos saldos dos seguintes ativos:

I - ativos considerados HQLA de nível 2B, conforme definido nos arts. 4º e 9º da Circular nº 3.749, de 2015;

II - operações com as instituições mencionadas no art. 6º, inciso IV, alíneas "a" e "b", com prazo efetivo de vencimento residual maior do que 6 (seis) meses e menor do que 1 (um) ano;

III - depósitos operacionais da instituição nas instituições mencionadas no art. 6º, inciso IV, alínea "b"; e

IV - demais ativos não elegíveis a compor o estoque HQLA com prazo efetivo de vencimento residual menor do que 1 (um) ano, inclusive empréstimos e financiamentos concedidos a empresas não-financeiras, governos centrais, EMDs, PSEs e clientes de varejo.

Art. 16. Deve ser aplicado FRS de 65% (sessenta e cinco por cento) aos saldos dos seguintes ativos:

I - financiamentos de que trata o art. 22 da Circular nº 3.644, de 2013, com prazo efetivo de vencimento residual maior ou igual a 1 (um) ano; e

II - demais empréstimos e financiamentos concedidos, exceto às instituições mencionadas no art. 6º, inciso IV, alínea "b", cujo Fator de Ponderação pelo Risco (FPR), de que trata a Circular nº 3.644, de 2013, seja menor ou igual a 35% (trinta e cinco por cento) e com prazo efetivo de vencimento residual maior ou igual a 1 (um) ano.

Art. 17. Deve ser aplicado FRS de 85% (oitenta e cinco por cento) aos saldos dos seguintes ativos:

I - ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com instrumento financeiro derivativo, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

II - participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação;

III - empréstimos e financiamentos, exceto aqueles mencionados no art. 16 e aqueles concedidos às instituições mencionadas no art. 6º, inciso IV, alínea "b", com prazo efetivo de vencimento residual maior ou igual a 1 (um) ano;

IV - instrumentos financeiros não elegíveis a compor o estoque HQLA, com prazo efetivo de vencimento residual maior ou igual a 1 (um) ano;

V - ações não elegíveis a compor o estoque HQLA negociadas em bolsa de valores; e

VI - operações com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física e ouro.

Parágrafo único. Não deve ser observado o disposto no caput, inciso I, para os ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com instrumento financeiro derivativo elegível a receber o fator de ponderação de que trata o art. 18.

Art. 18. Deve ser aplicado FRS de 100% (cem por cento) aos saldos dos seguintes ativos:

I - empréstimos e financiamentos que apresentem atraso superior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos;

II - operações com as instituições mencionadas no art. 6º, inciso IV, alínea "b", com prazo efetivo de vencimento residual maior que 1 (um) ano;

III - ações não negociadas em bolsas de valores;

IV - ativo imobilizado;

V - elementos patrimoniais deduzidos na apuração do PR, conforme definido no art. 5º da Resolução 4.192, de 2013; e

VI - demais ativos para os quais não haja tratamento específico.

Subseção II

Dos Ativos Vinculados

Art. 19. Para efeitos da apuração do NSFR, ativos vinculados são aqueles sujeitos a qualquer impedimento ou restrição legal, regulatória, estatutária ou contratual para sua negociação.

Art. 20. Na apuração do montante RSF, os seguintes tratamentos devem ser aplicados aos ativos vinculados:

I - os ativos vinculados com prazo de vinculação residual menor do que 6 (seis) meses devem ser considerados como desvinculados;

II - aos ativos vinculados com prazo de vinculação residual maior do que 6 (seis) meses e menor do que 1 (um) ano devem ser aplicados os seguintes FRS:

a) 50% (cinquenta por cento), caso o ativo mencionado no caput seja elegível, quando desvinculado, ao tratamento de que tratam os arts. 11 a 15;

b) 65% (sessenta e cinco por cento), caso o ativo mencionado no caput seja elegível, quando desvinculado, ao tratamento de que trata o art. 16;

c) 85% (oitenta e cinco por cento), caso o ativo mencionado no caput seja elegível, quando desvinculado, ao tratamento de que trata o art. 17, incisos III a VI; e

d) 100% (cem por cento), caso o ativo mencionado no caput seja elegível, quando desvinculado, ao tratamento de que trata o art. 18.

III - aos ativos vinculados com prazo de vinculação residual maior ou igual a 1 (um) ano, deve ser aplicado o FRS de 100% (cem por cento).

Parágrafo único. Ao ativo vinculado deve ser aplicado o disposto no caput independentemente do seu prazo efetivo de vencimento residual.

Seção III

Do FRS aplicável a exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial

Art. 21. Deve ser aplicado os seguintes FRS às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial a seguir descritas:

I - 1% (um por cento), para o valor não utilizado da exposição de que trata o art. 9º, inciso I;

II - 1% (um por cento), para as obrigações contingentes não contratuais de que trata o art. 9º, inciso II;

III - 2% (dois por cento), para o valor não sacado das linhas de crédito e de liquidez revogáveis incondicionalmente mencionadas no art. 9º, inciso III;

IV - 5% (cinco por cento), para o valor não sacado das linhas de crédito e de liquidez irrevogáveis incondicionalmente e revogáveis condicionalmente mencionadas no art. 9º, inciso III; e

V - 10% (dez por cento), para os desembolsos futuros de que trata o art. 9º, inciso IV.

Parágrafo único. A metodologia para determinação do saldo referente às obrigações de que trata o inciso II deve ser definida e aplicada, pela instituição, com base em critérios consistentes, passíveis de verificação e claramente documentados.

CAPÍTULO IV

DA FACULDADE APLICÁVEL ÀS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E AOS EMPRÉSTIMOS DE ATIVOS

Art. 22. Para as operações compromissadas e de empréstimo de ativos, faculta-se a apuração líquida, desde que atendidas cumulativamente as condições de que tratam os incisos I, II e III do § 3º do art. 18 da Circular nº 3.748, de 27 de fevereiro de 2015.

§ 1º A apuração líquida de que trata o caput deve corresponder ao valor do somatório dos valores relativos à revenda a liquidar, no caso de operação de compra com compromisso de revenda, e dos títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo, deduzido do somatório dos valores relativos à recompra a liquidar, no caso de operação de venda com compromisso de recompra, e dos títulos e valores mobiliários cedidos por empréstimo, considerando que:

I - se positivo ou igual a zero, a apuração líquida deve ser tratada como instrumento elegível ao montante RSF, de que tratam os arts. 11 a 18, conforme a natureza da contraparte e o prazo efetivo de vencimento residual da operação; e

II - se negativo, a apuração líquida deve ser tratada como instrumento elegível ao montante ASF, de que tratam os arts. 4º a 7º, conforme a natureza da contraparte e o prazo efetivo de vencimento residual da operação.

§ 2º Os elementos patrimoniais elegíveis ao tratamento de que trata o caput não devem ser considerados isoladamente na apuração do montante RSF e ASF.

CAPÍTULO V

DAS OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Art. 23. O valor da exposição relativa a operações com instrumentos financeiros derivativos deve corresponder ao seu valor de reposição.

§1º Para as operações com instrumentos financeiros derivativos sujeitas a acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações, faculta-se a apuração do valor de reposição líquido.

§ 2º O valor de reposição líquido de que trata o §1º é definido como o somatório dos valores de reposição de operações com instrumentos financeiros derivativos, apurado por contraparte, para o conjunto de operações sujeitas ao mesmo acordo para a compensação e liquidação de obrigações.

§ 3º São elegíveis ao tratamento disposto no §1º os acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações reconhecidos para utilização como instrumento mitigador de risco de crédito, conforme a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016.

Art. 24. Para fins da apuração de que trata o art. 23, faculta-se a dedução:

I - dos recursos recebidos em espécie ou por meio de depósito em decorrência de margem de variação de garantia, caso o valor de reposição seja maior ou igual a zero; e

II - de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação, caso o valor de reposição seja menor do que zero.

§ 1º Para fins do reconhecimento da faculdade de que trata o caput, devem ser atendidas as seguintes condições cumulativamente:

I - a margem de variação de garantia deve:

a) ser apurada e aportada diariamente, sujeita aos limites mínimos estabelecidos de transferência de recursos, com base no valor de reposição do derivativo associado;

b) apresentar montante igual ao valor de reposição do derivativo associado;

c) estar sujeita ao mesmo acordo para a compensação e liquidação de obrigações que o derivativo associado; e

II - os recursos recebidos mencionados no inciso I do caput devem:

a) estar imediatamente disponíveis para o beneficiário; e

b) ser referenciados na mesma moeda de liquidação do derivativo associado.

§ 2º Os elementos patrimoniais mencionados nos incisos I e II do caput não devem ser considerados na apuração do montante RSF.

§ 3º Caso não seja possível distinguir a garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação dos ativos vinculados em razão de depósito de margem inicial de garantia em operação com instrumento financeiro derivativo, deve ser observado o disposto no art. 17, inciso I.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos recursos e garantias que já tenham sido reconhecidos para fins da redução do valor de reposição das operações com instrumentos financeiros derivativos.

Art. 25. Para o somatório dos valores de reposição das operações com instrumentos financeiros derivativos, apurados na forma dos arts. 23 e 24, deve ser observado o seguinte:

I - se maior ou igual a zero, o somatório dos valores de reposição deve ser multiplicado pelo FRS de 100% (cem por cento) e considerado na apuração do montante RSF; e

II - se menor do que zero, o somatório dos valores de reposição deve ser multiplicado pelo FAS de 0% (zero por cento) e considerado na apuração do montante ASF.

Art. 26. Ao somatório dos valores de reposição menores do que zero relativo a operações com instrumentos financeiros derivativos, 5% (cinco por cento) do respectivo valor, bruto da faculdade de que trata o art. 24, inciso II, deve ser considerado na apuração do montante RSF mediante a multiplicação pelo FRS de 100% (cem por cento).

CAPÍTULO VI

DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AO NSFR

Art. 27. As instituições devem divulgar informações relativas à apuração do NSFR conforme padrão definido no Anexo desta Circular.

Parágrafo único. Devem ser divulgadas explicações qualitativas que facilitem o entendimento das informações de que trata o caput, incluindo a composição e a evolução dos montantes ASF e RSF.

Art. 28. As informações de que trata o art. 27 devem ser divulgadas trimestralmente, relativas às datas-base de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, para as informações de natureza quantitativa e para as explicações qualitativas dessas informações.

Parágrafo único. A atualização das informações deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias para as datas-base de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e de noventa dias para a data-base de 31 de dezembro.

Art. 29. As informações de que trata o art. 27 devem estar disponíveis em um único local, de acesso público e de fácil localização, em seção específica no sítio da instituição na internet.

Parágrafo único. As informações mencionadas no caput devem estar disponíveis juntamente com as relativas à apuração do LCR, de que trata a Circular nº 3.749, de 2015.

Art. 30. Devem ser disponibilizadas as informações de que trata o art. 27 referentes, no mínimo, aos cinco últimos anos.

Parágrafo único. Fica dispensada a divulgação das informações para datas-base anteriores a 1º de julho de 2018.

CAPÍTULO VII

DO ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES

Art. 31. Deve ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, na forma a ser por ele estabelecida, relatório detalhando a apuração do NSFR.

Parágrafo único. As informações utilizadas para a apuração do NSFR devem ser mantidas à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de, no mínimo, doze meses.

Art. 32. O diretor para gerenciamento de riscos (CRO) indicado nos termos do art. 44 da Resolução nº 4.557, de 2017, é responsável pelas informações de que trata esta Circular.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Os arts. 11 e 12 da Circular nº 3.749, de 5 de março de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Para fins do dispostos nesta Circular, são consideradas captações de varejo os depósitos mantidos na instituição financeira cuja contraparte seja:

I - pessoa natural; ou

II - pessoa jurídica de direito privado que atenda aos seguintes requisitos:

a) seja gerenciada pela instituição como cliente de varejo;

b) o somatório das exposições correntes e das captações da instituição financeira com a pessoa jurídica, incluindo créditos e débitos decorrentes de operações com derivativos, calculadas separadamente, seja inferior a R$3.000.000,00 (três milhões de reais); e

c) tenha receita bruta anual inferior ao limite estabelecido no inciso I do § 1º do art. 24 da Circular nº 3.644, de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Para o cálculo de que trata a alínea "b" do inciso II, deve-se considerar a exposição líquida resultante de operações com derivativos.

§ 3º Para fins do disposto no caput, devem ser consideradas como única contraparte a pessoa natural ou jurídica ou as contrapartes conectadas, assim consideradas as que compartilhem o risco de crédito ou o risco de liquidez perante a instituição, inclusive por meio de relação de controle, conforme critérios previstos no § 2º do art. 22 da Resolução nº 4.557, de 2017;

§ 4º Para fins do LCR, incluem-se como captações de varejo os depósitos à vista e a prazo.

§ 5º Para fins do disposto no caput, captações equivalentes a depósitos podem ser consideradas como captações de varejo, desde que atendam aos seguintes critérios adicionalmente:

I - sejam realizadas com cliente da própria instituição, sem oferta ou colocação pública no mercado de captais; e

II - sejam resgatáveis diretamente na instituição, no mínimo, pelo valor financeiro da emissão" (NR).

"Art. 12.

.....

.....

II - no caso em que a contraparte seja a pessoa jurídica de direito privado de que trata o inciso II do art. 11:

....."

(NR)

Art. 34. O Anexo Único da Circular nº 3.749, de 2015, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo II desta Circular.

Art. 35. Esta Circular entra em vigor:

I - em 1º de outubro de 2018, com relação aos arts. 1 a 32; e

II - em 1º de janeiro de 2018, com relação aos arts. 33, 34 e 36.

Art. 36. Fica revogado o §6º do art.11 da Circular nº 3.749, de 2015.

OTÁVIO DAMASO RIBEIRO
Diretor de Regulação

ANEXO I

Informações sobre o indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

		Valor por prazo efetivo de vencimento residual (R$ mil)				Valor Ponderado (R$ mil)
		Sem vencimento	Menor do que 6 meses	Maior ou igual a 6 meses e menor do que 1 ano	Maior ou igual a 1 (um) ano	
Número da linha	Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					
1	Capital:					
2	*Patrimônio de Referência, bruto de deduções regulatórias*					
3	*Outros instrumentos autorizados a compor o PR e elegíveis ao NSFR*					
4	Captações de Varejo:					
5	*Captações estáveis*					
6	*Captações menos estáveis*					
7	Captações de Atacado:					
8	*Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas*					
9	*Outras captações de atacado*					
10	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes					
11	Outros passivos:					
12	*Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero*					
13	*Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido para os quais não haja FAS específico estabelecido*					
14	Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					
Número da linha	Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					
16	Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras					
17	Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais:					
18	*Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1*					
19	*Operações com instituições financeiras colateralizados por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral*					
20	*Empréstimos e financiamentos concedidos à clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:*					
21	*O Fator de Ponderação pelo Risco (FPR), de que trata a Circular nº 3.644, de 2013, seja menor ou igual a 35% (trinta e cinco por cento)*					
22	*Financiamentos imobiliários residenciais*					
23	*De que trata o art. 22 da Circular nº 3.644, de 2013*					
24	*Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores*					
25	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes					
26	Outros ativos:					
27	*Operações com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física e ouro*					
28	*Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação*					
29	*Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero*					
30	*Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação*					
31	*Demais ativos para os quais não haja tratamento específico*					
32	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial					
33	Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					
34	NSFR (%)					

Instrução de preenchimento da Tabela "Informações sobre o indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)"

Número da linha	Instrução de Preenchimento
1	Soma das linhas 2 e 3
2	Conforme art. 4º, inciso I e parágrafo único
3	Conforme art. 4º, inciso II
4	Soma das linhas 5 e 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5	Conforme art. 4º, inciso II e art. 5º, inciso I
6	Conforme art. 4º, inciso II e art. 5º, inciso II
7	Soma das linhas 8 e 9
8	Conforme art. 6º, incisos II e III
9	Conforme art. 4º, inciso II; art. 6º, incisos I, IV, V; e art. 7º, inciso I
10	Conforme art. 7º, inciso II
11	Soma das linhas 12 e 13
12	Conforme art. 23; art. 24, inciso II; e art. 25, inciso II
13	Conforme art. 7º, incisos I, III, IV e art. 3º, §§4º e 5º
14	Soma das linhas 1, 4, 7, 10 e 11
15	Conforme art. 8º, §1º, inciso II; art. 11, incisos I, II, III e VII; art. 12; art.14, inciso I; art. 15, inciso I; art. 17, inciso I; art. 20, incisos II e III
16	Conforme art. 15, inciso III
17	Soma das linhas 18, 19, 20, 22 e 24
18	Conforme art. 13; art. 15, inciso II; e art. 18, inciso II
19	Conforme art. 14, inciso II; art. 15, inciso II; e art. 18, inciso II
20	Conforme art. 11, inciso IV; art. 15, inciso IV; art. 16, inciso II; e art. 17, inciso III; art. 20, inciso III
21	Conforme art. 11, inciso IV; art. 15, inciso IV; art. 16, inciso II; e art. 20, inciso III
22	Conforme art. 15, inciso IV; art. 16, inciso I; art. 17, inciso III; e art. 20, inciso III
23	Conforme art. 16, inciso I
24	Conforme art. 15, inciso IV; art. 17, incisos IV e V; e art. 20, inciso III
25	Conforme art. 11, inciso V
26	Soma das linhas 27 a 31
27	Conforme art. 17, inciso VI
28	Conforme art. 17, incisos I e II
29	Conforme art. 23; art. 24, inciso I; e art. 25, inciso I
30	Conforme art. 26
31	Conforme art. 11, inciso VI e art. 18, incisos I, III, IV, V e VI
32	Conforme art. 21
33	Soma das linhas 15, 16, 17, 25, 26 e 32
34	Razão entre as linhas 14 e 33

ANEXO II

Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

		Valor Médio (R$ mil)	Valor Ponderado Médio (R$ mil)
Número da linha	Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		
1	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		
Número da linha	Saídas de Caixa		
2	Captações de varejo, das quais:		
3	*Captações estáveis*		
4	*Captações menos estáveis*		
5	Captações de atacado não colateralizadas, das quais:		
6	*Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas*		
7	*Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)*		
8	*Obrigações não colateralizadas*		
9	Captações de atacado colateralizadas		
10	Requerimentos adicionais, dos quais:		
11	*Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral*		
12	*Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida*		
13	*Relacionados a linhas de crédito e de liquidez*		
14	Outras obrigações contratuais		
15	Outras obrigações contingentes		
16	Total de saídas de caixa		
Número da linha	Entradas de Caixa		
17	Empréstimos colateralizados		
18	Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes		
19	Outras entradas de caixa		
20	Total de entradas de caixa		
			Valor Total Ajustado (R$ mil)
21	Total HQLA		
22	Total de saídas líquidas de caixa		
23	LCR (%)		

Instrução de preenchimento da Tabela "Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)"

Número da linha	Instrução de Preenchimento
1	Soma dos HQLA, antes da aplicação de qualquer limite, excluindo ativos que não se enquadram nos requerimentos operacionais, conforme arts. 4º a 9º
2	Soma das linhas 3 e 4
3	Conforme art. 13, inciso II, e arts. 11 e 12
4	Conforme art. 13, inciso III, e arts. 11 e 12
5	Soma das linhas 6, 7 e 8
6	Conforme arts. 15 a 17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7	Conforme incisos I, II e III do art. 18, exceto as emissões de que trata o §1º do art. 18, e art. 19
8	Conforme inciso III do art. 18, exceto os montantes já considerados na linha 7
9	Conforme arts. 20 e 21
10	Soma das linhas 11, 12 e 13
11	Conforme arts. 24 e 25
12	Conforme art. 22
13	Conforme art. 26
14	Conforme arts. 23 e 28
15	Conforme art. 27
16	Soma das linhas 2, 5, 9, 10, 14 e 15
17	Conforme art. 31
18	Conforme arts. 32, 33 e alínea "a" do inciso III do art. 38
19	Conforme arts. 34 a 38, exceto alínea "a" do inciso III do art. 38
20	Soma das linhas 17, 18 e 19
21	Total do HQLA após a aplicação de limites aplicáveis no HQLA de Nível 2 e de Nível 2B, conforme o art. 7º
22	Linha 16 subtraída da linha 20, após a aplicação de limite nas entradas de caixa, conforme parágrafo único do art. 2º
23	Valor do indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR), após a aplicação de limites no HQLA de Nível 2 e de Nível 2B e nas entradas de caixa

CIRCULAR Nº 3.870, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o fornecimento de informações relativas a operações de crédito ao Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que trata a Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19 de dezembro de 2017, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso VI, 11, inciso VII, e 37 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 105, de 10 da janeiro de 2001, nos arts. 9º e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º As instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017, devem fornecer ao Sistema de Informações de Créditos (SCR) informações sobre as operações de crédito de que trata o art. 3º daquela Resolução:

I - de forma individualizada em relação a cada uma das operações, quando o valor do conjunto das operações do cliente for igual ou superior a R$200,00 (duzentos reais), incluídas, nesse valor, as operações de crédito realizadas ou adquiridas pelas entidades e programas ou fundos públicos mencionados no art. 5º da Resolução 4.571, de 2017;

II - de forma agregada, quando o valor do conjunto das operações do cliente for inferior a R$200,00 (duzentos reais), incluídas, nesse valor, as operações de crédito realizadas ou adquiridas pelas entidades e programas ou fundos públicos mencionados no art. 5º da Resolução 4.571, de 2017;

§ 1º Independentemente do valor, as informações relativas a estatísticas de crédito e arrendamento mercantil devem ser remetidas de forma agregada.

§ 2º As operações de crédito realizadas ou adquiridas por dependências e subsidiárias localizadas no exterior das instituições de que trata o caput, devem ser informadas conforme disposto a seguir:

I - relativas a clientes pessoas físicas - de forma agregada;

II - relativas a clientes pessoas jurídicas:

a) até a data-base de outubro de 2018 - de forma agregada;

b) a partir da data-base de novembro de 2018 - de forma individualizada em relação a cada uma das operações, quando o valor do conjunto das operações do cliente for igual ou superior a US$2,000,000.00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), e de forma agregada quando o conjunto das operações do cliente for inferior ao citado valor.

§ 3º As instituições enquadradas nos Segmentos 4 e 5 (S4 e S5), nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, devem remeter as informações de que trata o § 2º deste artigo de forma agregada.

§ 4º Nos casos em que a legislação da jurisdição em que estiver localizada a dependência ou subsidiária impeça o fornecimento de informação de forma individualizada, essa deverá ser remetida de forma agregada.

§ 5º As informações sobre operações de crédito realizadas ou adquiridas por dependências e subsidiárias localizadas no exterior destinam-se exclusivamente à finalidade mencionada no inciso I do art. 2º da Resolução nº 4.571, de 2017.

§ 6º As informações sobre operações de crédito realizadas ou adquiridas pelas entidades e programas ou fundos públicos mencionados no art. 5º da Resolução nº 4.571, de 2017, serão reportadas ao SCR:

I - a partir da data-base de maio de 2019 - em relação a outras entidades, não mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, que tenham suas demonstrações consolidadas nos seus respectivos conglomerados prudenciais;

II - a partir da data-base de novembro de 2019 - em relação a programas ou fundos públicos, inclusive os municipais, os estaduais e os constitucionais federais, não consolidados nos respectivos conglomerados prudenciais, nos quais as instituições referidas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, ou as entidades referidas no inciso I, desempenhem função de administrador, agente financeiro ou operador.

§ 7º As instituições enquadradas nos Segmentos 4 e 5 (S4 e S5), nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.553, de 2017, ficam desobrigadas da remessa das informações de que trata o inciso I do § 6º deste artigo.

§ 8º As instituições referidas no caput devem comunicar a inexistência de operações de crédito contratadas, na forma estabelecida por esta Autarquia.

Art. 2º Para fins do disposto no inciso XVIII do art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, e nesta Circular, as instituições de pagamento devem remeter ao SCR informações relativas às operações de crédito, nos termos daquela Resolução.

Art. 3º Para fins do disposto no inciso X do art. 3º da Resolução nº 4.571, de 2017, e nesta Circular, os créditos decorrentes da comercialização de bens e de serviços, adquiridos por sociedade de fomento mercantil (factoring) equiparam-se a operações de crédito.

Art. 4º Para os títulos e valores mobiliários adquiridos pela instituição em operações reconhecidas como de crédito pelo Banco Central do Brasil, nos termos do inciso X do art. 3º da Resolução nº 4.571, de 2017, as instituições devem fornecer as informações ao SCR considerando o emitente como cliente.

Art. 5º As instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, devem fornecer ao SCR dados individualizados complementares sobre os clientes e a relação de suas contrapartes conectadas, de que trata o art. 22 da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 6º Para fins de remessa de informações ao SCR, as instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, devem observar o disposto na Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, em relação à negociação de operações de crédito, bem como o seguinte:

I - nos casos em que houver retenção substancial dos riscos e benefícios por parte do cedente:

a) as instituições cedentes, mencionadas no caput deste artigo, devem identificar como cliente, o sacado, o devedor ou o tomador final das operações de crédito;

b) as instituições cessionárias devem fornecer ao SCR as informações relativas às operações de crédito, informando como cliente, o interveniente ou o cedente;

c) o disposto neste inciso aplica-se também às negociações realizadas entre as instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, e pelas entidades e programas ou fundos públicos referidos no art. 5º da mesma Resolução.

II - nos casos em que houver transferência substancial dos riscos e benefícios por parte do cedente:

a) as instituições cessionárias devem fornecer ao SCR as informações sobre as operações de crédito objeto de negociação, em nome do sacado, do devedor ou do tomador final;

b) as instituições cedentes devem fornecer ao SCR as informações sobre as operações de crédito objeto de negociação, em nome do sacado, do devedor ou do tomador final, quando essa negociação se der com fundos de investimento administrados pela instituição cedente ou por outra instituição pertencente ao conglomerado prudencial;

III - nos casos de negociação de operações de crédito sem transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios, mas com retenção de controle pelo cedente, deve ser observado o disposto no inciso I;

IV - nos casos de negociação de operações de crédito sem transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios, mas com a assunção de controle pelo cessionário, deve ser observado o disposto na alínea "a" do inciso II.

Parágrafo único. A partir da data-base de novembro de 2019, as informações relativas às operações de crédito concedidas pelas instituições e entidades mencionadas no art. 4º e no inciso I do art. 5º da Resolução nº 4.571, de 2017, e que sejam objeto de negociação com transferência substancial dos riscos e benefícios ou de controle, no próprio mês da concessão, devem ser fornecidas ao SCR pela instituição cedente.

Art. 7º A retenção substancial de riscos e de benefícios ou de controle em negociação de operações de crédito, conforme disposto na Resolução nº 3.533, de 2008, fica caracterizada quando as instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, realizarem:

I - a aquisição dos seguintes instrumentos financeiros que atribuam à instituição adquirente participação significativa nos riscos e benefícios sobre operações de crédito:

a) cotas subordinadas de fundos de investimento;

b) certificados de recebíveis imobiliários (CRI);

c) debêntures emitidas por companhias securitizadoras de créditos; e

d) certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB) ou outros instrumentos financeiros representativos da negociação dos títulos de crédito.

II - na forma do art. 6º desta Circular, a negociação em que o interveniente ou o cedente assumir, ainda que de forma tácita, a obrigação de substituir ou de recomprar, em razão de inadimplência do sacado, do devedor ou do tomador final, quaisquer operações dentre aquelas negociadas.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também às negociações de operações de crédito realizadas com os fundos de investimento, com as companhias securitizadoras de créditos ou com as entidades de propósito específico.

§ 2º Os dados sobre retenções ou transferências substanciais dos riscos e dos benefícios de parte das operações de crédito negociadas na forma do art. 6º desta Circular somente podem ser fornecidos ao SCR de forma proporcional, pelas instituições envolvidas na negociação, quando for possível identificar inequivocamente a parcela ou a proporção do valor da operação correspondente aos riscos e benefícios retidos ou transferidos.

Art. 8º Não devem ser fornecidas ao SCR as informações sobre:

I - os créditos decorrentes da comercialização de bens e de serviços realizada pelas entidades referidas no inciso I do art. 5º da Resolução nº 4.571, de 2017, com exceção daqueles referidos no art. 3º desta Circular;

II - os títulos públicos;

III - as operações de intermediação de títulos e valores mobiliários;

IV - as cotas de fundo de investimento e títulos de securitização, conforme definição do art. 115 da Circular nº 3.648, de 4 de março de 2013;

V - as ações, as cotas e os bônus de subscrição, quando não tenham característica de renda fixa;

VI - as operações com instrumentos financeiros derivativos ou certificados de operações estruturadas;

VII - os depósitos interfinanceiros, depósitos bancários ou letras emitidas por instituições financeiras; e

VIII - os créditos decorrentes de operações de seguro, de cosseguro, de resseguro, de títulos de capitalização, de consórcio, de planos de previdência complementar e de planos de saúde.

Art. 9º O fornecimento de informações ao SCR deve ser realizado considerando o valor presente na data-base de cada um dos fluxos previstos no contrato, observado o disposto no art. 9º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Art. 10. As instituições obrigadas à remessa de informações ao SCR devem divulgar, no mínimo, os seguintes esclarecimentos:

I - a finalidade e o uso das informações do sistema;

II - as formas de consulta às informações do sistema;

III - os procedimentos a serem observados perante as próprias instituições para:

a) a correção e a exclusão de informações constantes no sistema;

b) o cadastramento de medida judicial;

c) o registro de manifestação de discordância quanto às informações constantes do sistema;

IV - a consulta sobre qualquer informação do sistema depende de prévia autorização do cliente;

V - a autorização de que trata o inciso IV se estende às instituições que, nos termos da regulamentação vigente, podem realizar consultas ao SCR e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou de receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do cliente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - é de responsabilidade exclusiva da instituição remetente a inserção de informações que digam respeito ao cliente;

VII - independentemente do que conste no SCR a respeito das operações de responsabilidade do cliente, a decisão sobre a concessão de novas operações de crédito é exclusiva da instituição, segundo sua política de crédito;

VIII - os extratos das informações constantes no SCR são elaborados de acordo com critérios contábeis e metodologia específica estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, podendo diferenciar-se daqueles apresentados por outros sistemas que tenham natureza e finalidade distintas;

IX - as informações relativas ao montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito são encaminhadas ao Banco Central do Brasil com base no saldo existente no último dia do mês de referência, havendo, portanto, lapso temporal entre a remessa dos dados, seu processamento pelo Banco Central do Brasil e sua disponibilização no SCR;

X - a consulta às informações existentes em nome do próprio cliente no SCR pode ser feita, também, por meio do sistema Registrato - Extrato do Registro de Informações no Banco Central; e

XI - a responsabilidade pela operacionalização do cumprimento de medidas judiciais é das instituições remetentes de informações.

Art. 11. As instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, devem remeter, no mínimo, as seguintes informações sobre as decisões judiciais relativas a operações de crédito:

I - a identificação do cliente;

II - a operação de crédito, quando especificada;

III - a data-base de referência, quando especificada;

IV - o período de abrangência; e

V - a natureza da decisão, especificando a obrigação de eliminar o registro da operação no SCR ou de realizar a sua marcação como sub judice.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do art. 2º da Resolução nº 4.571, de 2017, será realizada a retirada de informações ou a marcação sub judice para a data-base objeto da decisão judicial, conforme informações remetidas pela instituição.

Art. 12. As instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, devem remeter, no mínimo, as seguintes informações sobre as manifestações de discordância apresentadas pelos clientes de operações de crédito:

I - a identificação do cliente;

II - a operação de crédito a que se referem;

III - a data-base de referência;

IV - o período objeto de discordância; e

V - os motivos da discordância.

Art. 13. As instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, devem, tão logo tenham conhecimento, remeter, no mínimo, as seguintes informações relativas aos processos de recuperação judicial e extrajudicial de clientes de operações de crédito:

I - a identificação do cliente;

II - a etapa do processo; e

III - a data de início de cada etapa.

Art. 14. As instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, ao constatarem fraude na concessão de operação, devem proceder à retirada do registro no SCR ou à marcação de vício de contrato dessa operação.

Parágrafo único. A retirada de que trata este artigo não caracteriza erro na remessa de informação ao Banco Central do Brasil.

Art. 15. As instituições referidas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, poderão ter acesso às informações consolidadas de que trata o art. 9º da referida Resolução, somente para as datas-bases remetidas ao Banco Central do Brasil e incorporadas à base de dados do SCR.

Art. 16. As instituições de que trata o art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, devem designar diretor responsável pelo cumprimento do disposto nesta Circular e indicar empregado para responder a eventuais questionamentos sobre as informações fornecidas ao SCR.

§ 1º A designação e a indicação referidas neste artigo devem ser registradas no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), instituído pela Circular nº 3.165, de 4 de dezembro de 2002.

§ 2º Para fins da responsabilidade de que trata este artigo, admite-se que o diretor designado desempenhe outras funções na instituição, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e a operações de tesouraria.

Art. 17. As instituições de que trata o art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, devem manter à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, os dados e a descrição da metodologia utilizados para a elaboração das informações fornecidas ao SCR.

Art. 18. As instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, resultantes de processo de transformação, incorporação, fusão ou cisão, assumem as obrigações das instituições transformadas, incorporadas, fusionadas ou cindidas, relativas ao fornecimento de informações ao SCR, inclusive no que tange ao disposto nos arts. de 11 a 14 desta Circular.

Art. 19. Conforme disposto no Regimento Interno do Banco Central do Brasil, o departamento responsável pela gestão do SCR estabelecerá a forma, os prazos e as condições para remessa, pelas instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 4.571, de 2017, das informações de que trata esta Circular, observada a necessidade para fins de supervisão.

Art. 20. Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Art. 21. Fica revogado o art. 17 da Circular nº 3.681, de 4 de novembro de 2013, e a Circular nº 3.567, de 12 de dezembro de 2011, passando as citações e o fundamento de validade de normativos editados pelo Banco Central do Brasil, com base nas normas ora revogadas, a ter como referência esta Circular.

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA

Diretor de Fiscalização

ÀREA DE REGULAÇÃO

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL

CARTA CIRCULAR Nº 3.850, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas na apuração do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5).

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL (DEREG), SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes confere os art. 23, inciso I, alínea "a"; e art. 118, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 95.818, de 4 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º A apuração do Patrimônio de Referência Simplificado (PR<sub/sub>), de que trata o art. 8º da Resolução nº 4.606, de 19 de dezembro de 2017, deve ser realizada, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif), com os seguintes componentes:

I - capital social, que corresponde aos valores da conta 6.1.1.00.00-4 - Capital Social;

II - reservas de capital, de reavaliação e de lucros, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 6.1.3.00.00-0 - Reservas de Capital;

b) 6.1.4.00.00-3 - Reservas de Reavaliação;

c) 6.1.5.00.00-6 - Reservas de Lucros;

III - ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial, que correspondem aos valores positivos da conta 6.1.6.00.00-9 - Ajustes de Avaliação Patrimonial (Valor da conta, se positivo, ou zero, caso contrário);

IV - sobras ou lucros acumulados, que correspondem aos valores positivos das contas 6.1.7.00.00-2 - Sobras ou Perdas Acumuladas e 6.1.8.00.00-5 - Lucros ou Prejuízos Acumulados;

V - contas de resultado credoras, que correspondem aos valores da conta 7.0.0.00.00-9 - Contas de Resultado Credoras;

VI - depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital, que corresponde aos valores da conta 4.9.3.55.00-8 - depósito para garantia de patrimônio líquido exigido;

VII - perdas não realizadas decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial, que correspondem aos valores negativos da conta 6.1.6.00.00-9 - Ajustes de Avaliação Patrimonial (Valor da conta, se negativo, ou zero caso contrário);

VIII - ações ou quaisquer outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o PR<sub/sub>, adquiridos diretamente ou indiretamente, que correspondem aos valores da conta 6.1.9.00.00-8 - (-) Ações em Tesouraria;

IX - perdas ou prejuízos acumulados, que correspondem aos valores negativos das contas 6.1.7.00.00-2 - Sobras ou Perdas Acumuladas e 6.1.8.00.00-5 - Lucros ou Prejuízos Acumulados (Valor das contas, se negativo, ou zero, caso contrário);

X - contas de resultados devedoras, que correspondem aos valores da conta 8.0.0.00.00-6 - (-) Contas de Resultado Devedoras;

XI - ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 2.5.2.00.00-5 - Ágio na Aquisição de Investimento, deduzidos do valor da conta 4.9.4.30.20-8 - Provisões de Ágios de Investimentos com Fundamento em Expectativa de Rentabilidade Futura;

b) 2.1.1.20.16-5 - Instituições Não Financeiras - Ágio Baseado em Expectativa de Rentabilidade Futura;

c) 2.1.1.20.18-9 - Instituições Não Financeiras - Ágio Baseado Em Fundo De Comercio, Intangíveis E Outras Razões Econômicas;

d) 2.1.2.10.12-3 - Autorizadas A Funcionar Pelo Banco Central - Ágio Baseado Em Expectativa De Rentabilidade Futura, deduzidos dos valores da conta 2.1.2.99.12-0 - Autorizadas A Funcionar Pelo Banco Central - Ágio Baseado Em Expectativa De Rentabilidade Futura;

e) 2.1.2.10.22-6 - Outras Participações - Ágio Baseado Em Expectativa De Rentabilidade Futura, deduzidos dos valores da conta 2.1.2.99.22-3 - Outras Participações - Ágio Baseado Em Expectativa De Rentabilidade Futura;

f) 2.1.2.10.24-0 - Outras Participações - Ágio Baseado Em Fundo De Comércio, Intangíveis E Outras Razões Econômicas, deduzidos dos valores da conta 2.1.2.99.24-7 - Outras Participações - Ágio Baseado Em Fundo De Comércio, Intangíveis E Outras Razões Econômicas;

XII - ativos intangíveis, que correspondem aos valores da conta 2.5.1.00.00-2 - Ativos Intangíveis;

XIII - ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido, líquidos de passivos fiscais diferidos a ele associados, aos quais a instituição financeira não tenha acesso irrestrito, que correspondem aos valores da conta 1.8.8.82.00-7 - Ativos Atuariais Gerados por Fundos de Pensão de Benefício Definido, deduzidos dos valores da conta 4.9.4.30.30-1 - Provisões de Ativos Atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido de Acesso Não Irrestrito;

XIV - valor agregado dos investimentos no capital social de entidades não financeiras que não componham o conglomerado, que corresponde ao somatório dos valores das contas:

a) 2.1.1.20.15-8 - Instituições Não Financeiras - Valor de Equivalência Patrimonial;

b) 2.1.1.90.20-5 - Instituições Não Financeiras, deduzidos do valor da conta 2.1.1.99.30-9 - Instituições Não Financeiras;

c) 2.1.2.10.21-9 - Outras Participações - Valor de Equivalência Patrimonial, deduzidos do valor da conta 2.1.2.99.21-6 - Outras Participações - Valor de Equivalência Patrimonial;

d) 2.1.2.10.55-6 - Outras Participações Não Avaliadas pelo MEP;

e) 2.1.2.10.95-8 - Ações de Empresas Privatizadas;

f) 2.1.5.10.00-5 - Ações e Cotas, deduzidos dos valores da conta 2.1.5.99.00-2 - PROVISÃO PARA PERDAS EM AÇÕES E COTAS;

g) 2.1.5.20.00-2 - Ações de Empresas Privatizadas;

XV - valor agregado dos investimentos em instrumentos de Capital Principal, de Capital Complementar e de Nível II, conforme definidos, respectivamente, nos arts. 4°, 6° e 7° da Resolução n° 4.192, de 1° de março de 2013, de instituição que não componha o conglomerado, que corresponde ao somatório dos valores das contas:

a) 3.0.9.73.12-1 - Investimentos em Instrumentos de Captação Elegíveis a Capital Principal da Investida;

b) 3.0.9.73.13-8 - Investimentos em Instrumentos de Captação Elegíveis a Capital Complementar da Investida;

c) 3.0.9.73.14-5 - Investimentos em Instrumentos de Captação Elegíveis a Capital Nível II da Investida;

XVI - participação de não controladores no capital de subsidiárias, que corresponde ao valor da conta 6.4.0.00.00-8 - Participação de Não Controladores;

XVII - créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 3.0.9.84.20-6 - Créditos Tributários de Diferença Temporária - Provisões Passivas;

b) 3.0.9.84.30-9 - Créditos Tributários de Diferença Temporária - Marcação a Mercado;

c) 3.0.9.84.40-2 - Créditos Tributários de Diferença Temporária - Outros;

XVIII - créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998, apurados nos termos do art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 3.0.9.84.60-8 - Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal Acumulado - Imposto de Renda;

b) 3.0.9.84.70-1 - Créditos Tributários de Base Negativa - CSLL;

c) 3.0.9.84.80-4 - Créditos Tributários de CSLL Escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001);

d) 3.0.9.84.90-7 - Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal Acumulado - Outros;

XIX - ativos permanentes diferidos, que correspondem aos valores da conta 2.4.0.00.00-0 - Diferido.

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor em 18 de fevereiro de 2018.

JAILDO LIMA DE OLIVEIRA

CARTA CIRCULAR Nº 3.851, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas no cálculo do limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente a ser observado pelas instituições optantes pela apuração do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5).

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL (DEREG), SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes confere os art. 23, inciso I, alínea "a"; e art. 118, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 95.818, de 4 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Na apuração do limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente, de que trata o art. 14 da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve-se considerar o PR<sub/sub>apurado nos termos do art. 8º da referida Resolução, deduzido do somatório dos valores das contas:

I - 2.1.4.10.10-5 - De Bolsas De Valores;

II - 2.1.4.10.20-8 - De Bolsas De Mercadorias E De Futuros;

III - 2.1.4.10.30-1 - Da Cetip;

IV - 2.1.4.99.00-9 - (-) PROVISÃO PARA PERDAS EM TÍTULOS PATRIMONIAIS;

V - 2.1.5.10.10-8 - De Empresas De Liquidação E Custódia Vinculadas A Bolsas;

VI - 2.1.5.99.10-5 - (-) De Empresas De Liquidação E Custódia Vinculadas A Bolsas.

Art. 2° Para fins da apuração do limite de que trata o art. 1º, o valor dos recursos aplicados no Ativo Permanente, registrado na conta 2.0.0.00.00-4 - Ativo Permanente, deve ser deduzido dos valores referentes a:

I - rubricas contábeis mencionadas no art. 1º, incisos I a VI;

II - investimentos em cooperativas centrais, correspondentes ao somatório dos valores das contas:

a) 2.1.5.30.05-4 - Participação Em Cooperativa Central De Crédito;

b) 2.1.5.30.10-2 - Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito;

c) 2.1.5.30.20-5 - Participação Em Empresas Controladas Por Cooperativa Central De Crédito;

d) 2.1.5.99.20-8 - (-) Outros;

III - ajustes prudenciais deduzidos do PR<sub/sub> registrados no Ativo Permanente, cujos valores correspondem às contas mencionadas no art. 1º, incisos XI, XII, XIV e XIX, da Carta Circular 3.850, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor em 18 de fevereiro de 2018.

JAILDO LIMA DE OLIVEIRA
Substituto

CARTA CIRCULAR Nº 3.852, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas na apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) referente à exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial mediante abordagem padronizada simplificada (RWACAMSimp).

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL (DEREG), SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes confere os art. 23, inciso I, alínea "a"; e art. 118, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 95.818, de 4 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Os componentes da exposição relativa à aplicação em ouro, moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial (EXP<sub/sub>), mencionados art. 2º, §1º, da Circular nº 3.861, de 7 de dezembro de 2017, devem ser apurados, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif), da seguinte forma:

I - aplicações em ouro, que correspondem aos valores da conta 1.1.4.00.00-8 - Aplicações Em Ouro;

II - disponibilidades em moedas estrangeiras, que correspondem aos valores da conta 1.1.5.00.00-1 - Disponibilidades Em Moedas Estrangeiras;

III - câmbio comprado a liquidar, que corresponde aos valores da conta 1.8.2.06.00-9 - CAMBIO COMPRADO A LIQUIDAR, deduzidos dos valores da conta 1.8.2.07.00-8 - ADIANTAMENTOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS RECEBIDAS;

IV - câmbio vendido a liquidar, que corresponde aos valores da conta 4.9.2.05.00-0 - CAMBIO VENDIDO A LIQUIDAR, deduzidos dos valores da conta 4.9.2.06.00-9 - ADIANTAMENTOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS CONCEDIDOS.

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor em 18 de fevereiro de 2018.

JAILDO LIMA DE OLIVEIRA
Substituto

CARTA CIRCULAR Nº 3.853, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas à apuração do requerimento mínimo de capital mediante abordagem padronizada simplificada (RWARCSimp).

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL (DEREG), SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes confere os art. 23, inciso I, alínea "a"; e art. 118, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 95.818, de 4 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º O valor das exposições ao risco de crédito sujeitas à apuração do requerimento de capital mediante abordagem padronizada simplificada (RWA<sub/sub>), de que trata a Circular n° 3.862, de 7 de dezembro de 2017, deve ser composto, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), pelos seguintes componentes:

I - valores mantidos em espécie, em moeda nacional, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.1.1.00.00-9 - Caixa;

b) 1.1.3.00.00-5 - Reservas Livres;

II - valores mantidos em espécie, nas moedas estrangeiras, bem como exposições ao ativo objeto representado pelas referidas moedas estrangeiras, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.1.5.00.00-1- Disponibilidades em Moedas Estrangeiras;

b) 1.2.6.10.00-0 - Aplicações em Moedas Estrangeiras;

III - aplicações em ouro ativo financeiro e instrumento cambial, bem como exposições ao ativo objeto representado pelo ouro ativo financeiro e instrumento cambial, que correspondem aos valores da conta 1.1.4.00.00-8 - Aplicações em Ouro;

IV - operações com o Tesouro Nacional e com o Banco Central do Brasil, bem como aplicações em títulos por eles emitidos, exceto os vinculados a operações compromissadas, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.2.3.00.00-4 - Aplicações Voluntárias no Banco Central;

b) 1.3.1.05.03-3 - Letras Financeiras do Tesouro;

c) 1.3.1.05.05-7 - Letras do Tesouro Nacional;

d) 1.3.1.05.10-5 - Obrigações do Tesouro Nacional;

e) 1.3.1.05.12-9 - Bônus do Tesouro Nacional;

f) 1.3.1.05.15-0 - Letras do Banco Central;

g) 1.3.1.05.19-8 - Títulos Públicos Federais - Outros;

h) 1.3.1.05.75-8 - Títulos da Dívida Agrária;

i) 1.3.1.10.03-5 - Letras Financeiras do Tesouro;

j) 1.3.1.10.05-9 - Letras do Tesouro Nacional;

k) 1.3.1.10.07-3 - Notas do Tesouro Nacional;

l) 1.3.1.10.10-7 - Obrigações do Tesouro Nacional;

m) 1.3.1.10.12-1 - Bônus do Tesouro Nacional;

n) 1.3.1.10.15-2 - Letras do Banco Central;

o) 1.3.1.10.16-9 - Notas do Banco Central;

p) 1.3.1.10.18-3 - Bônus do Banco Central;

q) 1.3.1.10.19-0 - Títulos Públicos Federais - Outros;

r) 1.3.1.10.75-0 - Títulos da Dívida Agrária;

s) 1.3.1.99.30-0 - (-) Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

t) 1.3.1.99.40-3 - (-) Títulos Públicos Federais - Banco Central;

u) 1.3.1.99.45-8 - (-) Títulos Públicos Federais - Outros;

v) 1.3.4.10.02-7 - Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

w) 1.3.4.10.04-1 - Títulos Públicos Federais - Banco Central;

x) 1.3.4.10.19-9 - Títulos Públicos Federais - Outros;

y) 1.3.4.20.00-0 - BANCO CENTRAL - RESERVAS COMPULSÓRIAS EM TÍTULOS;

z) 1.3.4.30.00-7 - BANCO CENTRAL - TÍTULOS VINCULADOS A OPERAÇÕES DE REDESCONTO;

aa) 1.3.4.40.00-4 - BANCO CENTRAL - TÍTULOS VINCULADOS A RECURSOS EXTERNOS;

ab) 1.3.4.45.02-3 - Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

ac) 1.3.4.45.04-7 - Títulos Públicos Federais - Banco Central;

ad) 1.3.4.45.19-5 - Títulos Públicos Federais - Outros;

ae) 1.3.6.10.02-3 - Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

af) 1.3.6.10.04-7 - Títulos Públicos Federais - Banco Central;

ag) 1.3.6.10.19-5 - Títulos Públicos Federais - Outros;

ah) 1.3.6.15.02-8 - Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

ai) 1.3.6.15.04-2 - Títulos Públicos Federais - Banco Central;

aj) 1.3.6.15.19-0 - Títulos Públicos Federais - Outros;

ak) 1.3.6.20.02-0 - Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

al) 1.3.6.20.04-4 - Títulos Públicos Federais - Banco Central;

am) 1.3.6.20.19-2 - Títulos Públicos Federais - outros;

an) 1.3.6.99.02-0 - (-) Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

ao) 1.3.6.99.04-4 - (-) Títulos Públicos Federais - Banco Central;

ap) 1.3.6.99.19-2 - (-) Títulos Públicos Federais - Outros;

aq) 1.4.2.10.00-6 - BANCO CENTRAL - DEPÓSITOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS;

ar) 1.4.2.15.00-1 - BANCO CENTRAL - DEPÓSITOS PARA CAPITAL EM DINHEIRO;

as) 1.4.2.28.00-5 - RESERVAS COMPULSORIAS EM ESPÉCIE NO BANCO CENTRAL;

at) 1.4.2.33.00-7 - BANCO CENTRAL - RECOLHIMENTOS OBRIGATÓRIOS;

au) 1.4.2.35.00-5 - BANCO CENTRAL - OUTROS DEPÓSITOS;

av) 1.4.2.80.00-5 - CREDITO RURAL - PROAGRO A RECEBER.

aw) 1.4.2.99.10-6 - (-) Créditos Vinculados - Banco Central;

ax) 1.4.2.99.50-8 - (-) Créditos Vinculados - Proagro;

ay) 1.8.5.90.00-7 - TESOURO NACIONAL - ALONGAMENTO DE CRÉDITO RURAL;

az) 1.8.8.40.05-6 - Para Interposição de Recursos Fiscais Lei 9.703/98;

V - adiantamentos de contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que correspondem aos valores da conta 1.8.8.02.00-1 - ADIANTAMENTOS AO FGC;

VI - operações de compra ou venda de moeda estrangeira e de ouro com liquidação pronta, a serem liquidadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, nas quais uma entidade interponha-se como contraparte central, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.8.2.06.32-2 - Financeiro - Operações Em Câmaras De Liquidação E Compensação;

b) 1.8.2.25.22-4 - Financeiro - Operações Em Câmaras De Liquidação E Compensação;

VII - depósitos de livre movimentação mantidos em estabelecimentos bancários, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.1.2.00.00-2 - Depósitos Bancários;

b) 1.2.5.00.00-0 - Aplicações em Depósitos de Poupança;

VIII - disponibilidades líquidas transferidas em decorrência do ato cooperativo denominado centralização financeira, que correspondem aos valores da conta 1.4.5.00.00-8 - Centralização Financeira - Cooperativas;

IX - operações compromissadas realizadas com títulos e valores mobiliários emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.2.1.10.03-6 - Letras Financeiras Do Tesouro;

b) 1.2.1.10.05-0 - Letras do Tesouro Nacional;

c) 1.2.1.10.07-4 - Notas do Tesouro Nacional;

d) 1.2.1.10.10-8 - Obrigações do Tesouro Nacional;

e) 1.2.1.10.12-2 - Bônus do Tesouro Nacional;

f) 1.2.1.10.15-3 - Letras do Banco Central;

g) 1.2.1.10.16-0 - Notas do Banco Central;

h) 1.2.1.10.18-4 - Bônus do Banco Central;

i) 1.2.1.10.70-6 - Títulos De Responsabilidade Da União No Exterior;

j) 1.2.1.20.03-3 - Letras Financeiras do Tesouro;

k) 1.2.1.20.05-7 - Letras do Tesouro Nacional;

l) 1.2.1.20.07-1 - Notas do Tesouro Nacional;

m) 1.2.1.20.10-5 - Obrigações do Tesouro Nacional;

n) 1.2.1.20.12-9 - Bônus Do Tesouro Nacional;

o) 1.2.1.20.15-0 - Letras do Banco Central;

p) 1.2.1.20.16-7 - Notas do Banco Central;

q) 1.2.1.20.18-1 - Bônus do Banco Central;

r) 1.2.1.30.02-3 - Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

s) 1.2.1.30.04-7 - Títulos Públicos Federais - Banco Central.

t) 1.3.2.10.03-8 - Letras Financeiras do Tesouro;

u) 1.3.2.10.05-2 - Letras do Tesouro Nacional;

v) 1.3.2.10.07-6 - Notas do Tesouro Nacional;

w) 1.3.2.10.10-0 - Obrigações do Tesouro Nacional;

x) 1.3.2.10.12-4 - Bônus do Tesouro Nacional;

y) 1.3.2.10.15-5 - Letras do Banco Central;

z) 1.3.2.10.16-2 - Notas do Banco Central;

aa) 1.3.2.10.18-6 - Bônus do Banco Central;

ab) 1.3.2.10.70-8 - Títulos De Responsabilidade Da União No Exterior;

ac) 1.3.7.10.02-6 - Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional;

ad) 1.3.7.10.04-0 - Títulos Públicos Federais - Banco Central;

X - operações a liquidar de compra e venda de moeda estrangeira e de ouro com liquidação pronta realizadas com instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.8.2.06.40-1 - Interbancário para Liquidação Pronta;

b) 1.8.2.06.70-0 - Interdepartamental E Arbitragem;

c) 1.8.2.07.40-0 - (-) Interbancário para Liquidação Pronta;

d) 1.8.2.25.30-3 - Interbancário para Liquidação Pronta;

e) 1.8.2.25.60-2 - Interdepartamental E Arbitragem;

XI - os adiantamentos concedidos nas operações de que trata o art. 7º, inciso IV, da Circular nº 3.862, de 2017, que correspondem ao somatório dos módulos dos valores das contas:

a) 4.9.2.06.00-9 - (-) ADIANTAMENTOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS CONCEDIDOS;

b) 4.9.2.36.30-9 - (-) A Instituições Financeiras;

XII - direitos resultantes da novação das dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), de que trata a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que correspondem aos valores da conta 1.4.2.65.00-6 - SFH - FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS;

XIII - depósitos a prazo em instituições financeiras, desde que não estejam submetidas a regime especial, bem como exposições que tenham como ativo objeto os títulos e valores mobiliários por elas emitidos, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.3.1.05.25-3 - Certificados de Depósito Bancário;

b) 1.3.1.05.30-1 - CDB - Instituição Financeira Ligada;

c) 1.3.1.05.35-6 - Letras de Câmbio;

d) 1.3.1.05.40-4 - LC - Instituição Financeira Ligada;

e) 1.3.1.05.45-9 - Letras Imobiliárias;

f) 1.3.1.05.50-7 - LI - Instituição Financeira Ligada;

g) 1.3.1.05.55-2 - Letras Hipotecárias;

h) 1.3.1.05.60-0 - LH - Instituição Financeira Ligada;

i) 1.3.1.05.97-8 - de Emissão de Entidades Financeiras Vinculadas a Organismos Oficiais Internacionais;

j) 1.3.1.10.25-5 - Certificados de Depósito Bancário;

k) 1.3.1.10.30-3 - CDB - Instituição Financeira Ligada;

l) 1.3.1.10.35-8 - Letras de Câmbio;

m) 1.3.1.10.40-6 - LC - Instituição Financeira Ligada;

n) 1.3.1.10.45-1 - Letras Imobiliárias;

o) 1.3.1.10.50-9 - LI - Instituição Financeira Ligada;
p) 1.3.1.10.55-4 - Letras Hipotecárias;
q) 1.3.1.10.60-2 - LH - Instituição Financeira Ligada;
r) 1.3.1.10.95-6 - Títulos que Compõem o PR de Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central;
s) 1.3.1.10.97-0 - de Emissão de Entidades Financeiras Vinculadas a Organismos Oficiais Internacionais;
t) 1.3.1.99.50-6 - (-) Títulos de Emissão de Instituições Financeiras Ligadas;
u) 1.3.1.99.55-1 - (-) Títulos de Emissão de Instituições Financeiras Não Ligadas;
v) 1.8.8.40.15-9 - Para Interposição de Outros Recursos Fiscais;
w) 1.8.8.40.20-7 - Para Interposição de Recursos Trabalhistas;

XIV - depósitos interfinanceiros, que correspondem aos valores da conta 1.2.2.00.00-1 - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros;

XV - valores de créditos contratados a liberar, que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 3.0.9.80.00-4 - SFH - PARCELAS DE FINANCIAMENTOS A LIBERAR;
b) 3.0.9.86.00-8 - VALORES DE CRÉDITOS CONTRATADOS A LIBERAR;

XVI - operações a liquidar de compra ou venda de moeda estrangeira realizadas com pessoa natural ou com pessoa jurídica, observado o disposto no inciso IV do art. 7º da Circular nº 3.862, de 2017, que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 1.8.2.06.25-0 - Ouro;
b) 1.8.2.06.30-8 - Financeiro;
c) 1.8.2.07.25-9 - (-) Ouro;
d) 1.8.2.07.30-7 - (-) Financeiro;
e) 1.8.2.25.10-7 - Importação;
f) 1.8.2.25.20-0 - Financeiro;
g) 1.8.2.25.25-5 - Ouro;
h) 1.8.2.26.70-4 - (-) Operações De Câmbio De Liquidação Pronta;

XVII - operações de crédito, que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 1.6.0.00.00-1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO;
b) 1.8.8.75.10-0 - De Operações de Crédito;
c) 1.8.9.00.00-6 - (-) Provisões Para Outros Créditos;

XVIII - operações de arrendamento mercantil, que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 1.7.0.00.00-0 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, deduzidos o módulo dos valores da conta 4.9.9.08.00-8 - CREDORES POR ANTECIPAÇÃO DE VALOR RESIDUAL;
b) 1.8.8.75.20-3 - De Operações de Arrendamento Mercantil;
c) 2.3.0.00.00-1 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO;

XIX - adiantamentos concedidos, que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 1.8.2.75.00-9 RENDAS A RECEBER DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS;
b) 1.8.2.85.00-6 DESPESAS A APROPRIAR DE ADIANTAMENTOS RECEBIDOS;
c) módulo dos valores da conta 4.9.2.36.00-0 - (-) ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO, deduzidos o módulo dos valores da conta 4.9.2.36.30-9 - (-) A Instituições Financeiras;

XX - aplicações em cota de fundos de investimento, que correspondem aos valores da conta 1.3.1.15.00-9 - COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO;

XXI - demais operações compromissadas de venda com compromisso de recompra, que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 1.3.2.10.20-3 - Títulos Estaduais e Municipais;
b) 1.3.2.10.25-8 - Certificados de Depósito Bancário;
c) 1.3.2.10.30-6 - CDB - Instituição Financeira Ligada;
d) 1.3.2.10.35-1 - Letras de Câmbio;
e) 1.3.2.10.40-9 - LC - Instituição Financeira Ligada;
f) 1.3.2.10.45-4 - Letras Imobiliárias;
g) 1.3.2.10.50-2 - LI - Instituição Financeira Ligada;
h) 1.3.2.10.62-9 - Certificados de Recebíveis Imobiliários;
i) 1.3.2.10.65-0 - Debêntures;
j) 1.3.2.10.85-6 - Outros Títulos no Exterior;
k) 1.3.2.10.99-7 - Outros;
l) 1.3.7.10.90-9 - Outros Títulos de Renda Fixa;

XXII - operações para as quais não haja Fator de Ponderação de Risco (FPR) específico estabelecido pela Circular nº 3.862, de 2017, que correspondem ao somatório dos valores das demais contas de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e de Ativo Permanente elencadas no Cosif referentes a operações consistentes com os requisitos de perfil de risco simplificado de que tratam os arts. 4º e 5º da Resolução nº 4.606, de 2017, e não deduzidas do Patrimônio de Referência Simplificado (PR<sub/sub>), mencionadas na Carta Circular nº 3.850, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor em 18 de fevereiro de 2018.

JAILDO LIMA DE OLIVEIRA
Substituto

CARTA CIRCULAR Nº 3.854, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Detalha rubricas contábeis a serem utilizadas na apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) referente ao cálculo do requerimento de capital para cobertura do risco operacional mediante abordagem padronizada simplificada (RWAROSimp).

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL (DEREG), SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes confere os art. 23, inciso I, alínea "a"; e art. 118, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 95.818, de 4 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º O componente financeiro ampliado (CFA) de que trata o art. 4º, inciso I, da Circular nº 3.863, de 7 de dezembro de 2017, deve ser composto, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif), por:

I - receitas de juros e arrendamentos (RJ), que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 7.1.1.00.00-1 - Rendas De Operações De Crédito;
b) 7.1.2.00.00-4 - Rendas De Arrendamento Mercantil;
c) 7.1.4.00.00-0 - Rendas De Aplicações Interfinanceiras De Liquidez;
d) 7.1.5.10.00-0 - RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA;
e) 7.1.5.13.00-7 - RENDAS DE CERTIFICADOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS;
f) 7.1.5.40.00-1 - RENDAS DE APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS;
g) 7.1.5.50.00-8 - RENDAS DE APLICAÇÕES NO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
h) 7.1.5.60.00-5 - RENDAS DE APLICAÇÕES EM TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
i) 7.1.9.10.00-2 - RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS A OPERAÇÕES ADQUIRIDAS EM CESSÃO;
j) 7.1.9.18.00-4 - RENDAS POR ANTECIPAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO;
k) 7.1.9.25.00-4 - RENDAS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO ADQUIRIDOS;
l) 7.1.9.47.00-6 - RENDAS DE APLICAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS NO PAÍS;
m) 7.1.9.50.00-0 - RENDAS DE CRÉDITOS POR AVAIS E FIANÇAS HONRADOS;
n) 7.1.9.55.00-5 - RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO CRÉDITO RURAL;
o) 7.1.9.60.00-7 - RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO BANCO CENTRAL;
p) 7.1.9.65.00-2 - RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO SFH;
q) 7.1.9.80.00-1 - RENDAS DE REPASSES INTERFINANCEIROS;
r) 7.1.9.85.00-6 - RENDAS DE CRÉDITOS ESPECÍFICOS;
s) 7.1.9.86.00-5 - INGRESSOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS;

II - despesas de juros e arrendamentos (DJ), que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 8.1.1.00.00-8 - (-) Despesas De Captação;
b) 8.1.2.00.00-1 - (-) Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses;
c) 8.1.3.00.00-4 - (-) Despesas De Arrendamento Mercantil;
d) 8.1.9.12.00-7 - (-) DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS À CESSÃO;
e) 8.1.9.40.00-0 - (-) DESPESAS DE CESSÃO DE CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO;
f) 8.1.9.45.00-5 - (-) DESPESAS DE CESSÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO;
g) 8.1.9.50.00-7 - (-) DESPESAS DE CESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
h) 8.1.9.52.00-5 - DESPESAS DE DESCONTOS CONCEDIDOS EM RENEGOCIAÇÕES;

III - receitas de participações (RP), que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 7.1.8.00.00-2 - Rendas De Participações;
b) 7.1.9.83.00-8 - RENDAS DE DIREITOS ESPECÍFICOS DE CONTROLADAS NÃO SUJEITAS À AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL;

IV - resultado financeiro líquido (RFL), que corresponde ao somatório dos valores das contas:
a) 7.1.3.30.00-8 - RENDAS DE VARIAÇÕES E DIFERENÇAS DE TAXAS;
b) 8.1.4.50.00-2 - (-) DESPESAS DE VARIAÇOES E DIFERENÇAS DE TAXAS;
c) 7.1.3.70.00-6 - RENDAS DE DISPONIBILIDADES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS;
d) 7.1.5.70.00-2 - RENDAS DE APLICACOES EM OURO;
e) 8.1.5.70.00-9 - (-) PREJUÍZOS EM APLICAÇÕES EM OURO;
f) 7.1.5.75.00-7 - LUCROS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA;
g) 8.1.5.20.00-4 - (-) PREJUÍZOS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA;
h) 7.1.5.90.00-6 - TVM - AJUSTE POSITIVO AO VALOR DE MERCADO;
i) 8.1.5.80.00-6 - (-) TVM - AJUSTE NEGATIVO AO VALOR DE MERCADO;
j) 7.1.9.15.00-7 - LUCROS EM OPERACOES DE VENDA OU DE TRANSFERENCIA DE ATIVOS FINANCEIROS;
k) 8.1.9.15.00-4 - (-) PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS;
l) 8.1.5.10.00-7 - (-) DESÁGIOS NA COLOCAÇÃO DE TÍTULOS;
m) 8.1.5.95.00-8 - (-) PERDAS PERMANENTES.

Art. 2º O componente de prestação de serviços e outros resultados operacionais (CS) de que trata o art. 4º, inciso II, da Circular nº 3.863, de 2017, deve ser composto, nos termos do Cosif, por:

I - receitas de serviços (RS), que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 7.1.3.10.00-4 - RENDAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO;
b) 7.1.7.00.00-9 - Rendas De Prestação De Serviços;
c) 7.1.9.70.00-4 - RENDAS DE GARANTIAS PRESTADAS;

II - despesas de serviços (DS), que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 8.1.4.20.00-1 - (-) DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO;
b) 8.1.7.54.00-7 - (-) DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO;
c) 8.1.7.63.00-5 - (-) DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS;

III - outras receitas operacionais (ORO), que correspondem ao valor da conta 7.1.9.99.00-9 - OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS;

IV - outras despesas operacionais (ODO), que correspondem ao somatório dos valores das contas:
a) 8.1.6.00.00-3 - (-) Despesas De Participações;
b) 8.1.8.40.10-0 - (-) Contingências;
c) 8.1.9.65.00-9 - (-) DESPESAS DE RECURSOS DO PROAGRO;
d) 8.1.9.77.00-4 - (-) DESPESAS DE DIREITOS ESPECÍFICOS DE CONTROLADAS NÃO SUJEITAS À AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL;
e) 8.1.9.78.00-3 - (-) DESPESAS DE OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTROLADAS NÃO SUJEITAS À AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL;
f) 8.1.9.99.00-6 - (-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor em 18 de fevereiro de 2018.

JAILDO LIMA DE OLIVEIRA
Substituto

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÃO Nº 594, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera dispositivos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 13 de dezembro de 2017, com base no disposto nos arts. 8º, inciso I; e 22, § 1º, incisos I e VIII, da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976; nos arts. 121, parágrafo único; 127, parágrafo único, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

Art. 1º Os artigos 1º, 21-A, 21-L, 21-W e 21-X da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....
.....

§ 1º Esta Instrução se aplica exclusivamente a companhias abertas registradas na categoria A e autorizadas por entidade administradora de mercado à negociação de ações em bolsa de valores.

§ 2º O disposto nesta Instrução não se aplica às companhias abertas que não possuam ações em circulação, assim consideradas as ações da companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da companhia e daquelas mantidas em tesouraria.

§ 3º Para efeitos do § 2º, pessoa vinculada significa a pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, que atue representando o mesmo interesse da pessoa ou entidade a qual se vincula." (NR)

"Art. 21-A. .....
§ 1º .....
I - por ocasião da assembleia geral ordinária;
II - sempre que a assembleia geral for convocada para deliberar sobre a eleição de membros:
a) do conselho fiscal; ou
b) do conselho de administração, quando a eleição se fizer necessária por vacância da maioria dos cargos do conselho, por vacância em conselho que tiver sido eleito por voto múltiplo ou para preenchimento das vagas dedicadas à eleição em separado de que tratam os arts. 141, § 4º, e 239 da Lei nº 6.404, de 1976; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - sempre que a assembleia geral extraordinária for convocada para ocorrer na mesma data marcada para a assembleia geral ordinária.

.....

§ 3º O boletim de voto a distância pode ser reapresentado pela companhia:

I - até 20 (vinte) dias antes da data marcada para realização da assembleia para a inclusão de candidatos indicados ao conselho de administração e ao conselho fiscal na forma do art. 21-L; ou

II - em situações excepcionais, para correção de erro relevante que prejudique a compreensão da matéria a ser deliberada pelo acionista, ou para adequação da proposta ao disposto na regulação ou no estatuto social.

§ 4º Na hipótese do inciso I do § 3º, exceto se o acionista encaminhar nova instrução de voto, os votos por ele já conferidos a candidatos incluídos no boletim anteriormente divulgado devem ser considerados válidos.

§ 5º Na hipótese do inciso II do § 3º, os votos já conferidos pelo acionista à proposta afetada devem ser considerados inválidos.

§ 6º A reapresentação do boletim de voto a distância deve ser imediatamente divulgada ao mercado pela companhia, informando:

I - o motivo da reapresentação e as propostas do boletim que foram alteradas;

II - que os votos já conferidos à deliberação alterada serão considerados inválidos, caso a reapresentação se realize na hipótese do inciso II do § 3º;

III - a data limite para que o acionista, caso queira, encaminhe nova instrução de voto; e

IV - que, para evitar que sua instrução de voto possa ser considerada conflitante, é recomendável que o acionista encaminhe sua eventual nova instrução para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado." (NR)

"Art. 21-L. .....

.....

§ 1° A solicitação de inclusão de que trata o caput deve ser recebida pelo diretor de relações com investidores, por escrito e conforme orientações contidas no item 12.2 do formulário de referência:

I - na hipótese do inciso I do caput, no período entre:

a) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, no caso de assembleia geral ordinária; ou

b) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, no caso de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim; e

II - na hipótese do inciso II do caput, no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

....." (NR)

"Art. 21-W. .....

.....

§ 6º A companhia deve divulgar, por meio de sistema eletrônico na página da CVM e na página da própria companhia na rede mundial de computadores:

I - mapa final de votação sintético, na data da realização da assembleia, consolidando os votos proferidos a distância e os votos proferidos presencialmente, conforme computados na assembleia, identificando quantas aprovações, rejeições ou abstenções recebeu cada matéria e quantos votos recebeu cada candidato ou chapa; e

II - mapa final de votação detalhado, em até 7 (sete) dias úteis após a data da realização da assembleia, consolidando os votos proferidos a distância e os votos proferidos presencialmente, conforme computados na assembleia, contendo os 5 primeiros números da inscrição do acionista no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, o voto por ele proferido em relação a cada matéria, e a informação sobre a posição acionária." (NR)

"Art. 21-X. .....

.....

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II também se aplica na hipótese de segunda convocação de assembleia." (NR)

Art. 2º Os itens 11, 12-A, 12-B, 12-C, 12-D, 13, 14, 15, 16-A, 16-B e 17 do Anexo 21-F da Instrução CVM nº 481, de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"11. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976?(1)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

"12-A. Eleição de membro do conselho de administração, se há apenas uma chapa:

Indicação de todos os nomes que compõem a chapa

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?(2)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu? [O acionista deve ter ciência de que a distribuição igualitária considerará a divisão do percentual de 100% entre os membros da chapa escolhida até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento, e que as frações de ações apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não votar com a totalidade de suas ações]

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se (3)

[o campo a seguir somente deve ser preenchido caso o acionista tenha respondido "não" em relação a pergunta anterior]

Candidato 1 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 2 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 3 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 4 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 5 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 6 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato" (NR)

"12-B. Eleição de membro do conselho de administração, se há mais de uma chapa:

Indicação de cada chapa e de todos os nomes que a compõem

[ ] Número da chapa escolhida [ ] Abster-se

Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?(4)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu? [O acionista deve ter ciência de que a distribuição igualitária considerará a divisão do percentual de 100% entre os membros da chapa escolhida até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento, e que as frações de ações apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não votar com a totalidade de suas ações]

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se(5)

[o campo a seguir somente deve ser preenchido caso o acionista tenha respondido "não" em relação a pergunta anterior]

Candidato 1 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 2 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 3 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 4 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 5 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 6 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato" (NR)

"12-C. Eleição de membro do conselho de administração, se a eleição não for por chapa (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral):

Candidato 1

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 2

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 3

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 4

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 5

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 6

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos candidatos que você escolheu? [O acionista deve ter ciência de que a distribuição igualitária considerará a divisão do percentual de 100% entre os candidatos escolhidos até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento, e que as frações de ações apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não votar com a totalidade de suas ações]

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se(6)

[o campo a seguir somente deve ser preenchido caso o acionista tenha respondido "não" em relação a pergunta anterior]

Candidato 1 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 2 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 3 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 4 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 5 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 6 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato" (NR)

"12-D. Eleição de membro do conselho de administração, se a eleição for por voto múltiplo:

Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos candidatos abaixo indicados? [O acionista deve ter ciência de que a distribuição igualitária considerará a divisão do percentual de 100% entre os candidatos escolhidos até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento, e que as frações de ações apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não votar com a totalidade de suas ações]

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se (7)

[o campo a seguir somente deve ser preenchido caso o acionista tenha respondido "não" em relação a pergunta anterior]

Candidato 1 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 2 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 3 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 4 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 5 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato

Candidato 6 - [ ] % porcentagem dos votos a ser atribuída ao candidato" (NR)

"13. [o acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado o campo 12 em branco e seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral]

Requisição de eleição em separado de membro do conselho de administração por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto:

Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404, de 1976? (8)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

"14. [o acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado o campo 12 em branco e seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral]

Requisição de eleição em separado de membro do conselho de administração por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito:

Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, II, da Lei nº 6.404, de 1976? (9)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

Art. 3º São acrescentados os itens 13-A e 14-A no Anexo 21-F da Instrução CVM nº 481, de 2009, com a seguinte redação:

"13-A. [o acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado o campo 12 em branco e seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral]

Eleição em separado de membro do conselho de administração por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto:

Candidato 1

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 2

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4º do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? (10)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

"14-A. [o acionista somente pode preencher este campo caso seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral]

Eleição em separado de membro do conselho de administração por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito:

Candidato 1

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 2

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4º do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações com direito a voto a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? (11)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

"15. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976? (12)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

"16-A. Eleição de membro do conselho fiscal, se a eleição for por chapa única:

Indicação de todos os nomes que compõem a chapa

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida? (13)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

"16-B. Eleição de membro do conselho fiscal, se há mais de uma chapa concorrendo:

Indicação de cada chapa e de todos os nomes que a compõem

[ ] Número da chapa escolhida [ ] Abster-se

Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida? (14)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se" (NR)

"17. [o acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado o campo 16 em branco]

Eleição em separado de membro do conselho fiscal por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto:

Candidato 1

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Candidato 2

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se"

Art. 4º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação e se aplica às assembleias realizadas a partir de 5 de março de 2018 e cujos boletins de voto a distância sejam divulgados, na forma do § 1º do art. 21-A, de 1º de fevereiro de 2018 em diante.

MARCELO BARBOSA

ANEXO

(1) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento do voto múltiplo

(2) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se" e a chapa tiver sido alterada, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.

(3) Caso o acionista opte por "abster-se" e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia

(4) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se" e a chapa tiver sido alterada, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia

(5) Caso o acionista opte por "abster-se" e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.

(6) Caso o acionista opte por "abster-se" e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.

(7) Caso o acionista opte por "abster-se" e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.

(8) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento da eleição em separado de membro do conselho de administração.

(9) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento da eleição em separado de membro do conselho de administração

(10) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins do requerimento conjunto de eleição em separado de membro do conselho de administração.

(11) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins do requerimento conjunto de eleição em separado de membro do conselho de administração

(12) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento de instalação do conselho fiscal

(13) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se" e a chapa tiver sido alterada, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia

(14) Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se" e a chapa tiver sido alterada, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/1591

Acusado: Marco Flávio Tenuto Rossi

Ementa:Divulgação seletiva de informações relevantes sobre a SEB - Sistema Educacional Brasileiro S.A. a um gestor

- Divulgação intempestiva de fato relevante relacionado à alienação indireta do controle da Companhia. Absolvição

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base n aprova dos autos e na

legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1.PRELIMINARMENTE:

1.1 REJEITAR o pedido de reconsideração da decisão do Colegiado que indeferiu a proposta de celebração de Termo de

Compromisso; e

1.2INDEFERIR o pedido de produção de provas.

2.No mérito, ABSOLVER o acusado Marco Flávio Tenuto Rossi, na qualidade de ex-diretor de finanças e de relações com

investidores da SEB, de todas as acusações a ele imputadas no âmbito deste processo administrativo sancionador.

Com a entrada em vigor do Decreto nº 8.652/1016, as decisões absolutórias transitam em julgado na 1ª instância, sem a interposição

de recurso de ofício por parte da CVM.

Proferiu defesa oral a advogada Théra van Swaay de Marchi, representante do acusado.

Também presente o advogado Henrique Lang, representante do acusado.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Rodrigues Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Machado Gonzalez, Relator, Gustavo Tavares Borba, Henrique

Balduino Machado Moreira, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa dos Santos, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2017.
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA DOS SANTOS
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/1020

Acusados:
Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos
Ricardo BuenoSaab

Ementa:Negociação de ações em período vedado pelas normas da CVM - Não envio à CVM de informações sobre negociações

realizadas com valores mobiliários. Multas.

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na

legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1. Aplicar ao acusado Ricardo Bueno Saab a penalidade de multa pecuniária no valor de R$125.000,00, pelo não envio à CVM de

informações sobre negociações de ações realizadas no mercado de valores mobiliários, em infração ao disposto no art. 11 da Instrução

CVM nº 358/2002;

2. Aplicar ao acusado Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos a penalidade de multa pecuniária no valor de R$300.000,00, pela

negociação de ações em período vedado, em infração ao disposto no art. 13, §4º, da Instrução CVM nº358/2002.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com

efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM

nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema

Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para

recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Ausente o representante constituído nos autos.

Presente a Procuradora-federal Luciana Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Gustavo Borba, Gustavo Gonzalez, Henrique

Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Santos Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2017.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

MARCELO SANTOS BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SP2014/014

Acusados:
Azimute Agente Autônomo de Investimento S/S Ltda.
Diego Berner Centelhas
Gilberto dos Santos
Gradual CCTVM S.A.

Ementa:Exercício irregular das atividades de agente autônomo de investimento e de administração de carteira de valores mobiliários

- Descumprimento do dever de diligência. Proibição temporária e multas.

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na

legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1. PRELIMINARMENTE, reconhecer a extinção de punibilidade para a acusada Azimute Agente Autônomo de Investimento S/S Ltda. em decorrência da sua extinção por liquidação voluntária.

2. NO MÉRITO, com fulcro no art. 11, VIII, da Lei nº 6.385/76, aplicar ao acusado Diego Berner Centelhas:

2.1 A penalidade de proibição temporária pelo prazo de cinco anos para atuar, direta, ou indiretamente, em qualquer modalidade de operação nos mercados de bolsa em funcionamento no Brasil, pela infração ao disposto no art. 23 da Lei nº 6.385/76 e no art. 3º da Instrução CVM nº 306/99;

2.2 A penalidade de multa pecuniária no valor de R$250.000,00 pela obtenção de remuneração por serviços de "assessoria financeira" em operações com valores mobiliários sem a prévia autorização da CVM, em infração ao disposto no art. 16, III, da Lei nº 6.385/76 e no art. 3º da Instrução CVM nº 434/2006;

3. Aplicar à Gradual CCTVM S.A. a penalidade de multa pecuniária no valor de R$300.000,00, pelo descumprimento do seu dever de diligência, ao permitir a atuação irregular de Diego Centelhas como agente autônomo de investimento e administrador de carteira de valores mobiliários, em infração ao disposto no art. 4º, parágrafo único, c/c o art. 13, I, "c", da Instrução CVM nº 387/2003; e

3. Aplicar ao acusado Gilberto dos Santos, na qualidade de diretor responsável da Gradual CCTVM S.A., levando em consideração a sua primariedade, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$200.000,00, por não ter agido com diligência no cumprimento do seu dever de supervisão, em infração ao disposto no art. 4º, parágrafo único, c/c o art. 13, I, "c", da Instrução CVM nº 487/2003.

O Colegiado determinou a comunicação do resultado do julgamento ao Ministério Público Federal, para as providências que o referido órgão julgar cabíveis no âmbito da sua competência.

O Colegiado determinou ainda que, uma vez transitada em julgado, comunicar à B3 a decisão proferida no presente processo, para a adoção das providências que aquela Bolsa julgar cabíveis.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Proferiu defesa oral o advogado Carlos Augusto Junqueira, representante dos acusados Gilberto dos Santos e Gradual CCTVM S.A.

Presente a Procuradora-federal Luciana Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Gustavo Borba, Gustavo Gonzales, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Santos Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2017.
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

MARCELO SANTOS BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou

advogados, devidamente constituídos os autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2016/6086 - GAE Educação S.A.

Data: 30.01.2018 - terça-feira

Horário: 15h

Relator: Diretor Pablo Renteria

Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade do presidente do conselho de administração da GAEC Educação S.A. por infração ao art. 48, inciso IV, da Instrução CVM nº 400/2003, por ter alegadamente se manifestado na mídia sobre a companhia durante o período vedado pelo referido dispositivo regulamentar.

Reg. Col. nº 9415/2014

Acusados	Advogados
Ozires Silva	José Eduardo Carneiro Queiroz - OAB/SP nº 150.350 Vanessa Fiusa - OAB/SP nº 224.381

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2017.
JOSÉ PAULO DIUNA DE CASTRO
Chefe

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO N° 16.023, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
VEXSEA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 28.455.792.0001/08

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 115, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000080/2017-69
INTERESSADA: STAR MOTORS A.G. COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 13.975.903/0001-30
SESSÃO DE JULGAMENTO: 6 DE DEZEMBRO DE 2017
RELATOR: CONSELHEIRO TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 115, de 6/12/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Star Motors A.G. Comércio de Veículos Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderados a efetivação do cadastro da empresa no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias e Gustavo Leal de Albuquerque.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 126, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000145/2016-95
INTERESSADA: ALÔ CRED FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME, CNPJ 06.028.127/0001-03
SESSÃO DE JULGAMENTO: 6 DE DEZEMBRO DE 2017
RELATOR: CONSELHEIRO TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 126, de 6/12/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Fomento Comercial (Factoring) - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Alô Cred Fomento Mercantil Ltda - ME, aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 19, da Resolução nº 21, de 20 de dezembro de 2012.

Para a decisão, foi ponderada a efetivação do cadastro da empresa no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias e Gustavo Leal de Albuquerque.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 118, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000066/2015-01
INTERESSADA: AUTOBRASIL NORDESTE LTDA., CNPJ 15.783.481/0001-26
SESSÃO DE JULGAMENTO: 6 DE DEZEMBRO DE 2017
RELATOR: CONSELHEIRO GUSTAVO DA SILVA DIAS
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 118, de 6/12/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Autobrasil Nordeste Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foram ponderados o setor de atividade e o porte da empresa, a efetivação do cadastro da empresa no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo e a dosimetria aplicada pelo Plenário do COAF.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo Leal de Albuquerque e Tomás de Almeida Vianna.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

DECISÃO Nº 127, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 11893.000026/2017-13
INTERESSADA: COSTA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 19.306.933/0001-30
SESSÃO DE JULGAMENTO: 6 DE DEZEMBRO DE 2017
RELATOR: CONSELHEIRO TOMÁS DE ALMEIDA VIANNA
FINALIDADE: Tornar pública a Decisão COAF nº 127, de 6/12/2017, e intimar a parte do processo em epígrafe para ciência da mesma Decisão.
EMENTA: Comércio de Bens de Luxo ou de Alto Valor - Não cadastramento do regulado no órgão regulador ou fiscalizador (infração caracterizada).

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, o Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras decidiu, por unanimidade, acolher o voto do Relator pela responsabilidade administrativa de Costa Comércio de Veículos Ltda., aplicando-lhe a penalidade de multa pecuniária, de acordo com o artigo 12, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela infração ao disposto no artigo 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o artigo 8º da Resolução COAF nº 25, de 16 de janeiro de 2013.

Para a decisão, foi ponderado a efetivação do cadastro da empresa no COAF, ainda que somente após a abertura do presente Processo Administrativo Punitivo.

Além do Presidente do Conselho e do Relator, estiveram presentes os conselheiros André Luiz Carneiro Ortegal, Flávia Maria Valente Carneiro, Marcus Vinicius de Carvalho, Gustavo da Silva Dias e Gustavo Leal de Albuquerque.

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão, a interessada: (a) deverá efetuar o recolhimento da multa, o que, não ocorrendo, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa da União e sua execução judicial; e (b) poderá interpor recurso em petição dirigida ao Presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, a ser protocolizado no COAF, localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre D - 2º andar, CEP 70040-250, Brasília (DF), nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

O Processo Administrativo Punitivo, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada e encontra-se à disposição da parte ou de procurador devidamente constituído, na sede do COAF.

RICARDO LIÁO
Secretário Executivo

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 80, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova os modelos dos relatórios e o respectivo manual de instruções de que trata a cláusula segunda do Convênio ICMS 192/17, que estabelece procedimentos para controle e entrega de informações fiscais sobre as operações com etanol hidratado ou anidro.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 169ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 28 a 31 de agosto de 2017, decidiu:

Art. 1º O manual de instruções e os relatórios de operações com etanol hidratado ou anidro, previstos na cláusula segunda do Convênio ICMS 192/17, passam a vigorar com a redação e modelos seguintes:

"ANEXO
MANUAL DE INSTRUÇÃO

O presente manual visa orientar o preenchimento dos relatórios Anexos XIII a XV, previstos na cláusula segunda do Convênio ICMS 192/17, que trata da entrega de informações fiscais sobre as operações com etanol hidratado ou anidro.

1.NORMAS GERAIS

1.1. Os relatórios deverão obedecer rigorosamente aos modelos constantes nos Anexos XIII a XV, não sendo permitida nenhuma alteração de forma ou conteúdo, devendo ser acrescidas tantas linhas quantas forem necessárias.

1.2. Nos quadros que contemplem relação de contribuintes, estes deverão ser classificados por ordem crescente de CNPJ.

1.3. O preenchimento dos relatórios se fará por qualquer meio, exceto o manuscrito, sem utilização de papel carbono, devendo ao menos uma das vias ser apresentada em original, podendo as demais ser obtidas por processo reprográfico.

1.4. O relatório deverá ser firmado por representante legal do emitente, podendo, a critério do fisco, ser exigida prova dessa condição.

1.5. No campo "FLS" deverá ser indicada a numeração sequencial das folhas que compõe o relatório no formato n1/n2, onde n1 corresponde ao número de ordem da folha e n2 ao número total de folhas.

1.6. O campo destinado a indicação da "UF" deverá ser preenchido com a sigla que identifica a unidade federada.

1.7. Os produtos deverão ser informados em litros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.8. No campo período deverá ser indicado o mês de referência do relatório por extenso e o ano com 4 dígitos (XXXX).

PERÍODO:	JUNHO DE 2002		UF DE DESTINO:	AC		FLS.	1/8

1.9. O quadro relativo aos "DADOS DO EMITENTE DO RELATÓRIO", deverá ser preenchido com os dados cadastrais do contribuinte emitente do relatório.

DADOS DO EMITENTE DO RELATÓRIO			
CNPJ	99.999.999/0001-99	INSCRIÇÃO ESTADUAL	999.999.999.999
RAZÃO SOCIAL:	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS EXEMPLO LTDA.		
ENDEREÇO:	Av. dos Expedicionários, 1200 Centro - Rio Branco	UF:	AC

1.10. Quando em algum período de referência não tenha ocorrido qualquer operação (entradas ou saídas, internas ou interestaduais), o contribuinte deverá apresentar correspondência às unidades federadas de destino nas quais mantém inscrição de substituto, no mesmo prazo de entrega dos anexos, informando que deixaram de entregar as informações relativas a operações com etanol. Nesta hipótese, o contribuinte também deverá remeter o relatório Anexo XIII ou XIV, conforme o caso, à unidade federada de seu domicílio.

2. ANEXO XIII - RELATÓRIO DA MOVIMENTAÇÃO DE ETANOL REALIZADA PELO PRODUTOR

2.1. O Anexo XIII será preenchido por produtor de etanol que realize operações internas ou interestaduais com etanol hidratado ou anidro.

2.2. O anexo será preenchido por período mensal e por produto.

2.3. O relatório deverá ser entregue a unidade federada de localização do contribuinte, em 2 (duas) vias, que serão protocoladas, com a seguinte destinação: UF de localização do contribuinte e arquivo do contribuinte (comprovante de entrega).

OBS: O cabeçalho e os dados do emitente do relatório deverão ser preenchidos conforme instruções gerais deste manual, salientando-se que neste relatório a inscrição estadual deverá ser a do estado de origem do produto.

2.4. QUADRO 1 APURAÇÃO DO ESTOQUE

2.4.1. Definição: Destina-se a demonstrar sinteticamente a movimentação do produto no período.

2.4.2. Preenchimento dos campos:

2.4.2.1. ESTOQUE INICIAL A quantidade deverá ser transportada do campo "Estoque Final" deste quadro do relatório do mês anterior.

2.4.2.2. PRODUÇÃO DIÁRIA A quantidade deverá ser transportada do quadro 2 campo "Total do Período".

2.4.2.3. RECEBIMENTOS (ENTRADAS) As quantidades e valores serão transportados do quadro 3 campo "Total do Período".

2.4.2.4. SUBTOTAL DISPONÍVEL NO PERÍODO Este campo corresponderá ao somatório das quantidades dos campos anteriores.

2.4.2.5. RECEBIMENTOS (DEVOLUÇÕES) Corresponderá às quantidades e aos valores das devoluções do produto no período.

2.4.2.6. TOTAL DISPONÍVEL NO PERÍODO Será o somatório dos campos 2.4.2.4 e 2.4.2.5.

2.4.2.7. REMESSAS (SAÍDAS) As quantidades e valores serão transportados do quadro 4 campo "Total do Período".

2.4.2.8. REMESSAS (DEVOLUÇÕES) Corresponderá às quantidades devolvidas do produto no período, constantes nas notas fiscais de devolução.

2.4.2.9. TOTAL DAS SAÍDAS Será o somatório dos campos 2.4.2.7 e 2.4.2.8.

2.4.2.10. REPROCESSAMENTO As quantidades de etanol reprocessadas no período.

2.4.2.11. PERDAS Informar quantidades de perdas, até o percentual permitido na legislação da ANP, para ajustar às quantidades existentes de fato em estoque.

2.4.2.12. GANHOS Informar quantidades de ganhos, até o percentual permitido na legislação da ANP, para ajustar às quantidades existentes de fato em estoque.

2.4.2.13. ESTOQUE FINAL As quantidades lançadas neste campo serão o resultado da diferença entre o campo "TOTAL DISPONÍVEL NO PERÍODO" e o campo "TOTAL DAS SAÍDAS", acrescido da quantidade do campo "Ganhos" ou subtraído das quantidades dos campos "Reprocessamento" e "Perdas", conforme o caso.

2.5. QUADRO 2 PRODUÇÃO DIÁRIA

2.5.1. Definição: Destina-se a relacionar a quantidade de etanol produzida em cada dia do período.

2.5.2. Preenchimento dos campos:

2.5.2.1. DATA Devem ser preenchidos, em ordem crescente de data de produção.

2.5.2.2. QUANTIDADE Quantidade de etanol produzido.

2.6. QUADRO 3 RELAÇÃO DAS ENTRADAS NO PERÍODO

2.6.1. Definição: Destina-se a relacionar por remetente todas as aquisições internas e interestaduais, apurando-se as quantidades e os valores da operação, por ocasião da entrada do produto no estabelecimento.

2.6.2. Preenchimento dos campos:

2.6.2.1. CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social, Endereço, UF - Dados cadastrais válidos do destinatário.

2.6.2.2. NOTA FISCAL - Devem ser preenchidos, em ordem crescente, o número e data de saída constante na nota fiscal.

2.6.2.3. CFOP - Código Fiscal da Operação de saída.

2.6.2.4. QUANTIDADE - Quantidade de etanol recebida constante da nota fiscal.

2.6.2.5. VALOR UNITÁRIO Valor unitário do produto constante da nota fiscal.

2.6.2.6. VALOR DO PRODUTO: Corresponderá ao valor do produto constante da nota fiscal.

2.6.2.7. BASE DE CÁLCULO DO ICMS - Corresponderá a Base de Cálculo do ICMS próprio devido a UF de origem, destacada na nota fiscal.

2.6.2.8. ALÍQ. - Será a alíquota aplicada no cálculo do ICMS.

2.6.2.9. ICMS - Corresponderá ao valor do ICMS próprio devido na operação, destacado na nota fiscal.

2.6.2.10. BASE DE CÁCULO ST Corresponderá a Base de Cálculo da Substituição Tributária destacada na nota fiscal.

2.6.2.11. ALÍQ. Será a alíquota aplicada no cálculo do ICMS ST.

2.6.2.12. ICMS ST Corresponderá ao valor do ICMS devido por substituição tributária ST, destacado na nota fiscal.

2.7. QUADRO 4 RESUMO DA RELAÇÃO DAS REMESSAS REALIZADAS NO PERÍODO (SAÍDAS)

2.7.1. Definição: Destina-se a relacionar, sinteticamente, todas as remessas (saídas) realizadas no período.

2.7.2. Preenchimento dos campos:

2.7.2.1. Ao Próprio Estado - Deverão ser informadas as quantidades totais relativas às saídas internas. Estas saídas serão informadas separadamente por tipo de operação: TRANSFERÊNCIAS; SAÍDAS PARA CONGÊNERES e OUTRAS SAÍDAS.

2.7.2.2. Ao Exterior - Deverão ser informadas as quantidades totais relativas às saídas para o exterior.

2.7.2.3. A Unidade Federada 1,2.- Deverão ser informadas as quantidades totais relativas às saídas interestaduais por unidade federada de destino. Estes volumes serão iguais ao total dos Anexos XV.

2.7.2.4. Total do Período - Neste campo deverá ser calculado o somatório dos campos anteriores.

3. ANEXO XIV RELATÓRIO DA MOVIMENTAÇÃO DE ETANOL HIDRATADO REALIZADA POR DISTRIBUIDORA

3.1. São obrigados ao preenchimento do Anexo XIV os distribuidores de combustíveis que realizarem operações com de etanol hidratado.

3.2. O anexo será preenchido por período mensal.

3.3. O relatório deverá ser entregue a unidade federada de localização do contribuinte, em 2 (duas) vias, que serão protocoladas, com a seguinte destinação: UF de localização do contribuinte e arquivo do contribuinte (comprovante de entrega).

OBS: O cabeçalho e os dados do emitente do relatório deverão ser preenchidos conforme instruções gerais deste manual, salientando-se que neste relatório a inscrição estadual deverá ser a do estado de origem do produto.

3.4. QUADRO 1 APURAÇÃO DO ESTOQUE

3.4.1. Definição: Destina-se a demonstrar sinteticamente a movimentação do produto no período.

3.4.2. Preenchimento dos campos:

3.4.2.1. ESTOQUE INICIAL A quantidade deverá ser transportada do campo "Estoque Final" deste quadro do relatório do mês anterior.

3.4.2.2. RECEBIMENTOS (ENTRADAS) As quantidades e valores serão transportados do quadro 2 campo "Total do Período".

3.4.2.3. SUBTOTAL DISPONÍVEL NO PERÍODO Este campo corresponderá ao somatório das quantidades dos campos anteriores.

3.4.2.4. RECEBIMENTOS (DEVOLUÇÕES) Corresponderá às quantidades e aos valores das devoluções do produto no período.

3.4.2.5. TOTAL DISPONÍVEL NO PERÍODO Será o somatório dos campos 3.4.2.3 e 3.4.2.4.

3.4.2.6. REMESSAS (SAÍDAS) As quantidades e valores serão transportados do quadro 3 campo "Total do Período".

3.4.2.7. REMESSAS (DEVOLUÇÕES) Corresponderá às quantidades devolvidas do produto no período, constantes nas notas fiscais de devolução.

3.4.2.8. TOTAL DAS SAÍDAS Será o somatório dos campos 3.4.2.6 e 3.4.2.7.

3.4.2.9. PERDAS Informar quantidades de perdas, até o percentual permitido na legislação da ANP, para ajustar às quantidades existentes de fato em estoque.

3.4.2.10. GANHOS Informar quantidades de ganhos, até o percentual permitido na legislação da ANP, para ajustar às quantidades existentes de fato em estoque.

3.4.2.11. ESTOQUE FINAL As quantidades lançadas neste campo serão o resultado da diferença entre o campo "TOTAL DISPONÍVEL NO PERÍDO" e o campo "TOTAL DAS SAÍDAS", acrescido da quantidade do campo "Ganhos" ou subtraído da quantidade do campo "Perdas", conforme o caso.

3.5. QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS ENTRADAS NO PERÍODO

3.5.1. Definição: Destina-se a relacionar por remetente todas as aquisições internas e interestaduais, apurando-se a quantidade de combustível, por ocasião da entrada do produto no estabelecimento.

3.5.2. Preenchimento dos campos:

3.5.2.1. CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social, Endereço, UF - Dados cadastrais válidos do remetente.

3.5.2.2. NOTA FISCAL - Devem ser preenchidos, em ordem crescente, o número e data de constante na nota fiscal de aquisição.

3.5.2.3. CFOP - Código Fiscal da Operação de entrada.

3.5.2.4. QUANTIDADE Quantidade de etanol hidratado adquirido, constante da nota fiscal.

3.5.2.5. VALOR UNITÁRIO Valor unitário do produto constante da nota fiscal de aquisição.

3.5.2.6. VALOR DO PRODUTO: Corresponderá ao valor do produto constante da nota fiscal de aquisição.

3.5.2.7. BASE DE CÁCULO DO ICMS - Corresponderá a Base de Cálculo do ICMS próprio aplicável à operação e destacada na nota fiscal de aquisição.

3.5.2.8. ALÍQ (%): Será a alíquota aplicada no cálculo do ICMS.

3.5.2.9. ICMS - Corresponderá ao valor do ICMS próprio devido na operação, destacado na nota fiscal de aquisição.

3.5.2.10. BASE DE CÁCULO ST Corresponderá a Base de Cálculo da Substituição Tributária destacada na nota fiscal.

3.5.2.11. ALÍQ Será a alíquota aplicada no cálculo do ICMS.

3.5.2.12. ICMS ST Corresponderá ao valor do ICMS devido por substituição tributária ST, destacado na nota fiscal.

3.6. QUADRO 3 RESUMO DA RELAÇÃO DAS REMESSAS REALIZADAS NO PERÍODO.

3.6.1. Definição: Destina-se a relacionar, sinteticamente, todas as remessas (saídas) realizadas no período.

3.6.2. Preenchimento dos campos:

3.6.2.1. Ao Próprio Estado - Deverão ser informadas as quantidades totais relativas às saídas internas. Estas saídas serão informadas separadamente por tipo de operação: TRANSFERÊNCIAS; SAÍDAS PARA CONGÊNERES e OUTRAS SAÍDAS.

3.6.2.2. Ao Exterior - Deverão ser informadas as quantidades totais relativas às saídas para o exterior.

3.6.2.3. A Unidade Federada 1,2.- Deverão ser informadas as quantidades totais relativas às saídas interestaduais por unidade federada de destino. Estes volumes serão iguais ao total dos Anexos XV.

3.6.2.4. Total do Período - Neste campo deverá ser calculado o somatório dos campos anteriores.

4. ANEXO XV RELATÓRIO DE SAÍDAS DE ETANOL HIDRATADO OU ANIDRO

4.1. São obrigados ao preenchimento do Anexo XV os produtores de etanol e os distribuidores de combustíveis que efetuarem saídas internas e interestaduais com o etanol hidratado ou anidro.

4.2. O anexo será preenchido mensalmente, por unidade federada destinatária e por produto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.3. O relatório deverá ser apresentado na unidade federada de localização do contribuinte, em 2 (duas) vias, se operação interna, que serão protocoladas, sendo que, uma das vias, depois de protocolada, destina-se ao arquivo do contribuinte como comprovante de entrega. E em 3 (três) vias, se operação interestadual, que serão protocoladas, sendo que, uma das vias, depois de protocolada, deverá ser remetida a unidade federada de destino do produto. A outra via protocolada destina-se ao arquivo do contribuinte como comprovante de entrega.

4.4. Deverão ser emitidos e protocolados relatórios separados para as operações destinadas a cada uma das unidades federadas com as quais o contribuinte manteve operações interestaduais.

OBS: O cabeçalho e os dados do emitente do relatório deverão ser preenchidos conforme instruções gerais deste manual, salientando-se que neste relatório a inscrição estadual deverá ser a do estado de origem do produto e a inscrição estadual - ST deverá corresponder a inscrição como substituto no estado destinatário do produto. Na hipótese do emitente não ser inscrito na unidade federada de destino, o campo inscrição estadual - ST deverá ficar em branco.

4.5. QUADRO 1 - RELAÇÃO DAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO

4.5.1. Definição: Destina-se a relacionar por destinatário e por unidade federada de destino todas as saídas internas e interestaduais com o produto.

4.5.2. Preenchimento dos campos:

4.5.2.1. CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social, Endereço, UF - Dados cadastrais válidos do remetente.

4.5.2.2. NOTA FISCAL - Devem ser preenchidos, em ordem crescente, o número e data de constante na nota fiscal de saída.

4.5.2.3. CFOP Código Fiscal da Operação de Saída.

4.5.2.4. FRETE Deve ser preenchido com 1 se cláusula CIF (por conta do remetente), e 2 se cláusula FOB (por conta do destinatário).

4.5.2.5. APLICAÇÃO - Deve ser preenchido 1 se for saída de etanol hidratado ou anidro combustível e 2 se for de etanol hidratado ou anidro para outros fins.

4.5.2.6. QUANTIDADE - Quantidade de etanol hidratado ou anidro, constante da nota fiscal de saída.

4.5.2.7. VALOR UNITÁRIO Valor unitário do produto constante da nota fiscal de saída.

4.5.2.8. VALOR DO PRODUTO - Corresponderá ao valor do produto constante da nota fiscal de saída.

4.5.2.9. BASE DE CÁCULO DO ICMS - Corresponderá a Base de Cálculo do ICMS próprio aplicável à operação e destacada na nota fiscal de saída.

4.5.2.10. ALÍQ. (%) - Será a alíquota aplicada no cálculo do ICMS.

4.5.2.11. ICMS - Corresponderá ao valor do ICMS próprio devido na operação, destacado na nota fiscal de saída.

4.5.2.12. BASE DE CÁCULO ST Corresponderá a Base de Cálculo da Substituição Tributária, destacada na nota fiscal.

4.5.2.13. ALÍQ. (%) Será a alíquota aplicada no cálculo do ICMS ST.

4.5.2.14. ICMS ST Corresponderá ao valor do ICMS devido por substituição tributária ST, destacada na nota fiscal.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União produzindo efeitos a partir a partir do segundo mês subsequente àquele em que o programa de computador a que se refere o § 1º da cláusula quinta do Convênio ICMS 192/17 estiver adequado ao disposto neste ato.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ANEXO

ANEXO XIII - RELATÓRIO DA MOVIMENTAÇÃO DE ETANOL REALIZADA PELO PRODUTOR

PERÍODO:		PRODUTO:	FLS: _____/_____
DADOS DO EMITENTE DO RELATÓRIO			
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL - ST:	
RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			UF:

QUADRO 1 - APURAÇÃO DO ESTOQUE

HISTÓRICO	QUANTIDADE	VALOR DO PRODUTO	BASE DE CÁLCULO DO ICMS	ICMS
ESTOQUE INICIAL				
(+) PRODUÇÃO DIÁRIA				
(+) RECEBIMENTOS (ENTRADAS)				
(=) SUBTOTAL DISPONÍVEL NO PERÍODO				
(+) RECEBIMENTOS (DEVOLUÇÕES)				
(=) TOTAL DISPONÍVEL NO PERÍODO				
REMESSAS (SAÍDAS)				
(+) REMESSAS (DEVOLUÇÕES)				
(=) TOTAL DAS SAÍDAS				
(-) REPROCESSAMENTO				
(-) PERDAS				
(+) GANHOS				
(=) ESTOQUE FINAL				

QUADRO 2 - PRODUÇÃO DIÁRIA

DATA	QUANTIDADE
TOTAL DO PERÍODO	

QUADRO 3 - RELAÇÃO DAS ENTRADAS NO PERÍODO

CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			UF:

NOTA FISCAL NÚMERO	NOTA FISCAL DATA		CFOP	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR DO PRODUTO (R$)	BASE CÁLCULO DO ICMS (R$)	ALÍQ. (%)	ICMS (R$)	BASE DE CÁLCULO - ST (R$)	ALÍQ. (%)ICMS ST (R$)
TOTAL DO REMETENTE											

CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			UF:

NOTA FISCAL NÚMERO	NOTA FISCAL DATA		CFOP	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR DO PRODUTO (R$)	BASE CÁLCULO DO ICMS (R$)	ALÍQ. (%)	ICMS (R$)	BASE DE CÁLCULO - ST (R$)	ALÍQ. (%)ICMS ST (R$)
TOTAL DO REMETENTE											
TOTAL DAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO											

QUADRO 4 - RESUMO DA RELAÇÃO DAS REMESSAS REALIZADAS NO PERÍODO (SAÍDAS)

Operações destinadas	Qtd. Combustível
Ao Próprio Estado Outras Saídas	
Ao Próprio Estado Transferências	
A UNIDADE FEDERADA 1	
TOTAL DO PERÍODO	

Declaro, na forma e sob as penas da lei, que as informações contidas neste relatório são a expressão da verdade e que as mesmas foram extraídas dos livros e documentos fiscais do contribuinte emitente.	IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		NOME:	
		CPF-MF:	
LOCAL E DATA		CÉDULA DE IDENTIDADE:	UF:
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL		CARGO:	
		TELEFONES:	

ANEXO XIV - RELATÓRIO DA MOVIMENTAÇÃO DE ETANOL HIDRATADO REALIZADA POR DISTRIBUIDORA																	
PERÍODO:															FLS: _____/_____		
DADOS DO EMITENTE DO RELATÓRIO																	
CNPJ:										INSCRIÇÃO ESTADUAL - ST:							
RAZÃO SOCIAL:																	
ENDEREÇO:															UF:		

QUADRO 1 - APURAÇÃO DO ESTOQUE			
HISTÓRICO	QUANTIDADE	VALOR DO PRODUTO	BASE DE CÁLCULO DO ICMS	ICMS
ESTOQUE INICIAL				
(+) RECEBIMENTOS (ENTRADAS)				
(=) SUBTOTAL DISPONÍVEL PERÍODO				
(+) RECEBIMENTOS (DEVOLUÇÕES)				
(=) TOTAL DISPONÍVEL PERÍODO				
REMESSAS (SAÍDAS)				
(+) REMESSAS (DEVOLUÇÕES)				
(=) TOTAL DAS SAÍDAS				
(-) PERDAS				
(+) GANHOS				
(=) ESTOQUE FINAL				

QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS ENTRADAS NO PERÍODO											
CNPJ:					INSCRIÇÃO ESTADUAL:						
RAZÃO SOCIAL:											
ENDEREÇO:										UF:	
NOTA FISCAL NÚMERO	NOTA FISCAL DATA	CFOP	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR DO PRODUTO (R$)	BASE CÁLCULO DO ICMS (R$)	ALÍQ. (%)	ICMS (R$)	BASE DE CÁLCULO - ST (R$)	ALÍQ. (%)ICMS ST (R$)	
TOTAL DO REMETENTE											
CNPJ:					INSCRIÇÃO ESTADUAL:						
RAZÃO SOCIAL:											
ENDEREÇO:										UF:	
NOTA FISCAL NÚMERO	NOTA FISCAL DATA	CFOP	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR DO PRODUTO (R$)	BASE CÁLCULO DO ICMS (R$)	ALÍQ. (%)	ICMS (R$)	BASE DE CÁLCULO - ST (R$)	ALÍQ. (%)ICMS ST (R$)	
TOTAL DO REMETENTE											
TOTAL DAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO											

QUADRO 3 - RESUMO DA RELAÇÃO DAS REMESSAS REALIZADAS NO PERÍODO (SAÍDAS)	
Operações destinadas	Qtd. Combustível
Ao Próprio Estado Outras Saídas	
Ao Próprio Estado Transferências	
A UNIDADE FEDERADA 1	
TOTAL DO PERÍODO	

Declaro, na forma e sob as penas da lei, que as informações contidas neste relatório são a expressão da verdade e que as mesmas foram extraídas dos livros e documentos fiscais do contribuinte emitente.	IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO		VISTO DA FISCALIZAÇÃO
	NOME:		
	CPF-MF:		
LOCAL E DATA	CÉDULA DE IDENTIDADE:	UF:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	CARGO:		
	TELEFONES:		

ANEXO XV - RELATÓRIO DE SAÍDAS DE ETANOL HIDRATADO OU ANIDRO

PERÍODO:		UF DESTINATÁRIA DO PRODUTO:	FLS: _____/_____

DADOS DO EMITENTE DO RELATÓRIO			
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO ESTADUAL - ST:	
RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:		UF:	

QUADRO 1 - RELAÇÃO DAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO													
CNPJ:							INSCRIÇÃO ESTADUAL:						
RAZÃO SOCIAL:													
ENDEREÇO:												UF:	
NOTA FISCAL		CFOP	FRETE	APLICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO PRODUTO	BASE DE CÁLCULO DO ICMS	ALÍQ. (%)	ICMS (R$)	BASE DE CÁLCULO - ST (R$)	ALÍQ. (%)ICMS ST (R$)	

NÚMERO	DATA												
TOTAL DO DESTINATÁRIO													

CNPJ:								INSCRIÇÃO ESTADUAL:					
RAZÃO SOCIAL:													
ENDEREÇO:												UF:	
NOTA FISCAL			CFOP	FRETE	APLICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO PRODUTO	BASE DE CÁLCULO DO ICMS	ALÍQ. (%)	ICMS (R$)	BASE DE CÁLCULO - ST (R$)	ALÍQ. (%)ICMS ST (R$)
NÚMERO	DATA												
TOTAL DO DESTINATÁRIO													

TOTAL DAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO													

Declaro, na forma e sob as penas da lei, que as informações contidas neste relatório são a expressão da verdade e que as mesmas foram extraídas dos livros e documentos fiscais do contribuinte emitente.	IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO		VISTO DA FISCALIZAÇÃO
	NOME:		
	CPF-MF:		
LOCAL E DATA	CÉDULA DE IDENTIDADE:	UF:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	CARGO:		
	TELEFONES:		

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 265, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721973/2017-39 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca HYUNDAI, modelo SANTA FÉ, ano 2014, cor branca, chassi KMHSU81EDFU386292, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 14/2051557-0 de 23/10/2014, pela Alfândega do Porto de Vitória/ES, de Heejoon Jang, CPF nº 076.786.291-09, para Alex Patrus Chagas de Almeida, CPF nº 716.991.126-49.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Define a sistemática do atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande-MS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012 de 14/05/2012 , publicada no DOU de 17/05/2012, com as alterações posteriores, considerando o art. 8º, Inciso I e II da Portaria RFB 457 de 28 de março de 2016, e objetivando a racionalidade do atendimento presencial da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande-MS e, ainda:

Considerando a diretriz institucional de fortalecer os canais virtuais de atendimento, com vistas a proporcionar um atendimento de maior qualidade e celeridade ao contribuinte, reduzindo tempos de espera por atendimento conclusivo;

Considerando a disponibilidade de diversas funcionalidades para o atendimento virtual no sítio da Receita Federal e Centro virtual de Atendimento(e-CAC);

Considerando a capacidade de agendamento através da pagina da Receita Federal do Brasil na internet para atendimento presencial e,

Considerando a capacidade de atendimento presencial possível na unidade, resolve:

Art 1º - O atendimento aos contribuintes Pessoa Física e Jurídica no Centro de Atendimento ao Contribuinte(CAC) da Delegacia da Receita Federal em Campo Grande será realizado das 07:00 às 19:00 horas, EXCLUSIVAMENTE MEDIANTE PREVIO AGENDAMENTO DE SENHA, efetuado pelo contribuinte ou seu representante por meio da internet ou outro disponibilizado pela RFB.

§ 1º - Para os serviços de inscrição, alteração e regularização de CPF não conclusivos nas entidades conveniadas e/ou internet, além dos casos previstos para a realização do ato cadastral na RFB, também serão disponibilizados senhas na triagem após passar pelo Auto Atendimento Orientado disponível nas dependências do Centro de Atendimento(CAC), respeitando-se a capacidade de atendimento presencial do CAC.

§ 2º - O Chefe do CAC poderá interromper a emissão das senhas presenciais sempre que o número de senhas já distribuídas e das senhas previamente agendadas atingirem o limite da capacidade operacional de atendimento.

Art. 2º - Compete ao Chefe do CAC o gerenciamento do atendimento, a definição das grades de agendamento e da liberação de senhas presenciais, levando em consideração o disposto na Portaria RFB nº 457/2016 e, sobretudo, a demanda e a capacidade de atendimento.

§ Único - O Chefe do CAC definirá o horário de distribuição de senhas que ficará afixado em local visível e de fácil acesso aos contribuintes, devendo fazer constar tal informação na pagina correspondente do sítio da RECEITA FEDERAL DO BRASIL(RFB).

Art. 3º - Quanto aos serviços prestados pelo portal E-CAC, o atendimento:

I0- de Pessoas Jurídicas, será realizado, exclusivamente, no Portal E-CAC, não havendo disponibilização de senhas no agendamento para esses serviços, exceto nas situações especiais e/ou devidamente comprovadas através de print de telas.

II0- De Pessoas Físicas, será realizado, preferencialmente, no Portal E-CAC.

Art. 4º - Aplicam-se ainda as disposições contidas na Portaria RFB nº 457, de 28 de março de 2016.

Art. 5º - Revogar a Portaria DRF/CGE nº 92/2015 de 08/06/2015, publicada no DOU de 09 de junho de 2015.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 19/12/2017.

EDSON ISHIKAWA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA-GO, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, DOU de 03/10/2014, e tendo em vista o constante no processo administrativo nº 13133.720375/2017-82, resolve:

Art. 1º - declarar BAIXADO POR REGISTRO CANCELADO o CNPJ 05.858.494/0001-63 Razão Social CECHETTI & FERRAZ LTDA - ME, de titularidade de PAULO VINICIUS NUNES FERRAZ em virtude do Cancelamento do Registro na Junta Comercial de Goiás JUCEG, conforme certidão simplificada anexada ao Processo nº. 13133.720375/2017-82.

JOSE AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA-GO, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, DOU de 03/10/2014, e tendo em vista o constante no processo administrativo nº 10120.726263/2017-96, resolve:

Art. 1º - declarar BAIXADO POR INEXISTÊNCIA DE FATO o CNPJ 05.858.494/0001-63 Razão Social MARTULIO OLIVEIRA SILVA - ME, de titularidade de MARTULIO OLIVEIRA SILVA, conforme Representação Fiscal de 29/08/2017 fls 23-27 do Processo 10120.726263/2017-96.

JOSE AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA-GO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e considerando o disposto no art. 75 da Resolução nº 94, de 29 de novembro de 2011, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), e o apurado no Processo nº 10120.729251/2017-13, declara:

Art. 1º Excluída do Simples Nacional a pessoa jurídica TERMOCENTER SISTEMAS TERMICOS EIRELI - ME, CNPJ Nº 05.192.175/0001-61, a partir de 01/01/2015, em virtude de:

I - ultrapassar a receita bruta acumulada prevista no inciso II do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - falta de escrituração do Livro Caixa ou a existência de escrituração do Livro Caixa que não permita a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária nos termos do § 2º, do art. 26, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º Os efeitos da exclusão ocorrerão a partir de 01/01/2015, de acordo com o disposto no inciso I combinado com o item 2, da alínea g, do inciso IV do art. 76 da Resolução CGSN nº 94/2011, que impede nova opção pelo Simples Nacional pelos 3 (três) anos-calendário subsequentes.

Art. 3º Poderá a pessoa jurídica apresentar, no prazo de trinta dias contados a partir da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestação de inconformidade junto ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF), e suas alterações posteriores, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Torna-se sem efeito o Ato Declaratório Executivo nº 91, de 11 de dezembro de 2017, em virtude da substituição por este Ato.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica AMAZONIA ENERGIA INDUSTRIA E COMERCIOA DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 21.996.818/0001-86, Processo nº 12266.722126/2017-53, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

PORTARIA Nº 138, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplicação de penalidade.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do artigo 314, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto no processo administrativo nº 12266.721215/2017-82, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Receita Federal do Brasil pelo prazo de 01 (um) ano, ao Sr. IJARUY ATHAYDE ALCÂNTARA GOMES DE ASSIS, CPF: 125.387.677-09. com base no que dispõem o subitem 12.1.2 do Edital de Leilão nº 02227600/00001/2017, o artigo 87, inciso III da Lei 8666/93 e o Relatório/Decisão de fls. 179/184, do processo nº 12266.721215/2017-82.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ALVES DIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a entrada e saída de aeronave no país, conforme o art. 26 do Dec. Nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso da competência estabelecida pelo §3 do artigo 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, conforme o disposto no art. 26 do decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, tendo em vista a solicitação constante do processo administrativo nº 11522.720338/2017-65 autoriza:

Art. 1º Operação de pouso e decolagem no Aeroporto Internacional Plácido de Castro, localizado em Rio Branco/AC, alfandegado em caráter eventual e temporário, por meio deste ato, exclusivamente para que possam ocorrer as atividades e os controles aduaneiros necessários dos seguintes voos:

Pouso

- Evento: Operação de Pouso da Aeronave Cessna 182J;
- Prefixo: N3538F;
- Procedência: Guayaramerín (Bolívia);
- Destino: Rio Branco (Brasil);
- Data e horário previstos para o pouso em Rio Branco/AC: 21/12/2017 às 10h30 (local);
- Pessoas a bordo: 01 Tripulante.

Decolagem

- Evento: Operação de Decolagem da Aeronave Cessna 182J;
- Prefixo: N3538F;
- Procedência: Rio Branco (Brasil);
- Destino: Guayaramerín (Bolívia);
- Data e horário previstos para a decolagem de Rio Branco/AC: 21/12/2017 às 12h00 (local);
- Pessoas a bordo: 01 Tripulante.

Art. 2º O Aeroporto ora alfandegado fica sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco/AC, que exercerá o controle aduaneiro no local.

Art. 3º Este ADE entra em vigor em 21 de dezembro de 2017.

JERRY GEORGE N. SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302, incisos VI e VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, no art. 3º do Decreto n° 4.213, de 26 de abril de 2002, e no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo administrativo nº 11618.723675/2017-45, declara:

Art. 1º - Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica MONTE ALEGRE TEXTIL S/A, CNPJ nº 41.196.791/0001-54, à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0107/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 41.196.791/0001-54;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rua Y-2, 341, Distrito Industrial, João Pessoa/PB, CEP 58.082-025;

III - Condição Onerosa Atendida: modernização total do empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

IV - Setor Prioritário Considerado: Indústria de Transformação - têxtil, conforme art. 2º, inciso VI, alínea (a) do Decreto nº 4.213, de 2002;

V - Atividade Objeto da Redução: indústria têxtil;

VI - Produto/serviço objeto do benefício fiscal: Tecidos;

VII - Capacidade Incentivada: 100% (cem por cento) da capacidade instalada atual do Empreendimento (4.212 toneladas/ano);

VIII - Ano-calendário em que o empreendimento entrou em operação: 2014;

IX - Prazo de Vigência da Redução: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição: 01/01/2017 a 31/12/2026;

XI - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art. 2º - A redução não alcança quaisquer outras atividades ou serviços desenvolvidos pela pessoa jurídica em questão, nem atinge a produção superior à capacidade instalada acima discriminada.

Art. 3º - A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0107/2017, bem assim, das demais normas regulamentares, em especial os arts. 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 121, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB n.º 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.731476/2017-41, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 44.160 (quarenta e quatro mil, cento e sessenta) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelho, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
VODKA ABSOLUT	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL	44.160

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a ALA 13 - SP, em caráter excepcional, a realizar a operação que especifica no dia 21/12/2017.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com a redação dada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, e conforme Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 24, de 23 de abril de 2013, declara:

Art. 1º Fica a ALA 13 - SP (antiga Base Aérea de São Paulo), situada em Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada em caráter excepcional a realizar no dia 21 de dezembro de 2017 a operação de desembarque procedente de Assunção - Paraguai, prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28, relativamente a aeronave transportando o Exmo Sr. Horácio Cartes, Presidente da República do Paraguai.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no dia 21 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 20, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo n° 10010.012239/1217-95, resolve:

Art. 1° Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, nos exatos termos da Portaria nº 430, de 12 de Dezembro de 2017, do Ministério da Integração Nacional, publicada no D.O.U. de 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º A habilitação abrangerá o projeto de irrigação por gotejamento em área de 735 hectares.

Nome empresarial: CITROSUCO S/A AGROINDÚSTRIA

N° Inscrição no CNPJ/MATRIZ: 33.010.786/0001-87

CNPJ Estabelecimento/Projeto: 33.010.786/0030-11

N° de matrícula CEI: 51.241.62872/77

Setor de Infraestrutura Favorecido: Irrigação/Ministério da Integração Nacional

N° da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 640, de 12 de Dezembro de 2017

Prazo estimado para conclusão da Obra: 30/10/2018

Art. 3° O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 21, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo n° 10010.012250/1217-55, resolve:

Art. 1° Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, nos exatos termos da Portaria nº 672, de 14 de Dezembro de 2017, do Ministério da Integração Nacional, publicada no D.O.U. de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º A habilitação abrangerá o projeto de irrigação por gotejamento em área de 1.158 hectares.

Nome empresarial: CITROSUCO S/A AGROINDÚSTRIA
N° Inscrição no CNPJ/MATRIZ: 33.010.786/0001-87
CNPJ Estabelecimento/Projeto: 33.010.786/0014-00
N° de matrícula CEI: 51.236.77680/76
Setor de Infraestrutura Favorecido: Irrigação/Ministério da Integração Nacional
N° da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 672, de 14 de Dezembro de 2017
Prazo estimado para conclusão da Obra: 31/12/2018

Art. 3° O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara INSCRITO no Registro Especial para a atividade de PRODUTOR, de bebidas alcoólicas, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtores.

O CHEFE DO SEFIS DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso das atribuições subdelegadas que lhe conferem o inciso X do art. 4º da Portaria DRF nº 11 de 19 de fevereiro de 2016 publicada no DOU de 24 de fevereiro de 2016, nos termos do parágrafo 3º do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013 com alterações posteriores, e, considerando a comprovação das condições necessárias nos documentos constantes no e_dossiê formalizado sob nº 10010.001056/1017-19, declara:

Art. 1º INSCRITO sob nº 08109/0067 no Registro Especial para a atividade de PRODUTOR de bebidas alcoólicas, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtores, o contribuinte abaixo identificado:

TRANZANO INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES DE BEBIDAS EIRELI
Rua Coronel Américo Batista nº 1.421 - Bairro Ipiranga - CEP: 14.060-060
RIBEIRÃO PRETO -SP.
CNPJ nº 60.152.832/0001-55

Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir os produtos abaixo discriminados:

NCM/TIPI	Descrição Detalhada	Marca Comercial	Tipo de Recipiente	Capacidade	AUTORIZAÇÃO MINISTÉRIO AGRICULTURA
2206.00.90	VODKA	LAYKA	VIDRO	900 ML	Nº SP-01671 00004-2
2206.00.90	VODKA	LAYKA	PET	500ML	Nº SP-01671 00004-2
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD AMENDOIM	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00070-7
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD AMENDOIM	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00070-7
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD AMENDOIM	PET	500ML	Nº SP-01671 00070-7
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD COCO	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00068-5
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD COCO	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00068-5
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD COCO	PET	500ML	Nº SP-01671 00068-5
2208.90.00	BATIDA DE COCO	COCO LOKO	PET	500ML	Nº SP-01671 00071-5
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJÁ	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00056-1
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJÁ	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00056-1
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJÁ	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00056-1
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00062-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00062-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00062-6
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD MORANGO	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00069-3
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD MORANGO	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00069-3
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD MORANGO	PET	500ML	Nº SP-01671 00069-3
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E PÊSSEGO	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00057-0
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E PÊSSEGO	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00057-0
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E PÊSSEGO	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00057-0
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00048-1
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00048-1
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00048-1
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CACAU	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00061-8
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CACAU	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00061-8
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CANELINHA	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00063-4
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CANELINHA	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00063-4
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00059-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00059-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00059-6

Art. 3º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013, e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do Registro Especial nos termos do art. 8º da referida Instrução Normativa.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU e retifica o ADE nº 032/2017 de 19/12/2017, relativo ao Registro Especial nº 08109/0066 para manter nele apenas a atividade de ENGARRAFADOR.

FERNANDO QUEIROZ DE ASSUNÇÃO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PORTARIA Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega competências.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e considerando os princípios da desburocratização, eficiência e descentralização administrativa, resolve:

Art. 1º Delegar competências aos Analistas-Tributários, Analistas e Técnicos do Seguro Social e Assistentes Técnico Administrativos em exercício na ARF/MCS, dentro de suas respectivas atribuições, e no âmbito da jurisdição da DRF/SJC, para, no período de 20 a 29 de dezembro de 2017, praticar os atos previstos na legislação tributária para inscrição, alteração, suspensão, inaptidão, regularização e baixa, de ofício, perante o CPF, o CNPJ, o Cafir e os demais cadastros administrados pela RFB, bem como efetuar as atividades operacionais relativas à restituição, ressarcimento e compensação, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados a partir desta data, de que trata o artigo anterior, até a publicação desta portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ROGÉRIO HINO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.057 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 118.465.725 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 420.410.335,59 (quatrocentos e vinte milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 01/12/2017	QUANTIDADE	VALOR (R$)
01/01/2006	01/01/2036	3,548793	4.577	16.242,82
01/01/2009	01/01/2039	3,548793	13.783	48.913,01
01/01/2012	01/01/2042	3,548793	13.270	47.092,48
01/01/2013	01/01/2043	3,548793	2.739	9.720,14
01/01/2014	01/01/2044	3,548793	2.232.528	7.922.779,73
01/01/2015	01/01/2045	3,548793	31.950.263	113.384.869,68
01/01/2016	01/01/2046	3,548793	84.248.565	298.980.717,73
TOTAL			118.465.725	420.410.335,59

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.065, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria MF SE no 1.048, de 23 de novembro de 2016, tendo em vista o disposto na Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2000, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, e com a Resolução CMN nº 4.063, de 12 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Cancelar 455.738 (quatrocentas e cinquenta e cinco mil, setecentas e trinta e oito) Notas do Tesouro Nacional-Série "I" - NTN-I, conforme solicitação do Banco do Brasil S.A, agente financeiro para o PROEX, observando-se as características constantes da tabela abaixo.

Instituição Beneficiária	Data de Vencimento	Quantidade
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME	15/01/2018	46.917
	15/07/2018	43.095
	15/01/2019	40.821
	15/07/2019	37.326
	15/01/2020	35.175
	15/07/2020	32.153
	15/01/2021	29.932
	15/07/2021	27.000
	15/01/2022	25.049
	15/07/2022	22.361
	15/01/2023	20.491
	15/07/2023	18.024
	15/01/2024	16.226
	15/07/2024	14.040
	15/01/2025	12.226
	15/07/2025	10.151
	15/01/2026	8.469
	15/07/2026	6.565
	15/01/2027	4.932
	15/07/2027	3.188
	15/01/2028	1.597
Total		455.738

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 1.069, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de DEZEMBRO de 2017, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996.

R$ 1,00

UF	COEF (%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00
ES	4,26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1,33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,67880	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,28750	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00000	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRICILLA MARIA SANTANA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 1.169, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a atualização dos valores das penalidades administrativas de multa pecuniária.

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 27, VI, do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e de acordo com deliberação tomada pela Diretoria Colegiada na sessão 383° ordinária de 18 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar, observado o disposto no § 2º do art. 26 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, na forma do Anexo Único desta Portaria, os valores atualizados das penalidades administrativas de que trata o inciso IV do art. 22, e os arts. 63 a 110, todos do Decreto nº 4.942, de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de Janeiro de 2018.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO

ANEXO ÚNICO

Dispositivo Legal	Valor Atualizado em R$
Arts. 65, 66, 69, 72, 76, 77, 84, 90, 92, 93, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108 e 110	29.148,25
Arts. 67, 70, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88 e 109	43.722,39
Arts. 63, 64, 71, 73, 74, 78, 85, 86, 89, 91, 94,95, 96, 99, 100 e 103	58.296,52
Arts. 68 e 101	72.870,64
Art. 102	5.829,66 a 2.914.825,51
Art. 22, IV, c/c, art.26 § 2º	5.829,66 a 2.914.825,51

PORTARIA Nº 1.170, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a atualização dos valores, mínimo e máximo, da penalidade pecuniária por descumprimento total ou parcial de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 27, VI, do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e de acordo com deliberação tomada pela Diretoria Colegiada na sessão 383° ordinária de 18 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar, observado o disposto no § 2º do art. 10 da Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 29 de junho de 2010, na forma do Anexo Único desta Portaria, os valores, mínimo e máximo, da penalidade pecuniária por descumprimento total ou parcial de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, de que trata o caput do art. 10 da Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 29 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO

ANEXO ÚNICO

Dispositivo Legal	Valor Atualizado em R$
Art. 10 da Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 29 de junho de 2010.	31.379,30 a 7.844.823,53

PORTARIA Nº 1.175, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 61 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, combinado com o artigo 40 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a contar de 18 de janeiro de 2018, o prazo de que trata a Portaria nº 897, de 15 de setembro de 2017, publicada no DOU de 20 de setembro de 2017 - nº 181, seção 2, página 53, referente à Comissão de Inquérito da ELETROCEEE - Fundação CEEE de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO Nº 37, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 37/2017/DICOL/PREVIC

PROCESSO Nº 45183.000004/2016-09

INTERESSADO: ELETRA FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

AUTUADOS: Sandro Rogério Lima Belo e Wagner Percussor Campos

ASSUNTO: Auto de Infração nº 0013/16-10

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 45183.000004/2016-09, relativo ao auto de infração nº 0013/16-10, de 30/05/2016, Lavrado contra Sandro Rogério Lima Belo e Wagner Percussor Campos, respectivamente, Gerente de Investimentos e Diretor Executivo, à época dos fatos, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, combinado com artigos 1º, 4º, incisos I, II e IV e artigos 11 e 18, parágrafo 1º, inciso III, da Resolução CMN 3.792/09; capitulado no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003. Decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 0013/16-10, de 30/05/2016, em relação aos autuados Wagner Percussor Campos e Sandro Rogério Lima Belo, a pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), atualizada pela Portaria PREVIC n° 970, de 16/12/2010, cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR DOIS ANOS para o autuado Wagner Percussor Campos e SUSPENSÃO POR 180 DIAS para o autuado Sandro Rogério Lima Belo, nos termos do Parecer nº 769/2017/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado nesta oportunidade.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 38, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 38/2017/DICOL/PREVIC

PROCESSO Nº 44011.000378/2017-14

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

AUTUADOS: Marcelo Andreeto Perillo e outros

ASSUNTO: Auto de Infração nº 5/2017/PREVIC

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000378/2017-14, relativo ao Auto de Infração nº 5/2017/PREVIC, de 10/01/2017, lavrado contra Marcelo Andreeto Perillo, Humberto Santamaria, Carlos Fernando Costa, Roberto Henrique Gremler, Alexandre Aparecido Barros, Alcinei Cardoso Rodrigues, José Genivaldo da Silva, Fernando Pinto de Matos, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem, Wagner Pinheiro de Oliveira e Luis Carlos Fernandes Afonso, membros do Comitê de Investimentos - COMIN e ocupantes dos cargos na Diretoria Executiva, à época dos fatos, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, combinado com os artigos 1º e 61 da Resolução CMN 3.456/07; artigos 4º, 9º, 12 e 30 da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009 e com os artigos 1º, 4º e 12 da Resolução CGPC nº 13/2004; capitulado no artigo 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003. Decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 5/2017/PREVIC, de 10/01/2017, em relação aos autuados Marcelo Andreeto Perillo, Roberto Henrique Gremler, Alexandre Aparecido Barros, Alcinei Cardoso Rodrigues, José Genivaldo da Silva, Fernando Pinto de Matos e Wagner Pinheiro de Oliveira, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos); cumulada com a pena de SUSPENSÃO POR 180 DIAS para o autuado Marcelo Andreeto Perillo e INABILITAÇÃO POR QUATRO ANOS para o autuado Wagner Pinheiro de Oliveira. Julgar PROCEDENTE, em relação aos autuados Luís Carlos Fernandes Afonso, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem e Carlos Fernando Costa, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos); cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR QUATRO ANOS para o autuado Luís Carlos Fernandes Afonso; INABILITAÇÃO POR DOIS ANOS para o autuado Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha e Maurício França Rubem. Julgar IMPROCEDENTE o Auto do Infração nº 5/2017/PREVIC, de 10/01/2017, em relação ao autuado Humberto Santamaria, pela ausência de conduta típica passível de punição; nos termos do Parecer nº 721/2017/CDC II/CGDC/DICOL aprovado nesta oportunidade.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor Superintendente
Substituto

DECISÃO Nº 39, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 39/2017/DICOL/PREVIC

PROCESSO: 44011.000101/2016-01

ASSUNTO: Auto de Infração n° 01/16-31

AUTUADOS: Guilherme Narciso de Lacerda e outros

ENTIDADE: FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000101/2016-01, relativo ao auto de infração nº 01/16-31 de de 04/03/2016, lavrado contra Guilherme Narciso de Lacerda, Antônio Bráulio de Carvalho, Carlos Alberto Caser, Demósthenes Marques, Luiz Philippe Peres Torelly, Sérgio Francisco da Silva, Carlos Augusto Borges, José Carlos Alonso Gonçalves e Renata Marotta, todos Diretores da Funcef à época dos fatos, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001; combinado com arts. 1º e 61 da Resolução CMN 3.456, de 01/06/2007 e arts. 4º, 9º e 10 da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009; com capitulação no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003. Decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 01/16-31, de 04/03/2016, em relação aos autuados Guilherme Narciso de Lacerda, Luiz Philippe Peres Torelly, Demósthenes Marques, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos); cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR QUATRO ANOS. Julgar PROCEDENTE em relação ao autuado Sérgio Francisco da Silva, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 34.382,23 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos); cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR DOIS ANOS. Julgar PROCEDENTE em relação ao autuado Carlos Augusto Borges, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos); cumulada com a pena de SUSPENSÃO POR CENTO E OITENTA DIAS. Julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 01/16-31, de 04/03/2016, em relação ao autuado Antônio Bráulio de Carvalho, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR DOIS ANOS. Julgar PROCEDENTE em relação ao autuado Carlos Alberto Caser, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos);cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR QUATRO ANOS. Julgar PROCEDENTE em relação à autuada Renata Marotta, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos); cumulada com a pena de SUSPENSÃO POR CENTO E OITENTA DIAS. Julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 01/16-31, de 04/03/2016, em relação ao autuado José Carlos Alonso Gonçalves, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), atualizada pela Portaria Previc nº 970, de 16.12.2010; cumulada com a pena de SUSPENSÃO POR 180 DIAS, aprovado nos termos do Parecer 544/2017/CDC II/CGDC/DICOL.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor Superintendente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.160, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.501036/2016-28, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação do Plano Complementar, CNPB n° 1986.0009-74, pelo Plano de Benefícios II Stahl Brasil, CNPB nº 1998.0034-18, administrados pelo MultiBRA - Fundo de Pensão.

Art. 2º Aprovar a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios II Stahl Brasil, CNPB nº 1998.0034-18, administrado pelo MultiBRA - Fundo de Pensão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.172, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001077/2017-08 e Juntada nº 0089901, resolve:

Art. 1º Aprovar o 3º Termo aditivo a convênio de adesão celebrado entre a Telefônica Brasil S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios PBS-A - CNPB nº 1991.0010-29, e a entidade FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.173, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006749/2017-63 e Juntada nº 0087935, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a ORICA BRASIL LTDA., CNPJ nº 31.056.708/0001-98, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios ORICAPREV - CNPB n° 2010.0031-11, e a entidade MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA N° 7.038, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966 e, considerando o disposto no parágrafo único do artigo 3°, inciso III do artigo 4° e artigo 12 da Lei Complementar n° 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 18, da Resolução CNSP n° 330, de 09 de dezembro de 2015, a contrário senso, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.003894/2015-90, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, o cadastro da SCHWEIZERISCHE NATIONAL - VERSICHERUNGS - GESELLSCHAFT AG, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Suíça, cadastrada pela PORTARIA SUSEP N° 5.143, de 05 de fevereiro de 2013, como ressegurador eventual.

Art. 2° Informar que a HELVETIA SCHWEIZERISCHE VERSICHERUNGSGESELLSCHAFT AG sucedeu a SCHWEIZERISCHE NATIONAL - VERSICHERUNGS - GESELLSCHAFT AG em todos os direitos e obrigações.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 75, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira de camarões na Costa Norte.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO E DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições de que trata o art. 87, p. único, II, da Constituição Federal e o art. 43, §2º, I, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista no disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981,de 13 de outubro de 2009, na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 5, de 1º de setembro de 2015,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 00350.008675/2011-98 e nº 52800.100605/2017-34, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os critérios e padrões para o ordenamento da pesca de camarões rosa (Farfantepenaeus subtilis e Farfantepenaeus brasiliensis), branco (Litopenaeus schmitti) e sete barbas (Xiphopenaeus kroyeri), na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41º30", partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude 4º30"30""N e longitude de 51º38"12""W) e a divisa dos Estados do Piauí e Ceará (meridiano de 41º12"W).

Art. 2º Proibir, anualmente, no período de 1º de janeiro a 30 de abril, na área definida no art. 1º, a pesca de arrasto e a pesca artesanal com emprego de demais modalidades de pesca, tendo como espécies alvo os camarões rosa (Farfantepenaeus subtilis e Farfantepenaeus brasiliensis), branco (Litopenaeus schmitti) e sete barbas (Xiphopenaeus kroyeri).

§ 1º O desembarque da pesca de camarões mencionada no caput dos arts. 1º e 2º, somente será tolerado até o terceiro dia após o início do defeso.

§ 2º Permitir, anualmente, a largada das embarcações camaroneiras, devidamente autorizadas, a partir de 00:00h (zero hora) do dia 1º de maio.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas que atuam na captura, conservação, beneficiamento, industrialização ou comercialização de camarões deverão fornecer às Gerências Executivas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, até o sexto dia útil, a partir do início do período do defeso, relação detalhada do estoque de cada espécie existente até o terceiro dia útil após o início do defeso.

§ 4º Durante o período do defeso fica vedado o transporte, a estocagem, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume de camarões das espécies proibidas, que não seja oriundo do estoque declarado na forma deste artigo.

§ 5º A proibição de que trata o caput desse artigo fica estabelecida de 01 de janeiro até 31 de maio, anualmente, em áreas de estuários, reentrâncias e igarapés (áreas de criadouros naturais) no Estado do Maranhão, para a pesca artesanal por meio de quaisquer artes, técnicas ou métodos de pesca, fixas ou semifixas (redinha de emalhar, puçás de arrasto, furzacas, muruadas e zangarias).

§ 6º Durante o período de defeso fica permitida a pesca de espécies alternativas mediante Autorização de Pesca Complementar, devidamente identificadas na Modalidade de Permissionamento conforme previsto no Anexo III da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, ou nos atos que vierem a substituí-la.

Art. 3º Limitar, na área definida no art. 1º, a frota de arrasto autorizada para a pesca de camarões rosa (Farfantepenaeus subtilis e Farfantepenaeus brasiliensis), branco (Litopenaeus schmitti) e sete barbas (Xiphopenaeus kroyeri).

§ 1º O limite definido no caput desse artigo é de 101 (cento e uma) embarcações, para aquelas que tenham ao menos uma das especificações abaixo:

I - comprimento total: igual ou superior a 18m (dezoito metros), entre perpendiculares;

II - arqueação bruta (AB): igual ou superior a 80 (oitenta); e

III - potência do motor principal: igual ou superior a 250 (duzentos e cinquenta) HP.

§ 2º O limite definido no caput desse artigo é de 82 (oitenta e duas) embarcações, para aquelas que tenham especificações inferiores em relação aos incisos do parágrafo 1º.

§ 3º O limite definido no parágrafo 1º e 2º desse artigo poderão ser aumentados, respectivamente, a 110 (cento e dez) embarcações e a 90 (noventa) embarcações, após a estabelecimento pelos órgãos competentes e adoção pela frota de regras complementares para o uso de dispositivos de escape de espécies ameaçadas e da fauna marinha.

Art. 4º A concessão, a partir da publicação desta Portaria, de novas autorizações de pesca de arrasto para a pesca de camarões rosa (Farfantepenaeus subtilis e Farfantepenaeus brasiliensis), branco (Litopenaeus schmitti) e sete barbas (Xiphopenaeus kroyeri), fica condicionada ao limite e parâmetros dispostos no art. 3º.

Art. 5º A substituição de embarcação autorizada para a pesca de arrasto de camarões rosa (Farfantepenaeus subtilis e Farfantepenaeus brasiliensis), branco (Litopenaeus schmitti) e sete barbas (Xiphopenaeus kroyeri), na área definida no art.1º, com a consequente transferência da autorização de pesca para uma nova embarcação, só será permitida em caso de naufrágio, destruição ou desativação na atividade de pesca da embarcação a ser substituída, mediante pedido de Permissão Prévia de Pesca para a nova embarcação, na forma do disposto em norma específica.

§ 1º A comprovação de naufrágio ou destruição de que trata o caput deverá ser realizada mediante apresentação de documento da Autoridade Marítima.

§ 2º Nos casos de substituição de embarcação, a embarcação substituta não poderá apresentar a arqueação bruta (AB) superior a da embarcação que venha a ser substituída.

§ 3º A substituição por desativação poderá ser efetivada desde que o interessado apresente por ocasião do pedido de Permissão Prévia de Pesca para embarcação a construir, o Termo de Compromisso de Desativação da embarcação a ser substituída.

§ 4º Nos casos de substituição de embarcação, a embarcação substituta deverá apresentar comprovação de aquisição e instalação de equipamentos ou petrechos para diminuição de capturas de espécies ameaçadas e da fauna marinha, exigidos na legislação vigente.

Art. 6º A renovação das autorizações de pesca de embarcações obrigadas a participar do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite-PREPS somente será permitida mediante comprovação da adesão e manutenção em funcionamento de equipamento de monitoramento remoto vinculado ao PREPS.

Art. 7º Proibir a pesca de arrasto, sob qualquer sistema, no criadouro natural de espécies aquáticas da região estuarina dos Rios Amazonas e Pará na área que vai até os limites definidos pelo Paralelo de 00°05"N e Meridiano de 048°00"W. (IN MMA 06 de 2004).

Art. 8° Proibir a pesca com qualquer tipo de arrasto por embarcações motorizadas, a menos de 10 (dez) milhas da costa, nas águas sob jurisdição nacional, compreendidas entre a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41°30"00", partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude de 4°30"30" N e longitude de 51°38"12" W) e a divisa do Estado do Pará com o Estado do Maranhão (Meridiano de 46º02"00" W).

Parágrafo Único. Para efeito da presente Portaria, considera-se a distância medida a partir da reta imaginária que liga os pontos extremos da costa.

Art. 9º Proibir o emprego de qualquer tipo de rede de arrasto, a menos de 3 (três) milhas da costa, em áreas do Estado do Piauí entre as longitudes de 41°20" W e 41°50" W, por barcos maiores de 05 TAB.

Art. 10 Proibir a pesca de arrasto por embarcações com tração motorizada na faixa de dez milhas do mar territorial brasileiro entre a foz do rio Gurupi e a Ponta das Canárias, respectivamente, 46°06" e 41°49" de longitude Oeste, no Estado do Maranhão.

§ 1° Ficam excluídas da proibição prevista neste artigo as embarcações motorizadas com menos de 10 AB, licenciadas para a captura exclusiva de camarão sete barbas (Xiphopenaeus Kroyeri).

§ 2° As embarcações de que trata o parágrafo 1° deste artigo ficam proibidas de realizar a pesca de arrasto a menos de 3,0 (três) milhas da costa no Estado do Maranhão, na área delimitada neste artigo.

Art. 11 Aos infratores da presente Portaria Interministerial serão aplicadas as penalidades e as sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 26 de julho de 2008.

§ 1º As embarcações que atuarem em desacordo com as medidas estabelecidas nesta Portaria Interministerial, independentemente de outras sanções, terão suas autorizações de pesca canceladas.

§ 2º As autorizações de pesca canceladas não serão redistribuídas, pelo órgão competente, para outras embarcações das modalidades da pesca de arrasto.

§ 3º Fica a Secretaria de Aquicultura e Pesca responsável por repassar à Autoridade Marítima e ao órgão ambiental competente a relação de embarcações pesqueiras com autorização de pesca cancelada, para análise de possível embargo de suas atividades.

Art. 12 Ficam revogadas a Instrução Normativa MMA nº 9, de 14 de setembro de 2004, a Instrução Normativa MMA nº 7, de 10 de julho de 2002, a Portaria SUDEPE nº 11, de 13 de maio de 1987 e a Portaria Sudepe nº 15, de 15 de junho de 1981.

Art. 13 Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

JOSÉ SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

DESPACHO INTERMINISTERIAL

Processo nº 52001.001143/2013-55
Interessado: INCARD DO BRASIL LTDA
PROCESSO nº 52001.001143/2013-55. INTERESSADO: INCARD DO BRASIL LTDA. DECISÃO: Indeferirmos, nos termos do §1º do art. 56 da Lei n° 9.784, de 1999, o recurso administrativo interposto contra a decisão do Relatório Final de Fiscalização Conjunto SDCI/MDIC e SEPIN/MCTI de Processo Produtivo Básico nº 10/2015, com fundamento no Parecer nº 108/2017-SEI-CGEL/DEICT/SDCI, que adotamos. Dê-se ciência à empresa interessada.

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO INTERMINISTERIAL

Processo nº 52001.001157/2009-92
Interessado: ROMAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA.
PROCESSO nº 552001.001157/2009-92 INTERESSADO: ROMAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA. DECISÃO: Indeferirmos, nos termos do §1º do art. 56 da Lei nº 9.784, de 1999, o recurso administrativo interposto contra a decisão do Relatório Final de Fiscalização Conjunto SDCI/MDIC e SEPIN/MCTI de Processo Produtivo Básico nº 10/2016, com fundamento no Parecer Técnico Conjunto SDCI/MDIC e SEPIN/MCTIC nº 111/2017, que adotamos. Dê-se ciência à empresa interessada.

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviço

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

DESPACHO INTERMINISTERIAL

Processo nº 52001.000051/2015-10
Interessado: RCG Tecnologia Eletromecânica Ltda.
PROCESSO nº 52001.000051/2015-10. INTERESSADO: RCG TECNOLOGIA ELETROMECÂNICA LTDA. DECISÃO: Indeferirmos, nos termos do §1º do art. 56 da Lei nº 9.784, de 1999, o recurso administrativo interposto contra a decisão do Relatório Final de Fiscalização Conjunto SDCI/MDIC e SEPIN/MCTI de Processo Produtivo Básico nº 06/2016, com fundamento no Parecer nº 119/2017-SEI-CGEL/DEICT/SDCI, que adotamos. Dê-se ciência à empresa interessada.

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 367, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no §3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Considerando a Lei nº 9933 de 20 de dezembro de 1999, artigo 3º, inciso I, que outorga ao Inmetro competência para estabelecer diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica nº 8 entre a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - SPPI e o INMETRO visando à implantação da política de inspeção de projetos e de obras, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2017.

Considerando que a elaboração de um projeto tem como objetivo fundamental a realização de intervenções de qualidade e tecnicamente válidas, respeitando a melhor relação entre os benefícios, os prazos e os custos globais de construção, manutenção e gestão.

Considerando que um empreendimento de infraestrutura passa por etapas sucessivas de desenvolvimento, abrangendo temas multidisciplinares como aqueles relacionados à engenharia, meio ambiente, gestão de riscos, industriais, contratuais, legais e econômico-financeiros.

Considerando que as obras e serviços de um empreendimento de infraestrutura devem ser executados conforme o projeto aprovado, e as relativas prescrições técnicas, assim como as eventuais avaliações de variações técnicas, em conformidade com o contrato e os eventuais atos de obrigação ou adicionais devidamente aprovados.

Considerando que a norma ABNT NBR ISO/IEC 17020 contém requisitos para a competência de organismos que executam inspeção e para a imparcialidade e consistência de suas atividades de inspeção.

Considerando que a norma ABNT NBR ISO/IEC 17020 estabelece que as atividades de inspeção devem ser realizadas com imparcialidade e que este programa de inspeção de projetos e obras adotará os requisitos dispostos no Anexo A da norma para a acreditação de organismos Tipo A e Tipo C.

Considerando, por fim, o caráter facultativo da utilização da inspeção de projetos e obras em empreendimentos de infraestrutura.

Art. 1º Aprovar o Regulamento para Inspeção Acreditada de Empreendimentos de Infraestrutura, constante no Anexo I desta Portaria, disponível em http://www.inmetro.gov.br/legislacao.

Art. 2º Recomendar a utilização de Organismos de Inspeção do Tipo A nos empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos em que houver a opção pelo uso da inspeção acreditada.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 67, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º, 59 a 63 e 72, decide:

1. No âmbito do Processo 52272.000119/2017-32, em alteração ao que constou do item 2.9 do Anexo da Circular SECEX nº 54, de 17 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2017, tornar públicos os novos prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 deste regulamento, que servirão de parâmetro para o restante da investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da Malásia, da Tailândia e do Vietnã para o Brasil de tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da investigação	7 de dezembro de 2017
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	27 de dezembro de 2017
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	26 de janeiro de 2018
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	19 de fevereiro de 2018
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do Parecer de determinação final	6 de março de 2018

2. No âmbito do Processo 52272.002734/2016-01, em alteração ao que constou da Circular SECEX nº 41, de 26 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2017, tornar públicos os novos prazos a que fazem referência os arts. 62 e 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 deste regulamento, que servirão de parâmetro para o restante da revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 25, de 19 de abril de 2012, aplicada às importações brasileiras de papel cuchê leve, comumente classificadas no item 4810.22.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Alemanha, da Bélgica, do Canadá, dos Estados Unidos, da Finlândia e da Suécia:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	28 de dezembro de 2017
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do Parecer de determinação final	17 de janeiro de 2018

3. No âmbito do Processo MDIC/SECEX 52272.000454/2017-31, prorrogar por até oito meses, a partir de 3 de maio de 2018, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de corpos moedores em ferro fundido e/ou aço ligado ao cromo da India, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, iniciada por meio da Circular SECEX nº 39, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2017, e, em alteração ao que constou do item 1.9 do Anexo da Circular SECEX nº 59, de 6 de novembro de 2017, publicada no DOU de 7 de novembro de 2017, tornar públicos os novos prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 deste regulamento, que servirão de parâmetro para o restante da referida investigação:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	29 de janeiro de 2018
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	19 de fevereiro de 2018
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	06 de março de 2018
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	26 de março de 2018
art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final	13 de abril de 2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. No âmbito do Processo MDIC/SECEX 52272.000464/2017-76, prorrogar por até oito meses, a partir de 26 de abril de 2018, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de borracha nitrílica, não hidrogenada e não estendida em óleo, quando originárias da Coreia do Sul e da França, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, iniciada por meio da Circular SECEX nº 37, de 23 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017, e, em alteração ao que constou do item 1.9 do Anexo da Circular SECEX nº 62, de 22 de novembro de 2017, publicada no DOU de 23 de novembro de 2017, tornar públicos os novos prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 deste regulamento, que servirão de parâmetro para o restante da referida investigação:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	23 de fevereiro de 2018
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	15 de março de 2018
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	02 de abril de 2018
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	23 de abril de 2018
art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final	11 de maio de 2018

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

PORTARIA Nº 47, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, para dispor sobre a distribuição de cotas tarifárias de exportação de veículos à Colômbia de que tratam os artigos 2º e 3º do Apêndice 5.1, do Anexo II, do Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia (ACE-72), bem como os procedimentos a serem adotados nas importações de veículos daquele país.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, e tendo em consideração os artigos 2º e 3º do Apêndice 5.1, do Anexo II, do Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia (ACE-72), internalizado no Brasil por meio do Decreto 9.230, de 6 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Incluir a Subseção I e alterar o artigo 19, da Seção XII, no Anexo XVII da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, conforme abaixo:

Seção XII

Capítulo 87 - Veículos Automotores

Subseção I

Art. 19 Para fins de distribuição das cotas anuais de exportação para o México dos veículos de que trata o art. 2o do Quinto Protocolo Adicional ao Apêndice Bilateral II "Sobre o Comércio no Setor Automotivo entre o Brasil e o México" do Acordo de Complementação Econômica nº 55 - MERCOSUL/México deverão ser observados os procedimentos previstos nesta Subseção.

Art. 2º Incluir a Subseção II e os artigos 22, 23, 24 e 25, na Seção XII, no Anexo XVII da Portaria SECEX no 23, de 14 de julho de 2011, conforme abaixo:

Subseção II

Art. 22. Para fins de distribuição das cotas anuais de exportação para a Colômbia, relativo aos veículos de que tratam os artigos 2º e 3º do Apêndice 5.1, do Anexo II, " Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia sobre o aprofundamento de preferências tarifárias bilaterais no setor automotivo" do Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia (ACE-72), deverão ser observados os procedimentos previstos nesta Subseção.

Art. 23. A cota referente ao ano de 2017 para os produtos indicados no art. 22 é de 9.000 unidades para os veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao Valor de Conteúdo Regional (VCR) de 50% e de 3.000 unidades para veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao Valor de Conteúdo Regional (VCR) de 35%.

§ 1º A distribuição das cotas será realizada automaticamente pelo SISCOMEX, por ordem da data de inserção dos Registros de Exportação (RE) no sistema.

§ 2º A contabilização das cotas será realizada com base na data do desembaraço aduaneiro da mercadoria no país importador, que deverá ser até o dia 31 de dezembro de 2017.

Art. 24. A cota referente ao ano de 2018 para os produtos indicados no art. 22 é de 20.000 unidades para os veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 50% e de 5.000 unidades para veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 35%, e será distribuída de acordo com os seguintes procedimentos:

I - 5% (cinco por cento), equivalentes a 1.000 (mil) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 50% e 250 (duzentos e cinquenta) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 35%, como reserva técnica;

II - 95% (noventa e cinco por cento), equivalentes a 19.000 (dezenove mil) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 50% e 4.750 (quatro mil setecentos e cinquenta) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 35%, alocados de maneira conjunta observando os critérios abaixo descritos:

a) 20% (vinte por cento), equivalentes a 4.000 (quatro mil) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 50% e 1.000 (mil) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 35%, distribuídos em parcelas iguais às empresas que manifestaram interesse na utilização das cotas;

b) 40% (quarenta por cento), equivalentes a 8.000 (oito mil) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 50% e 2.000 (dois mil) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 35%, distribuídos na proporção das exportações realizadas para a Colômbia pelas empresas que manifestaram interesse na utilização das cotas, nos últimos seis anos-calendário, dos veículos objeto das cotas, em relação ao total das exportações desses veículos para aquele país;

c) 35% (trinta e cinco por cento), equivalentes a 7.000 (sete mil) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 50% e 1.750 (mil setecentos e cinquenta) unidades de veículos enquadrados no tipo de cota correspondente ao VCR de 35%, distribuídos na proporção dos licenciamentos concedidos pelo Departamento Nacional de Trânsito - Denatran, no ano de 2016, dos veículos objeto das cotas, em relação ao total de licenciamentos para esses veículos das empresas que manifestaram interesse na utilização das cotas.

III - A cota total de cada empresa, obtida a partir dos critérios elencados no inciso II, será dividida, proporcionalmente, entre as cotas correspondentes aos VCR de 50% e de 35%, levando-se em consideração, para esse efeito, as previsões de exportação dos veículos objeto das cotas para a Colômbia no ano de 2018, apresentadas ao DECEX pelos interessados;

IV - Após a divisão prevista no inciso III, caso seja necessário, serão promovidos ajustes de idêntica proporção nas cotas de cada empresa de forma a se respeitar os montantes totais por VCR indicados no inciso II.

§ 1º As cotas atribuídas a cada empresa, conforme procedimentos descritos nos incisos II, III e IV, encontram-se consignadas, por VCR, na tabela abaixo.

Empresas	Total Unidades VCR=50%	Total Unidades VCR=35%
VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA	5.424	-
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	-	3.237
GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	4.190	-
RENAULT DO BRASIL S.A	2.545	115
FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA	2.305	690
HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA	1.201	-
TOYOTA DO BRASIL LTDA	1.603	-
CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.	496	-
PEUGEOT-CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA	759	-
NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA	477	272
JAGUAR LAND ROVER AMÉRICA LATINA E CARIBE	-	436

§ 2º A reserva técnica a que se refere o inciso I será distribuída a novos exportadores não contemplados nos demais incisos ou às empresas contempladas, desde que tenham encerrado a parcela a elas originalmente consignada, e será distribuída por ordem de apresentação dos pedidos, conforme estabelecido no §3º.

§ 3º Os pedidos de utilização da reserva técnica deverão ser formalizados por meio de ofício a ser encaminhado ao DECEX, na forma do art. 257 desta Portaria.

§ 4º Serão redistribuídos para a reserva técnica, nos dias 7 maio de 2018 e 3 de setembro de 2018, os saldos de cota para os quais não houver intenção de utilização por parte das empresas contempladas, bem como os saldos de cota das empresas que não se manifestarem na forma prevista no §5º.

§ 5º As empresas contempladas com a cota do §1º deverão informar ao DECEX, por meio de ofício, até os dias 27 de abril de 2018 e 24 de agosto de 2018, a intenção da utilização, total ou parcial (unidades, separadas por VCR), das cotas a elas distribuídas.

§ 6º As empresas que manifestarem a intenção da utilização, total ou parcial, das cotas a elas atribuídas, conforme previsto no §4º, e que não as utilizarem, terão suas cotas do ano subsequente reduzidas na quantidade não aproveitada.

§ 7º Os resultados da redistribuição da reserva técnica a que se refere o §4º serão publicados na página eletrônica do MDIC (www.mdic.gov.br).

§ 8º A contabilização das cotas será realizada com base na data do desembaraço aduaneiro da mercadoria no país importador, que deverá ser até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 25. O Certificado de Origem será emitido pelas entidades listadas no Anexo XXII desta Portaria, e deverá conter, no campo "Norma", as seguintes informações: ACE 72, Anexo II, Apêndice 5.1, Artigo 2º e, no campo "Observações", as seguintes informações: Número da Portaria SECEX que consta a atribuição da cota, Quantidade em unidades atribuída para a empresa exportadora, Ano em que foi distribuída a cota, Valor de Conteúdo Regional (VCR) dos veículos objeto da exportação e VCR relacionado ao tipo da cota que se pretende utilizar na operação (35% ou 50%).

§ 1º A emissão dos Certificados de Origem fica condicionada à apresentação de correspondente Registro de Exportação (RE) deferido no SISCOMEX pela exportadora com código de enquadramento específico para embarques intracota.

§ 2º Os RE deverão ser preenchidos com os códigos de enquadramento 80635 ou 80650 para os veículos enquadrados, respectivamente, no tipo da cota correspondente ao VCR de 35% ou VCR de 50%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Os arts. 4º e 7º do Anexo XXVIII da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:
"ANEXO XXVIII
.....
Art. 4º Para importações intracota, o DECEX, mediante mensagem específica no SISCOMEX, poderá solicitar a apresentação de documentação que comprove o efetivo embarque da mercadoria no exterior, bem como o respectivo Certificado de Origem Preferencial ou Certificado de Cota, como requisito para o deferimento do pedido de LI.
.....
Art. 7º Não se aplica o disposto no art. 2º, inciso I, alínea "b" e inciso III, no art. 3º e no art. 5º às cotas estabelecidas pelo ACE 55 Brasil-México e às cotas de veículos originários da Colômbia de que trata o Apêndice 5.1, Anexo II, do ACE 72.
§ 1º No caso das importações intracota de veículos originários da Colômbia ao amparo do Apêndice 5.1, Anexo II, do ACE 72, quando do pedido da LI no SISCOMEX, o importador deverá fazer constar, no campo "Especificação", além da descrição do produto a ser importado, a indicação do Valor de Conteúdo Regional (VCR) relacionado ao tipo de cota que se pretende utilizar na operação, da seguinte forma: "Margem de preferência intracota correspondente ao VCR de ___ (especificar se 50% ou 35%), conforme disposto no Apêndice 5.1, Anexo II, do ACE 72".
§ 2º Na hipótese do § 1º, as Licenças de Importação emitidas pelo DECEX somente poderão ser aproveitadas para fins de despacho aduaneiro para consumo até o dia 31 de dezembro do ano corrente.
....." (NR)
Art. 4º Fica incluída a Tabela VI no art. 9º do Anexo XXVIII da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011:
"ANEXO XXVIII
.....
Art. 9º .....

TABELA VI - Acordo de Complementação Econômica nº 72, entre MERCOSUL e Colômbia, Anexo II, Apêndice 5.1 - Setor Automotivo

Versão SH	NALADI/SH	Descrição	Observações sobre o produto	Cota	Margem de Preferência	
					Intracota	Extracota
1996	87021000	Com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)	Unicamente para veículos automóveis para transporte de até 16 pessoas, incluído o motorista.	2017 VCR 50%: 3.000 unidades VCR 35%: 9.000 unidades	100%	-
	87029000	Os demais	Unicamente para veículos automóveis para transporte de até 16 pessoas, incluído o motorista.			
	87032100	De cilindrada inferior ou igual a 1.000 cm^3				
	87032200	De cilindrada superior a 1.000 cm^3, mas inferior ou igual a 1.500 cm^3				
	87032300	De cilindrada superior a 1.500 cm^3, mas inferior ou igual a 3.000 cm^3		2018 VCR 50%: 5.000 unidades VCR 35%: 20.000 unidades		
	87032400	De cilindrada superior a 3.000 cm^3				
	87033100	De cilindrada inferior ou igual a 1.500 cm^3				
	87033200	De cilindrada superior a 1.500 cm^3, mas inferior ou igual a 2.500 cm^3				
	87033300	De cilindrada superior a 2.500 cm^3				
	87039000	Os demais				
	87042100	De peso total com carga máxima inferior a 5 t	Unicamente de peso total com carga máxima inferior a 3,5 t	A partir de 2019 VCR 50%: 5.000 unidades VCR 35%: 45.000 unidades		
	87043100	De peso total com carga máxima inferior a 5 t	Unicamente de peso total com carga máxima inferior a 3,5 t			
	87049000	Os demais	Unicamente de peso total com carga máxima inferior a 3,5 t			
	87060000	Chassis de veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05, equipados com motor	Exclusivamente de veículos das posições: 87.02 (unicamente de veículos automóveis para transporte de até 16 pessoas, incluído o motorista); 87.03; e 87.04 (unicamente de peso total com carga máxima inferior a 3,5 t)			

* VCR: Valor de Conteúdo Regional
."
....." (NR)
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 32, 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de MÓDULO IoT (Internet of Things - Internet das Coisas), COM COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package).

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/competitividade-industrial/ppb/2230-consulta-ppb-2017

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mctic.ppb@mctic.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTAS Nº 044/2017 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE MÓDULO IoT (Internet of Things - Internet das Coisas), COM COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package):

Obs.: a consulta está em forma de Portaria (versão Lei de Informática)

Art. 1º Estabelecer o Processo Produtivo Básico para o produto MÓDULO IoT (Internet of Things - Internet das Coisas), COM COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package), DESTINADO A BENS, PRODUTOS OU EQUIPAMENTOS INDUSTRIALIZADOS NO PAÍS, conforme as seguintes etapas:

I - montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso do componente semicondutor dedicado de alta integração e desempenho (SiP);

II - moldagem e blindagem em conformidade de contorno;

III - execução dos sulcos a laser (laser grooving) e pulverização catódica (sputtering);

IV - singularização de encapsulamentos;

V - gravação e teste de software;

VI - montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso principal do dispositivo IoT, incluindo a colocação de componente semicondutor (SiP) de alta integração; e

VII - integração das placas de circuito impresso, subconjuntos e das partes elétricas e mecânicas na formatação do módulo IoT, quando aplicável.

§ 1º Todas as etapas deverão ser realizadas no País e poderão ser realizadas por terceiros.

§ 2º A obrigatoriedade das etapas constantes dos incisos de I a V do caput deve atender ao seguinte cronograma:

Até 31 de dezembro de 2020	2021	2022	De 1º de janeiro de 2023 em diante
Dispensado	40%	60%	80%

§ 3º A Fica dispensada o cumprimento da etapa VI do caput desde que uma das duas condições abaixo ocorram:

I - O desenvolvimento do projeto do COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package), atendendo aos critérios estabelecidos pela Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, e suas atualizações; ou

II - Sempre que as etapas de I a V seja realizada no Brasil.

Art. 2º UM MÓDULO IoT com COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package) a que se refere o art. 1º deve possuir, dentre outras, as seguintes características:

I - Capacidade de leitura e controle de dados por intermédio de sensor ou interface elétrica, eletrônica, por radiofrequência, ótica ou mecânica;

II - Interface de transmissão de dados com acesso à Internet, por intermédio de interfaces abertas ou proprietárias, ou redes de transmissão de dados públicas ou privadas, de curto ou longo alcance, em frequências regulamentada ou não;

III - Capacidade de armazenamento, processamento ou transmissão de dados; e

IV - Capacidade de autoconfiguração ou programação.

Art. 3º O COMPONENTE SEMICONDUTOR DEDICADO DE ALTA INTEGRAÇÃO E DESEMPENHO (SiP - System-in-Package), utilizado no Módulo IoT, é um dispositivo de alta integração e desempenho, classificado na posição 8542.31.10, que deve possuir, dentre outras, as seguintes funções ou características:

I - Toda a cadeia de processamento do sinal celular, desde a banda base, passando pelo modem, até o front-end de rádio-frequência;

II - Toda a cadeia de sinal e funções de comunicação Wi-Fi, Bluetooth e GPS;

III - O Processador de aplicação primário (CPU), o processador gráfico (GPU) e o processador de sinais digitais (DSP);

IV - Componentes de memória (volátil e não-volátil) necessários para a operação do CPU, GPU e DSP;

V - Circuitos de gerenciamento de energia;

VI - Integrar todos os componentes ativos e passivos encapsulados de forma indivisível, formando um corpo único, como um circuito integrado, montados em uma placa de circuito impresso de alta densidade ("PCBA");

VII - Ser individualmente anexável à placa principal do Módulo IoT;

VIII - Possuir blindagem dos compartimentos de RF (eletromagnetic interference-EMI/ Eletromagnetic Compatibility-EMC);

IX - Operar em ao menos uma faixa de frequência da 4ª Geração (4G LTE) ou 5ª Geração, em banda Larga ou estreita, e ao menos uma banda de 2ª Geração de telefonia celular; e

IX - Possuir uma área máxima de 900 mm² e altura máxima de 3,2 mm.

Art. 4º Até 31 de maio de cada ano, as empresas beneficiárias deverão encaminhar à Secretaria de Política de Informática - SEPIN, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e à Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - SDCI, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, relatório do ano anterior contendo informações referentes à produção dos itens com os benefícios fiscais respectivos e cumprimento dos percentuais previstos nesta Portaria.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 528, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, parágrafo 3º, e os termos do Parecer Técnico de Projeto n.º 100/2017 - SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.. (CNPJ nº 04.161.047/0001-98, inscrição SUFRAMA nº 20.0926.01-2), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 100/2017 - SPR/CGPRI, para produção de CORPO DA VÁLVULA MAGNÉTICA (SOLENÓIDE) DE CONTROLE HIDRÁULICO DO EIXO COMANDO DE VÁLVULA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (4 RODAS), código SUFRAMA 1669, para o gozo dos benefícios fiscais previstos nos artigos 7°e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação posterior.

Art. 2º ESTABELECER que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, obtida mediante a aplicação da fórmula do §1º, do Art. 7º, do Decreto-Lei n.º 288/67, acrescido de 5 (cinco) pontos percentuais, nos termos do § 9º do referido Artigo.

Art. 3º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os quais deverão ser remanejados do produto válvula de sucção de ar do motor para ciclomotores, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos (código 1658), que a empresa obteve aprovação por meio da Resolução CAS nº 310, de 1º de novembro de 2005, em:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CORPO DA VÁLVULA MAGNÉTICA (SOLENÓIDE) DE CONTROLE HIDRÁULICO DO EIXO COMANDO DE VÁLVULA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (4 RODAS),	1,375,200	1,512,720	1,815,264

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I-o cumprimento, quando da fabricação produto a que se refere o Art. 1 desta Portaria, do Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido pela Portaria Interministerial nº 226 - MDIC/MCT, de 9 de novembro de 2010;

II-o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III-a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV-o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 592, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 12, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 65/2017 - SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa J. G. Fabricação de Embalagens Plásticas Ltda - EPP (CNPJ: 15.121.289/0001-74), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 65/2017 - SPR/CGPRI, para produção de ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM (Código SUFRAMA nº 0395), para o gozo do incentivo previsto no Art. 9º do Decreto Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	206,150	247,381	296,620

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I- o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993:

II- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III- a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV- o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 601, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece as diretrizes para cumprimento de determinações exaradas na Notificação do Acórdão 3695/2013 do Tribunal de Contas da União.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20, inciso I e artigo 83, inciso I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 29, §§1º e 8º do Decreto nº 6.008 de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a quantidade de Relatórios Demonstrativos RDs e contestações pendentes de análises técnicas, resolve:

Art. 1 Determinar à Superintendência Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional - SAP, através da Coordenação Geral de Políticas Tecnológicas - CGTEC, que realize a análise dos RDs dos anos-calendário de 2013 a 2016 nos prazos estabelecidos no quadro I do anexo desta portaria.

§ 1º Concomitantemente à análise tratada no caput deverá ser efetuada a análise das pendências levantadas pelo Grupo de Trabalho designado pela Portaria Suframa nº 60, de 24 de fevereiro de 2017, bem como eventuais demandas de urgência, tais como, atendimento a órgãos de controle, ministérios ou Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia.

§ 2º Os prazos poderão ser prorrogados excepcionalmente por 60 (sessenta) dias, mediante justificativa expressa e comprovada da área técnica e decisão favorável do Superintendente-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional, desde que não haja possibilidade de perecimento de algum direito ou prerrogativa da SUFRAMA no período.

Art. 2º A CGTEC, com o apoio das demais unidades administrativas da Autarquia, deverá ter a lotação mínima de servidores conforme quadro II do anexo e infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades da unidade, visando à celeridade das análises dos RDs e das contestações apresentadas pelas empresas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Portaria nº 354, de 06 de julho de 2016.

ANEXO

QUADRO I - PRAZOS DE ATENDIMENTO DAS ANÁLISES - ANOS-CALENDÁRIO 2013 A 2016

Ano-calendário dos RD"s	Prazo de entrega dos RD"s	Prazo para análise dos RD"s	Prazo para análise da contestação
2013	31/07/2014	Finalizado	28/02/2018
2014	31/07/2015	30/04/2018	30/10/2018
2015	31/07/2016	31/12/2018	30/06/2019
2016	31/07/2017	30/08/2019	28/02/2020

QUADRO II - QUADRO MÍNIMO DE SERVIDORES

Atividade	CGTEC
Gerenciamento	1 Coordenador-Geral e 1 Cooordenador
Apoio	2 Agentes Administrativos
Análise Técnica	16 (Engenheiros, Analistas Técnicos Administrativos, Economistas, Contadores ou Administradores)

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 683, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição e tendo em vista o disposto no § 13 do art. 9º da Lei n. 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e no art. 4º da Medida Provisória n. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º Prorrogar até 31 de dezembro de 2018 o prazo para a aplicação dos recursos de que trata o art. 9º da Lei n. 8.167/1991, para os casos em que a referida aplicação estiver pendente de decisão judicial ou administrativa referentes às opções dos exercícios de 1999 a 2016, anos-calendário de 1998 a 2015.

Art. 2º Cancelar, para fins de aplicação na modalidade prevista no art. 9º da Lei n. 8.167/1991, os recursos que não se enquadrarem ou não puderem ser absorvidos no prazo de que trata o artigo anterior, por falta de habilitação das respectivas empresas beneficiárias.

Parágrafo único. Verificada a hipótese deste artigo, os bancos operadores dos Fundos de Investimentos Regionais ficam autorizados a emitir as correspondentes quotas em favor das respectivas pessoas jurídicas optantes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria n. 456, de 26 de dezembro de 2016.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 684, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Dom Pedro de Alcântara/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Dom Pedro de Alcântara/RS, no valor de R$ 134.453,01 (cento e trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e três reais e um centavo), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.001200/2017-92.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000414, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 243, de 20/12/2017, Seção 1, pág 75 com incorreção no original.

PORTARIA Nº 685, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Capivari de Baixo/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Capivari de Baixo/SC, no valor de R$ 85.116,65 (oitenta e cinco mil cento e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000022/2016-72.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000417, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela, nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 243, de 20/12/2017, seção 1, pág. 75 com incorreção no original.

PORTARIA Nº 686, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e considerando o disposto no art. 2-A, incluído pela Medida Provisória nº 786, de 12 de julho de 2017, na Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1° Instituir como obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme informações constantes na tabela.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	CÓDIGO DO EMPREENDIMENTO	DETALHAMENTO	MUNICÍPIO / UF
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Melhoramento de Estradas vicinais.	CAXIAS - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de estradas vicinais.	BARÃO DE GRAJAÚ - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Revestimento asfáltico.	SANTA INÊS - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação asfáltica.	VITORINO FREIRE - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de estradas vicinais.	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de estradas vicinais.	SÃO LUIZ - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de estradas vicinais.	CAXIAS - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Reforma do espaço da feira do trabalhador rural.	ARAMINA - SP
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de pavimentação asfáltica.	BOA ESPERANÇA DO SUL - SP
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação asfáltica de ruas e avenidas.	SERTÃOZINHO - SP
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Reforma do Mercado Central.	PEDREIRAS - MA

Art. 2º Compete à Secretaria ou Entidade Vinculada da Administração Pública Federal, a qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante na tabela acima, a análise e aprovação formal pela unidade competente do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, caberá a essas entidades a aprovação de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n. 673, de 15 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 241, de 18/12/2017, Seção 1, pág. 121, em município/UF, onde se lê: SÃO LUIZ DA BALIZA, leia-se SÃO JOÃO DA BALIZA.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 268, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MS	Novo Horizonte do Sul	Chuvas Intensas - COBRADE 1.3.2.1.4	142	16/11/17	59051.004846/2017-12
ES	Pedro Canário	Estiagem - COBRADE 1.4.1.1.0	247	16/11/17	59051.004864/2017-02

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.854, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo nº 08700.005615/2016-12 Representante: Cade "ex officio" Representada: Wendliz Bernardo ME, atualmente denominada WBS Energia Eireli - EPP ("WBS") Advogados: Ricardo Noronha Inglez de Souza, Bruno Greca Consentino, Stefanie Christine Schmitt Giglio, Raisa Dvorah Rechter e Daniel Elias do Nascimento. Em atenção à petição apresentada pela Representada Wendliz Bernardo ME, atualmente denominada WBS Energia Eireli - EPP (SEI nº 0421612), decido:

(i) pelo deferimento do pedido de conversão da produção de prova testemunhal em prova documental a ser constituída por declarações escritas e assinadas pelas testemunhas arroladas;

e (ii) pelo deferimento de prazo adicional para a apresentação das supramencioandas declarações, concedendo à Representada a dilação de prazo de 15 (quinze) dias. Ao Protocolo.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.856 - Ato de Concentração nº 08700.007539/2017-61. Requerentes: Parnaíba Gás Natural S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Eduardo Molan Gaban, Natali de Vicente Santos e Alex Azevedo Messeder. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.866 - Ato de Concentração nº 08700.007765/2017-41. Requerentes: B.S.A. International, Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. e Itambé Alimentos S.A. Advogados: Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard e Marília Cruz Avila. Acolho a Nota Técnica nº 07/2017/CGAA5/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação.

Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento do pedido de intervenção como terceiro interessado da empresa Vigor Alimentos S.A., representada por Lauro Celidônio, Renata Zuccolo Giannella e Marianne Correia dos Reis.

Além disso, concedo prazo adicional de quinze dias para apresentação de documentos e pareceres, contados a partir do dia 19/12/2017, dia útil seguinte à data de entrada do pedido para intervenção como terceiro interessado.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 6.405, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/82194 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO TAUBATE SHOPPING CENTER, CNPJ nº 57.532.665/0001-63 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.433, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95660 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MEGA ELITE VIGILANCIA E SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA ME, CNPJ nº 07.454.588/0001-00, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

100 (cem) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.438, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91267 - DPF/BRA/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0155-90, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (dois) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.441, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97064 - DPF/RGE/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0066-80, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Munições calibre 38

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.467, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/67224 - DPF/VLA/RO, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MINERVA S/A, CNPJ nº 67.620.377/0074-70, para atuar em Rondônia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.590, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72744 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA ALTA MOGIANA S/A ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 53.009.825/0001-33 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2632/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.704, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101947 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FBX SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.159.225/0001-74, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

300 (trezentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.714, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97248 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa V7 SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.662.451/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 2697/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.727, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99199 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA, CNPJ nº 35.290.931/0002-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2683/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.737, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83729 - DPF/MCE/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARD ANGEL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.809.803/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2653/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.748, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66693 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa L&G ALIMENTOS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 26.554.435/0001-71, para atuar no Acre.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.753, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89689 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A, CNPJ nº 04.176.627/0001-59 para atuar no Ceará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.754, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/93147 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 10.364.152/0003-99, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Paraná.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.757, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103803 - DPF/ILS/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMFORSEG EMPRESA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA E VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 13.962.805/0001-68, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
4 (quatro) Revólveres calibre 38
2000 (duas mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.758, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102992 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
500 (quinhentas) Munições calibre .380
800 (oitocentas) Munições calibre 12
3000 (três mil) Munições calibre 38
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
7935 (sete mil e novecentos e trinta e cinco) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
1000 (uma mil) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Estojos calibre .380
1000 (um mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.772, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97484 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTESERV VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, CNPJ nº 23.446.448/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2713/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.775, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100042 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACERTO ESCOLA DE SEGURANÇA TREINAMENTO DE DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ nº 11.053.938/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2707/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.788, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100899 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TERRAL AGRICULTURA E PECUARIA SA, CNPJ nº 11.909.208/0001-44 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.792, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/94603 - DPF/XAP/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOPERATIVA REGIONAL ALFA, CNPJ nº 83.305.235/0001-19 para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2734/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.794, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100508 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DA CHÁCARA GRAMADO, CNPJ nº 48.641.740/0001-33 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2737/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.795, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100351 - DPF/PAT/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SUPERMERCADO TODO DIA LTDA., CNPJ nº 08.637.640/0001-19, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.800, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/73569 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 10.284.116/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2195/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.804, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101224 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMPARSEG VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.511.830/0001-95, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente CONTAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.332.434/0001-07:
56 (cinquenta e seis) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1008 (uma mil e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.810, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104014 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TRIADE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 12.817.114/0001-08, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Espingardas calibre 12
6 (seis) Pistolas calibre .380
228 (duzentas e vinte e oito) Munições calibre .380
48 (quarenta e oito) Munições calibre 12
60 (sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.811, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104106 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAR CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.288.030/0001-70, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
2200 (dois mil e duzentos) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
1500 (uma mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
1500 (um mil e quinhentos) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.817, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104142 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ALIANSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 23.049.460/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.823, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96092 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORIGINAL VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 12.764.269/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2655/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.824, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104651 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACESSO SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 14.292.203/0001-03, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente SEGNORD SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 02.966.050/0001-53:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.828, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80478 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EMR3 VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 28.496.621/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2407/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.829, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85604 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRINA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 26.030.568/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2420/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.837, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97130 - DPF/UDI/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALGAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.707.116/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2743/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 1.275, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Convalidar os atos praticados pelo Diretor de Administração e Gestão, na qualidade de Presidente Substituto, no período de 24 de julho de 2017 a 28 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS

PORTARIA Nº 1.269, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo que lhe foram conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017; e

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 7º do referido Decreto; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 08620.022547/2017-27, resolve:

Art. 1º Permutar o cargo em comissão de Chefe da Coordenação Técnica Local em Porto Alegre-RS, código DAS-101.1, pela Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe da Coordenação Técnica Local em Miraguaí-RS, código FCPE-101.1, ambos no âmbito da Coordenação Regional Passo Fundo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 255 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do artigo 70 da Lei nº 13.455/2017:

AHMED MOHAMED MOSTAFA AHMED ALI - G328364-K, natural do Egito, nascido em 19 de novembro de 2014, filho de Mohamed Mostafa Ahmed Aly e de Rabaa Abdelhamid Eldosoky, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.034076/2017-16);

ALI KOURANI - G155336-0, natural do Líbano, nascido em 05 de março de 2008, filho de Khodr Kourani e de Rabeha Saleh, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.029011/2017-59);

BASIM ABDULSAMAD BASHIR ABULSAYEN - G391542-F, natural da Líbia, nascido em 12 de junho de 2014, filho de Abdulsamad Bashir Abdulsamad Abulsayen e de Amnnah Mohammed Yousuf Qadour, residente no Estado do Espírito Santo (Processo: 08286.002056/2017-16);

DENA AL HRAKI - G318617-N, natural da Síria, nascida em 20 de janeiro de 2011, filha de Hasan Al Hraki e de Loubna Al Hraki, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.030259/2017-62);

HAMZEH AL KUJOK - G092388-F, natural da Síria, nascido em 16 de junho de 2009, filho de Mazen Al Kujok e de Asmaa Alsiyouf, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.068155/2017-21);

KIESE TUSOLANA PINDI NICOLAU - G338267-C, natural da Angola, nascida em 12 de maio de 2014, filha de Kiese Nzomindele Roberto e de Kiese Tusolana, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.035108/2017-09);

MIRNA SAID - G192281-Q, natural da Síria, nascida em 14 de junho de 2011, filha de Nasser Said e de Zinat Alkhatib, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.028003/2017-95);

MOUSTAFA DAHHAN - G092012-N, natural da Síria, nascido em 09 de fevereiro de 2013, filho de Basel Dahan e de Mervat Mohammad, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.032118/2017-84);

MRAM AL HARIRI - G332703-B, natural da Síria, nascida em 03 de março de 2006, filha de Abdulsalam Khalel Al Hariri e de Muna Al Hariri, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.070302/2017-11);

NSUNBU ANTONICA PULULU - G166317-T, natural da Angola, nascido em 23 de junho de 2013, filho de Pululu Mabaca Joao e de Nsamba Antonica, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.069239/2017-81);

PULULU FANGO - G166292-J, natural da Angola, nascida em 01 de abril de 2011, filha de Pululu Mabaca Joao e de Nsamba Antonica, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.069263/2017-11);

REYNA SHIRLEY TUMIRI CHAMBI - V447594-H, natural da Bolívia, nascida em 10 de fevereiro de 2000, filha de Nemio Rubin Tumiri Calderon e de Florentina Chambi Mamani, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.027645/2017-77);

YAHYA MAHMOUD AWNI SALIM - G268747-O, natural da Palestina, nascido em 20 de abril de 2010, filho de Mahmoud Awni Sadiq Salim e de Safaa Mohammed Esmail Ayyat, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.027983/2017-17) e

ZAIN ALSHAM ALHERAKI - G318636-J, natural da Jordânia, nascida em 14 de fevereiro de 2012, filha de Hasan Al Hraki e de Loubna Al Hraki, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.063666/2017-56).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 256 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANNA KOROLOVA - V646820-P, natural da Ucrânia, nascida em 30 de julho de 1980, filha de Anatoliy Korolova e de Lyudmyla Korolova, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.001179/2017-66);

ANTONIO ROBUSTE - V784083-C, natural da República do Haiti, nascido em 14 de julho de 1974, filho de Anthony Robuste e de Cacilda Alexis, residente no Estado de Amazonas (Processo nº 08240.010710/2016-01);

CARLO MIALI - V682424-T, natural da Itália, nascido em 22 de dezembro de 1976, filho de Francesco Miali e de Maria Teresa Malagrinno, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.303226/2016-04);

DIANA ELIZABETH HANDA KISHIMA PRESTES - V565691-A, natural do Peru, nascida em 01 de julho de 1971, filha de Miguel Handa e de Sonia Porras, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.000692/2017-87) e

LUKAS KAUFMANN - G101621-H, natural da Alemanha, nascido em 03 de julho de 1987, filho de Hans Ulrich Kaufmann e de Susanne Kaufmann, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.000315/2017-13).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 257 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do artigo 70 da Lei nº 13.455/2017:

ABRIL PERELLO QUERALTO - V944051-Z, natural da Índia, nascida em 27 de maio de 2010, filha de Marc Perello Colomer e de Elisabet Queralto Quer, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.065412/2017-53);

ANAS AL JARAMAIN - G188467-P, natural Síria, nascido em 02 de janeiro de 2011, filho de Alaa Al Jaramani e de Maisaa Almaghrebi, residente São Paulo (Processo: 08505.054696/2017-71);

BERNICE CRISTINA DINU ADIAYAKU - G303309-S, natural Angola, nascida em 17 de dezembro de 2009, filha de Andre Paulino e de Juveta Kimosi Zola, residente São Paulo (Processo: 08505.055187/2017-66);

ERIANA CRISTINA GABRIEL JOAQUIM - G219529-M, natural Angola, nascida em 09 de março de 2012, filha de Zayzay Joaquim e de Tuchana Eduardo Kela, residente São Paulo (Processo: 08505.045368/2017-84);

ESMERALDO KUANZAMBI NZENZA - G206941-0, natural da Angola, nascido em 13 de julho de 2010, filho de Nzenzo Carlos Antonio e de Maria Ditutala Kuanzambi, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.040204/2017-61);

HEND NAJI - G190878-1, natural da Síria, nascida em 05 de novembro de 2009, filha de Ramzi Naji e de Hanan Alshekh Hani Alkrdi, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.039202/2017-29);

IMMANUEL ISEOLUWA KAREEM - G127017-N, natural da Nigéria, nascido em 15 de julho de 2005, filho de Richard Olalekan Kareem e de Jane Temilola Kareem, residente no Distrito Federal (Processo: 08000.033973/2017-93);

JURY AL NAZER - G165475-G, natural Síria, nascida em 12 de abril de 2011, filha de Salim Alnazer e de Salsabil Matouk, residente São Paulo (Processo: 08505.036074/2017-61);

MAJD GHADRI - G300725-T, natural da Síria, nascido em 11 de agosto de 2014, filho de Mohamad Nafee Ghadri e de Ola Reda, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.051193/2017-25);

OLASUBOMI AMIRAT OLADOTUN - G098851-P, natural da Nigéria, nascida em 13 de junho de 2010, filha de Oladotun Olatunde Waheed e de Oladotun Oluwatunmise Temilola, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.042179/2017-50).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIAS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 258 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDELILAH SABBANE - G105177-N, natural do Marrocos, nascido em 09 de julho de 1979, filho de Mohammed Sabbane e de Habiba Moujtahid, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003695/2016-12);

ALVARO DIEGO HEREDIA SUAREZ - V564503-5, natural da Bolívia, nascido em 14 de setembro de 1979, filho de Jose Marcelo Heredia Suarez e de Maria Virginia Suarez Gomez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08452.001795/2017-13);

ANDREA FERRINI - V757551-B, natural da Itália, nascido em 02 de setembro de 1975, filho de Giuseppe Ferrini e de Mariella Bertoli, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.009018/2017-36);

JORGE LUIZ REBULL GONZALEZ - V227754-A, natural de Cuba, nascido em 03 de fevereiro de 1964, filho de Emilio Rebull Rivera e de Isora Esperanza Gonzales Fuentes, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.005100/2017-91);

KAOUSSOU DIEDHIOU - V613354-O, natural do Senegal, nascido em 22 de março de 1976, filho de Salif Diedhiou e de Sire Sonko, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08451.300041/2016-72);

KHALED ANSIR - G070088-C, natural da Síria, nascido em 05 de janeiro de 1988, filho de Bassam Ansir e de Faten Halabi, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.301115/2016-10);

MOUSTAFA SOBHY DARWISH ELBETAR - G088938-J, natural da Palestina, nascido em 03 de abril de 1980, filho de Sobhy Darwish Elbetar e de Sauad Foad Shrith Frawa, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.301083/2016-29);

RAMI SHAMDEEN - G126476-X, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1978, filho de Rashid Shamdeen e de Soad Khader, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.303379/2016-01);

SABER GHAZAIEL - G179256-2, natural da Tunísia, nascido em 02 de julho de 1987, filho de Ghazaiel Fawzi Ben Labidi e de Souad Bent Mouldi, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.005191/2017-65);

SAID ATTIF - V815503-9, natural de Marrocos, nascido em 18 de julho de 1975, filho de Baiz Attif e de Fatima Bjoud, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.009163/2016-41);

VITTORIO PIETRO GIOVANNI COLOMBO - V456848-B, natural da Suíça, nascido em 28 de julho de 1950, filho de Domenico, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.306390/2016-99) e

YANA GULIS - V701037-8, natural da República da Bielorrussia, nascida em 18 de fevereiro de 1998, filha de Vladslav Gulis e de Galina Gulis, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.006562/2017-26).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 259 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANDY MONROY OSORIO - V497199-U, natural da União Soviética, nascido em 24 de novembro de 1988, filho de Manuel Jose Osorio Correia Silva e de Luz Marina Monroy Rodrigues, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.306930/2016-71);

ANTONIA JOHANNA MARTINA VAN DE KOLK - V973282-3, natural dos Países Baixos, nascida em 08 de fevereiro de 1967, filha de Petrus Wilhelmus Van de Kolk e de Petronella Anna Josephina Vloet, residente no Distrito Federal (Processo nº 08260.004180/2015-34);

BERNARDUS JOHANNES MARIA LICHTENBERG - V862838-0, natural dos Países Baixos, nascido em 12 de março de 1963, filho de Wilhelmus Antonius Joahnnes Lichtenberg e de Catharina Paulina Maria Hilderink, residente no Distrito Federal (Processo nº 08260.004186/2015-10);

DIEGO ABAL CHELLE - G102631-5, natural do Uruguai, nascido em 20 de dezembro de 1984, filho de Diego Martin Abal e de Helena Veronica Chelle, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.313695/2016-93);

DOMINGOS ABUCALONA - G093380-Q, natural da Guiné- Bissau, nascido em 25 de dezembro de 1972, filho de Abucalona e de Isabel Bicara, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.003116/2017-89);

ESE FAPOHUNDA - G184595-0, natural da Nigéria, nascida em 31 de julho de 1990, filha de Michael Arumemi e de Silorah Arumemi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.000983/2017-04);

FEDERICO NICOLAS PONTONI - V683827-2, natural da Argentina, nascido em 15 de setembro de 1985, filho de Carlos Eduardo Pontoni e de Sandra Etel Droz, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.000394/2017-47);

GABRIELA PACIU EP ESCLOZAS - V929243-D, natural da Romênia, nascida em 13 de maio de 1979, filha de Nicolae Paciu e de Emilia Macarie, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.302585/2016-60);

GABRIELA REGINA ALVARADO DE KOVAR - G095034-Z, natural da Guatemala, nascida em 29 de dezembro de 1979, filha de Luis Arturo Alvarado e de Carolina Castaneda, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.300110/2016-31);

GUILLERMO PEREZ CACHACA - V605690-4, natural da Bolívia, nascido em 10 de fevereiro de 1977, filho de Rafael Perez Aliaga e de Hilaria Cachaca Zamora, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08295.304064/2016-04);

ISLAM MOHAMED REDA RASHAD YOUSSEF - G084924-D, natural do Egito, nascido em 21 de outubro de 1990, filho de Mohamed Reda Rashad Youssef e de Sohair Mahmoud Ramadan, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.301068/2016-76);

MADALENA DINDENDA MBONGO ANTONIO - V416830-H, natural de Angola, nascida em 16 de janeiro de 1980, filha de Sebastião Mbongo e de Teresa Matondo, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.001676/2017-61);

MARCEL ROSIN OVAGOVOLO - V655170-0, natural da República do Gabão, nascido em 10 de junho de 1986, filho de Marcel Ovagovolo e de Rose Miloungui, residente no Estado do Pará (Processo nº 08360.300251/2016-80);

MARINA TERAN TAPIA - V341852-L, natural da Bolívia, nascida em 23 de outubro de 1963, filha de Nestor Teran Vargas e de Emiliana Tapia Cabrera, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.018197/2016-34);

PATRICK MOUELE NZENGUET - V451957-V, natural da República do Gabão, nascido em 14 de janeiro de 1983, filho de Isidore Nzenguet e de Antoinette Gnomba, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.003992/2017-96);

SARAH HUSSEIN FARHAT - V524582-7, natural do Líbano, nascida em 24 de novembro de 1988, filha de Hussein Farhat e de Rima Ghabris, residente no Estado do Pará (Processo nº 08360.300747/2016-53);

SIHAM ZYANE - V567543-F, natural do Marrocos, nascida em 03 de abril de 1987, filha de Abderrahmane Zyane e de Khadija Chenguir, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.305905/2016-51);

WILLIAM CLAUDIO DELGADO LOPES - V489093-5, natural de Cabo Verde, nascido em 13 de outubro de 1986, filho de Claudio dos Reis Lopes e de Alina dos Santos Delgado, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.007990/2016-43);

WILHELMUS HENDRICUS MARIA VAN BAKEL - V973268-Y, natural dos Países Baixos, nascido em 14 de janeiro de 1962, filho de Hendricus Wilhelmus Van Bakel e de Theodora Maria Johanna Peters, residente no Distrito Federal (Processo nº 08260.004183/2015-78) e

WILSON PIERRE - G069364-C, natural da Republica do Haiti, nascido em 11 de junho de 1978, filho de Cherubin Pierre e de Ofanise Orelien, residente no Estado do Pará (Processo nº 08390.302144/2016-39).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 260 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AMIN MOALLA - W565853-2, natural da Síria, nascido em 06 de outubro de 1948, filho de Hussein Moalla e de Zeineh Moalla, residente no Estado do Rio de Janeiro(Processo nº 08460.005945/2017-69);

CARLOS ALBERTO SAEZ BROWN - W004304-0, natural do Chile, nascido em 29 de dezembro de 1963, filho de Bernardo Saez Ortiz e de Mary Petronila Brown Mendoza, residente no Estado de Santa Catarina(Processo nº 08091.300054/2016-88);

FRANCISCO JOSE RIVERA PINEDO - V218285-K, natural do Peru, nascido em 06 de dezembro de 1969, filho de Francisco Abraham Rivera e de Maria Zoraida Pinedo, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08280.301437/2016-46);

MOH`D HUSSEIN MUSTAFA AHMAD - Y233820-D, natural da Jordânia, nascido em 14 de junho de 1974, filho de Hussein Mustafa Ahmad e de Hamdeh Hussein Mustafa Ahmad, residente no Estado de Santa Catarina(Processo nº 08107.003208/2013-27); e

YI LUN LU - Y234549-X, natural da China (Taiwan), nascido em 28 de novembro de 1988, filho de Jui Fang Lu e de Yu Chin Yu, residente no Estado de Goiás(Processo nº 08296.000778/2017-17).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DESPACHO Nº 2.391/2017

Despacho nº 2391/2017/GAB-SNJ/SNJ
Interessado(a): ALI CHAMS

Em que pese o Despacho nº 2979/2017/DNN_Naturalizacao/DNN/DEMIG/SNJ, determino a manutenção do arquivamento do processo nº 08505044106201611, tendo em vista a intempestividade da peça recorrente.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 206, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Título: DE BLOB (2017)
Produtor(es): THQ NORDIC
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001152/2017-17
Requerente: THOMAS REISINGER

Título: DARKEST DUNGEON (Canadá - 2016)
Produtor(es): RED HOOK STUDIOS
Distribuidor(es): RED HOOK STUDIOS
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Estratégia/RPG
Plataforma: Computador PC/PlayStation Vita/Xbox ONE/PlayStation 4/iOS/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.001519/2017-94
Requerente: JOHN LINDVAY

Título: NO HEROES HERE (Brasil - 2017)
Produtor(es): STUDIO ZYX SOFTWARE GAMES APLICATIVOS E ANIMACOES LTDA (MAD MIMIC INTERACTIVE)
Distribuidor(es): STUDIO ZYX SOFTWARE GAMES APLICATIVOS E ANIMACOES LTDA (MAD MIMIC INTERACTIVE)
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia/Simulação/Ação/Plataforma
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.001524/2017-05
Requerente: STUDIO ZYX SOFTWARE GAMES APLICATIVOS E ANIMACOES LTDA (MAD MIMIC INTERACTIVE)

Título: REMOTHERED: TORMENTED FATHERS (Itália - 2017)
Produtor(es): REMOTHERED SRL
Distribuidor(es): STEAM, PLAYSTATION, XBOX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Categoria: Survival Horror
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Linguagem Imprópria , Nudez e Violência
Processo: 08017.001526/2017-96
Requerente: SALVATORE BONFIGLIO

Título: STATE OF MIND (Alemanha - 2017/2018)
Produtor(es): DAEDALIC ENTERTAINMENT GMBH
Distribuidor(es): DAEDALIC ENTERTAINMENT GMBH
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas e Violência
Processo: 08017.001560/2017-61
Requerente: DAEDALIC ENTERTAINMENT GMBH

Título: SEA OF THIEVES (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): RARE
Distribuidor(es): MICROSOFT
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.001561/2017-13
Requerente: MICROSOFT DO BRASIL IMP E COM SOFTWARE E VIDEO GAMES LTDA.

Título: SECRET OF MANA (Japão - 2018)
Produtor(es): SQUARE-ENIX
Distribuidor(es): SQUARE-ENIX
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: RPG
Plataforma: Computador PC/PlayStation Vita/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001565/2017-93
Requerente: THALES DANIEL PEDROSA

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 207, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Teaser: NÃO SE ACEITAM DEVOLUÇÕES - TEASER (Brasil - 2017)
Diretor(es): André Moraes
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.070591/2017-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: 15H17 - TREM PARA PARIS (THE 15:17 TO PARIS, Brasil - 2017)
Produtor(es): Warner Bros International
Diretor(es): Clint Eastwood
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.070850/2017-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MOTORRAD (Brasil - 2017)
Produtor(es): Filmland
Diretor(es): Vicent Amorim
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.070851/2017-88
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: HOMEM-ARANHA: NO ARANHAVERSO (ANIMATED SPIDER-MAN: INTO THE SPIDER-VERSE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Dov Mamann
Diretor(es): Bob Persichetti/Peter Ramsey
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.070852/2017-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ELLA & JOHN (THE LEISURE SEEKER, França / Itália - 2017)
Produtor(es): Dov Mamann
Diretor(es): Paolo Virzí
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.070853/2017-77
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: EU, TONYA (I, TONYA, Alemanha / Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Clubhouse Pictures (II)
Diretor(es): Craig Gillespie
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.071088/2017-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O AMOR DÁ TRABALHO (Brasil - 2017)
Produtor(es): 44 Filmes
Diretor(es): Alê Machado
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.071089/2017-57
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A NOIVA DO DESERTO (LA NOVIA DEL DESIERTO, Argentina - 2017)
Produtor(es): Eva Lauria/Vanessa Ragone
Diretor(es): Cecilia Atán/Valeria Pivato
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001604/2017-52
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: EM PEDAÇOS (AUS DEM NICHTS, Alemanha - 2017)
Produtor(es): Ann-Kristin Homann/Nurhan Sekerci-Porst/Fatih Akin/Herman Weigel
Diretor(es): Fatih Akin
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001608/2017-31
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: O INSULTO (L`INSULTE, Líbano - 2017)
Produtor(es): Rachid Bouchareb/Jean Bréhat
Diretor(es): Ziad Doueiri
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001609/2017-85
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 309, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Despacho nº 309/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.067054/2017-13
Filme: "JUMANJI - BEM-VINDO À SELVA" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de doze anos", referendando-se a classificação outrora atribuída, reiterando a importância para a obra, dos blocos temáticos de violência, linguagem imprópria e drogas lícitas.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.526, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro Unidade de Acolhimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Unidade de Acolhimento.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE UNIDADE DE ACOLHIMENTO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117720	27940006	797.000,00	797.000,00	10302201585350033
TOTAL			1 PROPOSTAS			797.000,00	

PORTARIA Nº 3.527, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro de Parto Normal.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000117749	379.998,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			1 PROPOSTAS	379.998,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.528, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro de Parto Normal.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	80673411000117026	189.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			1 PROPOSTAS	189.000,00		

PORTARIA Nº 3.529, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	SANTA FE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA FE DE GOIAS	05322181000117004	28330005	30.000,00	30.000,00	10302201585350052
MG	COROMANDEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COROMANDEL	12157307000117010	30630015	216.920,00	216.920,00	10302201585350031
MG	POUSO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11290305000117017	28890002	122.550,00	122.550,00	10302201585350031
MG	TEOFILO OTONI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09277189000117009	23680002	250.000,00	250.000,00	10302201585350031
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000117021	20910006	720.400,00	720.400,00	10302201585350015
PB	SOUSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOUSA	05626697000117006	27160002	121.624,00	121.624,00	10302201585350025
PE	ABREU E LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10392418000117009	27190008	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41230038000117003	37670011	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	11430018000117013	36860002	364.186,00	364.186,00	10302201585350026

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	BOITUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOITUVA	11864045000117709	37770007	449.610,00	449.610,00	10302201585353496
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000117728	27960002	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
TOTAL			11 PROPOSTAS			2.695.290,00	

PORTARIA Nº 3.530, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro de Parto Normal.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	BOM JESUS DA LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DA LAPA	11096167000117713	690.000,00	0000	10302201520R40001
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIS EDUARDO MAGALHAES	11101542000117001	690.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			2 PROPOSTAS	1.380.000,00		

PORTARIA Nº 3.531, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MS	DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOS	13896863000117008	999.981,00	0004	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	999.981,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.532, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	80673411000117025	232.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			1 PROPOSTAS	232.000,00		

PORTARIA Nº 3.533, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965996000117028	1.999.970,00	0006	10301201520YI0001
TOTAL			1 PROPOSTAS	1.999.970,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.534, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	ESPINOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPINOSA	10540610000117007	37430003	99.990,00	99.990,00	10301201585810031
RS	CENTENARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE- MUNICIPIO DE CENTENARIO	11893804000117003	28630001	149.500,00	149.500,00	10301201585810043
SP	ITAPIRAPUA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA PAULISTA	11763353000117011	25200001	43.825,00	43.825,00	10301201585810035
TOTAL			3 PROPOSTAS			293.315,00	

PORTARIA Nº 3.535, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	PANORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13846329000117013	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
TOTAL			1 PROPOSTAS			242.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.536, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	BARREIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11911964000117012	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	BOCA DO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12750099000117036	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	CARAUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14090756000117017	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	CODAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CODAJAS	13885137000117007	168.500,00	0000	10302201585350001
AM	JAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA	12245586000117015	168.500,00	0000	10302201585350001
AM	MANAQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12125608000117011	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA OLINDA DO NORTE	11880009000117021	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	PAUINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUINI	12726459000117016	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM	12804343000117025	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12629603000117005	168.500,00	0000	10302201585350001
AM	URUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE URUCARA	14991355000117707	170.000,00	0000	10302201585350001
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000117021	340.000,00	0000	10302201585350001
BA	CARAVELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11480871000117006	160.000,00	0000	10302201585350001
BA	CARAVELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11480871000117007	340.000,00	0000	10302201585350001
BA	IBICUI	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBICUI	13884435000117002	129.850,00	0000	10302201585350001
BA	ITAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPE - BAHIA	11449521000117006	168.500,00	0000	10302201585350001
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	11471886000117013	29.810,00	0000	10302201585350001
BA	SALINAS DA MARGARIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11334416000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	ALBERTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13820031000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	ALPINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11970098000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	ALVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALVINOPOLIS	12824692000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	ANDRELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00161822000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	ANTONIO PRADO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO PRADO DE MINAS	13421104000117008	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	BOM DESPACHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00390877000117015	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	BOM JESUS DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14926619000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	BONFINOPOLIS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BONFINOPOLIS	18222648000117001	80.000,00	0000	10302201585350001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11638768000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	DIVINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21792560000117001	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	IBERTIOGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBERTIOGA	13386787000117002	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	JACUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19174262000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	JAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97552158000117003	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	JUIZ DE FORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUIZ DE FORA	17783226000117003	200.000,00	0000	10302201585350001
MG	JURUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11274817000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	MUZAMBINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11997245000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	NATERCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATERCIA	12019222000117001	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	NOVA RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11997485000117003	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	OLARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15182490000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	PARA DE MINAS	PARA DE MINAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02884794000117705	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	PIRAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11980583000117008	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	PRATAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14166883000117004	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	RIO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NOVO LEI FEDERAL 8080/90	02216796000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15249387000117001	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO GLORIA	13103736000117005	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	11109004000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO JOAO DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11330738000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11257340000117703	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO PEDRO DOS FERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DOS FERROS	23411997000117004	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15595397000117003	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14444600000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	TABULEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13337236000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	TEIXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEIXEIRAS	11454435000117001	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	TEIXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEIXEIRAS	11454435000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	URUANA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA DE MINAS	14369724000117011	80.000,00	0000	10302201585350001
MT	SALTO DO CEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14014083000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MT	SALTO DO CEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14014083000117004	49.990,00	0000	10302201585350001
PR	ALTAMIRA DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTAMIRA DO PARANA	09349934000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	ARARUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUNA	08787360000117002	190.000,00	0000	10302201585350001
PR	ATALAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA-PR	08676184000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	BOM SUCESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08730909000117008	242.000,00	0000	10302201585350001
PR	FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA	08854643000117002	242.000,00	0000	10302201585350001
PR	GODOY MOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09476005000117001	242.000,00	0000	10302201585350001
PR	INAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INAJA PARANA	09457349000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	ITAUNA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUNA DO SUL - PR	09272190000117002	190.000,00	0000	10302201585350001
PR	MARILENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILENA	09205479000117007	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	NOVA ALIANCA DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09444531000117001	242.000,00	0000	10302201585350001
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	09220022000117011	242.000,00	0000	10302201585350001
PR	NOVA TEBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE NOVA TEBAS PARANA	09588897000117003	100.000,00	0000	10302201585350001
PR	PARANAVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PARANAVAI	08518587000117003	340.000,00	0000	10302201585350001
PR	QUINTA DO SOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUINTA DO SOL	10380316000117002	190.000,00	0000	10302201585350001
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO CAIUA	08817021000117001	242.000,00	0000	10302201585350001
RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12023070000117721	242.000,00	0000	10302201585350001
RJ	NITEROI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITEROI	11249035000117008	250.000,00	0000	10302201585350001
RS	VANINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12028933000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
TO	NOVA OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11627479000117001	168.500,00	0000	10302201585350001
TOTAL			74 PROPOSTAS	11.846.150,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.537, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	SAO MANOEL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MANOEL DO PARANA	09198067000117002	349.804,00	0003	10301201585770001
TOTAL			1 PROPOSTA(S)	349.804,00		

PORTARIA Nº 3.538, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	IPIXUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13709333000117709	29090002	263.987,00	263.987,00	10301201585810013
RO	ALVORADA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA DO OESTE	13008260000117017	34300009	499.979,00	499.979,00	10301201585810011
TOTAL			2 PROPOSTAS			763.966,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.539, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	VALPARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161397201700	37910015 30700001	45.000,00 200.000,00	245.000,00	10122201545255658 10122201545250052
MA	BOM LUGAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM LUGAR	36000161438201700	22540001	164.771,00	164.771,00	10122201545250021
SE	MOITA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOITA BONITA	36000161382201700	29790011	99.952,00	99.952,00	10122201545250028
SP	CASTILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161220201700	19970019	43.186,00	43.186,00	10122201545250035
SP	PALESTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALESTINA	36000161168201700	37730002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
TOTAL			5 PROPOSTAS			652.909,00	

PORTARIA Nº 3.540, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	TAQUARIVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARIVAI	12518685000117715	27960001	248.466,00	248.466,00	10301201585810035
TO	AXIXA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AXIXA DO TOCANTINS	11326203000117010	24290003	200.000,00	200.000,00	10301201585810017
TOTAL			2 PROPOSTAS			448.466,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.541, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	IATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IATI	11209728000117010	37670011	249.800,00	249.800,00	10302201585350026
TOTAL			1 PROPOSTAS			249.800,00	

PORTARIA Nº 3.544, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	CASA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA NOVA	11696710000117011	30280002	420.000,00	420.000,00	10302201585350029
BA	ITABELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABELA	11413577000117003	34770006	199.940,00	199.940,00	10302201585350029
BA	ITAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAMBE	11850239000117006	27370010	80.000,00	80.000,00	10302201585358756
BA	SAPEACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPEACU	11368512000117703	37700005	100.000,00	100.000,00	10302201585350029
CE	MILAGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MILAGRES	11258425000117003	20830002	57.700,00	57.700,00	10302201585350023
GO	CALDAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	05593119000117016	31030004	195.244,00	195.244,00	10302201585350052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	ACORIZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACORIZAL	14553312000117017	29360005	80.000,00	80.000,00	10302201585350051
PB	JOAO PESSOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08715618000117018	23670022	170.000,00	170.000,00	10302201585351436
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000117726	37890007	250.000,00	250.000,00	10302201585350026
PE	TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10334957000117016	28840011	48.040,00	48.040,00	10302201585350026
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13890217000117009	34300011	72.600,00	72.600,00	10302201585350011
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12072954000117013	31350009	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000117732	28090011	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
TOTAL			13 PROPOSTAS			1.923.524,00	

PORTARIA Nº 3.545, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
RN	BREJINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161433201700	161.482,00	71210010	161.482,00	10122201545250024	2375206	161.482,00
RN	PASSAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSAGEM RN	36000161441201700	6.590,00	71210010	6.590,00	10122201545250024	2375036	6.590,00
RN	PEDRO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO VELHO-RN	36000161443201700	100.000,00	71210010	100.000,00	10122201545250024	2375109	100.000,00
TOTAL			3 PROPOSTAS	268.072,00					

PORTARIA Nº 3.546, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	IGUAI	HOSPITAL MANOEL MARTINS DE SOUZA	36000161257201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2413469	300.000,00
CE	IBARETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161350201700	79.000,00	81000174	79.000,00	10122201545257282	2664372	79.000,00
CE	QUIXADA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE QUIXADA	36000161427201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2328402	200.000,00
CE	VARZEA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA ALEGRE	36000158523201700	131.218,00			10122201545257282	2562871	131.218,00
MA	FERNANDO FALCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FERNANDO FALCAO	36000158637201700	147.066,00			10122201545257282	7639724	147.066,00
MA	GRAJAU	MUNICIPIO DE GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156526201700	500.000,00			10122201545257282	2462729	500.000,00
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JENIPAPO DOS VIEIRAS	36000158635201700	100.614,00			10122201545257282	7354568	100.614,00
MA	LAGO DA PEDRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGO DA PEDRA - MA	36000156544201700	1.000.000,00			10122201545257282	2696029	1.000.000,00
MA	PAULINO NEVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156417201700	120.000,00			10122201545257282	2529920	120.000,00
MA	ZE DOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZE DOCA	36000158783201700	30.000,00			10122201545257282	6124259	30.000,00
MA	ZE DOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZE DOCA	36000158796201700	5.250,00			10122201545257282	2465590	5.250,00
MG	JUIZ DE FORA	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS	36000161431201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2153084	200.000,00
MG	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SANTA	36000161154201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	6983219	300.000,00
MG	MONTE SIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161253201700	125.000,00	81000174	125.000,00	10122201545257282	2215020	125.000,00
MG	NANUQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NANUQUE/MG	36000161128201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2211262	100.000,00
MG	PIMENTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIMENTA	36000161275201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2186276	100.000,00
MG	PRATAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161118201700	125.000,00	81000174	125.000,00	10122201545257282	2760967	125.000,00
MG	SABARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161317201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	7106548	200.000,00
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO	36000161184201700	361.126,00	81000174	361.126,00	10122201545257282	2147629 2759403 2764717	150.000,00 100.000,00 111.126,00
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161205201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2172941	100.000,00
MS	TAQUARUSSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156485201700	82.500,00			10122201545257282	2376547	82.500,00
PB	ALAGOA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOA NOVA	36000161281201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2591863	200.000,00
PB	IGARACY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARACY	36000161289201700	120.000,00	81000174	120.000,00	10122201545257282	5585511	120.000,00
PB	MARIZOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161254201700	50.607,00	81000174	50.607,00	10122201545257282	6560539 7405537	50.000,00 607,00
PB	PIANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161291201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2609061	300.000,00
PB	POCINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - POCINHOS - PARAIBA	36000161268201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2613638	150.000,00
PB	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	36000161163201700	39.500,00	81000174	39.500,00	10122201545257282	3121976	39.500,00
PB	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	36000161300201700	16.900,00	81000174	16.900,00	10122201545257282	7206224	16.900,00
PB	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	36000161301201700	4.800,00	81000174	4.800,00	10122201545257282	6792138	4.800,00
PB	SANTA TERESINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA	36000161272201700	1.500,00	81000174	1.500,00	10122201545257282	7330081	1.500,00
PB	SOLANEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLANEA	36000161292201700	28.600,00	81000174	28.600,00	10122201545257282	6867979	28.600,00
PB	SOLANEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLANEA	36000161293201700	21.500,00	81000174	21.500,00	10122201545257282	6868185	21.500,00
PB	SUME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158364201700	100.000,00			10122201545257282	2611864	100.000,00
PE	AGUA PRETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158731201700	200.000,00			10122201545257282	2356279	200.000,00
PE	CARUARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158678201700	200.000,00			10122201545257282	5093619	200.000,00
PE	SERTANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158034201700	200.000,00			10122201545257282	2712016	200.000,00
PR	INAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INAJA PARANA	36000158781201700	7.990,00			10122201545257282	2753898	7.990,00
PR	SAO JOAO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CAIUA	36000161322201700	14.000,00	81000174	14.000,00	10122201545257282	2753936	14.000,00
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156331201700	400.000,00			10122201545257282	2753278	400.000,00
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156338201700	450.000,00			10122201545257282	6849636	450.000,00
PR	TOLEDO	HOESP - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE SAUDE DO OESTE DO PARANA	36000158282201700	50.000,00			10122201545257282	4056752	50.000,00
PR	TUNAS DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161127201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	0019208	200.000,00
PR	WENCESLAU BRAZ	ASSOCIACAO BENEFICENTE SAO SEBASTIAO	36000161373201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	3134423	200.000,00
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMACAO DOS BUZIOS	36000156333201700	300.000,00			10122201545257282	6200702	300.000,00
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158445201700	30.000,00			10122201545257282	3320979	30.000,00
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158447201700	150.000,00			10122201545257282	6890377	150.000,00
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158448201700	20.000,00			10122201545257282	2296721	20.000,00
RJ	CANTAGALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTAGALO	36000156420201700	200.000,00			10122201545257282	2267705 2267713	125.500,00 74.500,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	36000156387201700	2.000.000,00			10122201545257282	6007317	2.000.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	ITALVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITALVA	36000158086201700	64.000,00			10122201545257282	2272202	64.000,00
RN	ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158492201700	200.000,00			10122201545257282	2410508	200.000,00
RN	ALEXANDRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158574201700	75.000,00			10122201545257282	7343744	75.000,00
RN	ALEXANDRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158578201700	22.000,00			10122201545257282	5839866	22.000,00
RN	ALEXANDRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158579201700	3.500,00			10122201545257282	2407515	3.500,00
RN	ALEXANDRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158581201700	3.500,00			10122201545257282	2407515	3.500,00
RN	ALEXANDRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158800201700	96.000,00			10122201545257282	2407566	96.000,00
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS-RN	36000158498201700	63.288,00			10122201545257282	5828767	63.288,00
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS-RN	36000158499201700	36.712,00			10122201545257282	5828767	36.712,00
RN	CARNAUBAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CARNAUBAIS	36000158453201700	120.000,00			10122201545257282	2409992	120.000,00
RN	MAJOR SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAJOR SALES	36000158614201700	67.000,00			10122201545257282	2381168	67.000,00
RN	SERRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRINHA	36000158545201700	36.000,00			10122201545257282	2375230	36.000,00
RN	TENENTE ANANIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158418201700	15.000,00			10122201545257282	2381133	15.000,00
RN	TENENTE ANANIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158421201700	10.000,00			10122201545257282	7451083	10.000,00
RN	TIBAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIBAU/RN	36000158405201700	200.000,00			10122201545257282	2693755	200.000,00
RN	TIBAU DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIBAU DO SUL-RN	36000158912201700	100.000,00			10122201545257282	2374501	100.000,00
RN	TOUROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156336201700	221.141,00			10122201545257282	2593874	221.141,00
RN	TOUROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156373201700	84.811,00			10122201545257282	2473127	84.811,00
RO	NOVA UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA UNIAO	36000158226201700	100.000,00			10122201545257282	2808641	100.000,00
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA DE RONDONIA	36000156330201700	12.500,00			10122201545257282	4003241	12.500,00
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	36000158105201700	100.000,00			10122201545257282	2808668	100.000,00
RO	THEOBROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE THEOBROMA	36000158197201700	22.500,00			10122201545257282	4003357	22.500,00
RS	CAMPINA DAS MISSOES	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL CULTURAL E HOSPITALAR PADRE BENEDITO MEISTER	36000158438201700	250.000,00			10122201545257282	2250802	250.000,00
RS	CHAPADA	SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITAL SAO JOSE	36000158032201700	150.000,00			10122201545257282	2235307	150.000,00
RS	GUAPORE	ASSOCIACAO HOSPITALAR MANOEL FRANCISCO GUERREIRO	36000158023201700	250.000,00			10122201545257282	2793237	250.000,00
RS	NOVA BASSANO	ASSOCIACAO COMUNITARIA HOSPITAL NOSSA SENHORA DE LOURDES	36000156348201700	100.000,00			10122201545257282	5230241	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000156357201700	108.966,00			10122201545257282	2246856	108.966,00
RS	SANTA BARBARA DO SUL	HOSPITAL SANTA BARBARA BENEFICIENTE	36000156571201700	100.000,00			10122201545257282	2263890	100.000,00
RS	SANT"ANA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE SANT"ANA DO LIVRAMENTO	36000158013201700	50.000,00			10122201545257282	3944646	50.000,00
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	HOSPITAL SANTO ANTONIO	36000161267201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2244330	100.000,00
SC	ARVOREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARVOREDO	36000161218201700	4.977,00	81000174	4.977,00	10122201545257282	2436590	4.977,00
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE BALNEARIO BARRA DO SUL	36000157961201700	100.000,00			10122201545257282	2658054	100.000,00
SC	BRACO DO TROMBUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO	36000157986201700	27.547,00			10122201545257282	2377241	27.547,00
SC	CAPINZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	36000158515201700	96.000,00			10122201545257282	2380358	96.000,00
SC	CUNHATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158262201700	22.800,00			10122201545257282	2553287	22.800,00
SC	DONA EMMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA	36000158335201700	16.458,00			10122201545257282	2377233	16.458,00
SC	DOUTOR PEDRINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR PEDRINHO	36000158541201700	50.000,00			10122201545257282	2513404	50.000,00
SC	GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR	36000158391201700	150.000,00			10122201545257282	7725019	150.000,00
SC	GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR	36000158394201700	28.000,00			10122201545257282	3667359	28.000,00
SC	GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR	36000158395201700	22.000,00			10122201545257282	7558708	22.000,00
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV CELSO RAMOS	36000158069201700	150.000,00			10122201545257282	2418835	150.000,00
SC	IMBUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA	36000158338201700	67.378,00			10122201545257282	2588897	67.378,00
SC	PALHOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158636201700	250.000,00			10122201545257282	2691442	250.000,00
SC	PEDRAS GRANDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES	36000158807201700	27.268,00			10122201545257282	2689790	27.268,00
SC	POUSO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO	36000158126201700	200.000,00			10122201545257282	2377225	200.000,00
SC	PRESIDENTE NEREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU	36000161165201700	4.241,00	81000174	4.241,00	10122201545257282	2377020	4.241,00
SC	SANTA CECILIA	HOSPITAL E MATERNIDADE DE SANTA CECILIA	36000157951201700	100.000,00			10122201545257282	2302748	100.000,00
SC	SAO JOSE DO CEDRO	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO	36000158365201700	100.000,00			10122201545257282	2378809	100.000,00
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DE ALCANTARA	36000158038201700	39.800,00			10122201545257282	7668430	39.800,00
SC	TREZE DE MAIO	FUNDACAO MEDICO SOCIAL RURAL SAO SEBASTIAO	36000157940201700	100.000,00			10122201545257282	2778858	100.000,00
SC	TROMBUDO CENTRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL	36000158138201700	150.000,00			10122201545257282	2377373	150.000,00
SC	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158312201700	185.000,00			10122201545257282	2305097	185.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	LAGARTO	ASSOCIACAO HOSPITALAR DE SERGIPE	36000161410201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2421518	300.000,00
SP	AMERICO BRASILIENSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMERICO BRASILIENSE	36000161110201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2090171	100.000,00
SP	EMBU-GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156560201700	64.604,00			10122201545257282	2056402	64.604,00
SP	EMBU-GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156562201700	245.000,00			10122201545257282	6701388	245.000,00
SP	EMBU-GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156575201700	19.416,00			10122201545257282	2054388 3170632 3652920	26,00 390,00 19.000,00
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	ASSOCIACAO ESPIRITA VICENTE DE PAULO	36000161232201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2084384	100.000,00
SP	GUARANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANTA	36000156458201700	7.193,00			10122201545257282	2092719	7.193,00
SP	SALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156546201700	500.000,00			10122201545257282	3774554	500.000,00
SP	SAO PAULO	ASSOCIACAO CONGREGACAO DESANTA CATARINA	36000156484201700	100.000,00			10122201545257282	2077388	100.000,00
SP	SERRA NEGRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156422201700	100.000,00			10122201545257282	2081393	100.000,00
SP	SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE SERRANA	36000158681201700	250.000,00			10122201545257282	2056941 7206445	40.000,00 210.000,00
SP	UBIRAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRAJARA	36000156464201700	40.101,00			10122201545257282	2092964	40.101,00
SP	UBIRAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRAJARA	36000156465201700	40.101,00			10122201545257282	2092964	40.101,00
SP	VALENTIM GENTIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALENTIM GENTIL	36000158186201700	100.000,00			10122201545257282	2038420	100.000,00
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158584201700	40.000,00			10122201545257282	2030306 2030314	20.000,00 20.000,00
TO	GOIATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158462201700	75.000,00			10122201545257282	2370328	75.000,00
TOTAL			117 PROPOSTAS	16.696.973,00					

PORTARIA Nº 3.547, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	CAPINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINOPOLIS - MG	36000161059201700	71140011	94.792,00	94.792,00	10122201545250031
PI	AMARANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161096201700	71190015	293.333,00	293.333,00	10122201545250022
PI	CANTO DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161227201700	71190015	37.600,00	37.600,00	10122201545250022
PI	CARAUBAS DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAUBAS DO PIAUI	36000160962201700	71190015	118.490,00	118.490,00	10122201545250022
PI	COIVARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000150262201700	71190015	70.000,00	70.000,00	10122201545250022
PI	DIRCEU ARCOVERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIRCEU ARCOVERDE	36000161360201700	71190015	323.000,00	323.000,00	10122201545250022
PI	ELESBAO VELOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161339201700	71190015	250.000,00	250.000,00	10122201545250022
PI	ITAUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161102201700	71190015	152.309,00	152.309,00	10122201545250022
PI	QUEIMADA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161054201700	71190015	270.000,00	270.000,00	10122201545250022
PI	SIGEFREDO PACHECO	MUNICIPIO DE SIGEFREDO PACHECO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161376201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
TOTAL			10 PROPOSTAS			1.709.524,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.548, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PB	UMBUZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09494245000117003	38470007	663.000,00	663.000,00	10301201585810025
TOTAL			1 PROPOSTAS			663.000,00	

PORTARIA Nº 3.549, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	ITAPAGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPAGIPE	10412213000117013	330.000,00	0000	10302201585350001
MS	LADARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15363895000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	410.000,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.550, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	AMATURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000161359201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
AM	ANORI	PREFEITURA DE ANORI / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161342201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
AM	ENVIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161320201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
AM	ITAMARATI	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAMARATI	36000161412201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
AM	MANAQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161313201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
AM	MARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAA-AM	36000161404201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	36000161298201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
AM	TONANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TONANTINS	36000161358201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	BAIXA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIXA GRANDE	36000161201201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	SAUBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161424201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
ES	IBIRACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IBIRACU	36000161377201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
MA	CODO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161425201700	81000173	1.700.000,00	1.700.000,00	10122201545257280
MA	IGARAPE GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE GRANDE	36000161435201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DOS LOPES	36000161430201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
MA	SENADOR LA ROCQUE	MUNICIPIO DE SENADOR LA ROCQUE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161426201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
MA	VITORINO FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORINO FREIRE	36000161423201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
MG	ALPERCATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALPERCATA	36000161197201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	ARAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161161201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	AREADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AREADO	36000161209201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	BOA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161182201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	BOM JESUS DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161189201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BONFIM	36000161386201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	BORDA DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161310201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	BUENO BRANDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161284201700	81000173	94.072,00	94.072,00	10122201545257280
MG	CABO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161361201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	CAPINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINOPOLIS - MG	36000161192201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	CAPITOLIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CAPITOLIO	36000161176201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	CORONEL MURTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161409201700	81000173	40.000,00	40.000,00	10122201545257280
MG	DIVISA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVISA ALEGRE	36000161196201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	DOM SILVERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161190201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	EWBANK DA CAMARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EWBANK DA CAMARA	36000161314201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	FORMIGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161215201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	FORTALEZA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161202201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	GUARANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARANESIA	36000161183201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	GURINHATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161304201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	IBIRACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161395201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	ITAMOGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161352201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	JOANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161270201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	JORDANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JORDANIA	36000161432201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	JURUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161421201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SANTA	36000161248201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MG	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SANTA	36000161249201700	81000173	120.000,00	120.000,00	10122201545257280
MG	MONSENHOR PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161200201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	MONTE SANTO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161356201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	NOVA RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161188201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	PAULA CANDIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULA CANDIDO	36000161195201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	PIUMHI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161269201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161177201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	SAO JOSE DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161396201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	SAO JOSE DA VARGINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA VARGINHA	36000161236201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	SAO JOSE DO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161194201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	SEM-PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SEM PEIXE	36000161250201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	TOMBOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161415201700	81000173	125.000,00	125.000,00	10122201545257280
MG	VARJAO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161213201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MS	CASSILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASSILANDIA-MS	36000161331201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
PB	AREIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AREIAL	36000161330201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	MULUNGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MULUNGU	36000161380201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
PB	NAZAREZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZAREZINHO	36000161247201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
SC	ARVOREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARVOREDO	36000161219201700	81000173	39.988,00	39.988,00	10122201545257280
SC	PRESIDENTE NEREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU	36000161166201700	81000173	141.759,00	141.759,00	10122201545257280
SP	CACAPAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACAPAVA	36000161406201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	CASTILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161375201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SP	COLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161349201700	81000173	70.000,00	70.000,00	10122201545257280
SP	DIVINOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOLANDIA	36000161234201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	DOBRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161312201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	NATIVIDADE DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATIVIDADE DA SERRA	36000161384201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DE POSSE	36000161193201700	81000173	238.303,00	238.303,00	10122201545257280
TOTAL			67 PROPOSTAS			14.269.122,00	

PORTARIA Nº 3.551, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	JURUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUA-AM	12150282000117014	340.115,00	EREL	1030120152E840001
PA	JACAREACANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACAREACANGA	11462638000117003	400.145,00	EREL	1030120152E840001
TOTAL			2 PROPOSTAS	740.260,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.552, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	CHAPADA GAUCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA GAUCHA	36000161224201700	34.631,00	71140011	34.631,00	10122201545250031	6690726	34.631,00
MG	CONQUISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161240201700	49.194,00	71140011	49.194,00	10122201545250031	2164493	49.194,00
MG	GRAO MOGOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000161274201700	111.126,00	71140011	111.126,00	10122201545250031	2205866	111.126,00
MG	GUARANI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161191201700	189.004,00	71140011	189.004,00	10122201545250031	2148463	189.004,00
MG	ITAOBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	36000161333201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2139073	92.150,00
MG	MONTE SIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161251201700	101.638,00	71140011	101.638,00	10122201545250031	2215020	101.638,00
MG	NAZARENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARENO/MG	36000161199201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2179571	92.150,00
MG	OURO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO	36000161265201700	184.300,00	71140011	184.300,00	10122201545250031	2163489 2163829	92.150,00 92.150,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158587201700	1.550.374,00	71200004	1.550.374,00	10122201545250033	2290227 6629989	1.478.076,00 72.298,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FES	36000158602201700	1.859.926,00	71200004	1.859.926,00	10122201545250033	2270234 2295067	1.499.934,00 359.992,00
TOTAL			10 PROPOSTAS	4.264.493,00					

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.281, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer Técnico nº 174-SEI/2017-DAET/CGAE/DAET/SAS/MS, de 12 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Deferir o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Beneficência Social Bom Samaritano

CNPJ: 22.709.109/0001-35

Projeto: Aquisição de equipamentos e a ampliação da oferta de diagnóstico em oncologia

NUP: 25000.179799/2016-62

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 3.857.305,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e trezentos e cinco reais)

Resumo do projeto: Aquisição de equipamento de uso permanente para as instalações físicas do setor de imagem oncológico do Hospital Samaritano

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.282, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 2-SEI/2017-CGGM/GM/MS, de 15 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Deferir o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

CNPJ: 60.765.823/0001-30

Projeto: Banco Integrado de Tumores - Base para a Pesquisa de tradução em Oncologia por Biópsia Líquida

NUP: 25000.005427/2017-81

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: 3.452.285,30 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos)

Resumo do projeto: Desenvolvimento da tecnologia de biópsia líquida, a fim de permitir o diagnóstico diferencial com baixo custo e de forma confiável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.283, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer Técnico nº 176-SEI/2017-DAET/CGAE/DAET/SAS/MS, de 15 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Liga Paranaense de Combate ao Câncer - Hospital Erasto Gaertner

CNPJ: 76.591.049/0001-28

Projeto: Cirurgias com Sistema Cirúrgico Robótico

NUP: 25000.202943/2016-71

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 3.870.845,95 (três milhões, oitocentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Resumo do projeto: Aumentar as possibilidades de tratamento do câncer e o bem estar dos pacientes com a realização de cirurgias minimamente invasivas, utilizando o novo sistema cirúrgico robótico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.284, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 3-SEI/2017-SERED/CGGM/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Deferir o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Associação Casa Fonte da Vida - Hospital São Francisco de Assis

CNPJ: 50.460.351/0001-53

Projeto: Cuidados Paliativos - Serviço e Ambiência

NUP: 25000.002560/2017-86

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: 300.255,25 (trezentos mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Resumo do projeto: Implantar ações medico-assistenciais de cuidados paliativos para os pacientes da oncologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.285, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 1-SEI/2017-SERED/CGGM/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Deferir o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer

CNPJ: 40.226.946/0001-95

Projeto: Prevenção do Câncer nas Práticas de Saúde Pública e de Atenção Básica à Saúde - Capacitação Nacional para Profissionais de Saúde

NUP: 25000.000829/2017-90

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: 1.475.102,70 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, cento e dois reais e setenta centavos)

Resumo do projeto: Contribuir para o controle de câncer no país a partir da realização de ações de capacitação voltadas para a prevenção do Câncer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.286, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 3-SEI/2017-CGGM/GM/MS, de 15 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer - UOPECCAN

CNPJ: 81.270.548/0001-53

Projeto: Aquisição de Sistema IT-Médico para o Hospital do Câncer de Cascavel - Uopeccan

NUP: 25000.001167/2017-75

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: 73.405,00 (setenta e três mil e quatrocentos e cinco reais)

Resumo do projeto: Aquisição de Sistema IT-Médico para o Hospital do Câncer de Cascavel - Uopeccan

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.287, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 2-SEI/2017-SERED/CGGM/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer UOPECCAN - Filial de Umuarama

CNPJ: 81.270.548/0002-34

Projeto: Aquisição de Sistema IT-Médico para o Hospital do Câncer Uopeccan filial Umuarama

NUP: 25000.001215/2017-25

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: R$ 136.135,00 (cento e trinta e seis mil, cento e trinta e cinco reais)

Resumo do projeto: Aquisição de Sistema IT-Médico para o Hospital do Câncer Uopeccan de Umuarama

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.288, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 4-SEI/2017-SERED/CGGM/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

CNPJ: 92.815.000/0001-68

Projeto: Renovação Tecnológica para a garantia dos serviços prestados

NUP: 25000.002472/2017-84

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: 1.043.400,00 (um milhão, quarenta e três mil e quatrocentos reais)

Resumo do projeto: Aquisição de tecnologias para a área onco-pediátrica para qualificar a assistência prestada aos pacientes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.289, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Parecer nº 4-SEI/2017-CGGM/GM/MS, de 15 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONAS/PCD, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

I - Instituição: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Projeto: Cor e Ritmo - Arte Inclusão

NUP: 25000.179396/2016-13

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: R$ 633.275,01 (seiscentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e um centavo)

Resumo do projeto: Utilizar a Arte e a Música como estímulo à ampliação e/ou manutenção das capacidades funcionais das pessoas com deficiência intelectual, incluir socialmente e integrar pessoas com e sem deficiência, promovendo a saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.290, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 5-SEI/2017-CGGM/GM/MS, de 15 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONAS/PCD, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

I - Instituição: Fundação Síndrome de Down

CNPJ: 52.366.838/0001-05

Projeto: Espaço Mundo do Trabalho: Fortalecendo a Formação e Inclusão no Mercado de Trabalho

NUP: 25000.000007/2017-17

Prazo de execução: 21 meses

Valor aprovado: R$ 321.334,14 (trezentos e vinte e um mil, trezentos e trinta e quatro centavos e quatorze centavos)

Resumo do projeto: Melhorar e ampliar o serviço de formação e inserção no mercado de trabalho, através do oferecimento do serviço de Recolocação ao Mercado de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.291, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 1-SEI/2017-CGGM/GM/MS, de 15 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONAS/PCD, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

I - Instituição: Pequeno Cotolengo do Paraná - Dom Orione

CNPJ: 76.610.690/0001-62

Projeto: Projeto Gerar: ampliando impacto no atendimento à saúde da pessoa com deficiência - Pequeno Cotolengo Paranaense

NUP: 25000.000869/2017-31

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 734.839,45 (setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

Resumo do projeto: Ampliar o impacto de serviços médicos-assistenciais para pessoas com deficiências múltiplas em situação de vulnerabilidade, através da ampliação do número de atendimentos em reabilitação/habilitação e através da inovação em especialidades de saúde oferecidas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 1.292, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 7-SEI/2017-CGGM/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Instituto do Câncer de Londrina

CNPJ: 78.633.088/0001-76

Projeto: Um novo olhar para a Oncologia

NUP: 25000.001792/2017-17

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 3.211.812,68 (três milhões, duzentos e onze mil, oitocentos e doze reais e sessenta e oito centavos)

Resumo do projeto: Aperfeiçoar a assistência ao paciente oncológico por meio da aquisição de novos equipamentos e mobiliários, visando à adequação da infraestrutura e otimização do atendimento nos diversos serviços envolvidos no suporte ao tratamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

PORTARIA Nº 9.439, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso da sua atribuição que lhe conferem a alínea b, do inciso I, do artigo 21 e inciso VIII do artigo 26, ambos da Resolução Regimental n° 01, de 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1° Tornar pública a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da ANS, relativo aos anos de 2017 a 2019, pelo Comitê de Tecnologia, em reunião ocorrida no dia 06 de setembro de 2017 e pela Diretoria Colegiada, em reunião ocorrida no dia 22 de setembro de 2017.

Art. 2º A íntegra do PDTIC - ANS 2017-2019 está disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.ans.gov.br/aans/transparencia-institucional/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao

LEANDRO FONSECA DA SILVA

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 11 DE JULHO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 476ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 11 de novembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.017938/2016-45	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.090449/2016-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.024225/2016-12	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.001627/2016-24	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V e 8º, III da RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.006853/2016-31	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, II da RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.100198/2016-91	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais - Arts. 66 e 10, V da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.004247/2016-81	Metrus Instituto de Seguridade Social	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.004972/2016-79	Saúde-Sistema Assistencial Unificado de Empresas Sociedade Simples	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.365842/2014-11	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.036042/2014-01	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/2006	135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.047619/2011-50	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/2006	109.515,79 (cento e nove mil, quinhentos e quinze reais e setenta e nove centavos)
25789.100909/2014-81	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Faixa Etária Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.223023/2014-90	ABS Assistência Bucal Serviços S/C Ltda.	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.227225/2012-49	Cooperativa Odontológica Região Sul da Bahia Uniodonto	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.310223/2012-10	Saúde Grande Rio Ltda.	DIOPE	Controle Societário Art. 28 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.384814/2013-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Exonerados, Demitidos ou Aposentados Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.406255/2014-81	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.421062/2012-99	SMEDSJ Serviços Médicos São José Ltda.	DIOPE	Produto Diverso do Registrado Art. 20 RN 124/2006	76.597,89 (setenta e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos
33902.559880/2014-25	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Ingresso de Beneficiário em Plano Coletivo; Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Art. 20-D e 82 RN 124/2006	130.000,00 (cento e trinta mil reais)
33902.840809/2011-23	SB Saúde Ltda Sociedade Simples	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
33902.585404/2011-17	Evercross Planejamento de Assistência Médica Ltda	DIOPE	Operações Contrárias à Lei Art. 45 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25780.009262/2014-34	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.243547/2015-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.014927/2015-05	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIPRO	Negativa de Cobertura art.77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.021088/2015-07	Vision Med Assistência Médica Ltda (atual denominação da Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.)	DIPRO	Negativa de Cobertura art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.027300/2015-51	Bucal help Assistência Odontológica ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.001802/2016-01	Hapvida Assistência Medica Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.005333/2016-91	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura art.77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.009959/2012-38	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.047617/2015-11	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.047375/2015-58	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.024911/2015-47	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
25779.047374/2015-11	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.010913/2016-08	Terramar Administradora de Plano De Saude Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.041944/2015-51	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.008331/2015-11	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.140936/2008-23	Unimed Nordeste RS Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda.	DIPRO	Cláusulas de garantias legais art. 66 da RN 124/06; Doenças e lesões preexistentes art. 81 da RN 124/06	588.948,62 (quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos)
25782.005029/2013-81	Unimed Curitiba- Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Doenças e lesões preexistentes Art. 81 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25772.010048/2013-49	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Renovação de contratos Art. 62 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.012511/2016-51	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.003427/2016-21	Amesc - Associação Médica Espírita Cristã	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.037601/2015-92	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	44.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)
25779.037448/2015-01	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.011966/2015-78	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33902.359476/2014-53	União Médica - Cooperativa de Trabalho Médico de Feira De Santana	DIPRO	Envio de informações periódicas mensais Art. 36 da RN 124/06	Arquivamento
25779.008168/2016-69	Vitallis Saúde S/A	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.495900/2015-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Ingresso de beneficiário em plano coletivo Art. 20-D da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25780.004928/2015-49	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Mudança de faixa etária Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.329274/2015-68	All Care Administradora de Benefícios SA.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.048979/2015-11	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.088507/2014-00	Qualicorp Administradora de benefícios s.a.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.001183/2013-01	Terramar Administradora de Plano de Saude Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.027224/2013-52	Caixa Econômica Federal	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.020673/2011-16	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25772.025737/2015-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.251251/2015-31	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.009764/2014-54	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.026353/2015-54	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.008660/2016-15	All Care Administradora de Benefícios Em Saúde Ltda.	DIPRO	Ingresso de Beneficiário em Plano Art. 62 da RN n° 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25779.012008/2016-14	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.004506/2016-43	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.005880/2015-25	Good Life Saúde Ltda	DIPRO	Redução de Rede Hospitalar Art. 88 da RN n° 124/2006	627.221,05 (seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e um reais e cinco centavos)
33902.085765/2016-72	Caberj Integral Saúde S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.002095/2016-00	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	1) Urgência e emergência - Art. 79 da RN 124/06, por quatro vezes; 2) Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	1) 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); 2) 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.005501/2016-88	Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.012165/2015-20	COOPUS - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.014719/2016-12	Caixa Econômica Federal	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.444195/2016-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33903.005123/2016-98	Unimed Palmas Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Produto diverso do registrado - Art. 20 da RN 124/06	Advertência
33903.010988/2015-95	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.015121/2015-31	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.010888/2015-63	Clube de Saúde Administradora de Benefícios	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.009251/2016-19	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.175355/2015-31	Odonto empresas convenios dentários ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.018569/2015-46	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.001492/2016-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.014623/2014-44	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33903.010240/2014-10	Unimed do Oeste da Bahia Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.043038/2016-38	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.037558/2015-46	Green Line Sistema De Saúde S.A	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.004009/2015-75	Unimed-Rio Cooperativa De Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.014038/2015-65	Ecole Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura e Informações devidas aos consumidores Art. 77 e 74 RN 124/06	Advertência e 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.047377/2015-47	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)
25789.079011/2015-18	Central Nacional Unimed-Cooperativa Central	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.018942/2015-40	Itauseg Saúde S.A	DIPRO	Descumprimento Contratual Art. 78 RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25785.010701/2015-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.003922/2015-53	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Exonerados, Demitidos ou Aposentados- Art. 84 RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25779.034124/2015-11	Administradora Brasileira de Assistencia Medica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Urgência e Emergência Art. 79 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.008301/2015-04	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda em Liq. Extraj.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25785.000287/2015-11	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.036957/2015-90	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.000349/2015-87	Amil Assistência Médica Internacional S/A	DIOPE	Urgência e Emergência Art. 79 RN 124/06	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.008616/2015-24	Green Line Sistema de Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.001134/2015-18	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.034897/2015-71	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.027646/2015-59	Saúde Sistema Assistencial Unificado de Empresas Soc. Simples	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33902.444371/2016-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Urgência e Emergência art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25789.077604/2014-69	Odontoprev S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.011847/2013-32	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIPRO	Exonerados, Demitidos ou Aposentados art. 84 da RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.652462/2014-14	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.020587/2014-62	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.106574/2014-13	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual art. 82 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.058437/2014-57	Plano Hospital Samaritano Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25785.009739/2010-16	Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06 Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual art. 82 da RN 124/06 Incorreções e Omissões nas Informações art. 37 da RN 124/06	614.576,84 (seiscentos e quatorze mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) e 02 (duas) advertências

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 20 DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 473ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 22 de setembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25785.015424/2014-23	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.012709/2013-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Reajuste Art. 59 RN 124/2006	49.5000,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.000255/2015-78	Massa Falida de Assimédica Sistema de Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.023219/2016-63	CB Saúde Administração em Saúde Suplementar Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.032645/2015-15	Ecole Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.090752/2013-98	Massa Falida de Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Urgência e Emergência Art. 79 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25780.007995/2015-15	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Fornecimento de orientação para contratação ou guia de leitura contratual; Preenchimento incompleto de formulário em contratos coletivos - Arts. 65-A, 65-B e 10, V da RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.372368/2015-57	Vida Card S.A.	DIOPE	Envio de informações periódicas mensais - Arts. 36, §1º e 10, I da RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25779.048964/2015-53	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25780.016665/2015-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de Faixa Etária - Arts. 57 e 10, V da RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.058012/2014-48	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIOPE	Urgência e Emergência - Arts. 79 e 10, V da RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33902.609889/2014-94	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Arts. 82 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.107000/2014-54	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.014682/2014-12	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.048152/2014-16	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.035926/2016-01	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondonia e Roraima.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.012262/2016-01	H.B. Saúde S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.000620/2016-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.016104/2016-05	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.185225/2016-98	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.450927/2016-58	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	DIOPE	Mudança de Faixa Etária - Arts. 57 e 10, V da RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.015422/2015-85	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V e 8º, III da RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25780.019688/2015-87	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais - Arts. 66 e 10, V da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.053196/2015-31	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V, 7º, III e 8º, III da RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.044167/2015-05	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III da RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25785.008158/2015-63	Pro Salute Serviços Para a Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.008180/2015-53	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais - Arts. 66 e 10, V da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.100871/2014-47	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.239207/2014-71	Bioral Sistema Odontológico Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35 e 10, I da RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33902.227329/2014-15	Cheque Saúde Administração de Serviços de Saúde S/S Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35 e 10, I da RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.716263/2014-33	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais - Arts. 66 e 10, V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.004559/2014-93	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.099129/2014-81	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIOPE	Mudança de Faixa Etária - Arts. 57, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.194955/2012-56	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35 e 10, II da RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25773.022758/2012-21	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Reajuste acima do Permitido- Arts. 57, 10, V e 9º, I da RN 124/2006	45.090,00 (quarenta e cinco mil e noventa reais)
33902.207345/2012-20	Matermed Assistência Médica Eireli	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35 e 10, I da RN 124/2006	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
33902.205222/2012-54	Uniodonto Cooperativa Trabalho Odontologico de Para de Minas	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35 e 10, II da RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25785.005046/2012-16	Unimed Centro - Rs - Soc Coop de Serviços Médicos Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, II da RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.063987/2014-98	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.006549/2015-22	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25785.009344/2015-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.027559/2015-00	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, III e 7º, III da RN 124/2006	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33903.001564/2015-30	Unimed Goiania Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 10, V e 7º, III da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.003054/2015-62	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Arts. 82 e 10, V da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.024330/2015-96	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Arts. 78 e 10, V da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.801881/2013-05	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	DIOPE	Incorreções e Omissões nas Informações art. 37 da RN 124/06	6.000,00 (seis mil reais)
33902.372385/2015-94	Associação Mais Saúde Santa Casa de São João da Boa Vista	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Mensais art. 36 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25779.043074/2015-55	Sul América Companhia De Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.027776/2014-91	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.044408/2015-16	Vitallis Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.444473/2016-86	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.001380/2016-03	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.559354/2014-65	Sul América Seguro Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.014321/2016-78	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.088613/2014-85	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.088366/2013-36	Sul América Companhia De Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.047343/2015-52	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.004510/2016-15	Esmale Assistência internacional de Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais
33902.282722/2014-71	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.020152/2014-62	Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	DIOPE	Mudança de Faixa Etária art. 57 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25780.004037/2015-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral do Contrato Individual - art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.469786/2016-47	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.739451/2013-59	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	DIOPE	Renovação de Contratos art. 62-A da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25785.008228/2015-83	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25779.002024/2015-18	Casa de Saúde São Bernardo S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)
25779.000959/2016-41	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33902.443208/2016-81	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.096715/2015-55	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais
33902.444358/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.006546/2015-44	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais
25785.002615/2016-97	Unimed - Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.027187/2013-82	Hapvida Assistência Medica Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais
25789.073823/2014-79	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIOPE	Reajuste de Plano Coletivo art. 61-A da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25772.007830/2015-42	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativadas Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.028680/2014-41	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIOPE	Reajuste não autorizado ou Homologado - art. 58 da RN 124/06	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
33902.204749/2012-61	Amhpla Cooperativa de Assistência Médica	DIOPE	Envio de Informações Periódicas art. 35 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.468778/2012-50	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.082080/2015-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.017598/2015-41	Unimed Teresina - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Urgência e Emergência art.79 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.011270/2016-92	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Mudança de faixa etária art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.090535/2014-89	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.039468/2016-71	W.S. - Administradora de Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.007225/2015-72	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.012619/2013-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de faixa etária art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.012987/2014-80	Sindehotéis - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem E Gastronomia de Curitiba e Região	DIOPE	Autorização de funcionamento art. 12, §3 e 4 18 da RN 124/06	900.000,00 (novecentos mil reais)
25789.027485/2016-65	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.000345/2015-69	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.067464/2015-00	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.105419/2015-52	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.043148/2015-34	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.019676/2014-91	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.077790/2015-17	Hbc Saúde Ltda.	DIOPE	Alteração do contrato em desacordo com a legislação art. 69 da RN 124/06; Produto diverso do registrado art. 20 da RN 124/06	68.000,00 (sessenta e oito mil reais)
25789.008419/2014-24	Massa Falida de Saúde Assistência Medica Internacional Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.005967/2014-82	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.018773/2013-36	Viva Planos de Saúde Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25773.019681/2015-54	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondonia E Roraima	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
25783.014084/2013-52	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Mudança de faixa etária art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25780.004019/2015-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de faixa etária art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.360733/2014-08	Samoc S.A. - Sociedade Assistencial Médica e Odonto Cirúrgica	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.443015/2016-20	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.335862/2014-50	Amico Saúde Ltda (Incorporada Por Amil Assistência Médica Internacional S.A.)	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33903.000821/2014-35	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Ingresso de beneficiário em plano art. 62 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.372060/2015-10	Operadora de Planos de Saúde Serra Imperial Ltda.	DIOPE	Envio de informações periódicas mensais art. 36 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
25782.004291/2014-90	Camboriú Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25783.024364/2014-50	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
33903.015265/2014-00	Caixa Econômica Federal	DIOPE	Obrigações de natureza contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.410898/2014-20	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.094024/2014-36	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.209667/2012-11	Uniodonto Regional Coop Trab Odontologico Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas art. 35 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.226740/2012-10	Federaçao Regional das Cooperativas Médicas Unimeds dos Estados de Goias e Tocantins e do Distrito Federal	DIOPE	Envio de Informações Periódicas art. 35 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.330708/2013-19	Divicom Administradora de Benefícios Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas art. 35 da RN 124/06	75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
33902.207774/2012-05	Unimed de Pindamonhangaba - Cooperativa Trabalho Medico	DIOPE	Envio de Informações Periódicas art. 35 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.900107/2014-59	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25773.017662/2013-21	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIOPE	Informações devidas a beneficiários art. 74 da RN 124/06	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.081623/2015-71	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.029964/2015-54	Biovida Saúde Ltda.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de contrato individual Art. 82 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25785.011443/2015-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.044414/2015-65	SMV Serviços Médicos Ltda	DIOPE	Mudança de faixa etária Art. 57 da RN 124/06	Advertência
25780.005990/2015-58	Hapvida Assistência Medica Ltda	DIOPE	Fornecimento de cópia do instrumento contratual e incorreções e omissões nas informações Arts. 65 e 37 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
33903.010569/2011-20	Oralmed Vilhena Centro Odontológico Ltda	DIOPE	Autorização de funcionamento Art. 18 da RN 124/06	900.000,00 (novecentos mil reais)
33902.242251/2012-05	Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Incorreções e omissões nas informações Art. 37 da RN 124/06	6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25779.005594/2015-60	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.016040/2015-98	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800.00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.347316/2014-61	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.002862/2015-41	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Mudança de faixa etária Art. 57 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.077665/2015-15	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Mudança de faixa etária Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.011790/2014-73	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.051056/2012-85	Centro Trasmontano de São Paulo	DIOPE	Urgência e emergência Art. 79 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.620845/2014-15	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.014050/2012-46	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Suspensão ou Rescisão unilateral de contrato coletivo Art. 82 da RN 124/06	Arquivamento
25783.035397/2014-25	Unimed Noroeste Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Exonerados, Demitidos ou Aposentados Art. 84 da RN 124/06	16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)
25789.000308/2015-51	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.017641/2013-14	Hapvida Assistência Medica Ltda	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.000082/2015-62	Unimed Caceres Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Urgência e emergência Art. 79 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25779.000074/2016-41	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25779.010563/2015-21	SMS - Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.009371/2015-32	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Fornecimento de orientação para contratação ou guia de leitura contratual e Preenchimento incompleto de formulário em contratos coletivos	10.000,00 (dez mil reais)
25779.015073/2015-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.023768/2014-95	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25779.000056/2016-60	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.272629/2014-59	Odontoprev S/A	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.028891/2015-14	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33903.010841/2012-52	Sul América Seguro Saúde S/A	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.020598/2014-42	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Redução de rede hospitalar Art. 88 da RN 124/06	204.468,75 (duzentos e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
33902.079633/2015-21	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de garantias legais Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.206460/2012-87	Amil Assistência Médica Internacional S.A. (Incorporadora de Lincx Sistemas de Saúde Ltda)	DIOPE	Envio de informações periódicas Art. 35 da RN 124/06	975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais)
33902.208661/2012-19	Paraná Clínicas - Planos de Saúde S/A	DIOPE	Envio de informações periódicas Art. 35 da RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.215385/2009-40	Funasa-Saúde - Caixa de Assistência dos Empregados da Saelpa	DIOPE	Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviço Art. 34 da RN 124/06	110.000,00 (cento e dez mil reais)
33902.230252/2012-07	Odonto Corpus S/S Ltda.	DIOPE	Envio de informações periódicas Art. 35 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.359466/2014-18	Unimed Alto Uruguai/Rs - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Envio periódico de informações sobre beneficiários Art. 36 da RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)
33902.185568/2013-18	Plano Hospital Samaritano Ltda	DIOPE	Produto diverso do registrado Art. 20 da RN 124/06	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
25789.054189/2013-94	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Urgência e Emergência Art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25772.001242/2014-14	União médica - Cooperativa de Trabalho Médico de Feira de Santana	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25772.005549/2014-94	Unix - Saúde Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.000472/2013-75	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.006943/2016-00	Bradesco Saúde S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	Arquivamento
25773.007748/2013-46	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.008302/2015-09	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.001750/2016-02	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.017552/2015-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.017926/2015-59	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual Art. 82 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.019164/2014-44	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.006463/2016-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.003812/2013-09	Vision Med Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.026526/2013-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25785.014760/2011-14	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Medico	DIPRO	Informações Devidas a Beneficiários; Mecanismos de Regulação; Cláusulas de Garantias Legais; Contrato coletivo em desacordo com a regulamentação; Arts. 74, 71, 66 e 20-C da RN 124/06	105.00,00 (cento e cinco mil reais) e Advertências
25789.001460/2015-51	Crusam Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.004320/2015-34	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.018814/2016-87	CB Saúde Administração em Saúde Suplementar Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	Arquivamento
25789.040634/2014-10	Centro Trasmontano de São Paulo	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.046061/2012-76	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura e Envio de informações periódicas mensais Arts. 77 e 36 da RN 124/06	94.200,00 (noventa e quatro mil e duzentos reais)
25789.070611/2013-59	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06	33.120,00 (trinta e três mil, cento e vinte reais)
25789.089969/2014-36	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.100272/2014-23	Unimed Alfenas Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.055047/2013-29	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIOPE	Produto Diverso do Registrado Art. 20 da RN 124/06	Advertência
33902.074350/2016-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.201031/2016-47	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.206232/2014-79	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.330035/2013-99	Incremental Odontologia S/S Ltda.	DIPRO	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.330513/2013-61	Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru	DIPRO	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.641068/2012-81	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais e Obrigações de Natureza Contratual Arts. 66 e 78 da RN 124/06	93.270,00 (noventa e três mil e duzentos e setenta reais)
33902.651962/2013-40	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIOPE	Renovação de Contratos Art. 62-F da RN 124/06	57.281,68 (cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos)
33902.680121/2013-40	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.004530/2016-88	Sul América Serviços de Saúde S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.009890/2013-23	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.027239/2012-54	Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Contratualização Art. 43 da RN 124/06	28.000,00 (vinte e oito mil reais)
25782.000853/2014-26	Fundação São Francisco Xavier	DIPRO	Envio de Informações - Art. 35 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25779.013484/2015-71	Promed Assistência Médica Ltda.	DIPRO	Redução de Rede - Art. 88 RN 124/2006	505.082,00 (quinhentos e cinco mil e oitenta e dois reais)
25789.005225/2015-58	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.105006/2015-78	Unimed Grande Florianópolis- Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.026879/2012-11	Ameron- Assistência Médica Rondônia S.A	DIPRO	Redução de Rede - Art. 88 RN 124/2006	63.442,11 (sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e onze centavos)
25789.009587/2014-37	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Redução de Rede - Art. 88 RN 124/2006	458.384,21 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte um centavos)
25789.013920/2015-93	Unimed do ABC Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.046891/2015-65	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda em liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.096814/2013-75	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.039312/2015-17	Centro Trasmontano de São Paulo	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.000154/2016-68	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.017962/2016-84	Unimed do Estado de São Paulo Federação Estadual das Coop. Médicas	DIPRO	Extinção	Arquivamento
33903.019257/2013-43	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.018222/2015-01	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.006504/2015-39	Divicom Administradora de Benefícios Ltda	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.023137/2012-64	Caixa de Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	DIPRO	Redução de Rede - Art. 88 RN 124/2006	88.446,32 (oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos)
33902.348343/2012-90	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Adaptação dos contratos em Desacordo com a Legislação - Art. 68 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.005971/2016-22	Unimed do Estado de São Paulo Federação Estadual das Coop. Médicas	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.036398/2015-18	Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/2006	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
25789.058389/2015-88	Associação Policial de Assistência à Saúde da Baixada Santista	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.004316/2015-41	Plano Saúde São Francisco Ltda	DIPRO	Extinção	Arquivamento
33902.481908/2011-69	Central Nacional Unimed Cooperativa Central	DIPRO	Mecanismos de Regulação - Art. 71 RN 124/2006 Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 RN 124/2006 Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 RN 124/2006	1.819.007,00 (um milhão, oitocentos e dezenove mil e sete reais)
33902.043048/2016-73	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.019836/2015-83	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.510634/2015-56	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Extinção	Arquivamento
25780.009141/2015-73	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.018304/2016-18	Unimed do Estado de São Paulo Federação Estadual das Coop. Médicas	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.000771/2016-83	Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos	DIPRO	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.014324/2014-31	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quarto mil reais)
25782.008249/2015-29	União Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.006775/2016-75	Odontoprev S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.298402/2015-14	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médicodo Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.018739/2016-54	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.489183/2016-61	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25780.010924/2015-08	Unimed Goiania Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.081048/2010-86	Odontoprev S/A	DIOPE	Produto diverso do registrado Art. 20 da RN 124/06	Advertência
25780.014904/2015-06	Vila Valqueire Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.011779/2015-63	Unimed Natal Soc. Coop. De Trab. Médico	DIPRO	Portabilidade Art. 62-F da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25773.002615/2015-45	Unimed De Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.013583/2013-51	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.014044/2015-12	Biovida Saúde Ltda	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Art. 82 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.011065/2015-86	Odontoprev S/A	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25783.007327/2013-04	Hapvida Assistencia Medica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.006162/2015-17	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.329736/2013-85	Centro Clinico Nh Ltda	DIPRO	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.004357/2015-62	Advance Planos De Saúde Ltda	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25782.001080/2016-67	Agemed Saúde S.A.	DIPRO	Mecanismos de regulação Art. 71 da RN 124/06	Advertência
25779.013563/2015-82	Massa Falida de Vitae Serviços Assistenciais Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.008581/2015-42	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.017960/2015-83	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.002076/2016-21	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.451166/2016-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.567677/2012-61	Instituto de Previdência e Assistência Odontológica Ltda	DIOPE	Incorreções e omissões nas Informações Art. 37 da RN 124/06	180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
25782.007766/2013-19	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Fornecimento de orientação para contratação ou guia de leitura contratual Art. 65-A da RN 124/06	5.000,00 (cinco mil reais)
33902.063832/2010-11	Odontoprev S/A	DIOPE	Contratualização Art. 43 da RN 124/06	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.091425/2013-53	Sociedade Portuguesa de Beneficência	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25785.019408/2013-29	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.204308/2012-60	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A	DIOPE	Envio de informações periódicas Art. 35 da RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.594161/2014-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	Urgência e emergência Art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25782.004695/2013-01	Unimed Ponta Grossa Coop. de Trabalho Medico	DIOPE	Planos coletivos cancelados Art. 76 da RN 124/06	21.000,00 (vinte mil reais)
25789.057901/2014-98	Unimed - Belo Horizonte Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar Art. 88 da RN 124/06	55.350,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais)
25789.035559/2013-94	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)
25789.040385/2013-81	HBS Saúde ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.450470/2014-10	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06; Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06	150.000,00 (cento e cinquenta reais)
33902.444454/2016-50	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.007123/2016-32	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06; Ingresso de beneficiário em plano coletivo Art. 20-D da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.242428/2015-16	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.131676/2015-24	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.090970/2014-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Redução de Rede Hospitalar Art. 88 da RN 124/06	136.631,58 (cento e trinta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos)
25779.017918/2015-11	Biovida Saúde Ltda	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25773.004109/2016-71	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.007805/2013-97	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25773.017088/2013-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.020322/2015-40	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.011617/2015-75	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda em Liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.023908/2015-14	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda em Liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.003117/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Reajuste por faixa etária - Art.57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25782.002621/2016-74	Caixa Economica Federal	DIPRO	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.004046/2016-44	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de garantias legais - Art.66 da RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25782.014513/2014-82	Nossa Saúde - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda.	DIPRO	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25783.008222/2013-64	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIPRO	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25785.017378/2014-05	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.005671/2013-09	HBC Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.011412/2015-71	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.017392/2016-22	Unimed-Rio Cooperativa de trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25789.026472/2014-15	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Rescisão Unilateral de contrato individual - Art.82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.042985/2015-46	Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.102645/2014-09	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.007156/2016-82	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.043044/2016-95	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.086230/2016-19	Unimed-rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.101401/2015-66	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.181787/2015-81	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.279935/2016-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.413878/2014-19	Amico Saúde Ltda	DIPRO	Rescisão Unilateral de contrato individual - Art.82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.454960/2016-57	Aliança Administradora de Benefícios de saúde S.A.	DIPRO	Reajuste por mudança de faixa etária Art.57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.526741/2015-04	Aliança Administradora de Benefícios de saúde S.A.	DIPRO	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.830580/2013-81	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde Capesesp	DIPRO	Envio de informações periódicas - Art. 35 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.010638/2015-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Reajuste por Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 124/2006	49.500,00(quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.018578/2015-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Redimensionamento de rede hospitalar - Art. 88 da RN 124/2006	55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais)
33902.279132/2014-61	Plus Odonto World Assistência Odontológica Ltda	DIPRO	Envio de informações periódicas Art. 35 da RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33903.011329/2014-95	Multi Saúde - Assistência Médica e Hospitalar Ltda	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/2006	21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)
33902.429266/2015-11	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art. 78 da RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25789.101807/2014-83	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura Art.77da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.039218/2015-50	Sul América Companhia de Seguro Saúde S.A	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.095466/2015-81	Sul América Companhia de Seguro Saúde S.A	DIOPE	Obrigações De natureza contratual- art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.090502/2016-85	Unimed- Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio De Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.030706/2012-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde S.A	DIOPE	Obrigações De natureza contratual- art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.010836/2015-92	Unimed Paulistana Cooperativa de Trabalho Médico- em liquidação extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
25779.00439/2015-90	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Obrigações De natureza contratual- art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25789.005285/2015-71	Plano Hospital Samaritano LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33903.014346/2013-01	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.065889/2013-99	Odontoprev S/A	DIOPE	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato- Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.041848/2016-75	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	DIOPE	Negativa de coberturaArt. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.036882/2015-66	União Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.007226/2016-37	SMS Assistência Médica LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25780.011505/2015-85	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.480964/2011-86	Unimed- Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio De Janeiro	DIOPE	Obrigações De natureza contratual- art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.532361/2012-58	IBBCA Gestão em Saúde LTDA	DIOPE	Ingresso de consumidor em plano-Art. 20-D da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.012579/2014-78	Unimed Seguros Saúde S/A	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.046224/2015-82	Unimed Foz do Iguaçu Coop. De trabalho Médico	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.039382/2014-86	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Mauá	DIOPE	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.008368/2015-81	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIOPE	Ingresso de consumidor em plano-Art. 20-D da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25779.045717/2015-03	Central Nacional Unimed Coop. Central	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.569753/2012-72	IBBCA 2008 gestão em saúde LTDA	DIPRO	Obrigações De natureza contratual- art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.035528/2014-74	Unimed Pernambuco Central- Coop. De trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.652600/2014-57	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Cláusulas de garantias legais- Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.002477/2015-25	Unimed Paulistana Cooperativa de Trabalho Médico- em liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.087242/2013-33	Unimed Urbelandia Coop. Regional Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Exonerados, demitidos, aposentados- Art. 84 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.088415/2014-11	Unimed Taubaté Coop. De trabalho Médico	DIPRO	Reajuste Art. 57 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.007153/2016-49	Unimed- Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio De Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.098671/2014-17	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	DIPRO	Reajuste Art. 57 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.277365/2014-20	Caixa Beneficente dos Auxiliares do Comercio Cafeeiro de Santos	DIPRO	Envio de informações- Art. 35 da RN 124/06	75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
33902.360186/2012-91	Caixa de Assistência dos servidores da CEDAE- CAC	DIPRO	Obrigações de natureza contratual- Art. 78 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.110916/2015-72	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Obrigações de natureza contratual- Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.615810/2013-83	SB Saúde Ltda Sociedade Simples	DIPRO	Negativa de cobertura Art. 77 da RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.061571/2015-16	Santa Rita Sistema de Saúde	DIPRO	Renovação de contratos- Art. 62-F da RN 124/06	12.000,00 (doze mil reais)
25782.001038/2016-46	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S/A	DIPRO	Reajuste- Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.330719/2013-91	SAS Sistemas de Administração de Saúde Ltda	DIPRO	Envio de Informações Art.35 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
25789.063725/2015-12	Porto seguro saúde s/a	DIPRO	Negativa de cobertura- Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.024893/2015-63	Unix - Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso II, da RN nº 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.003141/2012-14	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Reajuste - arts. 57 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25773.010481/2014-55	Maisodonto Assistência Odontólogica Ltda.	DIPRO	Provimento do recurso extinção do processo	Arquivamento
25773.020337/2015-16	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso IV, e art. 8º, inciso III, da RN nº 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25773.022739/2012-02	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V c/c art. 7º, inciso III, e art. 8º, inciso III, da RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.000607/2016-95	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.005231/2015-24	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIPRO	Redução de rede - art. 88 c/c art. 10, inciso II, e art. 9º, inciso II, da RN nº 124/2006	41.477,89 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos)
25779.005385/2015-16	Sms - Assistência Médica Ltda	DIPRO	Negativa cobertura - arts. 77 e 10, inciso III, da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.024221/2016-79	Vitallis Saúde S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.036291/2015-99	Unimed Noroeste Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.037611/2015-28	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.044157/2015-61	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77 c/c art. 10, inciso III, da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.013886/2015-37	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.005836/2016-47	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.008554/2015-11	Sul America Companhia De Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art.10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.013627/2014-13	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil Reais)
25783.002344/2014-28	Caixa Econômica Federal	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.002041/2015-76	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - art. 78 c/c art. 10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25785.002522/2016-62	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Provimento do recurso extinção do processo	Arquivamento
25789.000679/2016-13	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.008239/2015-23	Unimed Jundiai - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso IV, da RN nº 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.015518/2015-43	Coopus - Cooperativa de Usuários Do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Doenças e Lesões Preexistentes - arts. 81 e 10, inciso III, da RN nº 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.021214/2016-04	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIPRO	Ingresso de Beneficiário em Plano - arts. 62 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.031231/2016-41	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde Dos Empregados dos Correios	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - arts. 78 e 10, inciso V da RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.039970/2014-10	Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda.	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso IV, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	70.400,00 (Setenta mil e quatrocentos reais)
25789.040465/2015-07	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Fornecimento de orientação para contratação ou guia de leitura contratual - art. 65-A da RN nº 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25789.047554/2013-12	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	DIPRO	Provimento do recurso extinção do processo	Arquivamento
25789.063890/2014-85	Ecole Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso III, da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25789.088499/2014-93	Unimed Seguros Saúde S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V, c/c art. 7º, inciso III, e art. 8º, inciso III, da RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.304609/2014-54	Allianz Saúde S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.392426/2014-88	Prima Vida Odontologia de Grupo Limitada	DIPRO	Negativa de cobertura - arts. 77 e 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.429298/2015-16	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - arts. 78 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.484478/2013-07	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - arts. 78 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.485293/2013-10	Gs Plano Global de Saúde Ltda	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - arts. 78 e 10, inciso II da RN nº 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.001627/2014-77	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A.	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III, e art. 8º, inciso III, da RN nº 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33903.010690/2014-02	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - art. 78 c/c art. 10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.025199/2012-14	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art.10, inciso V, e art. 7º, inciso III, da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.443554/2016-69	Bradesco Saúde S.A.	DIPRO	Obrigações de natureza contratual - arts. 78 e 10, inciso V, da RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.001857/2016-42	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.006481/2016-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.013846/2016-13	Sms - Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.376794/2015-60	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN n° 124/2006 (2x)	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.010568/2015-53	Good Life Saude Ltda	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar Art. 88 da RN n° 124/2006	88.850,53 (oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e três centavos)
25772.025938/2015-17	Unimed do Sudoeste Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.039297/2014-18	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33903.002125/2016-25	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.000558/2016-71	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.002049/2016-58	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.494161/2016-13	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.004273/2016-84	Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína - Unimed Araguaína	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25779.006547/2015-33	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.030458/2015-99	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	DIOPE	Produto Diverso do Registrado Art. 20 da RN n° 124/2006; Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviços Art. 34 da RN n° 124/2006; e Redução de Rede Hospitalar Art. 88 da RN n° 124/2006	Advertência (2x) + 108.227,89 (cento e oito mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos)
25789.042988/2015-80	Med-Tour Administradora de Benefícios e Empreendimentos Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25783.001083/2014-29	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.018615/2014-15	Pluriclub Administradora de Benefícios Ltda.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.057033/2014-46	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006 (3x)	264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
25789.019070/2014-56	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 da RN n° 124/2006; Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN n° 124/2006; e Produto Diverso do Registrado Art. 20 da RN n° 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.416571/2013-81	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 da RN n° 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25785.001130/2012-52	Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul	DIOPE	Segmentações dos Produtos ou Serviços Art. 22 da RN n° 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.049251/2013-26	Odontoprev S/A	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.081193/2013-25	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.013459/2013-86	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.009852/2013-85	Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda	DIOPE	Urgência e Emergência Art. 79 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.010521/2015-90	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006 (3x)	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
25779.009761/2015-41	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25772.016846/2014-65	Plamed Plano de Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.003432/2014-61	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.005445/2015-09	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 da RN n° 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.233148/2014-28	Caixa Oral Company Assistência Odontológica Ltda.	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN n° 124/2006 (2x)	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.210127/2012-72	Unimed Ponte Nova Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN n° 124/2006 (9x)	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.226808/2012-52	Santa Casa de Misericórdia de Barretos	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN n° 124/2006 (12x)	Advertência (9x) + 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.151920/2010-61	Instituto Português Brasileiro de Assistência	DIOPE	Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviços Art. 34 da RN n° 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.197966/2012-98	Unimed Regional Sul Goias Coop. de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 da RN n° 124/2006 (3x)	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.072138/2014-25	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 da RN n° 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.014792/2012-21	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIOPE	Exonerados, Demitidos ou Aposentados Art. 84 da RN n° 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.031593/2015-71	SMS - Assistência Médica Ltda	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 da RN n° 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25773.008772/2015-64	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III, c/c art.8º, III da RN n° 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.010454/2015-09	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.090877/2016-45	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.444206/2016-17	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.293851/2014-95	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.013315/2015-00	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.018177/2015-47	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.006471/2015-46	Massa Falida de Vitae Serviços Assistenciais Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso II da RN n° 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.021651/2015-99	Porto Seguro- Seguro Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.009571/2015-80	Unimed Anápolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.001982/2015-11	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso IV c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos mil reais)
25773.006889/2016-94	Caixa Econômica Federal	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.021323/2013-21	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso III c/c art.7°, inciso III c/c art.8º, inciso III da RN n° 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
25783.022165/2015-98	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.010603/2015-94	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.042973/2015-11	Biovida Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso IV c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33903.007918/2013-98	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.372492/2015-12	E.X.M. Brasil Saúde Ltda - ME	DIOPE	Envio de informações periódicas mensais Art. 36, §1º c/c art.10, inciso II da RN n° 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33902.232882/2012-16	Centro Médico Fátima Ltda	DIOPE	Envio de informações periódicas Art.35 c/c Art.10, inciso II, §2° da RN nº 124/06.	20.000,00 (vinte mil reais)
25772.001377/2015-61	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual Art. 82 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.016067/2014-31	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados Art.84 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.108017/2014-29	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art.78 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.043684/2016-11	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art.78 c/c art.10, inciso V c/c Art.7º, inciso III da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.012912/2016-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art.78 c/c art.10, inciso V c/c Art.7º, inciso III da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.010815/2012-24	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art.78 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.352703/2015-09	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual e cláusulas de garantias legais - Art.78 c/c art.10, inciso V da RN 124/06 e Art.66 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	90.000,00 (noventa mil reais)
25773.017664/2013-11	Unimed de Fortaleza Sociedade de Cooperativa Médica Ltda	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo Art. 82-A c/c art.10, inciso V da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.099185/2014-16	Green Line Sistema de Saúde S.A.	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.043096/2016-61	IBBCA 2008 Gestão em saúde Ltda	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art. 66 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.023975/2014-21	Mediplan Assistencial Ltda	DIOPE	Exonerados, Demitidos e Aposentados Art. 84 c/c art.10, inciso III da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
25783.013927/2012-12	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Exonerados, Demitidos e Aposentados Art. 84 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.019343/2014-12	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 c/c art.10, inciso V da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.042855/2015-11	SOESP Odonto Sistema Odontológico e Serviços Preventivos Ltda	DIOPE	Obrigações de natureza contratual Art.66 c/c art.10, inciso III c/c art.7º, inciso III da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33902.226934/2012-15	Cooperativa Evidente- Cooperativa de Trabalho Ondontológica de Botucatu	DIOPE	Envio de informações periódicas Art. 35 c/c art.10, inciso II, §2º da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25772.009165/2009-83	Divicom Administradora de Benefícios Ltda	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.009222/2015-62	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.032002/2015-82	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviços - Art. 34 da RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
25779.044660/2015-17	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06, por duas vezes	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25779.045384/2015-12	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.002873/2014-31	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados - Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.010519/2014-81	Nossa Saúde - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.013335/2013-91	Nossa Saúde - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda.	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
25782.013614/2014-36	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.004631/2012-19	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados - Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.023651/2014-42	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Ingresso de consumidor em plano - Art. 62 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25785.010690/2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.005043/2016-68	Unimed Seguros Saúde S/A	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.006642/2016-07	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
25789.006972/2016-94	Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.008371/2014-54	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.010658/2015-25	Biovida Saúde Ltda.	DIOPE	Urgência e emergência - Art. 79 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.036429/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.037325/2012-09	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25789.042763/2015-23	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Ingresso de consumidor em plano - Art. 62 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.056885/2014-16	Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	DIOPE	Reajuste acima do permitido - Art. 59 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25789.064832/2015-50	Odontoprev S/A	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados - Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.071896/2012-64	HBC Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06, por duas vezes	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25789.082821/2013-90	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Exonerados, demitidos ou aposentados - Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.085982/2013-35	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	DIOPE	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.090732/2013-17	Massa Falida LAM Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.112286/2015-71	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.113928/2015-33	Sociedade Portuguesa de Beneficência	DIOPE	Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviços - Art. 34 da RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
33902.203098/2015-35	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de garantias legais - Art. 66 da RN 124/06, por duas vezes.	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.214525/2012-68	Medical Medicina Cooperativa Assistencial de Limeira	DIOPE	Envio de informações periódicas - Art. 35 da RN 124/06, por três vezes	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.413125/2013-14	Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do sul	DIOPE	Envio de informações periódicas - Art. 35 da RN 124/06, por quatro vezes	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.494692/2012-82	Plano de Autogestão em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário	DIOPE	Renovação de contratos - Art. 62-A da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
33903.009375/2015-13	Promed Assistência Médica Ltda	DIOPE	Produto diverso do registrado - Art. 20 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.017291/2014-64	Unimed Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Urgência e emergência - Art. 79 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.018021/2014-71	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S/A	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.207292/2012-47	Unimed São José do Rio Preto - Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006	240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
25772.011774/2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Exonerados, demitidos e aposentados - art. 84, RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.000651/2016-46	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Cláusulas de garantias legais - art. 66, RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.013877/2014-35	Unimed João Pessoa - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Contrato coletivo em desacordo com a Regulamentação; reajuste de plano coletivo - arts. 20-C e 61-A, RN nº 124/2006	76.000,00 (setenta e seis mil reais)
25782.008005/2015-46	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.008277/2011-31	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais
25779.048966/2015-42	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais
25779.009725/2015-88	SMS - Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.012129/2015-85	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais
25779.017009/2015-74	Allianz Saúde S/A	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25773.012988/2012-81	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Mudança de faixa etária - art. 57, RN nº 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25779.009783/2015-10	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25773.008761/2015-84	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	DIOPE	Informações devidas a beneficiários - art. 74, RN nº 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
25773.009055/2015-50	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Informações devidas a beneficiários - art. 74, RN nº 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.099124/2014-59	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.206683/2012-44	Caixa de Assistência a Saúde da Universidade	DIOPE	Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25773.012227/2013-19	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.020222/2015-44	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato coletivo - art. 82-A, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.039968/2014-41	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Suspensão ou rescisão unilateral de contrato coletivo - art. 82-A, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.018765/2013-90	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.003517/2014-40	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.006042/2015-30	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	DIOPE	Urgência e emergência - art. 79, RN nº 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.092861/2014-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Mudança de faixa etária - art. 57, RN nº 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.037471/2014-98	Insolvência Civil de Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.017505/2014-28	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais); Advertência
25779.019893/2014-09	Samp Minas Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.047345/2015-41	Administradora Brasileira de Assistência Médica - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.043879/2015-07	Administradora Brasileira de Assistência Médica - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.014893/2015-56	Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado De São Paulo	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.000818/2016-88	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.012409/2015-24	Unimed Vale do Caí/Rs - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25783.009630/2016-86	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Mudança de faixa etária - art. 57, RN nº 124/2006	Arquivamento
25779.000781/2016-38	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25773.007451/2015-42	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)
33903.000401/2014-59	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A.	DIPRO	Negativa de cobertura art. 77, RN nº 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25772.010306/2012-14	Promédica - Proteção Medica a Empresas S.A.	DIPRO	Contratualização	63.000,00 (sessenta e três mil reais)
25779.020545/2015-57	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda em Liq. Extraj.	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25779.036867/2015-18	Agemed Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.207634/2012-29	Agemed Saúde S/A	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 RN 124/06	180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
25782.012450/2014-20	Central Nacional Unimed Cooperativa Central	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.044878/2015-52	Centro Transmontano de São Paulo	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar Art. 88 RN 124/06	183.150,00 (cento e oitenta e três mil, cento e cinquenta reais)
25789.063582/2015-31	Clínica São José Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)

33902.381909/2014-57	Cooperativa dos Usuários de Serviços de Saúde Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Mensais Art. 36 RN 124/06	10.000,00 (dez mil reais)
33903.007250/2014-60	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.007034/2014-14	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
25785.016863/2015-34	Fundação de Amparo Social do Hospital Moinhos de Vento	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	12.000,00 (doze mil reais)
25789.035035/2014-84	Green Line Sistema de Saúde S/A	DIOPE	Mudança de Faixa Etária Art. 57 RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25779.026373/2015-25	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25779.044379/2015-84	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.095405/2015-13	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33902.408490/2014-98	Prisma Odontologia Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Mensais Art. 36 RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.051157/2014-18	Sociedade Coop. Cruzeiro Operadora de Planos de Saúde Soc. Coop	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.009136/2015-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.006259/2013-72	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.002682/2015-65	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.012153/2015-70	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.018508/2015-39	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.013082/2015-38	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.013171/2015-84	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.004554/2016-62	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.013748/2015-58	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.011962/2016-55	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.784423/2013-96	Unimed Rio Coop. de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.485866/2013-05	Unimed Seguros Saúde S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.021149/2014-11	Unimed Saúde e Odonto S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.207540/2012-50	Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.004306/2015-31	Unimed do Estado de São Paulo Federação Estadual das Coop. Médicas	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.004914/2014-24	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.002488/2015-65	Unimed Norte/Nordeste Federação Interfederativa das Soc. Coop. de Trab. Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.014901/2012-19	Unimed Natal Soc. Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.026913/2015-71	Unimed Paulistana Soc. Coop. de Trabalho Médico em Liq. Extraj.	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.199225/2012-41	Uniodonto do Brasil Central Nacional das Coop. Odontológicas	DIOPE	Envio de Informações Periódicas Art. 35 RN 124/06	15.000,00 (quinze mil reais)
25789.099384/2014-24	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.042994/2015-37	Unimed de Santos Coop de Trab Medico	DIPRO	Descumprimento Contratual Art.78 da RN 124/06	Arquivamento
25773.010480/2015-91	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Mudança de Faixa Etária Art.57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25780.004929/2015-93	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.039826/2014-83	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Mudança de Faixa Etária Art.57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33903.010850/2014-13	Cooperativa de Trabalho Medico de Araguaína - Unimed Araguaína	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	32.000,00(trinta e dois mil reais)
25789.070248/2013-71	Centro Trasmontano de São Paulo	DIPRO	Redução de rede hospitalar - Art.88 da RN 124/06	322.008,75 (trezentos e vinte e dois mil oito reais e setenta e cinco centavos)
25779.016669/2015-38	Promed Assistência Medica Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.181731/2015-27	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25772.017878/2015-69	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Descumprimento Contratual Art.78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.003001/2015-21	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	DIPRO	Redução de rede hospitalar - Art.88 da RN 124/06	40.357,89 (quarenta mil trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos),
25773.009457/2015-54	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.013761/2015-67	Circulo Operario Caxiense	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art.66 da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.008850/2015-51	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.000154/2015-05	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	DIPRO	Descumprimento Contratual Art.78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.020559/2015-36	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art.66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.095342/2015-03	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	DIPRO	Redução de rede hospitalar - Art.88 da RN 124/06	187.008,75 (cento e oitenta e sete mil oito reais e setenta e cinco centavos)
25779.036774/2015-93	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25789.010643/2015-67	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.481912/2011-27	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIPRO	Escrituração de Registros Contábeis Art.48 da RN 124/06	480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)
33902.479284/2014-62	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral Art.82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.444452/2014-07	All care administradora de beneficios s.a.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art.66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.028374/2015-60	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	DIPRO	Descumprimento Contratual Art.78 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.517504/2015-44	União Saúde Ltda.	DIPRO	Informações Devidas a Consumidores Art 74 da RN 124/06	Advertência
25783.016950/2013-40	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.012850/2013-73	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25789.049489 /2013-51	Caixa Beneficente dos Funcionarios do Banco do Estado de São Paulo	DIPRO	Mudança de Faixa Etária Art.57 da RN 124/06	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25772.017484/2015-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Descumprimento Contratual Art.78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25772.005882/2015-84	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	DIPRO	Descumprimento Contratual Art.78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.000622/2016-02	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc.Coop.Serv.Med e Hosp Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.494168/2016-35	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Urgência e Emergência Art.79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
33902.444227/2016-24	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.044914/2016-69	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.023263/2016-73	Uniodonto de Jundiaí Cooperativa Odontológica	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.020253/2014-33	Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06, por duas vezes	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
25789.046672/2014-86	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.054468.2014-39	Sul America Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.006865/2016-31	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura Art.77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.456077/2012-78	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Cláusulas de Garantias Legais Art.66 da RN 124/06	Arquivamento
33902.291395/2012-87	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIOPE	Oferecimento de Plano de Referência art. 75 da RN 124/06 Cláusulas de Garantias Legais art. 66 da RN 124/06 Doenças e Lesões Preexistentes art. 81 da RN 124/06	1.749.716,29 (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e nove centavos)
25785.003455/2016-01	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Informações Devidas a Consumidores art. 74 da RN 124/06	50.042,11 (cinquenta mil, quarenta e dois reais e onze centavos)
33902.753602/2014-62	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.006478/2014-37	Unihosp - Serviços de Saúde Ltda.	DIPRO	Renovação de Contratos art. 62-A da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25773.009552/2015-58	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Informações Devidas a Consumidores art. 74 da RN 124/06	69.750,00 (sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais)
25773.017612/2015-14	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.015127/2015-17	Plano de Saúde Ases Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.008183/2016-62	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.053112/2015-69	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	DIOPE	Doenças e Lesões Preexistentes art. 81 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.023766/2013-56	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.488952/2015-23	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Negativa de Cobertura art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.009384/2012-68	Unimed Sergipe - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Contratualização art. 43 da RN 124/06	63.000,00 (sessenta e três mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 473ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33902.466345/2012-60	Unimed de Santa Barbara d"Oeste Coop. de Trab. Médico	DIDES	Pelo conhecimento e parcial procedência do recurso, mantendo a decisão em primeira instância exarada pela DIGES, reconhecendo a legalidade do lançamento efetuado em virtude das pendências relativas ao recolhimento de Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde - TPS, referente ao exercício de 2012, contudo reconhecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao trimestre de setembro de 2010 em razão de depósito judicial.
33902.599790/2012-13	Unimed Centro Oeste Paulista -Federação Intrafederativa das Coop Médicas	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a integralmente a decisão de primeira instância exarada pela DIGES.
33902.548018/2016-59	Sociedade Divina Providência- Saúde Conceição	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.792383/2014-37	Santamed Serv. Médicos e Hospitalares Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.547739/2016-41	Caixa de Prev. e Assist. dos Servidores da undação nacional de saúde - capesesp	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.547901/2016-21	Caixa de Assist. dos Empregados do Sistema Financeiro - Banestes	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.779199/2014-00	Unimed Noroeste de Minas Coop de Trab. Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.547757/2016-23	Cooperciso - Centro Integrado de Serviço Odontológico S/S Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES.
33902.548233/2016-50	Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Rio De Janeiro	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.358964/2011-09	Central Nacional Unimed Cooperativa Central	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.220089/2011-85	Central Nacional Unimed Cooperativa Central	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.792377/2014-80	Unimed de Bauru Coop de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.548094/2016-64	Caixa de Assist. à Saúde dos Empregados da CELG	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.547823/2015-65	Unimed Andradas Coop de Trab Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.358966/2011-90	Unimed Pontal do Triangulo Coop de Trab Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.792448/2014-44	Unimed São Jose do Rio Preto Coop de Trab Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.489156/2013-46	Caixa de Assist. dos Empregados do Banco do Estado do RS	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.463214/2012-21	Instituto de Saúde Ascade	DIFIS	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.134517/2015-81	Care Plus Medicina Assist. Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.112540/2009-77	Instituto de Saude Ascade	DIFIS	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.237599/2012-72	Central Nacional Unimed Cooperativa Central	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.190174/2011-10	Unimed Rio Verde Coop Trab Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.228058/2011-72	Unimed Governador Valadares Coop de Trab Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.547888/2016-19	Unimed Norte Paulista Coop de Trab Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.779351/2014-46	Unimed Vale do Carangola Coop de Trab Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.547889/2016-55	Unimed São Sebastião do Paraiso Coop de Trab Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.599578/2012-48	Unimed Barbacena Coop de Trab Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.203648/2005-44	Unimed Jacuí Soc Coop de Trab Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.134120/2015-90	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.599449/2012-50	Unimed de Birigui Coop de Trab Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.489166/2013-81	Metodont Assist. Odontologica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.441449/2015-12	Unimed do Brasil Conf Nacional das Coop Médicas	DIOPE	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.253605/2014-09	Unimed Governador Valadares Coop de Trab Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 473ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2017, aprovou o Despacho 2149/2017, pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - multa pecuniária, no seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Multa Pecuniária	Valor da Multa (R$)
33902.535569/2012-29	Geap Auto Gestão em Saúde	323080	Parcelamento de Débito - multa pecuniária	2.110.459,41 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 35.174,32)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 473ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2017, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos de ressarcimento ao SUS:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$).
33902.535569/2012-29	Geap Autogestão em Saúde	323080	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12874354	2.110.459,41 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 35.174,32).
33910.010884/2017-53	Unimed Sergipe Coop de Trab. Médico	337668	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12502495	680.245,22 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.337,42).
33910.01011122/2017-74	Vision Med Assist. Médica Ltda	403911	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12567744	1.328.301,32 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 22.138,36).
33910.011129/2017-96	Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	417530	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12433851	879.111,80 (pagáveis em 08 parcelas de R$ 109.888,98).
33910.011056/2017-32	Vitallis Saúde S/A	413038	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12526377	1.237.868,53(pagáveis em 60 parcelas R$ 20.631,14).
33910.011905/2017-58	Unimed do Estado de São Paulo - Fed Estadual das Coop Médicas	319996	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12380626	1.283.564,72 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 21.392,75).
33910.011752/2017-49	Grupo Hospitalar do Rio De Janeiro	309222	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12561133	1.007.562,11 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 16.792,70).
33910.012124/2017-81	Centro Trasmontano de São Paulo	303623	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12578982	751.578,61 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 12.526,31)
33910.012281/2017-96	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	324477	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12570879	1.273.015,32 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 21.216,92)
33910.011989/2017-20	Unimed de Fortaleza Soc Coop Médica Ltda	317144	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12555324	1.059.871,72 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 17.664,53)
33910.012297/2017-07	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	302147	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12570031	4.562.355,84 pagáveis em 60 parcelas de R$ 76.039,26)
33910.012735/2012-29	Unimed Rio Coop de Trab Médico do Rj	393321	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12577430	3.337.134,83 pagáveis em 60 parcelas de R$ 55.618,91)
33910.012386/2017-08	Agemed Saúde S/A	339601	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12584893	1.217.555,67 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 20.292,59)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33910.013080/2017-14	Unimed Recife Coop de Trab Médico	344885	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12584893	767.461,64 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 12.791,03)
33910.012741/2017-86	Unimed Rio Coop de Trabalho Médico do RJ	393321	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 393321	668.814,84 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.146,91)
33910.012356/2017-39	Associação Portuguesa de Beneficência	417530	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12582099	582.569,36 (pagáveis em 05 parcelas de R$ 116.513,87)
33910.012829/2017-06	Geap Autogestão em Saúde	323080	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12609421	1.011.009,36 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 16.850,16)
33910.013013/2017-91	Unimed do Estado de SP - Fed. Est. das Coop Médicas	319996	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12560855	1.297.494,96 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 21.624,92)
33910.015298/2017-03	Grupo Hospitalar do RJ Ltda	309222	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12908251	1.020.789,06 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 17.013,15)
33910.015607/2017-37	Unimed Norte/Nordeste - Fed Interfederativa das Soc Coop de Trab Médico	324213	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12775079	511.923,66 (pagáveis em 06 parcelas de R$ 85.320,61)
33910.015571/2017-91	Vision Med Assist. Médica Ltda	403911	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12995689	2.858.508,64 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 47.641,81)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 473ª Reunião de Diretoria Colegiada DC Ordinária, realizada em 22/09/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.688845/2013-31	Associação Beneficente dos Empregados das Empresas Arcelormittal Brasil - ABEB	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1927/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474712/2012-07	Associação Beneficente dos Empregados das Empresas Arcelormittal Brasil ABEB	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2025/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296644/2005-00	Abertta Saúde Associação Beneficente dos Empregados da Arcelormittal no Brasil	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2075/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816473/2011-88	Ame Assistência Médica Empresas Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1899/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.119850/2006-70	Ame Assistência Médica à Empresas Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1940/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147198/2013-11	Ameno Assistência Médicas S/S Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1831/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387398/2012-15	Americlínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 351/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387482/2012-39	Ampara Assistência Médica Paraíso Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1464/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561153/2011-85	Ampara Assistência Médica Paraíso Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2028/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635098/2012-58	Associação Policial de Assistência à Saúde Apas/Pv	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1874/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085414/2012-38	Associação Policial de Assistência à Saúde Apas/PV	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2012/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388264/2012-11	Associação Policial de Assistência à Saúde Apas/PV	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2017/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557332/2012-07	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1437/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295519/2005-74	Assistência Médica São Paulo S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2069/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085380/2012-81	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2040/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315616/2013-09	Assimede Assistência Médica Especializada Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1722/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860247/2011-34	Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1489/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426503/2013-20	Associação Beneficente Campo Grande	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1957/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387511/2012-62	Associação de Assistência à Saúde dos Empregados da Copasa	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1709/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860257/2011-70	Associação das Pioneiras Sociais	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 481/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557338/2012-76	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1802/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.085407/2012-36	Associação Evangélica Beneficente de Londrina	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 100/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372068/2014-97	Associação Evangélica Beneficente de Londrina	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1828/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426539/2013-11	Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1907/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860280/2011-64	Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1003/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387556/2012-37	Associação Unisaúde Marau	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1508/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860303/2011-31	Beneficência Camiliana do Sul	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1481/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375496/2011-29	Beneficência Camiliana do Sul	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 289/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315678/2013-11	Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2035/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860306/2011-74	Bensaúde Plano de Assistência Médica Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 284/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008642/2004-84	Bradesco Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1981/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559285/2013-17	Caixa Beneficente dos Auxiliares do Com. Cafeeiro de Santos	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1980/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312256/2012-02	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2038/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.093421/2004-01	Caixa de Assistência Médica e Benefícios dos Policiais Civis do DF	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2036/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557409/2012-31	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1893/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.215020/2005-91	Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima S/C Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1813/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635168/2012-78	Ceam Brasil Planos de Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2090/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312285/2012-66	Cemil Centro Médico de Itu Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1462/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816623/2011-53	Cemil Centro Médico de Itu Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1459/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232213/2002-64	Centro Clínico Canoas Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1996/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299283/2005-45	Centro Clínico Gravataí Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4473/2016/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559353/2013-30	Centro Hospitalar Atibaia Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1784/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561477/2011-13	Centro Hospitalar Atibaia Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1844/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315743/2013-08	Climepe Total Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1952/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635186/2012-50	Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2055/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816658/2011-92	Cooperativa de Trabalho Médico Região do Planalto Serrano	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1901/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860410/2011-69	Cooperativa de Trabalho Médico do Planalto Norte de Santa Catarina Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2003/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474858/2012-44	CPS Planos de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1661/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436284/2011-25	Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 330/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.496704/2011-22	Excelsior Med S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 292/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.159343/2003-26	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1565/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232776/2002-52	Fundaffemg Fundação Affemg Assistência Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2033/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.093596/2004-19	Fundação de Seguridade Social da Arcelormittal Brasil - Funss	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1788/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.559477/2013-15	H.B Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1989/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312533/2012-79	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 100/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860497/2011-74	HBC Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1522/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388010/2012-01	Hospital de Cataguases	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2024/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426750/2013-26	Hospital de Cataguases	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1956/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816720/2011-69	Hospital Evangélico de Rio Verde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1495/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635311/2012-21	Hospital Nossa Senhora das Graças Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1804/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315855/2013-51	Hospital S.P Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1891/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426758/2013-92	Hospital S.P Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1892/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561621/2011-11	Intermédica Sistema de Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1482/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475028/2012-34	Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Sta Casa de Misericórdia de Bragança Paulista	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1697/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315883/2013-78	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1889/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559513/2013-41	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1978/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426797/2013-90	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1954/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426790/2013-78	Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1872/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298862/2005-71	Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2052/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147500/2013-22	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1929/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147501/2013-77	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1933/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388065/2012-11	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2105/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085955/2012-66	Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2004/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315902/2013-66	Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1740/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315892/2013-69	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1704/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426782/2013-21	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1984/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860544/2011-80	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sta R. P. Quatro	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1902/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388120/2012-65	Life System Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1439/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475043/2012-82	Lincx Sistemas de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1987/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087166/2012-60	Massa Falida Saúde Médico S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1431/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860604/2011-64	Massa Falida de Operadora Ideal Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1839/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561880/2011-42	Massa Falida Sosaúde Assistência Médico Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1361/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299514/2005-11	Mastermed Adm. de Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 604/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475052/2012-73	Matão Clínicas & Amhma Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1909/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147537/2013-51	Matão Clínicas & Amhma Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1795/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.375905/2011-97	Medes Clínica Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1215/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816851/2011-23	Mediplan Assistencial Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1835/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475058/2012-41	Mediservice Operadora de Planos De Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1888/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315958/2013-11	Multi Saúde Assistência Médica e Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1962/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315961/2013-34	Multiclinica Serviços de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1975/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.282797/2010-29	Notre Dame Intermédica Sistema de Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1423/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312514/2012-42	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1607/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147571/2013-25	Paraná Clínicas Plano de Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1463/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.107947/2006-30	Plasac Plano de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2045/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860632/2011-81	Plena Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 290/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.293885/2005-99	Proteção e Assistência Médica à Saúde S/S Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1971/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.086997/2012-14	Sadia S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1465/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475140/2012-75	Sadia S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1934/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087007/2012-65	Samp Minas Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1994/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816948/2011-36	Samp Minas Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1794/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816949/2011-81	Sanamed Saúde Santo Antônio Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2009/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436621/2011-84	Santa Rita Sistema de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1490/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388281/2012-59	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1074/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.214640/2005-11	Saúde BRB Caixa de Assistência	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1878/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426971/2013-02	Saúde BRB Caixa de Assistência	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2057/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387685/2012-25	Saúde Quality Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2068/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087172/2012-17	SBH Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2062/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376071/2011-37	Servmed Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1905/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312784/2012-53	SMH Sociedade Médico Hospitalar Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1850/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436665/2011-12	SMS Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1430/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860785/2011-29	SMS Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2039/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475234/2012-44	Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2107/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388353/2012-68	Somepi Sociedade Médica de Pirapora Ltda	DIOPE	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2117/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316067/2013-81	Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo Hospital São Vicente	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2008/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295740/2005-22	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 291/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.475166/2012-13	Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2070/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217899/2014-05	Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1937/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008545/2007-34	Santa Casa de Misericórdia de Itabuna	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2059/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388256/2012-75	Santa Casa de Misericórdia de Itabuna	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2100/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.099193/2003-94	Santa Casa de Misericórdia de Maringá	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4564/2005/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312725/2012-85	Santa Casa de Misericórdia de Passos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2060/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316070/2013-03	Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2044/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426938/2013-74	Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2027/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816959/2011-16	Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1991/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312238/2012-12	Sul América Saúde Companhia de Seguros	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1705/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475248/2012-68	Sulmed Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1420/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312811/2012-98	Sulmed Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1863/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312819/2012-54	Uniclinicas Plano de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1875/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860817/2011-96	Uniclinicas Plano de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 287/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426847/2013-39	Unieste de Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1958/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497090/2011-04	Unimed Agreste Meridional - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1509/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475265/2012-03	Unimed Agreste Meridional Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1926/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475266/2012-40	Unimed Além Paraíba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1969/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427046/2013-91	Unimed Alto da Serra Sociedade Cooperativa de Serviço Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1759/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427048/2013-80	Unimed Alto Parnaíba Coop. Trab. Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1691/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087275/2012-87	Unimed Alto São Francisco Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1391/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427049/2013-24	Unimed Alto São Francisco Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1716/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388386/2012-16	Unimed Alto Uruguai/RS Cooperativa Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1961/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497099/2011-15	Unimed Alto Vale Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 13987/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710446/2013-64	Unimed Amparo Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1911/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388397/2012-98	Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2042/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316200/2013-08	Unimed Araguari Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1785/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147739/2013-01	Unimed Araxá Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1950/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.560209/2013-46	Unimed Araxá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1955/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372589/2014-44	Unimed Avaré Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2058/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312845/2012-82	Unimed Barbacena Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2050/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312863/2012-64	Unimed Campina Grande Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1936/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.427100/2013-06	Unimed Caldas Novas Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2030/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388416/2012-86	Unimed Caldas Novas Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1668/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054458/2005-97	Unimed Caratinga Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1693/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372561/2014-15	Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1941/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475311/2012-66	Unimed Centro Sul Fluminense Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2078/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475309/2012-97	Unimed Centro Sul Sociedade Coop. de Trab. Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2002/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817106/2011-00	Unimed Costa Verde Rj	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1977/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054464/2005-44	Unimed Cruzeiro Coop. de Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1983/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.095134/2004-28	Unimed Curitiba Sociedade Cooperativa de Médicos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1827/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427125/2013-00	Unimed de Araras Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1846/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860901/2011-18	Unimed de Araras Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 285/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147783/2013-11	Unimed de Batatais Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1696/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147785/2013-00	Unimed de Bebedouro Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2123/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635651/2012-52	Unimed de Bebedouro Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2088/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497158/2011-47	Unimed de Birigui Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1524/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427136/2013-81	Unimed de Birigui Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1963/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817135/2011-63	Unimed de Cascavel Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1951/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436776/2011-11	Unimed de Cascavel Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 308/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376191/2011-34	Unimed de Catalão Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1942/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388471/2012-76	Unimed de Corumbá Cooperativa de Trabalho	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2061/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.159072/2013-17	Unimed de Criciúma Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 880/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298858/2005-11	Unimed de Dourados Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1925/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147806/2013-89	Unimed de Fernandópolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1754/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860929/2011-47	Unimed de Fernandópolis Cooperativa de Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2014/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388477/2012-43	Unimed de Fernandópolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1960/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147808/2013-78	Unimed de Guaratingueta Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1724/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860933/2011-13	Unimed de Ibitinga Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1851/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312975/2012-15	Unimed de Jataí Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1666/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860943/2011-41	Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1605/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860944/2011-95	Unimed de Lins Cooperativa de Trabalhos Médicos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1970/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.388494/2012-81	Unimed de Lins Cooperativa de Trabalhos Médicos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1680/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312987/2012-40	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1908/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475382/2012-69	Unimed de Mineiros Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2031/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860952/2011-31	Unimed de Mineiros Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1523/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860953/2011-86	Unimed de Mococa Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1974/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860957/2011-64	Unimed de Paranavaí Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1943/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635699/2012-61	Unimed de Pindamonhangaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1741/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436821/2011-37	Unimed de Pitangueiras Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2001/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436823/2011-26	Unimed de Registro Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1998/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562088/2011-13	Unimed de São José do Rio Pardo Coop. de Trab. Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1163/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.130142/2012-28	Unimed de Sertãozinho Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1721/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562096/2011-51	Unimed de Tubarão Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amuel	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1362/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497234/2011-14	Unimed de Tubarão Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1469/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087426/2012-05	Unimed de Ubá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2023/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427200/2013-24	Unimed de Ubá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1986/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388531/2012-51	Unimed de Votuporanga Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1843/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.095385/2004-11	Unimed Divinopolis - Cooperativa de Trabalho Medico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1497/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.099159/2003-10	Unimed Divinópolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1738/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296541/2005-31	Unimed do Oeste do Paraná Cooperativa de Trabalho	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2010/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388546/2012-19	Unimed do Sudoeste Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1682/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558097/2012-82	Unimed do Vale do Sepotuba Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1879/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.009031/2004-53	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1372/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147875/2013-92	Unimed Foz do Iguaçú Cooperativa Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1949/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.156829/2005-74	Unimed Grande Florianópolis Coop. de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1413/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147882/2013-94	Unimed Grande Florianópolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1753/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296262/2005-78	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1533/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635744/2012-87	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1830/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861013/2011-12	Unimed Governador Valadares Coop. de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 937/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817239/2011-78	Unimed Imperatriz Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2026/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376289/2011-91	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1468/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147456/2013-51	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1783/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.083398/2011-68	Unimed Itaúna Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1801/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.427242/2013-65	Unimed JI Paraná Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1825/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.057101/2004-80	Unimed Joaçaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1953/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817247/2011-14	Unimed João Monlevade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 179/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861030/2011-41	Unimed Jundiaí Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1678/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635764/2012-58	Unimed Lavras Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1896/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861032/2011-31	Unimed Leopoldina Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1997/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313139/2012-58	Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 139/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388589/2012-02	Unimed Litoral Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1841/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313140/2012-82	Unimed Litoral Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1681/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861109/2011-72	Unimed Litoral Sul/RS Cooperativa Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 385/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087491/2012-22	Unimed Marques de Valença Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1944/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232140/2002-19	Unimed Monte Carmelo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 133/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562032/2011-41	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1457/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427263/2013-81	Unimed Muriaé Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1756/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216239/2005-16	Unimed Norte do Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1833/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054607/2005-18	Unimed Natal Soc. Coop. de Trab. Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1371/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861051/2011-67	Unimed Noroeste do Paraná Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1979/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.056693/2004-12	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2049/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427276/2013-50	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1887/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861058/2011-89	Unimed Norte Paulista Cooperativa de Trabalho	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2063/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497313/2011-25	Unimed Norte Pioneiro Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1387/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147928/2013-75	Unimed Norte Pioneiro Coop. de Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2034/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817283/2011-88	Unimed Norte/Nordeste Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 484/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216248/2005-07	Unimed Pará de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2032/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427177/2013-78	Unimed Paranaguá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1935/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.157790/2007-74	Unimed Pato Branco Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1924/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427289/2013-29	Unimed Pato Branco Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1695/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861069/2011-69	Unimed Pato Branco Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1993/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.560439/2013-13	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1123/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861074/2011-71	Unimed Pedro Leopoldo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2076/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388638/2012-07	Unimed Pelotas/Rs Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 611/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861080/2011-29	Unimed Pirassununga Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1995/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.316862/2013-70	Unimed Planalto Central/Rs Cooperativa de Asistência à Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1932/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313195/2012-92	Unimed Planalto Central RS Sociedade Coop. de Serviços Médicos Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1658/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436976/2011-73	Unimed Planalto Médio Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1992/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475539/2012-56	Unimed Poços de Caldas	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2029/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436978/2011-62	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1583/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635833/2012-23	Unimed Regional Sul Goiás Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2020/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.560464/2013-99	Unimed Regional Sul Goiás Coop. de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2048/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427314/2013-74	Unimed Regional de Campo Mourão Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1976/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861104/2011-40	Unimed Resende Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1959/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299246/2005-37	Unimed São Lourenço Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2056/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861120/2011-32	Unimed São Sebastião do Paraíso Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1677/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861129/2011-43	Unimed Sta Rita, Sta Rosa e São Simão Coop. Trab. Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1928/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562300/2011-34	Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1438/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.156933/2005-69	Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4962/2006/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388699/2012-66	Unimed Teófilo Otoni Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2021/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475584/2012-19	Unimed Teófilo Otoni Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2006/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635864/2012-84	Unimed Três Corações Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2037/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313255/2012-77	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1826/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376415/2011-16	Unimed Vale do Caí/Rs Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 487/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376417/2011-05	Unimed Vale do Corumbá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1564/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316918/2013-96	Unimed Vale do Corumbá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1886/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313266/2012-57	Unimed Vale do Paraíba Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1757/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.148010/2013-43	Unimed Vale do Paraíba Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1706/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008999/2007-13	Unimed Vale dos Sinos Soc. Coop. de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2053/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313277/2012-37	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 396/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218434/2014-63	Vitallis Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2065/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.619069/2014-19	Vitallis Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2064/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216337/2005-45	Vonpar Refrescos S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1792/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA

Diretor-Presidente

Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.036, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 031, realizada em 05/12/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 49.475.833/0001-06
Medicamento: Hidrovenus (hidrosmina)
Processo: 25351.377015/2016-80
Expediente: 1233870/17-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, e pelo DEFERIMENTO DO PEDIDO REGISTRO DO MEDICAMENTO, acompanhando a posição da relatoria nos termos do VOTO Nº 076/2017/DIREG/ANVISA.

Recorrente: Genexion Pesquisa Clínica Ltda.
CNPJ: 09.048.298/0001-84
Processo: 25351.067299/2017-01
Expediente: 1233780/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 387/2017 - Corec/GGMED.

Recorrente: Laboratórios Osório Moraes Ltda.
CNPJ: 19.791.813/0001-75
Medicamento: Sulfato de salbutamol
Processo: 25351.352551/2009-98
Expediente: 1224185/17-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso e RETORNAR o processo à área técnica para análise, nos termos do voto do relator - Voto nº36/2017/DIMON/ANVISA.

Recorrente: Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 03.993.167/0001-99
Medicamento: Varicell (paraphleblon + Cassia acutifolia + enxofre + bitartarato de potássio)
Processo: 25351.823874/2008-80
Expediente: 1287666/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 246/2017 - Corec/GGMED.

Recorrente: Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 03.993.167/0001-99
Medicamento: Varicell (paraphleblon + Cassia acutifolia + enxofre + bitartarato de potássio)
Processo: 25351.823874/2008-80
Expediente: 1756923/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 247/2017 - Corec/GGMED.

Recorrente: Eversil Produtos Ftcos Ind Com Ltda. Atual: Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 03.993.167/0001-99
Medicamento: Varicell (paraphleblon + Cassia acutifolia + enxofre + bitartarato de potássio)
Processo: 25351.823874/2008-80
Expediente: 320994/09-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 245/2017 - Corec/GGMED.

Recorrente: UCI - FARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 48.396.378/0001-82
Medicamento: Colcitrat (colchicina)
Processo: 25351.202159/2002-88
Expediente: 0540309/12-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso, sem julgamento do mérito, por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 317/2017 Corec/GGMED.

Recorrente: UCI - FARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 48.396.378/0001-82
Medicamento: Colcitrat (colchicina)
Processo: 25351.202159/2002-88
Expediente: 0540325/12-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso, sem julgamento do mérito, por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 319/2017 Corec/GGMED.

Recorrente: Biocinese - Centro de Estudos Biofarmacêuticos Ltda.
CNPJ: 07.521.890/0002-07
Processo: 25351.492073/2016-46
Expediente: 1669560/17-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, i) CONHECER DO RECURSO retornando seu trâmite para exame de mérito, e ainda; ii) RECONHECER a conexão processual e DEFERIR o pedido de juntada dos recursos de expedientes 1669560/17-7 e 1993054/17-2 para análise única e simultânea de mérito, nos termos do voto do relator - RELATÓRIO E VOTO n° 092-2017/DIARE.

ARESTO Nº 1.037, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: AEROTRIO ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 19.837.000/0001-79
25759.261152/2016-27 - AIS:2149168/16-2 - GGPAF/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, DETERMINANDO DE OFICIO O ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 028/2017, REALIZADA DIA 07/11/2017.

AUTUADO: AEROTRIO ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 19.837.000/0001-79
25759.111311/2016-13 - AIS:1883098/16-6 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, DETERMINANDO DE OFICIO O ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 028/2017, REALIZADA DIA 07/11/2017.

AUTUADO: BASF S.A. CNPJ/CPF: 48.539.407/0002-07
25759.749336/2010-61 - AIS:612525/10-5 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 028/2017, REALIZADA DIA 07/11/2017.

AUTUADO: CLIO LIVRARIA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 01.164.256/0007-92
25759.054294/2013-19 - AIS:0076852/13-9 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, MINORANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), EM FACE A REINCIDENCIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 030/2017, REALIZADA DIA 28/11/2017.

AUTUADO: EDITORA ABRIL CNPJ/CPF: 02.183.757/0004-36
25351.058631/2003-10 - AIS:217456/03-1 - GGIMP1/ANVISA
CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, DETERMINANDO O ARQUIVAMENTO POR NULIDADE, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 030/2017, REALIZADA DIA 28/11/2017.

AUTUADO: LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA CNPJ/CPF: 00.394.502/0071-57
25752.160833/2007-31 - AIS:204234/07-7 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR EXAURIMENTO DA ESFERA ADMINISTRATIVA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 028/2017, REALIZADA DIA 07/11/2017.

AUTUADO: MASTERSENSE INGREDIENTES ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 03.161.388/0001-09
25759.300515/2013-16 - AIS:0421583/13-4 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 30/2017, REALIZADA DIA 28/11/2017.

AUTUADO: SRT ALIMENTOS EIRELE - ME CNPJ/CPF: 21.277.375/0002-54
25759.921684/2016-92 - AIS:1346775/16-1 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 030/2017, REALIZADA DIA 28/11/2017.

AUTUADO: SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0008-71
25759.468545/2005-09 - AIS:564169/05-1 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), EM FACE A REINCIDENCIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 030/2017, REALIZADA DIA 28/11/2017.

AUTUADO: LENDA TURISMO - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME CNPJ/CPF: 04.319.579/0001-00
25351.342556/2012-11 - AIS:0490684/12-5 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), PARA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 028/2017, REALIZADA DIA 07/11/2017.

AUTUADO: NAVERIVER NAVEGACAO FLUVIAL LTDA CNPJ/CPF: 36.191.658/0003-37
25749.032818/2006-72 - AIS:043106/06-1 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, E DETERMINAR ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO EXECUTORIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 30/2017, REALIZADA DIA 28/11/2017.

AUTUADO: CEQNEP - CENTRAL DE MANIPULAÇÃO DE QUIMIOTERAPIA, NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL LTDA CNPJ/CPF: 00.083.227/0001-48
25743.551689/2011-55 - AIS:774332/11-7 - GGPAF1/ANVISA
NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 031/2017, REALIZADA DIA 05/12/2017.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0003-82
25752.307340/2010-41 - AIS:401673/10-4 - GGPAF1/ANVISA
CONHECER E NEGAR PROVIMENTO DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, MAJORANDO DE OFICIO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) PARA O VALOR DE 24.000,00 (VINTE QUATRO MIL REAIS), EM FACE A REINCIDENCIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 031/2017, REALIZADA DIA 05/12/2017.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

DESPACHO N° 110, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

Processo nº:25351.913723/2017-78
Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema da Agenda
Assunto: GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PARECER DE ANÁLISE TÉCNICA DA EMPRESA - PATE
Área responsável: GGTOX
Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

PORTARIA N° 2.059, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 44, IV, e o art. 54, III, § 1º e § 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016 e nos arts.12 e 14, § 1º da Lei n. º 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar ao Gerente - Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF) competência específica para:

I - expedir Resoluções (RE) referentes à concessão, alteração e cancelamento de autorizações de funcionamento de empresas:

a. interessadas em prestar serviços de interesse da saúde pública em veículos terrestres que operem transportes coletivos internacional de passageiros, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteira e recintos alfandegados;

b. interessadas em operar a atividade de armazenar mercadorias sob vigilância sanitária em Terminais Aquaviários, Portos Organizados, Aeroportos, Postos de Fronteira e Recintos Alfandegados;

c. prestadoras de serviço de Comércio Exterior por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto à ANVISA.

II - expedir Resoluções (RE) referentes à concessão, alteração e cancelamento de autorizações especiais de funcionamento de Empresas interessadas em operar a atividade de armazenar mercadorias sob vigilância sanitária em Terminais Aquaviários, Portos Organizados, Aeroportos, Postos de Fronteira e Recintos Alfandegados;

III - expedir demais atos referentes a Autorizações de Funcionamento e Autorizações Especiais de Funcionamento.

Art. 2º Dos atos praticados pelo Gerente - Geral no exercício da presente delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, como última instância administrativa.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência até 31 de dezembro de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 19 de dezembro de 2017.

WILLIAM DIB

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.909, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Espírita Nosso Lar, com sede em São José do Rio Preto (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Nota Técnica nº 334-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.052938/2010-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Espírita Nosso Lar, CNPJ nº 60.007.648/0001-11, com sede em São José do Rio Preto (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 479/SAS/MS, de 03 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 44, de 06 de março de 2017, Seção 1, página 78.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.910, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Felisburgo, com sede em Felisburgo (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 310-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.444016/2017-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Felisburgo, CNPJ nº 17.117.656/0001-91, com sede em Felisburgo (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 02 de abril de 2018 à 1º de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.916, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Maternidade Dr. Graciliano Lordão, com sede em Parelhas (RN).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 339-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.044656/2017-11, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Maternidade Dr. Graciliano Lordão, CNPJ nº 08.464.166/0001-70, com sede em Parelhas (RN).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de dezembro de 2017 à 29 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.128, de 22 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 119, de 23 de junho de 2017, seção 1, página 60.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.917, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto de Ensino e Assistência Social , com sede em Lages (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 309-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.109652/2012-81, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto de Ensino e Assistência Social, CNPJ nº 86.552.809/0001-41, com sede em Lages (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.918, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Social Rural de Colatina, com sede em Colatina (ES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 337-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.178495/2015-05, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Social Rural de Colatina, CNPJ nº 27.502.715/0001-07, com sede em Colatina (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 04 de setembro de 2016 à 03 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 2.196/SAS/MS, de 21 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 245, de 22 dezembro de 2016, seção 1, página 73.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.921, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, com sede em Florianópolis (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 305-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.084316/2012-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, CNPJ nº 83.884.999/0001-06, com sede em Florianópolis (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.934, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tupi Paulista, com sede em Tupi Paulista (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 313-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.421855/2017-58, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tupi Paulista, CNPJ nº 72.699.119/0001-05, com sede em Tupi Paulista (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 02 de setembro de 2017 à 01 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 411, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve, tornar sem efeito a retificação do artigo 3º da Portaria nº 244, de 29 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 159, de 18 de agosto de 2016, Seção 1, Página 52.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 493, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no art. 3º, § 4º, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e o que consta no Processo nº 48000.002397/2011-61, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A. O Projeto de Investimento de que trata o caput do art. 1º poderá ser objeto de processo de concessão ou parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e que integre o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, ou o programa que venha a sucedê-lo, conforme o disposto no art. 2º, inciso I, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016.

Parágrafo único. Os demais dispositivos desta Portaria aplicam-se aos projetos de que trata o caput, no que couberem." (NR)

"Art. 1º-B. As despesas de outorga de que tratam o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 8.874, de 2016, correspondem aos pagamentos de bonificação pela outorga." (NR)

"Art. 2º .....

I - Formulário próprio para a submissão do Projeto, conforme Anexo II desta Portaria;

II - Certidão Simplificada da Concessionária titular do Projeto emitida pela Junta Comercial ou Comprovante de Inscrição no registro do comércio do ato constitutivo da sociedade; e

III - Certidão de Adimplemento de Obrigações Setoriais da Concessionária emitida pela ANEEL.

§ 1º Constatada a necessidade de complementação de informações para a instrução do Processo de aprovação do Projeto como prioritário, a Concessionária será notificada, preferencialmente por meio dos endereços de correio eletrônico informados no requerimento, para regularizar as pendências no prazo de vinte dias, sob pena de arquivamento do requerimento.

.....

§ 4º Serão indeferidos os requerimentos que não atenderem ao disposto nesta Portaria ou no art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, cuja Concessionária não possua Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou esteja inadimplente com as obrigações do setor elétrico." (NR)

Art. 2º A Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

.....

VI - Projeto de Investimento de Geração ou de Transmissão de Energia Elétrica objeto de outorga de concessão resultante de licitação de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, considerando o disposto no art. 2º, § 3º, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016; ou

VII - Projeto de Investimento de Geração ou de Transmissão de Energia Elétrica objeto de processo de concessão, autorização ou parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e que integre o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, ou o programa que venha a sucedê-lo, conforme o disposto no art. 2º, inciso I, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, não enquadrado no disposto no § 1º, inciso I ou inciso II.

.....

§ 3º As despesas de outorga de que tratam o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 8.874, de 2016, correspondem aos pagamentos de bonificação pela outorga." (NR)

"Art. 3º.....

.....

V - .....

.....

f) Projeto de Investimento, previsto no art. 1º, § 1º, incisos VI ou VII, deverá informar o seguinte:

1. Projeto de Geração de Energia Elétrica: "Projeto de Investimento de Geração", com indicação da denominação da Central Geradora e Código Único do Empreendimento de Geração - CEG.

2. Projeto de Transmissão de Energia Elétrica: "Projeto de Investimento de Transmissão", com indicação do Lote e Número do Leilão;

.....

VIII - Campo 10: Mês/Ano de Conclusão do Projeto ou Data(s) do(s) Pagamento(s) de Bonificação pela Outorga para projeto definido no art. 1º, § 1º, incisos VI ou VII.

....." (NR)

Art. 3º O Anexo II da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo à presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

ANEXO

"ANEXO II

FORMULÁRIO PARA APROVAÇÃO DE PROJETO COMO PRIORITÁRIO

TITULAR DO PROJETO				
01	Razão Social			
(Conforme Estatuto Social)				
02	CNPJ		03	Telefone
04	RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF	Participação (%)	
			(Conforme Livro de Ações)	
			(Conforme Livro de Ações)	
05	PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social			CNPJ	
(Razão Social da Controladora da Empresa Titular do Projeto constituída na forma de Companhia Aberta, conforme Estatuto Social)				
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO				
06	Contrato de Concessão ou Outorga de Autorização			
(*Número e Data do Contrato de Concessão ou Ato de Autorização*)				
07	Denominação do Projeto			
(*Nos termos do art. 3º, inciso V, da Portaria MME nº 364, de 2017*)				
08	Descrição			
(*Nos termos do art. 3º, inciso VI, da Portaria MME nº 364, de 2017*)				
09	Localização [UF(s)]			
10	Mês/Ano de Conclusão do Projeto ou Data(s) do(s) Pagamento(s) de Bonificação pela Outorga			

" (NR)

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.359, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005661/2017-73. Interessada: Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear. Objeto: a) homologar a Receita Fixa de R$ 3.316.446.014,38 no Reajuste Tarifário Anual de 2018 das Centrais de Geração Angra 1 e 2, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 e b) fixar a tarifa de R$ 240,80/MWh, relativa à energia proveniente das geradoras Angra 1 e 2, a ser considerada nos reajustes tarifários das concessionárias de distribuição cotistas, referentes ao ano de 2018. A íntegra desta Resolução encontra-se juntada aos autos e disponíveis na ANEEL e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.361, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002701/2017-25. Interessados: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - Ceprag, Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacui - Certaja, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A - TSBE e Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE, concessionárias de transmissão de energia - DIT/CCT, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a vigorar a partir da data de sua publicação, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.219, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.000977/2010-01. Interessado: Silveira II Energética S.A Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Silveira II, com 5.100 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.RS.035544- 5.01, localizada no rio Silveira, integrante da sub-bacia 70, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no município de São José dos Ausentes, estado de Rio Grande do Sul.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 4.291 - Processo nº 48500.005755/2014-08. Interessado: Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Mulungu, CEG EOL.CV.BA.032362-4.01, de 14.700 kW para 13.500 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos geradores da usina; e (iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito.

Nº 4.292 - Processo nº 48500.005757/2014-99. Interessado: Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. Decisão: i) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da EOL Quina, CEG EOL.CV.BA.032.364-0.01; e (ii) alterar seu sistema de transmissão de interesse restrito.

Nº 4.293 - Processo nº 48500.005756/2014-44. Interessado: Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Pau Santo, CEG EOL.CV.BA.032.363-2.01, de 18.000 kW para 18.900 kW; (ii) alterar o número de aerogeradores de 6 para 7 e o seu posicionamento georreferenciado; e (iii) alterar seu sistema de transmissão de interesse restrito.

Nº 4.294 - Processo nº 48500.001435/2013-90. Interessado: Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada e a Potência Líquida da EOL Umbuzeiro, CEG EOL.CV.BA.032111-7.01, de 21.600 kW para 18.900 kW; ii) alterar o número de aerogeradores de 8 para 7 e seu posicionamento georreferenciado.

Nº 4.295 - Processo nº 48500.001220/2013-79. Interessado: Centrais Eólicas Vellozia S.A. Decisão: (i) alterar a Potência Instalada e a Potência Líquida da EOL Vellozia, CEG EOL.CV.BA.032113-3.01, de 21.900 kW para 16.500 kW; ii) alterar o número de aerogeradores de 8 para 6 e seu posicionamento georreferenciado.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.299, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos nº 48500.002332/2012-66 e 48500.006206/2017-95. Interessado: SBE - Sociedade Brasileira de Energia Renovável S/A. Decisão: Determinar a execução da garantia de registro da PCH Serrinha aportada por SBE - Sociedade Brasileira de Energia Renovável S/A. (CNPJ 13.297.594/0001-96), por meio da apólice Seguro Garantia nº 01-0775-02-0020055, emitida pela Pottencial Seguradora S/A.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.301, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006167/2017-26. Interessados: Msul Energias Renováveis Ltda. e Fornasa Geração de Energia Ltda. decisão:

(i) conferir o DRI-PCH referente à PCH I12, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SC.038195-0.01, situada no rio do Peixe, no estado de Santa Catarina;

(ii) esse DRI-PCH é de exclusividade das citadas empresas e não serão permitidas transferências de titularidade antes da entrega do Sumário Executivo;

(iii) as empresas terão o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, as correspondentes ART e o arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL;

e (iv) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados, uma vez que as mencionadas empresas exerceram o direito de preferência no prazo estabelecido no item (ii) do Despacho n° 3.507, de 17 de outubro de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 4.297, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.002680/2017-48. Interessada: Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. Decisão: (i) aprovar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 14/2017-ANEEL, elaborado pela Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 14/2017-ANEEL.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.298, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.003071/2017-14. Interessada: Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.. Decisão: (i) aprovar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 19/2017-ANEEL, elaborado pela Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A., em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 19/2017-ANEEL.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 21 de dezembro de 2017.

Nº 4.319 - Processo nº 48500.001274/2014-15. Interessados: Santa Helena Energia S/A Usina: PCH Ypê. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 9.133,4 kW cada uma e a unidade geradora UG4, de 2.600 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

Nº 4.320 - Processo nº 48500.001525/2015-42. Interessados: Parque Eólico Diamante II S.A. Usina: EOL Diamante II. Unidades Geradoras: UG3 a UG7, de 2.500 kW cada, totalizando 12.500 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Gentio do Ouro, Estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.321, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.001292/2014-05. Interessado: Enel Green Power Esperança Eólica S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 21 de dezembro de 2017. Usina: EOL Esperança. Unidades Geradoras: UG1 a UG14, de 2.000 kW cada, totalizando 28.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Bonito, Estado da Bahia.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.322, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Decisão: Revogar a operação comercial da unidade geradora constante no despacho a seguir a partir de 21 de dezembro de 2017.
Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Madeireira Rickli Ltda. Usina: UTE Rickli - Carambeí. Unidade Geradora: UG1, totalizando 5.000 kW. Localização: Município de Carambeí, Estado do Paraná.

A íntegra deste Despacho consta do auto e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO N° 4.317, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.002935/2017-72. Interessados: Light Serviços de Eletricidade S.A. e Rossi Residencial S.A. Decisão: negar provimento ao requerimento do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 4.289, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.006396/2017-41, decide indeferir o pleito da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA CTEEP, mantendo o desconto da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI apurado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS referente ao desligamento ocorrido no dia 19 de outubro de 2014 na linha de transmissão, em 440 kV, Ribeirão Preto - Santa Bárbara d"Oeste.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

DESPACHO Nº 4.290, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.006397/2017-95, decide indeferir o pleito da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA CTEEP, mantendo o desconto da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI apurado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS referente aos desligamentos ocorridos no dia 7 de março de 2014 na linha de transmissão, em 440 kV, Mogi Mirim III - Santo Ângelo.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, às empresas abaixo relacionadas:

Nº 1571	INDÚSTRIA PETROQUIMICA DO SUL LTDA - CNPJ nº 92.678.432/0001-74					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003013/2017 - 54	LOTUS ROAD TURBO CH-4 15W40	SAE 15W40	API CH-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18600
Nº 1572	PEAK AUTOMOTIVA LTDA. - CNPJ nº 06.097.469/0001-77					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto

	48600.003052/2017 - 51	PEAK ATF SYNTHETIC CVT FLUID	SAE 75W	. TOYOTA CVTF TC/FE, NISSAN NS-1/2/3, HONDA HCF2, MITSUBISHI SP-III CVT, MITSUBISHI CVTF-J1/J4, MAZDA JWS 3320, SUBARU ECVT/ICVT/LINEARTRONICS CHAIN CVT/LINEARTRONICS HT CHAIN CVT, DAIHATSU AMMIX CVT/CVT FLUID DC/CVT FLUID DFE, SUZUKI CVTF TC-3320/NS-2/CVT GREEN 1 & 2, HYUNDAI/KIA CVT J1/SP-III CVT, DODGE/JEEP/CHRYSLER NS-2/CVTF+4, GM CVT, BMW MINI COOPER EZL 799	ÓLEO LUBRIFICANTE	18601

Nº 1573	TEXSA DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 04.608.635/0001-27					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003487/2017 - 04	MONTANA DYNAMIC TRACTOGEAR 4 PRIME	SAE 80W	API GL-4, MB 235.1, ZF TE-ML 06L, ZF TE-ML 08, ZF TE-ML 17A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18587
Nº 1574	YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 62.934.252/0001-45					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003398/2017 - 50	YAMALUBE 2 TC W3	SAE N/A	NMMA TC-W3	ÓLEO LUBRIFICANTE	11393

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 890, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 30, de 06 de agosto de 2013, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013167/2017-35, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a construção referente à ampliação de capacidade de 1.050 m³/d para 1,300 m³/d da planta produtora de biodiesel da OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO, CNPJ nº 88.676.127/0002-57, localizada na Rodovia RS 470, km 109, Valverde, Veranópolis - RS.

Art. 2º Esta Autorização não desobriga a OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO a solicitar a Autorização para Operação da planta produtora de biodiesel, de acordo o art. 7º da Resolução ANP nº 30/2013.

Art. 3º O objeto da presente Autorização deverá ser executado de acordo com o item 3 do Regulamento Técnico ANP nº 02/2013 da Resolução ANP nº 30/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 891, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014341/2012-52, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A., CNPJ nº 47.080.619/0011-99, com capacidade de produção de 480 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Rodovia Assis Chateaubriand, km 155, s/n - Fazenda Olímpia, zona rural, Olímpia - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 75, de 23/01/2013, publicada no DOU de 24/01/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 908, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013265/2012-68, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da PARAPUÃ AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 07.969.961/0002-39, com capacidade de produção de 400 m³/dia de etanol hidratado e 150 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda São Francisco, s/n, Monte Alegre, Parapuã - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 595, de 20/12/2012, publicada no DOU de 21/12/2012, retificada no DOU de 21/01/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 892, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.013916/2017-24, resolve:

Art. 1ºConceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20198-8.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 893, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.012329/2017-18, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20153-3.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 894, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.013473/2017-71, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Shell Brasil Petróleo Ltda., CNPJ 10.456.016/0001-67, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20177-2.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 895, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.005421/2017-21, resolve:

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20020-4.

Art. 2º A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 896, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.013914/2017-35, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20199-6.

Art. 2º A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 897, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.014667/2017-94, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20207-7.

Art. 2º A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 898, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.013913/2017-91, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20202-8.

Art. 2º A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 899, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.013344/2017-83, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20178-0.

Art. 2º A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 900, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.009878/2017-13, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20096-4.

Art. 2º A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 901, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.011471/2017-48, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro SA, CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto 20139-2.

Art. 2º A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 902, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.012288/2017-60, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto 20152-5.

Art. 2º A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 903, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.012330/2017-42, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20154-1.

Art. 2º A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 904, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.013912/2017-46, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.201-0.

Art. 2º A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 905, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.013463/2017-36, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20183-0.

Art. 2º A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 906, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.007601/2017-48, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Shell Brasil Petróleo Ltda, CNPJ 10.456.016/0001-67, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto 20029-5.

Art. 2º A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

AUTORIZAÇÃO Nº 907, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.011083/2017-67, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Shell Brasil Petróleo Ltda, CNPJ 10.456.016/0001-67, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto 20129-3.

Art. 2º A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 16/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9478/2017-846.189/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-

9479/2017-846.174/2017-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 43/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9482/2017-844.041/2017-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 75/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9418/2017-826.673/2016-JORGE AUGUSTO KRUGER-

9419/2017-826.675/2016-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-

9420/2017-826.804/2016-PEDRO LUIZ VENIER ME-

9421/2017-826.858/2016-MINERAÇÃO GRANDE LAGO LTDA.-

9422/2017-826.861/2016-MARCO AURÉLIO KIST-

9423/2017-826.870/2016-S G MIRANDA & CIA LTDA.-

9424/2017-826.893/2016-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-

9425/2017-826.071/2017-JOSÉ CAETANO FERREIRA-

9426/2017-826.100/2017-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-

9427/2017-826.114/2017-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA-

9428/2017-826.139/2017-ANDREIS MINERAÇÃO LTDA-

9429/2017-826.144/2017-B. A. SOUZA SANCHES & CIA LTDA.-

9430/2017-826.195/2017-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-

9431/2017-826.196/2017-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA.-

9432/2017-826.197/2017-WADIR BRANDÃO-

9433/2017-826.199/2017-EXTRA MINERAÇÃO LTDA ME-

9434/2017-826.201/2017-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-

9435/2017-826.209/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

9436/2017-826.212/2017-GIUSEPPE NAPPA-

9437/2017-826.224/2017-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-

9438/2017-826.225/2017-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP-

9439/2017-826.226/2017-RIO DA VARZEA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-

9440/2017-826.232/2017-DENI FERREIRA DA SILVA VIEIRA-

9441/2017-826.233/2017-DENI FERREIRA DA SILVA VIEIRA-

9442/2017-826.234/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SEREIA LTDA. ME-

9443/2017-826.235/2017-UZIEL LTDA. ME-

9444/2017-826.241/2017-MIGUEL RODRIGUES DE SOUZA & CIA LTDA ME-

9445/2017-826.242/2017-SHAMANTTA COSTA & CIA LTDA.-

9446/2017-826.243/2017-MRX MINERAÇÃO E REFLORESTAMENTO LTDA.-

9447/2017-826.244/2017-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP-

9448/2017-826.245/2017-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP-

9449/2017-826.246/2017-MARIA TEREZINHA BONATO-

9450/2017-826.247/2017-ADROALDO BUENO-

9451/2017-826.248/2017-CTG MINÉRIOS LTDA ME-

9452/2017-826.249/2017-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-

9453/2017-826.251/2017-INCOBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA ME-

9454/2017-826.252/2017-INCOBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA ME-

9455/2017-826.253/2017-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA-

9456/2017-826.254/2017-DEMÉTRIO ROCHA & CIA LTDA-

9457/2017-826.255/2017-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-

9458/2017-826.256/2017-MINERADORA UNIÃO LTDA.-

9459/2017-826.257/2017-JANE ROCHA DA SILVA DELINSKI-

9460/2017-826.258/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9461/2017-826.260/2017-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-

9462/2017-826.261/2017-ANTONIO PIRES LEAL-

9463/2017-826.262/2017-RODRIGO LUIS HOBI E CIA. LTDA.-

9464/2017-826.267/2017-SANTA MARIA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA E ARGILA LTDA ME-

9465/2017-826.268/2017-MINERAÇÃO NOGAL LTDA ME-

9466/2017-826.269/2017-ADRIANI MARIA DA SILVA CARDOSO ZUCCHI-

9467/2017-826.274/2017-EXCOLETTO COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-

9468/2017-826.275/2017-ANTONIO PIRES LEAL-

9469/2017-826.277/2017-LUCIANO CHAMANO-

9470/2017-826.283/2017-ALTA VISTA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA-

9471/2017-826.284/2017-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA.-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9472/2017-826.285/2017-ZOTARELLI & MORO EXTRAÇAO DE AREIA LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9473/2017-826.189/2017-RTB GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.-

9474/2017-826.227/2017-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-

9475/2017-826.228/2017-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-

9476/2017-826.265/2017-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA-

9477/2017-826.266/2017-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 110/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9480/2017-878.101/2017-JC SERVIÇOS INTEGRADOS DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-

9481/2017-878.102/2017-POLIMIX CONCRETO LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 115/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9156/2017-810.888/2016-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI EPP-

9157/2017-810.377/2017-A J MAGEDANZ INDUSTRIA DE PEDRAS LTDA ME-

9158/2017-810.928/2017-ELTON RENI MILITZ DE SOUZA-

9159/2017-810.933/2017-MINERADORA ALTOS DA SERRA COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO LTDA-

9160/2017-810.934/2017-SÉRGIO AFONSO MANICA-

9161/2017-810.942/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9162/2017-810.943/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9163/2017-810.944/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9164/2017-810.945/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9165/2017-810.948/2017-SERGIO RABELLO-

9166/2017-810.978/2017-ANA PAULA FERREIRA SANT ANNA-

9167/2017-810.980/2017-TEDESCO INDÚSTRIA DE PEDRAS LTDA EPP-

9168/2017-810.986/2017-RENI DA SILVA BRAGA-

9169/2017-810.990/2017-MARCUS LANNER VIEIRA-

9170/2017-810.992/2017-RIO DO SUL MINERAÇÃO LTDA-

9171/2017-810.996/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9172/2017-810.997/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9173/2017-810.998/2017-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9174/2017-811.007/2017-COMÉRCIO DE AREIAS OSÓRIO LTDA.-

9175/2017-811.008/2017-COMÉRCIO DE AREIAS OSÓRIO LTDA.-

9176/2017-811.020/2017-ARGISUL MINERAÇÃO LTDA-

9177/2017-811.021/2017-ARGISUL MINERAÇÃO LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 239/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9178/2017-871.392/2017-LAZARO DE JESUS-

9179/2017-871.444/2017-EDVALDO CAFE DOS SANTOS-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9180/2017-871.875/2014-GLEDSON ANDRÉ SILVA FERREIRA-

9181/2017-871.228/2017-JESUS DIAS DE SANGALO-

9182/2017-871.262/2017-SCOPEL IND E COM DE MAT DE CONST LTDA-

9183/2017-871.366/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-

9184/2017-871.367/2017-GEOVAN DA ANUNCIAÇÃO CORDEIRO-

9185/2017-871.371/2017-PATIPE MINERAÇÃO LTDA ME-

9186/2017-871.372/2017-VALE VERDE GRANITOS LTDA ME-

9187/2017-871.378/2017-EXÓTICA STONE GRANITOS E MARMORES LTDA ME-

9188/2017-871.379/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-

9189/2017-871.380/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-

9190/2017-871.381/2017-SS3 MÁRMORES E GRANITOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME-

9191/2017-871.382/2017-RIO UNA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. ME.-

9192/2017-871.390/2017-CAMPBEL CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA-

9193/2017-871.396/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-

9194/2017-871.397/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-

9195/2017-871.398/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-

9196/2017-871.399/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-

9197/2017-871.401/2017-TOP ENGENHARIA LTDA-

9198/2017-871.403/2017-AROEIRA COMERCIO DE AREIA, AGRICULTURA E PSICULTURA LTDA ME-

9199/2017-871.404/2017-AROEIRA COMERCIO DE AREIA, AGRICULTURA E PSICULTURA LTDA ME-

9200/2017-871.413/2017-WILLIAM DA ROCHA SOUZA ME-

9201/2017-871.415/2017-FABRÍCIO ALTOÉ DE PRÁ-

9202/2017-871.419/2017-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-

9203/2017-871.420/2017-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-

9204/2017-871.424/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-

9205/2017-871.442/2017-ALEX SOUZA DOS ANJOS-

9206/2017-871.445/2017-BIOGROUND MINERAÇÃO LTDA-

9207/2017-871.446/2017-PETTRUS MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-

9208/2017-871.447/2017-JOSE FILHO MARINHO DA COSTA EIRELI ME-

9209/2017-871.449/2017-JULIANA SANTANA SANTOS MACARIO-

9210/2017-871.451/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-

9211/2017-871.452/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-

9212/2017-871.453/2017-DANILO ALBERTO ALVES BARBOSA-

9213/2017-871.456/2017-FORTE ROCHAS MINERAÇÃO LTDA-

9214/2017-871.461/2017-MINERAÇÃO EMIL LTDA ME-

9215/2017-871.462/2017-MINERAÇÃO EMIL LTDA ME-

9216/2017-871.465/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-

9217/2017-871.466/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-

9218/2017-871.467/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-

9219/2017-871.468/2017-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-

9220/2017-871.469/2017-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-

9221/2017-871.470/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9222/2017-871.349/2017-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-

9223/2017-871.395/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-

9224/2017-871.410/2017-WELITON CARLOS SANTOS ARAUJO EIRELI ME-

9225/2017-871.412/2017-ROMILTON MELO DE SOUZA-

9226/2017-871.426/2017-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-

9227/2017-871.427/2017-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-

9228/2017-871.428/2017-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-

9229/2017-871.429/2017-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-

9230/2017-871.430/2017-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-

9231/2017-871.431/2017-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-

9232/2017-871.432/2017-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-

9233/2017-871.437/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-

9234/2017-871.440/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-

9235/2017-871.441/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-

9236/2017-871.448/2017-JULIANA SANTANA SANTOS MACARIO-

9237/2017-871.464/2017-MATRIX MINERAIS LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 240/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9238/2017-870.580/2017-EROCAIS TRANSPORTE E SERVICOS LTDA-

9239/2017-870.992/2017-ROGERIO MARIANO DE ANDRADE-

9240/2017-871.071/2017-CONSÓRCIO TORC VIA ENECON-

9241/2017-871.072/2017-CONSÓRCIO TORC VIA ENECON-

9242/2017-871.073/2017-CONSÓRCIO TORC VIA ENECON-

9243/2017-871.164/2017-FERNANDES SPILLERE ENGENHARIA LTDA ME-

9244/2017-871.334/2017-EDVALDO CAFE DOS SANTOS-

9245/2017-871.350/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-

9246/2017-871.351/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-

9247/2017-871.352/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-

9248/2017-871.353/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-

9249/2017-871.606/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-

9250/2017-871.607/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-

9251/2017-871.652/2017-GILSON CARLOS LEAL FIGUEREDO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9252/2017-871.689/2014-JOAQUIM GOMES NETO-

9253/2017-871.127/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-

9254/2017-871.128/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-

9255/2017-871.131/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-

9256/2017-871.132/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-

9257/2017-871.133/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-

9258/2017-871.134/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-

9259/2017-871.135/2017-MIRALVA ARAUJO SANTOS BRITO ME-

9260/2017-871.136/2017-ZILDA DA SILVA BRANCO ME-

9261/2017-871.137/2017-ERISVALDO ALVES DA SILVA JUNIOR-

9262/2017-871.138/2017-ERISVALDO ALVES DA SILVA JUNIOR-

9263/2017-871.152/2017-EDIMAR OLIVEIRA PESSINE EIRELI ME-

9264/2017-871.155/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-

9265/2017-871.156/2017-BRAZZAGEO EXPLORAÇÃO MINERAL E ESTUDOS AMBIENTAIS-

9266/2017-871.158/2017-A3 MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

9267/2017-871.183/2017-LITORAL MINERAÇÃO LTDA ME-

9268/2017-871.265/2017-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-

9269/2017-871.267/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-

9270/2017-871.268/2017-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-

9271/2017-871.277/2017-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-

9272/2017-871.278/2017-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-

9273/2017-871.281/2017-J B MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA. ME-

9274/2017-871.282/2017-J B MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA. ME-

9275/2017-871.283/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-

9276/2017-871.285/2017-LEANDRO CAETANO SOARES-

9277/2017-871.286/2017-LEANDRO CAETANO SOARES-

9278/2017-871.287/2017-LEANDRO CAETANO SOARES-

9279/2017-871.288/2017-LEANDRO CAETANO SOARES-

9280/2017-871.292/2017-ANA CAROLINA DE SOUZA-

9281/2017-871.300/2017-FAZENDAS REUNIDAS SANTA MARIA LTDA.-

9282/2017-871.303/2017-OMC EMPREENDIMENTOS LTAD ME.-

9283/2017-871.312/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-

9284/2017-871.313/2017-POLIGONAL MINERAÇÃO LTDA-

9285/2017-871.337/2017-MARIA LEONTINA OLIVEIRA ALVES-

9286/2017-871.346/2017-LEANDRO CAETANO SOARES-

9287/2017-871.364/2017-COUROS MINERAÇÃO LTDA ME-

9288/2017-871.400/2017-TOP ENGENHARIA LTDA-

9289/2017-871.602/2017-RICARDO COTRIM PIRES-

9290/2017-871.618/2017-GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-

9291/2017-871.621/2017-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9292/2017-870.545/2014-HELIO JOSUE DE OLIVEIRA ME-

9293/2017-871.819/2016-MINEINVEST MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-

9294/2017-871.167/2017-MIBRAS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-

9295/2017-871.187/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-

9296/2017-871.302/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-

9297/2017-871.307/2017-ANDRE LUIS PRISCO BRAGA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 244/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9298/2017-870.578/2014-GRANISUL GRANITOS DO SUL DA BAHIA LTDA ME-
9299/2017-870.775/2014-EUGENIO RAIMUNDO NASCIMENTO ME-
9300/2017-870.816/2016-GRANISUL GRANITOS DO SUL DA BAHIA LTDA ME-
9301/2017-871.350/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
9302/2017-871.351/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
9303/2017-871.353/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
9304/2017-870.769/2017-GRANVAZ MINERAÇÃO LTDA ME-
9305/2017-870.774/2017-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-
9306/2017-870.775/2017-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-
9307/2017-870.776/2017-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-
9308/2017-870.777/2017-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-
9309/2017-870.778/2017-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-
9310/2017-870.791/2017-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.-
9311/2017-870.885/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
9312/2017-871.120/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
9313/2017-871.123/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
9314/2017-871.124/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
9315/2017-871.125/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
9316/2017-871.129/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-
9317/2017-871.177/2017-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9318/2017-871.180/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-
9319/2017-871.276/2017-MARCOS FALSONI-
9320/2017-871.610/2017-FRANCISCO MIGUEL PERILO-
9321/2017-871.619/2017-GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-
9322/2017-871.620/2017-GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-
9323/2017-871.631/2017-JOSÉ DIAS PIRES NETO-
9324/2017-871.633/2017-MINERAÇÃO GOLD FIELD EIRELI ME-
9325/2017-871.639/2017-BAHIA MINERAÇÃO S.A.-
9326/2017-871.641/2017-GEODEEP SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFISICA LTDA EPP-
9327/2017-871.648/2017-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
9328/2017-871.649/2017-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-
9329/2017-871.778/2017-TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA-
9330/2017-871.779/2017-GUTEMBERG LESSA GUSMÃO SOUZA-
9331/2017-871.784/2017-REJANE AGUIAR BITTENCOURT ME-
9332/2017-871.788/2017-MINAS BAHIA MINERAÇÃO LTDA ME-
9333/2017-871.791/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
9334/2017-871.792/2017-Q A S MINERAÇÃO LTDA ME-
9335/2017-871.794/2017-CRISTAL MINERADORA E COMERCIO LTDA EPP-
9336/2017-871.795/2017-CRISTAL MINERADORA E COMERCIO LTDA EPP-
9337/2017-871.796/2017-CRISTAL MINERADORA E COMERCIO LTDA EPP-
9338/2017-871.847/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
9339/2017-871.850/2017-EXÓTICA STONE GRANITOS E MARMORES LTDA ME-
9340/2017-871.853/2017-SC ELETRODIESEL LTDA-
9341/2017-871.854/2017-SC ELETRODIESEL LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9342/2017-870.107/2016-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES-
9343/2017-870.108/2016-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES-
9344/2017-873.060/2016-TERRA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
9345/2017-870.505/2017-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
9346/2017-870.688/2017-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES-
9347/2017-870.770/2017-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
9348/2017-870.779/2017-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-
9349/2017-870.792/2017-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
9350/2017-870.793/2017-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
9351/2017-871.054/2017-ITAPEOR ITAPEMIRIM PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-
9352/2017-871.225/2017-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR-
9353/2017-871.289/2017-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR-
9354/2017-871.332/2017-ANTONIO MARTINS AMORIM GUIMARÃES-
9355/2017-871.348/2017-CHRISTOVAM MONTEIRO DE ALMEIDA-
9356/2017-871.780/2017-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-
9357/2017-871.802/2017-ZUMBI MINERACAO LTDA ME-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 245/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
9358/2017-871.732/2017-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.-
9359/2017-871.733/2017-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9360/2017-871.050/2016-JOSE LUIZ ALVES PEREIRA-
9361/2017-871.272/2017-MARCOS FALSONI-
9362/2017-871.273/2017-MARCOS FALSONI-
9363/2017-871.274/2017-MARCOS FALSONI-
9364/2017-871.275/2017-MARCOS FALSONI-
9365/2017-871.499/2017-PROGEMMA MINÉRIOS EIRELI-
9366/2017-871.667/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9367/2017-871.668/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9368/2017-871.669/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9369/2017-871.670/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9370/2017-871.671/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9371/2017-871.672/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9372/2017-871.673/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9373/2017-871.674/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9374/2017-871.675/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9375/2017-871.676/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9376/2017-871.677/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9377/2017-871.678/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9378/2017-871.679/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9379/2017-871.680/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9380/2017-871.681/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9381/2017-871.682/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9382/2017-871.683/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9383/2017-871.684/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
9384/2017-871.686/2017-MG MINERADORA LTDA-
9385/2017-871.687/2017-MG MINERADORA LTDA-
9386/2017-871.688/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
9387/2017-871.689/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
9388/2017-871.691/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
9389/2017-871.705/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9390/2017-871.706/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9391/2017-871.723/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9392/2017-871.724/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9393/2017-871.725/2017-SC ELETRODIESEL LTDA-
9394/2017-871.726/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
9395/2017-871.727/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
9396/2017-871.728/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
9397/2017-871.729/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
9398/2017-871.730/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
9399/2017-871.740/2017-ROCHA MARMORE BEGE BAHIA LTDA-
9400/2017-871.743/2017-JOSÉ ROSA MACHADO-
9401/2017-871.745/2017-MARCILIO FARIAS FERNANDES-
9402/2017-871.747/2017-CARLOS ALBERTO AZEVEDO DANTAS-
9403/2017-871.752/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
9404/2017-871.769/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-
9405/2017-871.770/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-
9406/2017-871.776/2017-CÉSAR MOREIRA SAMPAIO-
9407/2017-871.777/2017-EXÓTICA STONE GRANITOS E MARMORES LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9408/2017-871.362/2017-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
9409/2017-871.693/2017-NILSON NATAL SILVA-
9410/2017-871.703/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE NOVO HORIZONTE-
9411/2017-871.746/2017-PRO FLORA AGROFLORESTAL LTDA-
9412/2017-871.763/2017-SOARES CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-
9413/2017-871.764/2017-SOARES CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-
9414/2017-871.766/2017-VALLEBRÁS EXPRTAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-
9415/2017-871.767/2017-VALLEBRÁS EXPRTAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-
9416/2017-871.768/2017-VALLEBRÁS EXPRTAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-
9417/2017-871.773/2017-RAFAEL HOISEL MALAGUTI-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 311/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
896.425/2010-MARCOS TADEU BERTOLLO
833.849/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA SOUZA E SILVA LTDA ME
848.120/2016-BERENA MINERAÇÃO LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
878.019/2011-GITZ MINERAÇÃO LTDA
878.020/2011-GITZ MINERAÇÃO LTDA
878.090/2011-GITZ MINERAÇÃO LTDA
878.146/2011-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.928/1996-MINERAÇÃO GRANDE LAGO LTDA.-GUAÍRA/PR - Guia n° 55/2017-200.000Toneladas/ano-AREIA- Validade:31/12/2018
815.314/2000-PALADINI MINERAÇÃO LTDA-SÃO LUDGERO/SC, ORLEANS/SC - Guia n° 59/2017-36.000Toneladas/ano-ARGILA REFRATÁRIA- Validade:17/07/2021
815.152/2003-TERFAL MAT. CONST. LTDA-LAGUNA/SC - Guia n° 56/2017-90.000Toneladas/ano-AREIA- Validade:31/12/2018
815.616/2013-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-LAURO MULLER/SC, URUSSANGA/SC - Guia n° 57/2017-60.000Toneladas/ano-ARGILA- Validade:31/12/2018
Não conhece o recurso interposto(1837)
864.228/2010-Interposto porWALDEMAR PINTO CERQUEIRA
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
811.158/1974-EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAÇÃO COROMANDEL LTDA- Prazo:a contar de 21/11/2015 e com término em 21/11/2020
Nega provimento ao recurso interposto(479)
890.516/1987-TERVAP PITANGA MINERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA
890.257/1992-MINERBON MINERAÇÃO BONADIMAN LTDA
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
002.648/1964-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO AMPARO LTDA-OF. N°228/DIRE-2017/DNPM
800.684/1972-MINARCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA-OF. N°229/DIRE-2017/DNPM
Fase de Lavra Garimpeira
Nega provimento ao recurso interposto(1262)
833.678/2004-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DO CENTRO LESTE DE MINAS GERAIS COOGEMIG

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 497/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
831.712/2014-RICARDO GUIMARÃES COSTA ME
830.138/2016-ANTÔNIO CÉSAR MARQUES FILHO
Fase de Autorização de Pesquisa
Aceita defesa apresentada(241)
832.615/2004-MINAS STONES MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.213/2010-COMERCIO E TRANSPORTE DE ARGILA RIO DO RASTRO LTDA-OF. N°1880/2017-FISC-DNPM/MG
834.800/2011-GRANVAZ MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2012 e 2021/2017-FISC-DNPM/MG
830.409/2013-ÍTHALO SANTANA MAIA-OF. N°2128 e 2130/2017-FISC-DNPM/MG
832.600/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2223;2224/2017-FISC/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.369/2005-PAGEOMIN PROJETOS DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°1876/2017-FISC-DNPM/MG
832.295/2007-LORD ORGANIZAÇÕES COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-OF. N°2044/2017-FISC-DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.213/2010-COMERCIO E TRANSPORTE DE ARGILA RIO DO RASTRO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº1879/2017-FISC- DNPM/MG
834.800/2011-GRANVAZ MINERAÇÃO LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2022/2017-FISC- DNPM/MG
830.409/2013-ÍTHALO SANTANA MAIA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2131/2017-FISC- DNPM/MG
832.600/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2226/2017-FISC- DNPM/MG
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
834.281/2010-PATROA CONSTRUTORA DE ITAJUBÁ LTDA.-AI N°989/2017-FISC/DNPM/MG
832.697/2011-RENATO GONTIJO DE QUEIROZ CANÇADO-AI N°990/2017-FISC/DNPM/MG
835.025/2011-RONEILTON GONZAGA MARRA-AI N°991/2017-FISC/DNPM/MG
831.198/2013-MARIA DAS GRAÇAS VAZ-AI N°992/2017-FISC/DNPM/MG
831.240/2014-WSA INSPEÇÕES E SERVIÇOS LTDA-AI N°993/2017-FISC/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Defere pedido de reconsideração(392)
833.754/1993-VALEFORT COMERCIO E TRANSPORTE LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.927/2004-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1968/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
830.802/1981-MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA.-OF. N°1847/2017-FISC/SUPRIN/DNPM/MG
833.754/1993-VALEFORT COMERCIO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°1886/2017-FISC-DNPM/MG
831.927/2004-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1555/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
830.793/2006-S.R. MINERAÇÃO LTDA ME- Fonte: Pedra Santa - Marca:Serra Alta de Minas - Embalagem:20L,10L,1,5L,510 mL e 310 mL, sem gás-1,5L,510 mL e 330 mL,com gás - Marca:Original de Minas - Embalagem:20L e 10L,sem gás - Marca:Nativa de Minas - Embalagem:20L, sem gás-CHÁCARA/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
008.506/1941-FERMAVI MINERAÇÃO LTDA- AI N° 813/2017-Superindetência-DNPM/MG
000.098/1959-PEDREIRA UM VALEMIX MICON MINERAÇÃO CONGONHAS LTDA.- AI N° 879;880;881;882;883;884;885;886;887;888;889;890;891;892 e 893/2017-Superitendência/DNPM/MG, arrendatário Pedreira Um Valemix Ltda.
003.532/1959-MBL MATERIAIS BÁSICOS LTDA- AI N° 959/2017-Superindetência-DNPM/MG,arrendatário Mineração Usiminas S.a.
007.084/1967-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 225/2017-Superindetência-DNPM/MG
000.231/1994-MBL MATERIAIS BÁSICOS LTDA- AI N° 958/2017-Superindetência-DNPM/MG,arrendatário Mineração Usiminas S.a.
930.925/2005-VALE S A- AI N° 988;953;954;955/2017-Superindetência-DNPM/MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
003.930/1944-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 266/2015-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.098/1959-PEDREIRA UM VALEMIX MICON MINERAÇÃO CONGONHAS LTDA.-OF. N°2019 e 1940/2017-FISC-DNPM/MG;arrendatário Pedreira Um Valemix Ltda.
004.100/1967-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°2177/2017-FISC/DNPM/MG
Nega provimento a defesa apresentada(476)
003.930/1944-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
003.930/1944-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2212/2016-FISC/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
000.098/1959-PEDREIRA UM VALEMIX MICON MINERAÇÃO CONGONHAS LTDA.-OF. N°1939/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG ,arrendatário Pedreira Um Valemix Ltda.
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
831.069/2015-PATRICK MEIRA DE VASCONCELLOS - PLG N°27/2017 de 21/11/2017 - Prazo 05 (cinco) anos
831.155/2015-COOPERATIVA REGIONAL GARIMPEIRA DE CORINTO LTDA - PLG N°23/2017 de 21/11/2017 - Prazo 05 (cinco) anos
830.193/2016-EDIMAR DOMICIANO DUTRA MINERAÇÃO ME - PLG N°25/2017 de 21/11/2017 - Prazo 05 (cinco) anos
831.186/2016-A G PIERROUT COMÉRCIO ATACADISTA DE MINERIOS ME - PLG N°24/2017 de 21/11/2017 - Prazo 05 (cinco) anos
832.128/2016-A G PIERROUT COMÉRCIO ATACADISTA DE MINERIOS ME - PLG N°26/2017 de 21/11/2017 - Prazo 05 (cinco) anos
832.589/2016-CARLOS ROBERTO PEREIRA ME - PLG N°22/2017 de 21/11/2017 - Prazo 05 (cinco) anos
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
831.844/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE PEÇANHA- Registro de Extração N°11/2017 de 22/11/2017
830.908/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO- Registro de Extração N°10/2017 de 22/11/2017
831.087/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO- Registro de Extração N°09/2017 de 22/11/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.108/2017-LINO GERALDO ALVES DE SOUZA ME-OF. N°2139/2017-FISC/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 498/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
832.194/2016-MARIA DA LUZ NUNES GOULART AREIAS EIRELI ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
833.903/2013-JACINTO JÚNIOR BARBOSA SARAIVA ME- Alvará n°9296/2016 - Cessionario:830.254/2017-CB MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.021.672/0001-77
832.657/2014-RONALDO DA SILVA AMARAL- Alvará n°5178/2016 - Cessionario:830.969/2017-RONALDO MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA -EPP- CPF ou CNPJ 05.163.632/0001-90
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
832.668/2013-MINERAÇÃO RIO CLARO SP LTDA ME-Cessionário:832.194/2016-Maria da Luz Nunes Goulart Areia Eireli ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
832.603/2012-HUGO DA SILVA- Cessionário:MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- CPF ou CNPJ 83.471.722/0001-51- Alvará n°3348/2013
832.668/2013-MINERAÇÃO RIO CLARO SP LTDA ME-Cessionário:AREEIRO MUZAMBO LTDA- CPF ou CNPJ 08.013.838/0001-21- Alvará n°7634/2015
830.685/2014-C & C MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:AREAL PEIXOTO LTDA ME- CPF ou CNPJ 27.222.360/0001-94- Alvará n°2560/2011
830.980/2014-VINICIUS DE CASTRO SOUSA- Cessionário:LUIZ GONZAGA DOS SANTOS- CPF ou CNPJ 024.824.526-00- Alvará n°2936/2015
831.771/2014-ANTONIO ALBERTO NUNES DE PINHO-Cessionário:COMERCIAL DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DOIS AMIGOS LTDA- CPF ou CNPJ 06.351.297/0001-16- Alvará n°16796/2015
832.525/2014-VINICIUS DE CASTRO SOUSA- Cessionário:LUIZ GONZAGA DOS SANTOS- CPF ou CNPJ 024.824.526-00- Alvará n°536/2015
833.323/2014-BRITO & MARTINS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- Cessionário:CLAUDINEI JOSÉ DE BRITO- CPF ou CNPJ 040.797.696-52- Alvará n°1115/2016
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.230/2005-ÁGUA MINERAL SANTÍSSIMA LTDA-OF. N°139/2017-CESD/SUPRIN/DNPM/MG e Água Mineral Positiva Ltda ME

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 503/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
832.615/2004-MINAS STONES MINERAÇÃO LTDA- AI N°1518/2016-Superindetência-DNPM/MG
Retificação de despacho(1387)
831.877/2015-BRACEL BRASIL COMERCIO EXPORTAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 05/09/2017, Relação n° 397/2017, Seção 1, pág. 37- Onde se lê:"...831.877/2015...Cessionária:Bracel Brasil Comércio Exportação Ltda - CPF ou CNPJ:15.734.162/0001-20 ...""Leia-se:""...831.877/2015 ...Cessionária:Bragel Brasil Granitos Exportação Ltda - CPF ou CNPJ:08.224.007/0001-07..."""
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
833.754/1993-VALEFORT COMERCIO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°901/2017-FISC/DNPM/MG-DOU de 22/06/2017
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
007.084/1967-Amg Mineração S.A- AI N°1395; 1396; 1397; 1398; 1399; 1400; 1401; 1402; 1403; 1404; 1405; 1406; 1407; 1408; 1409; 1410; 1411; 1412; 1413 e 1414/2016-MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 505/2017

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
931.798/2011-CIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FAROFA-AI Nº 1906; 1907; 1908; 1909; 1910; 1911; 1912; 1913; 1914; 1915; 1916; 1917; 1918; 1919; 1920; 1921; 1922; 1923; 1924; 1925; 1926; 1927; 1928; 1929; 1930; 1931; 1932; 1933; 1934; 1935; 1936; 1937; 1938; 1939; 1940; 1941 e 1942/2014-MG
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
807.666/1975-NOVELIS DO BRASIL LTDA- AI N° 373; 374; 375; 376 e 377/2017-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.929/1984-SAFM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1951/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
931.299/2009-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-OF. N°1848/2017-FISC/SUPRIN/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
931.798/2011-CIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FAROFA-OF. N°2217; 2218; 2219/2016-FISC/DNPM/MG
Nega provimento a defesa apresentada(476)
931.798/2011-CIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FAROFA

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 215/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Vale s a Cpf/cnpj :33.592.510/0001-54 - Processo minerário: 852145/76 - Processo de cobrança: 950771/17 Valor: R$.122.364.899,71

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
810.259/2016-NELSON PAULO KUNZLER FI
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.659/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
810.674/2014-CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.-ALVARÁ N°7048/2014
Fase de Concessão de Lavra

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

810.251/1997-ÁGUA MINERAL SANTO ANJO LTDA- Fonte Itapeva - Santo Anjo - Água Mineral Natural: 500 ml sem gás e com gás, 1,5 litros sem gás e com gás, 5 litros sem gás, 10 litros sem gás; Fonte Itapeva - Natural - Água Mineral (Dia %): 500 ml sem gás e com gás, 1,5 litros sem gás e com gás e 5 litros sem gás- TRÊS CACHOEIRAS/RS

810.685/1997-MINERADORA ÁGUAS DE TARUMÃ LTDA- Fonte Tarumã - Água Tarumã - Água Mineral Natural: 20 litros sem gás redondo e 20 litros sem gás retangular.- VIAMÃO/RS

810.419/1998-MERIBA ÁGUA MINERAIS LTDA- Fontes de Meriba - Vida Leve - Água Mineral: 350 ml sem gás e com gás.- ALVORADA/RS

810.640/2003-HIDROMINERADORA VIEGAS & BODINI LTDA- Fonte Dakar 1 - Itacolomi - Água da Serra - Água Mineral Natural: 20 litros sem gás- GRAVATAÍ/RS

810.646/2003-HNK BR INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA- Fonte Igrejinha I - SCHIN - Água Mineral Natural: 1,5 litros sem gás e com gás, 500 ml sem gás e com gás, e 300 ml sem gás e com gás.- IGREJINHA/RS, TRÊS COROAS/RS

810.065/2005-PIGATTO AGROPECUARIA LTDA- Rótulo da Fonte Pigatto - Do Barril - Água mineral natural: 20 litros sem gás- FREDERICO WESTPHALEN/RS

810.277/2005-MINERAÇÃO ARROIO BONITO LTDA- Fonte Danilo - Valle Vita - Água Mineral Natural: 200 ml sem gás, 500 ml sem gás e com gás, 1,5 litros sem gás, 2 litros sem gás, 5 litros sem gás, 8 litros sem gás, 20 litros sem gás e Valle Vita Sporting - Água Mineral Natural: 500 ml sem gás.- SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO/RS, SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ/RS

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

910.610/1980-COMICAN COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA-OF. Nº785/2017 e 786/2017

810.511/1999-VINTE E SETE COMERCIAL DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.-OF. Nº822/2017

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

810.331/2017-MINERAÇÃO RINCÃO FRENTE LTDA.-OF. Nº820/2017, 821/2017, 822/2017, 823/2017

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)

810.331/2017-Mineração Rincão Frente Ltda- AI Nº131/2017, 132/2017, 133/2017

SIDNEI ECKERT

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 388, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.005612/2017-31. Interessada: Arteon Z2 Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.454.067/0001-15. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 28 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 45/2017-ANEEL, de 1º de setembro de 2017), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2017.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 389, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.005611/2017-96. Interessada: Arteon Z1 Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.228.019/0001-09. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 8 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 29/2017-ANEEL, de 11 de agosto de 2017), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2017.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 390, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48360.006158/2017-15, resolve:

Art. 1º Definir em 1,79 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH R&F Energia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: CGH.PH.SC.030643-6.01, com potência instalada de 2,863 MW, de titularidade da empresa R&F Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o no 03.707.553/0001-77, localizada no Rio dos Patos, Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH R&F Energia refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH R&F Energia poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 420, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais ao Município de São Paulo para a execução de ações socioassistenciais devido ao elevado contingente de pessoas em situação de rua.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, inciso II, parágrafo único, da Constituição Federal, do art. 33, incisos II, VII e VIII, da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012,

CONSIDERANDO que a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovadas, respectivamente, pelas Resoluções nº 33, de 12 de dezembro de 2012, e nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, estabelecem, no âmbito dos serviços de proteção social especial, o atendimento às situações de risco pessoal e social, em especial às situações de rompimento de vínculos comunitários, o que exige soluções protetivas mais flexíveis;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e define entre as provisões dos serviços de proteção social especial de alta complexidade a promoção de apoio e proteção à população atingida pelas situações de migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, estabelece os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências;

CONSIDERANDO as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, respectivamente, as Resoluções nº 7, de 17 de maio de 2013, e nº 12, de 11 de junho de 2013, que dispõem sobre os parâmetros e critérios para transferências de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a situação de risco pessoal e social no Município de São Paulo diante do elevado contingente de pessoas em situação de rua, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o repasse financeiro emergencial ao Município de São Paulo para atender o elevado contingente de pessoas em situação rua que estão em situação de risco pessoal e social.

Art. 2º Os recursos serão repassados no exercício de 2017 diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS ao Fundo Municipal de Assistência Social.

§1º Repassar-se-á em parcela única recurso referente ao atendimento de 5.400 (cinco mil e quatrocentos) indivíduos pelo período de 6 (seis) meses, observado o valor de referência para cada grupo de 50 (cinquenta) indivíduos, conforme estabelecido no §2º do art. 6º da Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

§2º Poderá haver prorrogação do cofinanciamento federal, conforme previsto nos arts. 9º e 10 da Portaria nº 90, de 2013, do MDS, mediante solicitação ao Ministério e restando demonstrado pelo Município a situação emergencial.

Art. 3º Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 08.244.2037.2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na categoria econômica de custeio, e serão destinados ao atendimento das necessidades das famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

Art. 4º O Município deverá enviar, em até 30 dias a contar do recebimento da primeira parcela de recursos, por meio de ofício, plano de ação, o qual deverá conter previsão de atendimento físico-financeiro e o cronograma de atividades com metas a serem atingidas.

Parágrafo único. O não envio do plano de ação ensejará a devolução integral do recurso recebido, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, ao FNAS.

Art. 5º A prestação de contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma da Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do MDS.

Art. 6º O MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, prestará assessoramento técnico ao Município de São Paulo nas atividades de planejamento e implementação das ações.

Art. 7º O Conselho Municipal de Assistência Social deverá apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO

Quantidade de pessoas	Quantidade de grupos	Referencial temporal para cálculo da parcela única	Valor a ser repassado*
5400	108	6 meses	R$ 12.960.000,00

*Valor de referência mensal de R$ 20.000,00 para grupos de 50 pessoas, conforme art. 6º parágrafo 2º da Portaria MDS nº 90/2013.

PORTARIA Nº 517, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera as Portarias nº 754, de 20 de outubro de 2010, e nº 256, de 19 de março de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social, que estabelecem ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa-Família, no âmbito dos municípios, estados e Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, o art. 33 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o art. 1º, inciso VIII do Anexo I do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e o art. 2º, inciso IV do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e no Decreto nº 5.209, de 2004, resolve:

Art. 1º Os artigos 2º e 4º da Portaria nº 256, de 19 de março de 2010, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O MDS transferirá mensalmente, na forma do art. 3º, recursos financeiros ao Estado que tenha aderido ao Programa Bolsa Família - PBF e ao CadÚnico, observadas as disposições da Portaria nº 246, de 20 de maio de 2005, do MDS, a fim de apoiar o ente estadual na realização alternativa ou cumulativa das seguintes atividades:

..... "

(NR)

"Art. 4º

.....

I -

.....

b)

.....

1. Frequência Escolar, calculada pela divisão do somatório do número de crianças e adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias do PBF com perfil educação no Estado e com informações de frequência escolar pelo somatório do número total de crianças e adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias do PBF com perfil educação no Estado; ou

.....

§ 4º Para os Estados aptos a receberem os recursos de apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, na forma do parágrafo anterior, o total de recursos a ser transferido equivalerá:

I - ao produto da multiplicação do IGD-E apurado no mês pelo valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do teto mensal estabelecido para o Estado;

II - ao valor resultante da apuração dos seguintes incentivos financeiros:

.....

III - ao resultado da soma dos valores apurados nos incisos I e II multiplicado por:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) 1,0, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do estado for inferior a seis vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior;

b) 0,9, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do estado for igual ou superior a seis vezes e inferior a doze vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior;

c) 0,7, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do estado for igual ou superior a doze vezes e inferior a dezoito vezes o resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior;

d) 0,5, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do estado for igual ou superior a dezoito vezes e inferior a vinte e quatro vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior; ou

e) 0,3, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do estado for igual ou superior vinte e quatro vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior.

.....

§ 7º Na ocorrência da hipótese prevista no § 5°, inciso I, alínea "d", o fator de informação da aprovação total da comprovação de gastos dos recursos do IGD-E pelo Conselho Estadual de Assistência Social será igual a 0 (zero) até o saneamento das pendências ou a devolução dos valores não aprovados para o Fundo Estadual de Assistência Social, sendo o repasse restabelecido após o registro da deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social, sem retroatividade dos efeitos financeiros.

.....

§ 10. Para aplicação do previsto no inciso III do § 4º e suas alíneas, caso o estado tenha obtido IGD igual a zero no mês anterior, serão utilizados para o referido cálculo os valores correspondentes relativos ao último mês em que tenha sido gerado valor a transferir ao estado."

§ 11. Os valores de saldos a serem obtidos para o cálculo previsto no inciso III do § 4º e suas alíneas levarão em consideração as regras de movimentação da conta que recepciona os recursos transferidos à título de apoio à gestão e execução descentralizadas do PBF e do Cadastro Único objeto da legislação aplicável aos recursos dos Fundos Nacional de Assistência Social." (NR)

Art. 2º O art. 4º da Portaria n° 754, de 19 de março de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4° Sem prejuízo do disposto no art. 5°, o valor mensal a ser transferido ao município equivalerá:

I - ao valor calculado pela multiplicação do resultado obtido do IGD-M alcançado pelo município pelo valor de referência de R$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) e pelo número total de cadastros atualizados, conforme definido no inciso II do art. 12 desta Portaria, de famílias no município com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo inscritas na Base Nacional do CadÚnico no mês anterior ao do mês de referência do cálculo, até o limite da estimativa do número de famílias identificadas com renda per capita até meio salário mínimo no município;

II - ao valor resultante da apuração dos seguintes incentivos financeiros:

.....

III - ao resultado da soma dos valores apurados nos incisos I e II multiplicado por:

a) 1,0, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do município for inferior a R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ou a seis vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II referente à competência do mês anterior;

b) 0,9, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do município for igual ou superior a seis vezes e inferior a doze vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior;

c) 0,7, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do município for igual ou superior a doze vezes e inferior a dezoito vezes o resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior;

d) 0,5, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do município for igual ou superior a dezoito vezes e inferior a vinte e quatro vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior; ou

e) 0,3, se o montante correspondente ao saldo em conta do IGD no último dia do segundo mês anterior a que se refere o cálculo do IGD do município for igual ou superior a vinte e quatro vezes o valor resultante da soma dos valores apurados nos incisos I e II do mês anterior.

.....

§ 5º Para aplicação do previsto no inciso III do caput e suas alíneas, caso o município tenha obtido IGD igual a zero no mês anterior, serão utilizados para o referido cálculo os valores correspondentes relativos ao último mês em que tenha sido gerado valor a transferir ao município.

§ 6º Os valores de saldos a serem obtidos para o cálculo previsto no inciso III do caput e suas alíneas levarão em consideração as regras de movimentação da conta que recepciona os recursos transferidos à título de apoio à gestão e execução descentralizadas do PBF e do Cadastro Único objeto da legislação aplicável aos recursos dos Fundos Nacional de Assistência Social." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, com efeitos financeiros a partir da competência do IGD de janeiro de 2018.

OSMAR GASPARINI TERRA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 622, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a execução do Programa de Educação Previdenciária - PEP.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999;
Portaria Normativa nº 08/SRH/MP, de 7 de outubro de 1999;
Instrução Normativa n° 76/PRES/INSS de 2 de dezembro de 2014;
Instrução Normativa nº 84/PRES/INSS, de 15 de fevereiro de 2016; e
Nota Informativa nº 584/2012/CGNOR/ DENOP/SEGEP/MP, de 17 de agosto de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando a necessidade de regulamentar as atividades do Programa de Educação Previdenciária - PEP, resolve:

Art. 1° Fica disciplinada a execução do PEP no âmbito do INSS.

Parágrafo único. O PEP tem por objetivo informar e conscientizar a sociedade quanto aos seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar proteção social aos cidadãos.

Art. 2º O PEP é implementado pela Divisão de Educação Previdenciária - DIVPREV, que integra a Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento do INSS, vinculada à Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, e será executado de forma descentralizada, em consonância com as seguintes linhas de ação:

I - disseminar informações e orientações institucionais sobre direitos e deveres do cidadão e a importância do Seguro Social, por meio de ações educacionais presenciais e a distância, tais como cursos, palestras, espaço em mídias, dentre outros;

II - formar disseminadores de informações previdenciárias, tanto no âmbito interno quanto externo; e

III - promover ações e participar de eventos voltados para divulgação dos serviços previdenciários, com vistas a integrar a Previdência Social no cotidiano da sociedade.

Art. 3° Propor parcerias com organizações governamentais e não governamentais, voltadas ao fortalecimento e à valorização da cidadania, atendendo as linhas de ação definidas nos incisos I, II e III do art. 2º.

Art. 4º O PEP possui a seguinte estrutura organizacional:

I - Divisão de Educação Previdenciária na Administração Central, que tem por objetivo implementar o PEP em parceria com as equipes descentralizadas, bem como planejar, analisar, orientar, supervisionar e avaliar as ações de disseminação do conhecimento previdenciário para a sociedade, de acordo com as metas e diretrizes estabelecidas;

II - Representação Regional do PEP no Serviço de Desenvolvimento de Carreiras e Educação das Superintendências-Regionais - SR, que tem por objetivo implementar o PEP, bem como planejar, analisar, orientar, supervisionar e avaliar as ações de disseminação do conhecimento previdenciário para a sociedade, de acordo com as metas e diretrizes estabelecidas, em âmbito regional;

III - equipe do PEP nas Gerências-Executivas - GEX, responsável por planejar e executar as ações e metas do PEP, além de orientar os educadores previdenciários, no âmbito da GEX, observando as diretrizes e os objetivos estratégicos do Instituto; e

IV - equipe do PEP nas Agências da Previdência Social - APS, responsável por executar as ações educacionais no âmbito das APS.

Art. 5º Os Gerentes-Executivos deverão constituir, mediante Portaria, a equipe do PEP para disseminação das informações previdenciárias.

Parágrafo único. Caberá aos Gerentes-Executivos e Gerentes de APS, em parceria com a Seção Operacional da Gestão de Pessoas, apoiar e proporcionar o suporte logístico necessário ao trabalho da equipe do PEP.

Art. 6º Todo servidor poderá atuar como educador previdenciário, de forma eventual ou contínua, nas ações coordenadas pela equipe do PEP, mediante liberação da chefia imediata.

§ 1º A equipe do PEP poderá requisitar a participação de servidor para atuar como educador previdenciário, conforme necessidade da ação.

§ 2º A participação do servidor será registrada no Sistema de Gestão do Programa de Educação Previdenciária - SISGPEP.

Art. 7º O PEP contará com crédito orçamentário específico consignado na Lei Orçamentária Anual, de forma a garantir a sustentabilidade e execução das ações em consonância com o disposto nesta Resolução.

Art. 8º O orçamento destinado para o PEP incluirá as despesas com deslocamento de servidores e aquisição de material de divulgação de distribuição gratuita.

§ 1º O deslocamento do servidor para execução de ações relativas ao PEP, quando ensejar diárias e passagens, será formalizado no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, observado o disposto na Instrução Normativa nº 84/PRES/INSS, de 15 de fevereiro de 2016, e registrado no SISGPEP.

§ 2º O deslocamento que não ensejar pagamento de diárias e passagens e que coincida com a jornada de trabalho do servidor, será considerado como serviço externo, podendo motivar a concessão de indenização de transporte, conforme disposto no Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999.

§ 3º Quando as atividades forem executadas de forma suplementar à jornada regular do servidor, à noite ou aos finais de semana e feriados, as horas excedentes poderão ser utilizadas para compensação de eventuais ausências justificadas, na forma do art. 44 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observando o disposto no art. 4° da Instrução Normativa n° 76/PRES/INSS, de 2 de dezembro de 2014, bem como as seguintes disposições:

I - no caso de compensação de atrasos, saídas antecipadas e faltas, as horas excedentes deverão ser relacionadas em Folha de Registro de Comparecimento - Anexo I, assinada pelo servidor e pela chefia imediata; e

II - no caso de compensação de recesso ou instrutoria, as horas excedentes deverão ser relacionadas em Folha de Registro de Comparecimento - Anexo I, assinada pelo servidor e pela chefia imediata e encaminhada por meio de Memorando ao Serviço/Seção Operacional da Gestão de Pessoas, conforme modelo estabelecido no Anexo II.

Art. 9° Todas as ações do PEP deverão ser registradas no SISGPEP para acompanhamento e controle das atividades realizadas pelas equipes do PEP.

Art. 10. Os Anexos desta Resolução serão publicados em Boletim de Serviço e suas atualizações e posteriores alterações poderão ser objeto de Despacho Decisório expedido pelo Diretor de Gestão de Pessoas.

Art. 11. Revoga-se a Resolução nº 123/INSS/PRES de 14 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 240, de 16 de dezembro de 2010, Seção 1, pág. 66, e torna sem efeito o Memorando-Circular Conjunto n° 7/CFAI/DGP/INSS, de 1º de junho de 2016.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO PAULO SOARES LOPES

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 345, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 12.395, de 16 de março de 2011 e nº 10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, nas Portarias ME nº 67, de 4 de abril de 2013, alterada pelas Portarias nºs 190, 76 e 195, de 14 de agosto de 2014, 15 de março de 2017 e 21 de junho de 2017, respectivamente, e pela nº 164, de 6 de outubro de 2011, alterada pelas Portarias nºs 33, 24 e 61, de 18 de fevereiro de 2014, 12 de fevereiro de 2015 e de 15 de março de 2016, respectivamente, resolve:

Art. 1º Contemplar 06 (seis) atletas de modalidades olímpicas e 06 (seis) atletas de modalidades paralímpicas que tiveram seus Planos Esportivos aprovados no âmbito do Programa Atleta Pódio, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Os Atletas contemplados deverão imprimir, assinar e enviar ao Ministério do Esporte o Termo de Adesão conforme estabelecido no item 9.4.1 do Edital nº 04, de 21 de dezembro de 2016, publicado na Seção 3, do Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AVELINO BOESCHENSTEIN VIEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

ESPORTES OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS
CATEGORIA ATLETA PÓDIO
Edital n° 04 de 22 de dezembro de 2016

Nº	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Valor da Bolsa
1	NUBIA APARECIDA SOARES	106.021.136-01	Atletismo	R$ 11.000,00
2	ROSANGELA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS	060.081.157-32	Atletismo	R$ 11.000,00
3	THIAGO DO ROSARIO ANDRE	151.900.627-67	Atletismo	R$ 11.000,00
4	HENRIQUE DA SILVA AVANCINI	108.003.247-90	Ciclismo MTB - XCO	R$ 11.000,00
5	THAIS FIDELIS DOS SANTOS	367.163.488-08	Ginástica Artística	R$ 15.000,00
6	ADRIANO ALVES PEREIRA JUNIOR	125.133.196-30	Taekwondo	R$ 11.000,00
7	ANDRE LUIS DA ROCHA ANTUNES	185.618.098-09	Atletismo Paralímpico	R$ 15.000,00
8	EMICARLO ELIAS DE SOUZA	009.496.614-14	Atletismo Paralímpico	R$ 11.000,00
9	RAISSA ROCHA MACHADO	096.924.496-70	Atletismo Paralímpico	R$ 15.000,00
10	JOVANE SILVA GUISSONE	001.356.760-88	Esgrima em CR	R$ 11.000,00
11	MARCELO COLLET E SILVA MAURO	793.157.045-68	Paratriatlo	R$ 11.000,00
12	RONYSTONY CORDEIRO DA SILVA	009.821.504-31	Natação Paralímpica	R$ 15.000,00

PORTARIA Nº 346, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria ME nº 164, de 06 de outubro de 2011, que estabelece as fases do pleito, os procedimentos de inscrição, os critérios para indicação de eventos esportivos e os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, resolve:

Art. 1º O artigo 4º da Portaria n° 164, de 06 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Antes da abertura de inscrições online, os critérios para concessão da bolsa atleta aos praticantes de modalidades que não fazem parte do programa olímpico ou paraolímpico serão enviados ao Conselho Nacional de Esporte (CNE) para análise e deliberação, nos termos do art. 5º da Lei 10.891 de 2004."

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO AVELINO BOESCHENSTEIN VIEIRA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 273, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito do Ministério do Esporte - ME.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 18 da Portaria nº 144, de 10 de maio de 2017, e com base na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1o Estabelecer os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do Ministério do Esporte - ME.

Parágrafo único. A legislação de referência consta do anexo desta Portaria.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2o Para efeitos desta Portaria consideram-se as seguintes definições:

I - arquivo: conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos;

II - arquivo central: setor responsável por executar as atividades de arquivo intermediário e permanente, bem como orientar aquelas referentes aos arquivos em fase corrente que forem objeto de digitalização e registro no SEI;

III - assinatura eletrônica: é o registro realizado eletronicamente, por usuário identificado de modo inequívoco com vistas a firmar documentos, e se dará pelas seguintes formas:

a) assinatura digital: baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil; e

b) assinatura cadastrada: mediante prévio credenciamento de acesso de usuário, com fornecimento de login e senha;

IV - protocolo setorial: unidades que desempenham atividades de apoio administrativo e possuem perfil de protocolo no SEI;

V - atividade de protocolo: conjunto de operações que visam o controle dos documentos produzidos e recebidos externamente e internamente, assegurando sua localização, recuperação e acesso, tais como: recebimento, classificação, registro, distribuição, digitalização, tramitação interna e expedição de documentos;

VI - autenticação: declaração de autenticidade de um documento arquivístico, resultante do acréscimo, diretamente no documento, de elemento de verificação ou da afirmação por parte da pessoa investida de autoridade para tal;

VII - base de conhecimento: funcionalidade do SEI destinada à inserção de orientações, definições e exigências necessárias para a correta instrução de um ou mais tipos de processos;

VIII - captura: consiste em declarar um documento como arquivístico ao incorporá-lo no SEI, a partir das seguintes ações: digitalização, registro, classificação, indexação, atribuição de metadados e arquivamento;

IX - categorias de acesso: forma de controle de documentos e de processos eletrônicos no SEI, classificados quanto ao nível de acesso em público, restrito ou sigiloso, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

X - credencial de acesso à informação classificada: credencial gerada no âmbito do SEI que permite acesso a processos sigilosos ao usuário interno em razão de suas atribuições, sendo validada com a confirmação de vinculação do usuário ao setor;

XI - código de classificação de documentos de arquivo: instrumento de trabalho utilizado para classificar por assunto todo e qualquer documento produzido ou recebido, com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos;

XII - código CRC (Cyclic Redundancy Check): código que garante a autenticidade de um documento assinado eletronicamente no SEI, constante em sua declaração de autenticidade;

XIII - desentranhamento: retirada de um ou mais documentos de determinado processo;

XIV - despacho: ato processual que contém solicitação ou decisão proferida pela autoridade administrativa competente;

XV - detentor do processo eletrônico: unidade(s) na(s) qual(is) o processo está aberto e passível de inserção de novos documentos;

XVI - digitalização: conversão da fiel imagem de um documento para código digital, com a mesma validade do documento original;

XVII - documento arquivístico: documento produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, qualquer que seja o suporte, e dotado de organicidade;

XVIII - documento corrente: documento arquivístico em curso ou que, mesmo sem movimentação, constitua objeto de consultas frequentes;

XIX - documento eletrônico: documento armazenado sob a forma de arquivo eletrônico, inclusive aquele resultante de digitalização;

XX - documento externo: documento de origem externa capturado no SEI;

XXI - documento interno: documento produzido no SEI;

XXII - documento nato digital: documento criado originalmente em meio eletrônico;

XXIII - documento permanente: documento arquivístico de valor histórico, probatório e informativo que deve ser definitivamente preservado;

XXIV - documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas;

XXV - gestão de documentos: conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, avaliação e arquivamento de documentos;

XXVI - informação orgânica: é a informação registrada em documento relativa às atividades do órgão produtor;

XXVII - informação sigilosa: submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de hipótese legal de sigilo, subdividida em:

a) classificada: em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, à qual é atribuído grau de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, conforme estabelecido pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2012, e pelo Decreto nº7.724, de 16 de maio de 2012; e

b) não classificada: informações pessoais e aquelas não imprescindíveis para a segurança da sociedade e do Estado abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

XXVIII - juntada por anexação: união definitiva de um ou mais processo (s) a outro processo (considerado principal), com vista à continuidade da ação administrativa com a formação de um único processo, desde que pertencentes a um mesmo interessado e que contenham o mesmo assunto;

XXIX - nível de acesso: forma de controle de acesso de usuários a processos e documentos no SEI, quanto à informação neles contida, segundo as seguintes regras:

a) público: acesso irrestrito e visível a todos os usuários;

b) restrito: acesso limitado aos usuários das unidades em que o processo esteja aberto ou por onde tramitou; e

c) sigiloso: acesso limitado aos usuários que possuem Credencial de Acesso SEI sobre o processo;

XXX - número do documento: código numérico sequencial gerado para identificar as sequências de tipo de documento;

XXXI - número SEI: código numérico sequencial gerado automaticamente pelo SEI para identificar individualmente um documento dentro do sistema;

XXXII - número único de protocolo (NUP): código numérico que identifica, de forma única e exclusiva, cada processo, produzido, recebido ou autuado no âmbito do Ministério do Esporte;

XXXIII - peça processual: documento que, sob diversas formas, integra o processo;

XXXIV - peticionamento eletrônico: envio, por parte de usuário externo, de documento visando formar novo processo, compor um já existente, requerer informação ou solicitar vista de processo, por meio de ferramenta específica disponibilizada pelo Ministério do Esporte;

XXXV - processo eletrônico: conjunto de documentos e atos processados, armazenados e disponibilizados por meio eletrônico;

XXXVI - processo principal: processo que, pela natureza de sua matéria, poderá exigir a anexação ou relacionamento de um ou mais processos como complemento ao seu andamento ou decisão;

XXXVII - protocolo central: setor responsável por executar as atividades de protocolo no âmbito do Ministério do Esporte;

XXXVIII - atividades de protocolo: conjunto de operações que visam o controle dos documentos produzidos e recebidos externamente, assegurando localização, recuperação e acesso, tais como: recebimento, classificação, registro, distribuição, digitalização, tramitação interna e externa;

XXXIX - sistema eletrônico de informações - SEI: sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos;

XL - sobrestamento de processos: interrupção formal do seu andamento, em razão de determinação existente no próprio processo ou em outro;

XLI - remessa: ato de envio do documento ou processo para destinatário externo ao Ministério do Esporte;

XLII - relacionamento de processos: associação temporária de um ou mais processos, que possuam o mesmo assunto e interessados diferentes, com o objetivo de complementar informações, dispensando, neste caso, a juntada por anexação;

XLIII - tramitação: movimentação do processo de um setor a outro, por meio do SEI;

XLIV - unidade: designação genérica que corresponde a cada uma das divisões ou subdivisões da estrutura organizacional e de processos do Ministério do Esporte;

XLV - usuário externo: qualquer pessoa física ou jurídica autorizada a acessar ou atuar em processos eletrônicos, e que não seja caracterizada como usuário interno ou usuário colaborador;

XLVI - usuário interno: servidor ou empregado em exercício no Ministério do Esporte que tenha acesso, de forma autorizada, as informações produzidas ou custodiadas no SEI; e

XLVII - usuário colaborador: estagiário, bolsista, menor aprendiz, ou qualquer outro colaborador do Ministério do Esporte autorizado a acessar processos eletrônicos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3o Compete ao Serviço de Documentação - SEDOC:
I - orientar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas à utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
II - receber, conferir, digitalizar, autenticar, assinar eletronicamente, registrar e tramitar os documentos de origem externa recebidos no âmbito do Ministério do Esporte;
III - promover a racionalização da produção documental, em conjunto com as demais unidades organizacionais do Ministério do Esporte; e
IV - realizar remessa de documentos fisicamente quando não for possível a tramitação eletrônica.
Art. 4o Compete à Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação - CGETI:
I - fornecer suporte técnico e tecnológico às unidades organizacionais para utilização do sistema;
II - realizar as atualizações e manutenções necessárias para o pleno funcionamento do SEI-ME;
III - gerir o banco de dados do SEI-ME; e
IV - promover a preservação, a fidelidade e a autenticidade dos arquivos digitais registrados no banco de dados do SEI-ME.
Art. 5o Aos órgãos de assistência direta e integrante da estrutura regimental do Ministério do Esporte, bem como aos seus respectivos dirigentes compete:
I - orientar os usuários no âmbito do seu setor sobre a utilização do SEI;
II - garantir que os registros e as movimentações de processos no âmbito do seu setor estão sendo efetuados de forma adequada; e
III - definir o perfil dos usuários do seu setor.
CAPÍTULO III
DO ACESSO E CREDENCIAMENTO
Seção I
Usuário Interno
Art. 6o Os usuários internos poderão autuar e tramitar processos, bem como gerar e assinar documentos no âmbito do SEI-ME, de acordo com o seu perfil de acesso e competências funcionais.
Art. 7o Os usuários colaboradores não poderão assinar documentos no âmbito do SEI-ME.
Parágrafo único. O cadastro de usuário colaborador será efetivado mediante solicitação de autoridade competente, que será corresponsável pelas ações realizadas no SEI-ME decorrentes de tal acesso.
Art. 8o O cadastro dos usuários no âmbito do SEI-ME será feito pelo administrador do sistema, por meio de formulário próprio.
Art. 9o Para permissão de acesso a mais de uma lotação, é necessário que o responsável da unidade encaminhe solicitação, por meio do endereço eletrônico: sei@esporte.gov.br, que adotará as devidas providências.
Seção II
Usuário Externo
Art. 10. Os usuários externos, mediante credenciamento, poderão:
I - assinar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com o Ministério do Esporte;
II - acompanhar o trâmite de processos;
III - receber ofícios e notificações; e
IV - solicitar vistas de documentos.
§ 1o O acesso de usuário externo é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir de solicitação.
§ 2o A concessão do acesso externo é composta de:
I - credenciamento no sítio eletrônico: sei.esporte.gov.br/acessoexterno;
II - envio de documentos pelo requerente;
III - pedido de acesso externo ao administrador do sistema pelo dirigente da unidade responsável pelo processo;
IV - concessão pelo administrador do sistema do acesso ao usuário externo; e
V - definição pelo dirigente responsável pelo processo das partes que o usuário externo terá acesso.
§ 3o O credenciamento está condicionado à aceitação das condições regulamentares que disciplinam o SEI e tem como consequência responsabilidade do usuário pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais são passíveis de responsabilidade civil, penal e administrativa.
§ 4o A autorização do credenciamento de usuário externo e a consequente liberação dos serviços disponíveis no SEI dependem de prévia aprovação do dirigente máximo da unidade administrativa ou para quem ele delegar, a qual será concedida somente após o encaminhamento da documentação necessária pelo interessado e a análise do cumprimento dos requisitos necessários ao credenciamento.
Art. 11. Para a conclusão do credenciamento de acesso, o usuário externo deverá responder à mensagem eletrônica, recebida pelo sistema, encaminhando:
I - no caso de credenciamento de pessoa física:
a) documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF; e
b) comprovante de endereço;
II - no caso de credenciamento de pessoa jurídica:
a) documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física do representante legal;
b) ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrado;
c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado; e
d) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
§ 1o O Ministério poderá solicitar documentação complementar para efetivação do cadastro.
§ 2o O resultado da análise da documentação será informado ao usuário através do endereço eletrônico, que será enviada pela unidade administrativa que solicitou o acesso.
Art. 12. O Ministério do Esporte poderá exigir, a seu critério, no curso processual, a exibição do original do documento enviado eletronicamente.
Art. 13. São de exclusiva responsabilidade do usuário externo:
I - o sigilo da senha relativa à assinatura eletrônica, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
II - a equivalência entre os dados informados para o envio do documento e os constantes do documento protocolado;
III - o envio de documentos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pelo Ministério do Esporte, no que se refere à formatação e tamanho do arquivo enviado;
IV - a consulta periódica ao endereço de correio eletrônico cadastrado e ao SEI-ME, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais; e
V - a atualização de seus dados cadastrais no SEI-ME.
Art. 14. A não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI-ME, bem como eventual defeito de transmissão ou recepção de dados e informações, não imputáveis à falha do sistema, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.
CAPÍTULO IV
DO PROCESSO ELETRÔNICO
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 15. Todos os documentos produzidos ou inseridos no âmbito do SEI-ME constituirão ou se vincularão a um processo eletrônico, sendo de responsabilidade exclusiva do usuário os seus registros.
§ 1o Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos, na forma estabelecida nesta Portaria, serão considerados originais para todos os efeitos legais.
§ 2o Os documentos digitalizados e inseridos no processo eletrônico têm a mesma força probante dos originais.
Art. 16. O processo eletrônico inicia-se com um documento nato-digital ou digitalizado e dispensa a realização de procedimentos formais típicos de processo em papel, tais como capeamento, criação de volumes, inclusão de termos, numeração de folhas, carimbos e aposição de etiquetas.
Parágrafo único. No SEI-ME, os processos serão concluídos ou fechados pelo setor responsável e arquivados de forma digital.
Art. 17. Os documentos gerados ou inseridos no SEI deverão ser classificados, conforme nível de sensibilidade da informação, como público, restrito ou sigiloso.
Parágrafo único. Os processos relacionados à gestão de pessoal deverão ser classificados como restritos, em observância ao inciso I, §1º, art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011.
Art. 18. Os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação de natureza restrita e sigilosa, no âmbito do Ministério do Esporte, obedecerão às disposições contidas em legislação específica.
Art. 19. O acesso a documentos preparatórios até a sua assinatura fica limitado ao usuário que o produziu.
Art. 20. Para a criação de um processo eletrônico devem ser inseridos no SEI dados que permitam sua eficiente localização e controle, mediante o preenchimento dos campos próprios do sistema, observados os seguintes requisitos:
I - estruturar de maneira cronológica, lógica e contínua;
II - possibilidade de consulta a conjuntos segregados de peças processuais, salvo os processos físicos já existentes antes da vigência desta Portaria e posteriormente digitalizados;
III - permitir a vinculação entre processos, a ser utilizada nos casos de juntada por anexação e relacionamento; e
IV - permitir a reclassificação do nível de sensibilidade da informação, como público, restrito ou sigiloso, limitando ou ampliando o acesso.
Seção II
Da Produção de Documentos
Art. 21. Todo documento oficial produzido no âmbito do Ministério do Esporte deverá ser, prioritariamente, gerado no editor de texto do SEI, observando o seguinte:
I - documentos gerados no SEI receberão Número SEI e, quando aplicável, Número do Documento;
II - o usuário interno poderá elaborar documentos, bem como assinar, aqueles de sua competência, em conformidade com normas próprias; e
III - documentos que demandem análise preliminar de sua minuta, seja por parte de entidades vinculadas ou para fins de Consulta Interna ou Consulta Pública, devem ser formalizados por meio de tipo de documento próprio, de minuta, que não se confunde com o documento final a ser posteriormente formalizado.
§ 1o Quando o documento a ser elaborado exigir formatação incompatível com o editor de textos, no momento de sua captura para o SEI deve ser utilizado o formato PDF.
§ 2o O limite do tamanho individual de arquivos capturados para o SEI, como documentos externos, será definido em ato próprio da CGETI do Ministério do Esporte.
§ 3o Os documentos arquivísticos digitais devem ser gravados em formato de compressão que garanta o menor tamanho de arquivo possível, mantendo-se sua inteligibilidade, autenticidade, integridade, fidedignidade e confiabilidade, preferencialmente dentro do limite estabelecido no § 2o, os casos excepcionais serão tratados pela CGETI.
§ 4o A mídia a que refere o § 3o será encaminhada para a área responsável pelo processo, devidamente identificada com o NUP e o Número SEI, para análise e posterior envio para o Serviço de Documentação - SEDOC arquivar, conforme o caso.
Art. 22. Na confecção dos documentos deverão ser observados os critérios de impessoalidade, optando-se por destinar as correspondências internas sempre ao cargo e não ao seu ocupante.
Art. 23. Ao serem criados no SEI, os documentos receberão numeração automática sequencial por setor, recomeçando a numeração a cada exercício, salvo as exceções definidas pelo Comitê Gestor do SEI.
Art. 24. Os modelos, padrão de documentos ou formulários que serão disponibilizados no SEI-ME deverão ser sugeridos pelas áreas técnicas e encaminhadas ao Administrador do Sistema.
Art. 25. Em caso de impossibilidade técnica momentânea de produção dos documentos no SEI, para questões urgentes, que não possam esperar o restabelecimento do sistema, estes podem ser produzidos em suporte físico e assinados de próprio punho, podendo receber numeração sequencial provisória e, quando do retorno da disponibilidade do sistema, devem ser imediatamente digitalizados e inseridos no SEI.
Art. 26. Os documentos gerados no SEI e destinados à publicação no Diário Oficial da União - DOU, poderão, nos casos disciplinados pelo Comitê Gestor do SEI, ter dispensada a funcionalidade de numeração automática.
Seção III
Do Procedimento
Art. 27. O processo eletrônico inicia-se com a autuação de um documento produzido eletronicamente ou digitalizado, por um usuário interno.
Parágrafo único. Os atos gerados no SEI-ME serão registrados com a identificação do usuário, data e hora de sua realização.
Art. 28. As comunicações de atos processuais nos procedimentos em tramitação no Ministério do Esporte, quando destinadas aos cadastrados no sistema, serão feitas exclusivamente por meio eletrônico.
Parágrafo único. As comunicações realizadas na forma prevista no caput deste artigo serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito do Ministério do Esporte.
Art. 29. As comunicações de atos processuais destinadas aos não cadastrados no sistema de processo eletrônico serão realizadas por via postal, com aviso de recebimento - AR.
Art. 30. Os autos de processos eletrônicos que tiverem de ser remetidos a outros órgãos ou entidades que não disponham de sistema compatível poderão ser impressos em papel e autuados na forma da legislação em vigor.
Art. 31. O processo eletrônico estará disponível para vista dos autos ou consulta pelos usuários credenciados e autorizados, por meio do acesso externo.
Seção IV
Da Recepção, Registro e Digitalização de Documentos
Art. 32. Os documentos recebidos em meio físico deverão ser abertos, digitalizados, registrados, classificados e tramitados no SEI-ME.
§ 1o Os documentos deverão ser registrados no SEI-ME no prazo máximo de 1 (um) dia útil, salvo quando haja restrição técnica da unidade, devidamente fundamentada.
§ 2o Os documentos recebidos no Serviço de Documentação - SEDOC serão destinados ao Arquivo Central via Guia de Transferência e ali mantidos até que cumpram seus prazos de guarda.
§ 3o Os documentos e processos recebidos, na forma deste artigo, que possuírem NUP deverão ser registrados e tramitados com a mesma numeração de origem.
§ 4o Os documentos recebidos, na forma deste artigo, sempre que não referenciado com o número de protocolo já existente, serão autuados como novos processos, aos quais será atribuído um NUP.
§ 5o No caso de documentos externos sigilosos, documentos que digam respeito a procedimentos licitatórios e demais casos específicos, o Serviço de Documentação - SEDOC os encaminhará à unidade competente, sem abertura do invólucro destes, que procederá à digitalização e o devido registro no SEI.
§ 6o Somente será admitida a inserção no SEI de documentos externos em formato PDF.
Art. 33. Havendo indícios de violação nos documentos recebidos, o Serviço de Documentação - SEDOC deverá registrar o fato no ato do recebimento e comunicar imediatamente à autoridade competente.
Art. 34. Não deverão ser objeto de registro no SEI:
I - jornais, revistas, livros, folders, propagandas e demais materiais que não se caracterizam como documento arquivístico; e
II - correspondências particulares.
Art. 35. O documento recebido em meio físico será digitalizado e capturado no sistema de acordo com sua especificidade.
§ 1o A digitalização de documentos será:
I - realizada mediante a utilização da funcionalidade Reconhecimento Óptico de Caracteres - OCR antes de sua inserção no SEI; e
II - limitada a duzentas folhas por arquivo.
§ 2o Os documentos com mais de duzentas folhas serão divididos em mais de um arquivo eletrônico no momento de sua digitalização.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3o Os documentos de grande dimensão deverão:

I - ser entregues em formato digital, por mídia ou eletronicamente, quando se tratar de processos recebidos após a implantação do SEI; ou

II - ser encaminhados ao Serviço de Documentação - SEDOC para a digitalização, quando se tratar de processos físicos que já compõem o acervo do Ministério do Esporte.

Seção V

Da Tramitação

Art. 36. Toda movimentação de novos processos se dará via SEI, não sendo permitido o uso de outros recursos.

Art. 37. A movimentação interna de processos respeitará as especificidades e a estrutura hierárquica de cada unidade do Ministério do Esporte.

Art. 38. Em caso de erro na tramitação de processo eletrônico, a área de destino deverá promover imediatamente:

I - a sua devolução ao remetente; ou

II - o seu adequado direcionamento.

Seção VI

Do Relacionamento, Juntada por Anexação e Sobrestamento

Art. 39. O relacionamento de processos será realizado quando houver a necessidade de associar um ou mais processos, com o objetivo de complementar informações, dispensando, neste caso, a juntada por anexação.

Art. 40. A anexação de processos ocorrerá quando houver necessidade de unificação permanente de processos, para que sejam analisados e decididos de forma conjunta, somente sendo revertida pelo administrador do sistema.

Art. 41. O processo acessório, uma vez anexado ao principal deixará de ter independência, não sendo mais possível realizar nele nenhuma ação isolada.

Art. 42. Documento digitalizado integrante de um processo poderá ser desentranhado, a fim de atender demanda administrativa.

Art. 43. O sobrestamento é a interrupção temporária, de forma justificada, do andamento do processo, a fim de aguardar a realização de providência necessária ao prosseguimento, observada a legislação pertinente.

Parágrafo único. O sobrestamento deverá ser removido quando não mais subsistir o motivo que o estimulou ou quando for determinada a retomada da regular tramitação.

Seção VII

Da Classificação Arquivística e Avaliação

Art. 44. Todos os processos do SEI serão classificados com base no Código de Classificação de Documentos de Arquivo.

Art. 45. Os processos eletrônicos serão mantidos até que cumpram seus prazos de guarda conforme definido na tabela de temporalidade de documentos de arquivo.

§ 1o Os processos eletrônicos de guarda permanente deverão receber tratamento de preservação de forma que não haja perda ou corrupção da integridade das informações.

§ 2o O descarte de documentos e processos eletrônicos será promovido pelo Arquivo Central, e executado de acordo com os procedimentos legais relativos à eliminação.

Art. 46. O setor responsável por documentação e arquivo no âmbito do Ministério do Esporte juntamente com o setor de Tecnologia da Informação devem desenvolver um plano de preservação digital, a ser submetido e aprovado pelo Comitê Gestor do SEI.

Art. 47. Ressalvadas as hipóteses de devolução de documentos ao interessado, os documentos e processos físicos objeto de digitalização serão destinados ao Arquivo Central e ali mantidos até que cumpram seus prazos de guarda, conforme definido na tabela de temporalidade de documentos de arquivo.

Seção VIII

Do Cancelamento e Exclusão

Art. 48. No SEI, poderão ser cancelados ou excluídos, na unidade possuidora do processo eletrônico:

I - documentos sem assinatura; e

II - documentos assinados, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, responsável pela unidade.

Art. 49. Todos os cancelamentos e exclusões serão registrados no sistema com os dados do responsável pela ação.

Seção IX

Do Pedido de Vistas ao Processo

Art. 50. As solicitações de pedido de vistas serão protocoladas no Serviço de Documentação - SEDOC, por meio eletrônico ou presencial.

§ 1o As disponibilizações de acesso devem obedecer à legislação pertinente ao acesso à informação.

§ 2o Atendidos os requisitos formais, o SEDOC encaminhará o pedido de vistas para análise do setor competente.

Art. 51. Somente o usuário externo cadastrado poderá solicitar vista processual.

Art. 52. O acesso externo para vista será disponibilizado por usuário interno ou usuário colaborador da unidade produtora ou responsável regimentalmente pelo processo.

Parágrafo único. É vedado conceder acesso externo, para fins de vistas a processo, superior a 10 (dez) dias.

CAPÍTULO V

DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 53. Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, mediante utilização de assinatura eletrônica.

§ 1o O uso da assinatura eletrônica é obrigatório para assinatura de atos de conteúdo decisório ou destinados a público externo ao Ministério do Esporte.

§ 2o A autenticidade de documentos gerados no SEI pode ser verificada em endereço do Ministério do Esporte na Internet indicado na tarja de assinatura e declaração de autenticidade no próprio documento, com uso dos Códigos Verificador e CRC.

§ 3o O documento em papel, de origem interna ou externa, que for digitalizado e capturado no SEI deverá ter a sua inserção e autenticação no sistema mediante assinatura cadastrada do usuário interno que a proceder.

§ 4o A assinatura digital e a assinatura cadastrada são de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

Art. 54. A prática de atos assinados eletronicamente importará aceitação das normas regulamentares sobre o assunto e da responsabilidade do usuário pela utilização indevida de sua assinatura eletrônica.

CAPÍTULO VI

DAS CATEGORIAS DE ACESSO

Art. 55. Os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação de natureza restrita e sigilosa, no âmbito do Ministério do Esporte, obedecerão às disposições contidas em legislação específica.

Art. 56. Os processos e documentos classificados com o nível de acesso público poderão ser visualizados por todos os usuários internos e colaboradores, sendo franqueado o acesso aos usuários externos mediante solicitação de vista processual.

Parágrafo único. O acesso será restrito aos documentos preparatórios ou informações neles contidas, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, até a edição do ato ou decisão.

Art. 57. Serão classificados como sigilosos os documentos submetidos temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo.

Parágrafo único. O acesso aos documentos classificados como sigilosos será limitado a usuários com credencial de acesso.

CAPÍTULO VII

DOS NÍVEIS DE ACESSO

Art. 58. Todo processo ou documento do SEI-ME deverá ter nível de acesso público, restrito ou sigiloso informado, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 e regulamento.

Art. 59. Os processos e documentos incluídos no SEI devem obedecer aos seguintes níveis de acesso:

I - público, com acesso garantido e sem formalidades a qualquer interessado;

II - restrito, quando se tratar de informação sigilosa não classificada;

III - sigiloso, quando se tratar de informação sigilosa classificada, por ser imprescindível à segurança da sociedade ou do estado, nos termos dos artigos 23 e 24 da Lei nº 12.527 de 2011, passível de classificação nos graus ultrassecreto, secreto ou reservado.

§ 1o Os processos e documentos no SEI-ME devem, em regra, ter nível de acesso público e, excepcionalmente, restrito ou sigiloso, com indicação da hipótese legal aplicável.

§ 2o O detentor do processo eletrônico deverá, de ofício, segundo legislação aplicável, definir ou redefinir o nível de acesso sempre que necessário, ampliando ou limitando seu acesso, especialmente quando não mais subsistir a situação de fato ou de direito que justifique a atribuição de nível de acesso Restrito ou Sigiloso.

§ 3o Informações passiveis de classificação com grau de sigilo devem, imediatamente, receber nível de acesso Sigiloso, com vistas a salvaguardar a informação possivelmente sigilosa classificada, sendo informado, sem seguida, o teor da informação à autoridade competente, que providenciará o encaminhamento para a formalização devida ou determinará a redefinição do nível de acesso.

§ 4o O nível de acesso Sigiloso do SEI-ME limita o acesso aos processos classificados ao servidor credenciado mediante permissão específica e única para cada processo.

Art. 60. Os documentos preparatórios e informações neles contidas deverão ter nível de acesso Restrito, segundo a hipótese legal correspondente, até a conclusão do ato ou decisão subsequente, momento a partir do qual é obrigatória a redefinição de seu nível de acesso para Público, exceto se incidir outra hipótese legal de sigilo sobre os correspondentes documentos.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica quando o documento preparatório tiver sido dado publicidade em decorrência de sua consulta pública ou de outras hipóteses previstas em lei ou em regulamentação específica.

Art. 61. Os processos somente poderão ser classificados como sigilosos nos casos em que os assuntos forem previamente configurados no SEI.

Parágrafo único. As áreas competentes podem solicitar alteração no cadastro do tipo de processo para passar a permitir nível de acesso Sigiloso, podendo ser consultado o Comitê Gestor do SEI.

CAPÍTULO VIII

DOS PERFIS DE ACESSO

Art. 62. O acesso ao SEI-ME dar-se-á por meio dos seguintes perfis e funcionalidades:

I - administrador, responsável por:

a) criar, parametrizar, cadastrar e descadastrar:

1. as unidades administrativas;
2. os usuários internos;
3. os tipos de processos;
4. os tipos de documentos;
5. os padrões oficiais de documentos;
6. as classificações arquivísticas;
7. as hipóteses legais de sigilo de informações;

b)incluir a qualificação de assinaturas das unidades;

c) assegurar o descredenciamento dos usuários que não estejam em exercício na unidade;

d) liberar o acesso ao usuário externo para utilizar o SEI-ME;

e) reordenar os documentos na árvore do processo;

f) manter atualizados os dados cadastrais das unidades;

g) desanexar processos anexados em uma unidade, mediante prévia avaliação da motivação apresentada pela unidade que realizou a anexação; e

h) demais funções de gerenciamento do Sistema;

II - básico: destinado aos usuários que executem atividades de criação, instrução e tramitação de processos, bem como produção e assinatura de documentos;

III - colaborador: destinado aos usuários que necessitem realizar todas as atividades de criação, instrução e tramitação de processos, e produção de documentos, com exceção da assinatura de documentos.

Parágrafo único. Os perfis de acesso e suas funcionalidades podem ser alterados a qualquer tempo, de acordo com a necessidade de cada unidade e usuário interno, desde que em consonância com esta Portaria.

Art. 63. Um usuário poderá estar associado a mais de uma unidade no SEI-ME, desde que a autoridade competente da outra unidade solicite sua inclusão.

Art. 64. A autoridade competente é responsável por pedir o desligamento do usuário que for exonerado, aposentado, transferido ou demitido da sua unidade.

Art. 65. É de responsabilidade da autoridade competente do novo setor solicitar acesso compatível com as novas atribuições do usuário.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. O uso inadequado do SEI fica sujeito à apuração de responsabilidade, na forma da legislação em vigor.

Art. 68. As disposições contidas nesta Portaria não dispensam a observância aos procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo de que trata a Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 7 de outubro de 2015.

Art. 69. Fica vedado o uso do GPRODWeb para registro de novos documentos, exceto nos casos previstos nesta Portaria.

Art. 70. As dúvidas e casos omissos desta Portaria serão dirimidos pelo Comitê Gestor do SEI-ME.

Art. 71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FERNANDO AVELINO B. VIEIRA

ANEXO I

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1.Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;

2.Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

3.Lei no 11.419, de 19 de dezembro de 2006, dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências;

4.Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações e altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

5.Lei no 12.682, de 9 de julho de 2012, dispõe sobre a digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou equivalente e a reprodução de documentos públicos e privados;

6.Decreto no 4.073, de 3 de janeiro de 2002, regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

7.Decreto no 4.915, de 12 de dezembro de 2003, dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal, e dá outras providências;

8.Decreto no 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;

9.Decreto no 7.845, de 14 de novembro de 2012, regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

10.Lei no 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil.

11.Decreto no 8.539, de 08 de outubro de 2015, dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, autárquica e fundacional;

12.Portaria normativa SLTI/MPOG no 5, de 19 de dezembro de 2002. Dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo no âmbito da administração pública federal, para os órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais - SISG;

13.Portaria SLTI/MPOG no 3, de 16 de maio de 2003, orienta os órgãos da Presidência da República, Ministérios, autarquias e fundações integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, quanto aos procedimentos relativos às atividades de Co-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

municações Administrativas, para utilização do número único de processos e documentos;

14.Portaria Interministerial MPOG/MJ no 1.677/2015, padronizar os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

15.Resolução no 1, de 18 de outubro de 1995, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, que dispõe sobre a necessidade de adoção de planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções;

16.Resolução no 14, de 24 de outubro de 2001, do Conarq, aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública;

17.Resolução no 20, de 16 de julho de 2004, do Conarq, dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos;

18.Resolução no 24, de 3 de agosto de 2006, do Conarq, estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas;

19.Resolução no 25, de 27 de abril de 2007, do Conarq, dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR; e

20.Resolução no 37, de 19 de dezembro de 2012, do Conarq, aprova as diretrizes para a presunção de autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais.

COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.148, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 06/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 06/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.011242/2016-84
Proponente: Associação Amigos do Basquete de Joinville
Título: Basquete Joinville - NBB 2017/2018- III
Registro: 02SC018922008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.921.206/0001-78
Cidade: Joinville UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 202.719,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0038 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 112946-5
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58000.118179/2017-97
Proponente: Organização Nacional das Entidades do Desporto
Título: Esporte Cidadão Ano V
Registro: 02SP056822009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.331.572/0001-77
Cidade: Indaiatuba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.865.902,31
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6663 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 39256-1
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.009808/2013-68
Proponente: Associação Brasileira Kosmo´s de Artes Marciais
Título: Taekwondo Arte de Criar Campeões 03
Valor autorizado para captação: R$ 1.801.375,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55619-X
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58701.007461/2013-19
Proponente: Associação Brasileira Kosmo´s de Artes Marciais
Título: Taekwondo Arte de Criar Campeões 02
Valor autorizado para captação: R$ 937.906,77
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55618-1
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 2.313, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE, SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 103, incisos III e XVII, do Anexo I da Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 1º de novembro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 684ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de dezembro de 2017, resolveu:

Art. 1º Revoga-se a Resolução ANA nº 2.098, de 4 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de dezembro de 2017, seção 1, página 969, por erro material.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GISELA DAMM FORATTINI

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 828, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a redação do parágrafo primeiro do Art. 5° e do Anexo II, cria o inciso V do parágrafo primeiro e os parágrafos terceiro, quarto e quinto do Art. 6° e prorroga o prazo previsto no Art. 9º da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016 para as empresas e órgãos públicos firmarem Termo de Compromisso ou Termo de Cessão com o ICMBio. (Processo nº 02070.017361/2016-62).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 475/MMA, de 27 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1° Alterar a redação do parágrafo primeiro, do Art. 5° da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, para:

"Art. 5°. Parágrafo primeiro. O montante da contribuição referente a cada sítio será definido com base em método de valoração apresentado pela Secretaria de Patrimônio da União SPU (em Anexo I), ajustado anualmente e convertido em ações e atividades estabelecidas nos Planos de Trabalho vinculados ao Termo de Compromisso."

Art. 2° Altera a redação do Anexo II da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, referente ao Termo de Compromisso, conforme apresentado no Anexo II desta portaria.

Art. 3° Cria o inciso V do parágrafo primeiro do Art. 6° da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, com o seguinte texto:

V Cronograma de execução das atividades apresentadas no projeto até a conclusão de reestruturação da ocupação.

Art. 4° Cria os parágrafos terceiro, quarto e quinto do Art. 6° da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, com o seguinte texto:

"Art. 6°

§ 3º Após a assinatura do Termo de Compromisso, as empresas titulares de sítios que apresentarem o projeto de reestruturação de suas ocupações nos moldes no Art. 6° da Portaria n° 40/2016, e tiverem o mesmo aprovado pelo ICMBio, receberão desconto no montante de contribuição proporcional ao tamanho da área cujo impacto foi reduzido, a partir do mês posterior à aprovação até a implantação do referido projeto pelo prazo máximo de 1 ano.

§ 4º O ICMBio terá o prazo máximo de 30 dias corridos a partir da data de apresentação do projeto para analisar e se manifestar sobre a aprovação do mesmo.

§ 5º A cada ano decorrido da assinatura do Termo de Compromisso, o montante da contribuição será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) e, em caso de mudanças nas instalações, recalculado com base na área efetivamente ocupada e demais parâmetros de cálculo do método de valoração (Anexo 01)"

Art. 5º Convocar as empresas titulares de sítios que se enquadrem nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016, seção 1, páginas 135 e 136 para firmarem Termo de Compromisso com o ICMBio, ficando prorrogado o prazo previsto no Art. 9º da citada portaria, por 90 (noventa) dias, a partir do dia 20 de dezembro 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

ANEXO I

MÉTODO DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU UTILIZADO PARA DETERMINAR O VALOR DE REFERÊNCIA PARA COBRANÇA POR USO DE ÁREAS PÚBLICAS NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA POR ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO.

I. MÉTODO E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

O método está diretamente associado à natureza do bem avaliando, da finalidade da avaliação e da disponibilidade, qualidade e quantidade de informações colhidas no mercado. De acordo com o que está estabelecido nas partes 1 e 2 da NBR 14.653, em consonância com a Instrução Normativa IN 01/2.014, a sua escolha tem por objetivo retratar o comportamento do mercado por meio de modelos que permitam, racionalmente, o convencimento do valor. Os procedimentos avaliatórios usuais têm a finalidade de identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos, do seu custo, bem como determinar indicadores de viabilidade técnica e/ou econômica, quando for o caso.

Para o estabelecimento do valor de referência para a cobrança pelo uso das áreas, considerou-se que o impacto ambiental é proporcional à área ocupada. Para o valor da terra, foi procedida uma pesquisa do valor de mercado de terrenos na região dos bairros vizinhos, a saber, Alto da Boa Vista, Usina, Alto do Itanhangá. Com os valores da pesquisa, abatidos em dez por cento, levando-se em conta a falta de liquidez no mercado atual, e a possibilidade de negociação, elaboramos uma inferência estatística com regressão linear, foi calculado o valor de segurança, dentro do campo de arbítrio, conforme NBR 14.653, para o unitário de terreno. Com o valor do terreno ocupado total, foi aplicada a taxa de rentabilidade imobiliária, obtida por meio dos dados disponíveis do Índice Geral de Mercado Imobiliário IGMI-C. O dado mais atualizado da Fundação Getúlio Vargas apresenta o retorno de renda imobiliária anual de 9,70 %. Portanto, para aplicação da cobrança mensal, foi aplicado 9,70 / 12 (número de meses do ano) = 0,80833333, portanto a taxa ao mês de 0,81 % sobre o valor de cada parcela ou fração para a retribuição mensal.

Para o valor das frações ideais em relação ao total de 37.000,00 m², o procedimento foi análogo, uma vez que foi utilizado o valor unitário de terreno e a mesma taxa de rentabilidade, proporcional a cada fração. O valor unitário médio no modelo de regressão linear para terreno foi de R$ 147,24/m>d -H/10<2.

Para o valor de retribuição por ocupação das benfeitorias, foi realizada uma pesquisa de imóveis comerciais na área da Tijuca e do Jardim Botânico, e calculado, pelo mesmo método comparativo direto, com regressão linear e inferência estatística, o valor de segurança, levando em conta as diferentes localizações e os aspectos gerais do imóvel, dentro do campo de arbítrio, para o cálculo do valor mensal de retribuição de cada benfeitoria. O valor unitário médio encontrado no modelo de regressão linear para as benfeitorias foi de R$ 18,18/m>d -H/10<2.

Para o cálculo do valor devido das torres de transmissão, foi considerado o formato e as medidas de cada torre, nos seguintes moldes:

i. Para as torres de formato cilíndrico.

Valor da Cobrança por torre = (área da base X altura / 3 X valor unitário de terreno;

ii. Para as torres de formato piramidal.

Valor da Cobrança por torre = (área da base X altura / 9 X valor unitário de terreno.

O cálculo do Valor Total de cobrança para cada ocupante da área, será realizado nos seguintes moldes:

VC = Vt + Vb + Vf + Vtor;

onde:

VC - Valor da contribuição devida por cada ocupante ou gestor;

Vt - Valor do aluguel mensal do terreno ocupado;

Vb Valor do aluguel mensal da benfeitoria;

Vf Valor da fração ideal;

Vtor Valor de cobrança por torre.

Desenvolvendo as partes devidas:

a) Vt = vut X at X Tr

sendo:

Vt - Valor do aluguel mensal do terreno ocupado;

vut Valor do metro quadrado de terreno obtido;

at Área de terreno ocupado;

Tr Taxa de rentabilidade.

b) Vb = vub X ab

sendo:

Vb Valor da benfeitoria

vub Valor do metro quadrado de locação da benfeitoria obtido

ab Área de benfeitoria.

c) Vf = vut X f X 37.000,00 X Tr

sendo:

Vf Valor da fração ideal;

vut Valor do metro quadrado de terreno obtido;

f- Fração ideal do ocupante ou gestor em relação à área total;

37.000,00 Área total do Sumaré apontada pelo ICM-Bio de 37.000, 00 m²

Tr Taxa de rentabilidade.

d) Vtor = (B X H) / 9 X vub , piramidal, ou Vtor = (B X H) / 3 X vub, cilíndrica;

sendo:

Vtor Valor de cobrança por torre;

B- Área da base da torre;

H Altura da torre;

vub Valor do metro quadrado de locação da benfeitoria obtido.

Assim existem duas fórmulas elaboradas conforme o formato da torre:

VC = (vut X at X Tr) + (vub X ab) + (vut X f X 37.000,00 X Tr) X {(B X H) / 9 X vub}

para torres piramidais, e

VC = (vut X at X Tr) + (vub X ab) + (vut X f X 37.000,00 X Tr) X {(B X H) / 3 X vub}

para torres cilíndricas.

Para a elaboração do cálculo do Valor Total devido por cada ocupante, há que se estabelecer uma planilha com as seguintes medidas:

1) Área de terreno ocupado por cada gestor ou ocupante;

2) Área de benfeitoria ocupada por cada gestor ou ocupante;

3) Fração ideal de cada ocupante em relação ao total de 37.000,00 m²

4) Área da base da cada torre

5) Altura de cada torre

6) Formato de cada torre discriminada, se piramidal ou cilíndrica.

II. LISTA DE OCUPANTES DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA.

N° do Sítio	OCUPANTES
1	GLOBO COM E PARTICIPAÇÕES
2	RÁDIO MPB FM
3	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS
4	EXÉRCITO BRASILEIRO
5	RÁDIO E TV BANDEIRANTES
6	EMPRESA BRASIL. DE COM.
7	TV RECORD
8	TELEVISÃO DO DIA
9	MAURÍCIO SICODOWSKA
10	RÁDIO MONTE DA GÁVEA (JBFM)
11	LIGHT SERVIÇOS ELETRICIDADE
12	REDE TV (TV OMEGA)
13	TV SBT
14	CNT (TV CORCOVADO) Parte computado no sítio da SBT
15	NGT Parte computado no sítio da SBT
16	RÁDIO CATEDRAL DE SÃO SEBASTIÃO
17	EGERÁDIOS
18	TVA
19	ABRIL RADIODIFUSÃO
20	RADIO COMUNICADORA (TROPICAL)
21	RÁDIO IMPRENSA
22	RÁDIO MUNDO JÓVEM (EL SHADAI)
23	RÁDIO FLUMINENSE (BAND NEWS)
24	OI TELEMAR (DECEA) AERONÁUTICA
25	RÁDIO LITE FM (RÁDIO ANTENA 1)
26	RÁDIO ALVORADA
27	RÁDIO TRANSAMÉRICA
28	RH NET
29	RH NET 2
30	TUPI 1
31	TUPI
32	EMBRATEL
33	CCRIT (EX-DETEL)
34	MARINHA DO BRASIL

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO Nº /ICMBio/2017

TERMO DE COMPROMISSO que, entre si, celebram o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ICMBio e o RAZÃO SOCIAL DO COMPROMISSÁRIO.

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ICMBio, CNPJ 08.829.974/0002-75, doravante denominado COMPROMITENTE, neste ato representado pelo seu Presidente, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, brasileiro, Carteira de Identidade nº 14940529, inscrito no CPF sob o nº 420.044.700-20, nomeado por Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 475, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes e o RAZÃO SOCIAL DO COMPROMISSÁRIO, com sede endereço completo doCOMPROMISSÁRIO, com registro no CNPJ inserir número do CNPJ , doravante denominado COMPROMISSÁRIO, neste ato representado por seu Cargo do representante legal que assina o termo, NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DO COMPROMISSÁRIO QUE ASSINA O TERMO (sem abreviações), inscrito no CPF inserir número do CPF, portador da Carteira de Identidade nº inserir número do documento de identidade com órgão expedidor/estado, resolvem celebrar, nesta data, por outorga do primeiro, o presente TERMO DE COMPROMISSO, a título precário, oneroso, excepcional e transitório, mediante as seguintes cláusulas e condições:

INTRODUÇÃO DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente TERMO DE COMPROMISSO é fundamentado no compêndio do Direito Administrativo Brasileiro, com a competência concedida ao agente COMPROMITENTE, considerando a prevalência do interesse público e observado o disposto nas normas contidas na Constituição Federal de 1988, no Código Brasileiro do Ar CBA e no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII, do Decreto nº 7.515 do anexo I, de 08 de julho de 2011, que aprovou a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes, bem como a Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, publicada no DOI em 11 de maio de 2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto conceder a permissão de utilização da área descrição resumida da área a ser permitida - metragem, localização aproximada no Sumaré e da estação de telecomunicação descrever resumidamente a estação de telecomunicação - área do prédio, torre e outras infraestruturas já instaladas, conforme plantas e demais informações integrantes do processo ICMBio nº inserir número do processo administrativo localizadas em área pertencente à União Federal, inseridas na unidade de conservação sob gestão do ICMBio Parque Nacional da Tijuca PARNA Tijuca, no Alto do Sumaré, no Município do Rio de Janeiro, RJ, pelo prazo certo e determinado previsto nesse instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FINALIDADE

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por finalidade a utilização das áreas e instalações definidas na Cláusula Primeira, para operação e manutenção de equipamentos do nome do COMPROMISSÁRIO, implantação de infraestrutura, de antenas e de cabeamento desses equipamentos, além de servir de acesso, ocupação e trânsito de pessoal técnico e administrativo do COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR

O presente TERMO DE COMPROMISSO é oneroso, devendo correr por conta do COMPROMISSÁRIO também as despesas decorrentes do uso de energia elétrica, água, esgoto e coleta de lixo, contratadas às Concessionárias dos respectivos serviços, conforme previsto no presente Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Cabe ao COMPROMISSÁRIO contribuir com ações e atividades no valor de inserir valor da contraprestação em reais por mês, conforme método de valoração apresentado pela Secretaria de Patrimônio da União estabelecida na Portaria ICMBio n° 828, a contar da data de publicação da Portaria n° 40/2016. Os recursos serão utilizados exclusivamente em ações de interesse do Parque Nacional da Tijuca e do ICMBio, voltadas ao cumprimento dos objetivos de criação da unidade e de seu plano de manejo, incluindo ações de proteção e monitoramento, recuperação ambiental, consolidação territorial, pesquisa e manejo de espécies, gestão socioambiental e do uso público e manutenção de serviços e estruturas de apoio à administração e ao público.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor da contribuição será reajustado anualmente segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ou índice oficial que o substitua, tendo como base a data de assinatura do Termo de Compromisso.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As ações e atividades a serem custeadas pelo COMPROMISSÁRIO constarão de planos de trabalho apresentados pelo ICMBio em valor equivalente ao estabelecido no parágrafo primeiro. O COMPROMISSÁRIO poderá optar por executar as ações conjuntamente com outros compromissários, por meio de associação ou termo de parceria, sendo estabelecido plano de trabalho conjunto englobando o valor total das contribuições dos participantes.

PARÁGRAFO QUARTO

O COMPROMISSÁRIO deverá comprovar documentalmente o cumprimento das ações ajustadas, as despesas efetuadas e a compatibilidade dos valores gastos com os preços de mercado, devendo o cumprimento das obrigações ser atestado, ao final do período, pelo PNT/ICMBio. Eventuais diferenças entre o valor devido e o valor aportado na obra, serviço ou projeto serão compensadas no exercício financeiro seguinte.

PARÁGRAFO QUINTO

É proibido ao COMPROMISSÁRIO alugar espaços ou cobrar de outras empresas pelo compartilhamento do espaço, podendo apenas ratear o valor da contraprestação devida ao ICMBio e outros custos operacionais entre as empresas instaladas no sítio.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO

Este TERMO DE COMPROMISSO é firmado em caráter precário e intransferível, ficando acordado, sem prejuízo desta precariedade, o prazo de 10 anos de autorização efetiva, podendo ser renovado por iguais períodos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para renovação do TERMO DE COMPROMISSO, o COMPROMISSÁRIO deverá encontrar-se livre de ônus e óbices em relação ao cumprimento das obrigações previstas neste termo, a legislação ambiental vigente e as normas do Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O COMPROMISSÁRIO, por este Instrumento, assume compromisso com as seguintes obrigações:

1. Utilizar a área concedida, a estação de telecomunicação e seus equipamentos, exclusivamente para a finalidade que trata a Cláusula Segunda, não podendo cedê-lo ou transferi-lo no todo ou em partes a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pelo COMPROMITENTE;

2. Manter a área concedida em boas condições de conservação e limpeza, assumindo a responsabilidade por qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado das mesmas, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais, pessoais ou ambientais que der causa o COMPROMISSÁRIO ou seus funcionários e/ou terceirizados;

3. Efetuar o pagamento de toda e quaisquer despesas, tributos, tarifas ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste termo, bem como da atividade para a qual a presente autorização é outorgada, cabendo ao COMPROMISSÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis;

4. Arcar com todas as despesas decorrentes da operação e manutenção da estação de telecomunicação, incluindo o uso de energia elétrica, água, comunicação, esgoto e coleta de lixo em suas instalações, contratadas às suas expensas as concessionárias dos respectivos serviços;

5. Acondicionar e remover adequadamente todos os resíduos decorrentes de suas operações;

6. Arcar com todas as despesas referentes a reformas e adequações em suas instalações, inclusive aquelas destinadas a mitigar impactos ambientais previstas no presente Termo e aqueles posteriores, provenientes da operação continuada da estação de telecomunicação;

7. Abster-se de utilizar recursos naturais da Unidade de Conservação para construção e reforma de qualquer infraestrutura;

8. Elaborar e executar, após aprovação do PARNA Tijuca, projeto de redução do impacto decorrente da permanência da estação de telecomunicação e de sua operação prevendo: i) redução dos equipamentos de transmissão e outros ao mínimo necessário à operação da estação de telecomunicação em acordo com as normas relativas às atividades de telecomunicação vigentes; ii) redução da área ocupada por meio da remoção de infraestruturas e equipamentos obsoletos ou desmobilizados, iii) compartilhamento de infraestrutura e iv) remoção de espécies vegetais exóticas e invasoras e recuperação das áreas com espécies autóctones;

9. Cadastrar e manter atualizado o cadastro das empresas e pessoas prestadoras de serviço terceirizados do COMPROMISSÁRIO e apresentar, anualmente, relatório de conformidade onde constem informações acerca do atendimento às obrigações do presente termo, cumprimento das normas do PARNA Tijuca, monitoramento das operações rotineiras necessárias à operação e manutenção da estação de telecomunicação e relatório fotográfico detalhado para monitoramento das instalações;

10. Capacitar e informar seus funcionários quanto aos procedimentos adequados a serem seguidos no local, incluindo informações sobre o PARNA Tijuca, suas normas e recomendações de conduta e manejo;

11. Responder a toda e qualquer solicitação do COMPROMITENTE, formulada por meio da Administração do PARNA Tijuca, no tocante a atos e fatos decorrentes do uso das áreas em causa;

12. Abster-se de ampliar as infraestruturas existentes sem a expressa concordância do COMPROMITENTE;

13. Solicitar ao COMPROMITENTE autorização para realizar eventuais intervenções necessárias para a continuidade do serviço; e

14. Zelar pelo cumprimento das regras de proteção ambiental em geral e em particular àquelas estabelecidas no âmbito do PARNA Tijuca.

15. Arcar com os custos administrativos relacionados à gestão dos recursos, contratação e acompanhamento de serviços e aquisição de bens, constantes da Cláusula terceira.

16. Apresentar proposta de execução detalhada do plano de trabalho, com ações, responsabilidades e cronograma de implantação, para aprovação pelo ICMBio, responsabilizando-se por eventuais danos ou defeitos relativos à obra ou à prestação do serviço, bem como por quaisquer débitos de natureza civil, trabalhista, previdenciária ou tributária deles decorrentes.

17. Apresentar prestação anual de contas dos valores executados, incluindo detalhamento das obras, serviços e bens contratados.

CLÁUSULA SEXTA DOS DIREITOS DO COMPROMISSÁRIO

O COMPROMISSÁRIO, desde que cumpridas todas as obrigações constantes do presente Termo, poderá:

1. Manter e operar na área destinada na Cláusula Primeira do presente Termo a estação e os serviços relativos à atividade de telecomunicação do COMPROMISSÁRIO, bem como os equipamentos já instalados necessários para sua operação;

2. Instalar novos equipamentos ou substituir os existentes, desde que sem ampliação das estruturas existentes e mediante autorização prévia do COMPROMITENTE;

3. Realizar obras de reforma e melhorias necessárias ao bom funcionamento da estação de telecomunicação e à manutenção dos serviços do COMPROMISSÁRIO após análise e aprovação dos projetos pelo PARNA Tijuca, desde que não envolvam o acréscimo de área construída, acréscimo de equipamentos e impactos ao ambiente quando assim considerados pela análise técnica, assumindo em sua totalidade as respectivas despesas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Compartilhar, após autorizado pelo PARNA Tijuca, a estação de telecomunicação objeto deste termo, com empresa usuária que já esteja instalada e em operação no Sumaré, estimulando a otimização da área ocupada e das infraestruturas, sendo vedado o compartilhamento da estação de telecomunicação com empresa usuária que não atenda os critérios descritos no Plano de Manejo da Unidade de Conservação;

5. Acessar a estação de telecomunicação para a realização dos serviços a que se destina conforme previsão da Cláusula Segunda, bem como a realização de operações de rotina, manutenção periódica e emergencial de equipamentos, sempre com veículos e pessoal cadastrados, uniformizados e identificados.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE

O COMPROMITENTE, por meio da Administração do PARNA Tijuca, assume compromisso com as seguintes obrigações:

1. Controlar o acesso de veículos e pessoas no Morro do Sumaré, por meio de vigilância 24 horas na guarita de acesso, só permitindo a entrada de pessoas cadastradas e devidamente autorizadas;

2. Analisar as solicitações de intervenções do COMPROMISSÁRIO com agilidade, emitindo as Autorizações Diretas em no máximo 30 dias, desde que todos os documentos necessários tenham sido encaminhados pelo COMPROMISSÁRIO;

3. Informar com presteza ao COMPROMISSÁRIO sobre a pendência de documentos a serem encaminhados referentes às solicitações de autorização;

4. Garantir que apenas as empresas devidamente autorizadas permanecerão no Parque Nacional da Tijuca, desde que observadas as regras estipuladas na regulamentação específica;

5. Promover palestras para funcionários e prestadores que têm acesso ao Morro do Sumaré a fim de garantir que as normas do Parque Nacional da Tijuca e demais regras ambientais sejam de conhecimento de todos;

6. Apresentar os planos de trabalho com especificações das ações e atividades, aquisições de bens e serviços a serem custeadas pelo COMPROMISSÁRIO.

7. Apresentar relatório anual das obras, serviços e projetos executados com recursos decorrentes da contribuição a que se refere esta Portaria, incluindo a prestação de contas do COMPROMISSÁRIO, publicado no site do ICMBio.

CLÁUSULA OITAVA DOS DIREITOS DO COMPROMITENTE

O COMPROMITENTE, por meio da Administração do PARNA Tijuca, reserva-se o direito de:

1. Realizar vistorias e fiscalizações, a qualquer tempo, nas áreas definidas na Cláusula Primeira, bem como de solicitar esclarecimentos ao COMPROMISSÁRIO, sobre o trânsito e permanência de pessoal credenciado nas referidas instalações;

2. Utilizar parte das instalações existentes em comum acordo com o COMPROMISSÁRIO; e

3. Conceder autorização para a realização de eventuais intervenções necessárias para a continuidade do serviço, mediante solicitação do COMPROMISSÁRIO e com fundamento em análises técnica e jurídica.

PARÁGRAFO ÚNICO

O COMPROMITENTE e o PARNA Tijuca se eximem de toda e qualquer responsabilidade por atos e fatos decorrentes da utilização, pelo COMPROMISSÁRIO, das áreas previstas na Cláusula Primeira, que venham a suscitar reivindicações, com base em responsabilidade civil, criminal ou trabalhista.

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES

No caso de descumprimento pelo COMPROMISSÁRIO de alguma de suas obrigações, caberá ao Chefe da Unidade aplicar as sanções administrativas cabíveis que podem ser advertência, multa ou desocupação do imóvel além de comunicar o fato ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA DO TÉRMINO DA OUTORGA

O presente instrumento poderá ser concluído ou revogado por manifestação expressa do COMPROMISSÁRIO ou decisão do COMPROMITENTE, devendo ser apresentada com prévia e formal comunicação do interessado, com antecedência de 60 (sessenta) dias, observados os detalhes de desocupação e eventual desmonte da infraestrutura e retirada de equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PUBLICAÇÃO

Após a celebração do presente TERMO DE COMPROMISSO, deverá ser publicado o respectivo extrato no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária da cidade do Rio de Janeiro RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou para a resolução de questões eventualmente levantadas em decorrência deste ato, observados os níveis de competência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE

Integra o presente TERMO DE COMPROMISSO e nele permanecem anexos, para todos os fins de direito, os seguintes documentos:

1. Planta das Instalações da Estação de Telecomunicação da(o) nome do COMPROMISSÁRIO no morro do Sumaré;

2. Planta de situação da área das Instalações da(o) nome do COMPROMISSÁRIO no morro do Sumaré.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as Partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins de direito, na presença das Testemunhas abaixo indicadas.

Brasília (DF), ___ de _____ de 2017.

Pelo Compromitente:

_____
RICARDO JOSÉ SOAVINSKI
Presidente do ICMBio

Pelo Compromissário: _____
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO COMPROMISSÁRIO
Cargo do Representante Legal

TESTEMUNHAS:
1 - _____
2 - _____
Distribuição:
1ª Via: ICMBio;
2ª e 3ª Vias: COMPROMISSÁRIO

PORTARIA Nº 831, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Brasília-Contagem, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no Distrito Federal (processo nº. 02070.011359/2017-61).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso de suas competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, e,

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UC, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;

Considerando o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta 11 a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas;

Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013;

Considerando as diversas ações conjuntas e integradas já desenvolvidas por estas UC, e que ambas as unidades estão sediadas no mesmo local e compartilham a mesma estrutura física e equipamentos, resolve:

Art. 1º. Instituir o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Brasília-Contagem, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federal, integrando a gestão das unidades localizadas no Distrito Federal citadas a seguir:

I - Parque Nacional de Brasília; e

II - Reserva Biológica da Contagem.

§ 1º - O ICMBio Brasília-Contagem se constitui numa estratégia de gestão visando o cumprimento dos objetivos específicos de cada uma das unidades de conservação, em conformidade com o SNUC, seus Decretos de Criação, seus Planos de Manejo, seus planejamentos estratégicos e orientações de seus conselhos gestores.

§ 2º - As Unidades de Conservação integrantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, onde as prioridades de gestão nas UCs são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.

§ 3º - As competências do ICMBio Brasília-Contagem serão desempenhadas para gerir e manter a integridade, além de promover o desenvolvimento sustentável, dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Art. 2º São objetivos gerais do ICMBio Brasília-Contagem:

I- o alcance de maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade protegida e no uso sustentável dos recursos naturais no território do ICMBio Brasília-Contagem; e

II- o alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais, da melhor expressão das complementariedades funcionais das UC integrantes e da adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas; e

III- o fortalecimento socioambiental da região de forma a garantir um ambiente socialmente igualitário e ecologicamente equilibrado.

Art. 3º A gestão do ICMBio Brasília-Contagem se dará mediante a integração de suas equipes, a elaboração conjunta de seus planejamentos, a execução integrada de suas atividades e o compartilhamento de recursos e de suas estruturas.

Art. 4º O ICMBio Brasília-Contagem deverá estabelecer, periodicamente, planejamento operacional, planos de trabalho e/ ou outros instrumentos técnicos de gestão, estabelecendo prioridades e orientando a destinação de meios e de recursos para a realização das atividades de gestão das unidades.

Art. 5º Na execução de suas atividades finalísticas e de suporte operacional, o ICMBio Brasília-Contagem poderá ser estruturado em áreas temáticas.

§ 1º A chefia do ICMBio Brasília-Contagem designará, por meio de Ordem de Serviço, os servidores responsáveis pelas áreas temáticas, observadas a capacidade técnica e gerencial para exercer as funções atribuídas.

§ 2º A composição das áreas temáticas, bem como as suas atribuições organizacionais e as atividades operacionais serão definidas em Regimento Interno do ICMBio Brasília-Contagem, em até 120 dias após a vigência desta Portaria, o qual será submetido à aprovação da Coordenação Regional respectiva e da Presidência do ICMBio e posterior publicação no Boletim de Serviço.

Art. 6º Os servidores lotados ou em exercício nas unidades de conservação previstas no art. 1º passam a ser lotados ou terem seu exercício no ICMBio Brasília-Contagem.

Art. 7º O ICMBio Brasília-Contagem será sediado em Brasília/DF.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 848, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Cipó-Pedreira, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no estado de Minas Gerais (processo SEI n. 02070.012329/2017-71).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso de suas competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, e,

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UC que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional,

Considerando o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas,

Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta 11 a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas,

Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013,

Considerando a proximidade física, as ações conjuntas e integradas já desenvolvidas por estas Unidades de Conservação, e que estão sediadas no mesmo local e compartilham a mesma estrutura física e equipamentos, resolve:

Art. 1º Instituir o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Cipó-Pedreira, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federal, integrando a gestão das unidades localizadas no estado de Minas Gerais citadas a seguir:

I - Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira; e

II - Parque Nacional Serra do Cipó.

§ 1º - O ICMBio Cipó-Pedreira se constitui numa estratégia de gestão visando o cumprimento dos objetivos específicos de cada uma das unidades de conservação, em conformidade com o SNUC, seus Decretos de Criação, seus Planos de Manejo, seus planejamentos e orientações de seus conselhos gestores.

§ 2º - As Unidades de Conservação integrantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, onde as prioridades de gestão nas UC são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.

§ 3º - As competências do ICMBio Cipó-Pedreira serão desempenhadas para gerir e manter a integridade, além de promover o desenvolvimento sustentável, dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º São objetivos gerais do ICMBio Cipó-Pedreira:

I- o alcance de maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade protegida e no uso sustentável dos recursos naturais no território do ICMBio Cipó-Pedreira; e

II- o alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais, da melhor expressão das complementaridades funcionais das UC integrantes e da adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas; e

III- o fortalecimento socioambiental da região de forma a garantir um ambiente socialmente igualitário e ecologicamente balanceado.

Art. 3º A gestão do ICMBio Cipó-Pedreira se dará mediante a integração de suas equipes, a elaboração conjunta de seus planejamentos, a execução integrada de suas atividades e o compartilhamento de recursos e de suas estruturas.

Art. 4º O ICMBio Cipó-Pedreira deverá estabelecer, periodicamente, planejamento operacional, planos de trabalho e/ou outros instrumentos técnicos de gestão, estabelecendo prioridades e orientando a destinação de meios e de recursos para a realização das atividades de gestão das unidades.

Art. 5º Na execução de suas atividades finalísticas e de suporte operacional, o ICMBio Cipó-Pedreira poderá ser estruturado em áreas temáticas.

§ 1º - A chefia do ICMBio Cipó-Pedreira designará, por meio de Ordem de Serviço, os servidores responsáveis pelas áreas temáticas, observadas a capacidade técnica e gerencial para exercer as funções atribuídas.

§ 2º - A composição das áreas temáticas, bem como as suas atribuições organizacionais e as atividades operacionais serão definidos em Regimento Interno do ICMBio Cipó-Pedreira, em até 120 dias após a vigência desta Portaria, o qual será submetido à aprovação pela Coordenação Regional respectiva e da Presidência do ICMBio e posterior publicação no Boletim de Serviço.

Art. 6º - Os servidores lotados ou em exercício nas unidades de conservação previstas no art. 1º passam a estar lotados ou terem seu exercício no ICMBio Cipó-Pedreira.

Art. 7º O ICMBio Cipó-Pedreira será sediado em Jaboticatubas-MG.

§ 1º - Enquanto estruturas de apoio à gestão das unidades de conservação, o ICMBio Cipó-Pedreira dispõe de 2 (duas) Bases Operacionais (BAV): BAP/Alto Palácio, localizada em Morro do Pilar-MG e BAP/Retiro, localizada em Santana do Riacho-MG.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 462, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, crédito suplementar no valor de R$ 46.158.974,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "2", da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor das Justiças Federal e do Trabalho, crédito suplementar no valor de R$ 46.158.974,00 (quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							39.256.375
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							39.256.375
02 061	0569 4224 0001	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Nacional							39.256.375
			F	3	1	90	0	100	39.256.375
TOTAL FISCAL									39.256.375
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.256.375

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.130.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							2.130.000
02 061	0571 4224 0035	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de São Paulo							2.130.000
			F	3	1	90	0	100	2.130.000
TOTAL FISCAL									2.130.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.130.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.212.599
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							2.212.599
02 061	0571 4224 0029	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado da Bahia							2.212.599
			F	3	1	90	0	100	1.843.833
			F	3	1	91	0	100	368.766
TOTAL FISCAL									2.212.599
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.212.599

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							440.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							440.000
02 061	0571 4224 0026	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Pernambuco							440.000
			F	3	1	90	0	100	440.000
TOTAL FISCAL									440.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									440.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							40.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							40.000
02 061	0571 4224 6017	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							40.000
			F	3	1	90	0	100	40.000
TOTAL FISCAL									40.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							800.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							800.000
02 061	0571 4224 0042	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Santa Catarina							800.000
			F	3	1	90	0	100	440.000
			F	3	1	91	0	100	360.000
TOTAL FISCAL									800.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							800.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							800.000
02 061	0571 4224 0025	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado da Paraíba							800.000
			F	3	1	90	0	100	800.000
TOTAL FISCAL									800.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							180.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							180.000
02 061	0571 4224 6020	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							180.000
			F	3	1	90	0	100	150.000
			F	3	1	91	0	100	30.000
TOTAL FISCAL									180.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							300.000
02 061	0571 4224 0027	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Alagoas							300.000
			F	3	1	90	0	100	250.000
			F	3	1	91	0	100	50.000
TOTAL FISCAL									300.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							24.919.965
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							23.449.809
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							23.449.809
			F	3	2	90	0	100	23.449.809
		PROJETOS							
02 122	0569 15GA	Aquisição e Adaptação do Terreno Contíguo ao Edifício Sede da Justiça Federal em Caruaru - PE							397.656
02 122	0569 15GA 1608	Aquisição e Adaptação do Terreno Contíguo ao Edifício Sede da Justiça Federal em Caruaru - PE - No Município de Caruaru - PE							397.656
			F	5	2	90	0	100	397.656
02 122	0569 15GL	Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal no Cabo de Santo Agostinho - PE							1.072.500
02 122	0569 15GL 1594	Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal no Cabo de Santo Agostinho - PE - No Município de Cabo de Santo Agostinho - PE							1.072.500
			F	5	2	90	0	100	1.072.500
TOTAL FISCAL									24.919.965
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.919.965

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							12.500.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							12.500.000
02 061	0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							12.500.000
			F	3	2	90	0	100	12.500.000
TOTAL FISCAL									12.500.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.500.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							600.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							600.000
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							600.000
			F	3	2	90	0	100	600.000
TOTAL FISCAL									600.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.236.410
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.236.410
02 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							1.236.410

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	2	90	0	100	1.236.410
TOTAL FISCAL									1.236.410
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.236.410

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.632.599
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.632.599
02 122	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							3.632.599
			F	3	2	90	0	100	3.632.599
TOTAL FISCAL									3.632.599
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.632.599

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.130.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.130.000
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							2.130.000
			F	3	2	90	0	100	2.130.000
TOTAL FISCAL									2.130.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.130.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							40.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							40.000
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							40.000
			F	3	2	90	0	100	40.000
TOTAL FISCAL									40.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							800.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							800.000
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba							800.000
			F	3	2	90	0	100	800.000
TOTAL FISCAL									800.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1N02	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL							300.000
02 122	0571 1N02 1795	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL - No Município de Maceió - AL							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
TOTAL FISCAL									300.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 4, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ORÇAMENTO FEDERAL, responsável pelos assuntos de Gestão Fiscal, no uso das atribuições estabelecidas no inciso VII do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e a delegação de competência constante do item "1" da alínea "b" do inciso II do art. 2º da Portaria SOF nº 81, de 19 de julho de 2016, e

Considerando que o aprimoramento do processo orçamentário impõe a constante revisão das classificações orçamentárias das receitas da União, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo da Portaria SOF nº 45, de 26 de agosto de 2015, as seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1.9.9.0.13.0.0	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal
1.9.9.0.13.1.0	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional
1.9.9.0.14.0.0	Outras Receitas Administradas pela RFB
1.9.9.0.14.1.0	Outras Receitas Administradas pela RFB

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JULIÃO JÚNIOR

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 247, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04921.001103/2017-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargos ao Município de Nova Andradina/MS, do imóvel de propriedade da União, com área de 8.000,00m², localizado à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 874, naquele Município, registrado sob a matrícula nº 21.379, Livro nº 02, do 1º Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Nova Andradina/MS.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à execução de projeto de interesse social de provisão habitacional, com a finalidade específica de atendimento a 128 (cento e vinte e oito) famílias de baixa renda que se enquadram nas regras do Programa Minha Casa, Minha Vida, em conformidade com a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para a conclusão do empreendimento, a contar da data de assinatura do contrato de doação, e de 12 (doze) meses, contado da data de conclusão da obra, para a titulação das áreas fracionadas em nome dos beneficiários finais, ambos prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas às parcelas do imóvel aos beneficiários do projeto de regularização fundiária de interesse social, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, §5º, da Lei nº 9.636, de 1998;

II - nos contratos de transferência para os beneficiários finais, dispor sobre eventuais encargos e inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos;

III - não transferir o domínio, a qualquer título e em qualquer tempo, sobre as áreas comuns destinadas à implantação de espaço de lazer e de proteção ambiental; e

IV - promover a alienação onerosa quando se tratar de famílias que não atendam aos requisitos do art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636, de 1998, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, desde que o produto da venda seja destinado à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Art. 4º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 5º A doação a que se refere o art. 1º não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários ao empreendimento, em especial as licenças ambiental e urbanística.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 248, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o processo nº 05315.000469/2017-75, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Macapá-AP de um imóvel da União classificado como nacional interior, com área de 30.844,31m², localizado na Rua Jovino Dinoá, nº 4019, Bairro do Beirol, naquele Município, registrado sob a Matrícula nº 21.343, Livro nº 2, do Cartório de Registros de Imóvel daquela Comarca - 1ª Circunscrição.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária do Conjunto Habitacional denominado de "Mucajá", que atenderá 592 famílias consideradas de baixa renda.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 36 (trinta e seis) meses para que o donatário conclua o processo de titulação das famílias beneficiárias, a contar da data de assinatura do contrato de doação, prorrogável por igual e sucessivo período, a critério da Administração.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Fica o donatário obrigado a:

I - administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel doado, devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim, assegurando que as intervenções que serão realizadas no imóvel sejam aprovadas pelas autoridades competentes;

II - utilizar o imóvel para o fim que foi destinado no art. 2º;

III - comunicar e responder, prévia e formalmente, a União sempre que necessário e provocada, sobre assuntos relacionados ao imóvel;

IV - prestar contas, através de ofício direcionado à SPU/AP, do cumprimento dos encargos previstos no contrato de doação; e

V - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas às parcelas dos imóveis descritos e caracterizados no art. 1° aos beneficiários do projeto de regularização fundiária, registrando tais transferências junto ao cartório de registro de imóveis competente.

§ 1º Para que possam ser comtempladas no projeto de regularização fundiária, as famílias devem atender aos seguintes requisitos:

I - possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos;

II - não serem proprietárias de outro imóvel urbano ou rural

§ 2º É vedado ao beneficiário final alienar o direito real recebido por um período de 5 (cinco) anos.

Art. 5º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 23, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 3 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 126, Seção 2, página 51, de 4 de julho de 2017, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo N - 10880.003665/93-33, resolve:

Art. 1º Renovar a autorização para que a Prefeitura Municipal de Santos, no Estado de São Paulo, inicie os trabalhos de instalação de canteiro de obras e obras de infraestrutura, incluindo drenagem, rede coletora de esgotos, rede de abastecimento de água, pavimentação e melhorias viárias, em áreas de domínio da União, no assentamento denominado Vila Gilda, no município de Santos, Estado de São Paulo, caracterizadas por Terrenos Acrescidos de Marinha, com área total de 329.773,29 m2, cujo perímetro encontra-se descrito e caracterizado nos termos do processo 10880.003665/93-33.

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, em especial nos trechos compreendidos em terrenos acrescidos de marinha, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º A autorização de obras prevista nesta Portaria é ato precário, revogável a qualquer tempo, e não permite a transferência de domínio, que dependerá da outorga de Cessão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Recursos - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.006544/2012-15	22765611	Sustentare Servicos Ambientais S.A.	BA
2	47904.009640/2012-15	24441198	Sustentare Servicos Ambientais S.A.	BA
3	47904.009647/2012-29	24849464	Sustentare Servicos Ambientais S.A.	BA
4	47904.009648/2012-73	24441228	Sustentare Servicos Ambientais S.A.	BA
5	47904.009649/2012-18	24849481	Sustentare Servicos Ambientais S.A.	BA
6	47904.009929/2012-26	24845558	Sustentare Servicos Ambientais S.A.	BA
7	47904.010002/2012-39	24845582	Sustentare Servicos Ambientais S.A.	BA
8	47904.003051/2011-34	20915934	Sustentare Serviços Ambientais S.A.	BA
9	46239.002280/2012-40	024540331	Usina Monte Alegre Ltda.	MG
10	46239.002281/2012-94	024540340	Usina Monte Alegre Ltda.	MG
11	46653.003303/2013-23	200991337	Complexx Tecnologia Ltda.	MT
12	46653.003304/2013-78	200991370	Complexx Tecnologia Ltda.	MT
13	46653.003305/2013-12	200991329	Complexx Tecnologia Ltda.	MT
14	46222.011943/2012-04	21236828	Amanha Incorporadora Ltda	PA
15	46222.011951/2012-42	21230994	Amanha Incorporadora Ltda	PA
16	46222.011952/2012-97	21230986	Amanha Incorporadora Ltda	PA
17	46222.013606/2012-43	25192345	Amanha Incorporadora Ltda	PA
18	46277.000945/2013-13	201852047	MFB Marfrig Frigorifico Brasil S.A.	RS
19	46220.000069/2014-53	202613259	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda.	SC
20	46220.000070/2014-88	202613208	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda.	SC
21	46220.000071/2014-22	202613194	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda.	SC
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46239.001267/2015-16	200.532.375	Hidraulica Center Comercial Ltda. ME	MG
2	46239.002282/2012-39	200.037.765	Usina Monte Alegre Ltda.	MG
3	46653.003306/2013-67	200.127.543	Complexx Tecnologia Ltda.	MT
4	46220.000072/2014-77	200.218.905	Empresa Catarinense de Supermercados Ltda.	SC

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.014761/2011-90	020884001	Avícola Barreiras Ltda.	BA
2	46208.012775/2014-14	204538653	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
3	46208.012776/2014-51	204538661	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
4	46208.012777/2014-03	204538670	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
5	46208.012778/2014-40	204538688	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
6	46208.012779/2014-94	204538696	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
7	46208.012780/2014-19	204538734	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
8	46208.012781/2014-63	204538751	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
9	46208.012782/2014-16	204538769	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
10	46208.012783/2014-52	204538866	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
11	46208.012784/2014-05	204538947	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
12	46208.012785/2014-41	204538971	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
13	46208.012786/2014-96	204538980	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
14	46208.012787/2014-31	204538998	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
15	46208.012788/2014-85	204539030	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
16	46208.012789/2014-20	204539102	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
17	46208.012790/2014-54	204539188	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
18	46208.012791/2014-07	204539269	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
19	46208.012792/2014-43	204539331	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
20	46208.012793/2014-98	204539391	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
21	46208.012794/2014-32	204539421	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
22	46208.012795/2014-87	204541204	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
23	46208.012796/2014-21	204541239	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
24	46208.012797/2014-76	204541247	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
25	46208.012798/2014-11	204541255	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
26	46208.012799/2014-65	204541263	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
27	46208.012800/2014-51	204541271	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
28	46208.012801/2014-04	204541301	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
29	46208.012802/2014-41	204541328	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
30	46208.012803/2014-95	204543967	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
31	46208.012804/2014-30	204543959	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
32	46208.012805/2014-84	204543941	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
33	46208.012806/2014-29	204543932	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
34	46208.012807/2014-73	204543924	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
35	46208.012808/2014-18	204543916	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
36	46208.012809/2014-62	204543908	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
37	46208.012810/2014-97	204543894	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
38	46208.012811/2014-31	204543886	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
39	46208.012817/2014-17	204542065	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
40	46208.012820/2014-22	204541590	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
41	46208.012821/2014-77	204541581	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
42	46208.012822/2014-11	204541565	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
43	46208.012823/2014-66	204541557	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
44	46208.012824/2014-19	204541549	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
45	46208.012826/2014-08	204541514	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
46	46208.012827/2014-44	204541476	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
47	46208.012828/2014-99	204541450	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
48	46208.012829/2014-33	204541441	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
49	46208.012830/2014-68	204541395	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
50	46208.012831/2014-11	204541361	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
51	46208.012833/2014-00	204541336	Guilherme de Oliveira Negrao Filho ME	GO
52	46208.012700/2013-44	202008355	SPE Brasil Incorporação 9 Ltda.	GO
53	46208.012701/2013-99	202008363	SPE Brasil Incorporação 9 Ltda.	GO
54	46208.012702/2013-33	202008380	SPE Brasil Incorporação 9 Ltda.	GO
55	46208.012706/2013-11	202026396	SPE Brasil Incorporação 9 Ltda.	GO
56	46208.012707/2013-66	202026400	SPE Brasil Incorporação 9 Ltda.	GO
57	46213.023468/2013-09	202462102	Primera Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PE
58	46214.001431/2014-92	202947751	Metalúrgica Ferronorte Ltda	PI
59	46274.003376/2014-61	205324649	Rozana Oliari EPP	RS
60	46274.003377/2014-13	205324568	Rozana Oliari EPP	RS
61	46221.009878/2014-11	204728487	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
62	46221.009879/2014-65	204728495	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
63	46221.009880/2014-90	204728509	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
64	46221.009881/2014-34	204728517	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
65	46221.009951/2014-54	204728665	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
66	46221.009952/2014-07	204728673	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
67	46221.009956/2014-87	204728711	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

68	46221.009959/2014-11	204728746	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
69	46221.009960/2014-45	204728754	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
70	46221.010206/2014-58	204776546	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
71	46221.010207/2014-01	204776554	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
72	46221.010217/2014-38	204776651	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
73	46221.010219/2014-27	204776678	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
74	46221.010220/2014-51	204776686	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
75	46221.010225/2014-84	204776694	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
76	46221.010226/2014-29	204776708	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
77	46221.010235/2014-10	204776716	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
78	46221.010236/2014-64	204776724	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
79	46221.010237/2014-17	204776732	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
80	46221.010238/2014-53	204776741	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
81	46221.010239/2014-06	204776759	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
82	46221.010240/2014-22	204776767	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
83	46221.010241/2014-77	204776775	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
84	46221.010242/2014-11	204776783	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
85	46221.010243/2014-66	204776791	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
86	46221.010244/2014-19	204776805	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
87	46221.010245/2014-55	204776813	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
88	46221.010246/2014-08	204776821	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
89	46221.010247/2014-44	204776830	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
90	46221.010248/2014-99	204800072	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
91	46221.010249/2014-33	204800081	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
92	46221.010250/2014-68	204800099	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
93	46221.010251/2014-11	204800102	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
94	46221.010253/2014-00	204800129	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
95	46221.010254/2014-46	204800137	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
96	46221.010255/2014-91	204800145	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
97	46221.010343/2014-92	204800510	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
98	46221.010344/2014-37	204800528	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
99	46221.010345/2014-81	204800536	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
100	46221.010346/2014-26	204800544	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
101	46221.010347/2014-71	204800552	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
102	46221.010348/2014-15	204800561	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
103	46221.010350/2014-94	204800579	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
104	46221.013800/2014-09	205091431	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
105	46221.013801/2014-45	205091440	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
106	46221.013802/2014-90	205591256	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
107	46221.013803/2014-34	205591264	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
108	46221.013804/2014-89	205591272	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
109	46221.013805/2014-23	205591281	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
110	46221.013807/2014-12	205591302	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
111	46221.009400/2014-91	204601886	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
112	46221.009401/2014-35	204601894	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
113	46221.009402/2014-80	204601908	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
114	46221.009404/2014-79	204601916	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
115	46221.009406/2014-68	204601762	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
116	46221.009408/2014-57	204601789	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
117	46221.009409/2014-00	204601797	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
118	46221.009410/2014-26	204601801	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
119	46221.009411/2014-71	204601819	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
120	46221.009545/2014-91	204654165	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
121	46221.009762/2014-81	204602092	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
122	46221.009764/2014-71	204602106	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
123	46221.009765/2014-15	204602114	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
124	46221.009767/2014-12	204602203	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
125	46221.009768/2014-59	204602190	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
126	46221.009772/2014-17	204602211	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
127	46221.009773/2014-61	204602181	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
128	46221.009774/2014-14	204602122	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
129	46221.009775/2014-51	204602131	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
130	46221.009776/2014-03	204602149	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
131	46221.009777/2014-40	204602157	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
132	46221.009778/2014-94	204602165	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
133	46221.009779/2014-39	204602173	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
134	46221.009871/2014-07	204728410	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
135	46221.009872/2014-43	204728428	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
136	46221.009873/2014-98	204728436	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
137	46221.009874/2014-32	204728444	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
138	46221.009875/2014-87	204728452	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
139	46221.009948/2014-31	204728525	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
140	46221.009949/2014-85	204728533	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
141	46221.009999/2014-62	204728541	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
142	46221.010000/2014-28	204728550	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
143	46221.010002/2014-17	204728576	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
144	46221.010003/2014-61	204728584	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
145	46221.010004/2014-14	204728592	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
146	46221.010005/2014-51	204728606	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
147	46221.010006/2014-03	204728614	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
148	46221.010010/2014-63	204728622	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
149	46221.010011/2014-16	204728631	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
150	46221.010012/2014-52	204728649	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
151	46221.010353/2014-28	204829810	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
152	46221.010374/2014-43	204829879	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
153	46221.010375/2014-98	204829861	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
154	46221.010376/2014-32	204829852	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
155	46221.010377/2014-87	204829844	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
156	46221.010378/2014-21	204829836	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
157	46221.010383/2014-34	204829909	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
158	46221.010392/2014-25	204829976	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
159	46221.010400/2014-33	204829968	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
160	46221.011205/2014-21	204842069	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
161	46221.011206/2014-75	204842077	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
162	46221.011207/2014-10	204842085	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
163	46221.011208/2014-64	204842093	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
164	46221.011209/2014-17	204842107	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
165	46221.011210/2014-33	204842115	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
166	46221.011211/2014-88	204842123	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
167	46221.011212/2014-22	204842131	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
168	46221.011213/2014-77	204842140	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
169	46221.011214/2014-11	204842158	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
170	46221.011215/2014-66	204842166	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
171	46221.011216/2014-19	204842174	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
172	46221.011217/2014-55	204842182	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
173	46221.011218/2014-08	204842191	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
174	46221.011219/2014-44	204842204	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
175	46221.011220/2014-79	204842212	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
176	46472.003445/2015-81	206903383	Briigitte Confecção de Moda Praia Ltda. ME	SP
177	47998.008923/2013-11	202424731	Cury Construtora e Incorporadora S.A.	SP
178	46254.000427/2014-31	202759920	Industrias Tudor S.P. de Baterias Ltda	SP
179	46265.003519/2013-62	202404765	Log 3 Indústria Comércio e Serviços Ltda	SP
180	46256.000130/2012-93	019823665	Máquinas Agrícolas Jacto S.A.	SP
181	46254.000458/2015-72	205201008	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
182	46254.000462/2015-31	205200966	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
183	46254.000465/2015-74	205200931	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
184	46219.021384/2014-53	204992231	Vista - Engenharia Ltda. - EPP	SP
185	46219.021382/2014-64	204992354	Vista - Engenharia Ltda. EPP	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46204.005359/2010-68	0210254452	Ana Lúcia Borges Brito ME	BA
2	46254.000459/2015-17	205200991	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
3	46254.000460/2015-41	205200982	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
4	46254.000463/2015-85	205200958	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
5	46254.000464/2015-20	205200940	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
6	46254.000466/2015-19	205200923	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP
7	46254.000467/2015-63	205200915	Oliver Manutencao Industrial e Servicos Ltda	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.010257/2014-16	204024323	Construtora Andrade Gutierrez S.A	AM

2	46206.005257/2002-12	7014546	D.G.B. da Silva - ME	DF
3	46286.001028/2002-86	2930749	Gizelly Hernandes Caceres Pereira ME	DF
4	46206.000523/2002-11	5333571	Marques & Prieto Ltda - ME	DF
5	46206.000669/2002-66	5333610	Marques e Prieto Nakamura S/C Ltda	DF
6	46206.000754/2002-24	5333636	Sociedade Educacional Peninsula Norte S.C Ltda	DF
7	46207.011055/2014-33	25538748	Anjo Comercio de Calcados e Acessorios Ltda ME	ES
8	46207.004966/2013-23	201079801	Associacao Feminina de Educacao e Combate Ao Cancer	ES
9	46207.000599/2014-70	202710726	Capixaba Praticos S/S Ltda	ES
10	46207.009758/2013-11	202127931	Condominio do Edificio Presidente Kennedy	ES
11	46207.009759/2013-65	202129179	Condominio Edificio Presidente Kennedy-B	ES
12	46207.009232/2013-31	201990504	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda	ES
13	46207.011045/2013-17	202478335	Fiducial Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliarios	ES
14	46207.009733/2013-17	201445263	Pepar Terraplenagem Ltda	ES
15	46207.000960/2014-68	202783201	Reginaldo G. Da Silva - EPP	ES
16	46207.004272/2014-77	203565568	Transportadora Belmok Ltda	ES
17	46207.000610/2014-00	202712508	Vitoria Praticos S/S Ltda	ES
18	46207.000906/2014-12	202775976	WS Estrutura e Audiovisual Ltda - EPP	ES
19	46208.017662/2014-05	205411541	Cassio Bellintani Iplinsky	GO
20	46208.000155/2015-13	205672973	Edivany Moreira da Mata Silva	GO
21	46208.000156/2015-50	205672965	Edivany Moreira da Mata Silva	GO
22	46208.000466/2015-74	205740863	Juarez Mendes Melo	GO
23	46208.018525/2014-80	205620230	Marajoara Indústria de Laticínios Ltda	GO
24	46208.008978/2014-06	26302519	Supermercado Karajás Ltda ME	GO
25	46208.004587/2014-12	203253833	Transgrando Transportes Ltda - EPP	GO
26	46208.005994/2014-39	203458401	Transportes Go Goiano Ltda - EPP	GO
27	46208.000036/2015-52	205652018	Vale do Verdão Sociedade Anonima Açúcar E Álcool	GO
28	46208.018632/2014-16	205630634	Vale do Verdão Sociedade Anonima Açúcar e Álcool	GO
29	46240.000357/2015-51	205726291	Carangola Tenis Clube	MG
30	47747.009898/2015-14	207794219	Construtora Emcasa Ltda	MG
31	47747.009899/2015-51	207796068	Construtora Emcasa Ltda	MG
32	47747.009900/2015-47	207796262	Construtora Emcasa Ltda	MG
33	47747.009901/2015-91	207797251	Construtora Emcasa Ltda	MG
34	47747.009902/2015-36	207797552	Construtora Emcasa Ltda	MG
35	47747.009903/2015-81	207797595	Construtora Emcasa Ltda	MG
36	46246.001583/2014-18	203833481	Construtora Pavisan Eireli	MG
37	46236.002684/2014-25	204673097	Crisfer Industrial Ltda - EPP	MG
38	46238.001546/2012-47	24624608	Eletro Santa Clara Ltda	MG
39	46504.003749/2013-61	202346854	Fernandes & Fernandes Artigos Nacionais e Importados Ltda.	MG
40	46241.001515/2014-07	204328861	Gisele Goncalves Araujo	MG
41	46240.002199/2013-10	202066002	Guarda Mirim de Rio Doce	MG
42	46240.000358/2015-03	205726321	Industria e Comercio de Materiais de Ferro Ltda	MG
43	46240.000359/2015-40	205726356	Industria e Comercio de Materiais de Ferro Ltda	MG
44	46245.000173/2014-60	202722937	Instituto de Saúde Esperança	MG
45	46240.000893/2014-75	203642040	Laticinios Cortez Industria e Comercio Ltda	MG
46	46240.000894/2014-10	203642147	Laticinios Cortez Industria e Comercio Ltda	MG
47	46504.001600/2014-29	203638891	Mineracao Polaris Ltda	MG
48	46302.001456/2015-88	207540675	Nutriminas Alimentacao em Empresas Ltda	MG
49	46302.001457/2015-22	207540705	Nutriminas Alimentacao em Empresas Ltda	MG
50	46245.004964/2015-40	207126071	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
51	46245.004967/2015-83	207126101	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
52	46245.004968/2015-28	207126119	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
53	46245.004970/2015-05	207126135	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
54	46245.004972/2015-96	207126151	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
55	46245.004973/2015-31	207126160	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
56	46245.004974/2015-85	207126178	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
57	46245.004975/2015-20	207126186	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
58	46245.004976/2015-74	207126194	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
59	46245.004978/2015-63	207126216	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
60	46245.004979/2015-16	207126224	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
61	46245.004980/2015-32	207126232	Papeleira Santa Rita Ltda	MG
62	47747.009856/2015-75	207759804	Pro Solidum Construcoes Ltda - EPP	MG
63	47747.009857/2015-10	207759430	Pro Solidum Construcoes Ltda EPP	MG
64	47747.009858/2015-64	207759855	Pro Solidum Construcoes Ltda EPP	MG
65	47747.009859/2015-17	207760250	Pro Solidum Construcoes Ltda EPP	MG
66	46246.001876/2014-03	204020743	Rodolpho Velloso Rebello	MG
67	46222.014696/2013-71	202476979	Construsolo Construtora Ltda	PA
68	46222.010675/2014-67	204818541	Ocram Construtora Ltda - ME	PA
69	46214.003926/2014-56	203701755	Queiroz & Leao Ltda - ME	PI
70	47533.013947/2014-30	204759838	Agavin Transportes Rodoviarios Ltda	PR
71	47533.004468/2014-22	203268717	DF Lingerie Ltda - EPP	PR
72	46212.014745/2011-22	23435402	Itaipu Binacional - Escritório de Curitiba	PR
73	47533.013079/2012-26	23281960	Lavanderia e Tinturaria Lavinorte Ltda	PR
74	47533.013080/2012-51	23281987	Lavanderia e Tinturaria Lavinorte Ltda	PR
75	47533.013202/2014-71	204537045	Morena Rosa Industria e Comercio de Confeccoes S.A.	PR
76	47533.013194/2014-62	204642876	N. Moro & Cia Ltda	PR
77	47533.013196/2014-51	204641764	N. Moro & Cia Ltda	PR
78	47533.014399/2014-65	204912776	Pontali Alimentos Ltda - ME	PR
79	46215.004998/2014-19	202995259	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	RJ
80	46215.048537/2011-05	22901388	Delphi-Lab Assistencia Tecnica em Produtos de Saude Ocupacional Ltda.	RJ
81	46215.010394/2013-12	24902420	Medise Medicina Diagnostico e Servicos Ltda	RJ
82	46758.004187/2013-91	202280195	Canaa Geracao de Energia S/A	RO
83	46758.004247/2013-76	202304001	Canaa Geracao de Energia S/A	RO
84	46758.004250/2013-90	202303985	Canaa Geracao de Energia S/A	RO
85	46758.004154/2013-41	202294650	Canaã Geração de Energia S/A	RO
86	46758.004180/2013-70	202280179	Canaã Geração de Energia S/A	RO
87	46216.004129/2015-57	207651094	Laminados Alves Ltda - ME	RO
88	46758.001825/2013-12	201041677	Portal S.A. Indústria e Comércio de Produtos Vegetais	RO
89	47191.000165/2014-59	204828201	Olaria Estancia Ltda - ME	RS
90	46218.020217/2014-03	205326641	Sudeste Transportes Coletivos Ltda	RS
91	46473.006727/2007-10	13666959	Ausieexpress Mensagens Motorizadas Ltda. (Hoven Comercial Importadora e Exportadora Ltda)	SP
92	46473.005005/2013-96	201.585.383	Hyundai Cacoa do Brasil Ltda.	SP
93	46259.003989/2014-96	203352653	Larissa Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	SP
94	46473.005847/2013-48	201934841	Total Spin Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.	SP
95	46473.005848/2013-92	201934817	Total Spin Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.	SP
96	46226.002933/2015-82	26457318	Cereais Vale do Javaes Agroindustrial S/A	TO
97	46226.003175/2015-10	207099456	Cereais Vale do Javaes Agroindustrial S/A	TO
98	46226.004098/2015-15	207659583	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
99	46226.004099/2015-60	207659591	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
100	46226.004104/2015-34	207659508	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
101	46226.004106/2015-23	207659541	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
102	46226.004110/2015-91	207659630	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
103	46226.004111/2015-36	207659648	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
104	46226.004112/2015-81	207659656	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
105	46226.004113/2015-25	207659672	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
106	46226.004115/2015-14	207659681	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
107	46226.004116/2015-69	207659702	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
108	46226.004119/2015-01	207659796	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
109	46226.004122/2015-16	207659826	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
110	46226.004123/2015-61	207659834	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
111	46226.004129/2015-38	207659907	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
112	46226.004133/2015-04	207659753	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
113	46226.004134/2015-41	207659516	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
114	46226.005259/2015-98	208333762	Tecnica Engenharia Ltda - EPP	TO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46473.006385/2013-86	200.191.161	Total Spin Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.014860/2011-71	021048495	Cardoso & Avelino Ltda. ME (C&A Comércio de Sucatas)	BA
2	47904.015657/2011-12	021002037	Manserv Montagem e Manutenção Industrial Ltda.	BA
3	46236.002406/2014-78	204779782	Abatedouro Cezarinho Ltda. ME	MG
4	46243.000001/2015-97	205582869	Pirelli Pneus Ltda.	MG
5	47533.001074/2014-12	202497976	Movistar Comércio de Material de Construção Ltda.	PR
6	46265.002822/2015-18	207685738	Cleaco Açúcar e Álcool S.A.	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.010132/2012-71	22766502	Sandro Brito Lima ME	BA
2	46206.003531/2015-33	206159293	Agro Negocios Contabil Ltda - ME	DF
3	46206.003131/2015-28	206138067	Brink Lary Comercio de Brinquedos Ltda - ME	DF
4	46206.002971/2015-73	206079893	Liquigas Distribuidora S.A.	DF
5	46245.000038/2014-14	202644774	Carneiro e Carneiro Engenharia Civil Ltda	MG
6	46504.003223/2013-81	201910233	Drogaria JN Ltda	MG
7	46245.000174/2014-12	202722902	Instituto de Saúde Esperança	MG
8	46245.000175/2014-59	202722872	Instituto de Saúde Esperança	MG
9	46246.001449/2013-36	200911082	Restaurante e Lanchonete Rodrigues Ltda - ME	MG
10	46246.001448/2013-91	200911091	Restaurante e Lanchonete Rodrigues Ltda ME	MG
11	46758.002129/2013-23	201196948	Adriana da Costa Sousa & Cia. Ltda. ME	RO
12	46277.000250/2015-95	205988016	JN Ribeiro Construções & Cia. Ltda. ME	RS
13	46218.008724/2015-41	206883366	Portoal Comércio de Livros e Cursos Ltda. EPP	RS
14	46736.002081/2014-92	203407334	Giusti Cia. Ltda.	SP
15	46226.004100/2015-56	207659613	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
16	46226.004103/2015-90	207659486	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
17	46226.004105/2015-89	207659524	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
18	46226.004107/2015-78	207659567	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
19	46226.004108/2015-12	207659575	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
20	46226.004109/2015-67	207659621	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
21	46226.004114/2015-70	207659729	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
22	46226.004117/2015-11	207659699	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
23	46226.004118/2015-58	207659737	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
24	46226.004120/2015-27	207659788	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
25	46226.004121/2015-71	207659770	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
26	46226.004124/2015-13	207659842	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
27	46226.004125/2015-50	207659877	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
28	46226.004128/2015-93	207659931	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
29	46226.004130/2015-62	207659893	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO

NEWTON DE PAULA LANNA JÚNIOR

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, e na Nota Técnica 1567/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de Pedido de Alteração Estatutária nº. 46010.003240/2006-41 de interesse do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio Grande do Sul - SEPRORGS, CNPJ: 91.335.554/0001-03, com respaldo no artigo 51 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999."

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1570/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato Rural de Aporé - SINDIAPORÉ, CNPJ 12.289.259/0001-83, Processo 46208.012057/2010-14, para representar a Categoria Econômica constituída de Empresário, empregador ou produtor rural, pessoa física ou jurídica que empreende atividade econômica rural, inclusive de agroindústria no que se refere às atividades primárias, proprietários ou não, mesmo em regime de economia familiar, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Aporé, Estado do Goiás/GO, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação do Sindicato Rural de Jataí - GO, CNPJ 02.252.104/0001-19, Carta Sindical: L054 P036 A1968, excluindo o Município de Aporé/GO de sua base territorial, conforme o exposto no art. 30 da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 20 da Portaria n.º 326/2013, na NOTA TÉCNICA 1573/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve remeter para procedimento de MEDIAÇÃO o SINDIMA - Sindicato dos Trabalhadores no Instituto Mineiro de Agropecuária (impugnado), processo de pedido de registro sindical n.º 46245.005183/2012-20 (SC14728), CNPJ n.º 16.839.372/0001-46; SINDAFA/MG - Sindicato dos Fiscais Agropecuários Estaduais e Fiscais Assistentes Agropecuários Estaduais de Minas Gerais (impugnante), processo de registro sindical n.º 46211.001320/2016-78, CNPJ n.º 09.654.258/0001-86.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1571/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical 46217.008730/2009-61, de interesse do SINTRAF Riachuelo - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Riachuelo/RN, CNPJ n° 11.253.470/0001-83; com fulcro no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica 1569/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o Processo de pedido de Registro Sindical n.º 46205.014406/2012-16, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itarema - SINDITA, CNPJ 15.684.200/0001-88, nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013, resolve TORNAR SEM EFEITO a publicação no DOU de 20/12/2017 , nº 243, Seção 1, pág 122, referente ao processo 46000.004191/2005-01, CNPJ 07.209.255/0001-85 do Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Serviços Médicos do Estado do Paraná - SECOOMED/PR.

Tendo em vista o Parecer n. 00678/2017/CONJUR-MTB/CGU/AGU que atestou a força executória da decisão judicial prolatada no Processo Judicial nº 0080182-70.2013.5.22.0004, a Portaria Ministerial n.º 326/2013, e a Nota Técnica n.° 463/2017/CIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR o Registro Sindical do SINPOSPETRO-PI - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, TROCA DE ÓLEO, LAVA RÁPIDO E LOJA DE CONVENIÊNCIA DO ESTADO DO PIAUI CNPJ: 20.181.639/0001-28, Proc. Adm. nº 46214.003795/2014-15.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1564/2017/CGRS/SRT/MTb resolve CONHECER do Recurso Administrativo 46000.007334/2017-61 interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores em Montagens Industriais em Geral no Estado de Minas Gerais - SITRAMONTI-MG (CNPJ 08.675.575/0001-16) nos autos do Processo 46211.005417/2012-26 para restabelecer ao mesmo a representação dos trabalhadores da área de construções metálicas, montagem de andaimes, montagens industriais em geral, manutenções e prestações de serviços nas áreas industriais e manutenção eletromecânica industrial, manutenção de eletroeletrônicos industrial, máquinas, cutelaria, estamparia de metais, produção de equipamentos, laminação de metais ferrosos e não ferros, refrigerações na base territorial de Alvorada de Minas, Baldim, Bom Jesus do Amparo, Carmesia, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Datas, Diamantina, Ferros, Gouveia, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Jaboticatubas, Jequitibá, Morro do Pilar, Nova União, Passabem, Presidente Kubitschek, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Maria de Itabira, Santana do Riacho, Santo Antônio Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto e Serro, todos em Minas Gerais. Para fins de anotação no CNES revolve EXCLUIR a categoria acima especificada da representação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Itabira e Região - SINFERVI (CNPJ 38.744.991/0001-90), Processo 46211.005417/2012-26.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46217.000552/2010-63
Entidade	SINTRAF MONTANHAS/RN - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Montanhas/RN
CNPJ	11.400.740/0001-31
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Rio Grande do Norte*: Montanhas.
Fundamento	NT 1572/2017/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do município de Montanhas/RN, proprietário ou não de imóvel rural, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento tendo renda familiar predominante originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, dirigindo seu estabelecimento ou empreendimento com sua família assim como os silvicultores, aquicultores, extrativistas com atividade artesanalmente no meio rural e pescadores conforme a norma jurídica do Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical e com fundamento na Nota Técnica nº 134/2016/CGRS/SRT/MTb, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46219.022812/2015-46
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas em Geral do Município de Jundiaí e Região - SINDCAM
CNPJ	20.229.346/0001-73
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Águas De Lindóia, Amparo, Bom Jesus Dos Perdões, Bragança Paulista, Campo Limpo Paulista, Itapira, Joanópolis, Jundiaí, Lindóia, Louveira, Monte Alegre Do Sul, Morungaba, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti e Vargem - SP.
Categoria	Econômica dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas, exceto a categoria dos Transportadores autônomos de veiculo (cegonheiros).

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA ERA 1568/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.011712/2008-11; n°. 46000.012852/2008-14; nº. 46000.012853/2008-51; nº. 46000.012854/2008-03; nº. 46000.012855/2008-40; nº. 46000.012856/2008-94; nº. 46000.013111/2008-42 e nº. 46000.012851/2008-61, com fulcro no art. 18, inciso IV da Portaria 326/2013; e DEFERIR a Alteração Estatuária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem; de Tinturaria, Estamparia; de Beneficiamento e Acabamento de Tecidos e Não Tecidos; nas Indústrias de Malharia e Meias; de Cama, Mesa e Banho, Linhas e Fios, Artigos para Confecção; de Especialidades Têxteis; de Fibras Artificiais, Sintéticas e Naturais; de Colchões; Cordoalha e Estopa; de Fabricação de Tecidos e Couros em Estofamentos Industriais e Internos de Veículos de Ribeirão Preto e Região - SP, Processo nº. 46000.000028/2006-41 - CNPJ: 55.979.124/0001-52 para Representação da Categoria Profissional dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem; de Tinturaria, Estamparia, de Beneficiamento e Acabamento de Tecidos e Não Tecidos, nas Indústrias de Malharias e Meias, de Cama, Mesa e Banho, Linhas e Fios, Artigos para Confecção, de Especialidades Têxteis, de Fibras Artificiais, Sintéticas e Naturais, de Colchões, Cordoalha e Estopa, de Fabricação de Tecidos e Couros em Estofamentos Industriais e Internos de Veículos nos municípios de Altinópolis, Álvares Florence, Alvinlândia, Américo de Campos, Andradina, Araçatuba, Assis, Auriflama, Avanhandava, Bálsamo, Batatais, Bauru, Bebedouro, Birigui, Borborema, Brodowski, Buritama, Cafelândia, Cajuru, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cardoso, Catanduva, Colômbia, Cravinhos, Dobrada, Dolcinópolis, Duartina, Dumont, Echaporã, Estrela d"Oeste, Fernandópolis, Franca, Gália, Getulina, Guaraci, Guarani d"Oeste, Guararapes, Guariba, Guatapará, Igarapava, Ilha Solteira, Indiaporã, Itápolis, Ituverava, Jaboticabal, Jales, Jardinópolis, José Bonifácio, Júlio Mesquita, Lins, Luís Antônio, Macaubal, Maracaí, Marília, Matão, Miguelópolis, Mira Estrela, Mirandópolis, Mirassol, Mococa, Monte Alto, Monte Aprazível, Nhandeara, Nova Aliança, Nova Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Orlândia, Oscar Bressane, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Paranapuã, Paulo de Faria, Pedregulho, Penápolis, Pereira Barreto, Pitangueiras, Platina, Pompéia, Populina, Potirendaba, Ribeirão Preto, Salto Grande, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Clara d"Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, Santo Antônio do Aracanguá, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Pedro do Turvo, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Tabapuã, Tambaú, Tanabi, Taquaritinga, Turmalina, Ubirajara, Valentim Gentil e Votuporanga no estado de São Paulo."

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1566/2017/CGRS/SRT/MTb resolve: CONHECER do Recurso Administrativo 46000.000706/2017-29 interposto pelo Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado do Ceará - SINTAF (CNPJ 23.563.208/0001-14), nos autos do Processo 46205.016019/2015-67 para ANULAR a NT RES 53/2017/GAB/SRT/MTb, publicada em 26/01/2017 no DOU, Seção 1, nº 19, pág. 50, bem como todos os efeitos dela decorrentes e, em ato contínuo, DETERMINAR que seja realizada a análise do mérito da impugnação 46000.000010/2017-01.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 4.091, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta nos processos listados abaixo, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo - CST abaixo relacionados, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº Processo	Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aeronaves	Data
00066.524710/2017-12	2017 S11-01	Protoplane Special Mission Aircraft - França	10060070 (Installation of Video Transmission System)	Airbus Helicopter modelo AS 350 B; AS 350 B1; AS 350 B2; AS 350 B3 e AS 350 BA	07.11.2017
00066.005656/2016-20	2017 S11-02	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda - Brasil	Instalação de suporte para Gavador de Vídeo modelo Hero 3 ou Hero 4 Black da Gopro, Inc.	Sikorsky modelos S-76A; S-76C e S-76D	14.11.2017
00066.020351/2016-48	2017 S11-03	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda - Brasil	Instalação de tomada auxiliar 28Vdc/35A da Amphenol	Bell Helicopter Textron Canada modelo 206B, N/S 4555, PP-MCJ.	14.11.2017
00066.008005/2016-91	2017 S11-04	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda - Brasil	Instalação dos Sistemas GNS530, GMX200 e GWX68 da Garmin	Textron Aviation modelos B95A, 95-55, 95-A55, 95-B55, 95-C55, D55, E55, 56TC, A56TC, 58, 95 e B95.	21.11.2017
00066.520045/2017-98	2017 S11-05	Polytech Aero Support Inc. - Canadá	SA14-33 (Installation of an Improved Air Filter Element (IDP)).	Airbus modelos A330-202, -203, -223, -223F, - 243, -243F e A330-301, -321 , -322	23.11.2017
00066.526971/2017-77	2017S11-06	HELIBRAS - Helicópteros do Brasil S/A - Brasil	Instalação de Kit Aeromédico.	Airbus Helicopters modelos AS 350 B2 e AS 350 B3.	23.11.2017
00066.526919/2017-11	2017S11-07	Great Lakes Aero Products Inc. - USA	SA00897CH (Installation of Domed (Bubble) Window).	Textron Aviation modelos 208 e 208B.	28.11.2017
00066.044027/2015-34	2017S11-08	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda - Brasil	Instalação dos sistemas SN3500 da Sandel, Conversor da MCE Eletronics (x2), Infravermelho da Philips, Display da Midi Japan (x2), EX500 da Avidyne e Radio DVD da Midi Japan.	Piper Aircraft modelo PA-31; N/S 31-7401254, PT-KOD .	29.11.2017
00066.500529/2017-11	2017S11-09	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda - Brasil	Instalação dos sistemas GNS530W e Transponder GTX330 da Garmin, Stormscope modelo WX500 da L3 Communications, TCAS modelo TAS605 da Avidyne.	Bell Helicopter Textron modelos 206A; 206B; 206L-1; 206L-3 e 206L-4.	30.11.2017

Art. 2º O inteiro teor das aprovações encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL
DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 4.055, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.506065/2017-55, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1711-32/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico HONG KONG AERO ENGINE SERVICES LIMITED.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 4.069, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.502627/2017-92, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1712-41/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico HELISILVA (CAMBORIÚ HELIPONTO, HANGARAGEM E MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA. - ME).

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 4.085, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.522737/2017-71, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1102-42/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico AERO MITSUBA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 3.319/SAR, de 2 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2017, Seção 1, página 249.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.188, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a petição de Nível Equivalente de Segurança Operacional ao parágrafo 154.217(e)(1) do RBAC nº 154, Emenda nº 02, para o Aeroporto Internacional do Galeão (SBGL), localizado no Rio de Janeiro (RJ).

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos VII e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Seção 139.503 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), Emenda nº 05, e no art. 15 da Instrução Normativa nº 107, de 21 de outubro de 2016,

Considerando a relevância da disponibilização do serviço público prestado e da segurança das operações aéreas e aeroportuárias;

Considerando o Ofício CARJ-CA-1383/2017-OPS (SEI nº 1103179), de 26 de setembro de 2017, que peticiona Nível Equivalente de Segurança Operacional, (NESO), ao item 154.217(e)(1) do RBAC nº 154, Emenda nº 02, ao Aeroporto Internacional do Galeão (SBGL), localizado no Rio de Janeiro (RJ), no que se refere à operação de aeronaves código "D" com envergadura de até 48 m na pista de táxi "B", no trecho entre as pistas de táxi "F" e "G";

Considerando o que consta do processo nº 00058.532003/2017-07, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme peticionado pela Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. - Rio Galeão para o Aeroporto Internacional do Galeão (SBGL), localizado no Rio de Janeiro (RJ), Nível Equivalente de Segurança Operacional ao parágrafo 154.217(e)(1) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154 (RBAC nº 154), Emenda nº 02, devido à distância inferior ao requisito entre a pista de táxi "B" e um objeto, no trecho entre as pistas de táxi "F" e "G".

Parágrafo único. O Nível Equivalente de Segurança Operacional (NESO) aprovado nos termos do caput fica condicionado à execução das medidas adicionais propostas na referida petição, incluindo:

I - demarcação de sinalização horizontal de MAX SPAN de 48 (quarenta e oito) metros na pista de táxi BRAVO, trecho entre as pistas de táxi GOLF e FOX;

II - comunicar aos Comandos da ALA 11 e DTCEA-GL a operação de aeronaves com até 48 metros de envergadura na TWY BRAVO (trecho entre pistas de táxi GOLF e FOX);

III - monitoramento de aeronaves de até 48 metros na TWY BRAVO (trecho entre pistas de táxi GOLF e FOX) durante as primeiras 10 (dez) operações, após aprovação do NESO pela ANAC;

IV - apresentar nas reuniões de RST e CSO a proposta de NESO apresentada à ANAC para permitir o taxiamento de aeronaves com até 48 (quarenta e oito) metros de envergadura na TWY BRAVO (trecho entre pistas de táxi GOLF e FOX);

V - providenciar a atualização dos hot spots da Carta ADC de SBGL;

VI - revisar o Manual de Operações do Aeródromo (MOPS) e encaminhar a versão atualizada à Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária - SIA, adequando-o à restrição operacional mitigadora dos riscos, onde se faça constar cópia da(s) publicação(ões) aeronáutica(s) com a divulgação das restrições em questão; e

VII - avaliar continuamente a eficácia das medidas adotadas, de forma a garantir a manutenção do NESO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 4.196, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 3426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119), no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135), na Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.526583/2017-95, resolve:

Art. 1º Suspender o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2003-03-1CGD-01-01, emitido em favor da sociedade empresária Táxi Aéreo Dourado Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 4.197, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 3426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.519048/2017-89, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2003-11-0CCS-01-03, emitido em favor da sociedade empresária Segurança Táxi Aéreo Ltda..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 4.207, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 3426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.505954/2017-03, resolve:

Art. 1º Revogar suspensão cautelar ao Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2013-10-5IHB-04-00, emitido em favor da sociedade empresária AVIAÇÃO AGRÍCOLA E LOGÍSTICA CHAPADÃO DO SUL LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

GERÊNCIA-GERAL
DE OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO
GERÊNCIA TÉCNICA DE ARTIGOS PERIGOSOS

PORTARIA Nº 4.190, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE TÉCNICO DE ARTIGOS PERIGOSOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.2.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.844/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Seção 175.29 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175) e na Instrução Suplementar nº 175-002 (IS nº 175-002), e considerando o que consta do processo nº 00065.098263/2016-61, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento como entidade de ensino de artigos perigosos da VEE-ONE ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., CNPJ nº 19.701.425/0001-56, com sede no Rio de Janeiro - RJ.

Parágrafo único. As categorias homologadas e os instrutores credenciados para ministrar os cursos de artigos perigosos em nome da entidade de ensino estão especificados no respectivo Certificado de Credenciamentos e Homologações de Entidade de Ensino - CHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO MACEDO RODRIGUES CASCARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS
E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 139, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.008287/2016-85. Fiscalizada: Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, CNPJ nº 01.039.203/0001-54. Objeto e Fundamento Legal: Conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, para no mérito dar-lhe provimento, tornando o Auto de Infração nº 002440-6 insubsistente, por falta de comprovação da materialidade das infrações descritas no art. 32, inciso XVIII da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ e no art. 23, inciso III, da Resolução n° 2.190/2011-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

UNIDADE REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS-SC

DESPACHO Nº 7, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.012004/2016-08. Fiscalizada: Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo, CNPJ nº 13.102.858/0001-09. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa no valor de R$ 6.664,68 (seis mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), pelo cometimento da infração tipificada no art. 32, inciso x, alínea "c" da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

MAURÍCIO MEDEIROS DE SOUZA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 12ª REGIÃO

PORTARIA N° 275, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, no uso de suas atribuições institucionais,

CONSIDERANDO que a Portaria PGT nº 1728, de 2 de outubro de 2017, delega atribuição aos Procuradores-Chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho para subdelegar poderes aos Coordenadores das Procuradorias do Trabalho nos Municípios (art.3º, II), e,

CONSIDERANDO que o Parágrafo único do art. 3º da referida Portaria estabelece que essa subdelegação deve ser feita mediante portaria publicada em Boletim de Serviço, resolve:

Subdelegar, aos Coordenadores das Procuradorias do Trabalho nos Municípios de SC, os poderes descritos nos incisos III, V, VI, XXI, XXII e XXV do § 2º do art. 1º da Portaria PGT nº 1728, de 2 de outubro de 2017, quais sejam:

"III - editar manuais de procedimentos, ordens de serviço, portarias e outros atos normativos necessários ao exercício das suas atribuições;

V - planejar, gerir e avaliar as atividades administrativas e promover a integração dos segmentos organizacionais, dirimindo dúvidas e conflitos de atribuições;

VI - distribuir os feitos, zelar pela correção dos dados estatísticos e garantir o suporte administrativo necessário ao exercício das atividades finalísticas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXI - suspender o expediente, observada, salvo quanto a situações de urgência, a postura dos órgãos judiciários locais ou, se for o caso, a das demais Unidades do Ministério Público da União;

XXII - dar posse e exercício a servidores nomeados para cargos efetivos e em comissão;

XXV - fixar, quanto aos servidores, turnos e horários comuns de trabalho, bem como regimes ou escalas de plantão".

Publique-se.

QUÉZIA DE ARAÚJO DUARTE NIEVES GONZALEZ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE

PORTARIA Nº 7, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.041469/17-23, que tem como interessado: Fundação Hemocentro de Brasília em possível improbidade administrativa. Processos 063.000.147/2016 e 063.000.148/2016.

FERNANDA DA CUNHA MORAES

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

PORTARIA Nº 16, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, pela 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, na forma do artigo 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 13, parágrafo único, da Resolução nº 66/2005 do CSMPDFT, resolve:

Converter o presente procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apuração de eventuais irregularidades na contratação pela Administração Regional de Ceilândia da empresa FIBER GLASS CONSTRUTORA LTDA - EPP, para a realização de obra de revitalização da Feira Permanente de Ceilândia e Urbanização da Área da EQNN 05/07, Ceilândia/DF, documentada no PA n: 138.000.253/2014 e PA n: 138.000.373/2014..

Registre-se no SISPRO e anote-se na capa do procedimento:

Interessados: Administração Regional de Ceilândia e FIBER GLASS CONSTRUTORA LTDA - EPP.

Assunto: Possíveis irregularidades na contratação pela Administração Regional de Ceilândia da empresa FIBER GLASS CONSTRUTORA LTDA - EPP, para a realização de obra de revitalização da Feira Permanente de Ceilândia e Urbanização da Área da EQNN 05/07, Ceilândia/DF, documentada no PA n: 138.000.253/2014 e PA n: 138.000.373/2014.Após a devida autuação desta Portaria, promovidas as comunicações, publicações e anotações de estilo (artigo 2º da Resolução nº 66/2005), providencie a secretaria desta Promotoria de Justiça a remessa do feito à APAEL/SPD/MPDFT, visando a conclusão do estudo técnico.

HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 17, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, pela 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, na forma do artigo 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 13, parágrafo único, da Resolução nº 66/2005 do CSMPDFT, resolve:

Converter o presente procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apuração de eventuais irregularidades na contratação pela Administração Regional de Ceilândia das empresas TOTAL ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI - EPP, LV CONSTRUTORA E REFORMAS LTDA, AM CONSTRUÇÕES LTDA e LADART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, para a realização de obras de revitalização/implantação de áreas de lazer em Ceilândia, documentadas no PA n: 138.000.206/2014, PA n: 138.000.196/2013, PA n: 138.000.214/2013, PA n: 138.000.480/2014 e PA n: 138.000.520/2014.

Registre-se no SISPRO e anote-se na capa do procedimento:

Interessados: Administração Regional de Ceilândia, TOTAL ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI - EPP, LV CONSTRUTORA E REFORMAS LTDA, AM CONSTRUÇÕES LTDA e LADART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Assunto: Possíveis irregularidades na contratação pela Administração Regional de Ceilândia das empresas TOTAL ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI - EPP, LV CONSTRUTORA E REFORMAS LTDA, AM CONSTRUÇÕES LTDA e LADART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, para a realização de obras de revitalização/implantação de áreas de lazer em Ceilândia, documentadas no PA n: 138.000.206/2014, PA n: 138.000.196/2013, PA n: 138.000.214/2013, PA n: 138.000.480/2014 e PA n: 138.000.520/2014.

Após a devida autuação desta Portaria, promovidas as comunicações, publicações e anotações de estilo (artigo 2º da Resolução nº 66/2005), providencie a secretaria desta Promotoria de Justiça a remessa do feito à APAEL/SPD/MPDFT, visando a conclusão do estudo técnico.

HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 18, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, pela 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, na forma do artigo 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 13, parágrafo único, da Resolução nº 66/2005 do CSMPDFT, resolve:

Converter o presente procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apuração de eventuais irregularidades na contratação pela Administração Regional de Ceilândia de empresa, para a realização de obra de implantação de semáforo para veículos e pedestres na QNM 17, Ceilândia/DF, documentada no PA n: 138.000.461/2014.

Registre-se no SISPRO e anote-se na capa do procedimento:

Interessado(s): Administração Regional de Ceilândia.

Assunto: Possíveis irregularidades na contratação pela Administração Regional de Ceilândia de empresa, para a realização de obra de implantação de semáforo para veículos e pedestres na QNM 17, Ceilândia/DF, documentada no PA n: 138.000.461/2014.

Após a devida autuação desta Portaria, promovidas as comunicações, publicações e anotações de estilo (artigo 2º da Resolução nº 66/2005), providencie a secretaria desta Promotoria de Justiça a remessa do feito à APAEL/SPD/MPDFT, visando a conclusão do estudo técnico.

HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA 51, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 14 horas e 34 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente, em férias, a Ministra Ana Arraes.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 50, referente à sessão ordinária realizada em 6 de dezembro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

Entre os dias 7 e 12 de novembro, não houve sorteio eletrônico de processos.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Distribuição da publicação "O TCU e o Desenvolvimento Nacional - Contribuições para a Administração Pública", que tem o objetivo de apresentar uma síntese de proposições de cunho estratégico emanadas por esta Corte de Contas para diversos setores de governo. O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti parabenizou a Presidência pela publicação, mas sugeriu que, em próxima edição, fossem contempladas as fiscalizações realizadas no setor de reforma agrária e de terras do Brasil.

Registro de que o recesso previsto no art. 68 da Lei nº 8.443/1992 não ocasiona a paralisação dos trabalhos do Tribunal, nem a suspensão ou interrupção dos prazos processuais. Na oportunidade, a Presidência propôs ao Presidente da Comissão de Regimento Interno do TCU que, no próximo ano, sejam submetidos ao Plenário os artigos do RI/TCU relacionados ao art. 220 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que possui a seguinte redação: "Art. 220. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive", bem como outros dispositivos que já tenham o consenso na Comissão de Regimento.

Iniciadas, entre os dias 4 e 8 de dezembro, três fiscalizações, com destaque para o levantamento de auditoria com o objetivo de investigar e mapear a dimensão da ocorrência de professores da educação básica remunerados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e que não estariam atuando nas atividades enquadradas no conceito de efetivo exercício de atribuições de magistério, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Participação, na data de hoje, da Sessão Ordinária do Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil para apresentar àquele Colegiado as duas ferramentas lançadas pelo TCU com o objetivo de facilitar a pesquisa da jurisprudência da Casa e o acompanhamento dos processos que aqui tramitam: os aplicativos "Juris TCU" e "Push de Processos".

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Reiteração ao Plenário, tendo em vista a matéria veiculada na imprensa na data de hoje, de que não há deliberação no sentido de que poderiam ser retomados investimentos nas obras de construção da Ferrovia Transnordestina.

QUESTÃO DE ORDEM (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Do Ministro Benjamin Zymler:

Proposta de unificar, sob a mesma relatoria, a condução de todas tomadas de contas especiais relacionadas com a implantação da Ferrovia Norte Sul no Estado de Goiás. Min-BD manifestou-se a favor. Aprovada, tendo sido designado o Ministro Benjamin Zymler para relatar os referidos processos.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2819 a 2870.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-007.991/2017-7 e TC-012.893/2017-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-019.164/2011-4, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-001.160/2001-7 e TC-031.240/2010-0, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-041.559/2012-6, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, a pedido do revisor, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;

TC-006.373/2013-5 e TC-027.822/2014-1, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-006.885/2014-4, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-036.013/2016-1, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DA PAUTA DA SESSÃO RESERVADA

Os processos TC-033.107/2016-5, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, e TC-011.770/2015-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas foram transferidos da pauta da sessão extraordinária reservada realizada nesta data para a presente sessão.

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A PAUTA DA SESSÃO RESERVADA

O processo TC-017.019/2017-6, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, foi transferido para a pauta da sessão extraordinária reservada realizada nesta data.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-018.009/2002-2, que trata de pedido de reexame interposto contra decisão que julgou irregular ato de aposentadoria, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas. Já votaram o relator, o Ministro Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, que acompanharam o relator.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-030.171/2014-8, que trata de pedido de reexame interposto pela Construtora Norberto Odebrecht S/A contra decisão que determinou a adequação de preço de serviço para sanear sobrepreço identificado, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes declinou de produzir sustentação oral em nome da Construtora Norberto Odebrecht S/A. Acórdão 2871.

Na apreciação do processo TC-006.593/2017-8, que trata de representação referente à locação de imóvel com a finalidade de abrigar a Secretaria de Portos vinculada à Presidência da República, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Eduardo Borges Espínola Araújo produziu sustentação oral em nome de Itália Participações S/A. Acórdão 2872.

Na apreciação do processo TC-000.885/2015-0, que trata de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão de irregularidades em convênio que teve por objeto apoiar o evento "Réveillon Mineiros Feliz 2009", cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, os Drs. Huilder Magno de Souza e Mariana de Carvalho Nery não compareceram para produzir sustentação oral em nome de Premium Avança Brasil e Cláudia Gomes Melo. Acórdão 2873.

Na apreciação do processo TC-023.072/2017-2, que trata de representação referente a suposta adesão irregular do Dnocs à ata de registro de preços lavrada no âmbito de Pregão Eletrônico da Companhia Docas do Ceará, destinado a contratação de serviços de vigilância armada, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, a Presidência indeferiu o pedido de sustentação oral requerido pelo Sr. Wilson Araújo Neto, em seu próprio nome, tendo em vista que o requerente não é parte nos autos, com base no **caput** do art. 168 do Regimento Interno. Acórdão 2877.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-030.171/2014-8 - Acórdão 2871

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-006.593/2017-8 - Acórdão 2872

O Presidente Raimundo Carreiro e o Ministro Benjamin Zymler usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-000.885/2015-0 - Acórdão 2873

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-023.072/2017-2 - Acórdão 2877

TC-001.035/2015-0 - Acórdão 2874

TC-012.402/2017-6 - Acórdão 2875

TC-019.642/2011-3 - Acórdão 2876

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-012.196/2016-9 - Acórdão 2878

TC-028.484/2017-7 - Acórdão 2879

TC-028.486/2017-0 - Acórdão 2880

TC-028.487/2017-6 - Acórdão 2881

TC-028.490/2017-7 - Acórdão 2882

TC-028.573/2017-0 - Acórdão 2883

TC-028.574/2017-6 - Acórdão 2884

TC-028.589/2017-3 - Acórdão 2885

TC-028.684/2017-6 - Acórdão 2886

TC-028.685/2017-2 - Acórdão 2887

TC-028.686/2017-9 - Acórdão 2888

TC-028.876/2017-2 - Acórdão 2889

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-005.718/2010-4 - Acórdão 2890

TC-012.829/2003-0 - Acórdão 2891

TC-013.329/2011-1 - Acórdão 2892

TC-022.434/2009-0 - Acórdão 2893

TC-031.853/2017-0 - Acórdão 2894

TC-032.826/2010-9 - Acórdão 2895

MINISTRO JOSÉ MUCIO MONTEIRO

TC-009.813/2014-4 - Acórdão 2896

TC-012.611/2006-9 - Acórdão 2897

TC-027.797/2010-4 - Acórdão 2898

TC-030.251/2013-3 - Acórdão 2903

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-028.566/2017-3 - Acórdão 2899

TC-028.667/2017-4 - Acórdão 2900

TC-028.673/2017-4 - Acórdão 2901

TC-028.675/2017-7 - Acórdão 2902

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-034.119/2017-5- Acórdão 2904

O Presidente Raimundo Carreiro, os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira usaram da palavra para discutir a matéria.

A Presidência, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, apresentou manifestação por escrito, cujo inteiro teor consta no Anexo II desta Ata.

Os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti apresentaram declarações de voto, nos termos do art. 128 do Regimento Interno.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, em substituição à ministra ana arraes

TC-032.725/2017-5 - Acórdão 2905 - CAUTELAR

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-034.278/2016-8 - Acórdão 2906

TC-041.265/2012-2 - Acórdão 2907

MINISTRO-SUBSTITUTO André luís de carvalho

TC-017.074/2015-0 - Acórdão 2908

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, foi convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, em função do quórum mínimo exigido.

TC-026.133/2011-3 - Acórdão 2909

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, foi convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, em função do quórum mínimo exigido.

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA

TC-005.932/2017-3 - Acórdão 2910

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, foi convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, em função do quórum mínimo exigido.

TC-012.997/2011-0 - Acórdão 2911

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, foi convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, em função do quórum mínimo exigido.

TC-020.456/2016-6 - Acórdão 2912

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, foi convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, em função do quórum mínimo exigido.

TC-028.164/2017-2 - Acórdão 2913

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, nos termos do art. 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, foi convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, em função do quórum mínimo exigido.

TC-034.144/2017-0 - Acórdão 2914

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Estão transcritos a seguir os acórdãos de nºs 2819 a 2870, apreciados por relação, e de nºs 2871 a 2914, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 49/2017 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2819/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, e considerando o pedido de parcelamento da dívida formulado pela empresa Helisul Taxi Aereo Ltda., ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da importância devida em 36 (trinta e seis) parcelas atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):

1. Processo TC-033.983/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 036.575/2016-0 (SOLICITAÇÃO); 015.745/2008-2 (DENÚNCIA)

1.2. Responsáveis: Arty Coelho de Souza Fleck (285.431.490-53); Cruzeiro Taxi Aereo S A (29.467.909/0001-36); Flavio Montiel da Rocha (296.473.391-00); Helisul Taxi Aereo Ltda (75.543.611/0001-85)

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.7. Representação legal: Renata Goretti Balduino de Souza e outros, representando Cruzeiro Taxi Aereo S A; Daniele Meireles Doberstein de Magalhaes (41997/OAB-DF) e outros, representando Flavio Montiel da Rocha; Valéria Aguiar Pastorin (11852/OAB-DF) e outros, representando Helisul Taxi Aereo Ltda; Felipe Cavaignac e outros, representando Arty Coelho de Souza Fleck.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2820/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido, para o atendimento do dos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.1.3.1, 9.1.3.2, 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 2.050/2014-TCU-Plenário, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da Secex/SP:

1. Processo TC-031.661/2015-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Antonio Carlos do Amaral Filho (024.986.288-35); Carlos Nabil Ghobril (101.684.888-92); Christian Nielsen Faria Lombardi (114.149.348-90); Luiz Concilius Goncalves Ramos (049.672.408-87); Pedro Tomas do Canto Benedetti (178.339.928-79)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Joao Paulo Goncalves da Silva (19442/OAB-DF) e outros, representando Pedro Tomas do Canto Benedetti; Claudio Tucci (33.928/OAB-SP) e outros, representando Carlos Nabil Ghobril; Christopher Rezende Guerra Aguiar (203028/OAB-SP) e outros, representando Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

1.7. Determinar à Ceagesp que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao Tribunal: (i) descrição detalhada de todas as medidas adotadas, desde a comunicação do Acórdão 1466/2017-TCU-Plenário, com vistas ao cumprimento do Acórdão 2050/2014-TCU-Plenário, acompanhada da respectiva documentação comprobatória; e (ii) plano de ação para cumprimento dos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.1.3.1, 9.1.3.2, 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 2.050/2014-TCU-Plenário, o qual deve conter, no mínimo, a enumeração e descrição de todas as ações e etapas a serem tomadas para atender às determinações, acompanhadas dos prazos e cronogramas de implementação de cada uma delas e dos respectivos responsáveis por essas ações/etapas (nomes, CPFs e cargo/função exercido dentro da Ceagesp).

ACÓRDÃO Nº 2821/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo anteriormente concedido, para que o Sr. Marcio Santos atenda a oitiva determinada pelo Acórdão 2069/2017-TCU-Plenário:

1. Processo TC-027.304/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Eduardo Lobo (597.029.580-91); Gilberto de Oliveira Moritz (098.453.219-68); Luciano Patricio Souza de Castro (767.376.839-91); Luiz Carlos Cancellier de Olivo (417.667.419-91); Marcio Santos (566.268.789-72); Marcos Baptista Lopez Dalmau (015.773.459-59); Rogerio da Silva Nunes (296.184.280-87)

1.2. Interessados: Eduardo Lobo (597.029.580-91); Gilberto de Oliveira Moritz (098.453.219-68); Luciano Patricio Souza de Castro (767.376.839-91); Luiz Carlos Cancellier de Olivo (417.667.419-91); Marcio Santos (566.268.789-72); Marcos Baptista Lopez Dalmau (015.773.459-59); Rogerio da Silva Nunes (296.184.280-87)

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.7. Representação legal: Adriano Zanotto (6560/OAB-SC) e outros, representando Gilberto de Oliveira Moritz; Pedro Paulo Philippi (5972/OAB-SC), representando Marcio Santos; Gabriel Annoni Cardoso (42940/OAB-SC) e outros, representando Eduardo Lobo; Carlos Danilo Moreira Pires (17859/OAB-SC), representando Rogerio da Silva Nunes; Adriano Tavares da Silva (025660/OAB-SC) e outros, representando Marcos Baptista Lopez Dalmau.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 46/2017 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2822/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.692/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Robertson Neves Siqueira Leite (002.085.353-06)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2823/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-031.550/2017-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Laura Vieira Barra (026.998.217-56)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2824/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM por unanimidade, com base nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.691/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Jaime Verissimo de Campos (048.810.441-68); Murilo Domingos (242.393.308-82)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2825/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula deste Tribunal, em tornar insubsistente o Acórdão 2.077/2016-Plenário, em promover o apostilamento do Acórdão 196/2016-Plenário, prolatado na Sessão de 3/2/2016 - Ordinária, inserido na Ata nº 3/2016-Plenário, de modo a: a) onde se lê no subitem 8.2: "...Ciane Figueiredo Feliciano da Silva (6974/OAB-PB)..."; leia-se: "...Ciane Figueiredo Feliciano da Silva (6974/OAB-PB) e outro"; b) onde se lê no subitem 8.3: "...Newton Nobel Sobreira Vita (10.204/OAB-PB)..."; leia-se: "...Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB)..."; e c) onde se lê no subitem 9.1: "...Antônio Carlos Cavalcante Lopes..."; leia-se: "...Antônio Carlos Cavalcanti Lopes", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado; e em promover o apostilamento do Acordão 644/2017-Plenário, prolatado na Sessão de 5/4/2017 - Ordinária, inserido na Ata nº 11/2017 - Plenário, de modo a: a) onde se lê no subitem 8.3: "...Newton Nobel Sobreira Vita (10.204/OAB-PB) e Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB)..."; leia-se: "...Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB)...", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.253/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 004.182/2013-8 (SOLICITAÇÃO); 017.020/2006-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Antônio Carlos Cavalcanti Lopes (132.651.804-68); Celta Construções e Empreendimentos Ltda. (01.427.602/0001-92); Edilson Pereira de Oliveira (141.183.004-00); José Aloysio da Costa Machado Neto (365.069.904-49); José Vitoriano da Silva Filho (251.794.114-91)
1.3. Entidade: Prefeitura Municipal de Coremas - PB
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.7. Representação legal: Rafael Santiago Alves (15975/OAB-PB) e outros, representando Edilson Pereira de Oliveira; Ciane Figueiredo Feliciano da Silva (6974/OAB-PB) e Camila Lopes Abrantes (18276/OAB-PB), representando José Vitoriano da Silva Filho; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB), representando Antônio Carlos Cavalcanti Lopes.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2826/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la prejudicada e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s) e ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.973/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí - PI
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
1.5. Representação legal: Mirela Mendes Moura Guerra (OAB/PI 3401).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2827/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.958/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2828/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM por unanimidade, com fundamento no art. 71, IV, da Constituição Federal, art. 38, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 232 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente solicitação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e em determinar o arquivamento dos presentes autos, expedindo comunicação ao solicitante, de acordo com os pareceres constantes nos autos:

1. Processo TC-031.743/2017-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Zabelê - PB
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 41/2017 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2829/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243 e 250, inciso II, todos do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em: (i) considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.1 do Acórdão 577/2017-TCU-Plenário; (ii) considerar ainda não exigíveis as providências relacionadas à reparação/readequação da estrutura do canal do Córrego Cascavel (subitem 9.2 do mesmo Acórdão); e (iii) considerar, em relação ao subitem 9.3 da mesma deliberação, que não há, no presente momento, ações ou exames que devam ser impulsionados, sem prejuízo da adoção das seguintes medidas/determinações, de acordo com o parecer da Unidade Técnica:

1. Processo TC-012.803/2017-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Glauciane Ribeiro Antonelli (531.175.651-91); Marcos Alberto Rocha Augusto (676.494.169-68); Paulo de Siqueira Garcia (335.382.551-72); Washington dos Santos Ramalho (395.837.401-87)
1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Goiânia - GO
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. determinar à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Goiânia/GO, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que:
1.8.1.1. apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, à Caixa Econômica Federal e ao TCU, novo Plano de Ação, considerando a realização de novo certame destinado à contratação de sociedade empresária para a execução das obras de implantação de canalização e microdrenagem no Córrego Cascavel, em Goiânia/GO, no trecho entre a Avenida Castelo Branco e a Avenida Leste-Oeste, subsidiadas com recursos provenientes de ajuste celebrado com o Ministério das Cidades (Termo de Compromisso 351013-69);
1.8.1.2. até a retomada da obra, corrija as questões indicadas pela Caixa Econômica Federal em seus pareceres no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento dos correspondentes posicionamentos, encaminhando, no citado prazo, à Caixa Econômica Federal e ao TCU, a documentação pertinente exigida para o avanço das tratativas necessárias à retomada da obra;
1.8.2. determinar à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que até a retomada das obras de implantação de canalização e microdrenagem no Córrego Cascavel, em Goiânia/GO, no trecho entre a Avenida Castelo Branco e a Avenida Leste- Oeste, subsidiadas com recursos provenientes de ajuste celebrado com o Ministério das Cidades (Termo de Compromisso 351013-69), analise o novo Plano de Ação e/ou outros documentos que venham a ser atualizados/adaptados e emita seu parecer, no prazo de 30(trinta) dias, devendo ainda encaminhar, ao TCU e à Seinfra/Prefeitura de Goiânia, no citado prazo, cópia do posicionamento da instituição acerca das análises realizadas.

ACÓRDÃO Nº 2830/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o denunciante não é considerado, automaticamente, parte processual, devendo, para obter essa condição, formular pedido de ingresso nos autos como interessado e comprovar razão legítima para intervir no processo" (Acórdão 773/2004-Plenário);

Considerando, que o recorrente demonstra mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte. Destaque-se que o exercício de representação perante esta Corte com o objetivo de proteger o interesse público foi respeitado, uma vez que a representação foi conhecida e seu mérito foi devidamente examinado por este Tribunal, conforme o Acórdão 1.865/2017-TCU-Plenário;

Considerando que esta Corte tem como função primordial a proteção do interesse da coletividade e, caso houvesse indícios de irregularidade neste processo, teria apurado de forma exaustiva a sua efetiva existência, com vistas à proteção do erário;

Considerando ainda, a ausência de legitimidade recursal do representante;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 48 da Lei 8443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b"e § 3º; 146 e 282, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em não conhecer do pedido de reexame, e em determinar o arquivamento do processo, após comunicação do teor desta deliberação ao recorrente, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão recorrido.

1. Processo TC-022.305/2017-3 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Maciel Consultores S/S Ltda (10.757.529/0001-08).
1.2. Interessado: Maciel Consultores S/S Ltda (10.757.529/0001-08).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado Minas Gerais.
1.4. Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.8. Representação legal: Luis Felipe Canto Barros (65230/OAB-RS) e outros, representando Maciel Consultores S/S Ltda.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 59/2017 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2831/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 3.030/2016 - Plenário, relativamente ao item 1, para que, onde se lê "Exercício: 2009", leia-se "Exercício: 2007", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.184/2010-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007)
1.1. Apenso: TC-015.026/2009-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: José Lúcio Marcelino de Jesus (287.087.844-34); Clodomir Batista de Albuquerque (377.900.644-87); José Queiroz de Oliveira (140.494.905-44); Jefferson Calheiros da Rocha Júnior (420.755.054-20); Damião Fernandes da Silva (140.143.604-82) ; Valber Paulo da Silva (470.063.584-34); Haylton Lima Silva Junior (787.301.394-49); Salinas Construções e Projetos Ltda. (05.559.104/0001-54) ; Terceirizadora Santa Clara Ltda. (04.963.564/0001-80); Empremac - Empresa de Manutenção e Construção Ltda. (70.029.202/0001-41); Command Informática Ltda. (06.011.298/0001-11) e Omega 3000 Suprimentos para Ferrovias Ltda. (06.262.494/0001-69)
1.3. Unidade: Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL (CBTU/AL)
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secex/AL
1.7. Representação legal: Gustavo Igor Vasconcelos Lopes Calheiros (OAB/AL 9393), Aristênio de Oliveira Jucá Santos (OAB/AL 3148), Carlos Henrique Barbosa de Sampaio (OAB/AL 1626) e Sandra de Almeida Silva (OAB/AL 6521)
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2832/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação, por 90 (noventa) dias, para atendimento ao item 9.4 do Acórdão 1.732/2017 - Plenário:

1. Processo TC-033.107/2016-5 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: SeinfraElétrica
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2833/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, como complemento ao Acórdão 2.518/2017 - Plenário, em adotar a medida abaixo especificada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.533/2017-7 (MONITORAMENTO EM AUDITORIA)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: SecexFazenda
1.6. Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros
1.7. Dar ciência à Caixa Econômica Federal de que deverá constar do seu Relatório de Gestão do exercício de 2017, no campo de Determinações e Recomendações do TCU, referência ao normativo específico para os procedimentos relativos à terceirização de serviços (item 2.1 do Ofício 077/2017/DEPES), abrangendo, nessa análise de custo-benefício, informações sobre condenações judiciais trabalhistas de prestadores de serviços terceirizados, com a anexação de cópia desse documento à respectiva prestação de contas.

ACÓRDÃO Nº 2834/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-034.020/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)
2. Representante: Coperson Áudio e Vídeo Ltda. (07.648.642/0001-40)
3. Unidade: Supremo Tribunal Federal (STF)
4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5. Representante do Ministério Público: não atuou
6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
7. Advogado constituído nos autos: não há
8. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar, formulada pela empresa Coperson Áudio e Vídeo Ltda. a respeito de possíveis irregularidades relacionadas ao Pregão Eletrônico 68/2017, promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e cujo objeto era a contratação de empresa para a implantação de sistema multimídia de áudio e vídeo.

Considerando que a unidade técnica, após analisar os fatos, afastou a existência de irregularidades e propôs o não conhecimento da representação;

Considerando, não obstante, que a matéria arguida situa-se dentro da esfera de competências desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

8.1. conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar;
8.2. arquivar o processo;
8.3. dar ciência desta decisão à representante e à unidade jurisdicionada.

RELAÇÃO Nº 37/2017 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 2835/2017 - TCU - Plenário

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei 8.443/1992;

Considerando que não foram apresentados fatos novos, mas sim alegações jurídicas, já amplamente discutidas no âmbito deste processo;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no artigo 33 da Lei 8.443/1992 e já utilizada pelo recorrente.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de revisão interposto por José Antônio Cavalcante (peça 65), por não preencher os requisitos de admissibilidade, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.881/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Antonio Cavalcante (469.293.044-68)
1.2. Recorrente: José Antonio Cavalcante (469.293.044-68)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José da Tapera - AL
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2836/2017 - TCU - Plenário

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei 8.443/1992;

Considerando que não foram apresentados fatos novos, mas sim alegações jurídicas, já amplamente discutidas no âmbito deste processo;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no artigo 33 da Lei 8.443/1992.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de revisão interposto por Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa (peça 759) e Arnaldo Bernardino Alves (peça 758), por não preencher os requisitos de admissibilidade, dando-se ciência desta deliberação aos recorrentes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.145/2005-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: TC-020.805/2016-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Aldery Silveira Junior (059.667.523-20); Arnaldo Bernardino Alves (318.311.094-68); Carlos Alberto Tayar (183.492.691-20); Entidades/Órgãos do Governo do Distrito Federal (00.394.601/0001-26); Horacio da Silva Botelho (058.214.607-00); Jose Geraldo Maciel (000.463.371-72); Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa (185.093.391-04); Pedro Jose Ferreira Tabosa (046.829.393-00); Procuradoria-Geral do Distrito Federal - Administrativa (00.394.643/0001-67); Renato Fernandes de Azevedo (191.721.090-68); Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (00.394.676/0001-07)
1.3. Recorrentes: Arnaldo Bernardino Alves (318.311.094-68); Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa (185.093.391-04)
1.4. Órgão/Entidade: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde; Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.9. Representação legal: Rafael Teixeira Moreti (22.799/OAB-DF) e outros, representando Arnaldo Bernardino Alves e Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa; Amanda Galvão Ferreira Tabosa (26.013/OAB-DF) e outros, representando Pedro Jose Ferreira Tabosa; Pedro Eloi Soares (1.586-A/OAB-DF), representando Aldery Silveira Junior.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2837/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;

Considerando que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido, cujas razões discorridas se limitam a demonstrar a discordância com as conclusões deste Tribunal e o simples interesse na rediscussão do mérito;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Caetano Guedes Junior (peça 248), dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.406/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: TC-010.209/2017-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-010.212/2017-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-010.213/2017-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-010.211/2017-9 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Antonio Ribeiro Pinto (388.278.244-72); Caetano Guedes Junior (377.996.143-15); GMP Prestações de Serviços e Eventos Ltda. - ME (07.038.881/0001-89); Miguel Ângelo Pinto Martins (478.715.123-15)
1.3. Recorrente: Caetano Guedes Junior (377.996.143-15)
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fortim - CE
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
1.9. Representação legal: Ubiratan Diniz de Aguiar (3.625/OAB-CE) e outros, representando Caetano Guedes Junior.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2838/2017 - TCU - Plenário

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei 8.443/1992;

Considerando que não foram apresentados fatos novos, mas sim alegações jurídicas, já amplamente discutidas no âmbito deste processo;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no artigo 33 da Lei 8.443/1992 e já utilizada pelo recorrente.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de revisão interposto por Benedito Francisco Silveira Figueiredo (peça 65), por não preencher os requisitos de admissibilidade, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.619/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: TC-035.009/2014-4 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsável: Benedito Francisco Silveira Figueiredo (003.155.673-68)
1.3. Recorrente: Benedito Francisco Silveira Figueiredo (003.155.673-68)
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Codó - MA
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.7. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.9. Representação legal: Marisvaldo Paiva de Menezes (29.518/OAB-DF) e José Dilson Lopes de Oliveira (4.635/OAB-MA) , representando Benedito Francisco Silveira Figueiredo.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2839/2017 - TCU - Plenário

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei 8.443/1992;

Considerando que não foram apresentados fatos novos, mas sim alegações jurídicas, já amplamente discutidas no âmbito deste processo;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no artigo 33 da Lei 8.443/1992 e já utilizada pelo recorrente.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de revisão interposto por Cicero Cavalcanti de Araujo (peça 145), por não preencher os requisitos de admissibilidade, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.166/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: TC-019.637/2015-2 (SOLICITAÇÃO); TC-028.384/2014-8 (SOLICITAÇÃO); 035.180/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Cicero Cavalcanti de Araujo (846.808.908-78); Eficaz Construções e Empreendimentos Ltda. - EPP (01.590.935/0001-38)
1.3. Recorrente: Cicero Cavalcanti de Araujo (846.808.908-78)
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luís do Quitunde - AL
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.9. Representação legal: Adeilson Teixeira Bezerra (4.719/OAB-AL), representando Cicero Cavalcanti de Araujo.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2840/2017 - TCU - Plenário

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei 8.443/1992;

Considerando que não foram apresentados fatos novos, mas sim alegações jurídicas, já amplamente discutidas no âmbito deste processo;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no artigo 33 da Lei 8.443/1992.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de revisão interposto por José Fernando Manzke (peça 78), por não preencher os requisitos de admissibilidade, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-019.858/2012-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-007.494/2015-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-007.495/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-007.493/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Instituto Licere (05.114.901/0001-28); José Fernando Manzke (238.352.220-15)

1.3. Recorrente: José Fernando Manzke (238.352.220-15)

1.4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta)

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.9. Representação legal: Jose Henrique Cabral Coaracy (912-OAB/MA) representando José Fernando Manzke.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2841/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do RI/TCU, em dar quitação a Marco Aurélio de Azevedo Souza e Walter Dias Fernandes Filho quanto às multas cominadas por meio dos subitens 9.3.4 do Acórdão 2.003/2011-TCU- Plenário e 9.4.3 do Acórdão 660/2015-TCU-Plenário, respectivamente, bem como autorizar, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, o parcelamento da multa aplicada a Roney Tavares pelo subitem 9.4.3 do Acórdão 660/2015-TCU-Plenário, em trinta e seis parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.295/2004-0 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2003)

1.1. Responsáveis: Ayrton Jose Schultze (320.530.709-78); Elias Vieira de Souza (622.103.517-15); Eric de Azevedo Bastos (033.700.198-76); Francisco Iran de Vasconcelos Junior (621.820.723-49); Lucio Minoru Yoshida (521.026.886-15); Luiz Carlos Amaral Crasto (026.656.484-40); Luiz Carlos Santos da Silveira (016.207.438-76); Marco Aurelio de Azevedo Souza (520.994.406-97); Mario Luis Ribeiro Santos (087.415.878-80); Mario Sergio Malheiros (967.646.518-68); Natanael Torres Domais Junior (253.690.718-02); Ricardo Rodrigues Goncalves (017.057.318-48); Roney Tavares (017.059.748-21); Walter Dias Fernandes Filho (491.380.907-59)

1.2. Órgão/Entidade: 3º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: Osvir Guimarães Thomaz (37.698/OAB-PE) e outros, representando Marco Aurelio de Azevedo Souza, Roney Tavares e Walter Dias Fernandes Filho; Juliana Malafaia Moreira Ferreira e outros, representando Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2842/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar parcialmente cumpridas as determinações objeto do Acórdão 1.422/2016-TCU-Plenário; e em determinar o arquivamento dos autos, considerando a previsão de realização de ação de controle para verificar o cumprimento dos itens ainda não atendidos, além de determinações de outras deliberações dirigidas à UFPEL, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.668/2014-0 (DENÚNCIA)

1.1. Interessado: Identidade Preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2843/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações dos subitens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do Acórdão 1.513/2016-TCU-Plenário; adotar as medidas a seguir; e em determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 008.229/2015-5, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.694/2017-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Salvador Soltério de Almeida (328.766.451-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência ao Incra/MT-SR-13 que a não concretização integral do plano de ação por ele apresentado sobre apuração de responsabilidades dos agentes internos e externos que causaram dano ao meio ambiente, resultando na aplicação de multas diversas pelo Ibama ao Incra, detalhadas no item 9.5.2 do Acórdão 208/2008-TCU-Plenário, caracteriza violação à determinação insculpida no subitem 1.7.2.2 do Acórdão 1.513/2016-TCU-Plenário e pode ensejar a responsabilização perante o TCU de quem eventualmente der causa, necessitando, para isso, que apresentem, nos respectivos relatórios de gestão, todas as medidas previstas que forem adotadas até a resolução final do caso para:

1.7.1. dar continuidade ao plano de ação relativamente às multas aplicadas pelo Ibama ao Incra por intermédio dos Autos de Infração números 456665/D, 456666/D, 456667/D, 456668/D, 456669/D, 456670/D, 456671/D 456672/D, 456673/D, 456674/D e 456675/D, em decorrência de danos ambientais verificados nos projetos de assentamento Pingo D"Água, Lenita Norman, Itanhangá/Tapurá, Mercedes Benz I e II e Confresa/ROncador, inclusive no que diz respeito à apuração de responsabilidades de todos aqueles que deram causa às mencionadas cominações e às medidas destinadas à recomposição dos prejuízos causados ao erário e/ou à instauração de tomadas de contas especiais, adotando o mesmo procedimento em caso de recebimento de nova multa, decorrente das apurações relativas ao assentamento da Fazenda Trescinco; e

1.7.2. demonstrar, de forma circunstanciada e atualizada, o andamento de todas as ações atividades nele previstas.

ACÓRDÃO Nº 2844/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de Acompanhamento da conformidade da gestão fiscal por meio do exame dos relatórios de gestão fiscal previstos no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2016;

Considerando que, após análise dos referidos relatórios realizada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental desta Corte (relatório de fiscalização à peça 82), pode-se concluir que:

a) todos os Poderes e órgãos cumpriram as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, em cumprimento aos arts. 54 e 55 da LRF e ao inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais);

b) foram cumpridos os limites prudencial e máximo da despesa com pessoal pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, ressalvando-se que foram considerados como limites dos órgãos da Justiça do Trabalho aqueles fixados no Ato Conjunto TST/CSJT 12/2015, cujo mérito encontra-se sob análise no TC 026.476/2015-0;

c) houve disponibilização dos Relatórios de Gestão Fiscal relativos ao 3º quadrimestre de 2016 no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) por todos os órgãos listados no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

d) no relatório de gestão fiscal do 3º quadrimestre de 2016, como no ano anterior, os demonstrativos de Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar foram consolidados no "Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar" e a STN forneceu orientações metodológicas para a obtenção dos dados no Tesouro Gerencial. A maioria dos órgãos publicou relatórios consistentes, atestando disponibilidades suficientes para arcar com a inscrição de restos a pagar não processados;

e) o nível de endividamento da União se apresenta incompatível com o limite da dívida consolidada líquida constante do Projeto de Resolução do Senado 84/2007, uma vez que esse parâmetro fiscal alcançou 353,2% da receita corrente líquida, índice superior ao limite proposto de 350%;

f) o nível de endividamento da União se apresenta incompatível com o limite da dívida mobiliária constante do Projeto de Lei da Câmara 54/2009, uma vez que esse parâmetro fiscal alcançou 654,6% da receita corrente líquida, índice superior ao limite proposto de 650%;

g) foram observados os limites fixados pelo Senado Federal na Resolução do Senado Federal (RSF) 48/2007 para o montante de operações de crédito e de garantias concedidas pela União;

h) vários tribunais apresentaram disponibilidade positiva após inscrição de restos a pagar não processados e, ao mesmo tempo, fontes de recursos deficitárias.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 169, V, e 250, II, do Regimento Interno, em proferir as considerações e determinações a seguir e arquivar o processo, de acordo com a proposta e os fundamentos dos pareceres emitidos nos autos (peças 82 a 84):

1. Processo TC-002.911/2017-5 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados; Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público Federal; Presidência da República (vinculador); Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. considerar atendidas as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2016, em obediência aos arts. 54 e 55 da referida Lei Complementar, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000;

1.6.2. considerar cumpridos, no 3º quadrimestre do exercício de 2016, os limites prudencial e máximo da despesa com pessoal pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000 (item 28), ressalvando que foram considerados como limites dos órgãos da Justiça do Trabalho aqueles fixados no Ato Conjunto TST/CSJT 12/2015, cujo mérito continua sob análise deste Tribunal;

1.6.3. considerar atendida a exigência de disponibilização dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro por parte dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000;

1.6.4. considerar dispensada, em atenção ao princípio da economicidade, a republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 em face da Portaria-STN 494/2017, tendo em vista que, no 3º quadrimestre de 2016, os percentuais das despesas com pessoal dos Poderes e órgãos autônomos da União, bem como os índices relativos a operações de crédito e garantias, recalculados em relação ao novo valor da receita corrente líquida permanecem, respectivamente, dentro dos limites prudencial e máximo de que trata a Lei Complementar 101/2000 e dos limites definidos na Resolução-SF 84/2007;

1.6.5. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - apenas em relação à fonte 69, ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e aos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 5ª, 8ª, 17ª e 18ª Regiões, em virtude do disposto no arts. 42 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no item 9.2 do Acórdão 2.354/2007-TCU-Plenário e no tópico 04.05.00 Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aprovado pela Portaria-STN 553/2014, que analisem as fontes com suficiência negativa após a inscrição de restos a pagar não processados e, no prazo de quinze dias, adotem, conforme o caso, alguma das medidas saneadoras a seguir:

1.6.5.1. caso tenha ocorrido alguma reclassificação de despesa, sem o ajuste correspondente na disponibilidade do órgão, solicitem a correção à Coordenação-Geral de Programação Financeira (Cofin/STN) e comuniquem ao Tribunal a realização do ajuste;

1.6.5.2. caso o(s) órgão(s) já tenha(m) tomado as medidas saneadoras indicadas no item "i", informe(m) ao TCU as medidas tomadas;

1.6.5.3. caso a disponibilidade negativa em alguma fonte se justifique pelo fato de a metodologia não incluir alguma conta contábil que compensaria esse valor negativo, apresente(m) as informações pertinentes;

1.6.5.4. caso a disponibilidade negativa não se justifique pelas situações relatadas nos itens anteriores, apresente(m) a justificativa pertinente, bem como as medidas saneadoras adotadas;

1.6.6. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Fazenda, em virtude do disposto no arts. 42 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no item 9.2 do Acórdão 2.354/2007-TCU-Plenário e no tópico 04.05.00 Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aprovado pela Portaria-STN 553/2014, que informem a este Tribunal, no prazo de noventa dias, as medidas já implementadas e aquelas a implementar para o cumprimento do estabelecido no inciso III do art. 12 do Decreto 8.961/2017, visando coibir a existência de execução orçamentária com fontes de recursos sem suficiente disponibilidade financeira no final do exercício;

1.6.7. considerar o nível endividamento da União incompatível com o limite da dívida consolidada líquida constante do Projeto de Resolução do Senado 84/2007, uma vez que, no 3º quadrimestre de 2016, esse parâmetro fiscal alcançou 353,2% da receita corrente líquida, índice superior ao limite proposto de 350%;

1.6.8. considerar o nível endividamento da União incompatível com o limite da dívida mobiliária constante do Projeto de Lei da Câmara 54/2009, uma vez que, no 3º quadrimestre de 2016, esse parâmetro fiscal alcançou 654,6% da receita corrente líquida, índice superior ao limite proposto de 650%;

1.6.9. considerar atendidos os limites previstos na Resolução do Senado Federal 48/2007, para o montante de operações de crédito e de garantias concedidas pela União;

1.6.10. considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.3.1 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário e 1.6.4 do Acórdão 199/2017-TCU- Plenário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6.11. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório de fiscalização constante à peça 82 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

1.6.12. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 2845/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.130/2014-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Antonio Gustavo Matos do Vale (156.370.266-53)

1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.7. Representação legal: Adriana Neder de Faro Freire (18.011 OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2846/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar, com relação à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento dos itens 9.1 e 9.3, a contar de 25/9/2017 até 24/11/2017, e para o item 9.6, a contar de 25/10/2017 até 23/12/2017; com relação à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, prorrogar por mais 90 (noventa) dias, quanto ao item 9.3, a contar de 25/9/2017 até 23/12/2017; e em autorizar o ingresso como interessado nos autos formulado pelo UNASUS, nos termos do art. 146 do RI/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.043/2016-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-025.103/2016-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.576/2016-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.755/2016-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.483/2016-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.809/2016-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.541/2016-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.065/2016-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.267/2016-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.242/2016-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.427/2016-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC-025.900/2016-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2847/2017 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de embargos de declaração opostos por ZOIH Engenharia Ltda. - CNPJ 00.460.107/0001-12 (peça 541) contra o Acórdão 333/2015 - Plenário, que conheceu de pedidos de reexame interpostos por vários responsáveis, incluindo a embargante, e negou-lhes provimento;

Considerando que a ZOIH Engenharia Ltda. tomou ciência da decisão embargada em 24/10/2016 (peças 522 e 554) e protocolou os presentes embargos em 4/11/2016 (peça 541), onze dias após a ciência da decisão recorrida;

Considerando que, para que os embargos sejam conhecidos, é necessário que eles sejam protocolados dentro do prazo de dez dias a contar da data de ciência da decisão, consoante art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, e arts. 183, I, d, e 287, §, do RITCU;

Considerando que não foram aduzidas quaisquer justificativas que pudessem levar a desconsideração da falta do requisito de tempestividade do recurso, nem vícios na decisão que merecessem ser corrigidos de ofício por esta Corte.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inc. II, e 34, §1º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 143, inc. V, "f", do Regimento Interno, em não conhecer dos embargos de declaração opostos por ZOIH Engenharia Ltda. (peça 541), e em dar ciência desta deliberação ao embargante:

1. Processo TC-020.111/2005-8 (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO)

1.1. Apensos: TC-034.633/2016-2 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-015.381/2017-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-024.825/2016-6 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-004.562/2017-8 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-006.232/2017-5 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-027.077/2016-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-021.675/2016-3 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-008.018/2017-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-019.603/2017-7 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-031.052/2011-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-020.191/2017-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-022.562/2016-8 (SOLICITAÇÃO); TC-019.139/2016-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 027.456/2016-1 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-031.051/2011-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-030.079/2016-0 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-031.049/2011-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-016.733/2006-0 (SOLICITAÇÃO); TC-019.142/2016-1 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-001.739/2017-4 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-000.931/2017-9 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-025.326/2016-3 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-014.708/2009-2 (SOLICITAÇÃO); TC-019.140/2016-9 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-030.269/2016-4 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-000.491/2017-9 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); TC-010.463/2017-8 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO)

1.2. Responsáveis: 3C Engenharia Ltda. (70.092.275/0001-88); Adriana Carla Soares Vaz (692.067.084-49); ALCAR Engenharia e Comércio Ltda. (01.237.237/0001-53); Beta Projetos e Construções Limitada (09.221.904/0001-11); Celta Construções Empreendimentos Ltda. (01.427.602/0001-92); CONIM - Construtora e Imobiliária (10.857.845/0001-51); Construtora Acta Ltda. (01.721.917/0001-48); Construtora Eldorado Ltda. (00.146.432/0001-05); Construtora Torreao Villarim Ltda. (41.203.514/0001-21); Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53); DECON Construções Civis Ltda. (01.488.083/0001-72); Evandro de Almeida Fernandes (002.619.124-53); Fernando Martins da Silva (015.944.784-49); Francisco Bezerra Gualberto (094.827.254-68); Francisco Carlos Oliveira Cavalheiro (466.978.104-91); Francisco de Sales Pereira (082.963.594-72); Geronildo Alves Fernandes (098.386.194-34); HRF Construções Civis Ltda. (01.248.689/0001-30); INCAL Incorporações S.A. (67.491.654/0001-36); INCOL - Incorporações e Construções Ltda. (01.808.929/0001-04); Isa Silva de Arroxelas Macedo (086.915.414-15); Isabella Duarte Gouvêa (028.316.224-41); José Eymard Moraes de Medeiros (003.537.104-82); José Rodrigues Lopes (091.698.654-34); José Sérgio Albuquerque de Almeida (132.888.574-72); KVA Projetos Eletro Rurais e Construções Ltda. (08.600.504/0001-54); Linear Engenharia e Empreendimentos Ltda. (01.698.341/0001-45); Marcelo Maximiano Guedes Pereira Pitanga (131.374.684-34); Marcílio Juvêncio Pinheiro de Almeida (077.365.504-25); Maria Elisabeth Carvalho Duarte (674.013.094-91); Maria José Santos da Nóbrega (160.651.824-00); Maria Thelma Farias Marques (250.506.054-15); MLR Construções Ltda. (04.777.954/0001-66); Márcia Ramos da Silva (739.147.034-15); Oswaldo Pessoa de Aquino (059.652.844-20); Paulo Sérgio Navarro Cruz (160.798.094-00); Potengi Holanda de Lucena (044.642.904-00); PRORCON Projetos e Construções Ltda. (12.613.089/0001-40); Rubria Beniz Gouveia Beltrao (299.581.214-68); SERTELI Serviços Técnicos de Engenharia Ltda. (06.032.916/0001-00); SETOR - Serviços Técnicos e Obras Rodoviárias Ltda. (09.110.719/0001-50); SOANE Engenharia e Comércio Ltda. (11.897.188/0001-39); Virgílio Mendonça da Costa e Silva (136.314.384-00); ZOIH Engenharia Ltda. (00.460.107/0001-12); Élia Andrade de Araújo (072.642.594-04)

1.3. Recorrente: ZOIH Engenharia Ltda. (00.460.107/0001-12)

1.4. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (08.778.326/0001-56)

1.5. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB

1.6. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.7. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.8. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.10. Representação legal: Anníbal Peixoto Neto (10715/OAB-PB) e outros, representando Francisco de Sales Pereira; Marcelo Martins de Sant Ana (16.373/OAB-PB), representando Rubria Beniz Gouveia Beltrao; Rochele Karina Costa de Moraes (13.561/OAB-PB) e outros, representando Paulo Sérgio Navarro Cruz, Maria José Santos da Nóbrega, Paulo Sérgio Navarro Cruz e Maria José Santos da Nóbrega; Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto (14.916/OAB-PB) e outros, representando 3C Engenharia Ltda., Linear Engenharia e Empreendimentos . e Construtora Torreao Villarim Ltda.; Luciana Emília de Carvalho Torres Galindo Coutinho (5541/OAB-PB) e outros, representando José Eymard Moraes de Medeiros e José Eymard Moraes de Medeiros; Manfrini Andrade de Araújo (12.533/OAB-PB) e outros, representando Élia Andrade de Araújo; Ivamberto Carvalho de Araújo (8200/OAB-PB), representando Maria Thelma Farias Marques, Maria Elisabeth Carvalho Duarte e Francisco Bezerra Gualberto; Jose Edisio Simoes Souto (5405/OAB-PB) e outros, representando Linear Engenharia e Empreendimentos Ltda., Construtora Torreao Villarim Ltda., Beta Projetos e Construções Limitada e 3C Engenharia Ltda.; Zenildo Goncalves de Mendonca Filho (12.733/OAB-PB) e outros, representando ZOIH Engenharia Ltda.

1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2848/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em deferir o pedido de prorrogação de prazo à Secretaria-Executiva da Comissão Intergestores Tripartite, ao Conselho Nacional de Saúde e à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 15/9/2017 até 14/03/2018, para atendimento ao item 9.5 do Acórdão 1.130/2017-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.770/2015-5 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador); Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná; Secretaria de Estado da Saúde em Santa Catarina

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2849/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação a Fabio Levy Rocha, Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida e José Francisco das Neves, ante o recolhimento integral da multa que lhes foi aplicada pelo Acórdão 1.910/2012-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.509/2008-9 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Apensos: TC-007.060/2007-8 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO); TC-011.760/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: André Luiz de Oliveira (114.568.411-49); Benjamim da Silva Teixeira (600.806.477-15); Carlos Eduardo Martins Tannus (051.553.676-89); Cleilson Gadelha Queiroz (605.759.301-44); Construtora Andrade Gutierrez S.A. (17.262.213/0001-94); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Fábio Levy Rocha (229.765.746-34); IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (29.918.943/0008-56); Jaqueline dos Santos Melo Abreu (848.458.721-53); Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00); José Francisco das Neves (062.833.301-34); Marcelo Cabral de Mello (506.213.007-72); Reginaldo dos Santos (346.386.107-06); Renato Luiz de Oliveira Lustosa (266.512.977-91); SPA - Engenharia Industria e Comércio Ltda. (25.707.134/0001-78); TIISA - Triunfo IESA Infra-Estrutura S.A. (10.579.577/0001-53); Ulisses Assad (008.266.408-00)

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.8. Representação legal: Renata Goretti Balduino de Souza e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Mauricio Santo Matar (322.216/OAB-SP) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Mariana Marangon Mendes Caldeira (155.949/OAB-MG) e outros, representando SPA - Engenharia Industria e Comércio Ltda.; Rafael Câmara Barreto e outros, representando TIISA - Triunfo IESA Infra - Estrutura S.A. ; Jean Guilherme Arnaud Deon e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Igor Fellipe Araujo de Sousa e outros, representando SPA - Engenharia Industria e Comércio Ltda., IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Reginaldo Bacci Acunha (16.333/OAB-DF) e outros, representando André Luiz de Oliveira; Rafael Teixeira Martins (19.274/OAB-DF) e outros, representando Jaqueline dos Santos Melo Abreu.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2850/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas no subitem 9.3 do Acórdão 1.893/2017-TCU-Plenário; adotar a medida a seguir e em determinar o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.737/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Forma Office Comercio de Moveis e Interiores Ltda (09.813.581/0001-55)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. dar ciência do presente acórdão, juntamente com a instrução (peça 128), à representante, à empresa Forma Office Comércio de Móveis e Interiores Ltda., e aos seguintes entes: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Superintendências Regionais da Polícia Rodoviária Federal de Fortaleza/CE e Porto Velho/RO; Defensoria Pública da União, em Brasília/DF; Administração Hidroviária das Hidrovias São Francisco, em Pirapora/MG; Administração Hidroviária do Sul, em Porto Alegre/RS; e Polícia Civil do Distrito Federal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2851/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação a Carlos Eduardo Sanches, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo item 9.5 do Acórdão 3.214/2014-TCU-Plenário, com a redução feita pelo Acórdão 1.655/2016-TCU-Plenário; e em reconhecer-lhe crédito de R$ 188,53 (cento e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos), decorrente do recolhimento a maior ao TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.590/2010-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-017.247/2010-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Carlos Alberto Nogara (372.530.699-00); Carlos Eduardo Sanches (792.371.429-00); Gilberto Ismael Kachinski (427.035.309-00); Giovanni de Castro Zadra (957.034.629-91); Lourival Leite de Carvalho Filho (437.866.509-34); Moacyr Elias Fadel Júnior (792.370.299-34); SP Alimentação e Serviços Ltda. (02.293.852/0001-40)

1.3. Interessado: Câmara Municipal de Castro/PR (77.774.685/0001-58)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Castro - PR

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.8. Representação legal: Fabian Emanuel Daltoé Dalmina (57.859/OAB-PR) e outros, representando Moacyr Elias Fadel Júnior; Lissa Shimada (32.251/OAB-PR) e outros, representando Prefeitura Municipal de Castro - PR; Alexandre Baptista Pitta Lima (17323/OAB-DF) e outros, representando SP Alimentação e Serviços Ltda.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2852/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.5 do Acórdão 2.443/2016-TCU-Plenário (peça 194), de forma que onde se lê "aplicar aos responsáveis abaixo arrolados a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992", leia-se "aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992", de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.492/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-026.862/2013-1 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: ABO Construções Ltda. (17.267.048/0001-63); André Luiz Mendonça Bastos (651.855.105-44); Construtora Trindade Ltda. - ME (13.875.689/0001-40); Edilma Reis Lisboa Gomes (522.012.362-91); Euricélia Melo Cardoso (466.697.012-68); Manoel José Alves Pereira (680.712.802-91); Mário Jorge Salomão Silva (193.417.685-00); Suzane Gomes Pereira (002.595.152-13); Valeria Oliveira Amorim (925.709.682-34)

1.3. Interessado: Manoel José Alves Pereira (680.712.802-91)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.8. Representação legal: Ivete Gomes Pereira, representando Suzane Gomes Pereira; Ana Margarida Marques Fascio (1017-A/OAB-AP) e Mara da Silva Goés (927/OAB-AP), representando Manoel José Alves Pereira; Antônio Pereira dos Santos e Aderbal Ferraz de Souza, representando ABO Construções Ltda.; Joice Elizabeth da Mota Barroso (20.986/OAB-GO) e Rosemeire David dos Santos (23.915/OAB-DF), representando Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP; Karynne Pantoja Veras, representando Euricélia Melo Cardoso.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2853/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o papel do representante consiste em iniciar a ação fiscalizatória, quando, então, o próprio Tribunal toma o curso das apurações;

Considerando inexistir para o representante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista;

Considerando que o exercício de denúncia perante esta Corte, com o objetivo de proteger o interesse público, foi respeitado, uma vez que a peça foi conhecida e seu mérito foi devidamente examinado por este Tribunal;

Considerando que o recorrente demonstra mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame (peça 63), em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal do representante para atuar nesta seara recursal, nos termos do artigo 146 e 282 do RI/TCU; e em dar ciência desta deliberação, juntamente com a instrução (peça 72), ao recorrente e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.311/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: José Alexandre dos Reis Cardozo (618.176.517-49)

1.2. Interessado: José Alexandre dos Reis Cardozo (618.176.517-49)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal do Natal - RN

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.8. Representação legal: Thomas Lindolfo de Barros Tavares (OAB-RN 11.355) representando José Alexandre dos Reis Cardozo.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2854/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 11, §2º, da Instrução Normativa-TCU 76/2016, em conhecer da presente solicitação, para, no mérito, deferir o pleito, prorrogando-se por mais 90 (noventa) dias o prazo para entrega dos processos de tomada de contas, provendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.314/2017-4 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2855/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 11, §2º, da Instrução Normativa-TCU 76/2016, em conhecer, excepcionalmente, da presente solicitação, para, no mérito, deferir o pedido de prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias para encaminhar a esta Corte de Contas os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria DG 100/17, instruída no processo CD 117.698/2017; adotar a medida a seguir e em arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.121/2017-2 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. alertar o solicitante da necessidade, para as próximas ocasiões, da observância do disposto no art. 11, § 3º, da IN-TCU 71/2012, o qual dispõe que pedido de prorrogação de prazo para encaminhamento de TCE ao TCU deve ser formulado pelo dirigente máximo da Casa Legislativa.

RELAÇÃO Nº 36/2017 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2856/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União e Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, em retificar, por inexatidão material, os itens 9 e 9.2 do Acórdão 5.928/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 21/11/2014 - Ordinária, Ata 38/2014-2ª Câmara, mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) Onde se lê:

"9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada em razão do não atingimento do objetivo do Convênio nº 1292/2002, (..) ";

"9.2. (...) atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a dos efetivos recolhimentos, (...)"

b) Leia-se:

"9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em razão do não atingimento do objetivo do Convênio nº 1292/2002, (..) ";

"9.2. (...) atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, (...)"

1. Processo TC-043.832/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Consenso Premoldados Ltda - ME (35.153.287/0001-74); Raimundo Nonato da Silva (011.584.223-34).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Cocal de Telha/PI.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.6. Representação legal: Hemington Leite Frazão (OAB/PI 8.023) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2857/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e" e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

a) prorrogar, por mais 75 (setenta e cinco) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no subitem 9.1.1 do Acórdão 2.357/2017-TCU-Plenário; e

b) prorrogar, por mais 95 (noventa e cinco) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no subitem 9.2.1 do Acórdão 2.357/2017-TCU-Plenário.

1. Processo TC-003.947/2017-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 002.592/2014-2 (Relatório de Auditoria).

1.2. Responsáveis: Adailton Cardoso Dias (159.812.585-00); Jose Osvaldo Pontes Neto (630.071.183-87); Leandro Parreira de Souza (056.347.516-16); Luciana Michelle Dellabianca Araújo (001.015.534-12); Valter Casimiro Silveira (564.286.341-04).

1.3. Interessado: Congresso Nacional.

1.4. Órgãos: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Pará e Amapá - DNIT/MT.

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.8. Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2858/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU 259/2014, e considerando o cumprimento da determinação constante do Acórdão 894/2016 - Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-034.267/2014-0 (Denúncia), de acordo com o parecer emitido pela Secex/PE:

1. Processo TC-014.353/2016-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2859/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação à Sra. Maria da Graça Silva Gonçalves, ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.767/2009-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Apenso: TC-021.729/2014-0 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros (195.630.601-30); Idelmar de Paiva Neto (147.289.071-04); Maria da Graça Silva Gonçalves (827.850.901-87).

1.3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.4. Órgão/Entidade: Secretaria Estadual de Saúde de Goiás - SES/GO.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.8. Representação legal: Marcio Pacheco Magalhães (5795/OAB-GO) e outros, representando Maria da Graça Silva Gonçalves e Fernando Passos Cupertino de Barros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão 1.030/2013, proferido pelo Plenário, em Sessão de 24/4/2013, Ata 14/2013.

Data de origem da multa: 24/4/2013 Valor original da multa: R$ 4.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:

18/11/2013 R$ 113,77
18/11/2013 R$ 113,77
13/12/2013 R$ 113,77
16/1/2014 R$ 114,40
24/2/2014 R$ 115,48
3/4/2014 R$ 116,94
8/5/2014 R$ 118,06
29/5/2014 R$ 118,06
21/7/2014 R$ 119,93
13/11/2014 R$ 483,70
13/11/2014 R$ 120,92
30/1/2015 R$ 246,24
24/4/2015 R$ 255,68
24/4/2015 R$ 127,84
7/7/2015 R$ 100,22
22/7/2015 R$ 131,54
22/7/2015 R$ 131,54
8/9/2015 R$ 133,62
30/9/2015 R$ 133,93
30/10/2015 R$ 134,65
28/12/2015 R$ 94,28
28/12/2015 R$ 94,28

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16/8/2016 R$ 99,91
16/8/2016 R$ 99,91
17/3/2017 R$ 101,89
20/3/2017 R$ 101,89
20/4/2017 R$ 204,42
29/5/2017 R$ 204,55
30,6/2017 R$ 205,19
28/7/2017 R$ 205,19
25/8/2017 R$ 204,73

ACÓRDÃO Nº 2860/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento das determinações constantes do Acórdão 2.131/2016 - Plenário, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e à Fundação Cultural Palmares, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-009.481/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: VICMA Comércio de Equipamentos Ltda. (05.630.085/0001-05).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12004) e outros, representando Simpress Comercio, Locação e Serviços S/A; Gevaldo Lopes Silva (OAB/RJ 69.560), e Renan do Nascimento Rodrigues (OAB/RJ 158.934) representando VICMA Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda. - Epp.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 32/2017 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2861/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.111/2010-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Raquel Ferreira Lima (399.345.437-53).

1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2862/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, devido ao encerramento dos vínculos trabalhistas dos interessados.

1. Processo TC-029.203/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Flavio Ribeiro Magalhaes (895.869.053-49); Francisco Firmino Leal (039.836.913-58); Francisco Jose Moreira Pereira (928.982.543-04); Joelson Firmino Teixeira (107.027.237-03); Jonas Batista Sousa da Silva (382.882.732-20).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2863/2017 - TCU - Plenário

Considerando que a unidade jurisdicionada adotou ou está adotando, ou ainda, se comprometeu a adotar medidas corretivas para sanar as falhas constatadas, que foram objeto de recomendações pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU);

Considerando que deverão ser informadas, no relatório de gestão anual referente ao exercício de 2017, as providências adotadas pelas jurisdicionadas para dar cumprimento às determinações exaradas em acórdãos do TCU ou às recomendações feitas pelo órgão de controle interno, ou as justificativas para o seu não cumprimento, conforme Decisão Normativa TCU 161/2017 - Anexo II, seção "Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle";

Considerando a modicidade dos danos evidenciados em algumas das falhas constatadas, que não possuem o condão de macular as contas ora em análise;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas, e dar quitação ao responsável, e regular as demais, com quitação plena, fazendo-se as determinações sugeridas.

- Sr. João Gregório Junior, presidente do CRC/RN, gestão de 1º/1/2015 a 31/12/2015, em razão da concessão de carga horária semanal de vinte horas a empregado contratado para o cargo de advogado, durante o período de 21/12/2014 a 31/5/2015, em desacordo com o disposto art. 4º da Lei 9.527/1997, bem como da contratação de empresa para fornecimento de vales-alimentação, cuja taxa de administração (3%) ficou, até o mês de junho/2015, acima da oferecida por outra empresa (2%) na pesquisa de mercado, em ofensa aos princípios da eficiência e da economicidade previstos nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal.

1. Processo TC-000.102/2017-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Antonio Paula da Silva (044.352.734-20); Ecia Maria de Moura (241.679.084-68); Edner Roberto de Sousa da Silva (437.113.753-91); Francisco Rubian Almeida Nogueira (595.971.434-53); Gonçalo Maciel da Silva (043.977.974-04); Halcima Melo Batista (597.177.854-49); Joao Gregorio Junior (096.199.334-00); Lieda Amaral de Souza (271.873.144-34); Maria Laide de Souza (107.964.284-68); Maria das Gracas do Vale (056.381.434-91); Maria do Carmo (088.583.224-87); Paulo Viana Nunes (004.688.194-87)

1.2. Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte (Secex-RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que adapte seus normativos internos ao disposto no art. 4º da Lei 9.527/1997, providenciando, formalmente, no prazo de sessenta dias, a correção de situações referentes à carga horária do(s) advogado(s) do seu quadro, que esteja em descompasso com a referida lei;

1.7.2. dar ciência ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

1.7.2.1. contratação da empresa Ticket Refeição S/A, para fornecimento de vales-alimentação, cuja taxa de administração (3%) ficou, até o mês de junho/2015, acima da oferecida por outra empresa (2%) na pesquisa de mercado (subitem 4.2.3.13 do relatório de auditoria n. 15/16 do CFC);

1.7.2.2. ausência, no relatório de gestão, da indicação dos atos formais de nomeação, dos endereços residenciais e dos endereços de correio eletrônico dos responsáveis, em desacordo com o estabelecido no art. 11, IV, V, e VI, da IN-TCU 63/2010;

1.7.2.3. falta de motivação expressa para a abertura de processos de contratação por dispensa de licitação, contendo: a justificativa inicial; a necessidade da contratação; a demonstração do alinhamento entre a contratação e o plano de trabalho do CRC/RN; a informação dos requisitos mínimos da contratação; a justificativa para a escolha da forma de contratação; e a informação dos resultados pretendidos com a contratação (subitem 4.2.2.1 do relatório de auditoria n. 15/16 do CFC - peça 3, p. 6-8);

1.7.2.4. contratação por inexigibilidade de licitação para locação de espaço para a realização do XII ENCC com diversas impropriedades, tais como, atraso na publicação, ausência de parecer jurídico quanto ao contrato e realização de apenas duas cotações de preços (subitem 4.2.3.10 do relatório de auditoria n. 15/16 do CFC); e

1.7.2.5. ausência de registro da sede do CRC/RN no inventário de bens imóveis (subitem 4.1.1.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas n. 201601934 da CGU).

1.7.3. determinar à Secex/RN que monitore o cumprimento da determinação contida no item 1.7.1 acima.

ACÓRDÃO Nº 2864/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumpridas as determinações contidas no acórdão 1112/2015-TCU-1ª Câmara, e determinar o arquivamento destes autos.

1. Processo TC-028.479/2011-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Fausto Lustosa Neto (057.507.251-20); Laércio Domiciano (038.372.118-00); Manoel Edilson Cardoso (135.973.373-68); Wellington Jim Boavista (011.767.903-82).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Piauí (Secex-PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2865/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao representante e ao município de Corumbiara/RO, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.579/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10).

1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10).

1.3. Entidade: Município de Corumbiara/RO.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência ao município de Corumbiara/RO sobre a exigência indevida de vistoria ao local das obras pelas licitantes interessadas, identificada no subitem 5.1.10, c/c anexo IV, do edital da tomada de preços 3/2015, o que afronta o art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos acórdãos 234/2015-TCU-Plenário e 2672/2016-TCU-Plenário, ambos de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes na aplicação de recursos públicos federais.

ACÓRDÃO Nº 2866/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 2), ao representante.

1. Processo TC-024.427/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10).

1.2. Entidade: Estado de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2867/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 39), ao representante, fazendo-se as determinações abaixo.

1. Processo TC-029.416/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Aceco TI S.A. (43.209.436/0001-06).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: Maria Elisa Koehler Quadros (OAB/DF 15.419/E) e outros, representando Aceco TI S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. revogar a medida cautelar, adotada pelo relator em 1/11/2017 e referendada em 8/11/2017 por meio do acórdão 2478/2017-TCU-Plenário, que determinou ao Ibama que suspendesse o pregão eletrônico SRP 11/2017 destinado a aquisição de novos sistemas de infraestrutura de alta eficiência e disponibilidade em ambientes de TI de missão crítica, ou o contrato dele decorrente, caso já assinado, estendendo seus efeitos a adesões à ata de registro de preços 7/2017;

1.7.2. indeferir o pedido da representante para ingresso como parte interessada no presente processo;

1.7.3. deferir o pedido de vista aos autos para a representante, com fundamento no art. 6º, I, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), c/c o art. 3º da Resolução TCU 249/2012;

1.7.4. comunicar ao Ibama, à empresa Uma Automação e Serviços de Infra-Estrutura de Redes Ltda esta decisão.

ACÓRDÃO Nº 2868/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 26), ao representante, fazendo-se as determinação sugerida no parecer emitido nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-029.835/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conselho Regional de Administração do Pará (04.711.149/0001-30).

1.2. Entidade: Conselho Federal de Administração.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.6. Representação legal: Marcelo Dionisio de Souza (43963/OAB-DF) e outros, representando Conselho Federal de Administração.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Conselho Federal de Administração, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, que:

1.7.1.1. reveja o cálculo de todas as diárias pagas nos exercícios de 2014 a 2017, incluindo ambos, e proceda ao acerto dos pagamentos inconsistentes com os beneficiados, informando este Tribunal, no prazo de sessenta dias, sobre os resultados;

1.7.1.2. informe este Tribunal, no prazo de sessenta dias, o resultado do julgamento das contas do CRA-PA dos exercícios de 2013 e 2014.

ACÓRDÃO Nº 2869/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, com fundamento no art. 1º, I, e no art. 217, do RI/TCU e no art. 26 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 143, V, "b", do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em autorizar os Srs. Pedro Jamil Nadaf (CPF 265.859.101-25), Marcos Amorim da Silva (CPF 146.421.071-34) e Moyses Feres Zarour (CPF 105.982.781-68), ao pagamento parcelado da multa aplicada mediante o acórdão 1769/2017-TCU-1ª Câmara, alterado pelo acórdão 9647/2017-TCU-1ª Câmara, aos cofres do Tesouro Nacional, conforme abaixo, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que fixou o valor da multa até o efetivo recolhimento, e fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada trinta dias, na forma prevista na legislação em vigor:

a) em 24 (vinte e quatro) parcelas para os Srs. Pedro Jamil Nadaf (CPF 265.859.101-25) e Marcos Amorim da Silva (CPF 146.421.071-34):

Valor original da multa: R$ 10.000,00 (dez mil reais) - acórdão: 1769/2017-TCU-1ª Câmara, de 21/3/2017.

b) em 30 (trinta) parcelas para o Sr. Moyses Feres Zarour (CPF 105.982.781-68):

Valor original da multa: R$ 5.000,00 (dez mil reais) - acórdão: 9647/2017-TCU-1ª Câmara, de 10/10/2017.

1. Processo TC-033.348/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Marcos Amorim da Silva (146.421.071-34); Moyses Feres Zarour (105.982.781-68); Pedro Jamil Nadaf (265.859.101-25).

1.2. Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Goiás (Secex-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. comunicar aos responsáveis que, conforme disposto no art. 217, § 2º, do RI/TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor.

ACÓRDÃO Nº 2870/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, na forma do art. 143, V, "e", do RI/TCU, combinado com o art. 183, parágrafo único, do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar, excepcionalmente, o prazo de atendimento da presente solicitação do Congresso Nacional por 120 (cento e vinte) dias, conforme facultado pelo § 2º do art. 15 da Resolução TCU 215/2008.

1. Processo TC-023.716/2016-9 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)

1.1. Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

1.2. Entidade: Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2871/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.171/2014-8.

1.1. Apenso: 025.312/2015-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/comando da Marinha (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

8. Representação legal:

8.1. Carolina Ferreira Caetano da Silva (16768/OAB-BA) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto pela Construtora Norberto Odebrecht S.A., em face do Acórdão 605/2017-Plenário, mantido pelo Acórdão 867/2017-Plenário, por meio do qual foi apreciada representação acerca de irregularidades na contração das obras de construção do Estaleiro e Base Naval da Marinha no município de Itaguaí/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão ao 3º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Distrito Federal, em atendimento à solicitação objeto do TC 025.312/2015-4, à Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear-Cogesn e à recorrente.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2871-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2872/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.593/2017-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Recorrente: Itália Participações S.A. (12.625.971/0001-06).

4. Órgão: Secretaria -Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Marcus Vinicius Furtado Coêlho (18958/OAB-DF) e outros, representando Itália Participações S.A.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de locação de imóvel pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), no valor de **R$ 87.379.276,30**, destinado à acomodação das antigas Secretarias de Portos (SEP) e de Aviação Civil (SAC), agora reunidas ao Ministério dos Transportes, pelo período de 120 meses.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com base no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar concedida e autorizar o MTPAC a dar continuidade ao Contrato de Locação 9/2017;

9.3. com fulcro no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência ao MTPAC que a substituição de um imóvel selecionado para locação por outro imóvel sem a realização de novo chamamento público fere o princípio da isonomia e deixa de levantar as novas condições do mercado imobiliário, verificando se existe opção mais vantajosa naquele momento;

9.4. determinar à Selog que dê prosseguimento à verificação da economicidade do Contrato de Locação 9/2017;

9.5. conhecer do agravo interposto pela Itália Participações S.A. e considerá-lo prejudicado por perda de objeto;

9.6. recomendar ao MTPAC que, por ocasião de eventual renovação do Contrato 9/2017, realize estudos técnicos e avalie a conveniência e a oportunidade de adotar o instituto da concessão administrativa, previsto no art. 2º, § 2º, da Lei 11.079/2004;

9.7. dar ciência da presente deliberação ao MTPAC e à Itália Participações S.A..

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2872-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2873/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.885/2015-0.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).

3.2. Responsáveis: Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39); Cláudia Gomes de Melo (CPF 478.061.091-53); Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME (CNPJ 07.046.650/0001-17); Luiz Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53).

4. Entidade: Ministério do Turismo (MTur).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

8. Representação legal: Huilder Magno de Souza, OAB/DF 18.444, e outros, representando a empresa Premium Avança Brasil e Cláudia Gomes de Melo (peças 27-28).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor da instituição sem fins lucrativos Premium Avança Brasil e da Sra. Cláudia Gomes de Melo, presidente dessa entidade, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por intermédio do Convênio 1693/2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis para todos os efeitos a empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME (CNPJ 07.046.650/0001-17) e o Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos dos arts. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela entidade Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39) e pela Sra. Cláudia Gomes de Melo (CPF 478.061.091-53);

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas da Sra. Cláudia Gomes de Melo (CPF 478.061.091-53), da entidade Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39), do Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53), e da empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME (CNPJ 07.046.650/0001-17), em vista do disposto nos arts. 16, § 2º, da Lei 8.443/1992 e 209, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do TCU, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
3/3/2009	100.000,00

9.4. aplicar aos responsáveis a seguir identificados, individualmente, a multa prevista nos arts. 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 210, caput, e 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Premium Avança Brasil, R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

9.4.2. Cláudia Gomes de Melo, R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

9.4.3. Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME, R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.4.4. Luiz Henrique Peixoto de Almeida, R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. considerar graves as infrações cometidas por Cláudia Gomes de Melo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.8. aplicar à Cláudia Gomes de Melo a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 6 (seis) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.9. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, nos termos do art. 61 da Lei 8.443/1992;

9.10. remeter cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.11. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2873-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2874/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.035/2015-0.

1.1. Apenso: 037.466/2011-9

2. Grupo: I; Classe de assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Ana Adélia Nery Cabral (CPF 752.139.074-15).

4. Entidade: Município de Frei Martinho/PB.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Serur.

8. Representação legal: Édson Barros Batista (OAB/PB 7.042).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial em que se aprecia neste momento recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 3.181/2016-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente e aos órgãos interessados.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2874-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2875/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.402/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada/Solicitante: Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

4. Órgão/Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério de Minas e Energia (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Andre Ribeiro Mignani (CPF: 078.614.147-60) e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta Solicitação do Congresso Nacional, originada do Requerimento CMA nº 19/2017 e encaminhada por intermédio Ofício 1/2017, de 9/5/2017, expedido pelo Exmo. Sr. Senador da República Wellington Fagundes, com vistas a obter informações acerca de denúncias e irregularidades em empreendimentos afetos à construção da Usina Termonuclear de Angra 3;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar à Presidência da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e ao autor do Requerimento CMA nº 19/2017, Senador Cristovam Buarque, que, tendo em vista a materialidade dos recursos públicos envolvidos para conclusão do empreendimento de Angra 3 e o próprio risco inerente ao projeto de engenharia e à qualidade do empreendimento, caso esse projeto seja retomado, o Tribunal irá incluí-lo no escopo dos trabalhos de fiscalização de obras (Fiscobras), abordando nessa ação a avaliação do projeto de engenharia e das obras sob a ótica da segurança do empreendimento como um todo;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, assim como cópia das respostas de comunicação às diligências efetuadas (peças 21, 22, 27, 28 e 33) e dos Acórdãos 519/2009, 1.904/2010, 1.550/2011, 1.848/2013 e 556/2016, todos do Plenário, e Acórdão 2.018/2012-TCU-2ª Câmara ao Exmo. Senador da República Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, e ao Exmo. Senador da República Wellington Fagundes, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e signatário da solicitação, bem como ao Exmo. Senador da República Cristovam Buarque, em complemento ao disposto no Acórdão 1.329/2017-TCU-Plenário;

9.3. em atendimento ao subitem 9.4 do Acórdão 1.329/2017-TCU-Plenário, encaminhar cópia dos Acórdãos 1.348/2017-TCU-Plenário e 1.899/2017-TCU-Plenário (TC 021.542/2016-3) aos solicitantes.

9.4. considerar integralmente atendida a solicitação e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e 17, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2875-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2876/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.642/2011-3.

1.1. Apensos: 043.787/2012-6; 043.786/2012-0

2. Grupo: I; Classe: I - Assunto: Recurso de Revisão.

3. Interessado: Jurandir Freire Marinho (CPF 107.425.814-20)

4. Entidade: Município de Canguaretama/RN.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Ana Célia Felipe de Oliveira (OAB/RN 2.455).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, nos quais foi interposto recurso de revisão contra o Acórdão nº 5.970/2012-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as presentes contas e condenou o recorrente ao pagamento do débito decorrente da execução parcial do objeto do Convênio nº 1.857/1999, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o Município de Canguaretama/RN,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, em consequência, inalterados os termos do acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2876-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2877/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.072/2017-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Protemaxi Segurança Patrimonial Armada Ltda. (CNPJ 04.808.914/0001-34)

3.1. Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (00.043.711/0001-43).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de cautelar, formulada pela empresa Protemaxi Segurança Patrimonial Armada Ltda., em razão de supostas irregularidades relacionadas à adesão, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), à Ata de Registro de Preços (ARP) 001/2017, lavrada no âmbito do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 015/2016 da Companhia Docas do Ceará (CDC), destinado a contratação de serviços de vigilância armada.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno TCU para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) que condicione a adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) 001/2017, lavrada no âmbito do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 015/2016 da Companhia Docas do Ceará (CDC), ao cumprimento das seguintes exigências, informando a este Tribunal no prazo de sessenta dias os resultados obtidos:

9.3.1. correção da falha metodológica na pesquisa de preços com fornecedores externos (utilização de base comparativa incompatível com os preços ofertados pela vencedora da Ata de Registro de Preços 1/2014, da Companhia Docas do Ceará), especialmente após a confecção do Termo de Referência, quando o quantitativo foi alterado para 12 postos de trabalho de 24 horas ininterruptas mais 1 posto noturno (peça 9, p. 14);

9.3.2. realização de pesquisa de preço com mais de um fornecedor contratado com o poder público, para atender ao disposto nos §§ 2° e 6° do art. 2° da IN-MPOG 05/2014 (com a redação dada pela IN-MPOG 3/2017);

9.3.3. avaliação dos custos da prestação do serviço conforme as localidades indicadas no termo de referência, quais sejam, Fortaleza/CE e Pentecoste/CE;

9.3.4. realização da pesquisa de preços nos parâmetros exigidos pela IN-MPOG 05/2014 (com a redação dada pela IN-MPOG 3/2017), em seu art. 2º, incisos I e II, porquanto as consultas efetuadas pelo Dnocs ao sistema (painel de preços) resultaram

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

infrutíferas (a última delas realizada em 14/9/2017, às 20:05 horas) (inciso IV, v. peça 29, p. 32; v. anexo: peça 30, p. 52-54);

9.3.5. demonstração do atendimento aos demais requisitos estabelecidos no art. 22 do Decreto 7.892/2013, quais sejam: a) validade da ata de registro de preço; b) vantajosidade na adesão pelo órgão participante; c) consulta ao órgão gerenciador; d) aceitação do fornecedor; e) limite de 100% para aquisição ou contratação do órgão participante; f) limite de cinco vezes para aquisição por todos os órgãos participantes dos itens registrados; e g) prazo de 90 (noventa) dias para aquisição ou contratação pelo órgão participante, contado da data de autorização do órgão gerenciador; e

9.4. dar ciência da presente deliberação à representante, à empresa WN Serviços de Vigilância Armada Eireli-ME, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e à Companhia Docas do Ceará.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2877-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2878/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.196/2016-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Monitoramento

3. Órgão: Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão (00.375.972/0015-66)

4. Responsável: George de Melo Aragão (202.304.783-87)

5. Ministro Relator: Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento cujo objetivo é verificar o cumprimento das medidas constantes dos subitens 9.8.1 e 9.8.2 do Acórdão 3.310/2015-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar não atendidas as determinações contidas nos subitens 9.8.1 e 9.8.2 do Acórdão 3.310/2015-Plenário;

9.2. aplicar ao sr. George de Melo Aragão a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor, em virtude de não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligências deste Tribunal;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.5. dar continuidade ao presente monitoramento; e

9.6. dar ciência desta deliberação ao responsável e à Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2878-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2879/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.484/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: José Venilton Dorneles Romero (175.970.720-15); Lenir Zito da Costa (163.510.370-34); Leonor Wallau Souto Ribeiro (387.022.400-25); Lizeti Rabenschlag Rossato (303.340.550-91); Manoel Torres Abreu (029.777.290-20).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de José Venilton Dorneles Romero (175.970.720-15), Lenir Zito da Costa (163.510.370-34), Leonor Wallau Souto Ribeiro (387.022.400-25), Lizeti Rabenschlag Rossato (303.340.550-91) e Manoel Torres Abreu (029.777.290-20), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos José Venilton Dorneles Romero (175.970.720-15), Lenir Zito da Costa (163.510.370-34), Leonor Wallau Souto Ribeiro (387.022.400-25), Lizeti Rabenschlag Rossato (303.340.550-91) e Manoel Torres Abreu (029.777.290-20) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2879-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2880/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.486/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria Valesca Martel (238.732.640-72); Marinês Menti Moura (452.584.140-00); Marlene Marchisio Crispim (132.562.970-72); Marta Inês Dornelles Macedo (406.087.430-20); Neiva Boscarin Mocelin (094.188.570-49).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legais, para fins de registro, a concessão de aposentadoria a Maria Valesca Martel, Marinês Menti Moura, Marlene Marchisio Crispim, Marta Inês Dornelles Macedo, Neiva Boscarin Mocelin;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul que adote as seguintes providências:

9.2.1. dê ciência a Maria Valesca Martel, Marinês Menti Moura, Marlene Marchisio Crispim, Marta Inês Dornelles Macedo, Neiva Boscarin Mocelin do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. exclua dos proventos dos inativos mencionados no subitem anterior o valor alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade de que cuida a Lei 13.464/2017 no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2880-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2881/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.487/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Aposentadoria

3. Interessados: Neusa Baldasso Pires da Costa (185.917.790-53); Nilo Manoel Mattia (030.866.070-68); Norma Leal Podolsky Paes (160.737.700-49); Nívian Terezinha Fontoura de Barros (305.506.290-68); Paulo Ari Benício (010.213.620-34).

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Neusa Baldasso Pires da Costa, Nilo Manoel Mattia, Norma Leal Podolsky Paes, Nívian Terezinha Fontoura de Barros e Paulo Ari Benício, ordenando seu registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Neusa Baldasso Pires da Costa, Nilo Manoel Mattia, Norma Leal Podolsky Paes, Nívian Terezinha Fontoura de Barros e Paulo Ari Benício do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Neusa Baldasso Pires da Costa, Nilo Manoel Mattia, Norma Leal Podolsky Paes, Nívian Terezinha Fontoura de Barros e Paulo Ari Benício tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2881-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2882/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.490/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Solismonte Demarco Rodrigues (169.336.210-49); Sonia Maria Trindade Moraes (091.978.000-82); Terezinha Moehlecke (165.669.200-72).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Solismonte Demarco Rodrigues (169.336.210-49), Sonia Maria Trindade Moraes (091.978.000-82) e Terezinha Moehlecke (165.669.200-72), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Solismonte Demarco Rodrigues (169.336.210-49), Sonia Maria Trindade Moraes (091.978.000-82) e Terezinha Moehlecke (165.669.200-72) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2882-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2883/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.573/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Eliana Azevedo Lima Torres (550.621.056-68); Elias Pereira Filho (275.359.836-34); Fernando Silvestre Dayrell (115.761.036-68); Flavio Correa Araujo (488.897.416-00); Francisca Clivaneide Ferreira (131.093.596-34).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Eliana Azevedo Lima Torres (550.621.056-68), Elias Pereira Filho (275.359.836-34), Fernando Silvestre Dayrell (115.761.036-68), Flavio Correa Araujo (488.897.416-00) e Francisca Clivaneide Ferreira (131.093.596-34), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Eliana Azevedo Lima Torres (550.621.056-68), Elias Pereira Filho (275.359.836-34), Fernando Silvestre Dayrell (115.761.036-68), Flavio Correa Araujo (488.897.416-00) e Francisca Clivaneide Ferreira (131.093.596-34) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2883-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2884/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.574/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Geraldo Pampanelli Ligeiro (283.698.826-68); Getulio Ferreira Furtado (160.394.326-91); Ivone Corgosinho Baumecker (355.351.806-53); José de Paula Leite (058.870.976-04); João Paulo Mendes de Almeida (272.865.096-91).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Geraldo Pampanelli Ligeiro (283.698.826-68), Getulio Ferreira Furtado (160.394.326-91), Ivone Corgosinho Baumecker (355.351.806-53), José de Paula Leite (058.870.976-04) e João Paulo Mendes de Almeida (272.865.096-91), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Geraldo Pampanelli Ligeiro (283.698.826-68), Getulio Ferreira Furtado (160.394.326-91), Ivone Corgosinho Baumecker (355.351.806-53), José de Paula Leite (058.870.976-04) e João Paulo Mendes de Almeida (272.865.096-91) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2884-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2885/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.589/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Hermelinda Marilia Pedrosa de Barros Macedo (243.573.913-34); José Gama de Queiroz Filho (045.398.183-68); José Glêbe Duarte Guedes (080.238.244-49); Vitoria Marcia Araújo Amâncio (266.832.883-72).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legais, para fins de registro, a concessão de aposentadoria a Hermelinda Marilia Pedrosa de Barros Macedo, José Gama de Queiroz Filho e José Glêbe Duarte Guedes;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará que adote as seguintes providências:

9.2.1. dê ciência a Hermelinda Marilia Pedrosa de Barros Macedo, José Gama de Queiroz Filho, José Glêbe Duarte Guedes e Vitoria Marcia Araújo Amâncio do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. exclua dos proventos dos inativos mencionados no subitem anterior o valor alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade de que cuida a Lei 13.464/2017 no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que destaque o ato de aposentadoria de Vitória Márcia Araújo Amâncio e promova diligência junto ao órgão de origem para obter o mapa de tempo de serviço e as certidões com base nas quais foram averbados os tempos de contribuição estadual e do Instituto Nacional do Seguro Social, em especial os 4 anos e 4 meses relativos a "*outros tempos certificados pelo INSS*", constantes do campo "*discriminação dos tempos de serviço e averbações*".

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2885-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2886/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.684/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Renato Cesar da Silva (515.611.907-72); Ricardo Damasceno da Rocha (283.534.396-20); Ricardo Gontijo Fernandes (281.387.406-04); Roberto Mosqueira (666.099.338-04); Roxana Pinheiro Araújo Fidelis (448.108.226-72).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legais, para fins de registro, a concessão de aposentadoria a Renato Cesar da Silva, Ricardo Damasceno da Rocha, Ricardo Gontijo Fernandes, Roberto Mosqueira e Roxana Pinheiro Araújo Fidelis;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais que adote as seguintes providências:

9.2.1. dê ciência a Renato Cesar da Silva, Ricardo Damasceno da Rocha, Ricardo Gontijo Fernandes, Roberto Mosqueira e Roxana Pinheiro Araújo Fidelis do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2.2. exclua dos proventos dos inativos mencionados no subitem anterior o valor alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade de que cuida a Lei 13.464/2017 no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2886-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2887/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.685/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Rubens Vinicius Rocha (356.313.256-91); Sonia de Menezes Silva (562.013.206-44); Teodoria Moreira Marques (416.150.776-34).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Rubens Vinicius Rocha (356.313.256-91), Sonia de Menezes Silva (562.013.206-44) e Teodoria Moreira Marques (416.150.776-34), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos Rubens Vinicius Rocha (356.313.256-91), Sonia de Menezes Silva (562.013.206-44) e Teodoria Moreira Marques (416.150.776-34) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2887-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2888/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.686/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Uilmo Martins de Moura (448.201.356-00); Vera Antunis Caetano (823.666.247-00); Veralucia Bernardino Fernandes (421.566.616-34); Walter Tanure Junior (359.314.006-30).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, art. 39, II, em:

9.1. considerar legais, para fins de registro, a concessão de aposentadoria a Uilmo Martins de Moura, Vera Antunis Caetano, Veralucia Bernardino Fernandes e Walter Tanure Junior;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais que adote as seguintes providências:

9.2.1. dê ciência a Uilmo Martins de Moura, Vera Antunis Caetano, Veralucia Bernardino Fernandes e Walter Tanure Junior do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. exclua dos proventos dos inativos mencionados no subitem anterior o valor alusivo ao Bônus de Eficiência e Produtividade de que cuida a Lei 13.464/2017 no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2888-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2889/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.876/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Inez Malcum Rospide (406.182.000-10).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria emitido no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Inez Malcum Rospide (406.182.000-10), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento à inativa Inez Malcum Rospide (406.182.000-10) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2889-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2890/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.718/2010-4

1.1. Apenso: TC 017.598/2015-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1 Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Diniz Lopes dos Santos (060.994.038-41); Eliene de Paula Pinto (046.620.298-99); Jairo Altair Georgetti (045.462.838-22); José Roberto Trombini Novo (844.740.178-20); Marcio Chaves Pires (030.874.008-40); Oswaldo Dias (000.402.388-90); Município de Mauá/SP (46.522.959/0001-98); Vilma Maria dos Santos (871.534.838-53)

3.3. Recorrente: Município de Mauá - SP (46.522.959/0001-98)

4. Entidade: Município de Mauá/SP

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP)

8. Representação legal:

8.1. Wanderli Bortoletto Marino de Godoy (69.636/OAB-SP) e outros, representando Município de Mauá/SP

8.2. Ivan Antonio Barbosa (163.443/OAB-SP) e outros, representando Marcio Chaves Pires

8.3. Ana Paula Ribeiro Barbosa (146.553/OAB-SP), representando Oswaldo Dias

8.4. Lincoln Kazuo Koyama (181.473/OAB-SP) e Alexis Galiás de Souza Vargas (165.651/OAB-SP), representando Jairo Altair Georgetti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto pelo Município de Mauá/SP contra o Acórdão 11.147/2011-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual essa entidade foi condenada ao recolhimento de débito aos cofres do Fundo Nacional de Saúde em razão de desvio de finalidade na aplicação de recursos repassados ao Programa "Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso de revisão;

9.2. alterar, de ofício, a redação do subitem 9.2 do Acórdão impugnado para:

"9.2. condenar o Município de Mauá/SP ao recolhimento, aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Mauá/SP, dos valores abaixo indicados, acrescidos dos encargos legais a partir das datas também indicadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir de 31/1/2012 como termo inicial para a contagem, em atenção ao disposto no art. 8° da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que comprove o recolhimento dos valores perante este Tribunal;

Data	Valor (R$)
20/10/1999	10.829,08
23/11/1999	12.802,50
24/12/1999	12.802,50
7/2/2000	12.802,50
24/2/2000	12.802,50
24/3/2000	12.802,50
26/4/2000	12.802,50
26/5/2000	12.802,50
27/6/2000	12.802,50
31/7/2000	12.802,50
24/8/2000	12.802,50
5/10/2000	12.802,50
8/11/2000	12.802,50
27/11/2000	12.802,50
22/1/2001	12.802,50
19/2/2001	12.802,50
9/3/2001	12.802,50
9/4/2001	12.802,50
9/5/2001	12.802,50
16/5/2001	12.802,50
6/8/2001	12.802,50
10/8/2001	12.802,50
6/9/2001	12.802,50
10/10/2001	12.802,50
7/11/2001	12.802,50
6/12/2001	12.802,50
16/1/2002	12.802,50
7/2/2002	12.802,50
6/3/2002	12.802,50
4/4/2002	12.802,50
7/5/2002	12.802,50
6/6/2002	12.802,50
4/7/2002	12.802,50
7/8/2002	12.802,50
9/9/2002	12.802,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4/10/2002	12.802,50
12/11/2002	12.802,50
6/12/2002	12.802,50
16/1/2003	12.802,50
26/8/2002	6.022,72 C
16/7/2002	7.521,00 C

....."

9.3. dar ciência desta deliberação ao Município de Mauá/SP, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2890-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2891/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.829/2003-0.

1.1. Apensos: TC 006.728/2008-2; TC 011.078/2001-0 e TC 015.432/2005-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Prestação de Contas).

3. Embargantes: José Queiroz de Oliveira (140.494.905-44) e Adeilson Teixeira Bezerra (494.355.744-91).

4. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).

8. Representação legal: Márcio Costa Pereira (9.506/OAB-AL) e outros, representando José Queiroz de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por José Queiroz de Oliveira e Adeilson Teixeira Bezerra em face do Acórdão 1.071/2017-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal conheceu e rejeitou recursos de reconsideração e retificou por inexatidão material o Acórdão 1.094/2014-TCU-Plenário, reduzindo uma parcela de débito imputada aos recorrentes por força do subitem 9.6.1 do Acórdão 1.094/2014-TCU-Plenário, de R$ 100.580,00 para R$ 45.261,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os embargos de declaração interpostos por José Queiroz de Oliveira e Adeilson Teixeira Bezerra;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2891-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2892/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.329/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Maria Suiley Antunes Aguiar (263.046.512-87).

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Santana - AP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex-AP).

8. Representação legal:

8.1. Adriane da Silva Oliveira (2761/OAB-AP) e outros, representando Maria Suiley Antunes Aguiar.

8.2. Gabriel Abbad Silveira (18.744/OAB-DF) e outros, representando EPG Construções Ltda. - ME e Luiz Eduardo Pinheiro Corrêa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Maria Suiley Antunes Aguiar em face do Acórdão 1.896/2017-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal negou provimento ao recurso de reconsideração interposto pela embargante e manteve inalterado o Acórdão 1.640/2016-TCU-Plenário, o qual julgou irregulares suas contas, aplicou-lhe multa no valor de R$ 30.000,00 e declarou-a inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2892-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2893/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.434/2009-0.

1.1. Apensos: TC 021.965/2013-7; TC 021.966/2013-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Manoel Rodrigues dos Santos (778.579.258-53).

4. Entidade: Município de Chapada do Norte/MG.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: André Santos Neiva (170.070/OAB-MG) e outros, representando Manoel Rodrigues dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por Manoel Rodrigues dos Santos, ex-prefeito de Chapada do Norte/MG, contra o Acórdão 3.778/2013-TCU-2ª Câmara, por meio do qual teve suas contas julgadas irregulares e foi condenado ao pagamento de débito e multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de revisão, mantendo inalterado o Acórdão 3.778/2013-TCU-2ª Câmara;

9.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2893-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2894/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.853/2017-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Foccus Gerenciamento de Resíduos Eireli (08.858.281/0001-20).

4. Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: Wilson Raia de Carvalho (OAB-SP 379.542), representado Foccus Gerenciamento de Resíduos Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação contra o edital de pregão eletrônico 81/2017, promovido pela Companhia Docas do Estado de São Paulo, cujo objeto era a contratação de empresa para a prestação de serviços de segregação, beneficiamento, acondicionamento, coleta, movimentação interna, transporte e destinação final de resíduos sólidos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade atinentes à espécie, para, no mérito, considerá-la improcedente, dando por prejudicado o pedido de cautelar suspensiva;

9.2. enviar cópia desta deliberação à Companhia Docas do Estado de São Paulo e à representante;

9.3. determinar o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2894-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2895/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.826/2010-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Agaform Comercio e Representações Ltda. (63.435.531/0001-27); Francisca Tereza Correa de Souza Costa (075.084.923-15); Ione Serra Maia (063.018.193-49); José Francisco Santos Sousa (032.230.863-15); Luís Roberto da Costa Pereira (044.873.203-30); Márcio Antônio Pinto de Almeida (039.026.843-72); Maria Francilene Rodrigues de Moura (272.634.523-91); Raimundo Nonato Machado Filho (035.189.573-68)

3.2. Recorrentes: Francisca Tereza Correa de Souza Costa (075.084.923-15); Ione Serra Maia (063.018.193-49); Raimundo Nonato Machado Filho (035.189.573-68); Marcio Antônio Pinto de Almeida (039.026.843-72); Maria Francilene Rodrigues de Moura (272.634.523-91).

4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Representação legal:

8.1. Noraney Lucena Mangueira (6422/OAB-MA), representando Maria Francilene Rodrigues de Moura.

8.2. Rodrigo Antônio Delgado Pinto de Almeida (OAB/MA 8.540), representando Márcio Antônio Pinto de Almeida.

8.3. Mário de Andrade Macieira (OAB/MA 4.217) e outros, representando Raimundo Nonato Machado Filho, Ione Serra Maia e Francisca Tereza Correa de Souza Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Francisca Tereza Correa de Souza Costa, Ione Serra Maia, Raimundo Nonato Machado Filho, Márcio Antônio Pinto de Almeida e Maria Francilene Rodrigues de Moura contra o Acórdão 619/2015-TCU-Plenário, que, em sede de tomada de contas especial, julgou suas contas irregulares, condenando-os ao pagamento de débito.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento aos recursos de reconsideração;

9.2. no tocante ao subitem 9.1 do Acórdão 619/2015-TCU-Plenário, tornar sem efeito, de ofício, o julgamento pela irregularidade das contas e a condenação solidária em débito de Luís Roberto da Costa Pereira e da empresa Agaform Comércio e Representações Ltda.;

9.3. alterar o subitem 9.2 do Acórdão 619/2015-TCU-Plenário, o qual passa a contar com a seguinte redação:

"9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constantes desta deliberação em até 36 (trinta e seis) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, e esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das medidas legais;"

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, aos demais responsáveis, à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2895-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2896/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.813/2014-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria

3. Responsáveis: Isaac Sidney Menezes Ferreira (CPF: 399.115.431-53), Procurador-Geral do Banco Central do Brasil; Aílton César dos Santos (CPF: 549.609.678-20) e Arício José Menezes Fortes, (CPF: 077.448.545-00), Subprocuradores-Gerais; Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (CPF: 064.857.718-08) e Mario Gomes Torós, (CPF: 753.139.367-00), Diretores de Política Monetária

4. Unidade: Banco Central do Brasil (BC)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: SecexFazenda

8. Advogados constituídos nos autos: Marcel Mascarenhas dos Santos (OAB/DF 31.580), Rafael Bezerra Ximenes de Vasconcelos (OAB/DF 40.695) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de auditoria realizada no Banco Central do Brasil (BC) para apurar os eventos relacionados à prescrição de débito imputado ao Banco Santander no âmbito ação de fiscalização bancária, bem como avaliar os sistemas de controle dos processos administrativos da autarquia com vistas a assegurar sua eficácia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 169, inciso V; e 250, inciso II e § 1º, do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Aílton César dos Santos, Arício José Menezes Fortes, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, Mário Gomes Torós e Isaac Sidney Menezes Ferreira;

9.2. considerar atendida a determinação expedida ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) no sentido de apresentar medidas efetivas capazes de contribuir para a redução dos riscos de prescrição dos recursos, destacando-se, principalmente, as mudanças realizadas no seu arcabouço normativo com vistas a dar mais celeridade aos seus procedimentos;

9.3. determinar à SecexFazenda que avalie a conveniência de realizar, oportunamente, novo trabalho de fiscalização com o objetivo de aferir a eficácia da tramitação dos processos administrativos no âmbito do BC e do CRSFN em face das alterações promovidas;

9.4. arquivar o presente processo, dando-se ciência desta decisão aos responsáveis, ao Banco Central do Brasil e ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2896-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2897/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.611/2006-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas)

3. Recorrentes: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas - CNPJ 37.114.485/0001-54); Cícero Rainha de Oliveira (membro da comissão de licitação, CPF 139.523.311-04); Irene Alves Pereira (gerente administrativa e financeira, CPF 306.941.599-72); Marilene Mendes da Silva (assessora jurídica, CPF 370.509.406-82); Luciano Alves (membro da comissão de licitação, CPF 798.174.679-53); Antônio Carlos Carvalho de Sousa (superintendente, CPF 345.997.201-78); Silvano Carvalho (membro da comissão de licitação, CPF 699.594.801-78); Neísa Monteiro Cardozo (presidente da comissão de licitação, CPF 340.389.061-91); e espólio de Homero Alves Pereira (presidente do Conselho Administrativo, CPF 726.065.098-20).

4. Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Mato Grosso (Senar/MT).

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/MT

8. Advogados constituídos nos autos: Sérgio Luiz Tomaz (OAB/DF 32.471); Guilherme Antônio Brito Gonçalves Barbosa (OAB/DF 45.197) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originalmente de prestação de contas do Senar/MT, referente ao exercício de 2005, agora em fase de análise de recursos de reconsideração contra o Acórdão 2.198/2015-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285, **caput** e § 2º, do RI/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos recursos interpostos por Irene Alves Pereira, Marilene Mendes da Silva, Luciano Alves, Antônio Carlos Carvalho de Sousa, Silvano Carvalho, Neísa Monteiro Cardozo e pelo espólio de Homero Alves Pereira;

9.2. conhecer dos recursos interpostos pela Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas) e por Cícero Rainha de Oliveira, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos originais da deliberação recorrida;

9.3. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2897-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2898/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-027.797/2010-4

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas)

3. Recorrente: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio Grande do Sul - SESI/RS

4. Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio Grande do Sul - SESI/RS

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo Oliveira

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/RS

8. Advogados constituídos nos autos: Wanderley Marcelino (OAB/RS 16.635), Lindomar dos Santos (OAB/RS 23.829), Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152 e OAB/DF 20.016), Daniele Jardim Vasconcellos (OAB/RS 75.114) e outros

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo SESI/RS contra o subitem 9.3.2 do Acórdão 1.067/2011-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92 c/c o art. 285 do RI/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2898-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2899/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.566/2017-3

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Carmen de Almeida (CPF 224.038.259-72), Celso Perdona (CPF 304.646.179-87), Cesar Mauricio Baasch Filomeno (CPF 221.508.549-53), Claudio José Pinheiro (CPF 119.977.531-20) e Decio Rafael Silvestre (CPF 178.946.039-53)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Carmen de Almeida, Celso Perdona, Cesar Mauricio Baasch Filomeno, Claudio José Pinheiro e Decio Rafael Silvestre, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, **caput** e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter **pro labore faciendo**, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão,

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. retifique, no sistema Sisac, o nome de Decio Rafael Sisvestre para Decio Rafael Silvestre, conforme sistemas Siape e CPF;

9.3.2. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2899-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2900/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.667/2017-4

2. Grupo II - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Edson Araujo (CPF 064.707.859-72), Edson Orivaldo Lessa (CPF 245.557.469-53), Elisabete Araujo Leonetti (CPF 179.560.649-53), Eloiza Asako Arabori Araujo (CPF 364.913.499-34) e Elvani Rodrigues Reys Yoshimine (CPF 616.142.899-72)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Edson Araujo, Edson Orivaldo Lessa, Eloiza Asako Arabori Araujo e Elvani Rodrigues Reys Yoshimine, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, **caput** e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. efetue o destaque e adote as providências cabíveis relativamente ao ato de alteração da aposentadoria de Elisabete Araujo Leonetti (número de controle 10229507-04-2015-000072-2), publicado em 16/5/2013, com vigência em 30/3/2012 (invalidez com proventos integrais), atentando que ainda se encontra pendente de apreciação pelo TCU o ato inicial de aposentação, cadastrado no Sisac sob o número de controle 10805001-04-2008-000089-3, com vigência em 3/6/2003 (voluntária com proventos proporcionais) e envio ao controle interno em 20/6/2008;

9.3.2. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2900-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2901/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.673/2017-4

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Liborio da Costa (CPF 003.903.219-15), Luimara Silva Godo Fagundes (CPF 397.861.459-68), Luis Sergio da Silva Aguiar (CPF 320.608.747-34), Luis Tutomu Kubota Ando (CPF 766.791.288-20) e Luiz Antonio de Azevedo Araujo (CPF 336.226.987-72)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Liborio da Costa, Luimara Silva Godo Fagundes, Luis Sergio da Silva Aguiar, Luis Tutomu Kubota Ando e Luiz Antonio de Azevedo Araujo, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, **caput** e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter **pro labore faciendo**, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. retifique, no sistema Sisac, o nome de Luis Tutomo Kubota Ando para Luis Tutomu Kubota Ando, conforme sistemas Siape e CPF;

9.3.2. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2901-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2902/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.675/2017-7

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Mara Lucia Soares Cassilha de Oliveira (CPF 326.379.189-34), Marcia Mary Pinho (CPF 417.781.629-91), Marcia Raquel Tschumi (CPF 593.484.709-06), Marco Aurelio Nedel (CPF 190.405.470-68) e Marcos Dornelis Burgardt (CPF 352.165.579-20)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Mara Lucia Soares Cassilha de Oliveira, Marcia Mary Pinho, Marcia Raquel Tschumi, Marco Aurelio Nedel e Marcos Dornelis Burgardt, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, **caput** e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2902-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2903/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.251/2013-3

2. Grupo II, Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Altemir Antônio Tortelli (CPF 402.036.700-00) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf/Sul, CNPJ 05.684.806/0001-60)

4. Unidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf/Sul)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/SC

8. Advogada constituída nos autos: Maria Loiva de Andrade (8.264/OAB-SC)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf/Sul) e de seu ex-coordenador Altemir Antônio Tortelli, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos por meio do Contrato de Repasse 187.280-25/2005, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, 57 e 60 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a", 267 e 270 do Regimento Interno, em:

9.1 julgar irregulares as contas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e de Altemir Antônio Tortelli, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
502.510,00 (débito)	6/2/2006
8.495,09 (crédito)	25/11/2008
1.081,45 (crédito)	12/11/2012

9.2. aplicar à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e a Altemir Antônio Tortelli, individualmente, multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. considerar graves as infrações cometidas por Altemir Antônio Tortelli;

9.5. declarar Altemir Antônio Tortelli inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos;

9.6. remeter cópia deste acórdão:

9.6.1 à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para as medidas que entender cabíveis;

9.6.2 ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União para a adoção das medidas necessárias à inabilitação prevista no item 9.5 deste acórdão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2903-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2904/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.119/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, acerca da abertura de créditos extraordinários.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 1º, inciso XVII e §2º, da Lei 8.443/1992 combinado com os arts. 264 e 265 do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente consulta, para, no mérito, responder ao consulente o seguinte:

9.1.1. é cabível a abertura de crédito extraordinário para a transferência de recursos a outros entes federativos, em caso de grave crise financeira do ente, que comprometa a manutenção de serviços públicos essenciais para a população, assegurando direitos sociais e fundamentais relativos à saúde, segurança e educação, desde que:

9.1.1.1. atendidos os requisitos da medida provisória, a serem avaliados pelo Congresso Nacional, quanto à relevância e urgência, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal;

9.1.1.2. atendidos os requisitos da despesa quanto à imprevisibilidade e à urgência, conforme estabelecido no art. 62, §1º, inciso I, alínea "d", combinado com o art. 167, §3º, da Constituição Federal; e

9.1.1.3. precedida de detalhada análise sobre os impactos que tal assistência financeira terá sobre as condições fiscais da União, assegurando, dentre outros, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

9.2. encaminhar ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, cópia desta deliberação;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 33 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2904-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2905/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.725/2017-5

2. Grupo I - Classe VII - Representação.

3. Responsável: Associação Portuguesa de Beneficência (CNPJ 92.740.539/0001-03).

4. Unidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a representação da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS, no curso do acompanhamento objeto do TC 012.914/2017-7, em face de indícios de prejuízos ao erário verificados na execução do convênio Siconv 842.653, firmado entre o Ministério da Saúde e a Associação Portuguesa de Beneficência/RS.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 276, caput e § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. referendar a medida cautelar adotada pela ministra Ana Arraes em 06/12/2017, por meio do despacho à peça 11 destes autos, transcrito parcialmente no voto que precedeu este acórdão, bem como as determinações acessórias constantes do mencionado despacho;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Associação Portuguesa de Beneficência/RS e à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2905-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2906/2017 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-034.278/2016-8.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Órgão: Ministério da Cultura - Secretaria de Fomento e Incentivo Fomento à Cultura.

4. Representante: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação apresentada a este Tribunal pelo Procurador da República Jaime Mitropoulos, referente ao Procedimento Preparatório n. 1.30.001.002386/2016-65, instaurado para avaliar o cumprimento, pelo Ministério da Cultura, das recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União, nos termos do Relatório de Auditoria n. 201118310, relacionado à devida prestação de contas do Projeto de n. 106487, referente ao evento **Rock in Rio 2011**.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar parcialmente procedente a Representação formulada pelo Procurador da República Jaime Mitropoulos, já conhecida mediante o Acórdão n. 2.648/2017 - 2ª Câmara (Relação n. 2/2017 - Gab. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa);

9.2 dar ciência ao Ministério da Cultura - MinC, por meio da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Sefic, de que a ausência do exame da prestação de contas referente aos projetos beneficiados pelo Pronac, mediante a criteriosa comprovação da destinação dada ao universo de ingressos distribuídos pelas proponentes, à conta da democratização do acesso a eventos culturais (Decreto n. 5.761/2006), além de expor a concedente a riscos elevados de fraudes, desvios, desfalques, malversação de recursos e de apropriação indébita de receitas, poderá configurar inobservância ao contido na Instrução Normativa Minc 1/2017, em especial seu art. 55, cujos incisos e § 2º disciplinam a forma da comprovação da distribuição gratuita dos ingressos, e o art. 101, que trata sobre o relatório final a ser apresentado pelo proponente, com as devidas comprovações;

9.3 encaminhar cópia deste Acórdão ao Representante do Ministério Público Federal, à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura (Sefic/Minc), bem como à Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Esporte e Cultura do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;

9.4 arquivar o processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2906-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2907/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-041.265/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Extraordinária.

3. Responsáveis: Alexandre Leonardo da Costa Silva (053.317.697-21), Danielle Fermiano dos Santos Gruneich (029.968.769-46), Encomendas e Transportes de Cargas Pontual Ltda. (01.253.053/0001-87), Fábio Roberto Hansen (858.601.829-53), Gianna Lepre Perim (539.629.079-04), José Lincoln Daemon, (315.031.017-20), Milena Carneiro Bastos (020.200.274-88), V. R. Comércio de Calçados Ltda. (07.027.366/0001-01) e Wadson Nathaniel Ribeiro (033.330.476-40).

4. Unidade Jurisdicionada: Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte - SNEEd/ME.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.

8. Representação Legal: André Luiz Porcionato, OAB/SP 245.603 e Priscila Damásio Simões, OAB/DF 25.691.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Extraordinária referente à extinção da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte - SNEEd/ME, no exercício financeiro de 2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a firma Encomendas e Transportes de Cargas Pontual Ltda. da presente relação processual;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Lincoln Daemon e da empresa V. R. Comércio de Calçados Ltda., condenando-os, em solidariedade, ao pagamento do débito abaixo discriminado, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
10/10/2011	507.119,76
14/10/2011	604.521,00
24/10/2011	100.752,27
26/10/2011	235.088,63
9/11/2011	221.654,99
18/11/2011	120.902,72
2/12/2011	43.659,32
7/12/2011	1.185.518,38
13/12/2011	936.996,11

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. aplicar ao Sr. José Lincoln Daemon e à empresa V. R. Comércio de Calçados Ltda., de forma individual, a multa prevista nos arts. 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU), o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.6. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos Srs. Fabio Roberto Hansen, Wadson Nathaniel Ribeiro, Gianna Lepre Perim, Alexandre Leonardo da Costa Silva, Danielle Fermiano dos Santos Gruneich e Milena Carneiro Bastos, expedindo-se-lhes quitação plena;

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. dar ciência à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social que a ausência de indicação, no rol de responsáveis, do período em que estes efetivamente exerceram as atribuições dos seus respectivos cargos fere o disposto no art. 10 da Instrução Normativa TCU 63/2010.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2907-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2908/2017 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC 017.074/2015-0.

1.1. Apensos: TC 010.506/2017-9 e TC 004.262/2017-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Valtenis Lino da Silva (CPF 235.155.701-87) e E. S. de Andrade Peças (EPP) - Proje-Som (CNPJ 07.354.652/0001-73).

4. Entidade: Município de Santa Fé do Araguaia - TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/TO.

8. Representação legal:

8.1. Josanilton Gualberto Silva (6665/OAB-TO) e outros, representando Valtenis Lino da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Valtenis Lino da Silva, ex-prefeito de Santa Fé do Araguaia - TO (gestão: 2009/2012), diante da falta de apresentação da documentação complementar à prestação de contas dos recursos federais inerentes ao Convênio nº 603/2009 destinado ao apoio à realização da "Temporada de Praia Pontão Verão - 2009", perfazendo o montante de R$ 106.383,00, com R$ 100.000,00 à conta do concedente e R$ 6.383,00 a título de contrapartida do convenente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Valtenis Lino da Silva e de E. S. de Andrade Peças - EPP (Proje-Som), com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c" e "d", 19, **caput** e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento da importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde 28/9/2009 até a data da efetiva quitação, sem prejuízo de abater a quantia já restituída, em 13/10/2009, sob o valor de R$ 71,87 (setenta e um reais e oitenta e sete centavos), fixando aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional;

9.2. aplicar ao Sr. Valtenis Lino da Silva e à E. S. de Andrade Peças - EPP (Proje-Som), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.5. considerar graves as infrações cometidas pelo Sr. Valtenis Lino da Silva, com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 270, § 1º, do RITCU;

9.6. inabilitar o Sr. Valtenis Lino da Silva para o exercício de cargo em comissão e função de confiança na administração pública federal pelo período de 6 (seis) anos, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.7. declarar a inidoneidade da E. S. de Andrade Peças - EPP (Proje-Som) para participar, pelo período de 3 (três) anos, de licitação e contratação no âmbito da administração federal e no âmbito das administrações estaduais, distrital e municipais, mas com recursos federais, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992;

9.8. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão aos seguintes destinatários:

9.8.1. Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para ciência e a promoção das medidas judiciais cabíveis; e

9.8.2. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para ciência e adoção das providências determinadas pelos itens 9.6 e 9.7 deste Acórdão.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2908-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2909/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.133/2011-3.

1.1. Apenso: TC 031.017/2008-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Almir Silva Paixão (CPF 926.591.958-20); Claudio Tucci (CPF 118.940.328-53); Emi Kiuchi (CPF 119.619.451-34); Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas (CNJP 01.710.917/0001-42); Fundação Cândido Rondon (CNPJ 04.202.329/0001-96); Fundação Ezute (CNPJ 01.710.917/0001-42); Gabinete do Ministro - Mj (CNJP 00.394.494/0001-36); Interprint Ltda. (CNPJ 42.123.091/0001-00); Ivan Gibim Lacerda (CPF 734.592.837-34); Joao Batista Mendes (CPF 209.816.431-91); Jose Dirceu Galão (CPF 085.319.009-72); Mirgon Eberhardt (CPF 446.136.951-04); Novadata Sistemas e Computadores S A (CNPJ 51.754.240/0016-07); Pedro Alberto da Silva Alvarenga (CPF 715.462.948-72).

3.2. Embargantes: Fundação Cândido Rondon (CNPJ 04.202.329/0001-96); Jose Dirceu Galão (CPF 085.319.009-72); e Fundação Ezute (CNPJ 01.710.917/0001-42).

4. Entidade: Estado do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

8. Representação legal:

8.1. Fernando Ortega (13701/OAB-MS) e outros, representando a Fundação Cândido Rondon.

8.2. Gabrielle Beatriz Beiro Lourenco (CPF 883.231.371-53), representando Emi Kiuchi.

8.3. Jose Wanderley Bezerra Alves (3291/OAB-MS) e outros, representando Almir Silva Paixão.

8.4. Letícia Garcia Rocha (24188/OAB-GO) e outros, representando Ivan Gibim Lacerda.

8.5. Luiz Piauhylino de Mello Monteiro (1296/A/OAB-DF) e outros, representando a Interprint Ltda..

8.6. Bruna Silveira Sahadi (40.606/DF) e outros, representando a Fundação Ezute.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos pela Fundação Ezute (sucessora da Fundação Atech), pelo Sr. José Dirceu Galão e pela Fundação Cândido Rondon em face do Acórdão 2.293/2017 proferido pelo Plenário do TCU no âmbito da tomada de contas especial autuada a partir da conversão do processo de representação (TC-031.017/2008-9), por força do Acórdão 1.280/2011-TCU-2ª Câmara (Relação nº 6/2011), diante de diversas irregularidades na implantação de sistema informatizado de tratamento de digitais (AFIS) por intermédio da celebração de diversos convênios entre a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Estado do Mato Grosso do Sul;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Fundação Ezute (sucessora da Fundação Atech), pelo Sr. José Dirceu Galão e pela Fundação Cândido Rondon, por atenderem aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência da presente deliberação aos embargantes; e

9.3. enviar os autos à Serur para a análise de admissibilidade dos recursos acostados às Peças nos 367, 368, 392, 396, 398 e 400.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2909-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2910/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.932/2017-3.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Órgão: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2/5/2017 e 26/5/2017, com o objetivo de fiscalizar as obras de construção da barragem do Arroio Jaguari/RS, para acompanhar seu andamento e contribuir para sua finalização em prazo, custo e escopo adequados.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. dar ciência ao Ministério da Integração Nacional da paralisação nas obras de construção da barragem do Arroio Jaguari/RS, objeto dos termos de compromisso 621518, 662747e 682573,para que sejam adotadas medidas internas cabíveis;

9.2. encaminhar cópia do presente acórdão ao Ministério da Integração Nacional e à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul;

9.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2910-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2911/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.997/2011-0.

1.1. Apensos: 024.623/2016-4; 019.731/2009-3

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsável: Consórcio Queiroz Galvão/Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez/barbosa Mello (33.412.792/0119-52).

4. Órgãos: Departamento de Engenharia e Construção do Exército; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; 3º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

8.2. Angelo Longo Ferraro (OAB/DF 37.922) e outros, representando Consórcio Queiroz Galvão/norberto Odebrecht/andrade Gutierrez/barbosa Mello.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), no 3º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército e no Departamento de Engenharia de Construção no período entre 1/5/2017 e 30/8/2017 (Fiscobras 2017), referente aos recursos alocados ao PT 26.782.1459.7435.0026/2011, que trata das obras de adequação da BR 101/PE, conforme designação das portarias 842/2017 e 845/2017.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, IX, da Constituição Federal de 1988, e no art. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 251, *caput*, do RI/TCU, em:

9.1. encaminhar cópia do presente acórdão ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército e ao Departamento de Engenharia de Construção;

9.2. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2911-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2912/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.456/2016-6.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Agravo (Representação)

3. Representante/Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Representante: Ministério Público junto ao TCU

3.2. Interessado: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional

3.3. Responsável: Orlando Santos Diniz (793.078.767-20)

3.4. Recorrente: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional.

4. Entidades: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Ana Flavia Rodrigues Araujo e outros, representando Serviço Social do Comércio - Administração Nacional.

8.2. Sergio Freitas de Almeida (22.075/OAB-DF) e outros, representando Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro.

8.3. Fabiano Augusto Martins Silveira (31.440/OAB-DF) e outros, representando Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro, Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro e Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro - Fecomércio/RJ;

8.4. Fábio Nogueira Fernandes (109.339/OAB-RJ) e outros, representando Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro - OAB/RJ.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a exame de agravo interposto pela Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Rio de Janeiro (Senac/ARRJ) contra despacho que proferi denegando pedido de concessão de prazo mínimo de sessenta dias para que a entidade pudesse analisar e se pronunciar sobre relatório de auditoria elaborado pelo Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial antes de eventual constituição de processo apartado para o exame das irregularidades ali reportadas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do agravo interposto pela Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Rio de Janeiro para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro que:

9.2.1 autue processo de controle externo, atribuído ao relator da lista de unidades jurisdicionadas 9 do biênio 2017/2018, conforme as regras da Resolução TCU 175/2005, para tratar das novas irregularidades trazidas ao conhecimento desta Corte por intermédio do relatório de auditoria 2017 produzido pelo Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;

9.2.2. prossiga apurando as irregularidades que, mesmo constando no relatório de auditoria 2017 produzido pelo Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, estejam relacionadas àquelas em exame nos presentes autos ou seus apartados;

9.3. dar conhecimento desta deliberação à Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2912-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2913/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.164/2017-2.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Solicitação.

3. Interessado: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

4. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Visto, relatado e discutido o presente processo de solicitação do senhor ministro-substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, aviso 285/2017/GM/CGU, de 22/9/2017, requerendo "a prorrogação do prazo para disponibilização no sistema e-Contas das peças de responsabilidade do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU" relativas à prestação de contas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referentes ao exercício de 2016.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação e, com fulcro no art. 7º da IN TCU 63/2010, autorizar a dilação do prazo para disponibilização no sistema e-Contas das peças de responsabilidade da CGU, relativas à prestação de contas do BNDES até 28/2/2018;

9.2. encaminhar ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União cópia deste acórdão;

9.3. determinar o arquivamento os presentes autos, com base no art. 169, III e V, do RI/TCU.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2913-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2914/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.144/2017-0.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Solicitação.

3. Interessado: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

4. Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Visto, relatado e discutido o presente processo de solicitação do senhor ministro-substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, aviso 315/2017/GM/CGU, de 8/11/2017, requerendo a prorrogação do prazo para disponibilização no sistema e-Contas das peças de responsabilidade do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) relativas à prestação de contas do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado da Paraíba (Sesi/PB), referentes ao exercício de 2016.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação e, com fulcro no art. 7º da IN TCU 63/2010, autorizar a dilação do prazo para disponibilização no sistema e-Contas das peças de responsabilidade da CGU, relativas à prestação de contas do Sesi/PB até 29/12/2017;

9.2. encaminhar ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União cópia deste acórdão;

9.3. encaminhar o presente processo à Segecex para os fins da Portaria TCU 177/2009.

10. Ata n° 51/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 12/12/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2914-51/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 24 minutos, o Ministro Presidente Raimundo Carreiro lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado às 16 horas e 25 minutos e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária
Substituta

Aprovada em 19 de dezembro de 2017.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

RETIFICAÇÃO

Ata nº 50, de 06/12/2017-Plenário, publicada no D.O.U. nº 240, de 15/12/2017, Seção I, p. 265, 1ª coluna.,

Onde se lê:

ACÓRDÃO Nº 2791/2017 TCU Plenário

1. Processo nº TC 023.301/2015-5.

1.1. Apenso: 021.481/2009-6.

2. Grupo I Classe de Assunto: IV Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Consórcio Interpar (CNPJ 10.217.884/0001-94); Setal Óleo e Gás S.A (CNPJ 07.639.071/0001-88); MPE Montagens e Projetos Especiais S.A (CNPJ 31.876.709/0001-89); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, (CNPJ 19.394.808/0001-29); Sérgio Cunha Mendes (CPF 311.654.356-91); Alberto Elísio Vilaça Gomes (CPF 245.827.196-00); Ângelo Alves Mendes (CPF 257.398.246-72); José Humberto Cruvinel Resende (CPF 112.676.076-53); Alberto Jesus Padilla Lizondo (CPF 852.154.068-04); Carlos Alberto Rodrigues (CPF 052.187.668-01); Augusto Ribeiro de Mendonça Neto (CPF: 695.037.708 82); Luiz Cláudio de Araújo Santoro (CPF 785.668.007-53); Jésus de Oliveira Ferreira Filho (CPF 267.605.176-87); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF: 042.750.395-72); Pedro José Barusco Filho (CPF: 987.145.708-15); Paulo Roberto Costa (CPF: 302.612.879-15); Renato de Souza Duque (CPF: 510.515.167-49); Sandoval Dias Aragão (CPF: 229.203.586-34); Sérgio dos Santos Arantes (CPF: 335.417.367-04); Henrique da Silva Ferreira (CPF: 128.965.787-49); Jorge Hiroshi Furukawa (CPF: 940.462.988-04); Alexandre Pereira Cortes (CPF: 540.733.757-68); Bruno Itagyba Paravidino (CPF: 055.048.657-78).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR), Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo) e Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.;

8.2. Maria Francisca Sofia Nedeff Santos (77.507/OAB-PR) e outros, representando Pedro José Barusco Filho;

8.3. Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes, Marco Tullio Jennings, Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Sandoval Dias Aragão;

8.4. Rodrigo Alexander Calazans Macedo (123.041/OAB-RJ) e outros, representando Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Sandoval Dias Aragão, José Paulo Assis, Fernando Almeida Biato, Emerson de Souza Telles, Waldemir Correa Terra Júnior, James Hahnemann, Nayef Jamil El Borni Zeina e Rosa Akie Stankewitz.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial autuada por meio da conversão do TC 021.481/2009-6, nos termos do Acórdão 2.166/2015-TCU-Plenário, diante dos indícios de superfaturamento, em pelo menos R$ 460.317.873,45, no Contrato 0800.0043363.08.2 (CT 111) celebrado com o Consórcio Interpa (Mendes Júnior Trading S.A., Sistemas em Óleo e Gás SOG e Montagens e Projetos Especiais MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 273 e 274 do RITCU, pelo prazo de 01 (um) ano, a indisponibilidade dos bens dos responsáveis a seguir relacionados, devendo esta medida alcançar os bens considerados bastantes para garantir o integral ressarcimento do débito apurado nos autos, ressalvados os bens financeiros necessários ao sustento das pessoas físicas e à continuidade das operações das pessoas jurídicas, no montante de R$ 743.955.493,50 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas nos demonstrativos de débito às Peça 118 e 119:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsável	CPF/CNPJ
Consórcio Interpar	10.217.884/0001-94
Setal Óleo e Gás S.A	07.639.071/0001-88
MPE Montagens e Projetos Especiais S.A	31.876.709/0001-89
Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A	19.394.808/0001-29
Sérgio Cunha Mendes	311.654.356-91
Alberto Elísio Vilaça Gomes	245.827.196-00
Ângelo Alves Mendes	257.398.246-72
José Humberto Cruvinel Resende	112.676.076-53
Alberto Jesus Padilla Lizondo	852.154.068-04
Carlos Alberto Rodrigues	052.187.668-01
Luiz Cláudio de Araújo Santoro	785.668.007-53
Jésus de Oliveira Ferreira Filho	267.605.176-87
José Paulo Assis	167.249.849-04
Renato de Souza Duque	042.750.395-72
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	510.515.167-49
Paulo Roberto Costa	302.612.879-15
Pedro José Barusco Filho	987.145.708-15

9.2. considerar, como termo inicial para a contagem do prazo fixado no 9.1 deste Acórdão, a data de averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.3. determinar que a Secretaria-Geral de Controle Externo adote todas as providências necessárias à efetivação das medidas inerentes à indisponibilidade de bens determinadas neste Acórdão, em sintonia, por exemplo, com o item 9.8 do Acórdão 1.083/2017-TCU-Plenário;

9.4. determinar que a SeinfraOperações adote as seguintes medidas:

9.4.1. promova, nos termos do ar. 44, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e do art. 276, § 3º, do RITCU, a oitiva dos responsáveis relacionados no item 9.1 deste Acórdão, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas manifestações sobre a medida cautelar de indisponibilidade dos bens adotada, se assim o desejarem;

9.4.2. informe aos responsáveis relacionados no item 9.1 deste Acórdão que, no âmbito da respectiva resposta à oitiva referida no item 9.4.1 deste Acórdão, fica desde já franqueada a possibilidade de serem indicados os bens por eles considerados essenciais ao sustento das pessoas físicas e à manutenção das atividades operacionais das pessoas jurídicas, com as devidas justificativas, estando, assim, não suscetíveis ao alcance da medida cautelar, em sintonia com as mais recentes decisões do STF (v. g.: MS 34446 MC/DF);

9.4.3. constitua, com base no art. 44 da Resolução TCU nº 259, de 2014, o correspondente processo apartado especifico de "indisponibilidade de bens" (para cada responsável) com vistas a tratar das medidas processuais cabíveis para a identificação e a indisponibilidade dos respectivos bens;

9.5. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado junto ao contrato principal e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 475.299.005,58 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 118 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades:

9.5.1. Consórcio Interpar (formado pelas empresas: Setal Óleo e Gás S.A; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A), como signatário do contrato Nº 0800.0043363.08.2 (CT 111), em decorrência de agir em conluio com as demais licitantes e pagar vantagem indevida a agentes públicos para que atuassem, de forma omissiva ou comissiva, garantido a restrição de participação no certame àquelas empresas cartelizadas com o intuído de maximização indevida de lucros, assinando contrato com preços superestimados e com Demonstrativo de Formação de Preços sob valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 90 e 93 da Lei Geral de Licitações, e com mácula aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, da função social do contrato e da justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.2. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como Presidente da Petrobras, em decorrência de inobservar os deveres previstos no art. 158 da Lei nº 6.404, de 1976, por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência, além da falta de dever de cuidado, em relação à necessária apuração dos ilícitos perpetrados na estatal; por ter deixado de agir para prevenir, evitar ou impedir a prática desses ilícitos; por falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404, de 1976, e por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência em relação à deficiente supervisão e controle das irregularidades praticadas pelos seus subordinados, conforme apurado nos recentes elementos de prova oriundos da Operação Lava Jato;

9.5.3. Renato de Souza Duque, como Diretor de Serviços da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.4. Pedro José Barusco Filho, como Gerente Executivo da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.5. Paulo Roberto Costa, como Diretor de Abastecimento da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, e também de propor, à Diretoria Executiva, a contratação do Consórcio Interpar com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.6. Alan Kardec Pino, como Gerente Executivo de Abastecimento e Refino da Petrobras, por propor a realização da licitação que resultou na formalização do Contrato CT 111 com o sobrepreço e o consequente superfaturamento, conforme Documento Interno da Petrobras (DIP) nº 116/2007, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998;

9.5.7. José Carlos Cosenza, como Gerente Executivo de Abastecimento e Refino da Petrobras, por autorizar a formalização do Contrato CT 111 com o sobrepreço e o consequente superfaturamento, conforme Documento Interno da Petrobras (DIP) nº 458/2008, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998;

9.5.8. Sérgio Cunha Mendes, como Diretor Vice-Presidente Executivo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.9. Alberto Elísio Vilaça Gomes, como representante da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.10. Ângelo Alves Mendes, como Diretor Vice-Presidente Corporativo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.11. José Humberto Cruvinel Resende, como Gerente de Contratos da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.12. Alberto Jesus Padilla Lizondo, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre encargos e respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.13. Carlos Alberto Rodrigues, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A., em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.14. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, como Controlador do Grupo Setal e Administrador da empresa SOG Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5.15. Luiz Cláudio de Araújo Santoro, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.16. Jésus de Oliveira Ferreira Filho, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14 e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 268.656.487,92 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades:

9.6.1. Consórcio Interpar (formado pelas empresas: Setal Óleo e Gás S.A; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A), como signatário do contrato Nº 0800.0043363.08.2 (CT 111), em decorrência de pactuar o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.2. Renato de Souza Duque, como Diretor de Serviços da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.3. Pedro José Barusco Filho, como Gerente Executivo da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.4. Paulo Roberto Costa, como Diretor de Abastecimento da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.5.José Paulo Assis, como Gerente de Implementação de Empreendimentos para a Repar, em decorrência de autorizar e assinar o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.6. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como Presidente da Petrobras, em decorrência de inobservar os deveres previstos no art. 158 da Lei nº 6.404, de 1976, por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência, além da falta de dever de cuidado, em relação à necessária apuração dos ilícitos perpetrados na estatal, por ter deixado de agir para prevenir, evitar ou impedir a prática desses ilícitos; por falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404, de 1976, e por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência em relação à deficiente supervisão e controle das irregularidades praticadas pelos seus subordinados, conforme apurado nos recentes elementos de prova oriundos da Operação Lava Jato;

9.6.7. Sérgio Cunha Mendes, como Diretor Vice-Presidente Executivo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.8. Alberto Elísio Vilaça Gomes, como representante da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.9. Ângelo Alves Mendes, como Diretor Vice-Presidente Corporativo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.10. José Humberto Cruvinel Resende, como Gerente de Contratos da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.11. Alberto Jesus Padilla Lizondo, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.12. Carlos Alberto Rodrigues, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.13. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, como Controlador do Grupo Setal e Administrador da empresa SOG Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.14. Luiz Cláudio de Araújo Santoro, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.15. Jésus de Oliveira Ferreira Filho, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.7. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14, em face da indevida diferença entre os valores estimativos da empresa estatal e o paradigma de mercado apurado pelo TCU, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 298.987.182,57 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

NOME	CPF	ATRIBUIÇÃO
Sérgio dos Santos Arantes	335.417.367-04	Aprovação
Adalberto Braga	296.720.157-04	Verificação
Cócis Alexandre dos Santos Balbino	849.274.297-68	Elaboração
Débora Braga Barros Ferreira	857.491.847-49	Elaboração
José Luiz Arantes de Moura	044.865.868-24	Elaboração
Alexandre Werner	513.463.387-87	Elaboração
Marcos Rodrigues dos Santos	386.844.707-53	Elaboração
Gildásio Fernandes Dantas	263.032.137-15	Verificação Revisão A e B

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.8. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14, em face da diferença entre o valor contratado e o valor estimado para a contratação (sobrepreço residual), com o seu consequente impacto sobre o menor detalhamento das planilhas orçamentárias, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 176.311.823,01 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

NOME	CPF	ATRIBUIÇÃO
Sérgio dos Santos Arantes	335.417.367-04	Elaboração e aprovação de normas (Faixa de Variação)
Sandoval Dias Aragão	229.203.586-34	Elaboração e aprovação de normas (Faixa de Variação)

9.9. sobrestar, com fundamento no art. 157, caput, do RITCU, a aplicação da medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista no item 9.1 deste Acórdão em desfavor dos Srs. Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho e, também, da SOG Óleo e Gás S.A., diante da efetiva colaboração ou leniência premiada com o Ministério Público Federal, caso essa medida reste devidamente comprovada;

9.10. informar à Força-Tarefa da Operação Lava-Jato, aí incluídos os membros do Ministério Público Federal, que a manutenção do sobrestamento determinado pelo item 9.9 deste Acórdão depende da apreciação, pelo Ministério Público Federal, do compromisso firmado pelas correspondentes empresas, com as especificações das medidas de colaboração tendentes a contribuir com os respectivos processos de controle externo neste Tribunal, salientando que o TCU deliberará oportunamente sobre as possíveis sanções premiais a serem concedidas em prol das pessoas físicas colaboradoras ou das pessoas jurídicas lenientes, conforme o caso, por ocasião da análise das medidas especificadas no acordo judicial celebrado pelo Ministério Público Federal;

9.11. determinar que a unidade técnica promova o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, juntamente com as manifestações da SeinfraOperações acostadas às Peças 127, 128 e 129, para os responsáveis relacionados nos itens 9.1 até 9.8 deste Acórdão, com o intuito de subsidiar as correspondentes manifestações nestes autos, sem prejuízo de determinar que os aludidos responsáveis apresentem as suas defesas, em resposta à respectiva oitiva e/ou citação, acompanhadas dos subjacentes sumários, de sorte que, no respectivo sumário, o responsável faça listar objetivamente o título de cada questão essencial que ele pretende ver efetiva e necessariamente apreciada pelo TCU sobre a sua defesa, com a clara indicação de todas as páginas inerentes à cada questão essencial, na correspondente peça de defesa, em homenagem, assim, ao princípio da cooperação processual, nos termos dos arts. 6º e 15 da Lei n.º 13.105 (Código de Processo Civil), de 2015, e do art.298 do RITCU;

9.12. determinar que a SeinfraOperações promova a juntada de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos eventuais processos de tomada de contas especial autuados para a apuração de irregularidades na implantação da refinaria Abreu e Lima, em Recife PE (PAC 25.753.0288.1P65.0026/2009), na implantação de terminal para a ampliação da capacidade de escoamento de GLP e C5+, de 1,3 mm m3/dia para 18,0 mm m3/dia, pela construção de terminal de granéis líquidos no porto de Barra do Riacho ES (25.785.0290.111S. 0032/2009), na modernização e adequação do sistema de produção da refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária PR (PAC 25.753.0288.3161.0041/2009), e na construção do COMPERJ RJ (25.753.XXXX.XXXX.0001), para que cada Ministro-Relator do correspondente feito possa promover os estudos com o intuito de apurar as possíveis irregularidades perpetradas pelos diversos agentes públicos, no âmbito do respectivo procedimento técnico-administrativo destinado a resultar na edição da correspondente fundamentação ministerial para o posterior envio da Mensagem de Veto n.º 41, de 26/1/2010, ao Projeto de Lei n≥d -H/10≤o 46, de 2009 CN, buscando subsequentemente promover o desbloqueio orçamentário-financeiro de cada empreendimento, seja diante da ausência da necessária fundamentação técnico-administrativa para esse desbloqueio, seja diante da produção dessa fundamentação de modo descabido ou inadequado, com vistas a permitir o prosseguimento de cada um desses quatro empreendimentos maculados pela correspondente irregularidade grave, sem a observância dos procedimentos estabelecidos e das cautelas fixadas pelos arts. 9≥d -H/10≤o, 94, 95, 97 e 98, entre outros, da então vigente Lei n.º 12.017 (LDO-2010), de 12/8/2009; e

9.13. determinar que a unidade técnica promova o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal na Operação Lava-Jato, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União na Operação Lava-Jato, ao Juiz Federal Titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e adoção das medidas porventura cabíveis, informando-os sobre a possibilidade de, após a assinatura de novos acordos de leniência e/ou de colaboração premiada, notificar o TCU para que possa deliberar sobre os eventuais efeitos desses acordos no âmbito dos processos de controle externo financeiro do TCU.

10. Ata n° 50/2017 Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2791-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

Leia-se:

ACÓRDÃO Nº 2791/2017 TCU Plenário

1. Processo nº TC 023.301/2015-5.

1.1. Apenso: 021.481/2009-6.

2. Grupo I Classe de Assunto: IV Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Consórcio Interpar (CNPJ 10.217.884/0001-94); Setal Óleo e Gás S.A (CNPJ 07.639.071/0001-88); MPE Montagens e Projetos Especiais S.A (CNPJ 31.876.709/0001-89); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, (CNPJ 19.394.808/0001-29); Sérgio Cunha Mendes (CPF 311.654.356-91); Alberto Elísio Vilaça Gomes (CPF 245.827.196-00); Ângelo Alves Mendes (CPF 257.398.246-72); José Humberto Cruvinel Resende (CPF 112.676.076-53); Alberto Jesus Padilla Lizondo (CPF 852.154.068-04); Carlos Alberto Rodrigues (CPF 052.187.668-01); Augusto Ribeiro de Mendonça Neto (CPF: 695.037.708 82); Luiz Cláudio de Araújo Santoro (CPF 785.668.007-53); Jésus de Oliveira Ferreira Filho (CPF 267.605.176-87); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF: 042.750.395-72); Pedro José Barusco Filho (CPF: 987.145.708-15); Paulo Roberto Costa (CPF: 302.612.879-15); Renato de Souza Duque (CPF: 510.515.167-49); Sandoval Dias Aragão (CPF: 229.203.586-34); Sérgio dos Santos Arantes (CPF: 335.417.367-04); Henrique da Silva Ferreira (CPF: 128.965.787-49); Jorge Hiroshi Furukawa (CPF: 940.462.988-04); Alexandre Pereira Cortes (CPF: 540.733.757-68); Bruno Itagyba Paravidino (CPF: 055.048.657-78).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR), Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo) e Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.;

8.2. Maria Francisca Sofia Nedeff Santos (77.507/OAB-PR) e outros, representando Pedro José Barusco Filho;

8.3. Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes, Marco Tullio Jennings, Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Sandoval Dias Aragão;

8.4. Rodrigo Alexander Calazans Macedo (123.041/OAB-RJ) e outros, representando Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Sandoval Dias Aragão, José Paulo Assis, Fernando Almeida Biato, Emerson de Souza Telles, Waldemir Correa Terra Júnior, James Hahnemann, Nayef Jamil El Borni Zeina e Rosa Akie Stankewitz.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial autuada por meio da conversão do TC 021.481/2009-6, nos termos do Acórdão 2.166/2015-TCU-Plenário, diante dos indícios de superfaturamento, em pelo menos R$ 460.317.873,45, no Contrato 0800.0043363.08.2 (CT 111) celebrado com o Consórcio Interpa (Mendes Júnior Trading S.A., Sistemas em Óleo e Gás SOG e Montagens e Projetos Especiais MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 273 e 274 do RITCU, pelo prazo de 01 (um) ano, a indisponibilidade dos bens dos responsáveis a seguir relacionados, devendo esta medida alcançar os bens considerados bastantes para garantir o integral ressarcimento do débito apurado nos autos, ressalvados os bens financeiros necessários ao sustento das pessoas físicas e à continuidade das operações das pessoas jurídicas, no montante de R$ 743.955.493,50 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas nos demonstrativos de débito às Peça 118 e 119:

Responsável	CPF/CNPJ
Consórcio Interpar	10.217.884/0001-94
Setal Óleo e Gás S.A	07.639.071/0001-88
MPE Montagens e Projetos Especiais S.A	31.876.709/0001-89
Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A	19.394.808/0001-29
Sérgio Cunha Mendes	311.654.356-91
Alberto Elísio Vilaça Gomes	245.827.196-00
Ângelo Alves Mendes	257.398.246-72
José Humberto Cruvinel Resende	112.676.076-53
Alberto Jesus Padilla Lizondo	852.154.068-04
Carlos Alberto Rodrigues	052.187.668-01
Luiz Cláudio de Araújo Santoro	785.668.007-53
Jésus de Oliveira Ferreira Filho	267.605.176-87
José Paulo Assis	167.249.849-04
Renato de Souza Duque	042.750.395-72
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	510.515.167-49
Paulo Roberto Costa	302.612.879-15
Pedro José Barusco Filho	987.145.708-15

9.2. considerar, como termo inicial para a contagem do prazo fixado no 9.1 deste Acórdão, a data de averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.3. determinar que a Secretaria-Geral de Controle Externo adote todas as providências necessárias à efetivação das medidas inerentes à indisponibilidade de bens determinadas neste Acórdão, em sintonia, por exemplo, com o item 9.8 do Acórdão 1.083/2017-TCU-Plenário;

9.4. determinar que a SeinfraOperações adote as seguintes medidas:

9.4.1. promova, nos termos do ar. 44, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e do art. 276, § 3º, do RITCU, a oitiva dos responsáveis relacionados no item 9.1 deste Acórdão, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas manifestações sobre a medida cautelar de indisponibilidade dos bens adotada, se assim o desejarem;

9.4.2. informe aos responsáveis relacionados no item 9.1 deste Acórdão que, no âmbito da respectiva resposta à oitiva referida no item 9.4.1 deste Acórdão, fica desde já franqueada a possibilidade de serem indicados os bens por eles considerados essenciais ao sustento das pessoas físicas e à manutenção das atividades operacionais das pessoas jurídicas, com as devidas justificativas, estando, assim, não suscetíveis ao alcance da medida cautelar, em sintonia com as mais recentes decisões do STF (v. g.: MS 34446 MC/DF);

9.4.3. constitua, com base no art. 44 da Resolução TCU nº 259, de 2014, o correspondente processo apartado específico de "indisponibilidade de bens" (para cada responsável) com vistas a tratar das medidas processuais cabíveis para a identificação e a indisponibilidade dos respectivos bens;

9.5. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos

responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado junto ao contrato principal e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 475.299.005,58 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 118 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades:

9.5.1. Consórcio Interpar (formado pelas empresas: Setal Óleo e Gás S.A; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A), como signatário do contrato Nº 0800.0043363.08.2 (CT 111), em decorrência de agir em conluio com as demais licitantes e pagar vantagem indevida a agentes públicos para que atuassem, de forma omissiva ou comissiva, garantido a restrição de participação no certame àquelas empresas cartelizadas com o intuído de maximização indevida de lucros, assinando contrato com preços superestimados e com Demonstrativo de Formação de Preços sob valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 90 e 93 da Lei Geral de Licitações, e com mácula aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, da função social do contrato e da justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.2. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como Presidente da Petrobras, em decorrência de inobservar os deveres previstos no art. 158 da Lei nº 6.404, de 1976, por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência, além da falta de dever de cuidado, em relação à necessária apuração dos ilícitos perpetrados na estatal; por ter deixado de agir para prevenir, evitar ou impedir a prática desses ilícitos; por falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404, de 1976, e por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência em relação à deficiente supervisão e controle das irregularidades praticadas pelos seus subordinados, conforme apurado nos recentes elementos de prova oriundos da Operação Lava Jato;

9.5.3. Renato de Souza Duque, como Diretor de Serviços da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.4. Pedro José Barusco Filho, como Gerente Executivo da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.5. Paulo Roberto Costa, como Diretor de Abastecimento da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, e também de propor, à Diretoria Executiva, a contratação do Consórcio Interpar com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.6. Alan Kardec Pino, como Gerente Executivo de Abastecimento e Refino da Petrobras, por propor a realização da licitação que resultou na formalização do Contrato CT 111 com o sobrepreço e o consequente superfaturamento, conforme Documento Interno da Petrobras (DIP) nº 116/2007, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998;

9.5.7. José Carlos Cosenza, como Gerente Executivo de Abastecimento e Refino da Petrobras, por autorizar a formalização do Contrato CT 111 com o sobrepreço e o consequente superfaturamento, conforme Documento Interno da Petrobras (DIP) nº 458/2008, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998;

9.5.8. Sérgio Cunha Mendes, como Diretor Vice-Presidente Executivo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.9. Alberto Elísio Vilaça Gomes, como representante da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.10. Ângelo Alves Mendes, como Diretor Vice-Presidente Corporativo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre encargos e respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.11. José Humberto Cruvinel Resende, como Gerente de Contratos da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.12. Alberto Jesus Padilla Lizondo, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre encargos e respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.13. Carlos Alberto Rodrigues, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A., em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.14. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, como Controlador do Grupo Setal e Administrador da empresa SOG Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.15. Luiz Cláudio de Araújo Santoro, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.16. Jésus de Oliveira Ferreira Filho, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14 e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 268.656.487,92 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades:

9.6.1. Consórcio Interpar (formado pelas empresas: Setal Óleo e Gás S.A; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A), como signatário do contrato Nº 0800.0043363.08.2 (CT 111), em decorrência de pactuar o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.2. Renato de Souza Duque, como Diretor de Serviços da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.3. Pedro José Barusco Filho, como Gerente Executivo da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.4. Paulo Roberto Costa, como Diretor de Abastecimento da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.5.José Paulo Assis, como Gerente de Implementação de Empreendimentos para a Repar, em decorrência de autorizar e assinar o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.6. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como Presidente da Petrobras, em decorrência de inobservar os deveres previstos no art. 158 da Lei nº 6.404, de 1976, por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência, além da falta de dever de cuidado, em relação à necessária apuração dos ilícitos perpetrados na estatal, por ter deixado de agir para prevenir, evitar ou impedir a prática desses ilícitos; por falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404, de 1976, e por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência em relação à deficiente supervisão e controle das irregularidades praticadas pelos seus subordinados, conforme apurado nos recentes elementos de prova oriundos da Operação Lava Jato;

9.6.7. Sérgio Cunha Mendes, como Diretor Vice-Presidente Executivo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.8. Alberto Elísio Vilaça Gomes, como representante da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.9. Ângelo Alves Mendes, como Diretor Vice-Presidente Corporativo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.10. José Humberto Cruvinel Resende, como Gerente de Contratos da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.11. Alberto Jesus Padilla Lizondo, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.12. Carlos Alberto Rodrigues, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.13. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, como Controlador do Grupo Setal e Administrador da empresa SOG Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.14. Luiz Cláudio de Araújo Santoro, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.15. Jésus de Oliveira Ferreira Filho, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.7. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14, em face da indevida diferença entre os valores estimativos da empresa estatal e o paradigma de mercado apurado pelo TCU, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 298.987.182,57 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

NOME	CPF	ATRIBUIÇÃO
Sérgio dos Santos Arantes	335.417.367-04	Aprovação
Adalberto Braga	296.720.157-04	Verificação
Cócis Alexandre dos Santos Balbino	849.274.297-68	Elaboração
Débora Braga Barros Ferreira	857.491.847-49	Elaboração
José Luiz Arantes de Moura	044.865.868-24	Elaboração
Alexandre Werner	513.463.387-87	Elaboração
Marcos Rodrigues dos Santos	386.844.707-53	Elaboração
Gildásio Fernandes Dantas	263.032.137-15	Verificação Revisão A e B

9.8. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14, em face da diferença entre o valor contratado e o valor estimado para a contratação (sobrepreço residual), com o seu consequente impacto sobre o menor detalhamento das planilhas orçamentárias, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 176.311.823,01 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

NOME	CPF	ATRIBUIÇÃO
Sérgio dos Santos Arantes	335.417.367-04	Elaboração e aprovação de normas (Faixa de Variação)
Sandoval Dias Aragão	229.203.586-34	Elaboração e aprovação de normas (Faixa de Variação)

9.9. sobrestar, com fundamento no art. 157, caput, do RITCU, a aplicação da medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista no item 9.1 deste Acórdão em desfavor dos Srs. Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho e, também, da SOG Óleo e Gás S.A., diante da efetiva colaboração ou leniência premiada com o Ministério Público Federal, caso essa medida reste devidamente comprovada;

9.10. informar à Força-Tarefa da Operação Lava-Jato, aí incluídos os membros do Ministério Público Federal, que a manutenção do sobrestamento determinado pelo item 9.9 deste Acórdão depende da apreciação, pelo Ministério Público Federal, do compromisso firmado pelas correspondentes empresas, com as especificações das medidas de colaboração tendentes a contribuir com os respectivos processos de controle externo neste Tribunal, salientando que o TCU deliberará oportunamente sobre as possíveis sanções premiais a serem concedidas em prol das pessoas físicas colaboradoras ou das pessoas jurídicas lenientes, conforme o caso, por ocasião da análise das medidas especificadas no acordo judicial celebrado pelo Ministério Público Federal;

9.11. determinar que a unidade técnica promova o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, juntamente com as manifestações da SeinfraOperações acostadas às Peças 127, 128 e 129, para os responsáveis relacionados nos itens 9.1 até 9.8 deste Acórdão, com o intuito de subsidiar as correspondentes manifestações nestes autos, sem prejuízo de determinar que os aludidos responsáveis apresentem as suas defesas, em resposta à respectiva oitiva e/ou citação, acompanhadas dos subjacentes sumários, de sorte que, no respectivo sumário, o responsável faça listar objetivamente o título de cada questão essencial que ele pretende ver efetiva e necessariamente apreciada pelo TCU sobre a sua defesa, com a clara indicação de todas as páginas inerentes à cada questão essencial, na correspondente peça de defesa, em homenagem, assim, ao princípio da cooperação processual,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

nos termos dos arts. 6º e 15 da Lei n.º 13.105 (Código de Processo Civil), de 2015, e do art.298 do RITCU;

9.12. determinar que a SeinfraOperações promova a juntada de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos eventuais processos de tomada de contas especial autuados para a apuração de irregularidades na implantação da refinaria Abreu e Lima, em Recife PE (PAC 25.753.0288.1P65.0026/2009), na implantação de terminal para a ampliação da capacidade de escoamento de GLP e C5+, de 1,3 mm m3/dia para 18,0 mm m3/dia, pela construção de terminal de granéis líquidos no porto de Barra do Riacho ES (25.785.0290.111S. 0032/2009), na modernização e adequação do sistema de produção da refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária PR (PAC 25.753.0288.3161.0041/2009), e na construção do COMPERJ RJ (25.753.XXXX.XXXX.0001), para que cada Ministro-Relator do correspondente feito possa promover os estudos com o intuito de apurar as possíveis irregularidades perpetradas pelos diversos agentes públicos, no âmbito do respectivo procedimento técnico-administrativo destinado a resultar na edição da correspondente fundamentação ministerial para o posterior envio da Mensagem de Veto n.º 41, de 26/1/2010, ao Projeto de Lei n≥d -H/10≤o 46, de 2009 CN, buscando subsequentemente promover o desbloqueio orçamentário-financeiro de cada empreendimento, seja diante da ausência da necessária fundamentação técnico-administrativa para esse desbloqueio, seja diante da produção dessa fundamentação de modo descabido ou inadequado, com vistas a permitir o prosseguimento de cada um desses quatro empreendimentos maculados pela correspondente irregularidade grave, sem a observância dos procedimentos estabelecidos e das cautelas fixadas pelos arts. 9≥d -H/10≤o, 94, 95, 97 e 98, entre outros, da então vigente Lei n.º 12.017 (LDO-2010), de 12/8/2009; e

9.13. determinar que a unidade técnica promova o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal na Operação Lava-Jato, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União na Operação Lava-Jato, ao Juiz Federal Titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e adoção das medidas porventura cabíveis, informando-os sobre a possibilidade de, após a assinatura de novos acordos de leniência e/ou de colaboração premiada, notificar o TCU para que possa deliberar sobre os eventuais efeitos desses acordos no âmbito dos processos de controle externo financeiro do TCU.

10. Ata n° 50/2017 Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2791-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 658, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R$ 1.292.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45 da Lei n.º 13. 408, de 26 de dezembro de 2016, LDO 2017, c/c com o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1", da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017, LOA 2017, assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e com o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 6, de 1º de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar, tipo 402a, com compensação, no valor global de R$ 1.292.000,00, para recomposição de dotações, a fim de atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ANEXO I

ORGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.292.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.292.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.292.000
			S	1	1	90	0	100	1.292.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.292.000
TOTAL - GERAL									1.292.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.292.000
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							1.292.000
02 122	0571 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.292.000
			F	1	1	90	0	100	1.292.000
TOTAL - FISCAL									1.292.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.292.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.850, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 7, de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 5.597.903,00 (Cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor 5.597.903,00 (Cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e três reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

ANEXO I

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.597.903
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.597.903
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							5.597.903
			S	1	1	90	0	100	4.754.260
			S	1	1	90	0	188	843.643
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.597.903
TOTAL - GERAL									5.597.903

ANEXO II

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							5.597.903
		Atividades							
02 301	0567 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							4.440.587
02 301	0567 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							4.440.587
			S	3	1	90	0	100	4.440.587
02 331	0567 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							47.000
02 331	0567 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							47.000
			F	3	1	90	0	100	47.000
02 331	0567 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							266.673
02 331	0567 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							266.673
			F	3	1	90	0	100	266.673
02 122	0567 20TP	Pessoal Ativo da União							843.643
02 122	0567 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							843.643
			F	1	1	90	0	188	843.643
TOTAL - FISCAL									1.157.316
TOTAL - SEGURIDADE									4.440.587
TOTAL - GERAL									5.597.903

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 457, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 329ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Federal de Biologia - CFBio para o exercício de 2018, conforme abaixo:

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	7.640.000,00	Desp. Correntes	6.159.000,00
Rec. de Cap.	360.000,00	Desp. de Cap.	1.841.000,00
TOTAL	8.000.000,00		8.000.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFC nº 1.533/17, publicada no DOU de 12/12/2017, Seção 1, Páginas 126 e 127, onde se lê: "RESOLUÇÃO CFC N.º 1.533, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017." leia-se: "RESOLUÇÃO CFC N.º 1.533, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017."; No artigo 18, § 9° onde se lê: "§ 6° do Art. 17," leia-se: "§ 6° do Art. 18,"; No artigo 23 onde se lê: "caput do Art. 21." leia-se: "caput do Art. 22." e onde se lê: "Aprovada na 1036ª Reunião Plenária, realizada em 7 de DEZEMBRO de 2017." leia-se: "Aprovada na 1036ª Reunião Plenária, realizada em 8 de DEZEMBRO de 2017."

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 653, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Ementa: Aprova as Reformulações e Suplementações Orçamentárias realizadas no Exercício de 2017 pelos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, no uso das atribuições legais, considerando sua receita pública, resolve:
Art. 1º - APROVAR Ad-Referendum do Plenário do Conselho Federal de Farmácia as Reformulações e Suplementações Orçamentárias realizadas pelos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia no exercício de 2017 que alteraram o Orçamento Programa inicialmente proposto, conforme quadro abaixo.

REFORMULAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS CRF"s- EXERCÍCIO DE 2017

CRF	Grupo de contas	Orçamento Inicial	1ª Reformula ção	2ª Reformulaç	3ª Reformulação	Orçamento Final
ES	Rec. Corrente	7.020.000,00	452.000,00	-	-	7.472.000,00
	Rec. De Capital	-	-	-	-	-
	Total de Receitas	7.020.000,00	452.000,00	-	-	7.472.000,00
	Desp. Corrente	6.979.000,00	407.000,00	-	-	7.386.000,00
	Desp. De Capital	41.000,00	45.000,00	-	-	86.000,00
	Total de Despesas	7.020.000,00	452.000,00	-	-	7.472.000,00
PA	Rec. Corrente	7.467.000,00	457.000,00	-	-	7.924.000,00
	Rec. De Capital	-	-	-	-	-
	Total de Receitas	7.467.000,00	457.000,00	-	-	7.924.000,00
	Desp. Corrente	7.397.000,00	491.000,00	-	-	7.888.000,00
	Desp. De Capital	70.000,00	- 34.000,00	-	-	36.000,00
	Total de Despesas	7.467.000,00	457.000,00	-	-	7.924.000,00
SC	Rec. Corrente	13.037.000,00	1.663.000,00	500.000,00	700.000,00	15.900.000,00
	Rec. De Capital	300.000,00	-	-	-	300.000,00
	Total de Receitas	13.337.000,00	1.663.000,00	500.000,00	700.000,00	16.200.000,00
	Desp. Corrente	12.779.700,00	-	-	-	12.779.700,00
	Desp. De Capital	557.300,00	1.663.000,00	500.000,00	700.000,00	3.420.300,00
	Total de Despesas	13.337.000,00	1.663.000,00	500.000,00	700.000,00	16.200.000,00
SP	Rec. Corrente	70.366.000,00	815.535,00	-	-	71.181.535,00
	Rec. De Capital	144.000,00	-	-	-	144.000,00
	Total de Receitas	70.510.000,00	815.535,00	-	-	71.325.535,00
	Desp. Corrente	68.746.000,00	815.535,00	-	-	69.561.535,00
	Desp. De Capital	1.764.000,00	-	-	-	1.764.000,00
	Total de Despesas	70.510.000,00	815.535,00	-	-	71.325.535,00
TO	Rec. Corrente	2.200.000,00	525.000,00	-	-	2.725.000,00
	Rec. De Capital	-	-	-	-	-
	Total de Receitas	2.200.000,00	525.000,00	-	-	2.725.000,00
	Desp. Corrente	2.180.000,00	501.000,00	-	-	2.681.000,00
	Desp. De Capital	20.000,00	24.000,00	-	-	44.000,00
	Total de Despesas	2.200.000,00		-	-	2.200.000,00

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO,
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 33.226 - Processo Eleitoral nº 539/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo - CRF/ES. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relatora: Conselheira Federal Lenira da Silva Costa. Ementa: Eleições realizadas no CRF/ES em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as) LUIZ CARLOS CAVALCANTI - Presidente; GUSTAVO MARTINELLI BERGAMASCHI - Vice-Presidente; MONALISA QUINTÃO CHAMBELLA - Secretária-Geral e RODRIGO ALVES DO CARMO - Tesoureiro; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: LUIZ CARLOS CAVALCANTI, DENISE DE ALMEIDA MARTINS OLIVEIRA, GUSTAVO MARTINELLI BERGAMASCHI, LEANDRO RODRIGUES PASSOS e MAGALI DEMONER BERMOND (Titulares); MARCOS ROGÉRIO FONSECA PEDRO e PATRÍCIA DE OLIVEIRA FRANÇA (Suplentes); para o mandato 2019/2022 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: JULIANA TALHATE, HERMÍNIO MENEGUZZI JÚNIOR e HUGO GUEDES DE SOUZA (Titulares); e GILBERTO DA PENHA DUTRA (Suplente); nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.227 - Processo Eleitoral nº 546/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado da Paraíba - CRF/PB. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Marcos Aurélio Ferreira da Silva. Ementa: Eleições realizadas no CRF/PB em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DA PARAÍBA, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as) CILA ESTRELA GADELHA DE QUEIROGA - Presidente; RENATA MADALENA ZACCARA NUNES - Vice-Presidente; MOABE OLIVEIRA DOMINGOS - Secretário-Geral e JOSÉ RICARDO DA SILVA - Tesoureiro; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: CILA ESTRELA GADELHA DE QUEIROGA, JOSÉ RICARDO DA SILVA, MAGNA FERNANDA ALMEIDA FIGUEIREDO, VALSI ROBERTO DE LIRA (Titulares); e PAULO GOMES DE ARAÚJO (Suplente); para o mandato 2019/2022 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: MÔNICA VALÉRIA MEDEIROS NÓBREGA, JASSON RAMON DANTAS PEREIRA, SAVIO OLIVEIRA DE ALEXANDRIA e FRANCISCO LAIRTON VIEIRA (Titulares); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.228 - Processo Eleitoral nº 550/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro - CRF/RJ. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto Boff. Ementa: Eleições realizadas no CRF/RJ em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as) TANIA MARIA LEMOS MOUÇO - Presidente; SILVANIA MARIA CARLOS FRANÇA - Vice-Presidente; RICARDO LAHORA SOARES - Secretário-Geral e CARLA PATRÍCIA DE MORAIS E COURA - Tesoureira; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: TANIA MARIA LEMOS MOUÇO, CARLA PATRÍCIA DE MORAIS E COURA, JOSÉ LIPORAGE TEIXEIRA e RICARDO LAHORA SOARES (Titulares); e JAIRO ALVES DE OLIVEIRA (Suplente); para o mandato 2019/2022 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: THIAGO LOPES DAS DORES, NIARA SALES NAZARENO, ADRIANO SOUZA DE ALMEIDA, JOSÉ ROBERTO LANNES ABIB (Titulares); e RALPH SANTOS OLIVEIRA (Suplente); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.229 - Processo Eleitoral nº 552/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia - CRF/RO. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Gedayas Medeiros Pedro. Ementa: Eleições realizadas no CRF/RO em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as)

JOÃO DIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR - Presidente; GEYZA CRISTINA FARIAS DA SILVA - Vice-Presidente; CELINA APARECIDA BERTONI LUGTENBURG - Secretária-Geral e ACILON ALMEIDA MENESES FILHO - Tesoureiro; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: JOÃO DIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR, GEYZA CRISTINA FARIAS DA SILVA e CELINA APARECIDA BERTONI LUGTENBURG (Titulares); para o mandato 2019/2022 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: VERA LÚNIA MATIAS GERON, ROGÉLIO ROCHA BARROS e ACILON ALMEIDA MENESES FILHO (Titulares); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.230 - Processo Eleitoral nº 548/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Piauí - CRF/PI. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Bráulio Cesar de Sousa. Ementa: Eleições realizadas no CRF/PI em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as) LUIZ JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR - Presidente; ÍTALO SÁVIO MENDES RODRIGUES - Vice-Presidente; JOSEANA MARTINS SOARES DE RODRIGUES LEITÃO - Secretária-Geral; e PATRÍCIA DE MOURA LOPES - Tesoureira; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: ÍTALO SÁVIO MENDES RODRIGUES, JOSEANA MARTINS SOARES DE RODRIGUES LEITÃO, ULISSES NOGUEIRA DE AGUIAR, JOSÉ VÍLMORE SILVA LOPES JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS DE CARVALHO (Titulares); DÊNIS RÔMULO LEITE FURTADO e KLEBERSON DE CARVALHO VIEIRA (Suplentes); para o mandato 2019/2022 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: RAULINO FIRMINO FERREIRA, ÍCARO TYÊGO ARAÚJO NOGUEIRA, MARIA DO SOCORRO CORDEIRO FERREIRA, JAIRO LAERTE GOMES FERREIRA (Titulares); e MÁRCIO DOS SANTOS ROCHA (Suplente); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.231 - Recurso Eleitoral nº 548/2017. Recorrentes: Márcio dos Santos Rocha e Chapa "Dignidade e Transparência". Recorrido: Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Piauí. Relator: Conselheiro Federal Carlos Bráulio César de Sousa. Ementa: Recurso Eleitoral. Alegação de irregularidades nas candidaturas. Ausência de provas. Preclusão. Não há, nos autos, qualquer prova apresentada pelos recorrentes que caracterize eventual irregularidade ou inobservância ocorrente no pleito eleitoral ou, ainda, prática que ensejaria nulidade, conforme disposto na Resolução/CFF nº 604/14 e fundamentado no Parecer nº 5.342/2017. Pelo improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO; nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.232 - Recurso Eleitoral nº 513/2017. Recorrente: Jones Costa Fonseca. Recorrido: Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Amazonas. Relator: Conselheiro Federal Carlos Bráulio César de Sousa. Ementa: Recurso Eleitoral. Eleições realizadas no CRF/AM em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Relator: Conselheiro Federal Carlos André Oeiras Sena. Ementa: Recurso Eleitoral. Alegação de falhas no procedimento eleitoral. Ausência de provas. Adoção de processos licitatórios para contratação de empresa para controle de auditoria da votação pela Internet, sendo vencedora a empresa Security Labs serviços de desenvolvimento e licenciamento de programas Ltda - ME (DOU 18/05/2017, Seção 3, p. 119); bem como para a realização da eleição eletrônica pela Internet, restando vencedora a empresa INFOLOG (DOU 23/06/2017, Seção 3, p. 149). Garantia da lisura e imparcialidade do pleito. A empresa que realizou as eleições trabalha com uma solução internacionalmente patenteada, denominada "Logs Imutáveis", que permite a rastreabilidade de qualquer alteração do sistema, ou seja, qualquer tentativa de fraude tem como ser identificada. O ambiente possui certificado de segurança (protocolo "https"), sendo que as alterações são executadas mediante certificado digital previamente cadastrado. Toda a comunicação realizada nos servidores é criptografada e realizada por meio de conexões privadas, visando a garantia do sigilo e inviolabilidade do voto. Laudos da empresa Security Labs atestando a lisura das eleições. Não há, nos autos, qualquer prova apresentada pelo recorrente que caracterize eventual erro ou inobservância ocorrente no pleito eleitoral via "web voto" ou, ainda, prática que ensejaria nulidade, conforme disposto no artigo 50 da Resolução/CFF nº 604/14. Pelo improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO; nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 490, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Promove o desmembramento da região territorial do CREFITO-9 e determina a realização de eleições diretas para preenchimento de cargos de Conselheiros Efetivos e Suplentes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região, como condição para sua definitiva instalação.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, mediante atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 1º e 5º, incisos II, III, IV e XII, da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e conforme deliberado na 281ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2017, na Subsede do COFFITO, situada na Rua Padre Anchieta, 2285, Edifício Delta Center, Salas 801/802, Bairro Bigorrilho, Curitiba/PR;

Considerando que o art. 1º da Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, permitindo que a instalação das unidades regionais fosse operada paulatinamente em atendimento às necessidades de abrangência local dos serviços de registro e fiscalização profissionais e possibilidades materiais crescentes, proporcionalmente derivadas do efetivo aumento do número anual da graduação de novos profissionais, estabelecendo essa competência exclusiva do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no inciso IV do art. 5º dessa Lei;

Considerando que ao COFFITO a Lei Federal nº 6.316, em seu art. 5º, inciso IV, confere a competência para criar novas unidades regionais em Unidades Federadas, em cumprimento à sua competência legal de "organizar, instalar, orientar e inspecionar os Conselhos Regionais" em todo o país;

Considerando que os estudos de viabilidade econômico-financeira e técnico-operacional do CREFITO a ser desmembrado e os requisitos mínimos para o desmembramento foram realizados pela Comissão de Desmembramento, observando-se as características e condições regionais para desempenho das funções de registro e de fiscalização do exercício das profissões, objetivando a redução de custos para as entidades e profissionais, resultando favoráveis ao desmembramento e instalação da entidade regional no Estado de Sergipe;

Considerando o equilíbrio econômico e financeiro constatado pela análise histórica do CREFITO-9, notadamente, quanto à ausência de obtenção de mútuos financeiros nos últimos exercícios que demonstra estabilidade administrativa capaz de subsidiar a presente Resolução; resolve:

Art. 1º Desmembrar a circunscrição administrativa anteriormente compreendida pelo CREFITO-9, visando à futura instalação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região - CREFITO-18, com sede e foro na cidade de Rondônia/RO, e circunscrição administrativa sobre o Estado de Porto Velho.

Art. 2º O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região, obedecendo aos ditames do artigo 6º da Lei nº 6.316/1975, será constituído de 9 (nove) Membros Efetivos e 9 (nove) Membros Suplentes, eleitos pelos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais com exercício profissional no Estado de Porto Velho.

Art. 3º Determinar a realização de eleições diretas para preenchimento de cargos de Conselheiros Efetivos e Suplentes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região - CREFITO-18, sob a égide da Resolução-COFFITO nº 369/2009, e a posse dos membros que forem eleitos como condição para instalação dessa Entidade Autárquica Regional no Estado de Sergipe.

Art. 4º Competirá ao Presidente do COFFITO a designação, por intermédio do procedimento específico, estabelecido na Resolução-COFFITO nº 369/2009, e a composição dos membros integrantes da Comissão Eleitoral para aplicação e direção do primeiro pleito do CREFITO-18.

Parágrafo único. Os valores e atos administrativos a serem despendidos e realizados para efeitos do pleito eleitoral a ser deflagrado serão de responsabilidade e competência do COFFITO na pessoa do seu Presidente.

Art. 5º Após a posse dos Conselheiros Efetivos e Suplentes compromissados a permitir a concomitante instalação do CREFITO-18, serão aplicados à Entidade Regional os prazos, atribuições e competências previstos na Resolução-COFFITO nº 323, de 8 de dezembro de 2006, e outras congêneres, objetivando transferência direta de patrimônio mobiliário até então mantido na unidade instalada, créditos, arquivos, arquivos eletrônicos e listagens, cadastros, livros, fichários, substituições processuais em processos judiciais onde resida interesse específico da nova entidade regional, procedimentos ético-profissionais e processos administrativos referentes às pessoas físicas e jurídicas domiciliadas em sua circunscrição, registradas e autuadas e que se encontram sob guarda do CREFITO-9, devidamente atualizados, bem como transferência e sub-rogação de créditos, inscritos ou não em dívida ativa, atribuídos às pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na nova circunscrição e a substituição em processos judiciais de cobrança de anuidades e emolumentos que envolvam essas personalidades no Estado de Sergipe.

Art. 6º O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região, no prazo de 30 (trinta) dias, após a sua instalação e posse dos Conselheiros eleitos, encaminhará ao Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional o orçamento-programa para o presente exercício, composto dentro das normas regulamentares vigentes.

Art.7º Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 19 de 19 de outubro de 2017 - PL. PA CFMV nº 6845/2016. Origem: CRMV-DF. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 20 de 19 de outubro de 2017 - PL. PA CFMV nº 1057/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR MAIORIA ABSOLUTA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 23 de 19 de outubro de 2017 - PL. PA CFMV nº 0564/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

Acórdão nº 153 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4243/2017. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 182 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3937/2017. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 183 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3894/2017. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

MOACIR TONET
Presidente da 1ª Turma
Em Exercício

Acórdão nº 101 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0270/2017. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 102 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0273/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 103 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0667/2017. Origem: CRMV-MG. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 104 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6276/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 105 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6732/2016. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 106 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6282/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 107 de 21 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0186/2017. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 108 de 22 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 7096/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acórdão nº 111 de 21 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 2873/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 115 de 21 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6999/2016. Origem: CRMV-ES. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 117 de 21 de setembro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0233/2017. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 129 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 2580/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 131 de 19 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6010/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 132 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0020/2016. Origem: CRMV-MT. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 133 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6278/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 139 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 1862/2017. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 144 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 0810/2017. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 146 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 7052/2016. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 148 de 19 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 1049/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 149 de 19 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 1056/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 153 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 1729/2017. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 157 de 18 de outubro de 2017 - 2T. PA CFMV nº 7119/2016. Origem: CRMV-PB. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

AMILSON PEREIRA SAID
Presidente da 2ª Turma

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 77, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os valores de anuidades para o ano de 2018 de Pessoas Físicas e Jurídicas registradas no Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - CREF10/PB.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o artigo 19 combinados com Inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF10/PB, e:

CONSIDERANDO o dispositivo nas leis federais nº 12.197 de 14/01/2010 e nº 12.514 de 28/10/2011;

CONSIDERANDO ser atribuição estatutária dos Conselhos Regionais de Educação Física, a fixação de valores das anuidades no âmbito de sua jurisdição, conforme o Art. 19 da Resolução 035/2011 do CREF10/PB;

CONSIDERANDO, o disposto na Resolução do CONFEF nº 339/2017 de 18/09/2017, que fixa as anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO, finalmente o que deliberou o Plenário do CREF10/PB em 15 de dezembro de 2017. resolve:

Art. 1º Fixar as anuidades, para o exercício de 2018, nos valores máximos abaixo discriminados: I - Pessoa Física: R$ 603,07 (seiscentos e três reais e sete centavos), com vencimento em 10 de julho de 2018; II - Pessoa Jurídica: R$ 1.490,40 (um mil quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos), com vencimento em 10 de dezembro de 2018. Parágrafo Único - É facultativo o pagamento da anuidade aos Profissionais com mais de 65 anos de idade, com no mínimo 05 (cinco) anos de registro ininterruptos no Sistema CONFEF/CREFs, e que, concomitantemente, não possuam débitos no Sistema, devendo o interessado requerer, por escrito, tal direito.

Art. 2º O valor da anuidade de Pessoa Física poderá ser pago da seguinte forma: I - Pagamento antecipado com desconto de 56,1%, em parcela única, no valor de R$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais), até 10 de março de 2018;II - Pagamento antecipado com desconto de 40%, no valor de R$ 361,84 (trezentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos), em 02 (duas) parcelas de R$ 180,92 (cento e oitenta reais e noventa e dois centavos), com vencimento em 10 de abril de 2018 e 10 de maio de 2018; III - Pagamento sem desconto, valor integral de R$ 603,07 (seiscentos e três reais e sete centavos), até 10 de julho de 2018; ou em 03 (três) parcelas iguais de R$ 201,02 (duzentos e um reais e dois centavos) com vencimentos em 10 de maio de 2018, em 10 de junho de 2018 e a última em 10 de julho de 2018; § 1º O pagamento da anuidade integral poderá ser parcelado em qualquer época, contanto que a última parcela não ultrapasse o final do Exercício de 2018. §2º Após a data de vencimento, dia 10 de julho de 2018, o valor será acrescido de multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês. § 3º No caso de parcelamento, os interessados deverão negociar diretamente com o CREF10/PB.

Art. 3º Por ocasião do registro de Pessoa Física, graduada em dezembro de 2017 ou no ano de 2018, serão cobrados duodécimos do menor valor da anuidade de Pessoa Física, de acordo com a tabela abaixo:

SOLICITAÇÃO DO REGISTRO DUODÉCIMOS VALOR
Janeiro/Fevereiro 7 R$154,58
Março/Abril 6 R$132,49
Maio/Junho 5 R$110,41
Julho/Agosto 4 R$ 88,33
Setembro/Outubro 3 R$ 66,24
Novembro/Dezembro 2 R$44,06

Parágrafo Único - Para fazer jus ao que dispõe o caput deste artigo, o registro de Pessoa Física deverá ser realizado até 60 (sessenta dias) após a data da colação de grau.

Art. 4º O valor da anuidade de Pessoa Jurídica poderá ser pago da seguinte forma: I - GRUPO I - Pessoa Jurídica de Pequeno Porte (até 200 m^2) e/ou localizada em municípios com menos de 10 mil habitantes: a) Pagamento antecipado com desconto de 75%, em parcela única no valor de R$ 372,60 (trezentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) até 10 de junho de 2018. b) Pagamento antecipado com desconto de 70%, em parcela única no valor de R$ 447,12 (quatrocentos e quarenta e sete reais e doze centavos) até 10 de julho de 2018. c) Pagamento antecipado com desconto de 65%, em parcela única no valor de R$ 521,64 (quinhentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) até 10 de agosto de 2018. II - GRUPO II - Pessoa Jurídica de Médio Porte (de 201 a 350 m^2) e/ou Pessoa Jurídica que oferece uma atividade física ou desportiva em quadras, campos de futebol, ginásios ou piscinas: a) Pagamento antecipado com desconto de 70%, em parcela única no valor de R$ 447,12 (quatrocentos e quarenta e sete reais e doze centavos) até 10 de junho de 2018. b) Pagamento antecipado com desconto de 65%, em parcela única no valor de R$ 521,64 (quinhentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) até 10 de julho de 2018. c) Pagamento antecipado com desconto de 60%, em parcela única no valor de R$ 596,16 (quinhentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos) até 10 de agosto de 2018. III - GRUPO III - Pessoa Jurídica de Grande Porte (de 351m^2 em diante) e/ou clubes e associações organizativas que ofereçam atividades físicas e/ou desportivas: a) Pagamento antecipado com desconto de 65%, em parcela única no valor de R$ 521,64 (quinhentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) até 10 de junho de 2018. b) Pagamento antecipado com desconto de 60%, em parcela única no valor de R$ 596,16 (quinhentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos) até 10 de julho de 2018. c) Pagamento antecipado com desconto de 55%, em parcela única no valor de R$ 670,68 (seiscentos e setenta reais e sessenta e oito centavos) até 10 de agosto de 2018. § 1º A Pessoa Jurídica que já tenha realizado o enquadramento no Exercício de 2017 somente deverá fazer novo enquadramento, caso tenha sofrido alguma alteração nas hipóteses previstas nos incisos "I", "II" ou "III" deste artigo. § 2º A Pessoa Jurídica que não fez o enquadramento no exercício de 2017, deverá enviar requerimento ao CREF10/PB, a qualquer tempo, juntamente com cópia do carnê do IPTU do ano vigente, documento que comprove a área construída ou estatuto, no caso de clubes e associações, ficando o pagamento da anuidade de 2018 condicionado ao grupo enquadrado, respeitando-se as datas e valores previstos em cada grupo.

Art. 5º A Pessoa Jurídica que não solicitar a classificação mencionada no artigo 4º e/ou não realizar o pagamento nas datas estipuladas deverá efetuar o pagamento sem desconto, no valor integral de R$ 1.490,40 (um mil quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos), até 10 de dezembro de 2018, ou pagamento em 05 (cinco) parcelas iguais de R$ 298,08 (duzentos e noventa e oito reais e oito centavos) com vencimentos em 10 de agosto de 2018, 10 de setembro de 2018, 10 de outubro de 2018, 10 de novembro de 2018 e 10 de dezembro de 2018; §1º No caso de parcelamento diferenciado ao que está previsto no caput os interessados deverão negociar diretamente com o CREF10/PB. § 2º Após a data de vencimento, dia 10 de dezembro de 2018, o valor será acrescido de multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês.

Art. 6º Por ocasião de registro de Pessoa Jurídica constituída em 2018, será cobrado o valor correspondente aos duodécimos contados a partir do mês de registro, aplicados sobre o menor valor da anuidade do ano correspondente, no grupo em que se enquadre. Parágrafo Único - Para fazer jus ao que dispõe o caput deste artigo, o registro de Pessoa Jurídica deverá ser realizado até 60 (sessenta dias) após a data da constituição da empresa, expressa no CNPJ.

Art. 7º Os pedidos de baixa de registro efetivados junto ao CREF10/PB até 31 de março de 2018, caso deferidos, ficarão isentos do pagamento de anuidade do exercício em curso.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, com efeito, a partir de 01 de janeiro de 2018 e revogam-se as disposições em contrário

FRANCISCO MARTINS DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 78 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os valores de taxas e multas de infrações para o ano de 2018 de Pessoas Físicas Jurídicas registradas no Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - CREF10/PB.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme o Inciso 19 combinados com o Inciso IX, do art. 40 do Estatuto do CREF10/PB e,

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CREF10/PB em 15 de dezembro de 2017. resolve:

Art. 1º Fixar os valores das taxas e multas a serem cobrados das Pessoas Físicas e Jurídicas, para o exercício 2018: I - No ato do pedido de Inscrição de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica: R$ 100,00 (cem reais), destinados ao CONFEF; II - Solicitação de 2ª via da Cédula de Identidade Profissional (CIP): R$ 40,00 (quarenta reais); III -Multas por autuações cobradas conforme o quadro de autuações e multas - CREF10/PB - ano base 2018, anexo dessa Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, com efeito, a partir de 01 de janeiro de 2018 e revogam-se as disposições em contrário.

Esta Resolução e seu anexo, encontra-se publicado no Site www.cref10.org.br.

FRANCISCO MARTINS DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DECISÃO Nº 3, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905 de 12/07/1973, e pelo regimento da Autarquia aprovado pela Decisão COREN-SP/DIR/03/2013, devidamente homologada pela Decisão Cofen 062/2013,

CONSIDERANDO o disposto no inciso VI da Lei nº 5.905/1973;

CONSIDERANDO o disposto na alínea a, do inciso XIV, do artigo 34, do Regimento Interno do Conselho;

CONSIDERANDO o artigo 165 e seguintes da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os termos das Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen nºs 340/2008 e 503/2016;

CONSIDERANDO tudo que consta nos autos do Processo Administrativo nº 1818/2017, assim como as manifestações das áreas técnicas da Autarquia;

CONSIDERANDO o PARECER Nº 007/2017 - CONTROLE INTERNO, que concluiu pela regularidade da Proposta Orçamentária de 2018;

CONSIDERANDO ainda os termos da deliberação do Plenário do Coren-SP em sua 1033ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2017, decide:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do exercício de 2018 do Coren-SP, cujo valor total orçado é de R$ 140.223.557,50 (cento e quarenta milhões, duzentos e vinte e três mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme planilhas de detalhamento e textos informativos, que passam integrar a presente Decisão.

Art. 2º Esta Decisão entrará em vigor após homologação procedida pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, produzindo seus regulares efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º Ficam devidamente revogadas quaisquer disposições em contrário.

MARCUS VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA
1º Secretário

FABÍOLA DE CAMPOS BRAGA MATTOZINHO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARÁ

DECISÃO Nº 99, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Proclama a Eleição e Posse dos Membros da Diretoria, do Delegado Regional e respectivos suplentes, para o mandato de 01/01/2018 a 31/12/2020.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Pará, em conjunto com sua Conselheira Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Lei 5.905/73, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências;

CONSIDERAND a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO a Reunião de Eleição dos Efetivos eleitos para o Triênio de 2018/2020, realizada em 24 de Novembro de 2017; decidem:

Art. 1º. PROCLAMAR o resultado da Eleição Interna para a escolha dos membros da Diretoria, Delegado Regional e seu respectivo suplente para o mandato relativo ao período de 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2020, composta pelos nacionais abaixo relacionados:

Diretoria:

PRESIDENTE - Danielle Cruz Rocha - COREN/PA nº 150.604 - ENF

SECRETÁRIO - Horácio Ferreira Cunha Bastos - COREN/PA nº 55.885 - ENF

TESOUREIRO - Luiz Heleno Mendes de Oliveira - COREN/PA nº 216.194 - TE

Delegado Regional:

DELEGADO REGIONAL - Danielle Cruz Rocha - COREN/PA nº 150.604 - ENF;

DELEGADO SUPLENTE - Horácio Ferreira Cunha Bastos - COREN/PA nº 55.885 - ENF;

Art. 2º Esta decisão entrará em vigor a contar da data de sua publicação na imprensa Oficial.

MÁRIO ANTÔNIO MORAES VIEIRA
Presidente do Conselho

MÁRCIA SIMÃO CARNEIRO
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

DECISÃO Nº 142, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece os valores dos serviços prestados pelo Coren/PR aos Profissionais de Enfermagem e à Sociedade no ano de 2018.

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, respeitando as normas do Conselho Federal de Enfermagem, o seu Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen n° 502/2015, onde fixa os valores máximos dos preços de serviços no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen n° 560/2017, que atualiza o Manual de Procedimentos Administrativos para registro e inscrição de profissionais;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen n° 563/2017, onde fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Decisão Coren/PR n° 140, que aprova o Orçamento para o exercício de 2018 do Coren/PR;

CONSIDERANDO a deliberação da 597ª Reunião Ordinária de Plenário, de 21 de novembro de 2017; decide:

Art. 1°. Fixar os valores das taxas e emolumentos correspondentes aos serviços prestados pelo Coren/PR aos Profissionais de Enfermagem e à Sociedade para o ano de 2018, conforme tabela abaixo:

TAXAS E EMOLUMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018	
Autorização para atendente enfermagem/estrangeiro (inclusive renovação)	119,44
Inscrição e Registro Definitivo - Pessoa Física	196,18
Inscrição e Registro - Pessoa Jurídica	304,98
Inscrição Secundária	196,18
Inscrição Remida / Remida Secundária	72,44
Expedição de Carteira Profissional	54,20
Substituição de Carteira Profissional / Expedição de 2° via de Carteira	54,20
Anotação / Registro de Especialização, qualificação ou título	47,60
Transferência de Inscrição	108,81
Reinscrição / Revalidação de registro	158,17
Renovação de autorização	0,00
Suspensão temporária de inscrição	61,30
Cancelamento de inscrição e registro	0,00
Anotação de Responsabilidade Técnica	183,92
Certidão de Responsabilidade Técnica	61,31
Emissão de declaração ou validação de registro para outros países	72,44
Certidões Diversas	19,67
Desarquivamento de autos/documentos	10,88
Autenticação de documentos pelo Conselho	1,25 por folha
Despesas de correspondências e remessa de docs.	Conforme a tabela EBCT.
Despesas de Fotocópias realizadas no Conselho	0,00

Parágrafo único - O valor das taxas de Inscrição Remida e Remida Secundária teve redução devido à baixa adesão de inscrições em consequência do valor aplicado ser inviável às categorias dos profissionais de enfermagem.

Art. 2°. Somente as taxas e emolumentos relativos a Anotação e Registro de Especialização, Qualificação ou Título; Transferência de Inscrição; e Emissão de declaração ou validação de registro para outros países, foram reajustados em 1,63 % (um virgula sessenta e três por cento), de acordo com variação integral do Índice Nacional de Preços - INPC dos últimos 12 (doze) meses (outubro/2016 a setembro/2017) nos termos da Resolução Cofen n° 563/2017.

Art. 3°. É vedada a cobrança de taxa para expedição de certidões: negativa, de transferência, de regularidade e/ou nada consta.

Art. 4°. A arrecadação será efetuada em conta específica, observando as determinações da Lei Federal n° 5.905/73.

Art. 5°. Encaminha-se esta Decisão para devida homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 6°. Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se disposições em contrário.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

ADEMIR LOVATO
Tesoureiro

DECISÃO Nº 144, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o pagamento das anuidades referente ao exercício de 2018.

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, respeitando as normas do Conselho Federal de Enfermagem, o seu Regimento Interno, e

CONSIDERANDO os artigos 4, 5 e 6 da Lei Federal nº 12.514 de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO o artigo 30 e § 2º, da Resolução Cofen nº 435/2012;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen nº 492/2015, que dispõe sobre a remissão de créditos de anuidades para profissionais portadores de doenças graves;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen nº 560/2017, que atualiza o Manual de Procedimentos Administrativos para registro e inscrição de profissionais;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen nº 563/2017 de 01 de novembro de 2017, onde fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Decisão Coren/PR n°140/2017, que aprova o Orçamento para o exercício de 2018 do Coren/PR;

CONSIDERANDO a deliberação da 597ª Reunião Ordinária de Plenário, de 21 de novembro de 2017; decide:

Art. 1º. Fixar o valor das anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas a serem cobradas pelo Coren/PR, para o exercício do ano de 2018, conforme descrito abaixo:

Pessoa Física

Enfermeiro - R$ 330,60 (trezentos e trinta reais e sessenta centavos);

Obstetriz - R$ 314,07 (trezentos e quatorze reais e sete centavos);

Técnico de Enfermagem - R$ 253,24 (duzentos e cinquenta e três reais e vinte e quatro centavos);

Auxiliar de Enfermagem - R$ 194,15 (cento e noventa e quatro reais e quinze centavos).

Pessoa Jurídica

Até R$ 50.000,00 de capital social - R$ 562,75 (quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos);

Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00 - R$ 1.125,52 (um mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos);

Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00 - R$ 1.688,27 (um mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos);

Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00 - R$ 2.251,03 (dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e três centavos);

Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00 - R$ 2.813,77 (dois mil, oitocentos e treze reais e setenta e sete centavos);

Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00 - R$ 3.376,55 (três mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos);

Acima de R$ 10.000.000,00 - R$ 4.502,04 (quatro mil, quinhentos e dois reais e quatro centavos).

Art. 2º. As anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas terão vencimento em 31 de março de 2018 e poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - Com 10% (dez por cento) de desconto em cota única até 28 de fevereiro de 2018;

II - Sem desconto em até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que a última parcela e/ou vencimento não ultrapasse o exercício fiscal.

Parágrafo único - Caso o pagamento não seja realizado até 31 de março de 2018 ou se o parcelamento previsto no inciso II do artigo 2° se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º. Aos profissionais recém-inscritos será concedido o desconto de 10% (dez por cento) no valor da primeira anuidade.

Parágrafo único - O disposto no art. 2º não se aplica aos profissionais recém-inscritos.

Art. 4º. Quando a inscrição for solicitada após 31 de março a anuidade será cobrada proporcionalmente aos meses que restam para o fim do exercício fiscal.

Art. 5°. Quando o pedido de cancelamento de inscrição for protocolado até 31 de março o profissional ficará isento do pagamento da anuidade. Após esta data o profissional deverá efetuar o pagamento proporcional aos meses que restam para o fim do exercício fiscal.

Parágrafo único - O cancelamento de inscrição não isenta o profissional das responsabilidades e obrigações pecuniárias.

Art. 6º. São isentos do pagamento de anuidades os profissionais:

I - portadores de inscrição remida;

II - portadores de doença grave prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para Imposto de Renda. A doença deve ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, o qual deverá indicar a data em que a enfermidade foi contraída, não sendo possível, será considerada a data da emissão do laudo como a data de início da doença, e no caso de doenças passíveis de controle informar o prazo de validade do laudo.

III - que tenham sido atingidos por calamidade pública oficialmente decretada no local de moradia, até 12 (doze) meses após a data da calamidade, mediante comprovação efetiva dos danos sofridos e que atendam a qualquer um dos requisitos abaixo:

a) recebido isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, em razão da calamidade pública;

b) autorizado a sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em razão dos fatos motivadores da calamidade pública;

c) seja atestada por órgão ou entidade da Administração Pública a lesão a bens do profissional em razão da situação calamitosa.

§ 1º. A isenção prevista no inciso III é restrita ao ano da concessão dos benefícios listados nas alíneas "a", "b" e "c".

§ 2º. Se o profissional vítima de calamidade pública tiver efetuado o pagamento da anuidade, assiste-lhe o direito de reembolso do valor da anuidade paga, desde que atenda um dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" ou ter sido oficialmente decretada a calamidade pública, ou a anuidade ser referente ao ano da calamidade pública.

§ 3º. As isenções previstas neste artigo não impedem a cobrança de débitos dos exercícios anteriores.

Art. 7º. Encaminha-se esta Decisão para devida homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 8°. Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se disposições em contrário.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

ADEMIR LOVATO
Tesoureiro

DECISÃO Nº 183, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Posse Conselheiros Efetivos e Suplentes para o mandato 2018/2020 do Coren/PR.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná em cumprimento ao disposto na Lei Federal 5.905/1973 e no Código Eleitoral do Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, instituído pela Resolução Cofen nº 523/2016;

CONSIDERANDO a Decisão Cofen n° 0211/2017, que homologa o resultado das eleições do Coren/PR, referentes ao mandato do triênio 2018/2020, do Quadro I e Quadro II/II e dá outras providências;

CONSIDERANDO que aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, em ato solene realizado nas dependências da Autarquia, localizada à Rua Professor João Argemiro de Loyola, nº 74, em Curitiba - Paraná, foram empossados de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 38 e do artigo 39 da Resolução Cofen 523/2016, pela Conselheira Enfermeira Ir. Elvira Maria Perides Lawand os Conselheiros Efetivos e Suplentes do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, para o mandato 2018/2020, com início no dia 1º de janeiro de 2018 e término no dia 31 de dezembro de 2020; decide:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1°. Declarar empossados os Conselheiros Eleitos - Efetivos e Suplentes - do Quadro I e do Quadro II/II, para o mandato 2018/2020 do Coren/PR, a saber:

Conselheiros Efetivos do Quadro I:
Simone Aparecida Peruzzo - Coren/PR 21.211
Marcio Roberto Paes - Coren/PR 191.826
Maria Cristina Paganini - Coren/PR 19.666
Tereza Kindra - Coren/PR 53.743
Vera Rita da Maia - Coren/PR 86.272
Conselheiros Suplentes do Quadro I:
Amarilis Schiavon Paschoal - Coren/PR 18.910
Janyne Dayane Ribas - Coren/PR 164.86
Junia Selma de Freitas - Coren/PR 021.221
Katia Mara Kreling Vezozzo - Coren/PR 34.319
Ramone Aparecida Przenyczka - Coren/PR 208.908
Conselheiros Efetivos do Quadro II/III:
Alessandra Sekscinski - Coren/PR 001.180.170
Eziquiel Pelaquine - Coren/PR 419.199
Marta Barbosa da Silva - Coren/PR 607.215
Sidnéia Corrêa Hess - Coren/PR 627.452
Conselheiros Suplentes do Quadro II/III:
Alessandra Ferla Martins - Coren/PR 1.117.452
Cleonice Diniz da Fonseca Advente - Coren/PR 261.186
Odete Amancio Miranda Monteiro - Coren/PR 664.922
Roseli de Jesus dos Santos - Coren/PR 159.867

Art. 2°. Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

.

SIMONE APARECIDA PERUZZO

DECISÃO Nº 184, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Eleição Interna da Diretoria, Delegado Regional e Delegado Regional Suplente para o mandato 2018/2020 do Coren/PR.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, no uso de atribuições legais e regimentais, cumprindo com o previsto nos artigos 13 e 15, inciso XIII, da Lei Federal 5.905/1973, e

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do artigo 43 e inciso II e parágrafo único do artigo 44 do Código Eleitoral do Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, instituído pela Resolução Cofen nº 523/2016;

CONSIDERANDO a Eleição Interna ocorrida durante 251ª Reunião Extraordinária de Plenário (REP), em 22 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO que aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, em ato solene realizado nas dependências da Autarquia, localizada à Rua Professor João Argemiro de Loyola, nº 74, em Curitiba - Paraná, foram empossados os membros da Diretoria, Delegado Regional e Delegado Regional Suplente do Coren/PR para o mandato 2018/2020, com início no dia 1º de janeiro de 2018 e término no dia 31 de dezembro de 2020; decide:

Art. 1º. Divulgar o resultado da Eleição Interna e considerar empossados os membros da Diretoria (Presidente, Secretária e Tesoureira), Delegado Regional e Delegado Regional Suplente do Coren/PR, para o triênio 2018/2020, com a seguinte composição e cargos: Presidente:

Simone Aparecida Peruzzo - Coren-PR 21.211
Secretária: Vera Rita da Maia - Coren/PR 86.272
Tesoureira: Sidnéia Corrêa Hess - Coren/PR 627.452
Delegada Regional: Simone Aparecida Peruzzo - Coren-PR 21.211
Delegado Regional Suplente: Marcio Roberto Paes - Coren/PR 191.826

Art. 2°. Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

SIMONE APARECIDA PERUZZO

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA ESPECIAL DOS PROCESSOS ÉTICOS E ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

ACÓRDÃO Nº 140, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSOS Nº: 111/2016; 070/2016, 064/2016; 060/2016; 065/2016; 365/2016; 390/2016; 295/2016; 159/2016; 140/2016; 093/2016; 150/2016; 145/2016; 084/2016; 100/2016; 109/2016; 131/2016; 156/2016; 324/2016; 158/2016; 114/2016; 133/2016; 358/2016; 417/2016; 369/2016; 086/2016; 048/2016; 022/2016; 023/2016; 359/2016; 350/2016; 030/2017; 057/2017; 055/2017; 052/2017; 001/2017.

Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (APA), (CCMAS), (MDTF), (CAS), (DRG), (CBO), (MSC), (NSN), (VAJC), (FGO),(BCC), (TDA), (MRSS), (CMFS), (MLDM), (WSW), (RVFP), (SHSM), (FCPB), (DRSS), (MMC), (TAGL), (SOS), (BGFDB), (MMS), (DMLL), (CMAVV), (VOBM), (FFM), (MVR), (MLPQ), (MFR), (ASB), (FMB), (PAT), (AFN), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

MARISA BACELLAR
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 170, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, no exercício de suas atribuições legais e regimentais conferidas no Art. 7º da Lei nº 6.316, de 17.12.1975, resolve:

Art. 1º - Tornar nula a Portaria CREFITO-9 nº 0169/2017 que instaurou o processo eleitoral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ELIAS NASRALA NETO

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO Nº 133/2015

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Ético n.º 133/2015, os membros do Plenário decidem, por unanimidade, condenar o CD. JACQUES DE SOUSA - CROSP 98.722, à pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, cumulada com multa no importe de 7 (SETE) VEZES O VALOR DA ANUIDADE, bem como ao ressarcimento das custas e despesas ocasionadas em decorrência do processo nos termos do voto do Relator, proferido em 07 de agosto de 2017.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 188/2015

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Ético n.º 188/2015, os membros do Plenário decidem, por unanimidade, condenar o CD. SILVIO LUIS LORENZONI - CROSP 94.282, à pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, cumulada com multa no importe de 7 (SETE) VEZES O VALOR DA ANUIDADE, bem como ao ressarcimento das custas e despesas ocasionadas em decorrência do processo, nos termos do voto do Relator, proferido em 7 de agosto de 2017.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
3ª CÂMARA

ACÓRDÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA N. 49.0000.2017.010123-0/TCA. Assunto: Proposta Orçamentária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para o Exercício 2018. Exercício: 2018. Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (Gestão 2016/2019. Presidente: Claudio Pacheco Prates Lamachia OAB/RS 22356; Vice-Presidente: Luís Cláudio da Silva Chaves OAB/MG 53514; Secretário-Geral: Felipe Sarmento Cordeiro OAB/AL 5779; Secretário-Geral Adjunto: Ibaneis Rocha Barros Junior OAB/DF 11555 e Diretor-Tesoureiro: Antonio Oneildo Ferreira OAB/RR 155). Relator: Conselheiro Federal Fabrício de Castro Oliveira (BA). EMENTA N. 076/2017/TCA. Proposta Orçamentária do Conselho Federal da OAB para o ano de 2018. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Regulamento Geral, atendidos. Autorização de Suplementação de até 30%. Voto. Apreciação. Princípio da Prudência. Constatada a distribuição correta para as respectivas rubricas dos recursos estimados da receita e da fixação das despesas, aprova-se, a Proposta Orçamentária referente ao exercício de 2018, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para o ano de 2018, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedidos de votar o Vice-Presidente e o Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal da OAB. Brasília, 11 de dezembro de 2017. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Fabrício de Castro Oliveira, Relator.

Brasília-DF, 20 de dezembro de 2017.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara

AUTOS COM VISTA

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto. RECURSO N. 49.0000.2016.000731-0/TCA. Recte: Chapa 20 - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114. (Advs: Pedro Paulo Guerra de Medeiros OAB/GO 18111 e outros). Recdos(as)/Interessados(as): Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Goiás; Conselho Seccional da OAB/Goiás; Chapa 10 - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Advs: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589, Diogo Gonçalves de Oliveira Mota OAB/GO 28816 e outros); Chapa 11 - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9593. (Advs: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558, Mônica Araújo de Moura OAB/GO 26024, Monimar Leão Alves OAB/GO 25595, Otávio Alves Forte OAB/GO 21490 e outros). Apenso 02 (Processo 2015/09874). Recte: Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Paulo Felipe Souza OAB/GO 32698). Recdo: Colemar José de Moura Filho OAB/GO 18500. Apensos 04/21 (Processos 2015/09876 e 2015/09909). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessada: Allinne Rizzie Coelho Oliveira Garcia OAB/GO 24594. Apensos 06/18 (Processos 2015/09879 e 2015/09906). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Arcênio Pires da Silveira OAB/GO 16033. Apensos 07/14 (Processos 2015/09880 e 2015/09902). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Henrique Alves Luiz Pereira OAB/GO 27200. Apensos 08/16 (Processos 2015/09881 e 2015/09904). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Marisvaldo Cortez Amado OAB/GO 9425. Apensos 09/13 (Processos 2015/09882 e 2015/09901). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdos: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340) e Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Souza Filho OAB/GO 9583 (Adv: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558). Interessado: Thales José Jayme OAB/GO 9364. Apenso 17 (Processo 2015/09905). Recte: Chapa - OAB que Queremos. Repte Legal: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva OAB/GO 20517. (Adv: Anna Raquel Gomes Pereira OAB/GO 25589). Recdo: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114 (Adv: André Abrão Júnior OAB/GO 39340). Interessado: Estênio Primo de Souza OAB/GO 23950.

Brasília-DF, 20 de dezembro de 2017.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122100284

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.